

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



MIGRAÇÕES E MIGRANTES

Volume 44. 2.^a Série - 2026

Imprensa da Universidade de Coimbra

Revista de História das Ideias

Vol. 44 . 2ª Série - 2026

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A Revista de História das Ideias foi criada no âmbito do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão cega de, pelo menos, dois pares. A Revista de História das Ideias centra-se na história intelectual e na história cultural. Publica artigos sobre história das ideias em diferentes campos: pensamento político, pensamento económico, filosofia, relações internacionais, ciência, religião, artes e literatura.

The Revista de História das Ideias (Journal of History of Ideas) was created under the Institute for the History and Theory of Ideas of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous peer-review process, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The Revista de História das Ideias is devoted to intellectual history and cultural history. It publishes articles on the history of ideas in different subject fields, such as political thought, economic thought, philosophy, international relations, science, religion, arts and literature.

Antigos diretores | Past directors

J. S. da Silva Dias (fundador), Manuel Augusto Rodrigues, Luís Reis Torgal, Fernando Catroga, Ana Cristina Araújo e Isabel Ferreira da Mota

Diretora | Director

Joana Brites | brites.joana@gmail.com

Conselho editorial | Editorial board

João Maria André, University of Coimbra, jmandre@sapo.pt

José Antunes, University of Coimbra, antunesjose@gmail.com - Portugal

Ana Cristina Araújo, University of Coimbra, araujo.anacris@sapo.pt

David Armitage, Harvard University, armitage@fas.harvard.edu - USA

Pierre-Yves Beaurepaire, University of Nice Sophia Antipolis, pybeaurepaire@gmail.com - France

Rui Bebiano, University of Coimbra, ruibebiano@gmail.com - Portugal

Alberto de Bernardi, University of Bologna, alberto.debernardi@unibo.it - Italy

Caio Boschi, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, caioboschi@hotmail.com - Brazil

Peter Burke, University of Cambridge, upb1000@cam.ac.uk - UK

Joaquim Ramos de Carvalho, University of Coimbra, joaquimrcarvalho@mac.com - Portugal

Fernando Catroga, University of Coimbra, fcatroga@hotmail.com - Portugal

Gianluca Cuzzo, University of Turin, gianluca.cuzzo@unito.it - Italy

Michel Delon, Pantheon-Sorbonne University, michel.delon@paris-sorbonne.fr - France

Javier Fernandez Sebastián, University of La Rioja, javier.f.sebastian@telefonica.net - Spain

Francisco Fuentes Aragonés, Complutense University of Madrid, jffuentes@wanadoo.es - Spain

Kurt Villads Jensen, Stockholm University, kurt.villads.jensen@historia.su.se - Sweden

Ulrike Krample, University of Tours, ulrike.krample@univ-tours.fr - France

Anna Krasteva, Sofia University, anna.krasteva@gmail.com - Bulgaria

Coordenação científica do dossiê |

Scientific Coordination of the dossier

Vanda Amaro Dias | vandadiaz@fl.uc.pt
Carolina Henriques Pereira | chpereira@fl.uc.pt

Secretária editorial | Secretary of the editorial board

Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt

Estevão de Rezende Martins, University of Brasilia, echarema@gmail.com - Brazil

Rui Cunha Martins, University of Coimbra, rcmartin@fl.uc.pt - Portugal

Sérgio Campos Matos, University of Lisboa, sergiocamposmatos@gmail.com - Portugal

Stéphane Michonneau, Charles de Gaulle University - Lille III, stephane.michonneau@univ.lille3.fr - France

João Gouveia Monteiro, University of Coimbra, joao.g.monteiro@sapo.pt

Isabel Ferreira da Mota, University of Coimbra, ifmota@fl.uc.pt - Portugal

Vítor Neto, University of Coimbra, vitormpneto@sapo.pt - Portugal

António Resende de Oliveira, University of Coimbra, aresendeo@gmail.com - Portugal

Anthony Pagden, University of California, Los Angeles, pagden@polisci.ucla.edu - USA

Ana Leonor Pereira, University of Coimbra, aleop@fl.uc.pt - Portugal

Rafael Ramón Guerrero, Complutense University of Madrid, rafael.ramonguerrero@gmail.com - Spain

Maria Manuela Tavares Ribeiro, University of Coimbra, mtribeiro7@gmail.com - Portugal

Quentin Skinner, University of Cambridge, q.skinner@qmul.ac.uk - UK

Manuel Suarez Cortina, University of Cantabria, manuel.suarez@nican.es - Spain

Luís Reis Torgal, University of Coimbra, Ireistorgal@gmail.com - Portugal

Enzo Traverso, Cornell University, vt225@cornell.edu - USA

Isabel Vargues, University of Coimbra, ivargues@fl.uc.pt - Portugal

Joana Brites, University of Coimbra, brites.joana@gmail.com - Portugal

FACULDADE DE LETRAS | UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Revista de História das Ideias

Vol. 44 . 2ª Série - 2026

MIGRAÇÕES E MIGRANTES

Coordenação de
Vanda Amaro Dias
Carolina Henriques Pereira

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Acrílico sobre tela de Cristina Valadas (2002), coleção particular
Fotografia de Sérgio Azenha

PRÉ-IMPRESSÃO

Mickael Silva

ISSN:

0870-0958

ISSN digital:

2183-8925

DOI

https://doi.org/10.14195/2183-8925_44

DEPÓSITO LEGAL

67998/93

Imprensa da Universidade de Coimbra

<https://impactum-journals.uc.pt/rhi/>

<http://www.uc.pt/en/fluc/ihti>

CONTACTOS

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações e assinaturas deve ser dirigida ao Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Largo da Porta Férrea 3004-530 Coimbra Telef. 239 859 986 E-mail: gapci@fl.uc.pt

Índice

Nota de apresentação	9
Caderno Temático: Migrações e migrantes	
Beyond captivity: christian prisoners in North Africa and the dynamics of forced migration (1578–1774) <i>Edite Martins Alberto e Diogo Reis Pereira</i>	17
Cai Yuanpei and the transnational quest: intellectual mobilization in the Chinese community in France <i>Nuno Miranda</i>	39
Errância de Gabriela Mistral na Europa: o período português Gabriela Mistral's wanderings in Europe: the Portuguese period <i>Pedro Miguel Gon</i>	61
Vozes da esperança. Exílio, mobilização política e propaganda contra Salazar no Brasil e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial Voices of hope. Exile, political mobilization and propaganda against Salazar in Brazil and the United States after the Second World War <i>Alberto Pena-Rodríguez e Heloisa Paulo</i>	89
Migração e colonização no império português do pós-guerra: estratégias individuais e respostas institucionais Migration and colonization in the postwar portuguese empire: individual strategies and institutional responses <i>Cláudia Castelo</i>	113

Necropolítica en la Ruta Atlántica: fronteras, muerte y resistencias Necropolitics in the Atlantic Route: borders, death and resistances <i>Sara Báez Forni e Susana de Sousa Ferreira</i>	137
Entre normas e fronteiras: a política de asilo na Península Ibérica (2008-2024) Between norms and borders: asylum policy in the Iberian Peninsula (2008-2024) <i>Natacha Rodrigues</i>	159
Migrações e diplomacia parlamentar no Mediterrâneo: entre segurança e cooperação nas Organizações Parlamentares Internacionais Migration and parliamentary diplomacy in the Mediterranean: between security and cooperation in International Parliamentary Organisations <i>Nádia Teresa dos Santos Loureiro</i>	183
El gobierno de la migración: el orden político criminal en el Darién colombiano, 2021-2024 The government of migration: the criminal political order in the colombian Darién, 2021-2024 <i>Pedro Piedrahita-Bustamante, Carlos Hernán González Parias e Mariana Duque Díez</i>	209
Mulheres cabo-verdianas em França: percursos pós-coloniais e projetos familiares transnacionais Cape verdean women in France: postcolonial journeys and transnational family projects <i>Sónia Ferreira</i>	239
Rotas da classificação: perceções de uma organização portuguesa de profissionais do sexo sobre o tráfico de seres humanos Classification routes: perceptions of a portuguese sex workers' organization on human trafficking <i>Tomás Chasqueira e Nelson Ramalho</i>	267
Perfil dos migrantes que chegam ao Brasil e ensino de PLAC: algumas considerações Profile of migrants arriving in Brazil and the teaching of PLAC: some considerations <i>Daniela Fátima Dal Pozzo</i>	293
<i>Varia</i>	
Uma minuta de instruções às embaixadas no reinado de D. João III: sítios, edifícios e debuxos	

A draft of instructions to embassies during the reign of King John III: sites, buildings and sketches <i>Ana Isabel Buescu</i>	319
O retrato do <i>Sábio Príncipe</i> , D. José (1714-1777), por Giorgio Domenico Duprà The portrait of the <i>Wise Prince</i> , Dom José (1714–1777), by Giorgio Domenico Duprà <i>Diogo Lemos</i>	343
«O parto do homem novo»: a cultura intelectual brasileira da revolução estudantil à fundação do Partido dos Trabalhadores (1968-1979) «The birth of the new man»: brazilian intellectual culture from the student revolution to the founding of the Workers’ Party (1968-1979) <i>Luís Francisco Munaro</i>	377
Genealogia e originalidade do programa de intervenção musical de José Afonso: da música ligeira à música popular Genealogy and originality of José Afonso’s musical intervention programme: from light music to popular music <i>César Rodríguez Campos</i>	399
Documentário, verdade e memória: a ocupação do tempo em <i>Sonhos de uma Revolução</i> (Pedro Neves, 2023) Documentary, truth and memory: the occupation of time in <i>Dreams of a Revolution</i> (Pedro Neves, 2023) <i>Tiago Vieira da Silva</i>	423

Recensões

Bardon, Adrian (2020). <i>The Truth About Denial: Bias and Self-Deception in Science, Politics, and Religion</i> . New York: Oxford University Press, 352 p., ISBN: 9780190062279 <i>Laida Arbizu Aguirre</i>	447
Miranda, Álvaro de, Braga, Teófilo (eds.) (2024). <i>A família Miranda e os Açores, Resistência e multiculturalismo</i> . Ponta Delgada: Letras Lavadas, 228 p., ISBN 978-989-735-516-5 <i>Miriam Halpern Pereira</i>	451
Paulo, Heloísa (2024). <i>Os Exilados de Salazar</i> . Lisboa: Âncora Editora, 384 p., ISBN: 978-972-78-0954-7 <i>Fábio Alexandre Faria</i>	459

NOTA DE APRESENTAÇÃO

As migrações têm desempenhado um papel fundamental na história da Humanidade, sendo um motor de transformação política, social e cultural. Desde os primeiros movimentos de populações humanas fora de África até aos fluxos migratórios contemporâneos, a história das migrações é indissociável do desenvolvimento de civilizações e sociedades. Ao longo do tempo, as migrações moldaram territórios, criaram novas fronteiras e estimularam a troca de ideias, culturas e tecnologias, impulsionando a formação de novas identidades. As grandes civilizações antigas – como a mesopotâmica, a egípcia, a grega ou a romana, por exemplo – expandiram-se e floresceram, em parte, devido ao contacto e intercâmbio com povos migrantes, que trouxeram consigo novas práticas agrícolas, inovações tecnológicas e conhecimentos que contribuíram para o progresso dessas sociedades. Por outro lado, o acesso a novas rotas comerciais facilitou a circulação de pessoas e saberes, ampliando os horizontes culturais e socioeconómicos de regiões distantes.

No entanto, as migrações nem sempre são voluntárias, pacíficas ou vistas como uma oportunidade. Guerras, perseguições, crises económicas e mudanças climáticas forçaram milhões de pessoas a deslocarem-se ao longo da história, resultando em transformações profundas tanto nas sociedades de origem como de acolhimento, mas também na geração de novas formas de resistência e de hibridismo identitário.

Atualmente, as migrações continuam a estar no centro das agendas de política nacional e internacional. A procura por melhores condições de vida, segurança ou liberdade política continua a motivar fluxos

migratórios que reconfiguram fronteiras, alteram demografias, suscitam o intercâmbio de ideias e contribuem para um muito necessário debate sobre identidade e integração.

As migrações continuam a ser, como o foram ao longo da história da Humanidade, um fenômeno estrutural e multidimensional que procura responder a um conjunto muito imbricado de desafios. No entanto, se podemos ver nas migrações uma forma de garantir a resolução de problemas individuais e sociais – como, por exemplo, crises demográficas e escassez de população em idade ativa que possa contribuir para o progresso social e dinamismo econômico das sociedades de acolhimento –, nos últimos anos tem proliferado, sobretudo no chamado Norte Global, um discurso que apresenta as migrações e os migrantes como uma ameaça a um certo estilo de vida, matriz cultural e modo de existência. Neste sentido, as migrações são, paradoxalmente, uma oportunidade e uma ameaça existencial, destacando a importância de serem analisadas também a partir dos discursos e práticas mobilizados para responder a este fenômeno.

As migrações assumem-se, assim, como um fenômeno estrutural que perpassa todos os tempos históricos e se mantém nas sociedades contemporâneas, marcadas pela intensificação da mobilidade humana e pelo crescimento de desigualdades em diferentes sectores e níveis, incluindo o nacional, o regional e o global. Isto traduz-se numa centralidade incontornável das migrações e das deslocamentos humanos nos planos político, social e epistémico, exigindo a convocatória de um debate informado que agregue diferentes áreas do saber num conhecimento mais aprofundado e numa análise crítica consolidada sobre estes fenômenos.

Os artigos que integram este dossiê temático contribuem para estes objetivos, ao proporcionarem uma reflexão abrangente e multidisciplinar, abrindo um muito necessário espaço para a discussão de diferentes dimensões associadas às migrações e aos migrantes. As abordagens heterogêneas e intervaladas no tempo e espaço histórico reunidas neste dossiê temático permitem a análise fundamentada dos fatores estruturais que estão na origem das migrações e deslocamentos humanos, com destaque para dinâmicas de conflitualidade, manifestações de intolerância e exclusão, bem como para desigualdades econômicas, sociais e culturais variadas. Esta análise abrangente é ainda acompanhada da problematização dos enquadramentos históricos, políticos e institucionais em que estas migrações ocorrem, favorecendo uma compreensão

aprofundada deste fenómeno, mas também da forma como políticas nacionais e práticas internacionais dão resposta à difícil articulação entre a necessidade de resolução de problemas de segurança e o imperativo de respeito pelo direito internacional, proteção de direitos humanos e integração dos migrantes.

O dossiê temático inicia-se com o contributo de Edite Martins Alberto e Diogo Reis Pereira, que analisam o fenómeno do cativo e do resgate de prisioneiros no espaço luso-magrebino entre os séculos XVI e XVIII, entendendo-o como uma forma específica de mobilidade forçada que articulava os litorais cristãos ibéricos e os portos corsários do Magrebe. Através de uma abordagem histórica, baseada na análise de dinâmicas de fronteira, práticas de corso e estruturas institucionais, o estudo propõe interpretar o cativo como um fenómeno migratório coercivo, distinto da escravidão, ajudando a compreender as interações luso-magrebinas na Época Moderna.

O artigo de Nuno Miranda explora o papel de Cai Yuanpei na mobilização intelectual transnacional da comunidade chinesa em França no início do século XX, destacando de que modo a sua visão e liderança contribuíram para a formação de redes educacionais e culturais que ligaram a China à Europa. O artigo insere a análise no contexto mais amplo da migração chinesa, da modernização e dos movimentos de reforma, enfatizando a interação dinâmica entre a agência individual e a identidade coletiva num cenário internacional, contribuindo assim para a compreensão das complexidades do intercâmbio cultural, da identidade da diáspora e da história intelectual.

Pedro Miguel Gon aborda um período pouco explorado da vida da poetisa chilena Gabriela Mistral, centrando-se na sua passagem por Portugal entre 1935 e 1937, no contexto da chamada «Embaixada Cultural de 1935». Contrariando a visão tradicional que tende a desvalorizar esta etapa, o estudo evidencia a sua relevância, destacando o impacto profundo que teve na vida pessoal e profissional da autora. Entre os aspetos mais significativos, sublinha-se o encontro espiritual com Miguel de Unamuno, o fortalecimento da sua carreira diplomática e a sua passagem por Coimbra e pela sua Universidade.

No artigo de Alberto Pena-Rodríguez e Heloísa Paulo, analisa-se a ação dos exilados portugueses nos Estados Unidos da América no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, momento em que a vitória dos Aliados alimentou a expectativa do fim da ditadura salazarista

e do regresso à democracia em Portugal. É de particular importância o estudo das principais iniciativas de propaganda e de mobilização desenvolvidas por esses exilados, com o objetivo de divulgar, fortalecer e legitimar a sua causa junto das comunidades de emigrantes portugueses na América.

Cláudia Castelo segue uma linha de análise que explora a relação entre migrações e colonialismo no contexto do império português no século XX, evidenciando dimensões ainda pouco estudadas dessa articulação. Para tal, analisa as práticas discursivas e as políticas imperiais relativas à mobilidade colonial, bem como as formas da sua apropriação por sujeitos colonizados. A partir do estudo de caso de um cabo-verdiano que, na década de 1940, procurou obter apoio oficial para a instalação de famílias de Cabo Verde em Angola, o artigo evidencia as limitações estruturais impostas pelo sistema colonial.

Recentrando a discussão na contemporaneidade, Sara Báez Forni e Susana de Sousa Ferreira analisam a rota atlântica como um espaço marcado por resistências e pela necropolítica. Este espaço, que desempenha a dupla função de fronteira marítima e entrada de acesso à União Europeia (UE), é lido numa lógica de controlo e contenção dos fluxos migratórios originários do Sul Global, que é transversal à arquitetura mais ampla de governação da gestão das migrações da UE. A partir de uma revisão da bibliografia com enfoque aplicado, as autoras demonstram que esta lógica se tem traduzido em práticas que resultam no aumento de mortes e desaparecimentos no mar, que não podem ser plenamente entendidas sem a mobilização do racional colonial e racial em que as mesmas estão ancoradas. Este racional permite compreender como a gestão das migrações na rota atlântica resulta em decisões sobre quem tem o direito de viver e de morrer. Contudo, este processo não é unidirecional e as autoras destacam como tem gerado diferentes formas de resistência por parte dos próprios migrantes sujeitos à necropolítica, das suas comunidades de origem e de organizações de apoio e denúncia em matérias relacionadas com a migração, das quais emergem práticas coletivas que contestam os significados da mobilidade, vida e dignidade humanas em contextos de violência estrutural.

As políticas de asilo na Península Ibérica merecem também atenção neste dossiê temático. A este respeito, Natacha Rodrigues apresenta e discute os resultados de uma análise comparada das práticas de gestão do asilo em Portugal e em Espanha, entre 2008 e 2024. Ao problematizar

a forma como as dinâmicas de europeização e externalização foram internalizadas nestes dois estudos de caso contrastantes, a autora argumenta que, apesar dos esforços encetados pela UE para promover a harmonização normativa no âmbito das políticas de asilo dos seus Estados-membros, na prática, a diversidade nacional tem persistido e levado a diferentes posições. Estas resultam de diferentes contextos geográficos, pressões migratórias e capacidades institucionais dos Estados-membros, que expõem as fragilidades estruturais do Sistema Europeu Comum de Asilo. Com efeito, o estudo demonstra que, apesar da partilha da condição de Estados-membros da UE, Portugal e Espanha tiveram respostas diferentes à gestão do asilo. Em Portugal, território pouco afetado pelos fluxos migratórios sul-norte comparativamente com outros Estados-membros da UE, a europeização foi rápida e, essencialmente, formal, mas a consolidação administrativa foi limitada e a externalização assumiu uma intensidade baixa. Por oposição, em Espanha, onde se enfrentou uma maior pressão migratória, a abordagem adotada foi mais securitizada e operacional, denotando-se a preferência por estratégias robustas de externalização. Ao evidenciar estas dinâmicas, o artigo expõe as assimetrias e diferenciais na gestão do asilo da UE, que extravasa os limites geográficos da Península Ibérica.

O artigo de Nádía Teresa dos Santos Loureiro debruça-se sobre o debate parlamentar internacional, a partir da análise da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo. A análise qualitativa e comparativa que faz das resoluções e recomendações destas Organizações Parlamentares Internacionais, entre 2010 e 2023, evidencia o papel que as mesmas assumem no debate sobre migrações no espaço mediterrânico e a forma como as questões de segurança, proteção de pessoas e cooperação regional influenciam a sua posição, demonstrando a complexidade e tensão inerentes aos fluxos migratórios no Mediterrâneo. Ao focar-se no estudo destas organizações, o artigo demonstra ainda como a gestão das migrações não se esgota na dimensão estatal, mobilizando um vasto leque de atores, em diferentes níveis do sistema internacional, e com interesses e capacidades de atuação muito distintos, o que dificulta a formulação e implementação de políticas e práticas coerentes e eficazes neste domínio.

Pedro Piedrahita-Bustamante, Carlos Hernán González Parias e Mariana Duque Díez contribuem também para o estudo da gestão das migrações, focando-se nos mecanismos de governação criminosa nas

rotas de trânsito migratório no Darién colombiano. Através de uma abordagem metodológica mista, que combina a análise de processos com a realização de entrevistas, os autores demonstram evidências que permitem identificar uma ordem criminosa da gestão das migrações neste espaço, sustentada por regras explícitas, práticas de extração estandardizadas, prestação de proteção e serviços, coordenação de rotas e legitimidade funcional. A análise destes elementos, na articulação do novo institucionalismo político, da governação e da ordem política criminosa, reforça a conclusão relativa à existência de uma governação criminosa do trânsito migratório no Darién colombiano, que se tem vindo a consolidar como quadro institucional paralelo ao Estado, mas que reproduz as suas funções e se procura legitimar por meios alternativos.

Num contributo de enfoque mais sectorial, Sónia Ferreira adota uma abordagem pós-colonial para analisar a migração na intersecção de dinâmicas de género e na reconfiguração dos papéis familiares em contextos transnacionais. Para o efeito, discute as trajetórias de vida de mulheres cabo-verdianas residentes em Paris, bem como a presença cabo-verdiana em França, de forma mais transversal. As histórias de vida incluídas no seu artigo permitem problematizar a configuração da imigração feminina, o lugar das mulheres migrantes na sociedade cabo-verdiana e o papel da organização familiar e estruturas de parentesco em processos de mobilidade complexos. Ao fazê-lo, contribui para o estudo da migração feminina, que permanece marginal na literatura sobre a temática.

A análise das perceções sobre o tráfico de seres humanos é também objeto de reflexão neste dossiê temático. A este respeito Tomás Chasqueira e Néilson Ramalho apresentam o tráfico humano como um conceito contestado e que tende a ser equiparado ao trabalho sexual, incluindo no âmbito das políticas de combate ao tráfico humano. O trabalho que apresentam aponta para a existência de tensões entre as categorias que se têm institucionalizado por meio destas políticas e as perceções e experiências reais dos profissionais do sexo. Neste contexto, destacam Portugal como um caso diferenciador por não se estabelecer esta equivalência entre tráfico de seres humanos e trabalho sexual, permitindo avaliar se as tensões identificadas persistem em contextos onde não se verifica uma sobreposição das agendas antitráfico e antiprostituição. Esta avaliação é feita com base na análise de uma organização portuguesa de profissionais do sexo e a partir de entrevistas que demonstram que a

mesma adota uma definição de tráfico humano mais estreita que a prevista no direito internacional, aproximando-se das percepções dos próprios profissionais do sexo e permitindo uma resposta política e institucional mais adequada a este fenómeno.

Por fim, Daniela Fátima Dal Pozzo encerra este dossiê temático com um artigo que procura explorar o contexto migratório no Brasil, visando delinear o perfil dos migrantes e dos refugiados que chegam ao país, bem como refletir sobre os desafios inerentes ao ensino de Português como Língua de Acolhimento. Com base no enquadramento teórico sobre os processos migratórios, a autora evidencia a diversidade de origens e perfis destes grupos, concluindo que o ensino de Português como Língua de Acolhimento ultrapassa a dimensão estritamente linguística respondendo, igualmente, a necessidades prementes de ordem social e cultural, o que sublinha a sua relevância enquanto instrumento de integração mais abrangente.

Ao congregar contributos que incidem sobre distintos contextos geográficos, enquadramentos teórico-analíticos e especializações temáticas, o presente dossiê temático não apenas aprofunda o conhecimento científico em torno dos fenómenos migratórios, mas promove igualmente um diálogo académico crítico, informado e plural.

VANDA AMARO DIAS

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras
vandadias@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3238-9132>

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade
de Letras

chpereira@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7313-2560>

BEYOND CAPTIVITY: CHRISTIAN PRISONERS IN NORTH AFRICA AND THE DYNAMICS OF FORCED MIGRATION (1578-1774)

EDITE MARTINS ALBERTO
NOVA, CHAM, FCSH
ealberto@fcs.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0856-1956>

DIOGO REIS PEREIRA
FCT-CCCM I.P | NOVA CHAM, FCSH
diogorpereira00@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9240-8155>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 09/03/2026

Abstract

The capture and ransom of captives constituted a central element of migratory dynamics in the Luso-Maghrebi space. Beyond voluntary movements driven by political, religious or economic factors, captivity configured a specific pattern of forced mobility that linked the Christian coasts of the Iberian Peninsula with the corsair ports of the Maghreb. From the conquest of Ceuta (1415) to the peace treaties of the eighteenth century, thousands of individuals were displaced against their will as a result of frontier warfare, privateering and piracy. In this context, the Order of the Most Holy Trinity played a central role as a mediator, organising networks for fundraising and negotiating ransoms with Muslim authorities. By examining the evolution of these practices—from individual rescues to diplomatic exchanges—this study seeks to understand captivity as a form of coerced migration, distinct

from slavery but essential to interpreting Luso-Maghrebi interactions in the early modern period.

Keywords

Forced migration; Captivity; Christian-Muslim relations; Captive ransoming; Order of the Most Holy Trinity.

Resumo

A captura e o resgate de cativos constituíram um elemento central das dinâmicas migratórias no espaço luso-magrebino. Para além das migrações voluntárias motivadas por fatores políticos, religiosos ou económicos, o cativo configurou um padrão específico de mobilidade forçada que articulava os litorais cristãos da Península Ibérica com os portos corsários do Magrebe. Desde a conquista de Ceuta (1415) até aos tratados de paz do século XVIII, milhares de indivíduos foram deslocados contra a sua vontade em resultado de conflitos fronteiriços, corso e pirataria. Neste contexto, a Ordem da Santíssima Trindade desempenhou um papel central como mediadora, organizando redes de recolha de fundos e negociações de resgate junto das autoridades muçulmanas. Ao abordar a evolução destas práticas – do resgate individual às trocas diplomáticas – este estudo propõe compreender o cativo como um fenómeno migratório coercivo, distinto da escravatura, mas essencial para interpretar as interações luso-magrebina na Idade Moderna.

Palavras-chave

Migração forçada; Cativo; Relações entre cristãos e muçulmanos; Resgate de cativos; Ordem da Santíssima Trindade.

Introduction

The earliest references to the appropriation of captives resulting from military conflicts between Christians and Muslims appear in chronicles describing the territorial conquests associated with the formation of the Kingdom of Portugal. These conflicts, accompanied by regular exchanges of prisoners between the two belligerent sides, were a constant feature throughout the Middle Ages but gained renewed momentum with the conquest of Ceuta in 1415. From that moment onwards, the Portuguese presence in North Africa not only increased the number of

ransoms, arising from a policy of continuous military offensives, but also intensified the phenomenon of captivity between Portugal and the territory corresponding to present-day Morocco.

Captivity should therefore be understood within the broader phenomenon of geographical mobility, more specifically as a form of forced migration. Historiography has already shown that migration in the medieval and early modern Iberian worlds was far greater than commonly assumed, motivated by economic opportunities, religious pilgrimages, or escape from epidemics and warfare (Bennassar, Bennassar 1989; Braga 1998). Yet captivity stands apart as a form of mobility imposed externally and against individual will. It uprooted people from their communities and placed them in political, cultural, social and spiritual environments radically different from—and often hostile to—their native worlds. Moreover, captivity functioned as a barometer of the geographical proximity and tension between rival kingdoms, representing a form of coerced movement distinct from the enslavement of people because it arose directly from conflict, strategic disruption and negotiation practices. Classifying captivity as a form of coercive mobility thus situates it within broader debates on forced migration, while highlighting its specific logic within frontier societies. This perspective helps to illuminate the deep imprint captivity left on the history of the Mediterranean–Atlantic region. It was a bilateral process affecting both the Portuguese kingdom and its Atlantic islands, as well as the North African strongholds where the capture of captives was a central component of guerrilla warfare (Alberto 2011). As a phenomenon spanning time and space, it endured until the signing of the Peace Treaty with Morocco in 1774.

Throughout this period, captives, although forced to live in austere conditions, often became intermediaries in engaging with the reality of the «other», recognized as the enemy. They also inhabited a spiritual «frontier» where both religions encouraged conversion and where loyalty to one's original faith posed a moral dilemma, a test of resistance, and a constant danger. Within these spaces, religious orders created for the purpose of rescuing captives ensured the presence of Catholicism in the Islamic world. Their members also acted as representatives of the Portuguese Crown before Morocco's sultans. Considered a «pious business», the ransom of captives acquired major importance, especially in the field of charity assistance. In Portugal, the main institution

responsible for this activity was the Order of the Most Holy Trinity, which, since the 13th century, had been dedicated to redeeming Christian captives using funds from lay donors and the Crown (Braga 1998: 185-202).

This article begins with the Battle of Ksar El-Kebir (1578), an event that marked a turning point in the history of captivity, due to the unprecedented rise in the number of Christians held in North Africa⁽¹⁾. This historical rupture provides the starting point for a broader reflection on the nature of captivity and its role within early modern mobility across the Mediterranean. The study's methodological framework is based on documentary research, with particular emphasis on the manuscripts of the Order of the Most Holy Trinity preserved in the National Archives of Torre do Tombo. Adopting a qualitative approach, it examines how historical knowledge of broad processes such as «captivity» and «forced migration» was constructed, and how these phenomena were conceptualized and interrelated in the early modern period. It analyses captivity as a form of forced migration in the Mediterranean region, distinguishes it from enslavement, and concludes with the Peace Treaty with Morocco⁽²⁾. In this sense, the article makes three principal contributions. First, it offers a conceptual reframing of early modern captivity as a distinct form of forced migration, thereby integrating Mediterranean captivity into broader historiographical debates on coercive mobility. Second, it draws an analytical distinction between captivity and slavery, clarifying a conceptual conflation that has persisted in scholarship. Third, through systematic analysis of ransom registers, financial ledgers, and administrative correspondence of the Order of the Most Holy Trinity, it reconstructs the institutional mechanisms that transformed captivity from an episodic wartime phenomenon into a structured and negotiated system of displacement and return. By doing so, the article shifts the focus from captivity as an isolated religious conflict to captivity as a dynamic system of mobility that connected Portugal and North Africa over the *longue durée*.

(1) This study was carried out as part of the project «COEXIST - Forced migrations in the Mediterranean world: identities, confrontations, and integration between Christians and Muslims», an exploratory project support by CHAM, NOVA FCSH and UAç, through the FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia strategic project (UIDB/04666/2020 and UIDP/04666/2020).

(2) See section "Redemption and Governance: Pathways to the Liberation of Captives" of this article.

Captivity as a form of forced mobility

Between the sixteenth and eighteenth centuries, a captivity network emerged in the Mediterranean, linking the Christian coasts of continental and insular Europe to the port cities of the Maghreb. Christians seized in corsair and pirates' attacks, or in frontier wars, were taken mainly to Algiers, Tunis, Sallé or Tetuán. During the early modern era, these cities became commercial centres where imprisoned individuals, Portuguese and from other European kingdoms, were held. In them, captives awaited ransom either by direct purchase, in cash, or through exchanges with Muslim captives imprisoned in the war or by the coastal defence forces. They also acted as redistribution centres: some captives were sold locally, others sent to Ottoman galleys or to more distant markets in inland Africa and the East. Privateers' ships could disembark dozens or even hundreds of people at a time, creating a constant flow of prisoners and sustaining both a labour and ransom market (Alberto 2005).

The ransom system was central to this world. Once captives were identified, merchants, family members or religious orders contacted intermediaries in the Maghreb ports. Orders created expressly for the redemption of captives, such as the Mercedarians and the Trinitarians, collected donations in Iberian parishes and towns, negotiated prices and travelled to North African ports to free the prisoners. This process could take months or years and involved a complex informal diplomacy (Alberto 2011: 176-224).

The personal experience of captives varied widely according to age, sex, occupation and available resources. Some were assigned to hard labour in the galleys or on public works, others to domestic or artisanal service in their masters' households. Escape or ransom was possible, but equally common were forced adoption, religious conversion or prolonged captivity. Many left autobiographical accounts, known as «captivity literature», describing not only their hardships but also the networks of solidarity they formed, their adaptation strategies and negotiations with local authorities (Baepler 1999; Vitkus, Matar 2001).

From the sixteenth century onwards, accounts by Christians freed or escaped from North Africa circulated throughout the Iberian and Italian Peninsulas, and France. Published as memoirs, letters, novels or sermons, they served multiple purposes: to express public gratitude for their release, raise funds for the ransom of others, to reinforce the image of

the «true faith» before the «other», or simply to narrate an extraordinary adventure. At the same time, they functioned as an informal «manual» for future captives explaining how to behave, whom to turn to and how to negotiate. These testimonies reveal that Mediterranean captivity was simultaneously a space of suffering and circulation, it displaced people, religions, languages and knowledge, producing intense cultural contact in a context of violence and coercion (Bravo Caro et al. 2020).

From an early stage, Portugal became a prime target for pirate incursions, due to its extensive maritime frontier, the strategically location of its Atlantic islands, and the steady circulation of fleets across the seas of an empire spanning across four continents. Barbary pirates and corsairs operated not only along the continental and insular coasts but also against vessels crossing the Atlantic, particularly on routes connecting Madeira and the Azores to Brazil. The Algarve's geographical features further facilitated these raids, enabling both assaults at sea and landings that led to plundering and the capture of individuals for ransom. Accounts of attacks on Portuguese fleets and coasts reveal objectives that extended beyond the seizure of goods and commodities: captives were also a key target. Ransom demands or the value attributed to captives in exchanges rose in proportion to an individual's social status, skills, gender and age (Alberto 2011: 121-175).

The forced displacement of people from the Iberian Peninsula to the Maghreb laid at the heart of the system of corsair warfare and captivity that shaped the Mediterranean between the sixteenth and eighteenth centuries. Those who crossed the sea were not voluntary migrants, but sailors, fishermen, soldiers or inhabitants of coastal villages captured in raids or frontier campaigns. Others were seized on land along the Iberian costs and Atlantic islands, then transported by sea to North Africa (Alberto 2014: 494-507). It was not a marginal phenomenon but part of everyday life in coastal regions, which responded by building watchtowers and fortifications, organizing coastal patrols and collecting parish funds for ransom. The result was a permanent web of economic, diplomatic and religious ties linking the two shores of the Mediterranean.

Upon arrival in the Maghreb, captives were registered, assessed and distributed. Some were sent to hard labour in galleys, ports and public works; others to domestic service or craft workshops, while those from wealthier families were held in expectation of ransom. This forced transit meant not only physical displacement but also social reconfiguration:

the loss of family networks, cultural and linguistic shock, and exposure to forced adoption or religious conversion. The captivity narratives left by freed Iberian captives provide vivid testimony of this involuntary displacement, describing the moment of capture, the sea crossing, the slave markets, the attempts at ransom or escape and, often, the eventual return to the Peninsula, another form of mobility, this time negotiated rather than coerced (David 2004).

Although captives could be subjected to treatment resembling that of slaves during their imprisonment, captivity did not equate to slavery in the conventional sense. Even though the term «captive» is often employed as a synonym for «slave», the two concepts denote fundamentally different realities. While the latter refers to a social condition, the former conveys an ideological and religious dimension. Over time, this distinction has often been blurred, leading to widespread confusion (Cipollone 1993: 444-445). The key difference lies in the transcendental nature of captivity. A captive is an individual whose status depends on their religious affiliation, often opposed to that of the captor, and may be redeemed or released. In contrast, a slave is legally and socially bound to an owner. The captive exists in the hands of an enemy, while the slave exists in the hands of a master (Kaiser 2008: 1-24).

The ideological dimension of this distinction has been noted in the historiography. The Catholic Church's approach underscores a clear separation between captives and slaves. Whereas slavery as a legal institution deprives individuals of their human attributes, the ecclesiastical stance shifts in the context of Christian-Muslim relations: Christians were never to be considered legitimately enslaved by Muslims, under penalty of apostasy and eternal condemnation. Consequently, the distinction emerges clearly: «The slave is a social concept, whereas the captive was ideological» (Diaz Borrás 2001: 19-29). In this order of ideas, King Alfonso X *El Sabio* (1221-1284), in *Las Partidas* precisely defines the concept: «Captives are called, by law, those who fall into the hands of men of another faith» (Alfonso X, II, 29: 90).

Here, captives are seized by enemies of a different religion and may be killed, imprisoned, or treated as servants, all out of religious contempt. Two elements stand out: religious confrontation and the partial assimilation of captives to the status of slaves. King Alfonso X clarifies that they were not truly servants, despite appearances. Christian captives, in particular, could not be enslaved by non-Christians; even

redemption mechanisms recognized them as captives, never as slaves (Diaz Borrás 2001: 23-24). Portuguese sources confirm this distinction. The *Ordenações Afonsinas* refer specifically to Moorish captives or the ransom of Christian captives, distinguishing them from other types of prisoners (Liv. II, tit. CXIII; Liv. IV, tit. CXI).

Despite these normative and doctrinal clarifications, modern historiography has not always maintained this distinction consistently. In several general studies on Mediterranean slavery, the terms «slave» and «captive» are frequently used interchangeably, sometimes for analytical convenience, sometimes as a reflection of sources in which the two conditions overlapped in practice. This tendency can be found in broader syntheses of Mediterranean servitude and privateering, where the emphasis falls on systems of coerced labour and slave markets rather than on the ideological grammar of captivity. By contrast, scholars such as Wolfgang Kaiser (2008), Andrés Díaz Borrás (2001) and Bartolomé Bennassar & Lucile Bennassar (1989), among others, have insisted on the necessity of preserving the conceptual distinction already present in medieval and early modern sources. Their work demonstrates that, particularly in the Iberian and Maghrebi context, the captive was defined above all by religious alterity and by the expectation of ransom or redemption, whereas the slave was embedded in a more stable legal and socio-economic regime of ownership. Recovering this distinction is not merely a semantic exercise: it allows us to understand captivity as a specific form of forced mobility structured by confessional confrontation and legitimised within both Christian and Islamic frameworks. In the Mediterranean world described above, the slave is primarily a category of property, while the captive embodies a temporary, negotiable and ideologically charged status, central to the dynamics of war, diplomacy and interreligious exchange between Portugal and the Maghreb.

Redemption and Governance: Pathways to the Liberation of Captives

In Portugal, it was the members of the Order of the Most Holy Trinity who bore the responsibility for ransoming individuals captured by Muslims, whether through armed conflicts with Christian kingdoms or through seizures carried out by pirates and corsairs. Founded in France in 1198 and established in Portugal a few years later at the invitation of King

Sancho I (1154-1211), this religious order had as its principal mission the provision of assistance to Christian captives and the organization of their redemption. From the fifteenth century onwards, this charitable mission expanded beyond the Iberian Peninsula to North African territories, following the Portuguese conquest of Ceuta, Tangier, Arzila and other fortifications or attempted conquests. As a result of this proximity, conflicts between Christians and Muslims became more frequent, and captivity an inevitable outcome. In the following centuries, the situation grew more complex with the rise of privateering activities by the port cities of Sallé, Tripoli, Tunis and, above all, Algiers. Algerian corsairs sailed the Mediterranean and the Atlantic, attacking Christian vessels as well as the coastal and insular areas of the Iberian Peninsula (Alberto 2010: 121-175).

The organization of the ransoms of captives was entrusted to the friars of the Order of the Most Holy Trinity, and to the «Provedoria» or «Tribunal da Redenção dos Cativos», subordinate to the «Mesa da Consciência e Ordens». Since King Sebastião's rule (1554-1578), a contract signed between the monarch and the religious order stipulated the mandatory presence of two Trinitarian friars, bearing the title of redeeming priests, in the organization of any rescue (Alberto 2011: 85-105).

The narrative of Friar Jerónimo de São José, chronicler of the Order of the Most Holy Trinity, constitutes the most comprehensive source for the study of the Order's history in Portugal, the foundation of its convents, and the general ransoms organized by its priests (S. José, 1789-1794). Having drawn upon documents and ancient chronicles of the Order held in the archives of the Convent of the Trinity in Lisbon, today preserved in the National Archives of Torre do Tombo, the chronicler provided an invaluable record of the institution's activities.

Another fundamental source consists in the registers of freed captives that the Trinitarian priests were required to deliver to the officials of the «Mesa da Consciência e Ordens» immediately upon arrival in Lisbon, and which were subsequently disseminated in printed form. These lists identified each person ransomed, noting name, parentage, place of origin, age, years spent in captivity, and occasionally the price paid for their freedom.⁽³⁾

(3) These lists can be found in the documentation of the «Mesa da Consciência e Ordens» and in «Convento da Santíssima Trindade de Lisboa», in the collection of the National Archives of Torre do Tombo (ANTT), the Portuguese national archives. Some of these lists are transcribed and published in Alberto, Sousa 2023: 174-310.

The information gathered from printed and manuscript chronicles, as well as from the registers of ransomed captives, can be cross-checked and enriched with the Order's financial books, which recorded receipts and expenditures for each ransom operation, though not all have survived. Complementary insights come from manuscripts authored by the redeeming fathers during the ransoms themselves. Together, these sources provide detailed accounts of maritime and overland journeys, the negotiations conducted, and the amounts paid for the liberation of captives. Equally important is the extensive documentation exchanged with the officials of the «Mesa da Consciência e Ordens», the tribunal responsible for overseeing ransom operations and administering the «Cofre dos Cativos», where all monetary contributions for captives' redemption were collected.

Redeeming captives thus had a dual dimension: the physical rescue from captivity and the spiritual rescue of souls, to prevent apostasy. The Portuguese kings themselves exalted this work as both divine and royal. In 1689, King Pedro II (1648-1706), in an ordinance issued to the priests and officials of the ransom mission to Meknes, declared: «I hope that, in so important a cause, on which so much depends the salvation and relief of my vassals, you will conduct yourselves as you ought, in accordance with the willingness with which I have appointed you to so pious a work in the service of God and myself» (ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, mç. 13, unnumbered document). In the ordinance for the redemption to be carried out in Algiers in 1695, he reinforced the same idea, stating that he ordered the ransom «considering how necessary it is to come to the aid of my vassals held captive in Barbary, so that by means of their freedom they may be delivered from the hardships and injuries they suffer, and from the danger to which (for lack of it) they may succumb by abandoning our Holy Faith» (ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, mç. 13, unnumbered document). Years later, King João V (1689-1750) reaffirmed this view, stating that «this work is so pious and worthy of the zeal you have for the service of God and for the good of the kingdom» (Oliveira, 1888, X: 361-362).

Beyond its charitable dimension, spiritual benefits for those contributing to this pious work soon emerged. In 1734, the same monarch, through the «Mesa da Consciência e Ordens», ordered the printing of a summary of the papal indulgences proclaimed up to

that date, which granted spiritual privileges to Christians who made donations for the liberation of captives (ANTT - Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, mç.14, unnumbered document). This set of benefits attests to the importance attached by the Catholic Church to the act of contributing to the redemption of captives. At stake was the concern to prevent apostasy, to avoid losing Christian faithful to the Islamic world.

The pious work of redeeming captives thus emerged as an action inherent to the Christian's duty to assist fellow devotees, while also securing fundamental privileges in the believer's life, both in daily practice and after death. The most evident aspect of this Christian charitable action was revealed in the organization of «resgates gerais» (general ransoms). These meant the liberation, at a single time, of a large number of Portuguese prisoners under the auspices of the Trinitarian religious men, thereby optimizing the logistics, reducing the expenditure, and creating an atmosphere of redemption in the religious sense of the term. These general ransoms, in a given place and date set by the redeeming priests, resulted from negotiations between the Portuguese Crown and the rulers of Morocco or Algiers and constituted the official, both political and religious, mode of carrying out this activity (Alberto 2011: 106-115).

While the conditions of the ransom were being arranged, it fell to the Trinitarian friars to publicize it throughout the city of Lisbon and across the realm. This act consisted of the posting of notices and the holding of a solemn procession through Lisbon, carrying the images of Our Lady of the Ransom and of the Order's founding saints, John of Matha and Felix of Valois (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens - Cativos, mç. 13, unnumbered document). The notices maintained a standard form across the various general ransoms, updating only the reference to the provincial father in whose name the redemption was organized and who signed the document.

Following the publication of the notice, the relatives of captives would go on specified days to the Convent of the Most Holy Trinity in Lisbon, where the redeeming fathers and the clerk recorded the donations made. When family members were unable to travel to the convent, they were represented by legal agents, by the priest of their parish of residence, or by merchants. In a dedicated ledger opened specifically for each «resgate geral», the patron's name and address were recorded, together

with the identification of the captive relative and the circumstances of his or her capture.

The *Livro da receita e despesa do dinheiro que entregão as partes pera resgattes de seus captivos...*, referring to the 1671 ransom to be carried out in Algiers, constitutes an example of this system designed to identify and provide monetary assistance for Portuguese captives (ANTT, Ordem da Santíssima Trindade, Convento da Trindade de Lisboa, liv. 23). Spanning over forty folios, the records detail the donation amounts, the names of the donors, and the intended beneficiaries, with reference to the circumstances of captivity.

The ransoms organized by the Portuguese Order of the Most Holy Trinity were carried out at the court of the Sultan of Morocco and in the city of Algiers. In the first case, the captives resulted both from military conflicts between the Portuguese strongholds and the Kingdom of Morocco and from the seizure of vessels, especially by the corsairs of Sallé. In the case of Algiers, the captives derived from the policy of privateering instituted by the governors of this port city, targeting vessels navigating the Mediterranean and Atlantic and attacking coastal and insular settlements.

A «resgate geral» involved a complex process of organization that could take several months. From the royal authorization to the negotiation of ransom conditions with the Sultan of Morocco or with the governor of Algiers (the *Dey*) through the appointment of the redeeming priests and royal officials (treasurer and clerk), the chartering of ships, the publicizing and ceremonial procession of the ransom, the preparation of diplomatic gifts, and the raising of funds, all formed part of a complex logistical operation whose aim was the liberation of Portuguese who had been taken as captives to Meknes or Algiers (Alberto 2011: 176-223).

Regarding Algiers, the procedure differed from that of Morocco, reflecting a very different political reality. Unable to keep all captives under state control, the city's governor sold them to private citizens, in whose possession they awaited ransom, working as servants until redeemed by the authorities of their places of origin. It is estimated that one-third of the inhabitants of Algiers were captives from various European kingdoms, performing a wide range of occupations as artisans for their owners or in the service of the governor within his palace and the city's institutions. The less fortunate were sent to the galleys as rowers (Davis 2004; Fletcher 2003).

Redeeming Freedom: The Ransom of Captives between Portugal and Morocco, 1578-1774

Drawing on the results of the project «Moving City: Cities for War», the outcome of the Battle of Ksar El-Kebir had a profound and lasting impact not only on the Mediterranean world, but also on the Iberian imperial domains themselves⁽⁴⁾. Like other early modern armies, the carefully prepared campaign led by King Sebastian functioned as a true mobile community. Beyond the soldiers, it included carpenters, blacksmiths, physicians, architects, painters, bakers, artisans, as well as numerous women and children (Alberto, Sousa 2023: 8-12). While the outcome of the battle had political and economic consequences, it also deeply affected human lives, since, as in any military confrontation, this entire moving city was taken captive in North Africa.

Thus, although Ksar El-Kebir occupies a central place in sixteenth-century Portuguese historiography, and remained vivid in collective memory for centuries, the study of its human composition has long been neglected and pushed to the margins of history. The first significant recent contribution came from the research carried out by the «Moving City» group. In the aftermath of the battle, the Trinitarian friars assumed responsibility for ransoming the hundreds of women, children, and men of different origins who had been taken captive. The innovative contribution of the project was precisely to examine both the military and civilian composition of the Christian side, through the numerous ransom lists compiled by the Order of the Most Holy Trinity.

In this context, the central figure in the organization of captive redemptions was Friar Roque de Espírito Santo (1520-1590), a Trinitarian priest experienced in ransom operations since the reign of King João III (1502-1557) and one of the main figures responsible for establishing the Order's convent in Ceuta. After the battle, this convent became a crucial point of coordination between the Portuguese kingdom and its agents, both religious and lay, operating in North Africa to redeem Christian captives. His action was, in fact, immediate: less than a month after the

(4) Project MOVING CITY- *Cities mades for war: a European army in late Sixteenth-Century Morocco* (EXPL/HAR-HIS/1521/2021) funded by national funds through the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). The outputs – ebook, articles, transcribed documents - can be consulted on the project website: <https://moving-city.mozellosite.com/>

end of the confrontation, on September 6, 1578, at the request of Cardinal Henrique (1512-1580), he travelled to North Africa accompanied by Friar Inácio Tavares, Friar Diogo Ledo, Friar Francisco da Costa, and Brás Alemão to recover the body of King Sebastião and some captive nobles (São José, I, 387-409).

In parallel with this ransom operation, which was repeated several times in the following years, additional redemptions were carried out in Algiers, where Christian captives were known to have been sold, as well as in Melilla, the Barbary Coast, Fez, Salle, Tetuán, and Marrakesh. This liberation process, as already explained, was laborious and required considerable financial, human, and negotiation efforts with the owners of the captives. Nevertheless, the operations led by the Trinitarians were highly structured, with detailed guidelines regarding the logistics of the redemptions. Among the documents attesting to this organization are the *Traslado do regimento dos preços dos resgates de Alcácer Quibir* (Copy of the regiment of the prices of the redemptions of Ksar El-Kebir); *Instruções sobre os cativos da Batalha de Alcácer Quibir dadas a D. Francisco da Costa* (Instructions about the captives of the Battle of Ksar El Kebir given to D. Francisco da Costa); *Instruções de Fr. Roque do Espírito Santo para os redentores de cativos* (Instructions of Fr. Roque do Espírito Santo for the redeemers of captives) and *Provisões e regimento para o resgate dos cativos de Fez de 1608* (Provisions and regiment for the ransom of the captives of Fez in 1608)⁽⁵⁾.

It should also be noted that, beyond the central role of the Order of the Most Holy Trinity, other institutions collaborated in this effort, notably the «Santa Casa da Misericórdia» and the Society of Jesus. An emblematic case of this inter-institutional coordination involves the Jesuit Father Amador Rebelo (1538-1622), who, according to Friar Bernardo da Cruz, was appointed in the early 1580s by Cardinal Henrique to embark for North Africa together with Father André Álvares, with the mission of supporting the ransom process, a responsibility that exceeded the capacities of the Trinitarians alone. For this purpose, he received 17,000 cruzados from royal alms, which he used during the journey to Valencia to purchase valuable goods. These were subsequently sold in Algiers, increasing the initial sum to

(5) The full transcription of these documents can be found in Alberto, Sousa 2023: 318-354.

25,000 cruzados, an amount that made it possible to ransom numerous captives (BNP, Cruz, s.d., cap. XCIII⁽⁶⁾).

In this sense, the actions of the Trinitarians and other agents involved in the ransoms allow us to understand that the phenomenon of geographic mobility affected not only those held in captivity but also their redeemers, both religious and lay. Indeed, they were part of constant dynamics of movement between the Kingdom and different locations in North Africa. The very practice of ransom thus involved continuous travel, negotiations across multiple cities, and direct contact with diverse political, religious, and cultural communities. Accordingly, captivity and its subsequent redemption emerge as phenomena deeply connected to broader patterns of human migration and circulation, in this case, patterns of mobility imposed by war.

Regarding the captives of Ksar El-Kebir, both civilians and military personnel, the question arises as to the extent to which their initial relocation to North Africa was truly voluntary. Although many professional soldiers and nobles accompanied King Sebastião out of loyalty, ambition, or personal interest, a significant portion of people was recruited through long-standing coercive mechanisms, such as the «ordenanças». Likewise, the presence of women, children, and civilians, connected to families or support roles, cannot be understood as a freely chosen movement. For many, from the very outset, it constituted a forced relocation, in which the military campaign inherently required the mobilization of resources forming a heterogeneous community in terms of people and trades.

Thus, beyond the act of crossing the Strait of Gibraltar toward Morocco as a form of coercive migration, the human component that was captured, as noted, underwent a series of forced relocations as they were sold, exchanged, acquired, or transferred between different Moroccan regions. Far from remaining static at their initial site of captivity, these people became part of broader networks of circulation extending throughout North Africa and, in some cases, beyond. Their trajectories therefore demonstrate that captivity did not constitute a fixed condition, but rather an experience deeply marked by patterns of coerced mobility.

(6) Portuguese National Library (BNP). Bernardo da Cruz (sec. XVII). *Crónica del Rei dom Sebastião o pr[imer]o deste nome Rei de Portugal*. pba-186, cap. XCIII.

Finally, the ransom process itself can be understood as a final form of migration: an attempt to return captives to their place of origin. However, the redemption of these individuals and their return to the Kingdom rarely represented a peaceful or immediate reintegration. Many were subjected to intense scrutiny by the Holy Office, interrogated about their fidelity to the Christian faith and their experiences in the lands of the «enemy», in this case Muslims. The numerous inquisitorial records preserved at the National Archive of Torre do Tombo reveal that return did not simply mean freedom, but also subjection to new forms of surveillance, judgment, and suspicion (Torres 2021).

Take, for example, the case of Pedro Nunes, aged 35, that was redeemed in the 1590s and brought before the Inquisition in May 1596. According to the Inquisition's documents, he was the son of two «Old Christians», Diogo Nunes and Maria de Jahem, and had resided both in Castile (Bairro da Fonseca, in Cuenca) and in Lisbon (Rua do Congro). He had also served as a retainer to Afonso de Aguiar, a Castilian nobleman who fought at Ksar El-Kebir. Although his lord was killed in the battle, Pedro himself fell captive to the Moorish king. Upon his return, however, the trial proceeded against him on the charge of having practiced Islam (ANTT, Tribunal de Santo Ofício, proc. 5294).

The Battle of Ksar El-Kebir was, indeed, a unique case in terms of military, political, and juridical implications between the Iberian kingdoms and the North African authorities, but it was also an exception in the human dimension due to the thousands of captives taken. The ransom process was never, and could never be considered, fully completed; nonetheless, efforts continued repeatedly, with records of the redemption of battle participants extending as late as 1613-1614. Nevertheless, the exceptional episode of Ksar El-Kebir, which, as we have seen, resulted in a sudden surge in the number of Christian captives in North Africa, the phenomenon of captivity had already existed in previous centuries and continued for many decades after the battle's outcome.

In the broader context of seventeenth-century captivity, these ransom operations carried out by the Portuguese Crown and the Order of the Most Holy Trinity must be understood as responses to the systematic threat of corsair activity in North Africa and the western Mediterranean. Thus, the general ransoms documented in Algiers in 1621 and in Morocco in 1622, 1625, and 1627, culminating later in Tetuán in 1655, reflect the concrete measures adopted to confront the captivity phenomenon during

this century. This temporal hiatus between ransoms (1627 to 1655) can be explained, in part, by the growing political instability that the Portuguese kingdom experienced during the 1630s and 1640s, and later, with the outbreak of the Restoration War. Indeed, the period accompanying the process of political restoration and the struggle for independence (1640-1668) represented a crucial moment in which the Kingdom's military and financial priorities were focused almost exclusively on the Iberian front, relegating the organized effort to redeem captives in North Africa to a secondary concern. It also entailed the loss of one of the most important strongholds in this ransom process due to the refusal of the captains of Ceuta to recognize the newly acclaimed King João IV (1604-1656). Although Ceuta remained definitively connected to the Spanish crown, the captain of Tangier, D. Rodrigo Lobo da Silveira (?-1653), eventually yielded and swore allegiance to the Portuguese side in 1643 (Costa 2017: 188).

For these reasons, although the need to ransom captives in North Africa had been recognized during the 1630s and 1640s, it was only in March 1653 that King João IV issued the royal charter directing resources toward a new ransom, now based in Tangier, instructing the governor to provide the necessary support to the Trinitarians. The operation was carried out by Fathers Henrique Coutinho and António de Madre de Deus, who successfully redeemed 183 captives, the vast majority originating from coastal areas (Braga 1994: 124-125), confirming the previous assertion regarding the regions most affected by corsair activity. In the following years, the rescues continued in Moroccan lands and, above all, in Algiers, freeing hundreds of Portuguese captives. Among them are the natives of the Azores islands, often devastated by attacks by corsairs and their inhabitants taken as captives.

Based on the documents from the Lisbon convent of the Order of the Most Holy Trinity and the «Mesa da Consciência e Ordens», it should be further noted that we are dealing with a daily reality for Portuguese society that persisted from the foundation of the Portuguese kingdom until its definitive resolution in the early nineteenth century. In the case of Morocco, with the accession of Sidi Mohammed to the throne in 1757, a policy was developed to create conditions leading to treaties of friendship and commerce with European kingdoms, stipulating a mutual obligation not to capture individuals. Following this policy, the first exchange of captives between Portugal and Morocco took place in 1760 in preparation for a peace treaty (Neto 1996). From this point on,

ransom operations became a matter of diplomacy, ceasing to be framed as a religious war and transitioning into agreements between nations. The Peace Treaty, signed on 11 January 1774, marked a new phase in the relationship between the two courts, carried out through intense diplomatic exchanges (*Relações ...*, 212-224).

In Algiers, the last general ransom of captives took place in 1811, following the Treaty of Truce and Ransom signed on 6 July 1810. This treaty secured the liberation of six hundred Portuguese captives in four successive stages. The agreed sums were very high, necessitating the organization of a national fundraising campaign to enable payment of the requested ransom. The Luso-Algerian Peace Treaty was subsequently concluded on 21 June 1813 under British auspices.

The study of captive ransoms thus constitutes an attempt to reveal a reality intrinsic to Portuguese society, particularly experienced in coastal settlements which, due to their geographic position, were more exposed to attacks by North African pirates and corsairs. Redeeming captives became an act of charity and mercy, aimed at the liberation of those imprisoned in North Africa, encompassing both physical and spiritual dimensions.

Conclusion

The captivity of Europeans in North Africa from the early modern period through the nineteenth century represented a crucial, yet often overlooked, dimension in the history of forced migrations. Along the Mediterranean and Atlantic coasts, thousands of individuals were seized by corsairs and pirates operating from Morocco, Algiers, Tunis, and Tripoli. These captives experienced a range of fates, including enslavement, forced labour in households, or galleys, and, at times, coerced integration into local institutions.

This phenomenon constituted a form of coerced mobility that profoundly reshaped the demographic, social, and economic landscapes of both Europe and North Africa. Families were torn apart, communities destabilized, and flows of human labour redirected across the Mediterranean under duress. The captivity of Christians in North Africa thus exemplifies how religious, political, and economic conflicts generated involuntary migration, creating enduring networks of negotiation, ransom, and redemption.

Moreover, the systematic practice of captivity and ransom institutionalized forced mobility. European powers and religious orders developed extensive logistical and financial systems to negotiate the release of captives, raising funds from private donors, kings, and charitable institutions. The processes—capture, negotiation, and liberation—illustrate the interplay between coercion and diplomacy, as well as the broader implications of human displacement for cross-cultural encounters, state formation, and collective memory. In this sense, North African captivity should be understood not merely as an episode of Mediterranean piracy but as a pivotal chapter in the *longue durée* of forced migrations, highlighting the intersections of power, faith, and mobility in early modern and modern history.

This phenomenon must also be situated within the wider context of the Mediterranean as a dynamic and contested zone of human movement, interaction, and boundary-making. Far from serving as a mere backdrop to political and religious conflict, the Mediterranean functioned as a space where diverse communities (Christian, Muslim, Jewish, and others) interacted in ways that were at once cooperative, competitive, and coercive. Maritime routes, port cities, and coastal settlements were hubs of commercial and cultural exchange but also zones of vulnerability to piracy, enslavement, and military incursions.

The capture of Europeans by North African corsairs and the subsequent ransoms coordinated by religious orders, monarchs, and local communities exemplify the entanglement of coercion and negotiation that shaped mobility across the Mediterranean. These movements were not only physical but also social and symbolic, producing networks of familial, religious, and political obligations that crossed national and confessional boundaries. The Mediterranean thus emerges as a space in which forced migrations, voluntary trade, and diplomatic negotiation were inseparably intertwined, revealing the porous nature of borders and the constant negotiation of territorial, political, and religious boundaries.

Furthermore, the Mediterranean served as a venue for cross-cultural encounters, in which captives, traders, diplomats, and religious agents mediated interactions between communities that might otherwise have remained segregated. The lived experience of captivity underscores the intersection of vulnerability, agency, and negotiation, showing how individuals and institutions navigated the overlapping claims of sovereignty, faith, and commerce. Networks of ransom, relief, and correspondence

between European and North African actors attest to a Mediterranean world defined not by rigid separation but by mobility, interaction, and the continual contestation of geographic, political, and religious borders.

By framing captivity explicitly as a form of forced mobility, this study aligns with and extends recent historiographical debates that interpret pre-modern migration as encompassing not only voluntary movement but also displacement generated by warfare, enslavement, and religious conflict. Although captivity in the Mediterranean has been extensively examined through the lenses of piracy, slavery, conversion, diplomacy, and ransom practices, it has seldom been conceptualised as a specific modality of involuntary migration. Viewing captivity in this way highlights it as a structured mechanism of human displacement shaped by frontier dynamics and sustained by diplomatic, religious, and charitable networks that sought to manage and negotiate this coerced movement across the Mediterranean. Recognizing it as such highlights how these displacements were structured and managed through complex networks—religious orders, monarchs, charitable institutions, and local intermediaries—coordinating capture, negotiation, and redemption. This perspective reveals captivity not simply as episodic suffering but as an organized system of human mobility embedded in the political, social, and religious landscapes of the Mediterranean.

In this way, the captivity of Europeans and the systems of redemption in North Africa illuminate the Mediterranean as a complex arena where human mobility, cross-cultural encounter, and the negotiation of difference were central to social, economic, and political life, offering a lens through which to understand broader patterns of migration, exchange, and frontier formation in early modern history.

Bibliography

- Alberto, Edite Martins (2005). “Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618”, in *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa (http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf).
- « — » (2011). *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna*. Tese de Doutoramento em História, área do conhecimento

- História Moderna. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho (disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13440>).
- « — » (2014). “Dos Açores para o Norte de África. Contributo para o estudo dos cativos failaenses nos séculos XVII-XVIII”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 22, 475-510.
- « — », Sousa, Luís Costa e (coord.) (2023). *Cativos e Redentores da Batalha de Alcácer Quibir. Os documentos a Ordem da Santíssima Trindade. Captives and redeemers of the Battle of Ksar El Kebir. The documents of the Order of the Most Holy Trinity*. Ponta Delgada: Letras Lavadas (<https://run.unl.pt/handle/10362/157201>).
- Alfonso X El Sabio (ed. 2020). *As Siete Partidas*. Madrid: Editorial Verbum.
- Baepler, Paul (ed.) (1999). *White Slaves. African Masters. An Anthology of American Barbary Captivity Narratives*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Bennassar, Bartolome, Bennassar, Lucile (1989). *Los cristianos de Alá. La fascinante aventura de los renegados*. Madrid: Editorial Nerea.
- Braga, Isabel Drumond (1994). “O primeiro resgate geral de cativos após a Restauração (Tetuão 1655)”, *Itinerarium*, XI, 124-125.
- « — » (1998). *Entre a Cristandade e o Islão (sécs. XV-XVIII). Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties.
- Bravo Caro, Juan Jesús, Roldán Paz, Lorna, Ybáñez Worboys, Pilar (2020). *El Mediterráneo: Sociedades y Conflictos*. Madrid: Silex Ediciones.
- Cipollone, Giulio (1993). “Missione parola polivalente. I Trinitari in Portogallo: missione come liberazione”, in *Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas - Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Fundação Evangelização e Culturas, vol. III, 441-453.
- Costa, João Paulo Oliveira e (coord.) (2017). *História da Expansão e do Império Portugêses*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Davis, Robert C. (2004). *Christian Slaves Muslim Masters. White Slavery in the Mediterranean, the Barbary coast and Italy, 1500 -1800*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Diaz Borrás, Andrés (2001). *El Miedo al Mediterráneo: La caridad popular valenciana y la redención de cautivos bajo poder musulmán 1323-1539*. Barcelona: Institución Milá y Fontanals.

- Fletcher, Richard (2003). *The Cross and the Crescent - The dramatic story of the earliest encounters between Christians and Muslims*. Londres: Penguin Books.
- Kaiser, Wolfgang (ed.) (2008). *Le commerce des captifs: les intermédiaires dans l'échange et le rachat des prisonniers en Méditerranée, XVe-XVIIIe siècle*. Rome: École française de Rome.
- Neto, Maria Joana Miranda de Carvalho (1996). *Portugal e Marrocos. Diplomacia e comércio (1760-1783)*. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa.
- Oliveira, Eduardo Freire de (1888). *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Vol. X. Lisboa: Typografia Universal.
- Ordenações Afonsinas* (1999). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 vols., 2ª ed. (edição fac-similada de *Ordenações do Senhor Rey Dom Afonso V*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792).
- "Relações Luso-Marroquinas 230 anos" (2004) in *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 17-18, 212-224.
- São José, Fr. Jerónimo de (1789-1794). *Historia Chronologica da esclarecida Ordem SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. 2 tomos. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Systema, ou Coleção dos regimentos reaes contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real* (1789). Lisboa: Oficina da Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Torres, Ricardo (2021). *Corsários na Inquisição de Lisboa (século XVII)*. Dissertação de Mestrado em História. Braga: Universidade do Minho. (<https://hdl.handle.net/1822/77867>).
- Vitkus, Daniel J. (ed.), Matar, Nabil (int.) (2001). *Piracy, Slavery and Redemption. Barbary Captivity Narratives from Early Modern England*. New York: Columbia University Press

**CAI YUANPEI AND THE TRANSNATIONAL QUEST:
INTELLECTUAL MOBILIZATION IN THE CHINESE
COMMUNITY IN FRANCE**

**CAI YUANPEI E A JORNADA TRANSNACIONAL:
MOBILIZAÇÃO INTELECTUAL NA COMUNIDADE CHINESA
NA FRANÇA**

NUNO MIRANDA
Universidade Aberta
nunomacmiranda@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5330-6589>

Texto recebido em / Text submitted on: 21/05/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 10/03/2026

Abstract

This article explores the pivotal role of Cai Yuanpei in the transnational intellectual mobilization of the Chinese community in France during the early twentieth century by highlighting how Cai's vision and leadership contributed to the formation of educational and cultural networks that bridged China and Europe. The article situates Cai's efforts within the broader context of Chinese migration, modernization, and reform movements, emphasizing the dynamic interplay between individual agency and collective identity in a transnational setting. It also sheds light on the significance of the anarchist based work-study movement and related organizations in fostering a new generation of Chinese intellectuals who were deeply influenced by their experiences abroad. Through this analysis, the article contributes to a deeper understanding of the complexities of cultural exchange, diaspora identity, and intellectual history in the Republican era.

Keywords

Cai Yuanpei; anarchism; Chinese diaspora; work-study movement; migration.

Resumo

Este artigo explora o papel fundamental de Cai Yuanpei na mobilização intelectual transnacional da comunidade chinesa em França durante o início do século XX, ao destacar como a visão e liderança de Cai contribuíram para a formação de redes educacionais e culturais que ligaram a China e a Europa. O artigo sublinha os esforços de Cai dentro do contexto mais amplo da migração chinesa, da modernização e dos movimentos de reforma, enfatizando a dinâmica interação entre a agência individual e a identidade coletiva num cenário transnacional. Também revela a importância do movimento de trabalho-estudo, baseado no anarquismo, e das organizações relacionadas na formação de uma nova geração de intelectuais chineses profundamente influenciados pelas suas experiências no exterior. Através desta análise, o artigo contribui para uma melhor compreensão das complexidades do intercâmbio cultural, da identidade da diáspora e da história intelectual na era republicana.

Palavras-chave

Cai Yuanpei; anarquismo; diáspora chinesa; movimento trabalho-estudo; migração.

Introduction

In the early twentieth century, the migration of Chinese students to France gave rise to a dense network of educational initiatives, political expectations, and intellectual exchanges that would leave a lasting mark on modern Chinese thought. This article examines the motivations and strategies that shaped Cai Yuanpei's sustained engagement with the Chinese community in France, focusing on his involvement in the Association for Frugal Study in France, the Working-Study Movement, and the Educational Association in France. While scholars such as Paul J. Bailey have traced the institutional contours and political consequences of the Chinese work-study movement in France, less attention has been paid to the intellectual logic that underpinned Cai Yuanpei's engagement. This article fills that gap by foregrounding his pedagogical reasoning and

analysing how his educational ideals were shaped by the material and social conditions of migration. I argue that Cai's role in these initiatives should be understood not merely as institutional leadership, but as a form of transnational intellectual mediation that sought to align educational reform, moral cultivation, and national regeneration under the specific conditions of migration. This mediation, however, was structurally marked by a tension between universal pedagogical ideals and the material and social constraints experienced by student-workers.

Recent scholarship on migration has emphasized that mobility entails more than the physical movement of populations, involving instead a reconfiguration of social roles, ethical expectations, and collective identities (Bhugra, Becker 2005: 21). The migration of Chinese students to France exemplifies this broader dynamic. Closely linked to projects of educational reform and national renewal, it combined aspirations for individual advancement with a collective vision of social transformation. Within this context, Cai conceptualized education abroad as a morally charged enterprise, grounded in discipline, frugality, and shared responsibility. His emphasis on gradual self-cultivation and collective effort resonates with contemporary currents of social thought, including Kropotkin's description of social change as «a whole process of liberation progressed by a series of imperceptible acts of devotion to the common cause, accomplished by men who came out of the masses» (Kropotkin 1902: 85).

Cai's approach was shaped by his own experience of intellectual exchange in Europe, which informed his engagement with Western educational models while reinforcing his commitment to reforming Chinese society on ethical and cultural grounds. Rather than adopting foreign ideas wholesale, he sought to integrate selected elements of European pedagogy into a framework oriented toward Chinese social needs. This orientation found concrete expression in the organizations he helped to establish. The Association for Frugal Study in France aimed to secure access to education under conditions of economic scarcity; the Working-Study Movement institutionalized the combination of labor and learning as both a practical necessity and a formative ideal; and the Educational Association in France sought to facilitate intellectual exchange between Chinese students and French academic institutions. Together, these initiatives reveal an effort to stabilize migration as a structured educational pathway rather than an unregulated or purely economic experience.

By situating Cai's interventions within the broader history of Chinese migration and educational reform, this article contributes to ongoing historiographical debates on the circulation of ideas, the role of intellectuals in transnational settings, and the social dimensions of pedagogical projects. It treats migration not only as the movement of individuals, but as a space in which educational ideals, moral norms, and institutional practices were negotiated and contested. Methodologically, the study is based primarily on Cai Yuanpei's correspondence, which offers direct insight into his thinking and organizational strategies. These primary sources are complemented by secondary scholarship on Cai's intellectual trajectory, the working-study movement, and the history of Chinese migration to France, as well as biographical materials related to key figures within his transnational network. This combined approach allows for a historically grounded analysis of how educational ideals were mobilized, adapted, and constrained within the lived realities of migration.

Cai Yuanpei's intellectual journey to France

Cai Yuanpei is widely regarded as a transformative figure in the evolution of modern Chinese thought and education. Born into a period of upheaval during the late Qing dynasty, his early intellectual environment was steeped in traditional Confucian learning, yet it was also marked by a growing awareness of China's perceived decline and the urgent need for reform. The inefficacies of a system that clung to past glories while the nation faltered before the encroachments of Western powers spurred Cai's critical self-reflection and set him on an academic and ideological journey that would ultimately lead him to France. In his formative years, Cai became increasingly conscious of the limitations inherent in classical Chinese education as traditional scholarship. Centered on the civil service examinations and the moral rigor of Confucian doctrine, this education model was seen by many reform-minded intellectuals as inadequate for addressing the complex challenges of a rapidly modernizing world. Against this backdrop, new ideas began to circulate, such as ideas championed by earlier reformists like Kang Youwei (1856-1927) and Liang Qichao (1873-1929), that questioned the rigid hierarchies and traditionalism of the imperial

system. For Cai, the burgeoning debates about educational and cultural renewal were not abstract musings; they were existential imperatives that called for an integration of Eastern wisdom with the progressive insights emerging from the West.

Cai's early exposure to European intellectual currents came through his studies in Germany, where he encountered the rigorous methodologies of Western research and the emancipatory philosophies of the Enlightenment. This period of intense academic interaction played a crucial role in reshaping his worldview. In Germany, Cai found a model for critical scholarship, one that prized empirical inquiry, rational thought, and a commitment to individual intellectual freedom. Yet, while Germany provided the analytical framework and methodological rigor he sought, it was France that would capture his imagination with its vibrant republican tradition and its emphasis on cultural and educational dynamism, specially as he considered the French and the Chinese «very similar in temperament» by valuing «sincerity, approachability, diligence without stinginess, self-respect without arrogance, and a refusal to let narrow nationalism override cosmopolitanism (Cai 1984 [1924], IV: 483).

France, during the turn of the twentieth century, was not only the epicenter of artistic and intellectual innovation but also a living laboratory of modern republican ideals. In this period, the secularization of education was closely linked to the secularization of morals, with standardized schooling placing the nation at the core of the intellectual and moral curriculum, where schools and the military mutually reinforced a republican faith in assimilation through institutions (Kusters, Depaepe 2011: 32). The French model, characterized by its staunch secularism, its democratic *ethos*, and its commitment to creating a citizenry capable of self-governance, offered Cai an attractive contrast to the autocratic systems that had long dominated Chinese political life. Cai's decision to venture to France was also profoundly influenced by the activities of an emergent network of Chinese intellectuals known as the Chinese Francophile lobby. Composed of reformers who embraced French revolutionary ideals and the spirit of modern education, this group viewed France as a beacon of progressive thought that could illuminate pathways for China's own modernization. For these intellectuals, France represented not just a repository of advanced knowledge, but also a dynamic site for the reimagining of China's cultural and educational destiny. In this context, Cai's engagement with France became more than

a personal academic pursuit as it transformed into an act of intellectual and national rejuvenation.

Moreover, Cai recognized that France's cultural and political landscape steeped in the legacy of the French Revolution and sustained by a vibrant tradition of intellectual debate offered the possibility of rethinking the very foundations of Chinese society. Here was a society that had managed to reconcile the ideals of freedom, equality, and fraternity with a pragmatic commitment to collective welfare and civic responsibility. For Cai, whose vision of education extended beyond the mere transmission of knowledge to encompass the moral and social upliftment of an entire nation, France offered an inspirational blueprint. Cai Yuanpei (1984 [1917], III: 64) located in France a living demonstration of the moral economy he sought to inculcate among Chinese worker-students:

Observing the French people beyond Paris as a whole, they truly rank among the world's most adept savers—a model of 'economic democracy,' where the nation's wealth rests largely in the hands of farmers and the middle class. Their annual savings growth reportedly exceeds 200 billion francs. This demonstrates the French commitment to thrift, confirming France as an ideal land for economical study.

To Cai, French thrift was not mere parsimony but the outward expression of a national attitude that harmonized individual restraint with collective well-being, as an empirical counterweight to both the luxury that erodes human nature. A concept that echoes Mozi's (2015: 123) teaching on frugality rooted not in deprivation but in intentionality, where «to eliminate what is of no use is the way of the sage, and to avoid wasteful expenditure is the principle of the benevolent». Here, Cai discerned a cross-cultural resonance, an alignment of French *sobriété* with Mohist pragmatism, which reframed thrift as a moral teleology. Just as Mozi's condemnation of extravagance sought to dismantle hierarchies of waste that fractured social cohesion, so too did the French ideal of measured living reject both the hubris of expenditure and the nihilism of mere survival, proposing instead a third way: a calibrated existence where restraint, far from stifling the spirit, liberated it to pursue collective flourishing.

In this synthesis, thrift became neither denial nor dogma but a philosophy of sufficiency as a recognition that the measure of civilization

lay not in excess, but in the equitable distribution of enough, aligning individual moral economy with universal care. By highlighting France's capacity to combine material modesty with a vibrant civic life, Cai Yuanpei articulated a dialectical vision in which republican institutions that guaranteed academic freedom also cultivated mutual aid and self-discipline. Accordingly, immersion in the everyday practices of French frugality visible in provincial savings, the economy of public resources, and municipal support for worker education. In this regard, it constituted, for Cai (1984 [1915], II: 397), the indispensable crucible for forming citizens able to both «resort to diligence» and «pursue independent scholarship», thereby realizing the Confucian ideal of virtue through shared service.

Cai's journey to France thus emerges as a critical juncture in his lifelong commitment to educational reform. Far from an escapist venture, it was a deliberate response to the pressures of his time, as a strategic effort to draw inspiration from a society that embodied the transformative promise of modernity. Through forging transnational connections, Cai sought to channel educational and intellectual resources back to China, catalyzing a broader process of national renewal. His engagement with France was therefore rooted not only in intellectual curiosity, but in a sustained commitment to social transformation shaped by early frustration with traditionalism and a critical engagement with Western models of progress.

The Chinese migration to France in the early twentieth century

Chinese migration to France in the early twentieth century unfolded along two intersecting trajectories: the Francophile work–study movement and the mass recruitment of the Chinese Labor Corps during World War I. As early as 1902, the Francophile lobby had established a soybean factory—school in La Garenne-Colombes where Chinese students lived communally, labored by day, and attended lectures in science, history and ethics by night. This was an initiative that crystallized into the Sino-French Education Association in 1916, whose bilingual preparatory schools in Beijing, Baoding and Chengdu fed hundreds of frugal students into French factories (Bailey 2014: 23-24). Further confirming Kropotkin's (1902: 71) statement that «migration means war», the outbreak of the Great War vastly expanded this framework: between

1916 and 1918 France and Britain enlisted roughly 140,000 Chinese workers, 37,000 in France alone, to work in munitions, metallurgy and infrastructure, under military direction (Bailey 2009: 111). This scale of mobilization proved indispensable to Allied industrial capacity and, simultaneously, turned factory floors and YMCA sponsored evening huts into sites of cultural exchange, where Chinese migrants acquired rudimentary French, technical skills, and exposure to Western political thought (Ronen 2023: 1011).

This confluence of economic necessity, cultural immersion, and intellectual ambition transformed early Chinese migration to France into a fulcrum of modern Chinese identity. It seeded vocational reform, inspired political revolution, and forged a cosmopolitan cadre whose influence would reverberate through China's educational and political upheavals of the 1920s and beyond. Their presence in France thus became emblematic of a broader process of economic integration and global labor mobility, where Chinese workers became integral components of France's industrial narrative. Among these pioneers, the roles of figures such as Cai Yuanpei, Li Shizeng (1881-1973) and Wu Zhihui (1865-1953) were instrumental in shaping the intellectual contours of Chinese migration and transnational educational exchange. Li Shizeng emerged as one of the leading advocates for the integration of Western educational ideals into the fabric of modern Chinese society. He was not only an accomplished scholar but also a political activist whose endeavors spanned various sectors, from publishing radical newspapers to organizing labor movements. In 1902, Li traveled to France as part of an embassy delegation, marking his first encounter with a nation that, despite its reputation for political turbulence, offered a unique model of republicanism and cultural dynamism. His decision to study and ultimately settle for extended periods in France was rooted in a belief that the French model of civic freedom, secular education, and social innovation could serve as an ideal blueprint for modernizing China. Once in France, Li became a key figure in the Chinese Francophile lobby, which was a group of reform-minded intellectuals dedicated to cultivating closer cultural and educational ties between China and France.

Wu Zhihui, another prominent figure of the time, played a complementary role. Arriving in France after spending time in Britain, Wu was deeply impressed by French intellectual life and its commitment to individual freedom and scientific inquiry. His own academic pursuits,

coupled with his political insights, led him to engage with French intellectuals and policymakers. Wu's efforts helped open channels for cultural exchange and provided a critical perspective on how Chinese students and workers could integrate lessons from French society into China's reform agenda. Together, Li Shizeng and Wu Zhihui symbolized a new generation of Chinese reformers who recognized the importance of a transnational dialogue, one that transcended national boundaries and challenged the very foundations of traditional Chinese society.

Culturally and educationally, the migration to France fostered a vibrant atmosphere of exchange. Chinese students who traveled to France did so under programs that emphasized a dual curriculum: rigorous academic study coupled with disciplined manual labor. This work-study model was not merely a practical adaptation to frugal living conditions; it represented an ideological commitment to the ideals of self-improvement, equality, and civic responsibility (Bailey 1988: 451). The rationale behind this model was both practical and philosophical. On the practical level, it ensured that Chinese students could support themselves economically while studying in a relatively expensive Western country. Yet in practice «their diligent work could hardly pay for their frugal study», and many students «were exhausted from practicing ironwork at the workshop», constraints that limited uptake of nightly pedagogy (Guo 2025: 488). Philosophically, however, it was imbued with the belief that true education was not confined to the reading of textbooks alone but also comprised the moral and ethical formation that arises from engaging in communal labor and living modestly. The French experience of republican citizenship, centered on the values of liberty, equality, and fraternity, resonated deeply with these students, who saw in it a pathway to transforming Chinese society. Moreover, the Chinese migration to France created a unique confluence of intellectual and cultural endeavors that significantly impacted both countries as it «reshaped national identity and China's internationalization, which then in turn shaped the emerging global system» (Xu 2011: 198).

The French perception of Chinese laborers was marked by a striking dissonance between intellectual idealization and administrative reality. On one hand, French intellectuals and politicians constructed a narrative of unique cultural affinity, portraying the Chinese as «the Frenchman of the Far East» with whom France shared innate qualities of philosophical wisdom, family devotion, and humanistic values (Bailey 2011: 11-12). On

the other hand, French officialdom betrayed a fundamentally colonial mindset by categorizing Chinese workers alongside conscripted colonial labor from North Africa and Indochina, while simultaneously issuing paternalistic instructions to employers warning of the Chinese workers' supposed «self-pride» and «childlike» nature that required careful management. This condescending framework collapsed entirely when Chinese workers failed to conform to expectations of docility, protesting dangerous conditions and contractual violations. French employers and local communities swiftly reclassified them from objects of cultural fascination into «lazy troublemakers» and «undesirables» whose presence made villages feel unsafe (Bailey 2011: 13-14). This dramatic reversal from veneration to vilification exposed the fragility of the 'special relationship' discourse, revealing it as a rhetorical construct unable to withstand the complexities of actual Sino-French interaction.

Notwithstanding, Chinese migrants helped broaden understanding of Eastern thought within the French intellectual scene by establishing cultural groups, publishing bilingual works, and engaging in public discourse. Meanwhile, exposure to French academia and philosophy reshaped Chinese views of modernity, fueling transformative movements like the New Culture Movement and the May Fourth protests.

Beyond seeking personal advancement, these migrants grappled with complex questions of identity and belonging. Navigating a space between being viewed as exotic outsiders and vital economic contributors, they faced the challenge of reconciling Chinese traditions with Western influences. This tension fostered hybrid identities that merged their cultural heritage with modern, global currents, a synthesis that would later inform key political and educational reforms in China.

Cai Yuanpei's role as a migration mediator

The Chinese Frugal Study Association in France emerged in the early 20th century as part of a broader ideological and practical experiment to reconcile labor, education, and revolutionary idealism. Rooted in the anarchist principles of mutual aid and self-reliance, it sought to transcend the rigid hierarchies of Confucian tradition and the encroaching authoritarianism of Marxist-Leninist. Inspired by European anarchist thinkers such as Peter Kropotkin, the Francophile

lobby visionaries established cooperative ventures, like bean-curd factories and printing presses, where participants engaged in manual labor during the day and studied science, languages, and philosophy at night, embodying the *ethos* of work-study as a means of personal and collective liberation (Scalapino, George 1961: 3). This synthesis of labor and intellect aimed not merely to fund education but to cultivate a new class of self-sufficient, critically minded individuals capable of reshaping China's future. The movement's goals were twofold: to democratize access to knowledge by breaking down the elitist divide between mental and manual work, and to foster a decentralized, egalitarian society rooted in libertarian socialist ideals. However, in 1913 President Yuan Shikai, alarmed by the scale of unauthorized overseas organization and fearful that returning students might import subversive republican or radical ideas, ordered the closure of the Beijing preparatory school, effectively terminating the frugal-study scheme at its inception. With the outbreak of World War I in mid-1914 further compounding the impossibility of sending new recruits to Europe, the Association ceased all formal activities until it was reimagined years later as a work-study program for Chinese laborers in France.

In 1915-16, as France began recruiting large numbers of Chinese workers for its wartime economy, these organizers seized the opportunity to scale up their educational vision and relaunched the movement on a new footing under the banner of the Educational Association in France. By March 1916 the formal Work-Study program was underway, enrolling thousands of less-educated rural recruits in French factories, where their wages would fund concurrent evening classes in French, Western science and political theory. From its inception, the program was driven by three intertwined aims. First, participants would achieve financial self-sufficiency, since rather than relying on costly scholarships or government stipends, they would work their way through study, earning modest wages in factories. Under strict frugal rules, with «strict prohibition of visiting brothels, gambling, smoking, drinking, or any harmful/extravagant activities» (Cai 1984 [1917], III: 37), they would share communal lodgings to minimize expenses. Second, by immersing students in the European workers' movement, the organizers sought to expose them to socialist and anarchist ideas circulating among French workers (Scalapino, George 1961: 3). They viewed the factory floor as a living laboratory for collective organization and political awakening,

as «work-study was to have a moral as well as an educational function [since] in addition to making workers more knowledgeable, work-study would eliminate their 'decadent habits' and transform them into morally upright and hard-working citizens» (Shurtleff, Aoyagi 2011: 121). Third, the program aimed at cultivating a new cadre of modern Chinese leaders. Recruits, often ignorant of modern science, would return home equipped with both technical skills and a revolutionary consciousness, ready to spearhead China's social and political renewal, since «to impart scientific knowledge in East Asia, studying in the West is essential» (Cai 1984 [1917], III: 36). Cai Yuanpei understood the Work-Study Movement as an experiment in ethical reciprocity and self-formation rather than mere vocational training. Cai (1984 [1915], II: 396) invoked Mencius' dictum—«A single person depends on the labor of countless craftsmen»—to emphasize Guanzi thought that «if one man does not plow, others will starve; if one woman does not weave, others will shiver», thus framing every act of toil as a moral obligation. Here, the absence of one's toil fractures the delicate symbiosis of communal life, transgressing not just societal norms but the ethical fabric of benevolence itself. Mencius' craftsmen metaphor, rooted in Confucian role ethics, posits that each individual's labor is a thread in the tapestry of collective harmony—a harmony contingent on the dutiful fulfillment of one's station. For Cai (1984 [1921], IV: 33), true expertise required more than manual dexterity; it demanded an integrated intellect that continuously interrogates the conditions of its own practice:

(...) it becomes clear that those engaged in scientific pursuits can not only select certain arts during their leisure time to cultivate their minds but also discover an aesthetic dimension within their specialized field of study. Is this not a case of «killing two birds with one stone»? It is often observed that those who devote themselves exclusively to science, without engaging in the arts, tend to fall into a state of bleak monotony.

Cai's vision of an aesthetic education compounded into the daily life by situating factories, farms and workshops as laboratories of philosophical inquiry, and such ontological vision underpinned his insistence on diligent work and frugal study. Therefore, by collapsing the hierarchy between thinking and doing, Cai's model sought to produce individuals capable of both technical innovation and critical

selfreflection—a synthesis of Confucian selfcultivation, Kantian autonomy and anarchist mutual aid that, in his view, held the seeds for personal virtue and national renewal (Duiker 1971: 224). This nascent project of national regeneration must, by necessity, embark upon a deliberate phase of iconoclasm, in which the prevailing moral edifices and inherited mores of contemporary Chinese society are subjected to a rigorous, even ruthless, deconstruction, in order to create «a “new” world bottom-up» (Müller 2023: 4). Only through this radical severance can the raw materials of custom and convention be reassembled into a novel socio-cultural synthesis, or, a new China whose coherence is neither servile replication of the past nor unreflective imitation of Western modernity, but rather an autonomous articulation of communal life. In this endeavor one discerns the influence of Peter Kropotkin’s anarchist thought, particularly the claim that liberation depends not on the mere rejection of authority but on collective self-organization grounded in cooperation rather than coercion. As Kropotkin (1898: 28) argues, anarchism seeks to abolish imposed authority and hierarchical organization while preserving «the precious kernel of social customs without which no human or animal society can exist», insisting that such customs be sustained «by the continued action of all, rather than by the authority of a few».

In a 1916 letter to the Ministry of Education, Cai Yuanpei sought financial support for the newly founded Sino-French Educational Association by situating its activities within both educational reform and migration policy. He argued that French education embodied ideals of intellectual freedom compatible with Confucian moral philosophy and possessed scholarly resources beneficial to China. Cai noted that, over the previous decade, he and his collaborators had promoted educational exchange through the circulation of books and journals, the facilitation of overseas study, and the organization of educational programs for Chinese laborers. Although these initiatives had begun with limited means, their scope had gradually expanded. Cai further emphasized that, with the support of French educators, the Sino-French Educational Association had been established as a joint Chinese–French institution, enabling greater efficiency through access to French resources. In response to France’s recruitment of Chinese workers, the association prioritized the creation of a school for Chinese laborers. The French government, he reported, had provided a school building and committed

an annual subsidy of 10,000 francs. While based in Paris, Cai stressed that the association's ultimate purpose was to serve China's educational development, thereby justifying the need for official support from the Chinese Ministry of Education (Cai 1984 [1916], II: 474-475).

Responding to this plea, the state endorsed and partially funded the Overseas Chinese Workers' School, while Cai himself organized a parallel teacher training college in Beijing to supply pedagogues fluent in both Chinese and French. Within France, Cai cofounded and cochaired the Sino-French Education Association, alongside the Sorbonne historian Alphonse Aulard. At its inaugural session in 1916, Cai (1984 [1916], II: 415) invoked the Ancient Chinese education, harmonizing ritual and music as embodiments of Heaven's natural order, cultivated profound philosophical traditions yet lacked empirical rigor, hindering structured scientific and artistic systematization—a historical gap that galvanized China's turn to French educational collaboration to fuse its rich heritage with modern precision and theoretical innovation. These frequent analogies between the French and Chinese cultures have been used to reinforce the narrative of a need for a development in the Chinese education. Previously, Cai (1984 [1912], II: 131-132) has drawn on the shared affinities between «French republican ideals of *liberté, égalité, fraternité*» and «Confucian values of *yi* (righteousness), *shu* (forbearance) and *ren* (benevolence)», thereby securing French intellectual endorsement of the workers' school. This institution not only provided logistical support, such as arranging classroom space, subsidizing instructors and liaising with local authorities, but also symbolized a highlevel cultural accord that legitimized the Chinese educational mission within France's republican framework.

Pedagogically, Cai's most concrete mediating act was the compilation of his forty lectures into *Teaching Materials for the Overseas Chinese Workers' School*. Eschewing rote memorization, Cai structured the chapters on History and Geography to train migrants in critical analysis rather than the passive absorption of content (Ronen 2023: 1018). In History, for instance, Cai (1984 [1916], II: 452) insisted upon examining the «right and wrong, examine their successes and failures, emulate what was right and successful, and guard against what was wrong and failed» behind each chronicle and urged workers to recognize historiography as a contested field shaped by power dynamics. In Geography, Cai (1984 [1916], II: 453) likewise presented human—environment interactions as contingent and

dialectical, equipping migrants to interpret their new milieu in France and to reflect upon China's own regional diversity.

Cai transformed migration into intellectual cultivation by merging Confucian, Kantian, and French pedagogies. He institutionalized this vision by collaborating with Li Shizeng in 1920 to establish the Sino-French University network, which linked colleges in Beijing and Guangzhou with the Lyon Sino-French Institute. Operating until 1946, this arrangement enabled nearly five hundred Chinese graduates to study in France, creating a lasting educational corridor through which France supplied critical methods to China while China projected its values onto Europe. Leveraging his roles as Education Minister and Peking University Chancellor, Cai bridged state reform and migrant aspirations, establishing migration as a conduit for ideas, ethics, and institutional innovation that shaped future Sino-European exchanges.

Pedagogy and Praxis: The Work–Study Movement as Dialectic of Emancipation and Constraint

The Diligent Work–Frugal Study Movement first assembled a cohort of Chinese youths in Paris factories and evening schools where they endured «ten hours a day of grueling work, pitiful wages, poor food in the factory cafeteria, and abuse by masters» (Pantsov, Levine 2015: 26). And after all that, workers still had to attend nightly lectures on Marx, Bakunin, science, and Confucian ethics. Despite Cai Yuanpei's unwavering belief that education and migration could serve as twin levers of emancipation, the lived realities of the Chinese laborers in France frequently lay in stark contradiction to his pedagogical ideal. Preparing students for life in France proved fraught with challenges, as many lacked the necessary linguistic, technical, and financial foundation, as «many went unprepared; upon arrival, some had weak mental stamina, others insufficient French proficiency or technical knowledge» (Cai 1984 [1920], III: 375), leading to struggles in securing suitable work or adapting to rigorous study demands. The Sino-French Educational Association acknowledged these hurdles, revising guidelines to mandate at least one year of preparatory training in language and vocational skills, alongside a physical examination to ensure students could endure labor. However, the financial barrier of requiring 600 silver yuan for travel and

living costs remained prohibitive, not everyone could afford it. These constraints underscored the tension between idealism and practicality, forcing organizers to concede that even with rigorous preparation, «however much they expanded efforts, the number of students would always be limited» by France's finite industrial capacity and the steep costs of cross-cultural education (Cai 1984 [1920], III: 375). Cai's own proposal for Diligent Work and Frugal Study presupposed a degree of agency that many laborers simply did not possess. His educational materials, most notably the *Teaching Materials for the Overseas Chinese Workers*, were drafted with the assumption that workers would have both the leisure and the material security to attend nightly classes in moral cultivation, history, geography and science. In reality, exhaustion from long hours at munitions plants, metallurgical works or railway repair sites left many too physically depleted to benefit fully from even modest pedagogical offerings.

Beyond these failures of implementation lay a more profound philosophical tension. Cai's synthesis of Confucian selfcultivation, Kantian autonomy and French republican secularism implied that rational education could dissolve social hierarchies and engender a cosmopolitan solidarity transcending national and racial barriers. Yet this very universalism risked occluding the particularities of migrant suffering. To speak of universal brotherhood in a context where Chinese migrants were routinely considered expendable labor ignored the intersection of race, class and empire mediated through a French colonial mindset (Burrows 2018: 71). When Cai invoked the shared moral ideals of East and West, he did so from a position of transcendent theoretical abstraction, one which lacked the concrete tools to dismantle the material conditions of exploitation.

The real potency of the work-study alumni, however, lay in their political ferment, as

many early Chinese Communists emerged from this movement, making significant contributions to China's revolution—an outcome beyond the original intentions of founders like Cai Yuanpei, yet one in which they indirectly played a role (Tang 2018: 132).

In the smoke-filled back rooms of Paris and Lyon cafés, student-workers such as Zhou Enlai who «wrote weekly dispatches on diplomatic events

and international relations [,] actively participated in the establishment of Communist Party organizations all over Europe and became himself an important leader of the communist youth» (Barnouin, Yu 2006: 29). It is important to notice that were these actions somewhat directly contributed to the founding of the Chinese Communist Party in July 1921, where nearly one-third of the inaugural fifty members had honed their class analysis on European factory floors.

By early 1921, however, ideological fractures erupted over Marxism's emphasis on a centralized dictatorship of the proletariat, championed by figures like Chen Duxiu, and anarchism's rejection of all state authority. The debate grew irreparable after the Bolsheviks' violent suppression of anarchist dissenters during Russia's Kronstadt uprising in March 1921, which alienated Chinese anarchists from the Socialist League, a short-lived coalition of Chinese Marxists, anarchists, and radicals united by their opposition to capitalism and imperialism (Liu 2000: 297). Deprived of its unifying purpose, the League disintegrated, clearing the path for Marxists to dominate China's revolutionary movement. These schisms illuminated a deeper ideological fault line: whether China's modernization required a slow, cosmopolitan integration with Western liberal models or an abrupt, proletarian-led rupture with all existing power structures.

The movement's *alumni* embodied a dialectic of universalism versus particularity that tested the limits of Cai's pedagogical abstractism. Upon returning to China, many alumni discovered that the status conferred by their European credentials opened municipal employment doors but closed elite party corridors controlled by old-guard revolutionaries suspicious of foreign influence. This revealed that universal ideals of brotherhood and rational self-governance could founder on the particular demands of racial hierarchy and intra-party factionalism due to the «Kuomintang emphasis on state-controlled education emphasizing party indoctrination» (Bailey 1988: 461). Confronted by these contradictions, the final generation of anarchists and former workstudy activists, as Tom Marling (2013: 191) shows, gravitated toward a «deessentialized ontology» grounded in pragmatic, situational action rather than doctrinal fidelity. They foregrounded situational responsiveness to mass suffering over imposing idealized blueprints, thereby foreshadowing contemporary debates on localized praxis and antiauthoritarian feminism that remain relevant in China's ongoing experiment with bottom-up

governance. Collectively, these experiences forced a reckoning with the paradox of agency. The critical tools imparted by Cai's curriculum, such as historiographical reflexivity, Kantian autonomy, or anarchist mutual aid, proved insufficient to dismantle the systemic racism and military discipline that faced migrant workers, just as the CCP's organizational rigor found itself constrained by the inertia of feudal warlordism and colonial-era infrastructures.

Thus, Cai Yuanpei's institutional mediation and transnational pedagogy both expanded the horizons of modern Chinese education and exposed its limits, rendering the work-study movement a double-edged sword: a fount of revolutionary leadership and vocational innovation on one hand; and a cautionary emblem of liberal cosmopolitanism's fragility in the face of entrenched power and structural violence on the other. The movement's enduring legacy, visible in China's vast network of vocational colleges, in the CCP's foundational mythology, and in recurrent debates over the role of education in promoting social justice, remains inseparable from its contradictions. These contradictions continue to animate academic and policy discourse on migration, pedagogy and modernization, reminding us that the quest to align educational aspiration with material liberation demands both visionary ideals and rigorous engagement with the particular realities that shape human destinies.

Final considerations

The Chinese presence in France during the early twentieth century constituted a critical arena in which migration, education, and political imagination intersected. This article has argued that Cai Yuanpei's engagement with this context should be understood not simply as a set of pragmatic organizational interventions, but as a sustained attempt to think of migration as a pedagogical and moral process. His involvement in the Association for Frugal Study, the Working-Study Movement, and the Educational Association in France reflected a broader effort to reconcile educational universalism with the concrete social conditions of Chinese student-workers abroad.

Rather than treating migration as either a source of cultural loss or an unqualified vehicle of emancipation, Cai approached it as a space of disciplined transformation. The institutional frameworks he promoted

sought to mitigate the disorienting effects of displacement through structured forms of labor, study, and communal life. At the same time, these frameworks inevitably imposed normative expectations—of frugality, discipline, and moral self-regulation—that did not always align with the lived realities of migrant students. The history of these initiatives thus reveals a persistent tension between pedagogical aspiration and social constraint, highlighting both the ambition and the limits of Cai's project.

Cai's intellectual orientation was shaped by his selective engagement with European social and moral thought, including the emphasis on voluntary cooperation associated with Peter Kropotkin and the universalist ethics of Immanuel Kant. Yet these influences were not adopted wholesale. They were reinterpreted through a Confucian ethical lens that stressed moral cultivation, social responsibility, and continuity with historical tradition. The resulting synthesis was neither internally seamless nor politically dominant. As revolutionary ideologies hardened in the following decades, Cai's plural and mediating vision was increasingly marginalized by more doctrinaire frameworks.

Nevertheless, the significance of Cai Yuanpei's interventions lies precisely in their refusal of ideological closure. His engagement with the Chinese community in France exemplifies a mode of transnational intellectual practice grounded in negotiation rather than rupture, and in adaptation rather than abstraction. By foregrounding the interaction between educational ideals and migrant experience, this study contributes to a more nuanced understanding of how intellectual projects operated within the material and social realities of early twentieth-century migration. Cai's legacy, viewed in this light, is not that of a completed synthesis, but of an unfinished experiment in mediating between cultures, institutions, and historical trajectories. In this light, future research may further illuminate this dynamic by foregrounding the voices and agency of the student-workers themselves, exploring how their experiences both conformed to and contested the normative frameworks designed for them.

References

- Bailey, Paul J. (1988). "The Chinese Work—Study Movement in France", *The China Quarterly*, 115, 441-461.

- « — » (2009). *Semi-Colonialism and Cultural Interaction: Chinese Indentured Labour in World War One France and the Sino-French Connection*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- « — » (2011). "The Sino-French Connection and World War One", *Journal of the British Association for Chinese Studies*, 1, 16.
- « — » (2014). "Cultural connections in a new global space: Li Shizeng and the Chinese francophile project in the early twentieth century", *Print, Profit, and Perception: Ideas, Information and Knowledge in Chinese Societies, 1895-1949*, 17-39.
- Barnouin, Barbara, Yu Changgen. (2006). *Zhou Enlai: A political life*. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong.
- Bhugra, Dinesh, Becker, Matthew A. (2005). Migration, cultural bereavement and cultural identity, *World psychiatry*, 4, 1, 18-24.
- Burrows, Peter. (2018). *The Chinese labour corps on the western front: management, discipline, and crime*. Master's thesis, Canterbury Christ Church University (United Kingdom).
- Cai, Yuanpei. (1984). *Cai Yuanpei Quanjì* [The Complete Works of Cai Yuanpei]. 7 volumes. Edited by Gao Pingshu. Beijing: Zhonghua Shuju.
- Duiker, William J. (1971). "Ts' ai Yuan-p'ei and the Confucian Heritage", *Modern Asian Studies*, 5, 3, 207-226.
- Guo, Vivienne Xiangwei (2025). "Becoming China's Baudelaire: A Case Study on the Learning and Use of the French Language by Chinese Work-Study Students", *Modern China*, 51, 5, 476-511.
- Kropotkin, Piotr (1898). *Anarchism; Its Philosophy and Ideal*. San Francisco: Free Society.
- « — » (1902). *Mutual Aid*. The Anarchist Library. <https://theanarchistlibrary.org/library/petr-kropotkin-mutual-aid-a-factor-of-evolution>
- Kusters, Walter, Depaepe, Marc. (2011). "The French Third Republic: Popular Education, Conceptions of Citizenship and the Flemish Immigrants", *Historical Studies in Education/Revue d'histoire de l'éducation*.
- Liu, Jianyi (2000). *The origins of the Chinese Communist Party and the role played by Soviet Russia and the Comintern*. Doctoral dissertation, University of York.
- Marling, Tom (2013). "Anarchism and the Question of Practice: Ontology in the Chinese Anarchist Movement, 1919-1927", *Anarchist Developments in Cultural Studies*, 2.
- Mo, Di (2015). *Mozi*. Edited by Jia Taihong. Beijing: Xi Yuan Publishing House.

- Müller, Gotelind (2023). "Anarchism, Marxism, and Nationalism in China: Between conflict, cooperation and continuities", *Radical Encounters in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: Anarchist, Marxist, and Nationalist Struggles*.
- Pantsov, Alexander V., Levine, Steven I. (2015). *Deng Xiaoping: A revolutionary life*. New York: Oxford University Press.
- Ronen, Yotam (2023). "When intellectuals educate: history and geography in the educational project for Chinese workers in France during World War One, 1916-1918, *Paedagogica Historica*, 60, 6, 1009-1026.
- Scalapino, Robert A., George, T. Yu (1961). *The Chinese anarchist movement* (No. 1). Berkeley: Center for Chinese Studies, Institute of International Studies, University of California.
- Shurtleff, W., Aoyagi, A. (2011). *Li Yu-Ying (Li Shizeng)-History of His Work with Soyfoods and Soybeans in France, And His Political Career in China and Taiwan (1881-1973)*. Lafayette: Soyinfo Center.
- Tang, Zhenchang (2018). *Cai Yuanpei zhuan* [Cai Yuanpei's biography]. Shanghai: Renminchubanshe.
- Xu, Guoqi (2011). *Strangers in the Western Front: Chinese workers in the Great War*. London: Havard University Press.

**ERRÂNCIA DE GABRIELA MISTRAL NA EUROPA:
O PERÍODO PORTUGUÊS.
GABRIELA MISTRAL'S WANDERINGS IN EUROPE:
THE PORTUGUESE PERIOD.**

PEDRO MIGUEL GON
Investigador independente
pedro.miguel.gon@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0001-9738-6955>

Texto recebido em / Text submitted on: 06/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 25/02/2026

Resumo

Gabriela Mistral foi um dos vultos da literatura universal que mais intensa vida errante levou. Sendo pouco conhecido o período português dessa errância pelo mundo, procura-se iluminar aqui o intervalo de tempo entre 1935 e 1937, nomeadamente a sua inclusão na «Embaixada Cultural de 1935». Contrariando a costumada desvalorização da importância dessa etapa, descobrimos que afinal deixou marcas profundas na vida de Mistral, nomeadamente pelo encontro espiritual com Miguel de Unamuno e pela consolidação da carreira diplomática. Aborda-se também a passagem de Mistral pela cidade e Universidade de Coimbra.

Palavras-Chave

Gabriela Mistral; António Ferro e Fernanda de Castro; «Embaixada Cultural de 1935»; Coimbra; visitantes.

Abstract

Gabriela Mistral was one of the world's literary figures who led the most intense wandering life. While the Portuguese period of those wanderings around the world is little known, this article seeks to shed light on the timeframe from 1935 to 1937, particularly her inclusion in the 'Cultural Embassy of 1935'. Contrary to the usual undervaluation of the importance of this stage, we discover that it ultimately left profound marks on Mistral's life, namely through her spiritual encounter with Miguel de Unamuno and the consolidation of her diplomatic career. Mistral's time in the city and at the University of Coimbra is also discussed.

Keywords

Gabriela Mistral; António Ferro and Fernanda de Castro; 'Cultural Embassy of 1935'; Coimbra; visits.

Quando Gabriela Mistral pronunciou o discurso de aceitação do Prémio Nobel de Literatura, num certo dia de dezembro de 1945, tomou ao seu abrigo a causa da língua portuguesa. Era quase uma ousadia fazer-se representante de uma língua que não era a sua, defendendo-a sem mandato e tornando-a presente em Estocolmo, mas fê-lo por generosidade e reconhecimento dos poetas portugueses que leu e da cultura portuguesa que conheceu de perto. Lá, no palco da Academia Sueca, Gabriela Mistral pronunciou as seguintes palavras: «Por una venturanza que me sobrepasa, soy en este momento la voz directa de los poetas de mi raza y la indirecta de las muy nobles lenguas española y portuguesa. Ambas se alegran de haber sido invitadas al convivio de la vida nórdica»⁽¹⁾. É caso para dizer que muito antes de Saramago, que recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1998, já a língua portuguesa tinha sido uma vez dignificada na Academia Sueca por Mistral. Só por este detalhe, tão significativo, nos surpreende que a chilena não seja conhecida entre os portugueses.

A relação de proximidade de Mistral com Portugal explica-se, em parte, pela própria presença física. Estando Mistral na carreira diplomática, residiu em Portugal quase dois anos, entre outubro de 1935 e agosto de 1937. Mas antes de estabelecer residência em Lisboa, ou seja, quando ainda tinha um posto no consulado de Madrid, visitou

(1) BNDC: «Palabras pronunciadas por Gabriela Mistral» (BN Código: AE0014582).

Portugal pelo menos duas vezes: umas férias curtas no fim de dezembro de 1934; e uma viagem, «fui por un mes, invitada por el gobierno con otros escritores»⁽²⁾, em junho de 1935.

Foi no período em que residiu em Portugal que melhor tomou contacto com a cultura portuguesa. Conheceu então escritores portugueses contemporâneos e leu várias obras centrais da literatura portuguesa. Chegou a tornar-se admiradora de Antero de Quental, autor que louvou mais que outros. Alguns dos seus textos em prosa, os famosos *Recados*, pelo menos quatro, são sobre tópicos da cultura portuguesa. Também aprendeu a ler em Português, a falar o Português, que mais tarde voltou a usar no Brasil, e apreciou as singularidades da língua lusa. Aprendeu sobretudo a usar a palavra *Saudade*, da qual se apropriou e reutilizou na prosa, sobretudo nos *Recados*, logo em 1935, na correspondência e na poesia. E, por fim, uma parte significativa da sua obra foi escrita naqueles anos em que viveu e percorreu Portugal, nomeadamente, os poemas que depois foram incluídos em *Tala* (1938), talvez a sua obra maior.

Apesar deste contacto demorado com Portugal e com a cultura portuguesa, que a levou a celebrar a língua portuguesa, não se vislumbra entre os portugueses um reconhecimento disso mesmo. Durante décadas não houve uma única obra de Mistral traduzida em Portugal. Existia apenas uma antologia organizada por Pinto do Amaral, a convite do editor Veiga Ferreira⁽³⁾, que foi publicada pela Editorial Teorema em 2002: trata-se de uma *Antologia Poética* com base nos cinco livros de poesia da autora – *Desolação* (1922), *Ternura* (1924), *Tala* (1938), *Lagar* (1954) e *Poema do Chile* (1967) –, deixando de fora, por conseguinte, toda a obra em prosa. Ainda que uma «antologia certamente pequena perante tudo o que escreveu Gabriela Mistral» (Amaral 2002: 11), era um caso único, que já não se encontra nas livrarias e que só com muita dificuldade se descobre em alfarrabistas. Mas em tempos mais recentes, uma pequena editora decidiu publicar, pela primeira vez, traduções integrais de obras poéticas de Mistral. Com o apoio do estado chileno, a Antítese Editores lançou *Lagar* (2019), *Tala* (2020) e *Poema de Chile* (2022), todas com tradução de Diogo Fernandes.

(2) Carta a Graciela de Menéndez (Mistral 2020b: 191).

(3) Entrevista a Carlos da Veiga Ferreira: <https://casamericalatina.pt/2019/07/04/carlos-da-veiga-ferreira-para-mim-a-gabriela-mistral-e-uma-poeta-mais-importante-do-que-o-pablo-neruda/>.

O período em que Mistral viveu em Portugal é a parte menos estudada da sua biografia. Alguns biógrafos, como Elizabeth Horan ou Ana Caballé, consideram que esse período que vai de 1935 a 1937 é o mais obscuro para quem a pretende conhecer. O melhor texto dedicado a esse período é relativamente recente e deve-se à investigadora Elizabeth Horan. Não detetámos qualquer investigador português com o mesmo interesse. Os demais estudos evadem-se do tema Portugal e centram-se em períodos mais fáceis, como os de México, Brasil e Estados Unidos, porque mais longos e mais documentados. Ou então o período europeu, visto de um modo muito geral, cabendo os dois anos passados em Portugal numa frase. Se são raros os estudos sobre a presença de Mistral em Portugal, ainda mais raros são os estudos sobre a autora chilena em Coimbra. Arriscamos a dizer que antes deste nunca foi feito nenhum.

A construção da sombra

Se em Portugal Mistral é mal lembrada, no resto do mundo, e no próprio país natal, a imagem que dela resta não é a mais nítida. Há várias camadas de sombra que turvam a visão da mulher-autora-poeta. Primeiro, antes do Nobel, tentou-se apagar a visibilidade da autora empurrando-a para fora dos palcos. Depois, a seguir à atribuição do Nobel, foi coberta, como a seguir se verá, de véus interpretativos tergiversadores que se foram tornando opacos, ao ponto de deixar de ser visível a verdadeira autora. Interpretações que nada interessavam à autora, mas que foram a maneira alheia de a compreender e aceitar. À parte das estratégias exógenas de ocultação, não podemos esquecer também as estratégias pessoais de ocultação, endógenas, quando é a própria a erguer véus para se camuflar, num esforço de dissimular dimensões da sua vida que queria manter longe do olhar alheio.

A sua prestação de mulher, nos anos 1920-1930, que não casara, não tinha marido, não tinha um lar para cuidar, sem filhos e se dedicava a tarefas masculinas, até ganhando protagonismo internacional em instituições de relevo, como a Sociedade das Nações, tornaram-na uma figura incómoda nos meios conservadores chilenos. Além disso era uma mulher que fumava muito e não gostava de usar chapéu. Para muitos era conveniente afastá-la do olhar público. Acabaria por sair do país em diferentes vagas, primeiro para o México (anos 1920), depois Europa

(anos 1930), depois Brasil (anos 1940) e depois Estados Unidos (anos 1940-1950). Passou tanto tempo fora do Chile que é difícil determinar se essa saída foi um exílio ou um autoexílio. Volodia Teitelboim, autor da primeira grande biografia sobre Mistral, designa esse movimento como «Autoexílio Perpetuo», uma vez que «abandona un país en el que se siente incomprendida, vejada, insultada» (Teitelboim 1996: 142). Jaime Quezada, outro importante biógrafo, designa o percurso da chilena de «errancia o extranjería de vagabunda voluntaria» (Quezada 2002: 11).

Tal como no Chile se tentou neutralizar Mistral, enviando-a para longe, também alguns políticos europeus tentaram empurrá-la para recantos menos visíveis. O modo como se deixou empurrar tinha, no entanto, condições de precariedade: aceitou um cargo na carreira diplomática que oferecia pouca segurança económica, pois estava no fundo da carreira, numa posição de mero Cônsul Honorário, cujo vencimento dependia de uma comissão por cada operação realizada.

Começa a carreira diplomática em Itália, em 1932, no posto consular de Nápoles, e começou logo mal, porque nunca conseguiu apresentar as cartas de representação que, nos termos do protocolo diplomático, é a primeira tarefa a cumprir quando se chega ao país anfitrião. Mussolini recusou-se a reconhecê-la como uma figura consular oficial. O governo italiano não aceitava mulheres em cargos diplomáticos. Na verdade, Mistral era a primeira mulher chilena a desempenhar funções na carreira diplomática.

Quando chega a Madrid, em 1934, ainda não deflagrara a Guerra Civil e Franco ainda não tinha tomado o poder, mas a República já vivia as tensões contraditórias que acabariam por a dilacerar. Nesse ambiente de tensão e intriga, alguém teve acesso a uma carta pessoal de Gabriela Mistral enviada ao casal Donoso⁽⁴⁾ onde criticava o império colonial espanhol em termos muito ácidos, e, vendo ali uma oportunidade de diminuir aquela mulher em funções masculinas, publicou-a à revelia: escândalo (Caballé 1993: 240). As autoridades espanholas tomaram o texto como um insulto diplomático e pediram reparação ao Estado Chileno. Era uma autêntica catástrofe para quem apenas começara a carreira diplomática. Mistral viu-se obrigada a sair de Madrid à pressa, num prazo de 48 horas, antes que fosse considerada *persona non grata*. Empurrada mais uma vez.

(4) Carta a Maria e Armando Donoso (Mistral 2020b: 181-190).

Depois do Nobel, os processos de invisibilidade continuaram a ser montados e, ironicamente, a contribuir para o apagamento da sua obra. Mistral é a poeta maior da literatura chilena e uma figura maior da literatura da América Latina:

elle est le premier écrivain d'Amérique Latine (et la première femme) à obtenir le Prix Nobel de Littérature en 1945 (avant Miguel Ángel Asturias en 1967, Pablo Neruda en 1971, Gabriel García Márquez en 1982, Octavio Paz en 1990 et Mario Vargas Llosa en 2010) (Pergoux-Baeza 2018: 2).

O seu nome tornou-se muito conhecido, podemos descobri-lo por toda a parte, dando nome a escolas, parques, ruas, mas a obra tem ficado em segundo plano.

Todavia, a maneira como lhe queriam reconhecer o valor não coincidia com o modo como a própria se queria mostrar. A interpretação muito circunscrita da sua obra impôs uma distorção do seu significado, pois Mistral passou a ser associada a motivos poéticos compatíveis com «représentations traditionnelles du féminin» (Pergoux-Baeza 2018: 3), ou seja, limitada a temas como

la passion amoureuse, l'obsession de la mort, l'éternité, Dieu, la nature et la vie rurale. Les poèmes les plus connus et les plus étudiés (en particulier à l'école au Chili) sont également les plus conventionnels (sur les enfants, les gens modestes ou défavorisés, la nature, etc.) (Pergoux-Baeza 2018: 3).

Este tipo de formatação começou logo no discurso de apresentação da autora na entrega do Prémio Nobel de Literatura a 10 de dezembro de 1945. O senhor Hjalmar Gullberg elogia na obra de Mistral a expressão do amor maternal, do cuidado pelas crianças, do papel de educadora, o diálogo com a natureza, entre outras. Faz referência ao episódio trágico que se situa no dealbar da carreira literária de Mistral, o suicídio do seu amante – que se matou com uma bala na cabeça –, como se fosse um caso de desespero amoroso e não de aflição financeira. Esse episódio está, afinal, na origem dos poemas recolhidos na primeira obra *Desolación* (1922). A obra da poeta chilena seria, portanto, um modo de transferir para as crianças o amor maternal que nunca teria conseguido concretizar por morte trágica do seu amante. Gabriela Mistral «transferred her

natural love to the children she taught» e, em consequência, «became the poet of motherhood by adoption» (Gullberg 1945: s/p).

Mistral não apreciava esta visão estreita do seu trabalho poético e lutou contra ela. Prova disso é que em 1947 quando foi publicada, na editora Gallimard, uma antologia de poemas seus, Mistral recusou o prólogo que Valéry redigiu. Segundo Teitelboim, os membros do movimento que preparou a proposta de Mistral para o Prémio Nobel da Literatura, consideravam que «para ganar el Premio Nobel es requisito indispensable (...) estar traducido al francés, lengua puente para una posterior versión sueca» (Teitelboim 1996: 225), de modo que trataram de encomendar uma tradução, entregue a Mathilde Pomes, e ainda decidiram «solicitar la introducción consagratoria a Paul Valéry» (Teitelboim 1996: 225). Conseguir publicar uma obra no mercado francês com prefácio de Valéry seria um enorme trunfo, pois a assinatura do eminente autor francês funcionaria como um selo de qualidade que levaria o público a prestar-lhe atenção. Porém, Mistral não gostou do juízo crítico do francês, que despromovia a sua poética, reduzindo-a a uma construção ingénua, e sendo Valéry «el pontífice de la poesía pura, desdeñoso de la materia, dicha certificación le sabe a injuria» (Teitelboim 1996: 226).

Depois da morte da poeta, em 1957, o estado chileno acentuou a tendência conservadora de entender Mistral. Quiseram vê-la apenas como uma poeta do feminino restrita aos temas do amor perdido, ao abandono; ou então, a poeta pueril que escreve para crianças. Por pressão ideológica, a interpretação da obra de Mistral nunca tomou a via da preocupação social pelos mais desfavorecidos ou pelas causas humanitárias. Procurou-se apagar a leitura perigosa, «effacer l'engagement pour des causes humanitaires qui a toujours été celui de Gabriela Mistral, et ne retenir de son oeuvre que les aspects les moins dérangeants et les plus proches du conservatisme social dominant» (Pergoux-Baeza 2018: 8). Esta maneira de 'ver' a obra de Mistral foi, afinal, uma maneira de 'não-ver', funcionando como uma redução da sua obra.

No regime ditatorial de Pinochet (1973-1990) os estereótipos conservadores foram ainda mais reforçados e a desfiguração da imagem de Gabriela Mistral foi ainda mais longe. Da mesma forma que o «Général Pinochet s'était auto-désigné "père de la patrie", Mistral devenait ainsi "mère de la patrie": mère sans enfants, certes, mas mère de tous les Chiliens» (Pergoux-Baeza 2018: 11). Numa comunidade tão católica e conservadora o raciocínio era este: o que é uma mulher que nunca casou, que nunca teve

filhos, mas que educou e protegeu crianças, que lhes dedicou poesia pueril senão uma «femme-vierge-sainte» (Pergoux-Baeza 2018: 11)?

Ninguém estava à espera do escândalo que, entretanto, se abateu, 40 anos depois da sua morte, sobre a grande figura icónica da literatura chilena. Na sequência da morte de Doris Dana, a secretária particular de Mistral nos Estados Unidos, e até ao fim da vida, herdeira de todos os documentos pessoais da poeta, foi publicada a correspondência entre as duas mulheres: torna-se de súbito evidente que a *mulher-virgem-santa* era lésbica.

Mistral na Embaixada Cultural de 1935

Mistral era a única mulher entre os homens de letras que António Ferro convidou em 1935 para assistir às Festas da Cidade de Lisboa. A esse grupo de letrados estrangeiros que passou por Portugal, numa operação de charme e de propaganda orquestrada pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), convencionou-se chamar de Embaixada Cultural de 1935 (Medina 1977: 20-23).

Eram quase todos escritores, uns consagrados, outros apenas pretendentes, outros eram críticos, filósofos ou humoristas, mas todos bem posicionados entre as elites dos respetivos países. Rastreando a imprensa da época, conseguimos identificar pelo menos 19 personalidades, entre franceses, belgas, espanhóis e alemães. Num grupo francófono podemos incluir François Mauriac, Georges Duhamel, Jacques Maritain, Jules Romains e ainda Maurice Maeterlinck. Num grupo hispânico podemos incluir Unamuno, Mistral, Ramiro de Maeztu, Marquês de Quintanar e Fernández Flórez. Entre os alemães, Ernst Robert Curtius e Hans Friedrich Blunck. E depois havia outras figuras, numa segunda ou terceira linha de importância, sobretudo críticos e jornalistas, como Jérôme Tharaud ou Pierre Daye, cujos nomes aparecem, em certas ocasiões, mal transcritos pelos jornalistas portugueses, por exemplo, «Frederic Gregh» (Fernand Gregh), «Emílio Vinllernges» (Émile Vuillermoz), «Conde Ornesson» (Wladimir d'Ormesson) ou «Paul Orekoert» (Paul Crokaert). E ainda o brasileiro Ribeiro Couto.

A imprensa, porém, não se digna a identificar a poeta chilena entre os vultos da cultura estrangeira. Na revista *Ilustração* de 6 de junho, por exemplo, só se destacam os homens mais famosos, à época, aponta os «célebres escritores europeus» e o texto é suportado com fotografias de cinco escritores estrangeiros. No jornal *Diário de Lisboa*, vários destes autores são alvo de maior ou menor atenção, como Unamuno (4 de junho), Jules

Romains (4 e 5 de junho), Maeterlinck e Wladimir d'Ormesson (14 de junho) e Duhamel (a 18 de junho), mas nem uma linha sobre Gabriela Mistral.

Note-se que a imprensa portuguesa enumera indiscriminadamente os membros da embaixada cultural não conseguindo separar o trigo do joio. Para os repórteres portugueses aqueles estrangeiros são todos grandes escritores, misturam tudo, um Mauriac igualado a um Pierre Daye. Mas Fernanda de Castro, nas suas *Memórias*, depura melhor, destacando apenas «Maeterlinck, Gabriela Mistral e François Mauriac» (Castro 1986: 56), deixando todos os outros na sombra. Júlio Dantas também faz uma seleção mais apertada – «Maeterlinck visitou Portugal – na mesma oportunidade em que nos visitaram Mauriac, Unamuno, Maritain, Ramiro de Maeztu, Jules Romains, Tharaud, Vladimiro Ormesson» (Dantas 1972: 93) – e deixa os demais na obscuridade, incluindo Mistral.

Em suma, havia uma mulher no grupo de literatos mas só muito raramente era mencionada pelos jornalistas.

Se é verdade que a imprensa portuguesa mal dá pela presença de Mistral, também é verdade que há pontuais exceções. O semanário *Bandarra* faz a *Saudação* aos «hóspedes ilustres» (*Bandarra*, nº 13, 08/06/1935) e não se esquece de apontar entre eles, embora em último lugar, a chilena. Mas nos números seguintes não se lhe dedica qualquer destaque, ao passo que para os outros convidados, incluindo os escritores de segunda linha, se fizeram artigos de destaque, fosse excertos de obras, entrevistas ou outro tipo de artigo.

O *Diário de Notícias* informa que «Gabriela Mistral, a célebre poetisa chilena, já está em Lisboa» (*Diário de Notícias*, nº 24902, 03/06/1935). Uma frase curta, que aparece de raspão, no fim da notícia sobre a iminente chegada dos estrangeiros. Mistral terá sido a primeira das figuras convidadas a chegar a Lisboa, já cá estava antes de todos os outros chegarem. É pela carta de março de 1935 a Fernanda de Castro que sabemos que António Ferro lhe teria enviado uma missiva convidando-a a estar presente: «Ferro me habló de ir en una excursión de escritores» (Arquivo FAQ – PT/FAQ/AFC/01/0313/00003).

Mais tarde encontra-se, no mesmo jornal, no contexto de uma notícia sobre o 10 de junho, uma referência verdadeiramente singular na imprensa portuguesa. Porque as Festas da Cidade de Lisboa se sobrepunham ao Dia de Camões, o SPN considerou o envolvimento dos estrangeiros: discursos e o descerrar de lápide junto ao Arco de Santana, onde se pensava ter vivido Luís de Camões aquando do seu regresso

da Índia. Mas o SPN acrescentou outros eventos paralelos. O alemão Blunck foi aos Jerónimos depositar uma coroa de flores no túmulo de Luís de Camões. Os demais intelectuais estrangeiros foram convidados a depositar flores no Monumento a Camões, no Chiado. Mistral foi fotografada no instante que também ela depunha flores e essa fotografia foi publicada nas páginas centrais do *Diário de Notícias* com a legenda: «Gabriela Mistral depondo flores no monumento a Camões» (*Diário de Notícias*, nº 24910, 11/06/1935). Trata-se da mais evidente referência à presença da poeta chilena em Portugal. Não sabemos se chegou a discursar, pois o jornal só faz referência ao discurso de Unamuno. Escreve o jornalista: «depois da poetisa Gabriela Mistral haver deposto um ramo de cravos amarelos e lilases, usou da palavra o insigne pensador espanhol D. Miguel Unamuno» (*Diário de Notícias*, nº 24910, 11/06/1935).



Figura 1 – Fotografia de Gabriela Mistral no Diário de Notícias (*Diário de Notícias*, nº 24910, 11/06/1935).

Só no limite, quando era necessário repescar mais um elogio ao regime, os jornalistas se lembravam de revelar as palavras de Mistral. Exemplo disso encontra-se no jornal local *O Despertar* que apresenta as palavras que terá dito no dia de despedida em Coimbra: «Grande pátria para os Portugueses e refúgio para os europeus fatigados da civilização viciosa. Deus lhe guarde as suas virtudes e lhas aumente» (*O Despertar*, nº 1858, 26/06/1935).

Unamuno e Mistral

Em nosso entender, a passagem de Mistral por Portugal em junho de 1935 foi mais importante do que tem sido internacionalmente reconhecido. Não foi ainda dada a devida atenção às marcas deixadas por Portugal na vida da poeta chilena. Faz-se referência vaga a determinados factos sem dar o devido foco ao lugar e momento em que aconteceram e porque aconteceram.

A primeira dessas marcas importantes na vida de Mistral foi o encontro pessoal com Unamuno. Note-se que a janela de oportunidade de encontro histórico entre os dois é muito curta: Mistral só chegou a Espanha em 1934 e Unamuno morre logo em 1936. Portanto, cerca de três anos para determinar uma circunstância onde se encontram os dois no mesmo lugar e com disponibilidade para comungar espiritualmente. É certo que se correspondiam antes de 1934, há provas documentais disso mesmo, conheciam as respetivas obras, mas antes daquela data nunca se tinham encontrado face a face. Morejón, no seu magnífico estudo *Unamuno y Portugal* (1971), descurou a relação entre Unamuno e Mistral, e não faz qualquer referência relevante à chilena.

O primeiro encontro presencial entre um e outro ocorreu em 1934. Os dois conheceram-se «personally for the first time in Salamanca on October 28, 1934. She, at forty-five, in her prime, was a well-tuned violin, determined to be heard. Unamuno, at seventy, had already played his best music» (Rudd 1977: 42). O encontro terá sido na casa do próprio Unamuno, na Calle Bordadores, e não na universidade, mas não foi um encontro a sós. Não foi uma ocasião para uma conversa de partilha pessoal. No gabinete do salmantino estavam «seven people sat in uneasy silence» (Rudd 1977: 42) e esse primeiro encontro não terá sido o mais sereno pois dividia-os o tema dos «índios» da América Latina.

O encontro com Unamuno ocorreu a pedido de Mistral na sequência de um «memorable incidente con los españoles» (Rodig 1957: 290) em que Mistral se sentiu insultada. Havia sido convidada para um almoço de intelectuais em Madrid e entre os convivas só havia palavras de menosprezo pelos indígenas sul americanos. O encontro com Unamuno seria uma tentativa de reparo e procura de um aliado ético contra tal menosprezo: «se fué a interpelar a Don Miguel de Unamuno exponiéndole lo ocurrido y apelando a él como a lo más puro de la conciencia de España» (Rodig 1957: 291), mas Unamuno não foi sensível aos seus argumentos «en favor del número de los indígenas y mestizos» (Rodig 1957: 291). Segundo as suas próprias palavras, no diário íntimo, «don Miguel, me ha dicho hace días que el indio americano debe desaparecer» (Quezada 2002: 130).

É verdade que alguns tomam como certo que o encontro entre Mistral e Unamuno é anterior. Sabendo-se que Mistral teve residência em França entre 1927 e 1928, coincidindo com a presença de Unamuno ali, por altura do desterro a que fora condenado por Primo de Rivera. Alguns autores admitem que nesse período houve oportunidade para os dois se encontrarem em Paris. Porém, Unamuno não permaneceu todo o tempo de desterro em Paris e «al cabo de trece meses de destierro en París, a fines de agosto de 1925, Miguel de Unamuno sale para Hendaya donde permanece hasta febrero de 1930» (Rabaté 2002: 71). A sentença real condenara-o ao desterro nas Canárias: mas só lá esteve quatro meses, pois fugiu para Paris e depois mudou-se para Hendaya, para estar mais próximo de Espanha. Portanto, quando Mistral chega a França em 1927 já não o encontra em Paris.

Nos meses seguintes houve ocasiões de encontro e nós podemos provar que foi em Portugal que os dois viveram a circunstância inédita de verdadeira comunhão espiritual. Não havia uma lista de tarefas diante deles, apenas o tempo livre para o diálogo. Durante os cerca de quinze dias que Unamuno e Mistral coincidiram em Portugal em junho de 1935 terão desenvolvido uma relação de proximidade que não se explicaria apenas pela comunhão linguística. Haveria também uma proximidade de valores éticos, políticos e literários. E até de temperamento. Fernanda de Castro, a propósito de Unamuno, diz que «não era fácil fazer sorrir D. Miguel de Unamuno: ou falava de coisas graves com ar grave, de coisas profundas com ar profundo, ou mergulhava num silêncio denso que ninguém ousava perturbar» (Castro 1986: 271), mas que «só o

ouvi falar a sério, de igual para igual, com a poetisa chilena Gabriela Mistral» (Castro 1986: 272). Ou seja, uma das pessoas no grupo por quem Unamuno tinha elevada consideração e afinidade era a poeta chilena, havendo muitos outros membros da comitiva que não granjeavam da mesma consideração.

Outra evidência dessa proximidade entre os dois é a falta de interesse pela pessoa do ditador português. A esmagadora maioria dos convidados ilustres na Embaixada Cultural de 1935 quis conhecer pessoalmente Salazar e entre 10 e 13 de junho registou-se um fluxo constante de convidados à porta do seu gabinete. Apenas Unamuno e Mistral se destacam claramente como figuras que não quiseram reunir com ele.

São várias as fontes que nos dizem que a comitiva de estrangeiros não era um grupo coeso. A expressão usada pelo jornalista do *Jornal de Notícias* de 16 de junho, «formam-se grupos por afinidades espirituais» (*Jornal de Notícias*, nº 139, 16/06/1935), descrevendo o ambiente no banquete no Palácio de Cristal do Porto, é sugestiva. Quando se organizou em caravana a comitiva dos ilustres para a deslocação ao norte de Portugal, passando por lugares icónicos da história e do turismo português, como Nazaré, Alcobaça, Batalha, Coimbra, Bussaco, Curia, Porto, Guimarães e Viana do Castelo, Mistral e Unamuno partilharam o mesmo carro. No relato que Artur Maciel fez desse episódio a João Medina afirma-se que «ao distribuir os convivas pelos carros na ida ao Norte, os organizadores juntaram, por exemplo, Unamuno com Fernández Flórez e com a poetisa chilena Gabriela Mistral» (Medina 1977: 22). Unamuno e Mistral passaram, por isso, longas horas sentados juntos no mesmo carro.

As fotografias existentes comprovam este companheirismo e proximidade entre os dois. Há duas fotografias extraordinárias, conservadas na Biblioteca Nacional do Chile, graças à doação de Doris Atkinson, que ilustram bem a proximidade espiritual entre Unamuno e Mistral.

Uma primeira fotografia (BNDC, *Gabriela Mistral en Portugal*, BN Código: ES0001346) foi tirada diante do Palace Hotel do Bussaco, incluindo, além daqueles dois, o humorista Fernández Flórez, o filólogo alemão Ernst Robert Curtius e ainda uma senhora jovem que era a companhia de Mistral nesta viagem, Magdaleine Cabout. Há dois detalhes nesta fotografia que nos parecem ser significativos: as senhoras estão sem chapéu, por outras palavras, estão cómodas, à vontade, num ambiente informal; e depois, é importante notar que ambas estão sorridentes, claramente satisfeitas com o momento vivido. Isso quer

dizer que tinha sido um momento agradável, pela manhã, pois tinham dormido no Hotel, tiveram a manhã livre, almoçaram no Hotel e só depois do almoço partiram para o Porto onde houve o tal banquete no Palácio de Cristal.



Figura 2 – Mistral no Bussaco (BNDC, *Gabriela Mistral en Portugal*, BN Código: ES0001346).

Mas há uma segunda fotografia, talvez mais significativa ainda, que capta as duas figuras lado a lado, em pé, caminhando ao longo da galilé neomanuelina na fachada nascente do Palácio Hotel do Bussaco. Lembremo-nos que este edifício, projetado pelo italiano Luigi Manini, é muitas vezes considerado o mais belo edifício do revivalismo português. Lembremo-nos que aquela galilé por onde caminharam está revestida de azulejos de Jorge Colaço, que assinalam motivos importantes da literatura portuguesa, nomeadamente a impressionante representação do Adamastor, que Luís de Camões inventou. Podemos, portanto, imaginar Unamuno e Mistral detidos ali para comentar cada um daqueles nódulos do imaginário português, ele o mais amigo dos portugueses e ela uma crescente admiradora da língua portuguesa. Quanto desta conversa, deste convívio, não contribuiu para aprofundar o gosto de Gabriela Mistral pela língua e literatura portuguesas?



Figura 3 – Unamuno e Mistral na galilé do Bussaco (BNDC, *Gabriela Mistral en Portugal*, BN Código: ES0001345).

Portanto, as memórias que Gabriela Mistral recontava aos amigos que a visitavam na casa de Roslyn Harbor, onde passou a fase final da vida, sobre conversas tidas com Unamuno eram, afinal, o produto destas conversas em Portugal. Aquelas conversas de que Mistral se recordava e partilhava foram as conversas tidas na imensa paz da Mata do Bussaco. Talvez no caminho prazeroso entre o Palace Hotel e um lugar na mata a que chamam *Portas de Coimbra*, nada acidentado nem difícil. Ou tão-só nos jardins à francesa que rodeavam o Hotel e o conventinho carmelita.

Marie-Lise Gazarian, que em criança frequentou a casa de Mistral em Roslyn Harbor, recorda-se das conversas da poeta chilena e lembra-se que «me contaba sus conversaciones con otro vasco y gran amigo, don Miguel de Unamuno» (Gazarian 2011: 146).

Sabemos muito bem em que dia as duas fotografias foram tiradas. A comitiva da Embaixada Cultural já tinha deixado Lisboa, pois os festejos já haviam terminado, e deslocava-se em passeio até ao norte de Portugal. Na sexta-feira, dia 14 de junho, a comitiva já tinha passado em Nazaré e Alcobaça; e, ao fim do dia, chegaram ao Bussaco. No dia seguinte, no sábado, a comitiva passou a manhã inteira na Mata do Bussaco, a mata que cerca o Hotel. Julgamos que Gabriela Mistral se tenha sentido maravilhada, pois é o mesmo enquadramento que veio mais tarde a eleger para si na casa em Roslyn Harbor, Long Island, Nova York, também completamente rodeada de natureza, árvores e arbustos. Portanto, o dia em que houve comunhão espiritual perfeita entre Unamuno e Mistral foi o dia 15 de junho de 1935.

Cônsul Profissional

A segunda marca importante na vida de Mistral que se deve a Portugal foi a obtenção do estatuto de Cônsul profissional. Até então o seu lugar era «un pobre consulado honorario de renta infeliz, de derechas, como el que tengo hoy» (Quezada 2002: 135) e é em Portugal que a carreira diplomática de Gabriela Mistral se consolida. A maioria dos autores sabe apontar o facto, mas sem dar muita importância às circunstâncias em que ocorre. Rossardi diz laconicamente que «es allí donde recibe la buena nueva de su designación de Cónsul Vitalicio» (Rossardi 2011: 25).

No início de 1935 Mistral solicitou por escrito ao Presidente do Chile, Alessandri Palma, a nomeação como cônsul de carreira. As duas figuras não são próximas. Alessandri acede, a contragosto, mas não tem pressas. Mistral suspeita que tudo se resume a um simulacro, mas, por fim, a lei chega ao Senado. Gabriela suspeita que Alessandri nunca teve genuína vontade de lhe conceder o lugar: «tal vez Alessandri no esperaba este resultado y creyó cumplir enganandome» (Quezada 2002: 130). Com a firme suspeita que o Presidente apenas protelava, Mistral resolveu aumentar a pressão e é entregue, no verão de 1935, uma petição assinada por várias figuras internacionais: «they petitioned Chilean

President Alessandri on her behalf, telling him that she deserved regular employment» (Horan 2009: 411).

A muitos investigadores não escapa a existência desta petição, mas a todos escapa a noção da coincidência entre os subscritores da petição e os membros da embaixada cultural que visitou Portugal em 1935. Quando se aborda o tema da petição faz-se uma vaga referência às figuras com quem se tinha relacionado em Portugal, «the international group of fourteen eminent European writers, many of whom had traveled with her to Portugal» (Horan 2009: 411). Mas nesses autores a relação com Lisboa é sempre tida como contingente. Quando Covarrubias comenta que em «respuesta a una petición firmada por escritores como Unamuno, Ferrero, Duhamel y Maeterlinck, el presidente de la república de Chile Arturo Alessandri Palma crea en 1935 una ley especial por la cual nombra a Gabriela Mistral cónsul vitalício» (Covarrubias 2011: 206), mantém o mesmo tom vago que não vincula necessariamente a petição e Lisboa.

Para muitos autores não está clara a correlação direta entre a estadia em Portugal e a concretização da petição: não foi à margem de Lisboa que a petição surgiu, foi por causa de Lisboa que a petição surgiu. A correspondência de Mistral conservada na Fundação António Quadros (FAQ) confirma o vínculo estreito com Lisboa. Numa carta a Fernanda de Castro, datada de 27 de setembro de 1935, Mistral informa com grande entusiasmo que o governo do Chile aprovou a Lei que permitiria a criação de um cargo especial para si na carreira diplomática e torna bem clara a sua dívida para com o casal Ferro: «y yo no olvidaré nunca que este grande bien partió, nació, de Portugal y de todos a quienes debo ese viaje allá de D. António, es decir de usted» (Arquivo FAQ – PT/FAQ/AFC/01/0313/00004). E adiante sublinha novamente a importância: «el proyecto de ley ya estaba hecho, pero las firmas de Lisboa y la de los escritores que ustedes llamaron allá, dieron a esa ley un carácter a-político que yo quería que tuviese» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00004).

Num texto redigido em Lisboa e publicado no diário chileno *El Mercurio*, primeiro, e no diário Madrileno *El Sol*, depois, Mistral revela que a tal petição não foi senão um telegrama enviado e assinado por todos os presentes em Lisboa: «es probable que hayan ustedes querido aludir a un telegrama dirigido a nuestro Presidente Alessandri por catorce escritores europeos, y que lleva las firmas, muy honrosas y por mi sobrestimadas, de D. Miguel de Unamuno y de D. Ramiro de Maeztu» (*El Sol*, nº 1917,

12/11/1935). Se afastarmos as personalidades de um perfil ideológico oposto a Mistral, e acolhendo desde logo aqueles que refere explicitamente, então poderíamos arriscar em dizer que os 14 petição decisivos foram: (1) Miguel de Unamuno, (2) Ramiro de Maeztu, (3) Maurice Maeterlinck, (4) François Mauriac, (5) Georges Duhamel, (6) Jacques Maritain, (7) Jules Romains, (8) Fernand Gregh, (9) Jérôme Tharaud, (10) Wladimir d'Ormesson, (11) Émile Vuillermoz, (12) Ernst Robert Curtius, (13) Fernández Flórez e (14) António Ferro. Note-se que esse «Ferrero» que Covarrubias refere, só pode tratar-se de uma corruptela de Ferro.

Em suma, não apenas alguns mas sim todos os subscritores da petição, tida por decisiva, estiveram junto de Mistral por ocasião das festas de Lisboa e eram membros da Embaixada cultural organizada por Ferro. O presidente do Chile acabaria por promulgar em outubro a lei especial que dava o estatuto de Cônsul Vitalício a Gabriela Mistral.

Gabriela Mistral em Coimbra

Apesar do silêncio que caiu sobre a presença de Mistral em Coimbra, o rastreamento da sua passagem pela cidade é fácil de fazer na medida em que a sabemos integrada num grupo. É possível reconstituir o itinerário da comitiva pela cidade através da consulta do *Diário de Coimbra* do dia 20 de junho. Pelo que descreve o jornalista sabemos que Mistral chegou a Coimbra ao fim da manhã de quarta-feira, dia 19, vinda do Hotel da Curia, numa notícia com o título «Esteve ontem em Coimbra a embaixada intelectual estrangeira que visitou a universidade e o museu Machado de Castro» (*Diário de Coimbra*, nº 1732, 20/06/1935).

A estadia em Coimbra terminou com uma refeição tardia no restaurante do Hotel Astória. A seguir ao repasto todos tomaram o comboio *Sud Express* que os levaria de volta a Espanha, para uns, e a França, para outros. Mas antes dessa derradeira pausa, o grupo foi conduzido a conhecer três locais fundamentais na cidade: a Universidade de Coimbra, o Museu Machado de Castro e a Sé Velha. A paragem mais demorada terá sido na Universidade e prova disso é que depois da visita pelos espaços históricos da mais antiga universidade portuguesa, a Sala dos Capelos, a Biblioteca Joanina e Capela de S. Miguel, houve tempo para várias fotografias. Com Mistral conseguimos detetar a existência de três fotografias diferentes no pátio do *Paço das Escolas*.

A mais importante é a fotografia de grupo conservada na FAQ que capta os membros da Embaixada Cultural de 1935 (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01455) que ainda estavam em Portugal a 19 de junho. Nem Mauriac, ou Duhamel ou Maritain constam, pois já haviam partido dois dias antes no *Sud Express*. Outros ficaram para o programa completo: depois do Porto seguiram para Aveiro, Vista Alegre e Curia e, por fim, Coimbra. Naquela fotografia aparece Maurice Maeterlinck ladeado por Eugénio de Castro, à sua direita, e Fernand Gregh, à sua esquerda, e perto estão Unamuno e o Marquês de Quintanar. As senhoras estão agrupadas à esquerda da imagem, todas de chapéu, o que denota formalidade, e nenhuma exibe um sorriso explícito. Em total contraste com as fotografias captadas no Bussaco, aqui Mistral não sorri, o seu ar é carrancudo, não estava à vontade, não estava feliz.



Figura 4 – Fotografia de grupo no Paço das Escolas (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/06/0002/01455).

A segunda fotografia foi publicada num periódico espanhol ainda não determinado, descoberta fortuitamente como recorte de imprensa solto incluído num livro de Mistral à venda num alfarrabista digital. Apesar

da longa maratona na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid, consultando os números do jornal *ABC* de 1935, e de outros títulos, não conseguimos comprovar a origem daquele recorte. A fotografia mostra Mistral menos sisuda ao lado de Maeterlinck, o autor da peça infantil *L'Oiseau Bleu* (1908) – e inspiração para o apodo dado por Mistral à menina Marie-Lise Gazarian, *la Niña Azul*, visita frequente na casa de Roslyn Harbor. A fotografia é claramente no interior do *Paço das Escolas* e vê-se atrás a Torre da Universidade e a Via Latina já sem os alunos que se viam na primeira fotografia.



Figura 5 – Recorte de jornal com Mistral e Maeterlinck.

A terceira fotografia aparenta ser menos formal, pois não contempla, para além de Mistral, nenhuma das senhoras presentes na foto de grupo da Embaixada Cultural (BNDC, *Gabriela Mistral en Lisboa*, BN Código: ES0001129). As três senhoras estão diante do portal da Biblioteca Joanina, apesar de não estar visível, e Mistral está à esquerda. Mais uma vez a chilena não tem um ar sorridente, as outras duas talvez, sendo mais óbvio na senhora ao centro. A senhora da direita tem nas mãos um ramo de flores. Quem seriam? De acordo com a descrição da Biblioteca Chilena, na fotografia temos «Gabriela Mistral junto a la señora Maeterlink y una amiga», mas acreditamos estar errada, pois outras fotografias no mesmo dia e na mesma cerimónia mostram madame Renée Dahon vestida de um modo diferente. As filhas de Eugénio de Castro não seriam, talvez familiares de alguns professores ali presentes? A esposa de João da Providência Costa?



Figura 6 – Mistral e senhoras no pátio do Paço das Escolas (BNDC, *Gabriela Mistral en Lisboa*, BN Código: ES0001129).

Nada nos seus *Recados* sobre a cultura portuguesa nos insinua que se tenha impressionado com os monumentos de Coimbra. Talvez não tenha achado a Sé Velha um edifício românico tão entusiasmante quanto os sepulcros góticos de Alcobaça. Talvez não tenha achado as coleções do Museu Machado de Castro realmente deslumbrantes.

Residência de Mistral em Portugal

O artigo de Elizabeth Horan sobre a passagem de Mistral por Portugal deixa um tanto a ideia que a chegada a Lisboa, vinda em fuga de Madrid, foi qualquer coisa de não planeado. Mas Horan não leu as cartas que Mistral enviou ao casal Ferro e que estão no Arquivo da FAQ. Se o momento em que veio não era o planeado, a ideia de mudar-se para Lisboa já existia. Apesar de ter chegado à pressa, há muito que planeava a mudança, por causa do clima ameno de Lisboa melhor que o de Madrid.

Há uma carta sem data dirigida a Fernanda de Castro, que terá sido escrita em maio de 1935, em que Mistral revela o quanto ficou a gostar de Portugal logo ao primeiro contacto: «hace seis meses, yo me fui a Portugal, por unos dias y creame que sali de alli en un clima de cabal devoción y de una curiosa ternura respecto de ese pais» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00006) e mais adiante, na mesma carta, afirma que «a mi me traeria la mayor tranquilidad y la mayor alegria afincar en ese pais, que me llena el gusto» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00006). Mistral estava a referir-se à primeira viagem a Portugal em dezembro de 1934, onde passou uns dias em Lisboa e que deu origem ao primeiro *Recado* sobre Portugal. Foi uma viagem de automóvel atravessando a Castela e a Estremadura espanholas, na companhia de Palma Guillén, entrando em Badajoz e em Évora. Em Évora, última pausa antes de chegar a Lisboa, visitou o templo de Diana, a catedral e o Convento de S. Francisco (Mistral 2020a).

Muito cedo Mistral tratou de pedir ajuda a António Ferro para procurar uma residência em Portugal, pois numa carta de março de 1935 diz: «me dice usted, con una bondad grandísima que está ocupándose ya del asunto de mi casa buscada. Ah, yo no tengo como agradecerle un servicio tan profundo» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00003). Mistral procura uma casa em Lisboa, ou na

área de Lisboa, e especifica com todo o detalhe as características que a casa deveria ter. Por estas cartas se percebe que a chilena já estava a planear uma mudança para Portugal. Não queria continuar em Madrid: «estoy decidida a ir a Portugal de nuevo a ver casas y a consumir este acto decisivo de establecerme allí» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00006). Além disso apresenta razões para isso «soy reumática y me conviene mucho sol y poca humedad» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00006). A nota mais surpreendente nesta correspondência é descobrir a absoluta determinação de Gabriela Mistral em mudar-se para Portugal, ao ponto de considerar o abandono da carreira diplomática: «Yo estoy decidida a dejar mi cargo de Cónsul, porque no consigo de mi Gobierno traslado a un clima caliente» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00006).

Mistral chegou a Portugal para uma estadia prolongada em outubro de 1935 e só em dezembro conseguia alugar um apartamento adequado, na Av. António Augusto de Aguiar, nº 191, com vista para os jardins (hoje) da Fundação Gulbenkian. Mas essa não haveria de ser a sua morada definitiva. Mais tarde alugou um apartamento não muito longe do primeiro, na rua Ramalho Ortigão, 11, onde passou mais tempo, pelo que hoje o edifício exibe uma lápide que guarda a memória da residência de Mistral.

Apenas 10 meses depois de estabelecer-se em Lisboa rebenta em Espanha a guerra civil. Mistral passou a organizar a fuga de refugiados políticos do campo republicano, desenhando rotas de escape que os fazia chegar a Lisboa para depois os embarcar para o México. Nada interessado nisso, o governo chileno tentou bloquear as ações de Mistral; o que lhes interessava era a venda de minério ao regime de Franco. Para libertar-se do bloqueio em Lisboa, ainda tentou uma mudança para o Consulado do Porto, mas já não foi a tempo de libertar-se da maquinação que a queria ver afastada de Portugal e recebe ordem de transferência para a Guatemala. Acabaria por ir, depois de muitas vicissitudes, para o Brasil.

Mistral fez tudo o que estava ao seu alcance para adiar a saída da Europa, aproveitando todos os motivos para prolongar a sua presença. De dezembro de 1936 a agosto de 1937, a estadia em Lisboa já não foi permanente, mas sim intermitente, pois ocupou-se em inúmeras deslocações a várias cidades europeias, Paris, Genebra, Copenhaga, para atender a eventos e congressos que seriam, argumentava, do maior

interesse para o Chile. O último *Recado* escrito em Portugal, o *Recado sobre os Sepulcros de Alcobaça*, data de maio de 1937.

Mistral estava bem em Lisboa, estava muito agradada com a temperatura amena de Lisboa e muito empenhada no seu esforço de apoio aos refugiados. Mistral não queria sair de Portugal: «no deseaba otra cosa sino quedar indefinidamente en mi Portugal» (Arquivo FAQ - PT/FAQ/AFC/01/0313/00007). Mistral queria ficar em Portugal: «a mi me ha dado una grande, una profunda pena dar mi vida de paz de este Portugal medio-angélico, donde yo mejoro bastante mi salud y donde he tenido un año de felicidad, nada menos que de felicidad» (Quezada 2002: 141). Por estes testemunhos se pode perceber que muito da *errância* de Gabriela Mistral pelo mundo não foi, afinal, sempre *voluntária*.

Conclusão

Poucos biógrafos deram uma atenção peculiar ao período português da errância de Mistral pelo mundo. Constata-se agora que foi uma etapa mais importante do que tem vindo a ser reconhecido internacionalmente.

Mostrámos que tem ficado invisível a noção que foi em Portugal, e não em Espanha ou França, que Mistral teve a oportunidade excepcional de comungar espiritualmente com Unamuno. Os laços fortes que uniram os dois intelectuais foram consolidados em Portugal, sendo especialmente propício o momento vivido na Mata do Bussaco em 15 de junho de 1935.

Deixámos também provado que a famosa petição dirigida por um conjunto de letrados ao Presidente do Chile não é, afinal, independente de Portugal. Pelo contrário, aconteceu por causa do evento organizado por António Ferro e há uma coincidência direta entre os peticionários e os membros da embaixada cultural de 1935.

Conseguimos também determinar com clareza o momento em que Mistral esteve na cidade de Coimbra e visitou a sua Universidade. Podemos, por isso, incluir o nome de Mistral como um dos vultos literários que visitou Coimbra.

Por fim, deixámos pistas relevantes para mostrar que a estadia de Mistral em Portugal não foi uma contingência irrelevante, como tem transparecido noutras sínteses, mas fruto de uma decisão calculada. Mostrámos também que foi feliz o tempo passado em Portugal; e não querendo sair, teve de o fazer, porque foi forçada.

Fontes

Arquivo de correspondência da Fundação António Quadros (FAQ) – Caixa 022. PT/FAQ/AFC/01/0313/00003; PT/FAQ/AFC/01/0313/00004; PT/FAQ/AFC/01/0313/00006; PT/FAQ/AFC/01/0313/00007.
Arquivo fotográfico da Fundação António Quadros (FAQ) – Caixa 06-09 – PT/FAQ/AFC/06/0002/01455.
Biblioteca Nacional Digital de Chile: Archivo del Escritor – *Gabriela Mistral. Gabriela Mistral en Portugal* [fotog.] (BN Código ES0001346); *Gabriela en Portugal* [fotog.] (BN Código ES0001345); *Gabriela Mistral en Portugal* [fotog.] (BN Código ES0001129); *Palabras pronunciadas por Gabriela Mistral cuando recibió el Premio Nobel* [manus.] (BN Código AE0014582).

Fontes na Imprensa

Bandarra: Semanário da Vida Portuguesa, nº 13 (22/06/1935).
Diário de Coimbra, nº 1732 (20/06/1935).
Diário de Notícias, nº 24902 (03/06/1935); nº 24910 (11/06/1935).
El Sol, nº 1917 (12/11/1935).
Ilustração, nº 228 (06/06/1935).
Jornal de Notícias, nº 139 (16/06/1935).
O Despertar, nº 1858 (26/06/1935).

Bibliografia

Casa da América Latina (2019). *Carlos da Veiga Ferreira: “Para mim a Gabriela Mistral é uma poeta mais importante do que o Pablo Neruda”* – Casa América Latina em Lisboa. Retrieved January 21, 2025, from <https://casamericalatina.pt/2019/07/04/carlos-da-veiga-ferreira-para-mim-a-gabriela-mistral-e-uma-poeta-mais-importante-do-que-o-pablo-neruda/>

Caballé, Ana (1993). “Gabriela Mistral en Madrid”, *Anales de Literatura Hispanoamericana*, 22, 231-246.

Castro, Fernanda (1986). *Ao Fim da Memória. Memórias (1906-1939)*. Barcelos: Editorial Verbo.

- Covarrubias, Jorge (2011). "Tras las huellas de Gabriela Mistral en Nueva York", in *Gabriela Mistral y Los Estados Unidos*. Nueva York: Academia Norteamericana de la Lengua Española. ISBN 978-0-578-0531.
- Dantas, Júlio (1972). *Grandes Figuras*. Lisboa: Tipografia Ideal.
- Gazarian, Marie-Lise (2011). "Recordando a Gabriela Mistral", in *Gabriela Mistral y Los Estados Unidos*. Nueva York: Academia Norteamericana de la Lengua Española. ISBN 978-0-578-0531.
- Gullberg, Hjalmar (1945). *Award ceremony speech. The Nobel Foundation*. Retrieved February 2, 2026, from <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1945/ceremony-speech/>
- Horan, Elizabeth (2009). "Consul Gabriela Mistral in Portugal, 1935-1937: "Un policía en la esquina y dos o tres espías adentro del hotel"", *Historia*, 42, II, 401-434.
- Medina, F. (1977). *Salazar em França*. Venda Nova – Amadora: Ática
- Mistral, Gabriela (2020a). "Viaje al escenario maravilloso de la nación portuguesa", in *Obra Reunida Gabriela Mistral*, Tomo VII – Prosa. Santiago de Chile: Ediciones Biblioteca Nacional. ISBN: 978-956-244-499-6.
- « — » (2020b). *Obra Reunida Gabriela Mistral*, Tomo VIII – Cartas. Santiago de Chile: Ediciones Biblioteca Nacional. ISBN: 978-956-244-507-8.
- Morejón, Julio (1971). *Unamuno y Portugal*. Segunda edición corregida y aumentada. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, SA.
- Pergoux-Baeza, Catherine (2018). "Gabriela Mistral et le Prix Nobel, ou le revers de la médaille", in Le Nan, Brünig, Pergoux-Baeza (eds.), *Voix de femmes dans le monde*. Presses universitaires de Rennes. <https://doi.org/10.4000/books.pur.87468>
- Quezada, Jaime (2002). *Bendita Mi Lengua Sea – Diario íntimo de Gabriela Mistral (1905-1956)*. Santiago: Biblioteca del Bicentenario, Planeta/ Ariel.
- Rabaté, Jean-Claude (2002). "El destierro de Miguel de Unamuno en París", *Cuaderno Gris*, Época III, 6, 71-82 (Monográfico: *Unamuno y Europa: nuevos ensayos y viejos textos* / Pedro Ribas (coord.). Universidad Autónoma de Madrid). ISSN - 0213-6872.
- Rodig, Laura (1957). "Presencia de Gabriela Mistral", *Anales de la Universidad de Chile*, 106, 282-292.
- Rudd, Margaret (1977). "The Spanish Tragedy of Gabriela Mistral", *Romance Notes*, 18, 1, 38-48. <http://www.jstor.org/stable/43801461>

- Teitelboim, Volodia (1996). *Gabriela Mistral, Publica y Secreta – Truenos y Silencio en la vida del primer Nobel latinoamericano*. Editorial Hermes. ISBN 968-446-204-2.
- Rossardi, Orlando (2011). “Los Rostros de Gabriela”, in *Gabriela Mistral y Los Estados Unidos*, Nueva York: Academia Norteamericana de la Lengua Española. ISBN 978-0-578-0531.

**VOZES DA ESPERANÇA. EXÍLIO, MOBILIZAÇÃO POLÍTICA
E PROPAGANDA CONTRA SALAZAR NO BRASIL E NOS
ESTADOS UNIDOS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL⁽¹⁾**
VOICES OF HOPE. EXILE, POLITICAL MOBILIZATION AND
PROPAGANDA AGAINST SALAZAR IN BRAZIL AND THE
UNITED STATES AFTER THE SECOND WORLD WAR

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ

Universidade de Coimbra, CEIS20 | Universidade de Vigo

alberto@uvigo.es

<https://orcid.org/0000-0001-8667-6287>

HELOISA PAULO

Universidade do Porto, CITCEM

heloisapaulo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9990-088X>

Texto recebido em / Text submitted on: 06/10/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 30/01/2026

Resumo

Este trabalho estuda a mobilização política e a propaganda do exílio português no Brasil e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, quando a vitória

(1) Parte deste trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00460/2025 - <https://doi.org/10.54499/UID/00460/2025>. Para as suas pesquisas, Alberto Pena-Rodríguez beneficiou de uma Bolsa de Investigação em Cultura Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian.

dos aliados sobre as potências fascistas fez nascer a esperança do fim da ditadura salazarista e do regresso da democracia. O objetivo deste artigo é analisar algumas das ações de propaganda e agitação mais significativas realizadas pelos exilados no período imediatamente após a guerra, numa tentativa de projetar e legitimar a sua causa entre os imigrantes portugueses na América.

Palavras-chave

Exílio; propaganda; mobilização política; imigração portuguesa; salazarismo.

Abstract

This paper studies the political mobilisation and propaganda of Portuguese exiles in Brazil and the United States after the Second World War, when the Allied victory over the Fascist powers raised hopes for the end of the Salazar dictatorship and the return of democracy. The aim of this article is to analyse some of the most significant propaganda and agitation actions carried out by exiles in the immediate post-war period, in an attempt to promote and legitimise their cause among Portuguese immigrants in America.

Keywords

Exile; propaganda; political mobilization; Portuguese immigration; salazarismo.

Introdução

A República demoliberal, com vetores de autoritarismo, implantada em Portugal em 1910, termina com o advento da ditadura militar, em 28 de maio de 1926, seguida, posteriormente, pelo regime salazarista do Estado Novo, fundado oficialmente em 1933 (Reis Torgal 2011). A repressão, a censura, as prisões, os julgamentos sumários, as deportações crescem à medida que os protestos contra a ditadura se intensificam. Até ao dia 25 de Abril de 1974, republicanos, socialistas, anarquistas, comunistas e demais opositores ao regime travam na clandestinidade ou no exílio um combate incessante pelo retorno da liberdade em terras portuguesas. No entanto, durante os anos da Segunda Guerra, os exilados anti-salazaristas não possuem grande margem de manobra, apesar do combate internacional contra o fascismo (Dawn 1988; Clímaco 2017; Martins 2018; Paulo 2024).

No final do conflito, a imagem internacional do Portugal salazarista é a de um regime fascista⁽²⁾. A sua posição geopolítica na nova ordem internacional era vista com desconfiança pelos países aliados devido à sua aliança com a Espanha do general Franco e a participação no Bloco Ibérico em 1942. A recusa da ONU em admitir a entrada de Portugal em 1946, complicou nestes primeiros anos do pós-guerra a integração da ditadura salazarista na comunidade internacional, e as suas supostas atitudes «democráticas» também não convencem, já que a repressão, o controle dos meios de propaganda e a perseguição sistemáticas aos opositores continuaram em vigor (Jiménez Redondo 2003: 158).

Numa tentativa de sobreviver no novo cenário internacional, o regime de Salazar tenta demarcar-se dos fascistas, convocando eleições para a Assembleia Nacional e algumas mudanças de «fachada», como a troca da designação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) (Paulo 1994; Pena-Rodríguez, Paulo 2016). No entanto, os opositores anti-salazaristas começam a reorganizar-se. A oposição encara estas alterações com esperança, apostando no apoio dos países democráticos contra o regime de Salazar. Ainda antes da assinatura da rendição das forças do Eixo, em dezembro de 1943, em solo português, os oposicionistas se reagrupam através da formação do Conselho de Unidade Nacional Antifascista (CUNAF), liderado pelo comunista Bento de Jesus Caraça. Este movimento é ladeado por um outro, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista, presidido pelo General José Norton de Matos, congregando elementos do republicanismo, como Barbosa de Magalhães, e incorporando o CUNAF (Paulo, Pinto Janeiro 2010: 21-34).

A convocatória para as eleições presidenciais em 1949, obrigam o regime a reunir forças para garantir a sua sobrevivência. A candidatura de Norton de Matos à presidência da República contra o Presidente Óscar Carmona é iniciada por uma conferência de imprensa do candidato oposicionista, onde este declara a sua vontade de fazer «desaparecer para sempre» Salazar e o Estado Novo (Norton de Matos 1948: 33). As manifestações públicas que se seguiram conseguiram reunir multidões no Porto, Lisboa e Coimbra. Antigos republicanos e democratas, e jovens, como o então comunista, Mário Soares, ocupam as tribunas nos comícios.

(2) Os autores consideram a ditadura salazarista como um modelo fascista, embora exista um debate historiográfico sobre a natureza e os fundamentos ideológicos do regime.

No exterior, os grupos de exilados, estabelecidos no Brasil e Estados Unidos, tentam ajudar a campanha, apesar da armadilha engendrada pelo regime que não permite sequer o uso de um mesmo boletim de voto para ambos os candidatos (Rosas 1994). No final, a situação geopolítica de Portugal no contexto da Guerra Fria acaba por favorecer os interesses do Estado Novo. O perigo comunista e o combate empreendido pelo salazarismo aparecem, naquele momento, como a razão da continuidade de Salazar no poder e do desprezo pela luta dos seus opositores.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar algumas das principais ações de mobilização e propaganda política organizadas pelos opositores da ditadura salazarista no Brasil e nos Estados Unidos junto dos emigrantes portugueses entre 1945 e as eleições de 1949. As comunidades de emigrantes nesses países, dada a sua relevância histórica e a sua influência política ou sociocultural no contexto da diáspora portuguesa, foram alvo de campanhas específicas promovidas pelos exilados políticos, na ânsia de legitimarem internacionalmente a sua luta e de obterem apoios contra o Estado Novo. Correspondências particulares, jornais, panfletos servem de pano de fundo para este trabalho.

Embora o estudo geral dos núcleos portugueses no estrangeiro e da sua atividade política durante o Estado Novo tenha sido abordado nos últimos anos sob várias perspetivas em obras de autores como Pereira (2014), Clímaco (2017), Pena-Rodríguez (2021) e Paulo (2024), faltam estudos específicos que proporcionem um conhecimento mais extenso e comparativo sobre a difusão e a aceitação entre os emigrantes portugueses, em geral profundamente conservadores, das propostas dos anti-salazaristas. Este trabalho é uma tentativa de oferecer um novo olhar sobre a atividade dos exilados portugueses no Brasil e nos Estados Unidos durante estes anos, a partir, essencialmente, de documentação diplomática do governo português, dos arquivos de Moura Pinto e Jaime de Moraes, e de algumas referências hemerográficas.

Diáspora e exílio no Brasil e nos Estados Unidos

O Brasil sempre foi o destino preferencial da emigração portuguesa. No século XX, monárquicos e republicanos emigrados disputam o controlo da colónia através das suas associações, nomeadamente o Real Gabinete Português de Leitura e os núcleos associativos que prestam assistência aos

emigrantes. A criação de uma Federação das Associações Portuguesas do Brasil, na década de 1930, marca a adesão dos setores mais conservadores ao Estado Novo. O organismo visa congrega a colônia em torno da proposta nacionalista do regime português, criando uma associação que possa servir os propósitos da propaganda salazarista (Paulo 2000: 87).

Porém, desde as primeiras notícias sobre o golpe militar de 1926, os republicanos portugueses radicados no Brasil se posicionam contra a ditadura em Portugal. Associações como o Grémio Republicano de São Paulo ou o Centro Republicano do Rio de Janeiro, bastiões do republicanismo na colônia portuguesa, assumem a responsabilidade do combate ao regime. O jornal *Portugal Republicano* passa a dar voz aos dissidentes radicados em Portugal e em outros locais de exílio. No entanto, desde 1937, o Estado Novo de Getúlio Vargas (Ferreira, Almeida Neves 2019) é marcado por uma retórica política semelhante ao do seu homólogo português, exercendo a censura e a repressão, coibindo as manifestações democráticas e obrigando os emigrados e exilados republicanos a proteger-se com o silêncio (Tucci Carneiro 2017: 35-67).

Nos Estados Unidos, tal como no Brasil, a comunidade portuguesa era politicamente muito heterogênea, dividida entre um bloco conservador e outro progressista. E de igual forma, ambas as colônias partilhavam um imaginário comum ligado aos seus valores culturais tradicionais, à iconografia e mitologia nacional portuguesa e à sua experiência de vida como imigrantes. Neste universo simbólico, em que se confundiam emoções relacionadas com a representação da identidade portuguesa e a forte propaganda nacionalista do salazarismo, os opositores viam o seu combate esvaecer ante os apelos do regime, aos quais eles próprios não eram imunes (Paulo 2024: 91-107; Pena-Rodríguez 2021: 120-129).

Na América, os conservadores defendiam posições contrárias ao parlamentarismo democrático europeu, enquanto os opositores ao regime, defendiam um vasto leque de ideologias mais ou menos progressistas. Estes últimos predominavam em New Bedford (Massachusetts), epicentro da colônia da Nova Inglaterra, onde existia, desde 1911, o Clube Republicano Português, uma organização de cariz socio-liberal criada para instruir os imigrantes. Nesta órbita ideológica, havia republicanos, comunistas, socialistas, anarquistas e anticlericais, unidos pela oposição à ditadura.

No caso específico dos EUA, as colônias pró-salazarista e opositora convergiam na representação de um discurso político semelhante

nas comemorações patrióticas, que o Estado Novo sempre tentou explorar para ganhar adeptos (Correira 2021: 92). Ambas as correntes dispunham de instituições sindicais a partir das quais promoviam as suas ideologias políticas, nalguns casos com periódicos como o *Liberdade*, órgão da Aliança Liberal Portuguesa, que era outra das instituições mais representativas da colónia.

Tal como em território brasileiro, o discurso institucional das entidades associativas luso-americanas era a defesa acérrima da pátria, como entidade suprema que representava os valores da «raça» lusitana. O culto patriótico deste ideal racial foi estimulado pelas campanhas do Estado Novo nos Estados Unidos, que procurou tornar-se o baluarte da defesa da essência da identidade nacional portuguesa (Carvalho Arroteia 2010). A comemoração da independência de Portugal, a época gloriosa das explorações marítimas, o seu estatuto de potência colonial, entre outros clichés mitológicos ou lendários, foram argumentos utilizados pela ditadura portuguesa para influenciar e moldar a visão política dos emigrantes.

Neste quadro, a década de quarenta assinala mudanças significativas em ambas as colónias de emigração. No Brasil, em 1940, após passarem pelas prisões portuguesas, chegam dois líderes do movimento republicano opositor exilado: Jaime Cortesão e Jaime de Moraes. O primeiro (Seixas Melo 2020), escritor de renome, o segundo, oficial da Marinha e antigo governador de Angola, vão se juntar ao antigo Ministro da Justiça de Sidónio Pais, Alberto Moura Pinto. Os três ficaram conhecidos pela participação em inúmeras ações contra a ditadura militar e contra o salazarismo, ganhando a alcunha de «Budás», alcunha dada por um elemento vinculado ao regime, ou ainda, de «Grupo de Madrid» (Paulo 2024: 207). Desde 1931, radicados em Espanha, eles participam da luta republicana na Guerra Civil e, com o término do conflito espanhol, acabam por buscar refúgio em França. Moura Pinto parte para o território brasileiro logo em 1939, mas os outros dois, assim como outros exilados, acreditando na proposta de perdão de Salazar e com as tropas nazis a atravessarem a fronteira francesa, retornam a Portugal, onde são presos e deportados para o Brasil.

A presença dos «Budás» em território brasileiro suscita o entusiasmo da colónia republicana que, neste momento, cresce com a chegada de um número maior de exilados e emigrados políticos do regime português. Em 1942, a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos aliados, proporciona uma liberdade relativa de combate desta frente de oposição, embora mantendo-se a censura imposta pelo governo de

Getúlio Vargas até fevereiro de 1945. Acontecem então as primeiras ações de propaganda anti-salazarista dos exilados, ainda que limitadas aos pequenos encontros de confraternização e comemoração do 5 de outubro, data da implantação da República, sendo o republicanismo o símbolo da resistência democrática (Paulo 2017: 85-98).

Paralelamente, alguns dos exilados passam a escrever em jornais brasileiros, aproveitando a propaganda contra o «inimigo» do governo brasileiro, o fascismo (Paulo 2020). Os escritos de opositores como Jaime de Moraes ou Lúcio Pinheiro dos Santos abordam a neutralidade de Portugal, a sua vinculação com os regimes fascistas, bem como a própria imagem de Salazar. O passado dos articulistas é evocado para legitimar o próprio discurso democrático, em especial a passagem de alguns deles pela Guerra Civil espanhola e o exílio (Paulo 2024: 167).

O movimento anti-salazarista no Brasil permanece com um carácter predominantemente republicano até o final da Segunda Guerra. São eles que articulam a fundação da «União dos Democratas Portugueses»⁽³⁾. A presidência do grupo é entregue a Ricardo Seabra, um rico emigrante republicano, e no seu diretório estão Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e Alberto Moura Pinto⁽⁴⁾. Para além dos republicanos, participam da associação simpatizantes socialistas, comunistas e anarquistas (*Diário Carioca*, 17/08/1945: 3). O seu objetivo é ser o «porta-voz» dos opositoristas no exterior, apesar dos sinais de dissidência já existentes no movimento de oposição do exílio português.

Mas o aparecimento de uma representação da Frente de Unidade Antifascista no Rio de Janeiro altera o equilíbrio de forças na oposição exilada com a entrada em cena de uma organização que se define como pró-comunista (Paulo 2024: 93). Lúcio Pinheiro dos Santos e o recém-chegado Aniceto Monteiro são nomes de destaque nesta nova associação que pretende, como a anterior, representar a oposição exilada. Apesar dos diferendos internos, à medida que o conflito mundial se aproxima do fim, aumenta a condenação a Salazar e a posição neutral de Portugal, favorecendo o movimento dos opositores anti-salazaristas no Brasil. Em 1944, o jornalista Silvestre Maia denuncia a propaganda salazarista e

(3) Não encontramos menções de registo da associação no *Diário Oficial da União* do então Distrito Federal. Sem o mencionado registo, a instituição não teria carácter legal.

(4) Arquivo Moura Pinto (AMP). Todas as informações sobre a UDP foram obtidas através dos textos dos telegramas, cartas e do material de divulgação.

apresenta Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime de Moraes e Jaime Cortesão como verdadeiros heróis da luta pela democracia em Portugal (*Diário Carioca*, 14/05/1944: 2).

Neste contexto, os democratas brasileiros, eles próprios ansiosos para deporem Vargas, passam a apoiar os exilados através de associações, como a Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa (ABADP), criada em outubro de 1945, na qual participam nomes como o escritor Manuel Bandeira e o futuro fundador do Partido Socialista brasileiro Hermes de Lima. Um período de esperança e liberdade parece marcar a oposição portuguesa anti-salazarista no Brasil (Paulo 2000: 59-63).

Quanto à comunidade portuguesa nos Estados Unidos, é difícil distinguir os imigrantes que se estabeleceram nos Estados Unidos como exilados políticos. Sabe-se, em todo o caso, que o território norte-americano não era o lugar preferido dos que fugiam de Portugal por razões puramente ideológicas (Pena-Rodríguez 2021: 82). Alguns dos que emigraram por motivações económicas tornaram-se também exilados quando começaram a colaborar em ações de oposição à ditadura ou devido à sua identificação com a propaganda anti-salazarista. A proximidade atlântica, a maior interação política derivada de um agrupamento urbano, com periódicos portugueses influentes como o *Diário de Notícias* de New Bedford, a maior presença do corpo diplomático português (com a embaixada em Washington e os consulados em Boston, Nova Iorque, New Bedford, Providence e Fall River), levaram a um maior envolvimento dos membros da colónia nos estados da Costa Leste na vida política de Portugal (Pena-Rodríguez 2020: 3). Na comunidade luso-californiana a ação dos opositores foi quase nula, devido ao afastamento e à ausência de anti-salazaristas, como acontecia nos estados de Massachusetts e Nova Iorque. No entanto, de todas as cidades onde se verificou algum tipo de atividade de propaganda por parte de qualquer dos sectores políticos envolvidos, New Bedford foi a que mais se destacou (Pena-Rodríguez 2020: 5).

A liderança do movimento oposicionista nos Estados Unidos foi assumida por João Camoesas, que depois de se instalar em Massachusetts, em junho de 1929, criou uma rede de colaboradores e estabeleceu um contacto estreito com a imprensa portuguesa de Nova Inglaterra e Nova Iorque, através de frequentes colaborações jornalísticas (ver *Diário de Notícias*, 13/06/1929: 1). O seu prestígio como antigo ministro, bem como o seu estatuto de médico e académico, trouxeram-lhe um reconhecimento

imediatamente por parte de muitos dos imigrantes, que se sentiram honrados por poderem recebê-lo como membro da colônia (Correia 2021: 132).

Embora muito menos significativa do que no Brasil, houve uma certa atividade política e de propaganda contra a ditadura na América do Norte. O período de maior intensidade, em que a imprensa portuguesa nos Estados Unidos teve um papel destacado como agente de mobilização dos grupos de imigrantes, iniciou-se com a instauração do Estado Novo em 1933 e terminou com a realização das eleições para chefe de Estado em Portugal, a 13 de fevereiro de 1949. Após este período, a mobilização política no seio da colônia luso-americana decaiu até ser timidamente reavivada na década de 1960 (Pena-Rodríguez 2021: 95-103).

A esperança de redemocratização após a guerra

O final da Segunda Guerra Mundial marca um novo ciclo para os opositores de Salazar. A possibilidade de reconhecimento internacional de um governo oposicionista no exílio passa a ser uma opção com a nova organização das Nações Unidas. O regime vigente em Portugal, cuja origem era um golpe contra um governo democraticamente eleito, poderia ser considerado como ilegal pelos países que comporiam a assembleia de nações. A sua ilegalidade significaria a sua condenação internacional e o seu possível fim. Para tal, o primeiro passo seria o envio de representantes do movimento oposicionista à Conferência de São Francisco, aberta em 25 de abril de 1945. Inicia-se uma ativa correspondência entre os opositores radicados em Paris, Estados Unidos e o grupo dos Budas no Brasil. Chegam cartas para Moura Pinto, o «contacto» oficial da UDP com o exterior. De facto, os exilados do Brasil, juntamente com elementos do recém-formado Movimento de Unidade Democrática, em território português, articulam uma ação com os democratas portugueses em território norte-americano. Este é o primeiro passo de outros que serão dados até as eleições de 1949, quando a oposição vê cair por terra a esperança de uma redemocratização a partir do interior do próprio regime salazarista.

Nos Estados Unidos, com o desejo de enfrentar Salazar a partir de uma posição de maior visibilidade institucional, os opositores fundaram, em 1945, o Portuguese-American Committee for Democracy (PACD), cujo principal objetivo era tornar-se a instituição de referência da

oposição ao salazarismo na América do Norte. O PACD era presidido por João Camoesas, acompanhado na comissão diretiva pelo escritor José Rodrigues Miguéis (ver biografia de Marques 2025 e Barcelos Mendonça 2010) e por Abílio de Oliveira Águas, antigo cônsul em Providence (Rhode Island), como primeiro e segundo vice-presidentes, respetivamente.

O PACD foi oficialmente apresentado num evento político organizado a 21 de fevereiro de 1945, em Nova Iorque, onde mais uma vez se concretizou a colaboração entre os exilados políticos ibéricos. O acontecimento teve lugar na sede da prestigiada revista *The Nation*, cuja seção «Political Warfare» era dirigida pelo antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Espanhola, Julio Álvarez del Vayo, que celebrou a unidade de ação dos democratas espanhóis e portugueses contra as ditaduras ibéricas, recordando o apoio dado pelos exilados portugueses ao governo republicano espanhol nas horas críticas da guerra civil (*Diário de Notícias*, 23/02/1945: 1).

O principal objetivo do PACD era sensibilizar os imigrantes e informar a opinião pública americana sobre o «carácter fascista» do regime de Salazar, a sua aliança com o General Franco no seio do bloco ibérico e as suas políticas repressivas contra a sociedade portuguesa. As ações propagandísticas do comité visavam fomentar uma corrente de solidariedade e de mobilização contra o regime português, uma vez que o Estado Novo representava o tipo de modelo político e de ideologia que a democracia americana pretendia combater. Ao orientar a sua ação política contra a ditadura através de escritos dirigidos a fóruns, personalidades e organizações internacionais, João Camoesas e o PACD procuravam promover um movimento de agitação entre os seus compatriotas, chamar a atenção do governo americano e da comunidade internacional e exercer uma pressão politicamente simbólica, mas suficiente para prejudicar e comprometer entre os emigrantes a imagem de estadista que Salazar procurava projetar.

O PACD organizou dezenas de iniciativas políticas destinadas a amplificar a sua propaganda e a mobilizar os imigrantes. Uma das mais significativas mensagens do PACD, com maior impacto mediático, foi difundida apenas um mês após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando Camoesas decidiu enviar um telegrama a Salazar instando-o a entregar o poder aos democratas de forma a «reintegrar Portugal» na órbita dos países democratas (*Diário de Notícias*, 09/05/1945: 1).

Em maio de 1945, Salazar ofereceu aos exilados uma nova oportunidade para intensificar a sua propaganda, depois de se ter conhecido que a ditadura salazarista tinha decretado 3 dias de luto oficial pela morte de Hitler. Esta notícia gerou uma agitação política entre os emigrantes portugueses e as autoridades norte-americanas, estimulando um grande movimento de repulsa social que afetou seriamente a imagem de Portugal na América. Durante várias semanas, o governo português foi publicamente insultado e alguns imigrantes foram mesmo objeto de gestos de repúdio social. Olga Sarmiento, cidadã de origem portuguesa e presidente da Cruz Vermelha Americana, alertou Salazar do assédio de que a comunidade luso-americana estava a ser alvo. Salazar respondeu afirmando que o assunto tinha sido «maliciosamente explorado» e justificando a sua decisão por questões protocolares (ANTT, AOS/CO/NE/2C, caixa 426).

Como reação à ação dos exilados e à má imagem do regime, o embaixador de Salazar, João António de Bianchi, ordenou aos seus serviços diplomáticos uma campanha de desmentidos. No documento de contrapropaganda que Bianchi fez circular entre o corpo consular para acalmar os emigrantes, afirmava-se que a neutralidade de Portugal e a cedência das bases dos Açores aos Estados Unidos, bem como o respeito escrupuloso pela aliança com a Grã-Bretanha, tinham sido decisivos para a vitória dos aliados (NBWM, PIR, caixa 2).

Tendo em conta o reavivar da oposição em ambos os países, a privilegiada situação dos opositores em solo norte-americano, local da futura ONU, e o fortalecimento dos anti-salazaristas no Brasil, é empreendido um avanço no reconhecimento da oposição como governo legal de Portugal. A partir do território brasileiro, os republicanos da UDP retomam os vínculos com antigos companheiros que, em solo português, estão envolvidos no combate ao regime. Os antigos vínculos que, durante o reviralhismo, uniram republicanos e apoiantes ganham um novo sentido e direção. O passado e o papel de relevo dos «Budás» são elementos decisivos na escolha da UDP como «representante legal» do movimento oposicionista português por aqueles que comandam o movimento em Portugal (AMP, carta de «Rafael» a Moura Pinto, 16/04/1945). De Lisboa, chega aos exilados do Brasil uma credencial, assinada por «N» (Norton de Matos), «B» (Barbosa de Magalhães) e «B» (Bento de Jesus Caraça) delegando a Moura Pinto, Jaime de Moraes, Cortesão e ainda José Rodrigues Miguéis, em representação do grupo de emigrados nos Estados Unidos, «plenos poderes», com o objetivo

de «acompanhar os trabalhos da Conferência de São Francisco, procurando todas as formas eficientes de esclarecer à opinião pública internacional e os governos responsáveis» sobre a situação da ditadura portuguesa (AMP, credencial, Lisboa, abril 1945).

Nesta dinâmica, a rede de opositores no Brasil e Estados Unidos decide criar um Conselho conjunto, composto por José Rodrigues Miguéis, José Domingos dos Santos, antigo líder da Esquerda Republicana em Portugal, então exilado em França, e Moura Pinto, que é então encarregado de toda a comunicação com os outros elementos (AMP, carta Moura Pinto a Rodrigues Miguéis, 17/05/1945). O objetivo é desenvolver iniciativas no sentido de pressionar a nova assembleia de Nações Unidas para que sejam tomadas medidas contra os regimes autoritários ibéricos.

No âmbito da estratégia de internacionalização da causa dos exilados, João Camoesas dirige, a 11 de junho de 1945, um «Memorandum» ao Presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em São Francisco, no qual denuncia a repressão no seu país, solicitando a assistência diplomática do organismo multilateral (NBWM, PIR, caixa 2). Na sua carta, Camoesas procura um compromisso firme dos Estados Unidos e do mundo livre com a causa dos democratas portugueses, recordando as palavras dirigidas pelo Presidente F. D. Roosevelt ao povo americano em 3 de setembro de 1939: «cada palavra que vem do ar, cada navio que navega no mar, cada batalha que é travada, afeta o futuro da América» (NBWM, PIR, caixa 2).

Entre os jornais distribuídos pelos imigrantes, o mais lido era o *Diário de Notícias* de New Bedford⁽⁵⁾, que dava ampla cobertura às atividades dos opositores. Num dos atos de propaganda contra a ditadura, realizado na sede da Aliança Liberal Portuguesa (ALP) no dia da comemoração do aniversário da República, o 5 de Outubro de 1945, o *Diário de Notícias* enalteceu os discursos de Camoesas e Rodrigues Miguéis, lamentando o derrube do regime republicano em Portugal (*Diário de Notícias*, 08/10/1945: 1). No entanto, apesar das campanhas do PACD, a propaganda anti-salazarista perdeu influência com o encerramento, em 1945, do semanário *O Colonial*, um dos jornais mais críticos com a ditadura entre os imigrantes nos Estados Unidos. De igual modo, após uma série de ações contra a instauração do Estado Novo, a ALP declinou

(5) Quando for citado este cabeçalho, sempre aludiré ao jornal de New Bedford (Massachusetts).

na sua atividade política, enquanto outros jornais luso-americanos, como *A Luta* de Nova Iorque ou o popular semanário *Jornal Português* de Oakland (Califórnia), alinharam com o salazarismo.

Paralelamente, os exilados no Brasil mobilizam-se em torno da questão eleitoral quando a pressão do governo força o movimento oposicionista a não apresentar quaisquer listas para as eleições das Juntas de Freguesia, realizadas no dia 21 de outubro de 1945. No dia 20 de outubro, ocorre uma manifestação sobre as eleições portuguesas, realizada na Associação Brasileira de Imprensa, bastião do pensamento democrático brasileiro, localizada no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo sector republicano exilado que comunica ao público presente a «mistificação eleitoral, com que, de afogadilho, o ditador Salazar procurou iludir as nações democráticas e manter escravizado o povo português» e «pede o apoio moral e a solidariedade dos democratas brasileiros e das demais nações civilizadas» para o combate e o derrube do ditador português (AMP, nota de protesto, 20/10/1945). Em nome da «Colónia Democrata Portuguesa» são denunciadas as atitudes do «ditador Salazar», a «parcialidade da ditadura», a manipulação das votações, que visam a «fraudulenta» vitória da União Nacional e, por fim, delata a «impotência do Chefe de Estado» frente ao poder de Salazar. O protesto é assinado pelo Diretório da União dos Democratas Portugueses e as suas representações estaduais. No final do evento é apresentada a proposta do envio de um telegrama ao grupo da *Seara Nova*, um reduto do republicanismo e da democracia reunido em torno de uma revista literária, afirmando a solidariedade pela campanha eleitoral desenvolvida pelos seus membros e pela decisão final que tomam em não participarem no «simulacro das eleições» (AMP, telegrama ao MUD, 27/10/1945).

Apesar das evidências de fraude, a batalha legal do MUD continua e crescem os apelos de apoios aos exilados. Em nome do Movimento, o engenheiro Rafael Rodrigues, que já passara pelo Brasil, dirige um telegrama aos seus antigos companheiros de exílio solicitando que estes manifestassem a sua adesão ao MUD (AMP, telegrama de Rafael Rodrigues, 24/10/1945). Nesse momento, é fundamental para a oposição em Portugal demarcar na imprensa portuguesa e internacional a união de todos os sectores oposicionistas no repúdio às atitudes levadas a cabo pelo regime salazarista.

Com este objetivo, no dia marcado para a realização das eleições para a Assembleia Nacional em Portugal, 18 de novembro, os dois sectores da

oposição, a UDP e o grupo comunista, estão reunidos num grande comício público, realizado novamente na sede da UNE. A responsabilidade da manifestação é do Comité Central da Frente Portuguesa de Unidade Antifascista. Os organizadores pretendem fazer uma demonstração pública da «unidade oposicionista» contra a farsa eleitoral montada pelo regime salazarista. A estruturação da cerimónia revela os diferenciados pesos do movimento: a presidência é entregue a um brasileiro, Hermes Lima, sendo partilhada pela direção da Frente de Unidade Antifascista, representada por Aniceto Monteiro. Na mesa, participam oradores portugueses de todas as facções (*Diário Carioca*, 20/11/1945: 1).

Durante os discursos, é feita a distribuição do folheto *Informação Portuguesa*, que visa fornecer ao público «toda a documentação necessária para que possam julgar, de uma maneira objetiva, a situação política de Portugal», reunindo enxertos dos discursos de Salazar, no qual são destacados períodos onde o Presidente do Conselho afirma ser «preciso pôr de lado a Constituição», ou ainda o «respeito» às «desigualdades naturais», contrariando as «belezas da igualdade e as vantagens da democracia» (*Informação Portuguesa*, novembro 1945: 3). São apresentadas ainda denúncias sobre as condições de vida no país. Também é posto à venda o *Programa da Frente de Unidade Antifascista de Portugal*, visando arrecadar fundos para o movimento (Ib.: 4).

No seu discurso, Moura Pinto afirma a sua postura de crítica ao imobilismo internacional diante da farsa eleitoral montada por Salazar (AMP, discurso manuscrito, s. d.). No entanto, as notícias das condições impostas pelo regime para a realização do pleito e da atitude de «abstenção eleitoral», assumida pelos candidatos da oposição, desmobilizam o movimento em termos de manifestações públicas, ainda que não diminuam os contactos com os oposicionistas no território português e com os demais emigrados e exilados políticos dispersos na Europa e nos Estados Unidos.

As eleições de 1949 e a mobilização do exílio no Brasil e Estados Unidos

Em 1949, a perspectiva de um novo ato eleitoral, desta vez para a Presidência da República, renova a mobilização oposicionista (Matos e Lemos, Reis Torgal 2012). No caso do Brasil, ambos os setores oposicionistas, comunista e republicano, apoiam a candidatura de José

Norton de Matos. Para tal, contam com a propaganda levada a cabo por alguns jornais brasileiros que darão «cobertura» ao processo eleitoral português. Os exilados anti-salazaristas iniciam uma campanha de apoio a Norton de Matos e pela redemocratização de Portugal. Na edição do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, a candidatura do militar português é apresentada como um «desafio» ao «poder de Salazar» e uma verdadeira união do povo «contra a censura prévia e o arbítrio policial». O periódico denuncia as prisões de membros da oposição, como Rodrigues Lapa, e o «entusiasmo» da participação popular nos comícios de Norton (*Correio da Manhã*, 12/01/1949: 5). Um editorial do seu redator principal, Dalton Jobim, intitulado «A Farsa Portuguesa», é alvo de louvores por parte dos opositores. Numa carta assinada pelo exilado Francisco Dores Gonçalves, a oposição agradece as manifestações de solidariedade dos jornalistas brasileiros na luta que empreende contra os «tentáculos torturantes e letais de um governo totalitário» (*Correio da Manhã*, 29/01/1949: 2).

Apesar da mobilização e da esperança daqueles que continuam em Portugal, o pleito é visto com reservas pelos exilados no Brasil. Na verdade, estes reconhecem que são imensos os obstáculos no processo de escolha presidencial, a começar pela apresentação do candidato, o General Norton de Matos, um republicano, maçom e já com uma idade avançada. Desde a propaganda até a preparação do ato eleitoral, é extenso o caminho a percorrer pelos opositoristas; e a falta de garantias permanece como o grande obstáculo do desafio. Conhecedor das dificuldades, Moura Pinto resume a tática da candidatura a ser empregue por Norton e pela oposição, comparando a situação à vivida por Brito Camacho, seu antigo companheiro de Partido, no final da monarquia. Em resumo, seria preciso levar a candidatura até ao fim como uma forma de demonstrar a disposição da oposição de resistir aos demandos do regime (FMS, AJM, carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, 28/01/1949).

O primeiro entrave a ser transposto é o do financiamento. A oposição nunca obteve grandes ajudas económicas em regimes ditatoriais. Os opositoristas só podem contar com a colaboração das figuras da oposição que possuíam fortuna pessoal. No caso da candidatura de Norton de Matos, para além dos apoios conseguidos em Portugal, a busca de auxílio financeiro entre os exilados incide em três áreas distintas: em França, através do grupo de José Domingos dos Santos (Clímaco 2017: 91); nos Estados Unidos, em especial graças ao apoio de Abílio Águas e João Camoesas (Pena-Rodríguez 2021: 79); e no Brasil, que tem na

altura da candidatura do velho General, o maior grupo de oposicionistas portugueses fora da Europa, reunindo nomes do republicanismo, como Jaime de Morais, Moura Pinto, Cortesão, os «Budás», para além de outros, como Sarmiento de Beires ou Sarmiento Pimentel, este último estabelecido definitivamente no Brasil desde a década de 1930, e figuras que acabavam de entrar para a luta oposicionista, como Aniceto Monteiro, Luís de Vasconcelos e outros (Paulo 2024: 36-41).

Assim sendo, no Brasil, a grande mobilização em torno da campanha é iniciada com a publicitação no *Diário Carioca* de um telegrama de saudação dos «democratas portugueses residentes no Brasil» ao General, afirmando o apoio à sua candidatura (*Correio da Manhã*, 07/10/1949: 3). Entre os que assinam o telegrama está Moura Pinto, antigo adversário de Norton durante o período democrático da República (Paulo 2024: 173-177). A ideia de uma coesão oposicionista supera as divergências do passado, mas a antiga rixa não é de todo esquecida por aquele que passa a ser o responsável financeiro pela campanha de Norton no Brasil, Moura Pinto (AMP, Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, 6/01/1949).

O apoio oficial dos Budás e dos seus aliados ao candidato oposicionista gera reações do regime salazarista. Na sua propaganda eleitoral, Norton, em trajes maçónicos, é descrito como «comunista» e o facto de ser apoiado por «exilados» é apontado como falacioso, já que para o discurso oficial salazarista, os «Budás» não estariam exilados, já que haviam sido abrangidos pela amnistia de 1940 (Paulo 2024: 189).

Apesar das acusações e do clima de temor da oposição, é enviada do Brasil a ajuda de 20 mil contos para a campanha de Norton, tendo sido arrecadados entre os opositores radicados em solo brasileiro cerca de 5 mil contos, uma soma significativa para a época, ainda mais se levarmos em conta as condições financeiras da maioria dos exilados. Os restantes 15 mil contos foram doados por Feteira, Ventura Brenha, um empresário do ramo bancário, e Ricardo Seabra de Moura. O dinheiro estaria destinado a financiar a propaganda e as deslocações do candidato (FMS, AJM, Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, 28/01/1949).

Graças ao apoio dos jornais locais que são afetos aos opositores no exílio, a campanha oposicionista e a repressão do regime chega ao conhecimento da sociedade brasileira. Na edição do *Correio da Manhã* de 12 de janeiro de 1949, a candidatura de Norton de Matos é apresentada como um «desafio» ao «poder de Salazar» e uma verdadeira união do povo «contra a censura prévia e o arbítrio policial». O periódico

denuncia as prisões de membros da oposição, como Rodrigues Lapa, e o «entusiasmo» da participação popular nos comícios de Norton (*Correio da Manhã*, 12/01/1949: 5).

No entanto, nem todos os jornais salvaguardam a figura do candidato oposicionista português. Para além dos jornais da colónia, os que são apoiados pela representação consular também tratam de reproduzir a propaganda salazarista. Uma exceção é o *Suplemento Luso-Brasileiro*, do jornal *A Manhã*, mantido pelo consulado português no Rio de Janeiro. Contrariando a diretriz oficiosa dos financiadores, o seu responsável, Francisco Cachapuz, publicita a representação de Norton de Matos enviada ao General Óscar Carmona, dando voz ao movimento oposicionista (*Suplemento Luso-Brasileiro*, 24/10/1948: 3). As consequências são imediatas e o jornalista é afastado da coordenação do suplemento.

Em fevereiro de 1949, o cenário mais temido pela oposição é confirmado. Os procedimentos eleitorais não permitem que o pleito eleitoral ocorra sem fraudes. Norton retira a sua candidatura, alegando falta de condições para a oposição concorrer de forma justa contra o candidato oficial do regime. No Brasil, entre os exilados, a consciência do clima favorável à continuidade do regime, criado pela Guerra Fria, há muito já os fizera desacreditar na eficácia de um processo eleitoral como forma de pôr fim ao regime. No entanto, a convicção política da necessidade de uma mudança dava força para a continuidade da batalha em prol da democracia (AMP, carta de Moura Pinto a Jaime de Moraes, 27/02/1949). No rescaldo da falhada eleição, os jornais brasileiros que apoiam os opositores denunciam as arbitrariedades do regime. Lúcio Pinheiro dos Santos, em entrevista ao *Diário Carioca*, afirma que o «trabalho de Norton foi desmascarar a farsa da ditadura» (*Diário Carioca*, 12/02/1949: 3). Os exilados transformam o fracasso eleitoral em argumento de combate contra o fascismo português. O trabalho de propaganda na sociedade brasileira não cessa e prosseguirá nas eleições seguintes.

Em relação aos Estados Unidos, o PACD assumiu a representação política da candidatura do general Norton de Matos. O comité viu nas eleições para a Presidência da República de 1949 uma oportunidade extraordinária para mobilizar a comunidade luso-americana contra a ditadura. De facto, João Camoesas confirmou publicamente o seu apoio ao candidato da oposição, descrevendo-o como um «modelo de virtudes republicanas capaz de restituir a Portugal o prestígio internacional e a

unidade interna, através da ordem democrática e do primado da opinião» (*Correio da Manhã*, 06/02/1949: 1).

Camoegas lançou a campanha a favor do líder da oposição a 30 de dezembro de 1948, assinando um artigo publicado na capa do *Diário de Notícias* com o título «E Nós?», com o qual pretendia incitar os emigrantes portugueses a mobilizarem-se a favor do candidato democrata. Num contexto de luta decisiva no campo da percepção pública, anunciou a organização de uma exposição itinerante, uma espécie de «caravana da liberdade», instalando em vários camiões uma «expressiva exposição gráfica» sobre a vida dos portugueses em liberdade nos Estados Unidos (*Diário de Notícias*, 30/12/1948: 1). No âmbito da sua estratégia de propaganda, o PACD decidiu também enviar uma série de telegramas a responsáveis políticos e de imprensa norte-americanos, entre os quais o Secretário de Estado, Dean Acheson, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Trygvie Lie, manifestando o seu mais veemente protesto contra a censura e pressões de que Norton de Matos estava a ser alvo (*Diário de Notícias*, 07/02/1949: 1).

A ampla e favorável cobertura do *Diário de Notícias* à candidatura do general português constituiu um importante estímulo para Camoegas, que tinha sofrido censura nesse mesmo jornal devido às pressões exercidas pelo governo salazarista sobre o seu anterior proprietário, Guilherme Machado Luiz (AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37, carta de Luiz a Camoegas, 09/08/1938). A grande popularidade e capacidade persuasiva do *Diário de Notícias* entre os emigrantes, com tiragens por vezes superiores a 20.000 exemplares, era uma garantia de sucesso na divulgação da liderança de Norton de Matos como um democrata militar capaz de transformar Portugal numa democracia comparável à americana (*Diário de Notícias*, 01/02/1949: 1).

No entanto, a cobertura das eleições pelo *Diário de Notícias* foi vista pelo novo embaixador de Portugal em Washington, Pedro Teotónio Pereira, como uma «campanha virulenta», informando Salazar que lhe causava preocupação e inquietação, pois contribuía para criar um preocupante clima de agitação na comunidade luso-americana (AHD, EPW, S11, E7, P2/68732).

Para o embaixador português, o tratamento da campanha eleitoral pela imprensa e agências noticiosas americanas foi «tendencioso» e «parcial». De acordo com a sua visão, a maior parte da cobertura dos media americanos foi marcada pela «má fé», qualificando as reportagens

da revista *Time* como «grosseiras» (AHD, EPW, S11, E7, P2/68732), o que levou à não renovação do visto de permanência do correspondente da revista, Lester Harley Geiss, em Lisboa. Repetiu-se assim o precedente da expulsão de Portugal do seu correspondente P. Kauth e a consequente proibição de circulação da revista no país, na sequência da publicação de um artigo, a 22 de julho de 1945, em que Salazar era retratado na capa com uma imagem alegórica do seu retrato junto a uma maçã podre e o seguinte título: «Portugal de Salazar, o decano dos ditadores». O relatório fazia uma descrição devastadora do país, considerando-o uma nação atrasada, com corrupção institucionalizada e pobreza generalizada (*Time*, 22/07/1946).

Para Pedro T. Pereira, eram particularmente incómodas as expressões que feriam a sensibilidade do povo português, como «ditadura», «ditador», «partido único», «censura» ou «totalitarismo». Várias vezes, durante a campanha eleitoral, o embaixador português ou os seus colaboradores apresentaram as suas queixas formais aos editores de vários órgãos de comunicação social, solicitando a correção de alguns artigos, sem grande sucesso (AHD, EPW, S11, E7, P2/68732).

Apesar deste clima de opinião favorável em alguns meios de comunicação social americanos, estimulado pela campanha de mobilização dos imigrantes para tornar visível a repressão da ditadura, a esperança de que pudesse haver alguma repercussão revolucionária em Portugal ou algum gesto relevante de apoio dos países democráticos foi-se desvanecendo. A conquista da democracia, como era intenção dos opositores, tornou-se mais uma ilusão do que uma realidade a curto prazo. O fim da ditadura, assente na convicção de que um país de inspiração e métodos fascistas como Portugal não seria tolerado na nova ordem internacional, acabou por se tornar uma mera miragem que deu lugar a uma melancólica frustração.

Considerações finais

O final da Segunda Guerra e a derrota das potências do Eixo significa para aqueles que combateram as ditaduras ibéricas a possibilidade de um retorno ao sistema democrático. Face à nova ordem, Salazar sente a necessidade de abrir novos espaços de encontro com o governo norte-americano para favorecer uma legitimação explícita ou implícita do Estado

Novo. Portugal assume a sua «neutralidade colaborante», já que havia cedido as bases dos Açores aos aliados. Mas só os Estados Unidos poderiam convalidar a sua posição como ator legítimo na geopolítica internacional.

Por outro lado, no Brasil, o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, inaugura no país um novo período democrático, onde a classe política e intelectual, que combatera a ditadura varguista, aparece como a maior aliada de velhos e novos inimigos do salazarismo. É preciso articular posições no cenário internacional no jogo de forças com o qual Salazar não se encontra em melhor posição, sobretudo com o crescimento hostil na sociedade brasileira. Por esta razão, envia para o cargo de embaixador no Brasil Pedro Teotónio Pereira, homem do regime por excelência (Martins 2020).

Na verdade, apesar da sua trajetória política, P. T. Pereira passa a agir como uma espécie de agente de intervenção de Salazar no estrangeiro, sendo para isto colocado em postos-chaves da diplomacia portuguesa nos momentos mais cruciais. No entanto, para os exilados em território brasileiro ele é apresentado como «o Rodolf Hess Português», apesar das tentativas de aproximação do Embaixador ao núcleo conservador (*Diretrizes*, Rio de Janeiro, 31/10/1945: 2). Nos Estados Unidos, a partir de 1947, e frente às necessidades impostas de aproximação com o regime norte-americano, Salazar volta a utilizar Teotónio Pereira como o seu representante de confiança.

Nos dois países, Brasil e Estados Unidos, os exilados mobilizam-se e conseguem organizar-se e desenvolver algumas ações relevantes de propaganda para promover a democracia em Portugal. No entanto, as esperanças criadas com o final da Segunda Guerra, logo se mostraram frustradas. O contexto da Guerra Fria, cujo cenário é estabelecido ainda nos primeiros meses de 1945, passa a ser determinante para o apoio dos antigos aliados ao regime português, graças ao seu posicionamento de combate ao comunismo e URSS como o seu principal agente.

Fontes documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), AOS//CO/NE/2C, caixa 426.

New Bedford Whaling Museum (NBWM), Portuguese Immigration Records (PIR), caixa 2.

Arquivo Moura Pinto (AMP).
Fundação Mário Soares (FMP), Arquivo Jaime de Morais (AJM).
Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), Embaixada de Portugal em
Washington (EPW), caixa 37; S11, E7, P2/68732.

Fontes hemerográficas

Diário Carioca (Rio de Janeiro). 14/05/1944; 20/11/1945; 12/02/1949;
17/08/1945. AJM
Diário de Notícias (New Bedford). 13/06/1929; 23/02/1945; 09/05/1945;
08/10/1945; 30/12/1948; 01/02/1949; 07/02/1949. Ferreira-Mendes
Portuguese-American Archives.
Correio da Manhã (Rio de Janeiro). 12/01/1949; 29/01/1949; 06/02/1949;
07/10/1949. AMP.
Informação Portuguesa (folheto). Novembro 1945. AMP.
Suplemento Luso-Brasileiro (Rio de Janeiro). 24/10/1948. AMP.
Time (Nova Iorque). 22/07/1946. AOS/ ANTT.
Diretrizes (Rio de Janeiro). 31/10/1945. AJM.

Bibliografia

Barcelos Mendonça, Duarte Miguel (2010). “José Rodrigues Migués na
imprensa lusa de New Bedford: uma presença asidua”, *Gávea Brown*,
32-33, 39-344.
Carvalho Arroteia, Jorge (2010). “Portugueses em diáspora: identidade
e cidadania”, *População e Sociedade*, 18, 145-159. <https://tinyurl.com/33d45f8v> [Acesso: 22/11/2024].
Clímaco, Cristina (2017). *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio
(1927-1936)*. Lisboa: Colibrí.
Correia, Rui (2021). *Salazar em New Bedford. Leituras luso-americanas do
Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Guerra & Paz.
Dawn, Linda Raby (1988). *A Resistência antifascista em Portugal, 1941-1974*.
Lisboa: Salamandra.
Ferreira, Jorge, Almeida Neves, Lucília (eds.) (2019). *O Brasil republicano.
O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do
Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Jiménez Redondo, Juan Carlos (2003). “Salazarismo y política exterior”, *Studia Histórica. Historia Contemporánea*, 21, 155-182. <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/5937> [Acesso: 19/12/2024].
- Martins, Susana (2018). *Exilados Portugueses em Argel. A FPLN das Origens à Ruptura com Humberto Delgado*. Lisboa: Afrontamento.
- Martins, Fernando (2020). *Pedro Theotónio Pereira. O Outro Delfim de Salazar*. Alfragide: Dom Quixote.
- Matos e Lemos, Mário, Reis Torgal, Luís (2012). *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República.
- Marques, Teresa Martins (2025). *Nos passos de José Rodrigues Miguéis – Uma biografia como um romance*. Lisboa: Âncora.
- Paulo, Heloisa (1994). *Estado Novo e Propaganda*. Coimbra: Minerva.
- « — » (2000). *Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Minerva.
- « — » (2017). “Migrações e exílios: identidades e nacionalismo”, *Revista Portuguesa de História*, 48, 1, 85-98.
- « — » (2020). “Resistentes de cá, jornalistas de lá- A trajetória dos antissalazaristas no Brasil e as suas ligações com a imprensa local”, *Via Atlântica*, 37, 344-374. <https://doi.org/10.11606/va.v0i37.167666>.
- « — » (2024). *Os Exilados de Salazar*. Lisboa: Âncora editora.
- « — » , Pinto Janeiro, Helena (eds.) (2010). *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*. Lisboa: Colibri.
- Pena-Rodríguez, Alberto (2020). “Portugal, debaixo do terror fascista!. João Camoesas y la propaganda contra la dictadura salazarista entre los inmigrantes portugueses en Estados Unidos (1935-1940)”, *Dados*, 63, 3, 1-32, e20190069. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020215>.
- « — » (2021). *Comunicar en la diáspora*. Granada: Comares.
- « — » , Paulo, Heloisa (eds.) (2016). *A cultura do poder. A propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pereira, Victor (2014). *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas & Debates.
- Reis Torgal, Luís (2011). *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª edição. 2 vols.
- Rosas, Fernando (ed.) (1994). *Uma oposição indomada e indomável. Campanha eleitoral do general Norton de Matos 1948/49*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa.

- Seixas Melo, Daniel (2020). "Do intelectual exiliado. Do legado humanístico de Jaime Cortesão", *Revista de História das Ideias*, 38, 55-77. https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_3
- Tucci Carneiro, Maria Luiza (ed.) (2017). *Tempos de Guerra e de Paz*. São Paulo: Humanitas.

MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS DO PÓS-GUERRA: ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

MIGRATION AND COLONIZATION IN THE POSTWAR PORTUGUESE EMPIRE: INDIVIDUAL STRATEGIES AND INSTITUTIONAL RESPONSES

CLÁUDIA CASTELO
Universidade de Lisboa, Centro de História
ccastelo@letras.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7403-4404>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 04/02/2026

Resumo

Desde a época moderna, a história das migrações e a história do colonialismo europeu estão interligadas, mas há ainda muitos aspetos dessa relação por explorar. No caso do império colonial português no século XX, além do estudo do «povoamento branco», há trabalhos sobre as migrações laborais dentro de cada colónia, entre estas e para o estrangeiro. Este artigo discute as práticas discursivas e as políticas do Império português sobre a migração colonial e a sua apropriação por um grupo de colonizados, a partir do caso de um cabo-verdiano que, na conjuntura de crise ecológica dos anos de 1940 – quando Cabo Verde enfrentou dois períodos de seca prolongada, fomes e elevada mortalidade – e de incentivo estatal à migração de portugueses para Angola e Moçambique, procura que o Ministério das Colónias apoie a instalação de famílias cabo-verdianas no planalto central angolano. Conclui-se que no imediato pós-Segunda Guerra

Mundial reivindicações de mobilidade imperial por parte de cabo-verdianos defrontavam-se ainda com a estreita articulação entre raça, destino migratório e modalidades de trabalho no seio do império.

Palavras-chave

Migração intra-imperial; Cabo Verde; Angola; império colonial português; hierarquia racial.

Abstract

Since the early modern period, the history of migration and the history of European colonialism have been intertwined, but there are still many aspects of this relationship to be explored. In the case of the Portuguese colonial empire in the 20th century, in addition to the study of "white settlement", there are works on labour migration within each colony, between colonies, and abroad. This article discusses the discursive practices and policies of the Portuguese empire regarding colonial migration and its appropriation by a group of colonised, based on the case of a Cape Verdean who, in the context of the ecological crisis of the 1940s – when Cape Verde faced two periods of prolonged drought, famine and high mortality – and state incentives for Portuguese migration to Angola and Mozambique, sought the support of the Ministry of Colonies for the settlement of Cape Verdean families in the central Angolan plateau. One concludes that in the immediate aftermath of World War II, Cape Verdeans' claims to imperial mobility were still faced with a close link between race, migratory destination and forms of work within the empire.

Keywords

Intra-imperial migration; Cabo Verde; Angola; Portuguese colonial empire; racial hierarchy.

A imigração, apresentada como ameaça à identidade e segurança nacionais, é um tema que se tem vindo a impor no campo político e na esfera pública na Europa do primeiro quartel do século XXI, graças à agenda nacionalista, xenófoba e racista da extrema-direita, com efeitos diretos nas políticas para o setor⁽¹⁾. Em Portugal, o discurso anti-imigração também ganhou força nos últimos anos e está a contaminar

(1) Para uma comparação dos casos britânico, francês e italiano, vd. Carvalho 2013.

a decisão política⁽²⁾. Para dar sentido aos fenómenos migratórios contemporâneos, mas também – acrescento – às reações de hostilidade que vêm gerando, é imprescindível prestar atenção às histórias coloniais (Mayblin, Turner 2021).

A historiografia tem amplamente reconhecido a ligação, que remonta à época moderna, da história das migrações humanas e da história do colonialismo europeu (Morier-Genoud, Cahen 2012: 1). Porém, são necessários mais estudos que efetivamente conectem num mesmo quadro analítico os dois fenómenos. Para o caso do último império colonial português em África, dispomos de pesquisas sobre, por um lado, as migrações de colonos portugueses, do pós-abolição da escravatura ao fim do colonialismo (Castelo 2007; Pimenta 2017); e, por outro, as migrações da descolonização, que englobaram o chamado «retorno» dos nacionais e fluxos de ex-colonizados para a antiga metrópole nos anos que se seguiram às independências (nomeadamente, Peralta, Delaunay, Góis 2022; Kalter 2025). Já os movimentos migratórios de colonizados no seio do império estão ainda largamente por explorar, se excetuarmos a migração laboral – na prática, forçada – para São Tomé e Príncipe (Morier-Genoud, Cahen 2012: 16)⁽³⁾. A circulação intra-imperial de pessoas não sujeitas oficialmente ao estatuto do indigenato tem sido abordada sobretudo no caso dos cabo-verdianos, nas suas múltiplas vertentes: coerciva, dirigida, no quadro do funcionalismo colonial e de fixação na metrópole (Carreira 1977, 1983; Batalha 2004; Keese 2012; Venancio 2025).

Este artigo pretende contribuir para o estudo da conexão entre as políticas de migração intra-imperial e colonização do Estado Novo português, o regime político autoritário, nacionalista e colonialista instituído em 1933, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Parte da análise de um episódio singular e inédito, que quebra a regularidade dos processos de colonos no arquivo colonial⁽⁴⁾. Trata-se do pedido de

(2) Vd. Jair Rattner 2025. O pacote anti-imigração do governo português de centro-direita foi aprovado a 30 de setembro de 2025 na Assembleia da República, com o apoio do partido de extrema-direita, e promulgado a 16 de outubro de 2025 pelo Presidente da República, após a introdução de alterações impostas pelo Tribunal Constitucional.

(3) Uma pesquisa em curso, que já deu um primeiro resultado (Castelo 2025), pretende colmatar esta falha, especificamente no que respeita à circulação de colonizados «indígenas» entre as colónias e a metrópole.

(4) Série documental constituída por milhares de processos relacionados com a concessão de passagens marítimas entre Portugal e as colónias portuguesas a indivíduos

um cabo-verdiano que, na conjuntura de crise ecológica dos anos 1940 – quando Cabo Verde enfrentou dois períodos de seca prolongada, fomes e elevada mortalidade –, procura que o Ministério das Colónias apoie a instalação de doze famílias cabo-verdianas no planalto central de Angola. Como procurarei argumentar mais à frente, o império foi também uma «área social» imaginada/ desejada de mobilidade para os colonizados⁽⁵⁾. O Estado imperial preferiu, na lógica de reforço da dominação, da exploração e da hierarquia racial, direcionar os cabo-verdianos para o «contrato» nas roças de São Tomé e Príncipe ou, quando muito, para igual destino em minas e plantações em Angola e Moçambique.

Em termos metodológicos, o artigo envereda pela análise detalhada de um processo e documentos relacionados da série “colonos e repatriados” produzida pela Repartição de Negócios Políticos e de Administração Civil da Direção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério das Colónias, relacionados com o pedido de Leandro Tavares de Afonseca. Propõe uma «descrição densa» (Geertz 1973) das ações dos sujeitos (individuais e coletivos) envolvidos, procurando os seus significados. A microanálise deste caso específico não surge como um objetivo em si, mas para ganhar perspetiva, como meio de olhar e compreender uma história mais ampla, entretecida entre indivíduos e instituições, cruzando várias escalas. Para o efeito, mobiliza fontes do arquivo colonial, estatísticas, legislação e literatura coeva. O artigo está estruturado em duas partes. A primeira traça o quadro geral das políticas migratórias intra-imperiais nas décadas de 1930 e 1940. A segunda descreve minuciosamente e contextualmente o memorial e requerimentos de Afonseca dirigidos ao ministro das Colónias, bem como as informações e pareceres dos serviços do Ministério das Colónias e os despachos do ministro a esse respeito. O caso em apreço evidencia o desencontro entre expectativas individuais de migração e cidadania e a gestão estatal da mobilidade espacial, social e laboral no espaço imperial português no imediato pós-Segunda Guerra Mundial; um período em que, apesar de se começarem a fazer sentir pressões anticoloniais no sistema internacional que impuseram uma

e/ou famílias, que pretendiam ali fixar-se como colonos, na primeira metade do século XX. Vd. PT/AHU/MU-DGAPC/RNPAC/001.

(5) O argumento dialoga com a afirmação de Morier-Genoud e Cahen (2012: 16) segundo a qual: «the Portuguese Empire was not a social area of migration for the colonised people but a social area of repulsion – right up to the 1960s».

autorreflexão imperial num sentido reformista (Monteiro 2018: 63-64), o império português viu-se fortalecido nos planos económico, ideológico e institucional (Alexandre 2017: 73).

Migrações intra-imperiais: colonização, cidadania e trabalho

Desde o início, o Estado Novo português usou o controlo da imigração no espaço do império colonial português para identificar e afastar ameaças externas⁽⁶⁾. Paralelamente, monitorizou as fronteiras internas do império, para impedir o trânsito de «indesejáveis», e impôs um regime migratório intra-imperial racializado⁽⁷⁾, no qual se articularam práticas discursivas e políticas de colonização, cidadania imperial e trabalho. Importa começar por analisar brevemente estas três dimensões.

O tema da colonização de Angola e Moçambique começou a ser discutido no campo político e na esfera pública em Portugal após a perda do Brasil, nomeadamente as possibilidades de fixação da «raça branca» nos trópicos e as suas vantagens para a «civilização» dos indígenas e o fomento colonial. Ainda antes de consumada a ocupação militar e administrativa de Angola e Moçambique, *grosso modo* no início do século XX, houve iniciativas estatais pontuais de instalação de população metropolitana nas colónias, mas com resultados limitados. Como forma de promover cautelosamente a colonização portuguesa em África sem custos diretos para o Estado, nos contratos que o governo estabeleceu com a Empresa Nacional de Navegação (a partir de 1918, Companhia Nacional de Navegação), esta ficou obrigada ao transporte gratuito de colonos⁽⁸⁾; o contrato com a Companhia Colonial de Navegação, criada em 1922, incluiria cláusula semelhante (6 colonos para Angola e igual número para Moçambique em cada viagem)⁽⁹⁾. Mediante requerimento dos candidatos,

(6) Márcia Gonçalves (2021) discute a obsessão do regime com a cobiça de outras potências europeias no quadro de uma nova corrida a África na década de 1930.

(7) À semelhança das políticas de controlo migratório do império britânico no Sul da Ásia examinadas por Nandini Dey (2025) e que, segundo a autora, ressoam no regime migratório racializado contemporâneo.

(8) *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 112, 23.01.1882: 88.

(9) Vd. Disposições legais e determinações sobre passagens de colonos e repatriados, s.d. [post. 1.º semestre 1938]. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/AHU/MU-GM/GNP/014/AMU_04674.

que tinham de apresentar prova de emprego ou o compromisso de algum familiar de sustento no ultramar, e ouvidos os governadores coloniais, a tutela ministerial geria a atribuição das passagens gratuitas.

Ao contrário de Norton de Matos e de Vicente Ferreira, respetivamente altos-comissários em Angola durante a Primeira República e a Ditadura Militar, que promoveram o estabelecimento de portugueses na colónia, no período inicial do Estado Novo, de equilíbrio das contas públicas e centralização administrativa, não há qualquer política oficial nesse sentido. Apesar de o Ato Colonial afirmar que era da «essência orgânica da Nação Portuguesa» a posse e colonização de domínios ultramarinos⁽¹⁰⁾, na década de 1930 foram impostas restrições à fixação de portugueses em Angola e Moçambique. O modelo económico colonial, centrado na exploração dos recursos naturais e da mão de obra africana, não favorecia uma migração europeia em larga escala, limitando-se esta sobretudo à chegada espontânea de quadros administrativos e técnicos qualificados. Esta política foi corroborada pelos governos coloniais, receosos da entrada de colonos sem capital ou habilitações escolares e profissionais, que pudessem agravar o desemprego e alimentar o fenómeno dos «brancos pobres», associado ao risco de «cafrealização» e ameaça à propalada «missão civilizadora»⁽¹¹⁾. Em paralelo, foram igualmente impostas restrições à imigração de estrangeiros, em consonância com o programa de «nacionalização» que Salazar procurou impor às colónias.

A migração portuguesa para Angola e Moçambique só iria começar a ganhar expressão no período pós-Segunda Guerra Mundial, num contexto de alta dos preços dos produtos coloniais e franco crescimento das economias locais. Verificou-se então uma inflexão cautelosa da política oficial de migração, visível na criação, por um lado, de uma dotação para povoamento e no aumento da concessão pelo Estado de passagens gratuitas para colonos e suas famílias⁽¹²⁾; e, por outro, na suspensão temporária da emigração para o estrangeiro, nomeadamente

(10) O Ato Colonial de 1930 passou a ter força constitucional em 1933. Decreto-lei n.º 22465, *Diário do Governo*, I Série, n.º 83/1933, de 11.04.1933: 650.

(11) Sobre a presença de «brancos indesejáveis» na África meridional, vd. Bishi 2020. Sobre o conceito de «missão civilizadora», vd. Jerónimo 2015.

(12) Pelo Decreto n.º 34464 habilitava-se o Ministério das Colónias com 30 mil contos do erário público para «tomar providências úteis à intensificação do povoamento dos territórios ultramarinos, nomeadamente de Angola e Moçambique». *Diário do Governo*, I Série, n.º 65/1945, 27.03.1945: 226.

para favorecer «a valorização dos territórios ultramarinos pelo aumento da população branca»⁽¹³⁾. A legislação traduzia a ideia de que o desenvolvimento dos territórios coloniais dependia da fixação voluntária de portugueses brancos. A colonização ou migração de povoamento só podia ter uma cor – branca; e só se fazia num único sentido: da metrópole para as colónias. Se dúvidas houvesse, em novembro de 1948, em resposta a «numerosos e repetidos pedidos de autorização para entrada nas colónias, especialmente da parte de nacionais que ali vão tratar dos seus afazeres e de empregados especializados contratados por diversas empresas», é publicado um diploma que se dispõe a facilitar a entrada de nacionais nas colónias, mas apenas dos nacionais «que residam no continente ou ilhas adjacentes» (Madeira e Açores) e ainda assim, com reservas⁽¹⁴⁾. Deixam de precisar de autorização prévia para entrar no ultramar os metropolitanos que na colónia de destino sejam: donos ou possuidores de propriedades rústicas ou urbanas; sócios, diretores ou gerentes de sociedades ou empresas comerciais, industriais ou agrícolas; comerciantes, industriais ou agricultores por conta própria; empregados de qualquer sociedade, empresa ou firma comercial, industrial ou agrícola; licenciados com curso superior; cônjuges, ascendentes ou descendentes de indivíduos autorizados a entrar nas colónias ou que nela tenham residência. Todos os outros dependiam da autorização do Ministério das Colónias.

No que respeita à cidadania imperial, é necessário atentar às suas (de)limitações. Todos os naturais dos territórios que constituíam o império colonial português tinham a nacionalidade portuguesa, mas nem todos eram cidadãos portugueses. A cidadania, apanágio de todos os portugueses brancos e dos negros e mestiços considerados civilizados (mormente a generalidade dos cabo-verdianos), era uma cidadania truncada, dadas as restrições às liberdades individuais e políticas impostas pelo regime autoritário. Antes de 1962, a cidadania só por si não garantia o direito de circular livremente no espaço do império português, dependendo de critérios económicos, profissionais e educacionais⁽¹⁵⁾.

(13) Decreto n.º 36199, *Diário do Governo*, I Série, n.º 72, 29.03.1947: 243. Grifo meu.

(14) Decreto n.º 37196, *Diário do Governo*, I Série, n.º 277, 27.11.1948: 1314. Este diploma regulava de forma ainda mais restritiva a entrada de empregados especializados estrangeiros nas colónias portuguesas, mas era omissivo relativamente a nacionais que não residissem na metrópole. Na prática não se colocava sequer a hipótese desse fluxo.

(15) Só o decreto n.º 44171 torna «livre a entrada e fixação dos cidadãos portugueses em qualquer parte do território nacional». *Diário do Governo*, I Série, n.º 22/1962, 1.02.1962.

Em Angola, Guiné e Moçambique, os «indivíduos da raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes não se [distinguissem] do comum daquela raça» tinham um estatuto político civil e criminal distinto; eram «indígenas»⁽¹⁶⁾. O indigenato acarretava um severo constrangimento da mobilidade espacial dentro das colónias e entre colónias, e deveres laborais e fiscais específicos. Sujeitos à obrigatoriedade moral e legal de trabalhar, os indígenas eram regidos por um regime de recrutamento e contrato laboral próprio⁽¹⁷⁾, frequentemente desrespeitado, traduzindo-se numa efetiva compulsão ao trabalho para fins públicos e privados pelo Estado, acompanhada de toda a espécie de arbitrariedades e extorsões (Jerónimo, Monteiro 2012: 160-163). O estatuto implicava ainda uma relação com a terra baseada nos «usos e costumes», na prática sem direito de propriedade, o que se traduzia em frequentes expropriações para concessões privadas ou colonatos europeus (Castelo 2007: 315-321).

Em matéria de cidadania e trabalho, a situação dos cabo-verdianos foi particularmente ambígua e as crises ecológicas só a agravaram. Antes da década de 1950, as autoridades coloniais não se mostraram capazes de prevenir nem debelar a emergência alimentar em Cabo Verde (Keese 2012: 138). Embora o fim da Segunda Guerra Mundial com a derrota do nazifascismo marque o início de «um novo paradigma colonial», as medidas oficiais portuguesas perante a crise de 1947-1949, passaram pelo envio de cabo-verdianos como serviçais para São Tomé e Príncipe, e, em muito menor número, para Angola, Moçambique e Timor em situação análoga (Oliveira 2022: 273). O assistencialismo, o paternalismo, mas também a coerção foram as respostas dos governos central e local, incapazes de encarar o problema «sob o prisma de uma cidadania social associada a visões de desenvolvimento humano» (Oliveira 2022: 274). Embora pela revisão da Carta Orgânica do Império Colonial português de 1946, os cabo-verdianos não estivessem sujeitos ao regime do indigenato⁽¹⁸⁾, nestas circunstâncias ser-lhe-ia aplicado o Código do Trabalho Indígena.

(16) Decreto n.º 18473, *Diário do Governo*, I Série, n.º 30, 6.02.1929: 387. Alarga aos indígenas da Guiné portuguesa, o estatuto que o decreto n.º 12533, de 23 de outubro de 1926, tinha aplicado apenas aos de Angola e Moçambique.

(17) O Código de Trabalho Indígena instituído pelo Decreto n.º 16199, *Diário do Governo*, I Série, n.º 281, 6.12.1928: 2445.

(18) Segundo o Artigo 246.º § único, «No Estado da Índia e nas colónias de Macau e Cabo Verde, as respectivas populações não estão sujeitas nem à classificação de indígenas

A subida das cotações dos géneros coloniais no pós-Segunda Guerra Mundial tornou premente o fornecimento de mão de obra ao arquipélago equatorial. Entre 1947 e 1949, terão saído 15256 cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe⁽¹⁹⁾. O arrebanhamento de «vadios» e «indesejáveis» por angariadores com a conivência das autoridades configurava um procedimento administrativo-policial na contramão da migração livre. O recrutamento forçado para as plantações de cacau traduziu-se na despromoção social dos cabo-verdianos a serviçais, numa mal disfarçada «indigenização» com «facetas particularmente opressivas» (Nascimento 2007: 12).

No pós-guerra, cabo-verdianos analfabetos e sem recursos foram para Angola e Moçambique, contratados por grandes empresas, mas em números muito inferiores aos destinados a São Tomé e Príncipe. Entre 1941 e 1949, 20884 entraram nestas ilhas (86,7%), contra 2128 em Angola (8,8%) e 1072 em Moçambique e Timor (4,3%) (Carreira 1983: 234 e 245)⁽²⁰⁾. Sousa (2014-2015: 292) refere que em Angola colocaram em questão o «paradigma do contratado», reivindicando direitos, o que terá contribuído para que não fossem desejados pelos empregadores e autoridades públicas. Nascimento (2003: 166) refere atos de indisciplina social entre os cabo-verdianos contratados em 1947 pela Companhia de Cabinda, que levaram à deportação de 24 trabalhadores para a baía dos Tigres por ser considerada inconveniente a sua permanência no enclave de Cabinda. Monteiro (2018: 129) dá conta da agitação desencadeada devido aos baixos salários e condições de trabalho indignas, por parte de um contingente de 400 cabo-verdianos destinados em 1949 à Companhia de Diamantes de Angola.

Este fluxo migratório de depreciação social, que nas décadas seguintes ganharia contornos menos coercivos, reconfigurava a cidadania portuguesa dos naturais de Cabo Verde. As autoridades políticas atendiam à condição racial em detrimento do estatuto jurídico, o que significava que, fora do arquipélago de origem, os cabo-verdianos

nem ao regime de indigenato na sua aceção legal». Lei n.º 2016, Diário do Governo, I Série, n.º 117, 29.05.1946: 443.

(19) Este número foi apurado na estatística de São Tomé e Príncipe (Carreira 1983: 233-234).

(20) Os números para Moçambique e Timor aparecem agregados em Carreira (1983: 125). O autor esclarece que para Timor foi «uma equipa de operários recrutados para os trabalhos de reconstrução de Dili após-guerra».

tendiam a ser incorporados no meio social e laboral no qual ingressavam (Nascimento 2003: 207). No tocante às questões de trabalho e migração laboral existiu «uma sub-reptícia e astuciosa prática de indigenato no Cabo Verde colónia» desde 1899 até ao Código do Trabalho Rural de 1962 (Monteiro 2017: 16 e 23).

Ao contrário da situação do emigrante, sujeito a trabalhos mais duros e socialmente menos prestigiantes na sociedade de destino (Pereira 2016: 249) e, sobremaneira, do «contratado», o colono (migrante colonial) tinha garantida, por regra, uma melhor condição social e económica, além de um incontestado capital simbólico. Portugueses oriundos dos meios rurais metropolitanos, pouco ou nada escolarizados, economicamente carenciados, que se fixaram em Angola e Moçambique desde finais da década de 1940, beneficiaram dessa promoção. Na próxima secção, veremos que essa seria também a expectativa de outros cidadãos do império – no caso, cabo-verdianos letrados e qualificados –, mas o preconceito anti-negro que ainda permeava a burocracia colonial em Lisboa no pós-Segunda Guerra Mundial frustrou-a⁽²¹⁾.

Uma colónia em Angola para «acudir à gente cabo-verdiana»

Entre os milhares de pedidos endereçados ao ministro das Colónias na primeira metade do século XX de portugueses que pretendiam ir para Angola, deparei-me com um pedido de um cabo-verdiano. Quem era este requerente imprevisto? Leandro Tavares de Afonseca, nascido a 27 de fevereiro de 1910, no sítio de Milho Branco, freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde, filho legítimo de António José da Fonseca e de Amélia Joaquina Mendonça da Fonseca, proprietários, nascidos e casados naquela freguesia⁽²²⁾. Habilitado com o 6.º ano do curso complementar de Letras, em 1931, Afonseca era «professor interino da escola n.º 1 da vila de Ponta do Sol, em Santo

(21) Recentemente Venancio (2025) analisa o racismo anti negro («anti-Blackness», no original) como categoria analítica chave para compreender o controlo migratório exercido pelas autoridades administrativas coloniais em Cabo Verde, mas a mesma pode ser aplicada à política de migração colonial do Estado Novo anterior à década de 1960.

(22) Faleceu a 28 de setembro de 1985 em Nossa Senhora da Luz, São Domingos, Cabo Verde.

Antão, Cabo Verde»⁽²³⁾. Passou depois a lecionar no concelho da Praia⁽²⁴⁾. Em documentos pessoais de 1937 em diante, surge como proprietário, lavrador ou agricultor-proprietário⁽²⁵⁾. Embora tenha sido batizado na igreja onde os pais contraíram matrimónio, nunca se casou. Em 1932, teve uma filha – Maria de Fátima Mendes da Veiga – com Margarida Mendes da Veiga, nascida em 1911, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, da cidade da Praia, trabalhadora, analfabeta. Viria a perfilhar Maria de Fátima em 1940. A partir de 1937, vive no Sítio do Milho Branco com Teresa dos Reis Borges de Barros, doméstica, nascida em 1919, no sítio de Ribeirão Areia, freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, filha legítima de proprietários, e que havia frequentado o Colégio-Liceu Serpa Pinto, na Praia. Aí nascem os filhos de ambos: Mário, Maria Teresa, António Jesus e Leandra Hemengarda Barros de Afonseca⁽²⁶⁾.

A 16 de fevereiro de 1948, a poucos dias de completar 38 anos, Leandro Tavares de Afonseca, de passagem por Lisboa, dirige um memorial ao ministro das Colónias, expondo o seu desejo de instalar em Angola

uma pequena colónia agrícola e social composta de início, de 12 famílias cabo-verdianas da Ilha de Santiago, tendo por objectivo não só o desbravamento e cultivo da gleba angolana mas também criar um ambiente hospitaleiro e propício para acudir à gente caboverdeana nos transe aflictivos que a estiagem sempre tem provocado⁽²⁷⁾.

O requerente solicita abono de passagens para uma viagem a Angola para realizar um estudo prévio⁽²⁸⁾, o abono de passagens para as famílias envolvidas, bem como um subsídio de manutenção para os primeiros

(23) Cf. <https://www.barrosbrito.com/8107.html#1>.

(24) Em 1935 e 1936, além de professor do posto de ensino de Pedra Badejo (concelho da Praia), era encarregado da Estação Telégrafo-Postal naquele local (*Anuário do Império Colonial Português*, 1.ª ed., Empresa do Anuário Comercial por contrato com a AGC, 1935, 39; 2.ª ed, 1936, 106-107). Em 1937 e 1938, era professor da Instrução Pública na Praia (3.ª ed., 1937, p. 23-24; 4.ª ed., 1938, 140).

(25) No registo de nascimento dos filhos que teve com Teresa Barros (Mário, o mais velho, nasceu em 1937) e nos documentos que endereça ao ministro das Colónias em 1948.

(26) PT/AHU/MU-DGAPC/RNPAC/001/0015A/00001.

(27) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0007.jpg. Segundo Carreira (1983: 235), baseando-se nos registos oficiais, «de 1941 a 1948 só a fome ceifou 45300 vidas!»

(28) Não parece descabido supor que Afonseca se inspirava no decreto n.º 34464 de 27 de março de 1945, que instituiu uma dotação de 30000 contos para colonização e previa que pudessem ser financiadas missões de estudos destinadas a averiguar das possibilidades

doze meses, alfaias agrícolas e a cedência de terreno. Podemos supor que a expectativa de Afonseca e de quem estava disposto a acompanhá-lo era a de uma oportunidade de fugir à crise ecológica em Cabo Verde e aceder à propriedade de terra fértil no planalto central de Angola, numa altura em que não era fácil partir para a América, por muito tempo a terra de promessa dos cabo-verdianos⁽²⁹⁾.

Para o caso de o ministro não reconhecer imediatamente o alcance e projeção futura de tal iniciativa ou temer qualquer «simbiose» ou «mesclagens contraproducentes», Afonseca esclarecia, usando a retórica da «missão civilizadora», que o pequeno núcleo populacional cabo-verdiano não se iria misturar, confundir ou perder entre os autóctones de Angola, atendendo ao «grau de civilização do caboverdeano, de religião, índole e características ráticas diferentes do de Angola»⁽³⁰⁾. Conjeturava que o aldeamento de cabo-verdianos se poderia ir alargando e transformando num grupo social com influência benéfica na religião, habitat, usos e costumes dos angolanos não assimilados, contribuindo para o progresso agrícola de Angola e bem-estar dos cabo-verdianos, assim a salvo da miséria a que estavam condenados na sua terra natal.

O recurso à retórica da «missão civilizadora» pode ser mais instrumental do que uma convicção profunda. É, no entanto, verosímil a crença numa superioridade civilizacional sobre os autóctones de Angola e numa equivalência ou maior proximidade relativamente aos portugueses da metrópole, devida à miscigenação, religião, educação e cultura. Cabo-verdianos, mais escolarizados que os demais colonizados, foram recrutados para a administração colonial na Guiné, Angola e Moçambique, sendo-lhes reconhecido o papel de intermediários entre os indivíduos «civilizados» e os «índigenas». Na década de 1930, os intelectuais da revista *Claridade*⁽³¹⁾ contribuíram para a construção da ideia

económicas e de colonização dos territórios ultramarinos (*Diário do Governo*, I Série, n.º 65/1945: 227).

(29) O destino emigratório preferencial dos cabo-verdianos foi até c. 1920 os EUA. Com as restrições impostas por este país, houve uma reorientação para destinos em África, como o Senegal, e na América do Sul, como o Brasil, mas em números mais modestos. Só na década de 1950 e sobretudo a partir da década de 1960, a emigração cabo-verdiana ganha novamente dimensão e opta por destinos europeus (Portugal, Holanda, Itália, França, entre outros).

(30) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0008.jpg

(31) Revista literária e cultural publicada entre 1936 e 1966, no Mindelo (São Vicente, Cabo Verde), considerada a principal veículo de um movimento local de emancipação

de que os cabo-verdianos constituíam um caso singular entre os povos africanos colonizados por Portugal, pois, à semelhança da sociedade brasileira, a sociedade cabo-verdiana era uma sociedade mestiça, que conservava traços culturais europeus (Barros 2008). É também neste período que reivindicaram para Cabo Verde o estatuto de adjacência como uma região administrativa da metrópole (Nascimento 2003: 164). Todavia, a ideia de uma sociedade colonizada com elevada escolaridade, amplamente assimilada em termos «civilizacionais» e plenamente integrada no todo nacional português é um mito; a assimilação seria apanágio de uma pequena elite letrada (Monteiro 2017: 57 e 391).

Não obstante os argumentos expostos por Afonseca, aparentemente alinhados com o ideário colonizador e civilizador do Estado Novo⁽³²⁾, o despacho do ministro das Colónias, Teófilo Duarte, de 18 de fevereiro, só parcialmente atendia às pretensões do requerente: «Dão-se-lhe passagens a ele e às famílias, mas mais nada»⁽³³⁾. Pelos desenvolvimentos posteriores, coloco a hipótese de, nesta altura, o ministro não ter equacionado que os pretendentes a colonos eram negros. Voltarei, mais à frente, a esta questão. Afonseca não terá sido oficialmente informado deste despacho, pois em maio de 1948, já de regresso a casa, volta a requer ao ministro das Colónias «facilidades, patrocínio, ajudas para transplantação de um grupo de famílias cabo-verdianas que, sob o controle do signatário» desejavam estabelecer-se nos planaltos de Angola, «fugindo à estiagem que, por fatalidade geográfica sempre tem atormentado a boa terra das Ilhas de Cabo Verde»⁽³⁴⁾.

A 2 de junho de 1948, da cidade da Praia, Afonseca dirige-se novamente ao ministro das Colónias, aludindo ao despacho ministerial exarado no seu memorial, para pedir facilidades materiais para a execução do despacho de 1 de abril de 1948 [sic] (será a data em que teve conhecimento do despacho de 18 de fevereiro?). A insistência, contudo, não surte o efeito desejado. A informação do chefe da Repartição de Administração Política e Civil, datada de 21 de junho, lembra que o assunto já foi resolvido por despacho do ministro de 18 de fevereiro, «não

cultural e política (vd. Barros 2008). Os intelectuais ligados à revista foram designados de «claridosos».

(32) Obviamente é difícil apurar o grau de compromisso de Afonseca com o projeto político e ideológico do império colonial português.

(33) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0008.jpg

(34) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0002.jpg

sendo por isso de atender os pedidos feitos no presente requerimento», e tem a concordância da hierarquia ministerial⁽³⁵⁾. É evidente que não há qualquer intenção de apoiar a instalação e o arranque desta iniciativa privada de colonização.

Porém, Afonseca dá mostras de não desistir com facilidade. A 5 de julho de 1948, em aditamento ao seu último requerimento, solicita «a cedência do núcleo de colonização «Lacerda e Almeida», no posto administrativo do Cunge, concelho, distrito e província do Bié» e o abono de passagens até lá. Mais uma vez, pede «credenciais junto do governo de Angola», e «crédito reembolsável, monetário ou em espécie»⁽³⁶⁾. Informa que a existência do núcleo lhe foi revelada pelo administrador Fernando Simões Almeida, «organizador do núcleo», de passagem em Cabo Verde, em comissão de serviço. Refere-se à missão rural de colonização criada em 1929 pela Direção dos Serviços da Fazenda a 9 km de Silva Porto, constituída inicialmente por seis famílias portuguesas, num total de 24 pessoas, que tinham ido para Angola a expensas próprias, já depois da extinção do Serviço de Colonização, a 24 de maio de 1929, fruto da política de equilíbrio financeiro de Salazar⁽³⁷⁾.

Na informação, datada de 30 de julho de 1948, o chefe da Repartição de Negócios Políticos e Administração Civil denota alguma impaciência e propõe que o governo de Cabo Verde seja posto ao corrente: «veio novamente fazer novos pedidos, aumentando assim as suas pretensões as quais em face do despacho de Sua Exa. de 18/2 estavam por natureza indeferidas e nesse sentido assim o informei»⁽³⁸⁾. Esta informação foi submetida à hierarquia superior, que a corroborou: «Parece-me que é conveniente comunicar-se o despacho de 18/2/1948 de Sua Exa. o Ministro ao Governo de Cabo Verde a fim de ser dado conhecimento ao

(35) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0004.jpg

(36) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0003.jpg.

(37) Segundo o *Relatório da Repartição dos Serviços de Cadastro e Colonização*, de 1933, só um dos colonos mostrava capacidade de trabalho. O chefe daquela Repartição empenhou-se no saneamento das missões rurais de colonização, nomeadamente através da expulsão dos colonos sem aptidões para a lavoura e da revisão dos contratos, uma vez que o Estado não tinha meios de pagar o que havia prometido no Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização (diploma legislativo n.º 704, de 9 de março de 1928). Quando em 1947, o engenheiro agrónomo Ilídio Barbosa procede ao inquérito às missões rurais de colonização, a missão do Bié estava abandonada (Castelo 2007: 83-85).

(38) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0002.jpg.

interessado do que somente lhe foi deferido»⁽³⁹⁾. A 5 de agosto de 1948, o diretor geral de Administração Política e Civil oficiou ao governador da Colónia de Cabo Verde dando conta do despacho do ministro Teófilo Duarte aposto no memorial inicial e explicando que os demais pedidos formulados não serão atendidos⁽⁴⁰⁾.

Ciente, por fim, de que apenas lhe poderiam ser concedidas as passagens gratuitas para Angola, Afonseca começou a organizar os processos para oficializar o pedido junto do Ministério das Colónias, o que envolvia diligências burocráticas e custos. O requerimento devia ser acompanhado por: atestado de pobreza, certidão de idade (nascimento ou batismo), registo criminal, bilhete de identidade e duas fotografias de cada interessado. Os onze processos que Afonseca enviou para o Serviço de Colonos a 16 de outubro não estão completos, mas na ocasião comprometeu-se a enviar os documentos em falta logo que possível. Para os adultos indicava o número do bilhete de identidade (todos emitidos em 1948, exceto o seu, emitido em 1947) e incluía fotografia, certidão de idade e registo criminal. Nalguns casos, informava que parte da família não devia seguir viagem de imediato. Embora não aduzisse a razão, posso especular que a ideia seria, numa primeira etapa, partirem os elementos mais capazes de iniciar a obra de colonização e só depois os filhos mais novos e as suas mães.

A 5 de novembro de 1948, o encarregado do Serviço de Colonos, que rececionou os processos dos interessados enviados por Afonseca, manifestou-se surpreendido porque «a maior parte das famílias que pretendem emigrar para Angola são constituídas por negros»⁽⁴¹⁾. Deu-se conta disso através das fotografias que constam nos processos, pois na documentação escrita não há nenhuma menção à cor da pele dos pretendentes a colonos. Não sei se o funcionário está a ser dissimulado ou o seu espanto é genuíno, fruto da ideia de que Cabo Verde era um território mais miscigenado do que as restantes colónias portuguesas em África.

Poucos anos depois, em outubro de 1951, quando o cientista social brasileiro Gilberto Freyre visitou a ilha de Santiago, mostrou-se surpreendido com a «preponderância do elemento negroide» e os

(39) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0003.jpg.

(40) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0036-00005_m0001.jpg.

(41) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0054.jpg.

seus comentários depreciativos publicados em *Aventura e Rotina* (1954) desiludiram profundamente os «claridosos», que tanto havia exaltado (e exultado com) *Casa-grande & senzala* (1933), a primeira obra de Freyre sobre a formação da sociedade brasileira. Baltasar Lopes (1954) fez eco dessa indignação. É patente a contradição entre a visão dos intelectuais cabo-verdianos sobre Cabo Verde atrás mencionada, e o posicionamento do escritor pernambucano aquando do seu périplo por «terras portuguesas» a convite do governo português.

Tivesse havido ou não uma dissonância entre a cor dos pretendentes a colonos e a expectativa que havia na metrópole sobre a cor de cabo-verdianos letrados, o responsável pelo Serviço de Colonos considera que a ida daquelas famílias, maioritariamente negras, para colonizar Angola, contraria a essência da legislação promulgada três anos antes (o Decreto-lei n.º 34464, de 27 de março de 1945 e a portaria n.º 10919, de 9 de abril do mesmo ano), referente – afirma – à «colonização feita por brancos e não por negros»⁽⁴²⁾. Ora, o primeiro diploma habilita o Ministério das Colónias com recursos financeiros destinados «à intensificação do povoamento dos territórios ultramarinos, nomeadamente de Angola e Moçambique, e ao estreitamento das relações espirituais entre a metrópole e as colónias»⁽⁴³⁾; e o segundo regula «a concessão de passagens a bordo de navios nacionais a colonos destinados ao ultramar»⁽⁴⁴⁾. Em nenhum deles se estipula que os colonos têm de ser brancos; diz-se apenas que «Só podem ser beneficiados os portugueses de origem»⁽⁴⁵⁾. Donde, a exclusão dos cabo-verdianos, nacionais e cidadãos portugueses, não tinha respaldo na legislação evocada.

O responsável pelo Serviço de Colonos acrescenta outra dedução abusiva: pelo número de processos enviados e pela referência ao envio de mais, «parece tratar-se de uma emigração em massa ou então de um engajamento, tanto mais que no primitivo memorial dirigido a Sua Exa. o Ministro, o requerente não referia que os pretendentes a passagens de colonos eram negros»⁽⁴⁶⁾. Sendo certo que a fixação de onze agregados familiares em Angola não configura uma emigração em massa, e que todos os adultos envolvidos eram cidadãos portugueses escolarizados e

(42) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0055.jpg.

(43) *Diário do Governo*, I Série, n.º 65/1945, 27.03.1945: 206.

(44) *Diário do Governo*, I Série, n.º 75/1945, 09.04.1945: 238.

(45) *Diário do Governo*, I Série, n.º 75/1945, 09.04.1945: 238.

(46) PT/AHU/MU-DGAPC/RNPAC/001/0036/00005.

com bilhete de identidade (os respetivos números constam no processo) percebe-se que o incómodo resultava da sua cor de pele. Por fim, reporta problemas logísticos: o embarque dos colonos fazia-se em Lisboa e o requerente pedia para embarcarem no porto da Praia, onde – para cúmulo – não havia a vacina contra a febre amarela exigida aos colonos antes da partida⁽⁴⁷⁾. Assim sendo, propõe o indeferimento do requerimento, contrariando o despacho inicial do ministro para serem concedidas as passagens. O chefe da secção geral de Administração Política e Civil, a 10 de novembro de 1948, acrescenta que ofícios do governador de Angola mostram que «os cabo-verdianos são elementos indesejáveis» naquela colónia⁽⁴⁸⁾. A 12 de novembro, Teófilo Duarte delibera no sentido oposto ao do seu despacho de 18 de fevereiro. Afinal, nem mesmo o transporte seria assegurado, o mesmo é dizer, os interessados não podiam entrar em território angolano⁽⁴⁹⁾. Esta resolução é notoriamente racista, pois ao preconceito racial junta-se a discriminação com base no fenótipo.

Entretanto, Afonseca dirige-se novamente ao ministro das Colónias, a 13 de dezembro de 1948⁽⁵⁰⁾. Aceita que fiquem sem direito de passagem alguns elementos dos processos já submetidos, e os membros daquelas famílias cujos processos ainda não tinham sido remetidos. O requerimento dá entrada na Repartição Central dos Serviços de Administração Civil do governo de Cabo Verde, que o remete para Lisboa, a 18 de dezembro de 1948⁽⁵¹⁾. Em face do documento, o chefe da secção geral de Administração Política e Civil do Ministério das Colónias recorda que já foi indeferido um pedido idêntico por despacho ministerial de 12 de novembro, o qual levou em consideração a posição do governador de Angola contra a entrada de cabo-verdianos nesta colónia⁽⁵²⁾. A 14 de janeiro de 1949,

(47) Sobre as campanhas de vacinação contra a febre amarela na África colonial, vd. Velmet 2020.

(48) Esta caracterização decorre de um estereótipo acerca do trabalhador cabo-verdiano entre os empregadores em São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, de que era temperamental, irrefletido, irascível, e que causava problemas. Como vimos na secção anterior, vários episódios evidenciam que naquelas sociedades coloniais havia «pouco ou nenhum espaço social para colonizados inconformados e insubmissos» (Nascimento 2003: 161).

(49) O governador de Cabo Verde é informado do indeferimento e deverá dar conhecimento ao interessado. PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0048.jpg.

(50) PT/AHU/MU-DGAPC/RNPAC/001/0080/00002.

(51) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0053.jpg.

(52) PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0053.jpg.

o ministro Teófilo Duarte determina: «O governador de Cabo Verde que informe o que há de conveniente na modalidade apresentada que me parece suspeita»⁽⁵³⁾. No processo não encontramos a resposta do governador.

Na manhã de 20 de fevereiro de 1949, dá-se em Santiago a tragédia da queda do muro do edifício dos Serviços Cabo-verdianos da Assistência, que vitimou mais de duas centenas de cabo-verdianos, entre os quais elevado número de mulheres e crianças, que procuravam ajuda alimentar. Amílcar Cabral (1949: 19), na época estudante em Lisboa, denunciou com amarga ironia o descaso da imprensa metropolitana:

Nem os tornados, nem os recentes ciclones da América dizimaram tanta gente como o muro da Assistência da cidade da Praia. Uma parede que cai: 300 seres humanos que morrem. (...)

Mas os Diários da Capital não podiam perder muito tempo e espaço com um assunto de somenos importância. A guerra civil na China. As memórias de Churchill. A guerra fria. Guerra quente?... O Ministério das Colónias mandou uma nota explicativa para a Imprensa, e um ponto final, pesado como o silêncio, caiu sobre o desastre ocorrido na Praia.

O governo de Cabo Verde estava, desde 1947, a braços com uma grave crise ecológica e alimentar, a que se somava agora o desastre da Assistência. A denúncia de Cabral sobre o silenciamento da tragédia encerra uma crítica ao logro da cidadania imperial, à ausência de solidariedade num espaço profundamente hierarquizado em termos de direitos e atenção pública. O caso que tenho vindo a analisar terá tido, por esta altura, o seu desfecho. No arquivo colonial, não localizei evidência de ulteriores desenvolvimentos. Nem Afonseca nem nenhum dos pretendentes a colonos puderam migrar para Angola.

Se, do ponto de vista dos potenciais migrantes-colonos, a migração de povoamento terá sido vista como uma oportunidade e um meio de usufruir das vantagens da cidadania imperial portuguesa; do ponto de vista do Estado-império e do governo de Angola, esta colonização demográfica levantou desconfiança, por ameaçar a ordem racial e laboral

(53) Despacho ministerial dado a conhecer ao governador de Cabo Verde por ofício do diretor geral de Administração Política e Civil, de 28 de janeiro de 1949. PT-AHU-MU-DGAPC-RNPAC-001-0080_m0052.jpg.

da sociedade colonial. Mesmo no pós-Segunda Guerra Mundial, quando já sopravam «ventos de mudança» no mundo dos impérios europeus, é notória a persistência de uma ideia de superioridade dos colonizadores portugueses (brancos) sobre cabo-verdianos letrados, proprietários ou profissionais especializados.

Conclusão

Em tempos de seca e fome em Cabo Verde, o caso sob análise dá-nos a conhecer um sujeito colonizado, determinado e persistente, capaz de traçar uma estratégia migratória voluntária com potencial de mobilidade social e empoderamento simbólico no seio do império colonial português, capaz de mobilizar conterrâneos e capaz de interagir com grande desembaraço com o poder político administrativo a nível central e local. É uma pessoa letrada e informada, que conhece a legislação, a política e a ideologia imperiais. Procura tirar partido de brechas legislativas e das ambiguidades e contradições da ideologia do próprio Estado Novo, para perseguir as suas escolhas individuais, familiares e de grupo, determinadas por fatores subjetivos e racionais.

A proatividade de Afonseca, o seu (aparente, pelo menos) alinhamento com o ideário imperial português, a sua crença na capacidade colonizadora e civilizadora dos cabo-verdianos, esbarraram com a má vontade, a desconfiança e o racismo das autoridades, incapazes de conceber que negros, mesmo sendo cidadãos portugueses e tenham um grau de literacia acima da média, pudessem ser agentes da colonização portuguesa. No final da década de 1940, o discurso de intelectuais portugueses que apregoavam, como os «claridosos», a especificidade cabo-verdiana (concebendo-a em linha com a brasileira) estava longe de conseguir suplantar os estereótipos e preconceitos raciais, pilares do colonialismo.

Este caso mostra que, no imediato pós-Segunda Guerra, a política de migração no império português era marcada por uma hierarquização e segmentação dos destinos migratórios em função da raça/etnia. Só após o início da guerra colonial em Angola em 1961 seriam consumadas reformas no domínio da cidadania e do trabalho, mas também da colonização demográfica e da circulação intra-imperial (estabelecida em 1962). Na década de 1960, «os cabo-verdianos começaram a usar as ilhas de S. Tomé e Príncipe como trampolim para ir até Angola»

(Nascimento 2003: 39), o que confirma a maior atratividade deste destino, que beneficiava então de políticas estatais de desenvolvimento e das oportunidades que o conflito gerou⁽⁵⁴⁾. Foi também neste período que colonos cabo-verdianos foram integrados em colonatos mistos pela Junta Provincial de Povoamento de Angola (Keese 2012: 140), num esforço de integração multirracial alinhado com a suposta vocação ecuménica dos portugueses (Castelo 2007: 135). Porém, tal como os metropolitanos, os cabo-verdianos, assim que tiveram possibilidade de se movimentar livremente no «espaço português», optaram por se fixar nos centros urbanos, especialmente na capital do império⁽⁵⁵⁾. Aqui, 50 anos após as independências africanas, a persistente associação entre negro e imigrante – mesmo quando se trata de cidadãos portugueses – mostra que o regime migratório intra-imperial racializado continua a moldar representações e políticas de imigração⁽⁵⁶⁾ e que, a este respeito, o lusotropicalismo não operou nenhuma mudança estrutural.

Fontes primárias

- Arquivo Histórico Ultramarino. Ministério das Colónias, Direção Geral de Administração Política e Civil, Colonos e Repatriados.
- Cabral, Amílcar (1949). “Comentários. I – Crise, Assistência e Desastre”, *Mensagem: Circular dos Serviços de Cultura da Casa dos Estudantes do Império*, Ano II, n.º 11, 19-21.
- Delgado, Júlio Celso (1967). *Crónica caboverdeana*. Lisboa: Editorial Império. [Pseudónimo de Ruy Cinatti].
- Freyre, Gilberto (1954). *Aventura e rotina*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Lopes, Baltasar (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre. Apontamentos lidos ao microfone da rádio Barlavento*. Praia: Imprensa Nacional.

(54) Um poema de Ruy Cinatti sob o pseudónimo Júlio Celso Delgado (1967: 43) dá conta da nova atratividade de Angola como destino migratório para os cabo-verdianos: «Eu tenho sangue na guelra. / Farei o que fez meu pai. / Ele deixou minha mãe prenha / e não voltou nunca mais. / Minha mãe teve maridos / a quem eu chamava pai, / pois todos nós somos filhos / de Cabo Verde, ou das ilhas, / quando fugimos pr’ América, / ou para Angola / mais, agora. / O “problema” em Cabo Verde / é um beco sem saída / ou / com muitas...».

(55) Em 1974-1975, viviam em Angola cerca de 20 mil cabo-verdianos e na metrópole 30 mil (Carreira 1983: 141, 264-265).

(56) Sobre as ressonâncias no presente da relação entre racismo, colonialismo e imigração, vd. Mayblin, Turner 2021: 67-76.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Barros, Víctor (2008). “As ‘sombras’ da Claridade: Entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”, in Luís Reis Torgal et al. (ed.), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 193-217.
- Batalha, Luís (2004). *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*. Lanham; Oxford: Lexington Books.
- Bishi, George (2020). “Immigration and settlement of “undesirable” whites in Southern Rhodesia, c. 1940s–1960s”, in Duncan Money, Danelle van Zyl-Hermann (ed.), *Rethinking White Societies in Southern Africa, 1930s–1990s*. Londres: Routledge, 58-77.
- Carreira, António (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- « — » (1983). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. 2.^a ed. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- Carvalho, João (2013). *Impact of Extreme Right Parties on Immigration Policy: Comparing Britain, France and Italy*. Routledge.
- Castelo, Cláudia (2007). *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Edições Afrontamento.
- « — » (2025). “Black Images Matter: Rescuing African Lives from the Portuguese Imperial Archive”, *Culture Unbound*. DOI: 10.3384/cu.4136.
- Dey, Nandine (2025). “Subjects, aliens, and undesirables: Managing mobility and insecurity in the British Empire”, *Security Dialogue*, 56, 2, 116-132.
- Geertz, Clifford (1973). “Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture”, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New-York: Basic Books, 3-30.
- Gonçalves, Márcia (2021). “The Scramble for Africa Reloaded? Portugal, European Colonial Claims and the Distribution of Colonies in the 1930s”, *Contemporary European History*, 30, 1, 2-15.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2015). “Colonialismo moderno e missão civilizadora”, in Walter Rossa, Margarida Calafate Ribeiro (org.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 95-119.

- « — », Monteiro, José Pedro (2012). “Das “dificuldades de levar os indígenas a trabalhar”: O “sistema” de trabalho nativo no império colonial português”, in Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 159-194.
- Kalter, Christoph (2025). *Portugal e os Retornados – Descolonização, Migração e Nação Pós-imperial*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Keese, Alexander (2012). “Imperial Actors? Cape Verdean Mentality in the Portuguese Empire under the *Estado Novo*, 1926-1974”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen (ed.), *Imperial migrations: colonial communities and diaspora in the Portuguese world*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 129-148.
- Mayblin, Lucy, Turner, Joe (2021). *Migration Studies and Colonialism*. Cambridge: Polity Press.
- Morier-Genoud, Eric, Cahen, Michel (2012). “Introduction: Portugal, Empire, and Migrations – Was there ever an autonomous social imperial space?”, in Eric Morier-Genoud, Michel Cahen (ed.), *Imperial migrations: colonial communities and diaspora in the Portuguese world*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1-28.
- Monteiro, Ivone de Fátima Brito (2017). “A Cidadania e o Indigenato: uma confrontação sociopolítica e cultural no Cabo Verde colónia (1820-1960)”. Tese de doutoramento em História Contemporânea. Universidade de Coimbra.
- Monteiro, José Pedro (2018). *Portugal e a questão do trabalho forçado: um império sob escrutínio*. Lisboa: Edições 70.
- Nascimento, Augusto (2003). *O Sul da diáspora: cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*. Praia: Presidência da República de Cabo Verde.
- « — » (2007). *O fim do caminhu longi*. Mindelo: Ilhéu Editora.
- Oliveira, Pedro Aires (2022). “Estado, seca e fome em Cabo Verde: algumas respostas públicas no século XX (c. 1920-c.1990)”, in Ana Isabel Queiroz et al. (ed.), *Pobreza e Fome, uma história contemporânea: Temas, metodologias e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 265-281.
- Peralta, Elsa, Delaunay, Morgane, Góis, Bruno (2022). “Portuguese (Post-)Imperial Migrations: Race, Citizenship, and Labour”, *Journal of Migration History*, 8, 3, 404-431.
- Pereira, Victor (2016). “Os migrantes ou as ausências da História do século XX português”, in José Neves (org.), *Quem faz a História*.

Ensaio sobre o Portugal contemporâneo. Lisboa: Tinta-da-China, 249-257.

- Pimenta, Fernando Tavares (2017). “Colonialismo demográfico português em Angola: historiografia, identidade e memória”, *Revista de Teoria da História*, 17, 1, 219-246.
- Rattner, Jair (2025). “Governo de Portugal alia-se ao Chega e reduz direitos de imigrantes [da CPLP, incluindo] brasileiros”, *Público Brasil*, 30.09.
- Sousa, Nardi (2014-2015). “A questão racial em Angola nas últimas décadas do colonialismo (1947-1973): interações entre brancos, indígenas e “segundos europeus””, *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, 2 e 3, 291-320.
- Velmet, Aro (2020). “Africa in the Global Race for a Yellow Fever Vaccine”, in *Pasteur’s Empire: Bacteriology and Politics in France, Its Colonies, and the World*. Nova Iorque: Oxford Academic.
- Venancio, Vinícius (2025). ““Indigenous”, “Indigents” and “Exiles”: Circulations of “Africans” and the production of indigeneity in Cape Verde”, *E-Journal of Portuguese History*, 23, 128-150.

**NECROPOLÍTICA EN LA RUTA ATLÁNTICA:
FRONTERAS, MUERTE Y RESISTENCIAS**
**NECROPOLITICS IN THE ATLANTIC ROUTE:
BORDERS, DEATH AND RESISTANCES**

SARA BÁEZ FORNI
Universidad Complutense de Madrid
sarabaez@ucm.es
<https://orcid.org/0009-0004-2273-2605>

SUSANA DE SOUSA FERREIRA
Instituto Complutense de Estudios Internacionales (ICEI-UCM)
susandes@ucm.es
<https://orcid.org/0000-0002-5377-5200>

Texto recibido em / Text submitted on: 27/09/2025
Texto aprobado em / Text approved on: 04/02/2026

Resumen

Este artículo analiza la consolidación de la Ruta Atlántica como un espacio marcado por la necropolítica y atravesado por resistencias. Como frontera marítima y puerta de acceso a la Unión Europea, esta ruta ha sido objeto de políticas de control orientadas a frenar la migración procedente del Sur Global. Lejos de detener los flujos, estas medidas han incrementado las muertes y desapariciones en el mar, evidenciando una gestión migratoria sustentada en lógicas coloniales y racializadas que deciden «quién puede vivir y quién debe morir». No obstante, frente a estas dinámicas emergen diversas formas de resistencia protagonizadas por los propios migrantes, sus comunidades de origen y organizaciones sociales de apoyo y denuncia. A partir de una revisión

bibliográfica con enfoque aplicado, el artículo plantea que la necropolítica en la Ruta Atlántica no puede entenderse sin estas resistencias y cuestiona si ellas logran revertirla o solo mitigar sus efectos.

Palabras-clave

Necropolítica; resistencias; Ruta Atlántica; migración irregularizada; control fronterizo.

Abstract

This article analyzes the consolidation of the Atlantic Route as a space shaped by necropolitics and crisscrossed by resistances. As a maritime border and gateway to the European Union, this route has been subject to control policies aimed at curbing migration from the Global South. Far from halting migratory flows, these measures have increased deaths and disappearances at sea, revealing a system of migration governance grounded in colonial and racialized logics that determine «who is able to live and who must die». However, in the face of these dynamics, diverse forms of resistance emerge, led by migrants themselves, their communities of origin, and social organizations engaged in support and advocacy. Drawing on a literature review with an applied approach, the article argues that necropolitics along the Atlantic Route cannot be understood without these resistances, and questions whether they manage to reverse it or merely mitigate its effects.

Keywords

Necropolitics; resistances; Atlantic Route; irregularized migration; border control.

Introducción

El trágico naufragio de una patera frente a las costas de Mauritania a finales del verano de 2025, que costó la vida a más de setenta personas –en su mayoría procedentes de Gambia y Senegal (RTVE.es 2025)– es testigo de una gestión migratoria marcada por la necropolítica en la que la muerte y desapariciones parecen haberse constituido como una norma que regula la migración contemporánea (Squire 2017).

Las políticas de control migratorio se han consolidado como un eje central de la gobernanza europea y española frente a la migración

procedente del Sur Global⁽¹⁾. En su intento por detener las llegadas de migrantes racializados indeseados, la Unión Europea (UE) ha desarrollado una arquitectura política que se ha traducido en el cierre progresivo de vías legales de movilidad y la externalización de responsabilidades de control migratorio a países de origen y tránsito, como es el caso de los países del África Occidental. La narrativa de la «crisis migratoria» promovida desde los Estados europeos se ha exacerbado desde los años 2015 y 2016, allanando el camino para el despliegue de medidas de vigilancia y control sobre los cuerpos migrantes, percibidos como una amenaza para la seguridad europea. Sin embargo, en nombre de esa seguridad, las rutas migratorias irregularizadas⁽²⁾ se han vuelto más peligrosas y letales, convirtiendo las muertes y desapariciones en las fronteras en una característica del escenario migratorio europeo.

El corredor marítimo que conecta la costa occidental africana con las Islas Canarias (España), conocido como la Ruta Atlántica⁽³⁾, constituye un claro reflejo de esta realidad. Como parte de las fronteras externas de la UE y una de las principales rutas de migración marítima irregularizada, este espacio ha funcionado como «laboratorio de pruebas para las políticas migratorias desplegadas en el conjunto de rutas del tránsito migratorio entre los continentes africano y europeo» (Godenau, Zapata Hernández 2022: 55). Aunque su activación ha sido intermitente, con periodos en los que se registran escasas llegadas, las cifras alcanzadas durante el nuevo ciclo migratorio iniciado en 2018 –con un aumento del 207,5% con respecto al año anterior⁽⁴⁾ (Ministerio del Interior 2018)–, evidencian la ineficacia de las estrategias orientadas a frenar la movilidad de determinados colectivos de migrantes. Lejos de una detención de los flujos migratorios, lo que ha tenido lugar es

(1) En el caso específico de la Ruta Atlántica hacia Canarias, esta migración está protagonizada principalmente por personas de África Occidental, como senegaleses, malienses, guineanos y marroquíes.

(2) Siguiendo la propuesta de Guevara González y Megchún Rivera, la migración *irregularizada* pone el foco en «el papel activo del Estado al señalar y categorizar estos flujos migratorios como “irregulares”» (Guevara González, Megchún Rivera 2022: 125) a través de las políticas migratorias.

(3) Esta ruta también recibe otras denominaciones, como Ruta Canaria o Ruta del África Occidental.

(4) En el año 2018 se registró un total de 1.307 llegadas a las Islas Canarias, mientras que en el año 2017 se habían registrado 425 (Ministerio del Interior 2018).

un incremento dramático de las muertes y desapariciones en esta ruta, que se ha consolidado como una de las más letales del mundo⁽⁵⁾.

La persistencia de los movimientos migratorios, a pesar del endurecimiento de las políticas de control y del incremento de los riesgos asociados a las rutas, pone de manifiesto la capacidad de agencia de las personas migrantes. En lugar de actuar como sujetos pasivos ante las lógicas del control estatal, quienes migran desarrollan múltiples estrategias de resistencia frente a los intentos de contener o condicionar su movilidad. Esta dimensión de lucha, sin embargo, no se limita a los cuerpos en tránsito. La gobernanza migratoria mediante prácticas que producen y normalizan la muerte impacta profundamente en los entornos familiares y comunitarios que sostienen, acompañan y esperan a quienes migran. En diversas geografías, son estas redes las que también enfrentan las consecuencias del régimen migratorio europeo, resistiendo desde el duelo, la denuncia y la memoria.

Este trabajo se propone reflexionar acerca de la intersección entre políticas migratorias securitarias –donde se enmarcan las políticas de externalización de fronteras– y los efectos letales de las mismas, prestando especial atención a las posibilidades de resistencia que emergen en este escenario. A partir de un enfoque que articula aportes de las Relaciones Internacionales, la Sociología y los Estudios Críticos Migratorios, el estudio se centra en la Ruta migratoria Atlántica durante el actual ciclo migratorio (2018-actualidad), a partir de una revisión bibliográfica con un enfoque aplicado. Nos cuestionamos sobre ¿cómo opera la necropolítica en la Ruta Atlántica? Y, ¿qué formas de resistencia se despliegan ante ella?

Con este propósito pretendemos contribuir a los debates actuales sobre la Ruta Atlántica aportando una aproximación a los Estudios Críticos Migratorios, mientras se busca contrarrestar la visión estatocéntrica que permea los discursos institucionales y parte de la literatura académica reconociendo la capacidad de agencia y resistencia de las personas migrantes.

El artículo se estructura de la siguiente forma. Primero, se introducen las aproximaciones teóricas que enmarcan el estudio, que parten

(5) Como veremos más adelante, las cifras de muertes y desaparecidos en esta ruta varían según la organización que recoge los datos. En cualquier caso, se trata de valores bastante significativos teniendo en cuenta que hablamos de pérdidas humanas.

de la perspectiva crítica de los regímenes fronterizos y las teorías decoloniales, y se articulan en torno a la noción de necropolítica y a las formas de resistencia que surgen frente a las políticas de (in)movilidad. A continuación, analizamos cómo las políticas de externalización han contribuido a que la Ruta Atlántica se haya convertido en un espacio necropolítico. Posteriormente, nos centramos en las diferentes formas de resistencia que desafían el régimen necropolítico europeo. Por último, presentamos unas breves conclusiones sobre la necesidad de repensar la movilidad más allá del paradigma securitario y letal.

Necropolítica y resistencias: regímenes de (in)movilidad

Los regímenes fronterizos contemporáneos no pueden entenderse únicamente como tecnologías biopolíticas orientadas a la gestión de poblaciones, sino como dispositivos necropolíticos que producen activamente condiciones diferenciales de vida y muerte. En el contexto de la migración irregularizada hacia Europa, la frontera funciona como un espacio donde el poder soberano no sólo regula la movilidad, sino que distribuye la exposición al riesgo, al abandono y a la muerte. Siguiendo a Mbembe (2011), el necropoder se ejerce allí donde ciertos cuerpos son sistemáticamente situados en zonas de vulnerabilidad extrema, en las que la muerte, o la posibilidad de morir, se convierte en una tecnología de gobierno.

Sin embargo, este poder no actúa de forma abstracta ni universal, sino que se inscribe en una matriz histórica de colonialidad en la que raza y clase operan de forma imbricada. Como subraya Quijano (2007), la colonialidad del poder no solo produce jerarquías raciales, sino también una división global del trabajo que articula la explotación económica con la clasificación racial. En el capitalismo contemporáneo, y particularmente en su fase neoliberal, estas jerarquías se traducen en regímenes diferenciados de movilidad: no todas las personas racializadas están igualmente expuestas al necropoder, sino aquellas situadas por debajo de determinados umbrales de clase, ingresos y capital social (Bourdieu 1990).

Resulta central recuperar la noción fanoniana de la «zona del ser» (Fanon 2009), que delimita quién es plenamente reconocido como humano y quién es relegado a una «zona de no-ser». En el régimen

migratorio europeo, esta línea se expresa de manera concreta en la posibilidad o imposibilidad de acceder a la movilidad legal. Personas de Senegal, Gambia u otros países de África Occidental con suficiente capital económico, educativo o relacional pueden viajar en avión a Europa. Sin embargo, quienes carecen de esos recursos son empujados hacia rutas irregularizadas, peligrosas y potencialmente mortales. La necropolítica, por tanto, no actúa simplemente sobre cuerpos racializados, sino sobre cuerpos racializados y empobrecidos, situados en el lado «indeseable» de la línea del ser.

Desde esta perspectiva, la denominada «Europa Fortaleza» configura un régimen de (in)movilidad que es simultáneamente racial, colonial y de clase (Gutiérrez Rodríguez 2018; Grosfoguel, Oso, Christou 2014). La frontera no excluye a «los africanos» en abstracto, sino que filtra, selecciona y jerarquiza según criterios de utilidad económica, capital humano y deseabilidad política. Así, el necropoder no consiste solo en dejar morir, sino en producir activamente poblaciones desechables: sujetos cuya movilidad es tolerada únicamente bajo condiciones de riesgo y vulnerabilidad extrema (Sahraoui 2024).

Ahora bien, entender la frontera como un espacio necropolítico no implica concebir a las personas migrantes como sujetos pasivos atrapados en una maquinaria de muerte. Por el contrario, la necropolítica genera las condiciones mismas de su contestación. Siguiendo una lectura foucaultiana, los regímenes de (in)movilidad producen inevitablemente contraconductas: prácticas mediante las cuales los sujetos intentan escapar, negociar o subvertir los dispositivos que los gobiernan (Foucault 1995). En el caso de la migración irregularizada, estas prácticas constituyen lo que la literatura denomina «luchas migrantes» (De Genova, Mezzadra, Pickles 2015; Varela Huerta 2015).

Estas luchas no se limitan a movilizaciones organizadas, sino que incluyen también actos cotidianos de movilidad, supervivencia y persistencia que desafían la lógica necropolítica del régimen fronterizo. Cruzar una frontera, subirse a una patera o continuar un trayecto pese el riesgo no es solo un acto de necesidad, sino también una afirmación de vida frente a un sistema que sitúa a determinados sujetos, por su posición en la jerarquía racial y de clase, fuera del campo de lo que merece ser protegido.

En este sentido, necropolítica y resistencia no operan como esferas separadas, sino como dinámicas co-constitutivas. El régimen fronterizo produce muerte, pero esa producción de muerte es continuamente

desafiada por prácticas que reinscriben a las personas migrantes en el lado del ser, reclamando su derecho a la movilidad, a la vida y a la dignidad. Desde la visibilización de los muertos y desaparecidos hasta las redes de apoyo transnacional, estas resistencias interrumpen la lógica de desechabilidad sobre la que se sostiene el gobierno necropolítico de la frontera (Mbembe 2011; 2016).

La Ruta Atlántica como espacio necropolítico

La Ruta Atlántica representa uno de los corredores migratorios más significativos entre África y Europa, conectando la costa occidental africana –principalmente Marruecos, Sáhara Occidental, Mauritania y Senegal– con las Islas Canarias. Sus trayectos varían desde unos 100 km que separan el Sáhara Occidental hasta más de 2.400 km desde el sur de Senegal o Guinea. En las últimas dos décadas, esta ruta se ha convertido en un acceso marítimo irregularizado clave hacia la UE, integrándose en todo un entramado de circuitos migratorios interconectados. En particular, el aumento del uso de la Ruta Atlántica en el actual ciclo migratorio ha estado especialmente vinculado al incremento del control en las rutas del Mediterráneo, de tal forma que se ha dado una reconfiguración de los flujos migratorios africanos con destino a Europa en respuesta al endurecimiento y cierre de otras vías, a priori, más seguras (Mesa Pérez, Parreño Castellano, Domínguez Mujica 2023; Vives 2017a).

El marco securitario adoptado por la UE hacia la migración irregularizada ha situado esta ruta en el centro de las políticas de control migratorio, donde la externalización se ha erigido como estrategia principal. Esta forma de gobernanza, impulsada por la UE desde los años noventa, combina la cooperación con países de origen y tránsito con la intervención directa de Estados europeos en territorios africanos soberanos (Zapata Barrero, Zaragoza Cristiani 2008; De Sousa Ferreira 2022). España ha desempeñado un papel central, especialmente tras la «crisis de los cayucos» de 2006⁽⁶⁾, mediante la celebración de acuerdos

(6) El término «crisis de los cayucos» fue popularizado por los medios de comunicación para hacer referencia a la llegada a Canarias en 2006 de 31.678 migrantes por la Ruta Atlántica (Ministerio del Interior 2008), que estuvo vinculada a la impermeabilización de la Ruta Mediterránea Occidental con el aumento de medidas de vigilancia en el Estrecho de Gibraltar.

bilaterales de devolución y cooperación en vigilancia marítima y patrullas conjuntas en aguas africanas, consolidando un modelo de gestión basado en delegar el control migratorio a sus «socios» africanos (Gabrielli 2017; Domínguez Mujica, Díaz Hernández, Parreño Castellano 2014). Con ello, la UE proyecta su soberanía más allá de sus fronteras formales para regular la movilidad de las poblaciones del Sur Global. La externalización se configura, así, como una estrategia de gobernanza biopolítica que identifica ciertos cuerpos como amenazas y los somete a tecnologías de vigilancia y contención (De Sousa Ferreira 2023).

Esta arquitectura de acuerdos bilaterales y marcos de cooperación se ha materializado en un despliegue operativo transnacional en la frontera atlántica, donde la Guardia Civil española y la agencia europea Frontex desempeñan un papel central. Proyectos como el *Seahorse* o la Operación Hera⁽⁷⁾ han incorporado sistemas tecnológicos avanzados para rastrear desplazamientos, coordinar interceptaciones en aguas africanas y facilitar devoluciones antes de la llegada a territorio europeo, consolidando un dispositivo de vigilancia y contención transnacional orientado específicamente a los cuerpos migrantes (Dudek y Pestano 2019; Ruiz Benedicto, Fraile Moreno, Ladan 2024; Fundación porCausa 2021).

Este entramado operativo se sustenta en marcos jurídicos y políticos poco transparentes, en particular mediante los Memorándum de Entendimiento (MoU, en sus siglas en inglés) que establecen compromisos bilaterales rápidos, al margen del escrutinio parlamentario y, en muchos casos, sin publicación oficial (Gabrielli 2017). A título de ejemplo, un MoU de 2006 entre España y Senegal autorizó la presencia de patrullas españolas en aguas senegalesas y delegó en este país la responsabilidad de controlar las salidas desde su litoral (Casas-Cortes, Cobarrubias, Pickles 2016). Aunque informales, estos instrumentos impactan directamente sobre las trayectorias de quienes migran, regulando operaciones de vigilancia y retorno bajo condiciones de opacidad que debilitan garantías como el

(7) Ambas iniciativas buscaban detener el flujo migratorio de la Ruta Atlántica. El proyecto *Seahorse* se dividió en cuatro iniciativas desde 2006 hasta 2019, todas canalizadas por la Guardia Civil española y respaldadas por la Comisión Europea (Casas-Cortes, Cobarrubias, Pickles 2016). La operación Hera, iniciada en 2006 y reactivada anualmente, ha contado con el liderazgo español y la coordinación de Frontex para la interceptación de embarcaciones y su devolución a los puertos de partida (Ruiz Benedicto, Fraile Moreno, Ladan 2024).

principio de *non-refoulement*⁽⁸⁾ (Vives 2017b), y dejando al descubierto la persistencia de asimetrías coloniales.

En este proceso, la racialización se manifiesta de manera evidente, ya que se establece una diferenciación entre quienes tienen facilitada la movilidad –los ciudadanos europeos– y quienes ven restringido su desplazamiento –las personas africanas empobrecidas. Las consecuencias de este proceso van más allá de la libertad de circulación para unos y la vigilancia y control sobre otros: implica también una distinción entre quienes son considerados plenamente humanos y quienes, identificados como amenaza, quedan situados en la «zona del no-ser» (Fanon 2009).

Lejos de detener los flujos migratorios, los mecanismos opacos y externalizados los desplazan, obligando a los migrantes que ven truncadas sus posibilidades de migrar de forma legal a adoptar rutas más largas, peligrosas y letales (Andersson 2016; De Haas 2024; Savio Vammen 2019; Schindel 2022). En este contexto, los corredores de la migración irregularizada hacia Europa, como la Ruta Atlántica, se convierten en auténticas «trampas mortales» (Ferrer Gallardo, van Houtum 2014), donde el endurecimiento del control fronterizo multiplica los riesgos para quienes intentan llegar al continente europeo.

La magnitud de las muertes en la Ruta Atlántica resulta difícil de determinar con precisión, dado que gran parte de los cuerpos desaparece en el mar sin seguimiento sistemático, reflejando la opacidad de las políticas migratorias y la lógica necropolítica que opera sobre los cuerpos migrantes (Mbembe 2011). Pese a la ausencia de un compromiso institucional sólido y a las dificultades inherentes al monitoreo en un espacio como el océano, existen estimaciones de organismos internacionales y de la sociedad civil que muestran cifras preocupantes. Entre ellas destaca el proyecto *Missing Migrants* de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), que estima en 4.908 las personas muertas o desaparecidas en la Ruta Atlántica entre 2018 y 2024. En contraste, el colectivo Caminando Fronteras (2024) ofrece cifras más elevadas: 23.786 personas en el mismo periodo, de las cuales 9.757 corresponden únicamente a 2024, el año más mortífero registrado. Estas cifras denotan el carácter racial que fundamenta la necropolítica,

(8) Este principio prohíbe devolver a ninguna persona a un país donde su vida corra riesgo por persecución o malos tratos, y se erige como un principio fundamental del derecho internacional de obligado cumplimiento para todos los Estados.

pues son los migrantes racializados que cruzan la Ruta Atlántica quienes quedan expuestos a la violencia y muerte de la frontera.

Más allá de la dificultad de contabilizar estas muertes, el silencio y la opacidad que las rodea refleja un abandono institucional que invisibiliza estas pérdidas. En este sentido, la escasez de datos sobre quienes mueren durante las travesías migratorias refleja una lógica que las separa deliberadamente del ámbito de la responsabilidad política (Kovras, Robins 2016; Heller, Pécout 2020). Aunque la exposición de las personas migrantes a la geografía hostil de la Ruta Atlántica es, en sí misma, consecuencia del régimen fronterizo –al estar limitadas las vías legales y seguras de movilidad– (Schindel 2017), la responsabilidad del Estado se hace particularmente evidente en los casos documentados de omisión del deber de socorro. Tal como denuncia el colectivo Caminando Fronteras (2024), en el periodo migratorio más reciente se registraron numerosos episodios en los que no se activaron los medios de rescate pertinentes, o lo hicieron con demoras críticas, condicionando la deriva de embarcaciones y la consiguiente pérdida de vidas.

Además, parte de estas responsabilidades ha sido delegada a países de origen u tránsito como Marruecos, con lo que los Estados europeos –como España– incumplen sus obligaciones de salvamento en el mar, priorizando la vigilancia fronteriza por encima de la protección de la vida. Con estas prácticas, los Estados europeos profundizan la externalización del control, dejando en manos de Estados que no garantizan la asistencia humanitaria adecuada la tarea de rescate en aguas de responsabilidad compartida (Caminando Fronteras 2024). En este escenario, la Ruta Atlántica emerge como un espacio donde el control migratorio europeo y sus prácticas operan como necropoder, relegando la vida de ciertos migrantes a una condición de «desechabilidad» (Mbembe 2011) y haciendo de la muerte una característica estructural del régimen fronterizo (Ferrer Gallardo, van Houtum 2014).

Resistencias en y contra la necropolítica

Adoptar una mirada necropolítica que visibiliza la producción y normalización de muertes migrantes no implica pasar por alto las posibilidades de resistencia. Al contrario, permite situar dichas prácticas dentro de un entramado complejo de geografías, actores y prácticas. En

la Ruta Atlántica, estas resistencias las encabezan los propios migrantes, que despliegan su agencia ante la urgencia de construir un futuro fuera de los lugares donde sus posibilidades de vida se ven restringidas (Varela Huerta 2013); pero también otros actores que conforman redes de apoyo y denuncia frente a los efectos letales del régimen fronterizo.

Agencia migrante como forma de resistencia

A pesar del endurecimiento de las políticas de control fronterizo, el aumento de las llegadas irregularizadas por la Ruta Atlántica demuestra que las personas migrantes continúan emprendiendo travesías migratorias y desafiando las restricciones a su movilidad. Si bien en España y en la UE el entramado político-tecnológico orientado a la contención ha venido ganando terreno, la movilidad no puede reducirse a la imposición de las lógicas estatales: en ella intervienen aspiraciones, expectativas y capacidades de agencia que permiten a los migrantes desplegar estrategias para avanzar en sus proyectos y objetivos. Desde este prisma, las rutas migratorias se configuran como espacios disputados, donde las políticas de contención y la agencia migrante se entrelazan, generando escenarios dinámicos en constante reconfiguración (Casas-Cortes, Cobarrubias, Pickles 2015; Hess 2017).

La reactivación reciente de la Ruta Atlántica ilustra como las personas migrantes readaptan sus itinerarios frente a la intensificación de los controles. Al igual que ocurrió durante la «crisis de los cayucos» de 2006, en el actual periodo la imposición de medidas coercitivas en la frontera mediterránea ha favorecido una reorientación de los flujos hacia Canarias, conllevando travesías más largas y peligrosas. Dentro de la propia Ruta Atlántica también se han producido readaptaciones: con tal de eludir los controles marítimos de las patrulleras en aguas más próximas a África (Lo Coco et al. 2023) y el creciente control en el norte del continente africano (MMC 2025), los puntos de partida se han trasladado a puertos más al sur de la costa occidental africana y muchas embarcaciones han dirigido sus trayectos hacia El Hierro, la isla más remota del archipiélago (CEAR 2024).

De este modo, una forma de resistencia central de los migrantes consiste en pasar desapercibidos (Hess 2017), transitando las zonas fronterizas sin ser detectados por los dispositivos securitarios y trazando

«geografías ocultas» (Squire 2022) a lo largo del océano Atlántico. Estas estrategias de reorientación muestran cómo las personas migrantes transforman las condiciones de control en nuevas oportunidades para avanzar en sus proyectos de vida. La movilidad se presenta como una «fuerza creativa» capaz de transformar los espacios fronterizos (Casas-Cortes, Cobarrubias, Pickles 2015). Esta capacidad de agencia adquiere a menudo un carácter paradójico, ya que implica asumir el riesgo de morir en la búsqueda de una vida digna; ambiguo, al no configurarse necesariamente como una oposición explícita al (necro)poder; y complejo, al entrelazarse con múltiples factores como la posición socioeconómica, el género o la pertenencia racializada.

En este proceso, un engranaje central de las travesías en la Ruta Atlántica lo constituyen las redes sociales de apoyo entre las personas migrantes, que facilitan información clave, contactos y ayuda financiera y logística en distintas fases del trayecto migratorio (Varela Huerta 2013; MMC 2021). La capacidad de adaptación de los migrantes representa así una manifestación colectiva de agencia en la que intervienen familiares, amistades y comunidades de los países de origen (Carnet 2011), que se materializa en prácticas concretas como la organización de las salidas en grupos que incorporan personas con conocimientos del mar, la planificación del trayecto mediante dispositivos GPS o el mantenimiento de contacto constante con familiares y redes de apoyo a través de teléfonos móviles (González Nieves 2025). La agencia individual y colectiva que atraviesa estos flujos migratorios se configura como una forma de resistencia a la necropolítica al afirmar el derecho a la vida a través de la migración irregularizada (Varela Huerta 2015).

En este marco de colaboración y autoprotección, se establecen «alianzas transversales» (Tazzioli 2018) entre migrantes y actores no migrantes, como las que se materializan en iniciativas como *Alarm Phone* de la red *Watch the Med*, que combina líneas de emergencia para embarcaciones en peligro con la activación de redes internacionales de presión ciudadana para exigir el cumplimiento de las obligaciones estatales de salvamento (Heller, Pezzani, Stierl 2017). Estas «prácticas de contravigilancia» (Casas-Cortes et al. 2017) amplían la agencia colectiva de los migrantes al desafiar la lógica securitaria y el monopolio estatal de la vigilancia marítima, revirtiendo la lógica securitaria mediante un monitoreo ciudadano del mar orientado a la protección de la vida.

Resistencias a la necropolítica desde la denuncia y la memoria

En los territorios de partida y acogida también emergen prácticas que disputan el carácter mortífero de la gestión migratoria, articulando resistencias centradas en la denuncia política, el acompañamiento a las personas migrantes y la memoria de quienes mueren o desaparecen durante el tránsito. En Canarias –donde la ausencia de protocolos oficiales para identificar a los fallecidos en tránsito ha convertido la muerte migrante en un símbolo de abandono institucional (Wilkinson, Castaneyra Ruiz 2021; Sánchez Dionis, Sanchez, Arce Jiménez 2021)–, vecinos, asociaciones y otros migrantes han desarrollado gestos simbólicos como la colocación de flores en las lápidas anónimas o la lectura de versos del Corán durante los entierros, aun cuando la identidad de los fallecidos sigue siendo desconocida (Vargas 2023). Estas prácticas de «rehumanización» constituyen una forma de resistencia (Buraschi, Aguilar Idáñez 2016) frente al tratamiento deshumanizador que las instituciones otorgan a los cuerpos migrantes.

Desde el otro lado del océano, en las comunidades de África Occidental también se han desarrollado estrategias de resistencia frente a las consecuencias mortíferas de la Ruta Atlántica. La «pérdida ambigua» que supone para familiares y comunidades la desaparición de personas migrantes durante el tránsito ha impulsado la organización comunitaria para la búsqueda de justicia y reparación (Kovras, Robins 2016). Así fue como en la región de Thiaroye, Senegal, surgió en 2006 el *Collectif des Femmes pour la Lutte contre l'Émigration Clandestine* (COFLEC), a iniciativa de madres de personas migrantes desaparecidas en esta ruta. Esta asociación brinda apoyo a las familias en las labores de identificación de desaparecidos y denuncia las políticas migratorias que empujan a emprender rutas mortales, al tiempo que crea espacios de apoyo y cuidado donde compartir el dolor (Bouilly 2016; Vives 2017a). Como iniciativa de apoyo comunitario, COFLEC refleja que la resistencia de muchas familias va más allá de la búsqueda de sus seres queridos: implica la construcción de relatos y narrativas como respuesta al silenciamiento (Caminando Fronteras 2021a).

Este tipo de iniciativas de búsqueda e identificación de personas migrantes desaparecidas han estado sostenidas por redes transfronterizas, articulando esfuerzos entre distintas geografías (Sánchez Dionis, Sanchez, Arce Jiménez 2021; Caminando Fronteras 2021a). Organizaciones como

Caminando Fronteras –cuyo trabajo se centra en las rutas irregularizadas de acceso a España– desempeñan un papel central en este entramado, al combinar el registro de muertes y desapariciones con el acompañamiento directo a las familias y la generación de herramientas prácticas para el acceso a la justicia (Caminando Fronteras 2021b; 2023). Más allá del acompañamiento emocional, estas organizaciones aportan capacidades organizativas, redes transnacionales y experiencia en la documentación de violaciones de derechos humanos vinculadas a la migración, ampliando así el margen de acción y resistencia de las familias. La confianza que las familias difícilmente pueden depositar en las autoridades estatales se traslada, en cambio, a estos colectivos.

Estas prácticas se inscriben en lo que De Genova, Mezzadra y Pickles (2015) denominan «luchas migrantes», en las que confluyen familiares, comunidades de origen y organizaciones de la sociedad civil. Más allá de ofrecer una respuesta ante la incertidumbre de la desaparición, estas iniciativas permiten cuestionar los mecanismos estructurales que generan dichas muertes y reclamar responsabilidades políticas (Álvarez Martínez-Conde 2022). En este sentido, su potencia como forma de resistencia reside sobre todo en la confrontación de una lógica necropolítica que busca imponer el olvido (Mbembe 2016). Frente a ello, las demandas de justicia y verdad sostienen una memoria activa, que se opone a la invisibilización de las vidas y muertes migrantes y a la naturalización de la violencia en las fronteras.

Conclusión

En este artículo hemos visto como la Ruta Atlántica se ha afianzado como una de las rutas migratorias más peligrosas, emergiendo como frontera necropolítica y, a la vez, como escenario de resistencia. El repunte de esta ruta migratoria irregularizada en los últimos años ha puesto de manifiesto que la exposición de los migrantes racializados a condiciones de alta letalidad durante su trayecto –caracterizado por recorridos largos y peligrosos desde África Occidental hacia Canarias– no es accidental. Por el contrario, dicha exposición se inscribe en un entramado de políticas y prácticas de control fronterizo que operan bajo la lógica de la necropolítica, como la externalización del control, la delegación de responsabilidades a terceros Estados y la opacidad institucional, que

permiten que la muerte de migrantes africanos se normalice como un efecto consustancial del régimen fronterizo. Además, la opacidad institucional se traduce también en la invisibilización de las muertes en la Ruta Atlántica. La ausencia de protocolos eficaces de búsqueda e identificación y los retrasos en las operaciones de rescate evidencian cómo las políticas migratorias europeas subordinan la protección de la vida humana a la lógica del control fronterizo, configurando un necropoder que permite que el Atlántico se convierta en un «líquido mortal» (Heller, Pezzani 2012).

No obstante, la Ruta Atlántica también es un espacio de resistencia donde las personas migrantes reconfiguran sus itinerarios a través de estrategias colectivas para sortear controles. A pesar del despliegue creciente de tecnologías de vigilancia, el océano se presenta como un espacio disputado donde las políticas migratorias interactúan con sujetos dotados de agencia. Al desafiar las condiciones impuestas de inmovilidad, quienes migran reivindican el derecho a la vida frente a la lógica de desechabilidad impuesta por el necropoder. Asimismo, en los territorios de origen y tránsito se desarrollan también iniciativas comunitarias que apoyan a familias de desaparecidos, documentan muertes y sostienen un trabajo de memoria frente al olvido y el silenciamiento institucional. Estas prácticas trascienden las fronteras nacionales y se articulan con redes transnacionales que combinan monitoreo ciudadano del mar, acompañamiento a familias y presión política para exigir el cumplimiento de obligaciones de salvamento. En lugar de enmarcarse en una categoría fija, las resistencias en la Ruta Atlántica se desarrollan como un conjunto de prácticas caracterizadas por la diversidad, complejidad y ambigüedad.

En suma, la Ruta Atlántica representa un espacio en el que la necropolítica y las resistencias no operan de forma separada, sino en una relación de tensión constante. Esta interacción convierte la ruta en un terreno analítico privilegiado para observar cómo, frente a un régimen fronterizo orientado a controlar, jerarquizar y excluir, emergen prácticas colectivas que disputan los significados de la movilidad, la vida y la dignidad en contextos de violencia estructural. En este contexto, las resistencias desplegadas por migrantes, comunidades locales, familiares y redes transnacionales plantean un cuestionamiento activo: ¿logran estas prácticas desafiar efectivamente el necropoder, o se limitan a mitigar sus efectos letales? Si bien las estrategias de agencia, las readaptaciones de rutas y las iniciativas de acompañamiento y denuncia no pueden

revertir por sí solas la estructura de control que convierte la muerte en un mecanismo de gobernanza, sí generan espacios de disputa donde la vida se afirma y la invisibilidad se combate. Por su parte, la persistencia de la necropolítica sigue determinando los riesgos y límites a la movilidad irregularizada, pero las resistencias activan una tensión crítica que no solo combate la invisibilización, sino que abre la posibilidad de (re) pensar las políticas migratorias desde enfoques más justos y humanos.

Bibliografía

- Álvarez Martínez-Conde, Catalina (2022). *Memorias colectivas y migraciones. Sentidos políticos de las luchas migrantes en Barcelona*. Tesis doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Andersson, Ruben (2016). "Europe's failed 'fight' against irregular migration: ethnographic notes on a counterproductive industry", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42, 7, 1055-1075.
- Bouilly, Emmanuelle (2016). "Senegalese mothers 'fight clandestine migration': an intersectional perspective on activism and apathy among parents and spouses left behind", *Review of African Political Economy*, 43, 149, 416-435.
- Bourdieu, Pierre (1990). "Espacio social y génesis de las 'clases'", en Pierre Bourdieu, *Sociología y Cultura*, México. D. F.: Grijalbo, 205-228.
- Buraschi, Daniel, Aguilar Idáñez, María José (2016). "Indiferencia, fronteras morales y estrategias de resistencia", *Documentación social*, 180, 127-147. https://www.researchgate.net/publication/312919512_Indiferencia_fronteras_morales_y_estrategias_de_resistencia
- Caminando Fronteras (2021a). *Construyendo memoria migrante. Las víctimas de las fronteras y sus familias*. <https://caminandofronteras.org/wp-content/uploads/2021/06/Construyendo-Memoria-Migrante.pdf>
- « — » (2021b). *Guía para familias de víctimas de la frontera*. <https://caminandofronteras.org/wp-content/uploads/2021/06/Guia-para-Familias-de-Victimas-de-la-frontera.pdf>
- « — » (2023). *El I Congreso Internacional de Familias Víctimas de las Fronteras, organizado por Caminando Fronteras, finaliza con gran éxito de asistencia y seguimiento online*. <https://caminandofronteras.org/congreso-internacional-de-familias-victimas-de-las-fronteras-finaliza-con-gran-exito-de-asistencia-y-seguimiento-online/>

- « — » (2024). *Monitoreo del Derecho a la Vida 2024*. <https://caminandofronteras.org/monitoreo/monitoreo-del-derecho-a-la-vida-ano-2024/>
- Carnet, Pauline (2011). “Estrategias de activación y de construcción de redes sociales en la migración. El Ejemplo de los migrantes africanos clandestinizados en la frontera sur Española”, *Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 20, 232-250.
- Casas-Cortes, Maribel, Cobarrubias, Sebastian, Pickles, John (2015). “Riding Routes and Itinerant Borders: Autonomy of Migration and Border Externalization”, *Antipode*, 47, 4, 894-914.
- « — » (2016). “‘Good neighbours make good fences’: Seahorse operations, border externalization and extra-territoriality”, *European Urban and Regional Studies*, 23, 3, 231-251.
- Casas-Cortes, Maribel, Cobarrubias, Sebastian, Heller, Charles, Pezzani, Lorenzo (2017). “Clashing Cartographies, Migrating Maps: Mapping and the Politics of Mobility at the External Borders of E.U. rope”, *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 16, 1, 1-33.
- CEAR (2024). *INFORME 2024: Las personas refugiadas en España y Europa*, Madrid, Stílogo. <https://www.cear.es/informes/informe-2024/>
- De Genova, Nicholas, Mezzadra, Sandro, Pickles, John (2015). “New keywords: Borders and migration”, *Cultural Studies*, 29, 1, 55-87.
- De Haas, Hein (2024). *Los mitos de la inmigración. 22 falsos mantras sobre el tema que más nos divide*. 2ª edición. Barcelona: Península.
- De Sousa Ferreira, Susana (2022). “A externalização das fronteiras europeias e os efeitos indesejados de uma fronteira dinâmica”, *Relações Internacionais*, 75, 29-44.
- « — » (2023): “The rebordering of human mobility in the Atlantic: the risky maritime route between Morocco and Portugal”, *Policy Brief 15*, Atlantic Centre.
- Domínguez Mujica, Josefina, Díaz Hernández, Ramón, Parreño Castellano, Juan Manuel (2014). “The Canary Islands’ ‘Maritime Wall’: Migration Pressure, Security Measures and Economic Crisis in the Mid-Atlantic”, en E. Vallet, *Borders, Fences and Walls. State of Insecurity?*. Canadá: Ashgate, 27-50.
- Dudek, Carolyn M., Pestano, Carmen (2019). “Canaries in a coal mine: The cayuco migrant crisis and the europeanization of migration policy”, *Revista Española de Ciencia Política*, 49, 85-106.
- Fanon, Frantz (2009). *Piel negra, máscaras blancas*. Madrid: Akal.

- Ferrer Gallardo, Xavier, van Houtum, Henk (2014). "The Deadly EU Border Control", *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 13, 2, 295-304.
- Foucault, Michel (1995). "¿Qué es la crítica? (Crítica y Aufklärung)", conferencia pronunciada el 27 de mayo de 1978, *Daimon Revista Internacional De Filosofía*, 11, 5-26. <https://revistas.um.es/daimon/article/view/7261>
- Fundación porCausa (2021). *Frontex: El guardián descontrolado*. <https://porcausa.org/wp-content/uploads/2021/06/dos-Frontex-informe-porCausa.pdf>
- Gabrielli, Lorenzo (2017). "La externalización europea del control migratorio. ¿La acción española como modelo?", *Anuario CIDOB de la Inmigración*, 126-152. <https://www.cidob.org/publicaciones/externalizacion-europea-del-control-migratorio-accion-espanola-como-modelo>
- Godenau, Dirk, Zapata Hernández, Vicente Manuel (2022). "Las regiones insulares fronterizas en las rutas de la migración marítima irregular. Las Islas Canarias (España) en el tránsito africano hacia Europa", *Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana*, 30, 64, 43-58. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/kcfkhGXgwLHXSKTPMJQzc8C/?format=html&lang=es>
- González Nieves, Claudia (2025). "Migración Senegal-Canarias: securitización, necropolítica y resiliencia en el contexto transnacional", *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 20, 127-149. <https://www.upo.es/revistas/index.php/ripp/article/view/12597/10974>
- Grosfoguel, Ramón, Oso, Laura, Christou, Anastasia (2014). "'Racism', intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections", *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 22, 6, 635-652.
- Guevara González, Yaatsil, Megchún Rivera, Rodrigo (2022). "«La muerte tiene permiso». Ensayo sobre las medidas de contención de los migrantes en tránsito por México como necropolítica", *Carta Económica Regional*, 36, 132, 123-150. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2683-28522023000200123&script=sci_arttext
- Gutiérrez Rodríguez, Encarnación (2018). "The Coloniality of Migration and the "Refugee Crisis": On the Asylum-Migration Nexus, the Transatlantic White European Settler Colonialism-Migration and Racial Capitalism", *Refuge*, 34, 1, 16-28. <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/40483>

- Heller, Charles, Pécoud, Antoine (2020). "Counting Migrants' Deaths at the Border: From Civil Society Counterstatistics to (Inter) Governmental Recuperation", *American Behavioral Scientist*, 64, 4, 480-500. https://www.researchgate.net/publication/322570522-Counting_Migrants'_Deaths_at_the_Border_From_Civil_Society_Counterstatistics_to_InterGovernmental_Recuperation
- Heller, Charles, Pezzani, Lorenzo (2012). *Video on the "Left-To-Die Boat"*. Forensic Oceanography, Londres, Centre for Research Architecture. <https://forensic-architecture.org/investigation/the-left-to-die-boat>
- Heller, Charles, Pezzani, Lorenzo, Stierl, Maurica (2017). "Disobedient sensing and Border struggles at the maritime frontier of Europe", *Spheres: Journal for Digital Cultures*, 4, 1-15. <https://spheres-journal.org/contribution/disobedient-sensing-and-border-struggles-at-the-maritime-frontier-of-europe/>
- Hess, Sabine (2017). "Border Crossing as Act of Resistance. The Autonomy of Migration as Theoretical Intervention into Border Studies", en Martin Butler, Paul Mecheril, Lea Brenningmeyer (eds.), *Resistance. Subjects, Representations, Contexts*, Bielefeld: transcript Verlag, 87-100.
- Kovras, Iosif, Robins, Simon (2016). "Death as the border: Managing missing migrants and unidentified bodies at the EU's Mediterranean frontier", *Political Geography*, 55, 40-49. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629816300233>
- Lo Coco, Maite Daniela, Calderó Delgado, Clara, Samy Cucurull, Irina, Berrio, Andrés G. (2023). *Llegadas marítimas a Canarias: excepcionalidad y racismo*, Barcelona. https://novact.org/wp-content/uploads/2024/01/Informe-Canarias_12_2023.pdf
- Mbembe, Achille (2011). *Necropolítica*, Editorial Melusina.
- « — » (2016). "Cuando el poder brutaliza el cuerpo, la resistencia asume una forma visceral", en Fernández Savater, A. (entrevistador), *Interferencias*, https://www.eldiario.es/interferencias/achille-mbembe-brutaliza-resistencia-visceral_132_3941963.html
- Mesa Pérez, Carmelo Ulises, Parreño Castellano, Juan Manuel, Domínguez Mujica, Josefina (2023). "Border control and accident rate of irregular immigration in the route to the Canary Islands (Spain) during the COVID-19 pandemic", *Hungarian Geographical Bulletin*, 72, 2, 101-117. <https://ojs.mtak.hu/index.php/hungeobull/article/view/9629/9792>

- Ministerio del Interior (2008). *Balance de la lucha contra la inmigración ilegal 2008*. Ministerio del Interior, Gobierno de España. <https://www.interior.gob.es/opencms/pdf/prensa/balances-e-informes/2008/Balance-de-la-lucha-contra-la-inmigracion-ilegal-2008.pdf>
- Ministerio del Interior (2018). *Lucha contra la inmigración irregular 2018*. Ministerio del Interior, Gobierno de España. https://www.interior.gob.es/opencms/pdf/prensa/balances-e-informes/2018/24_informe_quincenal_acumulado_01-01_al_31-12-2018.pdf
- MMC (2021). *A Gateway Re-opens: the growing popularity of the Atlantic route, as told by those who risk it*. MMC research report. Mixed Migration Centre (MMC). <https://mixedmigration.org/resource/a-gateway-re-opens/>
- MMC (2025). *Beyond restrictions: Migration & smuggling across the Mediterranean, the Atlantic & the English Channel*. MMC research report. Mixed Migration Centre (MMC). https://mixedmigration.org/wp-content/uploads/2025/03/373_Beyond-Restrictions-Med-Atl-and-Eng-Channel-REPORT.pdf
- OIM (n.d.). *Missing Migrants Project*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM). <https://missingmigrants.iom.int>
- Quijano, Aníbal (2007). “Colonialidad del poder y clasificación social”, en Santiago Castro Gómez, Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 93-126.
- RTVE.es (2025). “Al menos 70 muertos en el naufragio en Mauritania de una patera que iba rumbo a Canarias”, *RTVE.es*, 29 de agosto. <https://www.rtve.es/noticias/20250828/mauritania-rescata-cadaveres-supervivientes-naufragio-rumbo-canarias/16710284.shtml>
- Ruiz Benedicto, Ainhoa, Fraile Moreno, María, Ladan, Sani (2024). *¿Quién vigila al vigilante? Violencia en las fronteras e impunidad en Frontex*, Centre Delàs D'Estudis per la Pau, Irídia. <https://centredelas.org/publicacions/quienvigilaalvigilante/?lang=es>
- Sahraoui, Nina (2024). “The Gendered Necropolitics of Migration Control in a French Postcolonial Periphery”, *Migration and Society: Advances in Research*, 7, 138-152. <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/migration-and-society/7/1/arms070112.xml?ArticleBodyColorStyles=pdf-4278>
- Sánchez Dionis, Marta, Sánchez, Gabriella, Arce Jiménez, Carlos (2021). *Familias de personas migrantes desaparecidas: su búsqueda de respuestas*,

- el impacto de la pérdida y recomendaciones para mejorar las respuestas institucionales a sus necesidades*. Ginebra: Organización Internacional para las Migraciones. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/Families-Missing-Migrants-Spain-ES.pdf>
- Savio Vammen, Ida Marie (2019). "New contested borderlands: Senegalese migrants en route to Argentina", *Comparative Migration Studies*, 7, 8, 1-17. <https://link.springer.com/article/10.1186/s40878-018-0109-z>
- Schindel, Estela (2017). "Migrantes y refugiados en las fronteras de Europa. Cualificación por el sufrimiento, nuda vida y agencias paradójicas", *Revista de Estudios Sociales*, 59, 15-29. <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n59/0123-885X-res-59-00016.pdf>
- « — » (2022): "Death by 'nature': The European border regime and the spatial production of slow violence", *Politics and Space*, 40, 2, 428-446.
- Squire, Vicki (2017). "Governing migration through death in Europe and the US: Identification, burial and the crisis of modern humanism", *European Journal of International Relations*, 23, 3, 513-532.
- « — » (2022). "Hidden geographies of the 'Mediterranean migration crisis'", *Politics and Space*, 40, 5, 1048-1063. <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/2399654420935904>
- Tazzioli, Martina (2018). "Crimes of solidarity. Migration and containment through rescue", *Radical Philosophy*, 2, 01, 4-10. <https://www.radicalphilosophy.com/commentary/crimes-of-solidarity>
- Varela Huerta, Amarela (2013). *Por el derecho a permanecer y a pertenecer. Una sociología de la lucha de migrantes*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- « — » (2015). "Luchas migrantes: un nuevo campo de estudio para La sociología de los disensos", *Andamios*, 12, 28, 145-170. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632015000200145
- Vargas, Natalia (2023). "«Descanse en paz, Inmigrante F01»: El Hierro, la isla que despide con dignidad a los muertos de los cayucos", *El Diario*, 17 de noviembre 2023. https://www.eldiario.es/canariasahora/migraciones/hierro-isla-despide-dignidad-muertos-cayucos-entierro-migrantes-canarias-ruta-migratoria_1_10695888.html
- Vives, Luna (2017a). "Unwanted sea migrants across the EU border: The Canary Islands", *Political Geography*, 61, 181-192.
- « — » (2017b): "The European Union–West African sea border: Anti-immigration strategies and territoriality", *European Urban and Regional Studies*, 24, 2, 209-224.

- Wilkinson, Caroline, Castaneyra Ruiz, María (2021). "The current status of Migrant Disaster Victim Identification in the Canary Islands", *Journal of the British Academy*, 9, s8, 115-135. <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/3564/JBA-9s8-06-Wilkinson-et-al.pdf>
- Zapata Barrero, Ricard, Zaragoza Cristiani, Jonathan (2008). "Externalización de las políticas de inmigración en España: ¿giro de orientación política en la gestión de fronteras y de flujos migratorios?", *Panorama Social*, 8, 186-195. https://www.funcas.es/wp-content/uploads/Migracion/Articulos/FUNCAS_PS/008art14.pdf

**ENTRE NORMAS E FRONTEIRAS:
A POLÍTICA DE ASILO NA PENÍNSULA IBÉRICA
(2008–2024)**
**BETWEEN NORMS AND BORDERS:
ASYLUM POLICY IN THE IBERIAN PENINSULA
(2008–2024)**

NATACHA RODRIGUES
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
nanirodrigues5@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1064-8719>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2026
Texto aprovado em / Text approved on: 26/02/2026

Resumo

Este artigo apresenta uma análise qualitativa comparativa das práticas de gestão do asilo em Portugal e Espanha entre 2008 e 2024, com base na análise de quadros legislativos, programas governamentais, dados estatísticos e relatórios institucionais. Analisa-se a forma como as dinâmicas de europeização e de externalização foram internalizadas em dois contextos nacionais contrastantes. Embora a União Europeia promova a harmonização normativa, os resultados mostram que a diversidade nacional persiste em função da posição geográfica, da pressão migratória e das capacidades institucionais. Em Portugal, a europeização assumiu sobretudo um caráter formal, marcado pela transposição rápida, mas com limitada consolidação administrativa e externalização de baixa intensidade. Em contraste, a Espanha enfrentou pressão migratória sustentada, adotando uma abordagem mais operacional e securitária, centrada em estratégias robustas de

externalização. O artigo argumenta que estas trajetórias expõem fragilidades estruturais do Sistema Europeu Comum de Asilo.

Palavras-chave

Asilo; Europeização; Externalização; Migrações; União Europeia.

Abstract

This article provides a comparative qualitative analysis of asylum management practices in Portugal and Spain from 2008 to 2024. It draws on an examination of legislative frameworks, government programs, statistical data, and institutional reports. The analysis explores how the dynamics of European integration and externalization have been adopted within these two distinct national contexts. Despite the European Union's aim for regulatory harmonization, the findings reveal that national variations continue to exist, influenced by geographical location, migration pressures, and institutional capabilities. In Portugal, the process of European integration has been largely formal, characterized by rapid adoption of regulations but limited administrative consolidation and low levels of externalization. In contrast, Spain has experienced ongoing migration pressure and has opted for a more operational and security-focused approach, emphasizing strong externalization strategies. The article concludes that these differing trajectories highlight structural weaknesses within the Common European Asylum System.

Keywords

Asylum; Europeanization; European Union; Externalization; Migration.

Introdução

As migrações e o asilo assumem atualmente um lugar central no debate público europeu e na agenda mediática internacional. A região mediterrânica consolidou-se como um dos principais espaços de entrada na União Europeia (UE), concentrando diversas rotas migratórias e uma forte pressão sobre os Estados-membros (EM) de fronteira externa, como Espanha, quer através das rotas mediterrânicas e atlânticas, quer das fronteiras terrestres de Ceuta e Melilla. Portugal, embora integrado no espaço peninsular, apresenta uma exposição distinta, sobretudo atlântica e menos intensa, não desempenhando um papel estrutural de

país de primeira linha na gestão das chegadas irregulares. Ainda assim, os conflitos armados e as crises humanitárias no sistema internacional contribuíram para o aumento dos fluxos migratórios e para a crescente complexidade da governação do asilo no espaço europeu. Neste contexto, torna-se relevante analisar comparativamente as respostas de Espanha e Portugal à proteção internacional, atendendo às suas diferentes posições geográficas e níveis de pressão estrutural.

Quando analisamos a temática do asilo, duas grandes correntes tomam as posições centrais neste estudo. São elas: a europeização, estudada por autores como Ladrech (2010); Radaelli (2004); Tsardanidis e Stavridis (2005); Börzel e Risse (2012); Chryssogelos (2019); Bürkner (2020), entre outros, que a definem como um processo de adaptação nacional, que pode ocorrer sob formas de ação política, adaptações das instituições domésticas e a implementação e execução das políticas europeias; e a externalização, estudada por autores como Monar (2010); Frelick et al., (2016); Dessel (2019); Stock, Üstübici e Schultz (2019); Cantor et al. (2022), que a entendem como uma associação a vários aspetos no âmbito da dimensão extraterritorial.

Em termos gerais, o objetivo do estudo centra-se em comparar processos de gestão de asilo, com um especial enfoque na Península Ibérica, que, pela sua localização geográfica, é mais exposta a tendências e fluxos migratórios, ainda que não necessariamente coincidentes entre si. Assim, a pergunta de investigação à qual se visa dar resposta é: De que forma as políticas de asilo em Portugal e Espanha se ajustam às dinâmicas de europeização e externalização da UE?

Posto isto, pretende-se que este artigo contribua para a temática com um novo ponto de vista, nomeadamente através da associação dos países estudados a correntes de europeização ou de externalização. Por outro lado, a análise destes países trará contributos práticos, na medida em que ajudará a compreender, em concreto, o impacto das políticas de asilo em Portugal e Espanha sobre os pedidos efetuados pelos requerentes.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, o artigo seguirá a forma mais tradicional. Numa fase primária, procurar-se-á, por meio de uma revisão de literatura, entender os conceitos principais que se associam a esta temática, sendo os mesmos, como referido anteriormente, a europeização e a externalização. Em seguida, na vertente mais prática do estudo, pretende-se, por meio de análise documental, comparar as políticas de asilo definidas por Portugal e Espanha. A análise será

qualitativa, com o objetivo de recolher dados que orientem a atuação dos países nesta matéria. Ao analisar documentos oficiais de cada um dos países, nomeadamente programas governamentais e relatórios diretamente relacionados com a matéria de asilo, será possível compreender quais as mecânicas e táticas adotadas por Portugal e por Espanha nesta matéria. Espera-se, no final, alcançar determinadas conclusões, onde se esclareçam as posições de ambos os países, de forma comparada, bem como compreender se as práticas de gestão de asilo que estão a ser levadas a cabo no presente têm algum objetivo específico, seja ele restringir o número de pedidos de asilo que são efetuados, ou, por outro lado, dar uma maior liberdade para a receção de requerentes de asilo nos países em questão.

Revisão de literatura

A trajetória europeia da política de asilo

A génese e o desenvolvimento da política de asilo na UE constituem um campo paradigmático da tensão entre soberania estatal e integração supranacional. O enquadramento normativo internacional, consagrado pela Convenção de Genebra de 1951, estabeleceu o princípio da não repulsão e compromissos jurídicos comuns, mas preservou a prerrogativa soberana dos EM na definição dos critérios de elegibilidade e na gestão dos pedidos de asilo, originando um quadro normativo fragmentado (Goudappel, Raulus 2011). Desde o início, a proteção internacional foi marcada por uma tensão estrutural entre universalismo normativo e autonomia estatal.

No contexto europeu, este quadro foi progressivamente moldado pela integração comunitária. O Tratado de Maastricht (1992) reconheceu o asilo como matéria de interesse comum, mas manteve-o no âmbito intergovernamental, refletindo a relutância dos EM em ceder soberania numa área sensível à segurança interna. O Tratado de Amesterdão (1997), contudo, constituiu um marco qualitativo ao transferir as competências em matéria de asilo para o pilar comunitário e ao consagrar o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ) como objetivo autónomo (Kaunert, Léonard 2012). Este processo traduziu o alargamento do campo de ação

da UE e a progressiva autonomização do asilo enquanto política europeia (Bendel, Servent 2017).

Foi neste quadro que se consolidou o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), concebido como instrumento de harmonização normativa e institucionalização supranacional. Entre os seus pilares centrais destaca-se o Regulamento de Dublin, que, ao atribuir ao Estado de primeira entrada a responsabilidade pela análise do pedido, visou evitar a duplicação de processos (*asylum shopping*). Contudo, este regulamento cristalizou uma lógica assimétrica que recai de forma desproporcionada sobre os EM fronteiriços (Bendel, Servent 2017), evidenciando a contradição entre a retórica da solidariedade europeia e a prática de transferência de responsabilidades.

A trajetória europeia da política de asilo pode ser entendida como um processo ambivalente, marcado pela crescente institucionalização supranacional e pela persistência de desigualdades estruturais entre EM, decorrentes da forma como o sistema distribui encargos e responsabilidades.

Dinâmicas estruturantes do Sistema Europeu Comum de Asilo

A literatura identifica três forças motrizes que têm configurado a evolução do SECA: securitização, solidariedade limitada e judicialização (Bendel, Servent 2017).

- **Securitização:** desde a institucionalização do Espaço Schengen, o asilo foi progressivamente enquadrado no paradigma da segurança interna. Kaunert (2005) mostra como a gestão do asilo foi associada ao controlo fronteiriço e à vigilância, convertendo fluxos de proteção humanitária em questões de ordem pública. Por sua vez, Gattinara (2017) sublinha que esta transformação discursiva contribuiu para a reconfiguração do asilo, deixando de ser visto como um direito fundamental e passando a ser representado como risco social e político, legitimando políticas de triagem célere, detenção em fronteira e reforço da cooperação policial.
- **Solidariedade limitada:** o princípio da solidariedade, inscrito nos Tratados, não se traduziu em prática material, revelando-se insuficiente para corrigir as desigualdades do sistema. Servent e

Trauner (2014) sustentam que as tentativas de criar mecanismos obrigatórios de redistribuição de requerentes de asilo foram sistematicamente bloqueadas, evidenciando a persistência de lógicas estatais de autoproteção. Zaun e Servent (2021) acrescentam que prevalece uma dinâmica de transferência de responsabilidades, na medida em que os EM menos expostos às pressões migratórias atuam como *veto players*, perpetuando o desequilíbrio, enquanto os mais pressionados recorrem a soluções *ad hoc* para aliviar encargos, frequentemente em tensão com o enquadramento jurídico europeu.

- Judicialização e reforço institucional: a comunitarização do asilo ampliou substancialmente o papel das instituições europeias. Kaunert e Léonard (2012) evidenciam o reforço do Parlamento Europeu e do Tribunal de Justiça da União Europeia, que adquiriram competências para supervisionar e condicionar práticas nacionais. O efeito cumulativo foi, portanto, a constituição de um espaço jurídico-político no qual o controlo supranacional limita práticas nacionais restritivas, embora não consiga eliminar a heterogeneidade decorrente da margem de transposição normativa, limitando o potencial harmonizador.

Estas três dinâmicas revelam a natureza paradoxal do SECA: quanto mais a União constrói normas e instituições comuns, mais se acentuam as tensões com os interesses estatais, gerando um equilíbrio precário entre integração formal e fragmentação substantiva.

O impacto da crise de 2015 e a reforma inacabada

A «crise migratória» de 2015 revelou dramaticamente as falhas estruturais do SECA. Autores apontam que a crise resultou das tentativas falhadas da UE em regulamentar todos os processos de migrantes ilegais (Carlier et al. 2020). O aumento súbito de mais de um milhão de chegadas irregulares pressionou fortemente os EM de fronteira e expôs a inadequação do Regulamento de Dublin em cenários de sobrecarga (Bendel, Servent 2017), evidenciando a incapacidade da UE de ativar mecanismos eficazes de partilha de responsabilidades (Mouzourakis 2014).

Nesse mesmo ano (2015), a resposta da Comissão Europeia, via Agenda Europeia da Migração, introduziu medidas emergenciais como *hotspots* e esquemas de recolocação obrigatória. Contudo, a resistência de vários EM comprometeu a eficácia da estratégia (Hintjens 2019). Gladys e Sychov (2020) mostram como governos contestaram e impugnaram judicialmente a proposta, evidenciando a fragilidade do princípio da solidariedade. A crise de 2015 também revelou, segundo Scipioni (2018), que fenómenos migratórios tendem a ser cíclicos, refletindo a evolução da integração na UE e não apenas causas externas.

O Novo Pacto em Matéria de Migração e Asilo, apresentado pela Comissão Europeia em 23 de setembro de 2020, procurou redesenhar o sistema e superar o bloqueio político que marcou as tentativas anteriores de reforma. Embora tenha introduzido inovações procedimentais, como triagem célere, interoperabilidade de bases de dados e mecanismos de solidariedade flexível, manteve a lógica da primeira entrada (Matera 2020). Ao permitir que os EM substituam a recolocação por contributos financeiros ou logísticos, o Pacto cristaliza uma solidariedade seletiva, dependente da vontade política e da capacidade económica dos EM, perpetuando a fragmentação (Cafiero 2019).

A tentativa de mudança suscitou críticas da sociedade civil, sobretudo quanto à solidariedade, pois nem todos os EM estavam dispostos a que, ao atingir um país o limite de acolhimento, outro assumisse a responsabilidade (Häkli et al. 2024). Gazi (2021) alerta para a possibilidade de estas medidas conduzirem à restrição dos direitos dos grupos mais vulneráveis, em vez de os proteger, contrariando um dos pilares basilares do início das políticas nesta área.

A literatura crítica assinala que, ao invés de consolidar um regime humanitário robusto, estas reformas reforçam a tendência securitária, ao transferir a gestão de responsabilidades complexas para países com capacidades institucionais desiguais, criando dependências políticas e assimetrias de poder. Organizações como a Amnistia Internacional, a *Refugees International* e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) alertam para retrocessos, destacando que os novos procedimentos podem restringir o acesso ao asilo, normalizar expulsões sumárias e fragilizar o princípio da não repulsão (Tsourdi 2019; Conte, Yavcan 2024; Schacher 2024). A reforma permanece inacabada: avança em eficiência administrativa, mas recua em proteção humanitária.

Quadro teórico e conceitual

A Europeização

O conceito de europeização tornou-se central nos Estudos Europeus. Ladrech (2010) sublinha que a emergência da UE como sistema político autónomo implica abordá-la enquanto ordem comparável a outras e analisar os impactos sobre os sistemas nacionais. Autores como Ladrech (1994, citado em Ladrech 2010), Radaelli (2004) e Radaelli e Pasquier (2007) destacam como a construção europeia condiciona as trajetórias institucionais nacionais, enfatizando mecanismos de adaptação normativa e institucional. Assim, a europeização é entendida como um processo de adaptação progressiva das estruturas políticas domésticas às dinâmicas comunitárias (Ladrech 1994; 2010).

O debate teórico posterior propôs leituras mais dinâmicas da europeização, que deixou de se limitar à transposição de diretivas ou ao alinhamento formal das legislações nacionais, abrangendo também reconfigurações cognitivas, discursivas e institucionais, condicionadas pela densidade das estruturas domésticas e interesses em jogo (Olsen 2002, citado em Ladrech 2010). Radaelli (2002) alerta que a europeização não se deve confundir com as suas consequências, como convergência ou harmonização, mas entendida como difusão, institucionalização e incorporação de regras e práticas europeias nos contextos nacionais. Assim, pode ser lida simultaneamente como processo, causa e efeito (Chryssogelos 2019), captando pressões «de cima para baixo» e as reconfigurações internas que provocam.

Börzel (1999), por sua vez, interpreta a europeização sobretudo como uma dinâmica *top-down*, em que áreas de política doméstica se tornam cada vez mais compelidas à formulação de políticas de matriz europeia. Tsardanidis e Stavridis (2005) acrescentam que o conceito abrange também dimensões de reconfiguração societal e discursiva, ultrapassando a mera transposição normativa. Assim, a europeização não se limita ao alinhamento formal: implica mudanças cognitivas, institucionais e, em certos casos, estruturais.

Europeização – um processo de adaptação

A literatura desenvolveu modelos para identificar os fatores que explicam a diversidade de respostas nacionais às pressões europeias. Börzel e Risse (2003, citados em Ladrech 2010) propõem o modelo do *goodness of fit*, segundo o qual, quanto maior for a discrepância entre estruturas europeias e domésticas, maior será a pressão adaptativa. Essa pressão é, porém, mediada por variáveis nacionais, que incluem instituições formais, culturas políticas e capacidades administrativas (Börzel, Risse 2003; 2012).

Os autores distinguem ainda diferentes resultados de adaptação: (i) inércia, quando não se verifica mudança; (ii) resistência, quando há retrocesso; (iii) absorção, em que as normas europeias são integradas sem alteração estrutural significativa; (iv) acomodação, que implica ajustes parciais; e (v) mudança substancial, quando ocorre transformação profunda (Börzel 2005). Ladrech (2010) sistematiza esta abordagem em três dimensões (*politics, polity e policy*) permitindo observar impactos que vão desde os padrões de competição política até à arquitetura institucional e ao desenho de políticas públicas.

Antunes e Loughlin (2020) reforçam esta leitura ao sublinhar que fatores como normas e valores, trajetórias históricas e contextos específicos podem condicionar a forma como os EM acomodam pressões externas. Assim, a europeização não deve ser concebida como processo linear de convergência, mas como uma dinâmica contingente, sujeita a mediações e a variações nacionais.

Para efeitos deste estudo, a europeização é analisada a partir de cinco dimensões principais:

- I. A transposição normativa do acervo europeu;
- II. O grau de contestação política associado a essa transposição;
- III. A capacidade administrativa do sistema nacional de asilo;
- IV. O nível de transformação institucional induzido;
- V. A coerência entre o enquadramento jurídico e a prática administrativa.

Estas dimensões são observadas por meio de indicadores empíricos, como a rapidez e a completude da transposição das diretivas, os tempos médios de decisão, a existência de congestionamento sistémico, a

criação ou reforma de estruturas administrativas e a presença de tensões recorrentes entre norma e implementação.

Com base nestes elementos, o estudo distingue dois padrões de adaptação, como se vê no Quadro 1.

Quadro 1 – Europeização – Categorias de Adaptação

Europeização predominantemente formal ou passiva	Ocorre quando a transposição célere e pouco contestada do acervo europeu não é acompanhada de investimento estrutural nem de transformação institucional significativa, gerando desfasamento entre conformidade jurídica e execução prática.
Europeização tensionada	Utiliza-se a categoria para contextos em que, apesar da transposição formal das normas, a elevada pressão operacional e política gera tensões entre compromissos jurídicos e práticas efetivas, incluindo o recurso a mecanismos excepcionais ou restritivos.

Fonte: autoria própria.

A externalização como eixo da política europeia de migrações e asilo

Se a europeização procura captar os processos de adaptação interna aos imperativos da integração, a externalização remete para a deslocação, parcial ou total, das responsabilidades em matéria de migração e asilo para além das fronteiras da UE (Cantor et al. 2022).

Embora menos consolidado teoricamente, o conceito ganhou relevo nos anos 2000, em resposta ao crescente enquadramento securitário das migrações e do asilo (Monar 2010; Geddes 2005). Tornou-se central na governação migratória e de asilo da UE, abrangendo práticas como *pushbacks* e *pullbacks* extraterritoriais, parcerias de *capacity-building* com países de origem e trânsito, e delegação de responsabilidades de acolhimento a terceiros. Tan (2021) nota que a externalização passou a englobar contenção à distância, dissuasão e proteção em «locais alternativos».

A lógica subjacente é instrumental: ao deslocar a fronteira para fora do espaço europeu, busca-se reduzir fluxos irregulares e aliviar a pressão sobre os sistemas nacionais de asilo. Assim, a externalização está ligada à securitização, pois o asilo passa de obrigação humanitária a risco para a ordem e estabilidade internas (Lavenex 2006; Boswell 2003; Triandafyllidou 2014; Reslow 2019). Guiraudon e Lahav (2000) assinalam que este enquadramento legitima práticas como triagem precoce, devoluções

sumárias e transferência de responsabilidades para países terceiros, muitas vezes com instituições frágeis e histórico problemático em direitos humanos.

A externalização ganhou expressão concreta em instrumentos como a Declaração UE–Turquia de 2016, que previa a devolução, para território turco, de migrantes irregulares intercetados na Grécia em troca de financiamento europeu e avanços no diálogo político bilateral. Este modelo foi replicado em múltiplas parcerias com países africanos, frequentemente apresentadas como cooperação para o desenvolvimento, porém destinadas sobretudo à contenção dos fluxos antes da chegada às fronteiras da União (Comissão Europeia 2014; Ferreira 2022).

Em paralelo, assistiu-se à difusão destas práticas a nível nacional. Vários EM recorreram a acordos bilaterais de readmissão (Dimitriadi 2016; Moreno-lax 2017; Rizzo 2018; Fontana, Rosina 2024a; 2024b), operações conjuntas de vigilância e barreiras físicas, enquadrando tais medidas na narrativa da proteção da segurança interna (Tsourdi 2019; Punzo, Scaglione 2024). Como demonstram Petracou et al. (2018) e Fontana e Rosina (2024a), estas medidas nacionais não divergem substancialmente das iniciativas supranacionais, representando antes uma descentralização da externalização, adaptada a contextos domésticos específicos.

Apesar da eficácia imediata na contenção de fluxos, a externalização tem sido alvo de críticas normativas persistentes. Frelick et al. (2016) apontam que as medidas extraterritoriais frequentemente impedem requerentes de asilo de aceder ao procedimento, sem avaliação individual, comprometendo o princípio da não repulsão. Tsourdi (2019) acrescenta que a delegação de responsabilidades gera dependências políticas assimétricas, tornando a UE refém de parceiros externos. Bergmann e Müller (2023) alertam ainda para o risco de fragilização do sistema internacional de proteção, incluindo compromissos da Convenção de Genebra, dado que muitos destes países carecem de capacidade institucional adequada.

A externalização é analisada, neste estudo, a partir de quatro dimensões principais:

- I. O tipo de instrumentos utilizados (cooperação técnica, acordos de readmissão, parcerias operacionais);
- II. A centralidade estratégica da externalização na política nacional de asilo;
- III. O grau de delegação efetiva de funções de controlo e contenção a países terceiros;

IV. A existência de práticas que afetam diretamente o acesso ao procedimento de asilo, como interceções extraterritoriais ou devoluções sumárias.

A observação destes critérios distinguirá duas vertentes de externalização, como é visível no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de Externalização

Externalização discreta	Refere-se a contextos em que a dimensão externa é marginal, limitada a instrumentos multilaterais e cooperação técnica, sem papel estruturante na política nacional nem práticas coercivas de contenção.
Externalização robusta	Refere-se a situações em que a externalização é pilar central da governação migratória e do asilo, manifestando-se em acordos bilaterais operacionais, delegação de funções de controlo e práticas que afetam diretamente o acesso à proteção internacional.

Fonte: autoria própria.

Interseções entre europeização e externalização

Embora frequentemente analisadas separadamente, europeização e externalização estão interligadas. A europeização gera pressões normativas que moldam as políticas nacionais de asilo, enquanto a incapacidade do SECA em assegurar solidariedade leva os EM a buscar soluções externas para aliviar encargos. Assim, a europeização pode resultar, por força de vontade política, em externalização dos problemas e/ou das soluções, na medida em que os EM podem alinhar-se formalmente com as normas europeias, porém recorrer a soluções externas para gerir os custos políticos e sociais desse alinhamento.

A política de asilo europeia mantém uma tensão constante: normas de harmonização coexistem com externalização, compromissos humanitários com estratégias de contenção e integração formal com fragmentação substantiva. Esta ambiguidade serve de enquadramento analítico para mostrar como os EM, ao conformarem-se com as normas europeias, recorrem a estratégias externas para gerir constrangimentos internos e pressões de fronteira.

Metodologia

Esta investigação adota um desenho comparativo qualitativo, centrado em Portugal e Espanha, para analisar como estes EM incorporaram, adaptaram ou tensionaram o quadro europeu de asilo. A escolha justifica-se por razões geográficas e político-institucionais. Geograficamente, ambos se situam no Sul da Europa, constituindo fronteira externa marítima da UE, portas do Mediterrâneo e próximos do Norte de África, região de origem e passagem de rotas migratórias, conferindo-lhes relevância estratégica. Politicamente, estão vinculados ao SECA e sujeitos às mesmas obrigações jurídicas, mas diferem quanto à intensidade da pressão migratória, capacidade administrativa e organização institucional. Esta combinação permite explorar como um mesmo quadro supranacional pode gerar respostas diferenciadas em função de variáveis nacionais.

O recorte temporal da análise abrange o período 2008-2024. O ano de 2008 marca o início de uma série estatística coerente do Eurostat sobre pedidos de proteção internacional, garantindo comparabilidade dos dados. A delimitação inclui marcos críticos, como a crise migratória de 2015, que expôs fragilidades do SECA e aumentou a pressão sobre os EM da fronteira sul. A extensão até 2024 permite integrar dados recentes e captar os desdobramentos imediatos, num contexto de intensos debates sobre a reforma do Pacto Europeu em Migração e Asilo.

A abordagem qualitativa comparativa apoiou-se na análise documental sistemática e na reconstrução das trajetórias nacionais de adaptação às dinâmicas de europeização e externalização no asilo. O objetivo não foi testar hipóteses causais por via de modelos quantitativos, mas sim identificar padrões de convergência normativa, variações na implementação administrativa e alterações no enquadramento político ao longo do tempo.

A recolha de dados baseou-se na triangulação de fontes legislativas, regulamentares, estratégicas e estatísticas. Entre as fontes primárias, analisaram-se sete programas de governo portugueses (2005-2026), segundo uma lógica longitudinal para mapear a evolução da saliência política do asilo e das orientações governativas, e a *Estrategia de Acción Exterior de Espanha* (2021-2024), enquanto documento estruturante da projeção externa da política migratória espanhola. Para o período 2008-2021, a análise do caso espanhol foi sustentada pelos relatórios anuais

do *European Council on Refugees and Exiles* (ECRE) no âmbito da AIDA – *Asylum Information Database*, pelos dados harmonizados do Eurostat e por artigos de imprensa, permitindo reconstruir longitudinalmente a evolução normativa, administrativa e operacional do sistema de asilo antes da adoção da estratégia de ação externa. Embora o período empírico principal seja 2008-2024, a análise dos programas portugueses abrange 2005-2026 por motivos documentais: o programa iniciado em 2005 permaneceu em vigor em 2008, e o de 2022 projeta-se até 2026. Ora, não sendo metodologicamente possível fragmentá-los por anos civis, foram ambos analisados integralmente.

No âmbito dos relatórios anuais do ECRE / AINDA foram analisados dezasseis – nove relativos a Espanha (2016-2024) e sete a Portugal (2017-2023). Estes documentos foram examinados comparativamente, por meio de uma categorização temática, com o objetivo de identificar regularidades nos padrões de implementação, constrangimentos administrativos recorrentes, práticas institucionais problemáticas e tensões entre o quadro normativo e sua aplicação prática.

No plano estatístico, analisaram-se dados oficiais do Eurostat sobre requerentes de asilo (2008-2024), para identificar tendências temporais, variações de escala e momentos de rutura, bem como contextualizar diferenças estruturais entre Portugal e Espanha. Estes dados não foram usados para inferência estatística, servindo apenas de apoio à análise qualitativa. Complementarmente, recorreu-se a estudos académicos e artigos de imprensa, num exercício de triangulação destinado a reforçar a robustez interpretativa. O conjunto das fontes oferece a base para interpretar a evolução das políticas de asilo nos dois países, garantindo coerência temporal e diversidade de perspetivas sobre europeização e externalização no contexto peninsular.

Análise empírica

Portugal

A política de asilo em Portugal é um caso particular na UE, com procura historicamente baixa e adaptação predominantemente normativa. Entre 2008 e 2024, os pedidos de proteção internacional subiram de 105 para

2.849 (Eurostat), mantendo o país entre os EM menos pressionados. Esta posição periférica tornou o asilo relativamente marginal nas prioridades nacionais, colocando Portugal mais como recetor residual do que como destino relevante no sistema europeu de proteção internacional.

Do ponto de vista jurídico, a trajetória portuguesa revela uma convergência célere e pouco contestada com o quadro europeu. A Lei n.º 27/2008 estabeleceu a base legislativa do asilo e da proteção subsidiária, sendo posteriormente revista para incorporar as diretivas que estruturam o SECA. A transposição das Diretivas de Procedimentos (2013/32/UE), de Condições de Acolhimento (2013/33/UE) e de Qualificação (2011/95/UE) ocorreu sem grandes resistências, ilustrando o que a literatura tem descrito como «europeização passiva», isto é, a adoção formal de normas comunitárias sem que tal corresponda a um investimento estrutural equivalente na capacidade de implementação.

Os programas de governo confirmam esta tendência. Até 2015, o asilo aparecia esparsa e diluído em políticas mais amplas de imigração e integração. Com a crise dos refugiados, o discurso sobre a solidariedade europeia e a participação em mecanismos de recolocação intensificou-se. Contudo, entre 2015 e 2017, Portugal acolheu apenas algumas centenas de requerentes, muito aquém das metas inicialmente definidas.

A convergência normativa não eliminou fragilidades administrativas. Relatórios do AIDA/ECRE (2017-2023) apontam atrasos na análise de pedidos, insuficiência de estruturas de acolhimento e forte dependência de organizações da sociedade civil para integração. A extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (2023) procuraram responder, mas a transição revelou problemas de coordenação, carência de recursos especializados e dificuldades na digitalização processual. Assim, a europeização portuguesa é mais profunda no plano jurídico-formal do que na consolidação administrativa, mostrando um desfasamento entre adesão normativa e execução prática.

Em termos de externalização, Portugal não recorre a medidas securitárias diretas, como *pushbacks* ou devoluções sumárias, participando de forma discreta e cooperativa na dimensão externa da política europeia de migração e asilo. Esta participação concentra-se em três eixos: (i) envolvimento em instrumentos europeus de cooperação externa e reforço de capacidades em países de origem e trânsito; (ii) integração da migração na política portuguesa de cooperação para

o desenvolvimento, especialmente na África Ocidental e no espaço lusófono; e (iii) colaboração técnico-administrativa na gestão documental, controlo de fluxos e formação institucional.

Portugal participa em programas financiados por instrumentos europeus, como o Fundo Fiduciário de Emergência para África, visando o reforço das capacidades administrativas e institucionais de EM parceiros na gestão da migração. A cooperação bilateral e multilateral com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da África Ocidental foca-se em modernização administrativa, formação de quadros, reforço de registos civis e sistemas de identificação e capacitação de serviços públicos ligados à mobilidade e migração. Paralelamente, associa-se a iniciativas europeias e internacionais técnico-operacionais, incluindo formação e assistência técnica na governação migratória, gestão de fronteiras e organização de sistemas de acolhimento. Estas iniciativas não têm carácter coercivo, mas visam gestão preventiva e estrutural «a montante», configurando uma externalização difusa, tecnocrática e de baixa visibilidade política.

Estas práticas cumprem dupla função: alinham a política externa portuguesa com as prioridades da UE em governação migratória e controlo indireto de fluxos, e reforçam a imagem internacional de país cooperante, comprometido com multilateralismo, desenvolvimento e direitos humanos. No caso português, a externalização é indireta, incremental e largamente despolitizada, distinta dos modelos de contenção robusta adotados por EM sob maior pressão migratória.

Em suma, Portugal é um caso de europeização predominantemente formal, em que a transposição normativa se sobrepõe à transformação estrutural. A externalização é discreta, cooperativa e essencialmente reputacional, servindo mais para consolidar a posição internacional do país do que para responder a pressões internas. Esta posição periférica coloca Portugal como seguidor no SECA, com adaptação centrada no cumprimento formal e na manutenção de credibilidade junto da UE, sem alterações substantivas da realidade doméstica.

Espanha

Não obstante o seu estatuto de fronteira externa da UE (condição que partilha com Portugal), a política de asilo em Espanha segue uma

trajetória contrastante quanto ao grau e à natureza da sua exposição às rotas migratórias. A combinação de uma fronteira terrestre em África nas cidades autónomas de Ceuta e Melilla, a proximidade às rotas mediterrânicas e a intensificação das chegadas pela via atlântica (Ilhas Canárias) coloca Espanha numa posição de contacto direto e recorrente com fluxos de elevada magnitude. Entre 2008 e 2024, os pedidos de proteção internacional subiram de 4.325 para mais de 165 mil (Eurostat), colocando o país entre os principais destinos europeus. Este crescimento tornou-se evidente a partir de 2015, com a crise migratória e a intensificação das rotas atlânticas e mediterrânicas, colocando Espanha no centro do debate europeu.

No plano jurídico, o país assegurou a transposição das diretivas do SECA, garantindo convergência formal. Contudo, a prática revelou tensões persistentes entre a letra da lei e a execução concreta. A *Ley de Extranjería* e a reforma introduzida pela Lei Orgânica 4/2015 instituíram os chamados *rechazos en frontera*, aplicados sobretudo em Ceuta e Melilla, que permitiram a devolução imediata de migrantes. Apesar de validados pelo Tribunal Constitucional em 2020, esses mecanismos suscitaram críticas consistentes de organizações internacionais, que os consideram incompatíveis com os princípios da Convenção de Genebra e com os compromissos europeus de proteção. A pressão sobre o sistema espanhol de asilo evidenciou-se administrativamente. Relatórios do ECRE/AIDA (2016-2024) documentam atrasos superiores a dois anos na análise de pedidos e colapsos recorrentes no acolhimento, sobretudo em 2019-2020. Em resposta, criaram-se estruturas temporárias, insuficientes para suprir a pressão. Enquanto em Portugal a debilidade resulta da escassez de recursos em contexto de baixa procura, em Espanha deriva do desequilíbrio entre a magnitude da pressão e a capacidade institucional disponível.

A geografia é elemento determinante desta trajetória. As cidades autónomas de Ceuta e Melilla, situadas no Norte de África, constituem pontos críticos de entrada e símbolos de uma fronteira que é simultaneamente física e política. Ali, práticas securitárias como cercas, patrulhamento intensivo e cooperação direta com forças marroquinas tornaram-se centrais. Para além disso, a costa atlântica e mediterrânica consolidou-se como rota privilegiada de chegada, exigindo vigilância constante e reforço de meios marítimos. Neste contexto, a externalização

é pilar da política espanhola de migração e asilo. Desde os anos 2000, Espanha aprofundou a cooperação com Marrocos, parceiro central no controlo migratório, através de acordos de readmissão, patrulhas conjuntas e financiamento de infraestruturas, muitas vezes condicionados a contrapartidas políticas e financeiras. A cooperação estendeu-se à Mauritânia e ao Senegal, reforçando a vertente atlântica com apoio logístico, formação e infraestruturas para conter fluxos antes da chegada à UE.

Esta orientação ultrapassa clivagens partidárias. Tanto governos do Partido Popular quanto do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) mantiveram estratégias consistentes de externalização, configurando-a como política de Estado e revelando um consenso alicerçado em fatores estruturais: pressão migratória persistente, condição geográfica de fronteira e necessidade de demonstrar compromisso europeu. Todavia, esta estratégia gerou tensões internas entre a dimensão humanitária da proteção internacional e a prevalência da lógica securitária. Embora Espanha tenha formalmente assegurado a transposição do quadro europeu, a prática das devoluções sumárias e a dependência da cooperação com países terceiros configuram uma interpretação restritiva das obrigações internacionais. As críticas de organizações de direitos humanos ilustram esta ambiguidade: a proteção tende a ser relativizada em nome da eficácia securitária e da estabilidade política.

Em síntese, Espanha é um caso de europeização tensionada: cumpre formalmente os compromissos comunitários, mas enfrenta estrangimentos internos e geopolíticos que levam à adoção de práticas de externalização robustas, impactando a política doméstica e a agenda europeia. Enquanto Portugal é seguidor periférico, Espanha afirma-se como ator central, cuja posição de fronteira lhe confere influência decisiva sobre o sistema europeu de asilo.

Discussão de resultados

A análise comparativa de Portugal e Espanha confirma que a europeização da política de asilo gera convergência normativa, mas não homogeneização substantiva das práticas nacionais. Ela funciona sobretudo como enquadramento jurídico comum, dentro do qual

persistem trajetórias nacionais distintas, condicionadas por posição geográfica, pressão migratória e capacidades institucionais.

Estes resultados corroboram a literatura que vê a europeização como processo mediado, dependente de fatores domésticos e do grau de *goodness of fit*. Em ambos os países, a transposição do SECA foi assegurada, mas o seu significado político-administrativo diverge. Portugal segue um padrão de baixa intensidade, com conformidade jurídica e impacto limitado na transformação institucional. Espanha exemplifica europeização sob elevada pressão, onde a centralidade do asilo e a intensidade dos fluxos conduzem a uma implementação tensionada, entre alinhamento formal e práticas de exceção.

A divergência entre os padrões tem implicações para a solidariedade europeia. Embora Portugal e Espanha sejam ambos EM fronteiriços, diferem quanto ao grau de exposição efetiva às rotas migratórias e à intensidade da pressão operacional que daí resulta. Estados sob menor pressão relativa, como Portugal, tendem a privilegiar a conformidade normativa, ao passo que Estados sujeitos a pressão direta e recorrente, como Espanha, recorrem com maior frequência a estratégias unilaterais e a instrumentos de externalização para compensar limitações estruturais do SECA. Esta constatação é relevante face ao Novo Pacto sobre Migração e Asilo. Ao institucionalizar solidariedade flexível e reforçar controlo fronteiriço e dimensão externa, o Pacto parece mais orientado para gerir assimetrias do que para superá-las estruturalmente. A comparação entre Portugal e Espanha sugere que a externalização corre o risco de funcionar como substituto funcional de uma partilha efetiva de responsabilidades.

Neste contexto, a externalização emerge menos como opção política e mais como resultado estrutural de uma europeização incompleta. Na ausência de solidariedade interna robusta, os incentivos deslocam-se para a contenção extraterritorial e a cooperação com países terceiros. As diferenças entre a externalização discreta portuguesa e a robusta espanhola refletem não estratégias opostas, mas posições distintas num sistema estruturalmente desequilibrado. Os resultados indicam que o SECA permanece um regime de integração jurídica sem plena integração política. As divergências nas práticas nacionais, apesar da densidade normativa, evidenciam os limites de uma governação dependente da exposição desigual dos EM aos fluxos migratórios. A análise peninsular ilustra claramente as tensões estruturais no projeto europeu de asilo,

entre harmonização normativa, fragmentação prática e crescente externalização de responsabilidades de proteção.

Conclusão

As conclusões permitem identificar três contributos centrais. Primeiro, a europeização das políticas de asilo é eficaz normativamente, mas produz resultados diferenciados conforme posição geográfica, pressão migratória e capacidades institucionais dos EM. Segundo, a externalização não é marginal, mas consequência estrutural da fragmentação do SECA e da ausência de mecanismos robustos de partilha interna. Terceiro, a persistência de trajetórias nacionais divergentes compromete a coerência da política comum e fragiliza o princípio da solidariedade europeia.

A análise comparativa do espaço ibérico é elucidativa para o debate europeu. Portugal e Espanha, apesar da proximidade geográfica e do mesmo quadro jurídico, configuram fronteiras distintas: periférica e de baixa pressão migratória, no caso português, e externas sob pressão intensa, no caso espanhol. Esta clivagem mostra como a europeização pode gerar simultaneamente adaptação formal de baixo impacto e um padrão tensionado, marcado por securitização e externalização. O caso ibérico funciona como laboratório comparativo, evidenciando dinâmicas menos visíveis noutros contextos.

O estudo apresenta algumas limitações. O recorte em dois EM não permite generalizações automáticas, embora ofereça um quadro analítico sólido para compreender dinâmicas estruturais mais amplas. A delimitação até 2024 não capta plenamente os efeitos da implementação do Novo Pacto sobre Migração e Asilo, cujo impacto poderá reconfigurar parcialmente os equilíbrios descritos.

Para investigação futura, seria relevante alargar a análise a outros EM fronteiriços sob diferentes pressões migratórias, testando a robustez do contraste entre fronteiras periféricas e altamente expostas. Uma exploração mais detalhada da dimensão bilateral da externalização permitiria avaliar sistematicamente os efeitos políticos e institucionais das parcerias com países terceiros. A incorporação de perspetivas de atores institucionais e operacionais contribuiria para compreender melhor como a europeização se traduz, ou não, em mudança efetiva nas práticas nacionais.

Bibliografia

- Antunes, Sandrina, Loughlin, John (2020). “The European Union, subnational mobilization and state rescaling in small unitary states: a comparative analysis”, *Regional and Federal Studies*, 30, 2, 121-136.
- Bendel, Petra, Servent, Ariadna Ripoll (2017). “Asylum and refugee protection”, in A. Servent, F. Trauner (eds.), *The Routledge Handbook of Justice and Home Affairs Research*. Londres: Routledge, 59-69.
- Bergmann, Julian, Müller, Patrick (2023). “Spillover dynamics and inter-institutional interactions between CSDP and AFSJ: moving towards a more joined-up EU external migration policy?”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 49, 12, 3005-3023.
- Börzel, Tanja, Risse, Thomas (2012). “From europeanisation to diffusion: introduction”, *West European Politics*, 35, 1, 1-19.
- Bürkner, Hans-Joachim (2020). “Europeanisation versus Euroscepticism: do borders matter?”, *Geopolitics*, 25, 3, 545-566.
- Cafiero, Camilla (2019). “The Dublin III Regulation: critiques and latest attempts of reform”, *Law Review* 2, 9, 1, 2-22.
- Cantor, David et al. (2022). “Externalisation, access to territorial asylum, and international law”, *International Journal of Refugee Law*, 34, 1, 120-156.
- Carlier, Jean-Yves, Crépeau, François, Purkey, Anna (2020). “From the 2015 European “Migration Crisis” to the 2018 Global Compact for Migration”, *McGill Journal of Sustainable Development Law/Revue de droit du développement durable de McGill*, 16, 1, 37-81.
- Chrysogelos, Angelos (2019). “Europeanisation as de-politicisation, crisis as re-politicisation: the case of Greek foreign policy during the Eurozone crisis”, *Journal of European Integration*, 41, 5, 605-621.
- Comissão Europeia (2015). “The European Union’s cooperation with Africa on migration”. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/MEMO_15_4832 (acesso em 12/09/2025).
- Conte, Carmine, Yavcan, Başak (2024). “Reflection Paper on the new EU Pact on migration and asylum, Migration Policy Group”. Disponível em: <https://www.migpolgroup.com/index.php/2024/04/23/reflection-paper-on-the-new-eu-pact-on-migration-and-asylum/> (acesso em 16/09/2025).
- Dessel, Julia Van (2019). “International delegation and agency in the externalization process of EU migration and asylum policy: the role

- of the IOM and the UNHCR in Niger”, *European Journal of migration and law*, 21, 435-458.
- Dimitriadi, Angeliki (2016). “Policy deals without borders: Europe’s foreign policy”, *European Council on Foreign Relations, Policy Brief* 165. Disponível em: https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR-165-DEALS_WITHOUT_BORDERS.pdf (acesso em 17/09/2025).
- Ferreira, Susana (2022). “A externalização das fronteiras europeias e os efeitos indesejados de uma fronteira dinâmica”, *Relações Internacionais*, 75, 29-044.
- Fontana, Iole, Rosina, Matilde (2024a). “The external dimension of Italian migration policy in the wider Mediterranean”, *Mediterranean politics*, 1-32.
- « — » (2024b). “The tools of external migration policy in the EU Member States: the case of Italy”, *Journal of Common Market Studies*, 1-27.
- Frelick, Bill, Kysel, Ian Matthew, Podkul, Jennifer (2016). “The impact of externalization of migration controls on the rights of asylum seekers and other migrants”, *Journal on Migration and Human Security*, 4, 4, 190-220.
- Gattinara, Pietro Castelli (2017). “The “refugee crisis” in Italy as a crisis of legitimacy”, *Contemporary Italian Politics*, 9, 3, 318-33.
- Gazi, Theodora (2021). “The new pact on migration and asylum: Supporting or constraining rights of vulnerable groups?”, *European Papers-A Journal on Law and Integration*, 1, 167-175.
- Gladysz, Marianna, Sychov, Viktor (2020). “The influence of the migration crisis of 2015 on the EU migration policy”, *Studies in European Affairs*, 9-23.
- Goudappel, Flora, Raulus, Helena (2011). “The future of asylum in the European Union”. Haia: Asser Press.
- Häkli, Jouni, Kudžmaitè, Gintarè, Kallio, Kirsi Pauliina (2024). “Devaluing personhood: The framing of migrants in the EU’s new pact on migration and asylum”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 49, 4, 1-15.
- Hintjens, Helen (2019). “Failed securitisation moves during the 2015 ‘migration crisis’”, *International migration*, 57, 4, 181-196.
- Kaunert, Christian (2005). “The Area of Freedom, Security and Justice: the construction of a ‘European Public Order’”, *European Security*, 14, 4, 459-483.
- Kaunert, Christian, Léonard, Sarah (2012). “The development of the EU asylum policy: venue-shopping in perspective”, *Journal of European Public Policy*, 19, 9, 1396-1413.

- Ladrech, Robert (2010). "Europeanization and national politics", *Macmillan International Higher Education*, 32, 576-589.
- Matera, Amelia Martha (2020). "The steps from Dublin III to Dublin IV", in M. Harwood, S. Moncada, R. Pace (eds.), *The future of the European Union Demisting the Debate*. Msida: Institute for European Studies, 212-229.
- Monar, Jorg (2010). "The EU's externalisation of internal security objectives: perspectives after Lisbon and Stockholm", *International Spectator*, 45, 2, 23-39.
- Mouzourakis, Minos (2014). "We need to talk about Dublin' responsibility under the Dublin System as a blockage to asylum burden-sharing in the European Union", *Refugee Studies Centre Working Paper Series 105*. Disponível em: <https://www.rsc.ox.ac.uk/files/files-1/wp105-we-need-to-talk-about-dublin.pdf> (acesso em 14/09/2025).
- Moreno-Ix, Violeta (2017). "Solidarity's reach: Meaning, dimensions and implications for EU (external) asylum policy", *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 24, 5, 740-762.
- Petracou, Electra et al. (2018). "Towards a common European space for asylum", *Sustainability*, 10, 9, 1-17.
- Punzo, Valentina, Scaglione, Attilio (2024). "Beyond borders: exploring the impact of Italian migration control policies on Mediterranean smuggling dynamics and migrant journeys", *Trends in Organized Crime*, s.p.
- Radaelli, Claudio (2002). "The domestic impact of european union public policy: notes on concepts, methods, and the challenge of empirical research", *Politique européenne*, 1, 5, 105-136.
- « — » (2004). "Europeanization: solution or problem?", *Palgrave Advances in European Union Studies*, 8, 56-76.
- Rizzo, Alfredo (2018). "The twofold (internal and external) dimension os European Union's migration and asylum policies: recent cases and future scenarios", *Centre for European Studies*, 103-119.
- Schacher, Yael (2024). "EU pact will not improve reception of asylum seekers, must come with expanded pathways", *Refugees International*, 11 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.refugeesinternational.org/statements-and-news/eu-pact-will-not-improve-reception-of-asylum-seekers-must-come-with-expanded-pathways/> (acesso em 16/09/2025).
- Scipioni, Marco (2018). "Failing forward in EU migration policy? EU integration after the 2015 asylum and migration crisis", *Journal of European Public Policy*, 25, 9, 1357-1375.

- Stock, Inka, Üstübcici, Ayşen, Schultz, Susanne (2019). "Externalization at work: responses to migration policies from the Global South", *Comparative Migration Studies*, 7, 48, 1-9.
- Tan, Nikolas (2021). "Conceptualising externalisation: still fit for purpose?", *Forced Migration Review*, 68, 8-9.
- Tsardanidis, Charalambos, Stavridis, Stelios (2005). "The Europeanisation of Greek foreign policy: A critical appraisal", *Journal of European Integration*, 27, 2, 217-239.
- Tsourdi, Evangelia (2019). "The emerging architecture of EU asylum policy: insights into the administrative governance of the Common European Asylum System", in F. Bignami (ed.), *EU Law in Populist Times, Crises and Prospects*. Cambridge University Press, 191-226.
- Zaun, Natascha, Servent, Ariadna Ripoll (2021). "One step forward, two steps back: the ambiguous role of Germany in EU Asylum policies", *Journal of European Integration*, 43, 2, 157-174.

**MIGRAÇÕES E DIPLOMACIA PARLAMENTAR NO
MEDITERRÂNEO: ENTRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NAS
ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS**
MIGRATION AND PARLIAMENTARY DIPLOMACY IN THE
MEDITERRANEAN: BETWEEN SECURITY AND COOPERATION
IN INTERNATIONAL PARLIAMENTARY ORGANISATIONS

NÁDIA TERESA DOS SANTOS LOUREIRO
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-NOVA)
a2022104076@campus.fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0009-0006-8068-7835>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 09/03/2026

Resumo

As migrações ocupam um lugar central no espaço mediterrânico, onde preocupações de segurança, proteção de pessoas e cooperação regional coexistem de forma tensa. O artigo analisa o debate parlamentar internacional sobre a migração a partir de duas Organizações Parlamentares Internacionais (OPI), a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM). Com base numa análise qualitativa comparativa de resoluções e recomendações, examinam-se os enquadramentos políticos produzidos por estes fóruns e as diferenças associadas aos seus contextos institucionais e geográficos. A análise mostra que a APM tende a associar a migração a estabilidade regional, vigilância marítima e combate ao tráfico, enquanto a AP-UpM privilegia leituras ligadas a emprego, desigualdades socioeconómicas, alterações climáticas e cooperação. O artigo evidencia o papel

das OPI na organização do debate regional sobre as migrações, sublinhando os seus limites e a sua relevância política.

Palavras-chave

Migrações; Mediterrâneo; Organizações Parlamentares Internacionais; Segurança; Cooperação.

Abstract

Migration occupies a central place in the Mediterranean, where concerns related to security, protection of persons and regional cooperation coexist in a context of tension. This article examines the international parliamentary debate on migration through the analysis of two International Parliamentary Organisations (IPOs), the Parliamentary Assembly of the Mediterranean (PAM) and the Parliamentary Assembly of the Union for the Mediterranean (PA-UfM). Drawing on a qualitative comparative analysis of resolutions and recommendations, the article examines the political framings produced within these forums and the differences associated with their institutional and geographical contexts. The analysis shows that the PAM tends to link migration to regional stability, maritime security, and the fight against trafficking, whereas the PA-UfM privileges readings connected to employment, socio-economic inequalities, climate change, and cooperation. The article highlights the role of IPOs in structuring the regional debate on migration, while underlining both their limits and their political relevance.

Keywords

Migration; Mediterranean; International Parliamentary Organisations; Security; Cooperation.

Introdução

As migrações integram a configuração histórica e política do espaço mediterrânico, associadas a comércio, conflito e expansão política. Ao longo do tempo, as deslocações populacionais contribuíram para a formação de identidades regionais, mas também para disputas territoriais e práticas de exclusão, inscrevendo os deslocamentos populacionais num campo de tensão entre contacto e separação política (Boswell 2002).

Com a consolidação do Estado moderno, o Mediterrâneo passou a ser progressivamente pensado como espaço de fronteiras e de soberania territorial. A centralidade atribuída ao controlo político do território integrou os deslocamentos populacionais no domínio da segurança e da autoridade estatal, coexistindo com referências normativas à hospitalidade, nomeadamente na formulação kantiana do «direito de visita», entendido como o direito de um estrangeiro não ser tratado com hostilidade no momento da sua entrada em território alheio, distinto de qualquer direito de residência, e posteriormente sujeito a leituras críticas que evidenciam a tensão entre a universalidade proclamada da hospitalidade e os limites impostos pela soberania estatal (Kant 2006; Derrida 2000).

Desde o final do século XX, a região tem registado fluxos migratórios de natureza diversa, incluindo migrações laborais, deslocações forçadas resultantes de conflitos armados e perseguições, bem como movimentos associados a crises ambientais e desigualdades socioeconómicas estruturais. A intensificação das travessias marítimas a partir de 2015 tornou particularmente visíveis os riscos associados a estas rotas, marcadas por elevados níveis de vigilância e mortalidade (Cantat, Péroud, Thiollet 2023). Entre 2014 e 2024, mais de 24 mil pessoas perderam a vida durante estas travessias, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) (OIM 2025).

Nos Estados mediterrânicos da União Europeia (UE), a migração tem sido frequentemente tratada como questão de segurança, associada ao controlo das fronteiras externas e a debates sobre identidade e proteção social, sustentando políticas de reforço fronteiriço e de externalização da gestão migratória (Léonard, Kaunert 2022; Mlambo 2020). Em paralelo, a imigração é reconhecida como elemento relevante no âmbito demográfico e económico, nomeadamente face ao envelhecimento populacional e à dependência de mão de obra estrangeira em setores como a agricultura intensiva, a construção civil, os cuidados a idosos e o trabalho doméstico (Carling, Collins 2018). Nos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo, os fluxos migratórios tendem a ser associados a instabilidade política, conflitos armados e desigualdades económicas, bem como a trajetórias individuais ligadas a oportunidades de trabalho em redes comerciais transfronteiriças, ao setor informal urbano ou a circuitos migratórios históricos que ligam o Magrebe e o Médio Oriente à Europa meridional (Castles, de Haas, Miller 2014).

Perante estas dinâmicas, o artigo centra-se nas Organizações Parlamentares Internacionais (OPI) enquanto fóruns de cooperação interparlamentar, procurando compreender de que forma contribuem para a construção política da migração no espaço mediterrânico, dimensão ainda pouco explorada na literatura centrada predominantemente na governação intergovernamental. A diplomacia parlamentar é entendida, de forma operacional, como o conjunto de atividades internacionais desenvolvidas por parlamentares no âmbito de assembleias multilaterais, sem carácter vinculativo e distintas das formas clássicas de representação externa dos Estados (Weisglas, Boer 2007). A análise incide sobre a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM), selecionadas por constituírem os dois principais fóruns parlamentares multilaterais do espaço euro-mediterrânico, com composições institucionais e geográficas distintas, o que permite comparar enquadramentos políticos produzidos em contextos organizacionais diferenciados.

As resoluções e recomendações adotadas por estas organizações não produzem efeitos vinculativos, mas constituem posições políticas formalizadas no âmbito parlamentar multilateral. A análise destes documentos permite observar os enquadramentos normativos promovidos pela APM e pela AP-UpM relativamente à migração, identificando convergências e divergências nos referenciais associados à segurança, à cooperação e à proteção humana. Parte-se da hipótese de que tais referenciais variam em função da composição política e geográfica de cada organização, refletindo prioridades institucionais distintas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo assenta numa análise qualitativa comparativa de resoluções, relatórios e recomendações adotados pela APM e pela AP-UpM entre 2010 e 2023. A escolha deste período justifica-se por corresponder à intensificação das travessias no Mediterrâneo, à crise migratória de 2015 e à subsequente consolidação da migração como tema estruturante das agendas parlamentares regionais. Os documentos são analisados enquanto expressões institucionais de posições parlamentares sobre migração (Halperin, Heath 2020; Jackson 2011). A sua leitura permite identificar as posições assumidas por cada assembleia e as convergências e divergências que estruturam o debate parlamentar regional.

Percursos teóricos sobre as migrações no Mediterrâneo

A análise das migrações no Mediterrâneo convoca diferentes tradições teóricas desenvolvidas no estudo das migrações internacionais. As formulações clássicas explicaram os movimentos migratórios a partir de fatores de expulsão e de atração, sendo o modelo pressão–atração (*push–pull*) de Lee uma das propostas mais influentes nas décadas de 1960 e 1970, em particular na investigação de matriz demográfica (Lee 1966). A sua ampla difusão deveu-se à capacidade de organizar fatores de partida e de chegada num esquema explicativo claro, compatível com a produção de dados quantitativos sobre fluxos populacionais nas décadas de 1960 e 1970. Ainda assim, a linearidade do modelo foi objeto de críticas. Esta abordagem tendia a explicar a migração sobretudo como resposta a diferenciais económicos entre origem e destino, relegando para segundo plano dimensões relacionais, como redes sociais, políticas públicas e legados históricos (Massey et al. 1993).

Em contraste, as perspetivas histórico-estruturais situaram os fluxos migratórios nas desigualdades da economia mundial, associando migração, desenvolvimento desigual e dependência (Castles, Kosack 1973; Sassen 1988). Estas leituras permitiram compreender a migração como parte integrante de dinâmicas económicas e políticas de longa duração, ainda que tenham sido criticadas por privilegiarem explicações de natureza estrutural.

Em resposta aos limites das abordagens predominantemente estruturais, Hein de Haas (2021) propõe uma análise centrada na relação entre o desejo de migrar e a capacidade efetiva de o concretizar, distinguindo entre o desejo de migrar e os meios efetivos para o concretizar. A decisão de partir depende não apenas de diferenças económicas entre países, mas também do acesso a recursos financeiros, informação, redes de apoio e enquadramentos jurídicos que viabilizam a travessia. No espaço mediterrânico, marcado por elevados riscos nas rotas marítimas e por políticas de contenção e externalização do controlo fronteiriço, associadas ao reforço das fronteiras externas da UE e à cooperação com países de trânsito, esta distinção ajuda a explicar por que razão, perante condições estruturais semelhantes, apenas quem dispõe de recursos suficientes ou de redes eficazes consegue superar os obstáculos legais e materiais à partida.

Para além das explicações económicas e estruturais, a análise das migrações passou a integrar, de forma crescente, questões associadas à segurança e à vulnerabilidade. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 define segurança humana como «segurança face a

ameaças crónicas como a fome, a doença e a repressão, e proteção contra ruturas súbitas e prejudiciais nos padrões da vida quotidiana» (PNUD 1994: 23), deslocando o foco analítico da proteção exclusiva do Estado para as condições de vida das pessoas expostas a riscos múltiplos. A aplicação deste referencial ao estudo das migrações permitiu enquadrar os deslocamentos como resposta a contextos de insegurança prolongada, e não apenas como resultado de escolhas económicas. Contudo, a amplitude do conceito e a dificuldade em delimitar critérios operacionais claros suscitaram críticas quanto à sua consistência analítica (Paris 2001). Ainda assim, a segurança humana mantém relevância para observar situações em que a proteção da vida e da dignidade entra em tensão com imperativos de soberania, controlo fronteiriço e ordem pública.

Complementarmente, a noção de segurança ontológica, desenvolvida por Giddens (1991) e aplicada às Relações Internacionais por Mitzen (2006), permite analisar a forma como Estados e comunidades procuram preservar narrativas estáveis de identidade face a situações percebidas como disruptivas. No Mediterrâneo, caracterizado por perdas de vidas humanas, deslocações forçadas e políticas fronteiriças restritivas, esta perspetiva ajuda a compreender por que razão a migração é frequentemente associada a ameaças à previsibilidade política e social, justificando respostas centradas no controlo e na contenção (Hudson 2018).

É neste contexto que a diplomacia parlamentar se manifesta em práticas internacionais desenvolvidas por parlamentares no âmbito de assembleias multilaterais sem carácter vinculativo. As OPI não exercem funções diplomáticas clássicas nem produzem política externa estatal, mas constituem espaços institucionais onde se formulam, negociam e estabilizam leituras políticas sobre fenómenos internacionais. As resoluções e recomendações adotadas por estes fóruns expressam posições parlamentares que articulam referências à segurança, à proteção de pessoas e à cooperação regional, permitindo observar como diferentes enquadramentos normativos coexistem e são hierarquizados no debate mediterrânico (Malamud, Stavridis 2011; Weisglas, Boer 2007).

Migrações mediterrânicas entre segurança e vulnerabilidade

A análise das migrações no Mediterrâneo exige um enquadramento que vá além de abordagens assentes exclusivamente em fatores

económicos ou demográficos. Na região, os deslocamentos passaram a ser interpretados através de preocupações associadas à segurança e à proteção de pessoas, refletidas em respostas institucionais que oscilam entre o controlo das fronteiras e a afirmação de princípios humanitários. Estas perspetivas vão além dos movimentos em si, incidindo também nos significados políticos e normativos que lhes são atribuídos.

Partindo do enquadramento conceptual anteriormente apresentado, a segurança humana permite analisar as migrações no Mediterrâneo como resposta a situações de vulnerabilidade prolongada, em tensão com políticas orientadas para o controlo dos fluxos. Este referencial contribui para evidenciar os efeitos concretos das opções de segurança sobre as pessoas em deslocação, sem afastar as preocupações associadas à soberania e à ordem pública.

A segurança ontológica acrescenta uma dimensão adicional a esta análise ao sublinhar a importância da continuidade e da previsibilidade na vida das comunidades políticas. O conceito, inicialmente formulado por Giddens (1991), foi posteriormente desenvolvido nas Relações Internacionais por Mitzen (2006) e diz respeito à necessidade de preservar uma perceção estável de identidade coletiva e de ordem social. No Mediterrâneo, esta perspetiva ajuda a compreender por que razão a migração é frequentemente associada a discursos sobre desordem, perda de controlo e fragilização da autoridade estatal.

A noção de vulnerabilidade introduz, por sua vez, um elemento crítico. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) tem reconhecido situações que justificam proteção acrescida, nomeadamente quando determinados grupos se encontram em posição de particular exposição a riscos. Contudo, como mostram Peroni e Timmer (2013), a consolidação da vulnerabilidade como categoria jurídica pode também produzir efeitos problemáticos, ao fixar identidades e hierarquizar sujeitos, excluindo aqueles que não correspondem às classificações estabelecidas. A vulnerabilidade deve, assim, ser entendida de forma contextual e relacional, dependente das condições políticas e institucionais em que os deslocamentos ocorrem.

No Mediterrâneo, estas perspetivas coexistem em respostas políticas nem sempre compatíveis. O reforço das fronteiras externas da UE e a externalização do controlo migratório para países de

trânsito do Norte de África e do Médio Oriente são frequentemente justificados em nome da segurança, enquanto persistem situações de risco extremo associadas às travessias marítimas e às condições de acolhimento (Léonard, Kaunert 2022). A articulação entre segurança humana, segurança ontológica e vulnerabilidade permite compreender estas tensões e enquadrar as respostas institucionais produzidas em contextos multilaterais.

Diplomacia parlamentar e legitimidade normativa

A crescente presença de parlamentos em contextos internacionais deu origem a práticas que a literatura tem designado como diplomacia parlamentar. O termo é utilizado para descrever a participação de deputados em fóruns multilaterais, missões de cooperação e mecanismos de diálogo político, em paralelo com a ação externa conduzida pelos Estados. Weisglas e de Boer (2007: 93) definem a diplomacia parlamentar como «as atividades internacionais desenvolvidas por parlamentares com vista a promover o diálogo e a cooperação, em complementaridade com o trabalho dos governos», permitindo delimitar o conceito sem o confundir com a diplomacia estatal clássica.

A aplicação do conceito exige, contudo, prudência analítica. As OPI reúnem deputados provenientes de diferentes parlamentos nacionais, mas o seu funcionamento não corresponde à representação direta de posições oficiais adotadas a nível doméstico. Acresce que a sua atuação envolve, por vezes, secretariados permanentes e procedimentos próximos de lógicas intergovernamentais. Neste sentido, a diplomacia parlamentar pode ser entendida como um conjunto de práticas de natureza híbrida, situado entre a atividade parlamentar e a ação externa do Estado, sem que isso comprometa a sua utilidade enquanto categoria analítica funcional (Cutler 2001).

Estas práticas distinguem-se sobretudo pela sua dimensão deliberativa. A diversidade política presente nas OPI favorece a circulação de posições divergentes e a manutenção de canais de diálogo mesmo em contextos de bloqueio entre governos. Esta pluralidade não assegura convergência nem consenso, mas permite que as OPI funcionem como «plataformas de diálogo político indireto, capazes de manter abertos canais de comunicação mesmo quando a diplomacia tradicional se

encontra bloqueada» (Malamud, Stavridis 2011: 108). Nessa medida, tornam visíveis leituras contrastantes sobre temas politicamente sensíveis, como as migrações.

Do ponto de vista funcional, a diplomacia parlamentar assume a forma de produção de relatórios, resoluções e recomendações, bem como de iniciativas de cooperação interparlamentar. Estas intervenções não produzem efeitos jurídicos diretos, mas participam na circulação de referências normativas associadas à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de direito, frequentemente mobilizadas no debate político internacional (Stavridis, Irrera 2015). A relação com a diplomacia estatal é habitualmente descrita em termos de complementaridade, sem substituição dos canais formais de política externa (Weisglas, Boer 2007).

Neste contexto, as OPI têm sido analisadas como espaços de difusão de *soft power*, entendido como influência baseada na persuasão e na circulação de ideias, e não em instrumentos coercivos (Nye 2004). As resoluções e recomendações que produzem integram processos mais amplos de legitimação simbólica e de estabilização de enquadramentos políticos, ainda que sem assegurar a sua incorporação direta em políticas públicas. Finnemore e Sikkink (1998: 895) descrevem a influência das normas como um processo em três etapas: «A primeira é a emergência da norma; a segunda envolve uma aceitação ampla, que designamos, seguindo Cass Sunstein, como “cascata normativa”; e a terceira corresponde à sua internalização».

Por conseguinte, a legitimidade da diplomacia parlamentar não decorre automaticamente da produção de resoluções ou da invocação de princípios normativos. A participação de parlamentares introduz uma dimensão representativa distinta da diplomacia intergovernamental, mas essa característica não implica, por si só, maior autoridade política. A relevância política das OPI depende dos seus contextos institucionais, da diversidade dos seus membros e da articulação com os parlamentos nacionais (Malamud, Stavridis 2011).

No Mediterrâneo, marcado por leituras contrastantes das migrações, as OPI funcionam sobretudo como fóruns de debate político regular, onde coexistem interpretações centradas na segurança, na proteção de pessoas e na cooperação regional. A sua relevância analítica reside menos na produção de decisões vinculativas do que na organização do debate parlamentar internacional e na circulação de referências políticas

sobre questões sensíveis. Este enquadramento permite situar a análise das dinâmicas migratórias mediterrânicas no plano das interpretações políticas que as acompanham.

Migrações no Mediterrâneo: dinâmicas e desafios

Os movimentos migratórios no Mediterrâneo constituem uma realidade histórica de longa duração, marcada por legados coloniais e por interdependências que se mantêm tensas entre as margens norte, sul e oriental. Desde o século XIX, as rotas coloniais sustentaram fluxos de trabalhadores e de soldados, criando vínculos que se prolongaram para além dos processos de descolonização e continuaram a estruturar deslocamentos através de redes linguísticas, culturais e institucionais. Segundo Castles, de Haas e Miller (2014), «a migração pós-colonial foi um dos sistemas migratórios mais importantes a ligar a Europa a África, à Ásia e às Caraíbas. Os laços coloniais criaram vínculos culturais, linguísticos e políticos duradouros que moldaram os padrões de migração muito depois da independência» (Castles, de Haas, Miller 2014: 69).

No período do pós-Segunda Guerra Mundial, a reconstrução europeia intensificou a procura de mão de obra, sobretudo a partir do Magrebe e da Turquia, através de acordos bilaterais que consolidaram a Europa como destino migratório. O Acordo de Schengen, assinado em 1985 por um grupo restrito de Estados europeus, visou inicialmente a supressão gradual dos controlos nas fronteiras internas. A sua entrada em vigor em 1995 e a posterior integração no quadro jurídico da UE, através do Tratado de Amesterdão, já no final da década de 1990, transferiram progressivamente para a esfera europeia a responsabilidade pela gestão das fronteiras externas. Este processo reforçou a distinção entre livre circulação interna e controlo reforçado nas fronteiras externas, introduzindo novas tensões entre abertura económica, integração regional e imperativos de segurança (Geddes, Scholten 2016).

A partir de 2011, as migrações no Mediterrâneo passaram a ocupar lugar central nas agendas políticas da UE. As Primaveras Árabes fragilizaram regimes e desencadearam conflitos prolongados, em particular na Síria e na Líbia, gerando deslocamentos em larga escala.

Em 2015, o aumento das chegadas através das rotas mediterrânicas expôs a vulnerabilidade das travessias e aprofundou divergências entre os Estados-membros quanto à gestão do asilo e à repartição de responsabilidades (Triandafyllidou 2018).

Perante estas tensões, alguns Estados defenderam mecanismos de realocação interna, enquanto outros reforçaram o controlo das fronteiras externas e promoveram a externalização da gestão migratória. O acordo UE-Turquia de março de 2016 exemplifica esta orientação ao prever o regresso à Turquia de migrantes chegados irregularmente às ilhas gregas, um mecanismo de substituição «um por um» para nacionais sírios e apoio financeiro europeu destinado ao acolhimento no território turco (Triandafyllidou 2018).

Este momento não apenas aprofundou a divergência entre Estados-membros, como também reforçou uma orientação política centrada na contenção, na dissuasão e na externalização do controlo migratório. Como argumenta Cuttitta (2018), a partir de 2015 observa-se uma consolidação de práticas que privilegiam o controlo territorial e a prevenção de entradas irregulares, ainda que em tensão com compromissos formais de proteção internacional.

Para além destes momentos críticos, as migrações no Mediterrâneo decorrem de fatores estruturais. Os conflitos armados e a instabilidade política no Médio Oriente e no Sahel continuam a gerar deslocamentos forçados. As assimetrias socioeconómicas entre norte e sul mantêm uma pressão constante sobre os percursos migratórios, sobretudo entre populações jovens do Norte de África. As alterações climáticas e a degradação ambiental agravam vulnerabilidades, em particular em comunidades dependentes de recursos hídricos e agrícolas (Fargues 2017). A conjugação destes fatores com uma discrepância demográfica estrutural, marcada pelo envelhecimento das sociedades europeias e pela predominância de populações jovens no Sul do Mediterrâneo, sustenta a leitura da migração como elemento estrutural das dinâmicas regionais no médio prazo (Jakovljevic et al. 2018).

Estas dinâmicas inserem-se num sistema de governação multinível caracterizado pela fragmentação de responsabilidades e pela sobreposição de competências entre escalas local, nacional, regional e internacional (Hooghe, Marks 2001). No âmbito regional, a UE tem aprofundado políticas comuns de migração e asilo, com ênfase em

mecanismos de contenção e externalização, apoiados pela agência Frontex e por parcerias com países de trânsito⁽¹⁾. Em paralelo, no plano global, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a OIM promovem padrões de proteção humanitária, ainda que dependentes da cooperação dos Estados. A este nível, as organizações não governamentais (ONG) desempenham um papel central nas operações de busca e salvamento e na defesa pública de padrões de proteção, tendo sido, em vários Estados europeus, objeto de investigações criminais, restrições administrativas e impedimentos à atividade no mar⁽²⁾ (Cusumano, Villa 2019). Por sua vez, as OPI funcionam como espaços de debate político e circulação de referências normativas, onde coexistem leituras securitárias e humanitárias sobre a migração (Malamud, Stavridis 2011).

O Mediterrâneo apresenta-se, assim, como um espaço migratório simultaneamente estrutural e disputado, moldado por trajetórias históricas, choques políticos recentes e uma governação fragmentada. A migração assume um lugar central no debate político regional, onde preocupações de segurança convivem com exigências de proteção da vida e da dignidade. É neste contexto que a diplomacia parlamentar adquire relevância, ao oferecer canais institucionais de diálogo e ao integrar a migração numa agenda política que ultrapassa a lógica exclusiva do controlo fronteiriço.

(1) A externalização das políticas migratórias da UE tem-se concretizado em medidas como a expansão do mandato da Frontex, transformada em Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira em 2016, com competências reforçadas de vigilância e controlo, e em acordos com países de trânsito, entre os quais se destacam a Declaração Conjunta sobre Cooperação em Matéria de Migração com a Líbia (2008, renovada em 2017) e a Declaração UE-Turquia (2016). Estes mecanismos procuraram transferir para países terceiros a responsabilidade pela gestão das migrações e do acolhimento de requerentes de asilo (Geddes, Scholten 2016; Conselho da UE 2025).

(2) A atuação das Nações Unidas tem-se centrado sobretudo em operações do ACNUR, como os programas de reinstalação de refugiados sírios na Europa, e da OIM, responsável pela monitorização e assistência em rotas do Mediterrâneo Central. Paralelamente, várias organizações não-governamentais, como a SOS *Méditerranée* ou os Médicos Sem Fronteiras (MSF), têm realizado missões de busca e salvamento, enfrentando, porém, medidas de criminalização em países como a Itália e Malta (Cusumano, Villa 2019).

Organizações parlamentares internacionais e migrações no Mediterrâneo

No espaço euro-mediterrânico, as OPI tornaram-se plataformas de debate político sobre a migração. Entre estas, a APM e a AP-UpM ocupam uma posição central.

Ambas incorporam a migração nas suas agendas, ainda que a partir de prioridades distintas. Na APM, o tema surge frequentemente associado à segurança regional, ao combate ao crime organizado e à gestão dos fluxos. Na AP-UpM, a migração é mais frequentemente ligada a questões de desenvolvimento económico, emprego e integração social.

Esta secção analisa a forma como estas duas organizações enquadram a migração, através do exame das suas estruturas institucionais, resoluções e orientações discursivas. O objetivo é identificar convergências, diferenças e tensões nas leituras parlamentares da migração no Mediterrâneo.

A Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)

A APM é uma das principais OPI do espaço euro-mediterrânico, assumindo um papel relevante na discussão política das migrações no âmbito parlamentar regional (Cofelice 2016). Criada em 2005, na sequência das conferências parlamentares sobre segurança e cooperação no Mediterrâneo, a APM surgiu como fórum permanente de contacto entre parlamentos nacionais de uma região marcada por fortes assimetrias políticas, económicas e sociais (APM 2006a). A Carta do Mediterrâneo, aprovada em Amã em 2006, definiu como objetivos centrais a promoção da paz e da segurança, a defesa dos direitos humanos, o reforço da cooperação económica e social e a coordenação política face a desafios transnacionais, entre os quais as migrações assumiram desde cedo lugar explícito (APM 2006b).

Do ponto de vista institucional, a APM estrutura-se em três comissões permanentes dedicadas a Assuntos Políticos e de Segurança, Cooperação Económica, Social e Ambiental e Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos. Estas comissões preparam relatórios e propostas de resolução submetidas à apreciação da Assembleia. A organização inclui ainda grupos de trabalho e fóruns temáticos, como o Fórum das Mulheres Parlamentares, criado em 2022 em Lisboa. A sede situa-se em Nápoles e a composição integra parlamentos europeus, do Magrebe, do Médio

Oriente e do Golfo⁽³⁾ (APM 2025a). Em 2015 obteve estatuto de observador junto do Conselho da OIM, reforçando a articulação institucional no debate sobre deslocamentos internacionais (APM e OIM 2015).

As migrações foram colocadas desde cedo no centro da sua agenda. Na sessão de Rabat, em 2010, a Assembleia associou o aumento dos fluxos migratórios à pressão demográfica no Sahel e à intensificação do tráfico de seres humanos, enquadrando estas dinâmicas como questões com impacto na segurança regional (APM 2010). Em 2011, em Palermo, foi criado um Grupo de Trabalho Especial sobre Migrações, cujo relatório *Revoluções e Migrantes*⁽⁴⁾ relacionou as Primaveras Árabes com o aumento das deslocamentos e chamou a atenção para os efeitos desiguais sobre Estados com menor capacidade de acolhimento, como Malta e Chipre (APM 2011). Em 2014, a sessão plenária de Marselha destacou o número crescente de mortes no Mediterrâneo e defendeu maior coordenação legislativa no combate ao tráfico de pessoas⁽⁵⁾ (APM 2014). No ano seguinte, no Mónaco, o Papa Francisco enviou uma mensagem à Assembleia, advertindo que o Mediterrâneo não poderia converter-se num «vastíssimo cemitério» e apelando a uma resposta internacional baseada na proteção da vida humana (APM 2015). Estes momentos evidenciam a coexistência de leituras securitárias e humanitárias no debate interno da APM, associada à diversidade de posições dos Estados representados.

Nos anos mais recentes, esta linha de atuação manteve-se, sem eliminar ambiguidades. Em 2020, em Atenas, a APM aprovou uma resolução que apelava ao reforço das operações de busca e salvamento e à partilha de

(3) A APM é composta por 31 Estados-membros: Albânia, Argélia, Andorra, Bahrain, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Jordânia, Líbano, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Mónaco, Montenegro, Macedónia do Norte, Palestina, Portugal, Catar, Roménia, San Marino, Sérvia, Síria, Tunísia e Turquia (APM 2025b).

(4) O relatório *Revoluções e Migrantes*, discutido na 5.ª Sessão Plenária da APM (Palermo, 2011), destacou que as migrações estavam a ser instrumentalizadas por redes de tráfico e contrabando, mas também resultavam de deslocamentos forçados que exigiam respostas de proteção internacional. Sublinhou ainda que a mobilidade humana deveria ser entendida como um desafio estrutural para a região, apelando a uma maior coordenação com a UE, o ACNUR e a OIM (APM 2011).

(5) A 8.ª Sessão Plenária da APM, destacou ainda a responsabilidade partilhada dos Estados mediterrânicos na gestão das travessias marítimas e defendeu o reforço das operações de busca e salvamento, num contexto em que organizações internacionais e ONG denunciavam a insuficiência das medidas então em vigor (APM 2014).

responsabilidades entre Estados ribeirinhos (APM 2020). Em 2022, no Dubai, a Assembleia Plenária reafirmou o seu apoio ao Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular⁽⁶⁾, associando os movimentos migratórios a princípios de dignidade e proteção de direitos fundamentais (APM 2022). Paralelamente, relatórios de 2021 e 2023 insistiram na ligação entre migração irregular, tráfico humano e criminalidade organizada, defendendo maior vigilância marítima e cooperação policial, sem afastar referências a obrigações humanitárias (APM 2021; APM 2023).

A análise dos documentos da APM revela a coexistência de duas linhas discursivas recorrentes. Por um lado, há uma leitura que associa a migração a riscos para a estabilidade regional, frequentemente articulada com preocupações de segurança marítima, terrorismo e crime organizado, dominante nas iniciativas da Comissão de Assuntos Políticos e de Segurança. Por outro, uma perspectiva centrada na proteção da vida humana e no respeito por compromissos internacionais de proteção de migrantes e refugiados, visível em resoluções adotadas em Marselha, Mônaco e Atenas (APM 2014; APM 2015; APM 2020).

A diversidade política dos Estados representados e a natureza das deliberações adotadas enquadram esta coexistência. Ao longo de duas décadas, a APM consolidou-se como espaço regular de debate parlamentar sobre migrações no Mediterrâneo, produzindo resoluções e relatórios que funcionam como referências comuns. Nesse sentido, constitui um observatório privilegiado da convivência entre leituras de segurança e preocupações humanitárias no discurso parlamentar regional, sem convergência em orientações políticas unívocas.

A Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)

A AP-UpM foi criada em 2008 na sequência do Processo de Barcelona. A sua origem remonta à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica

(6) O *Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular* foi adotado em dezembro de 2018, em Marraquexe, sob a égide das Nações Unidas. Trata-se do primeiro quadro de cooperação internacional abrangente sobre migrações, de natureza não vinculativa, que estabelece 23 objetivos orientados para a gestão partilhada das migrações. Entre eles incluem-se a redução das vulnerabilidades dos migrantes, o combate ao tráfico e ao contrabando, o reforço das vias legais de migração e a promoção da cooperação internacional baseada nos direitos humanos (ONU 2025).

(APEM), formalmente estabelecida em 2004, no contexto da parceria lançada em 1995 com o objetivo de promover a cooperação política, econômica e social entre as duas margens do Mediterrâneo.

Desde a sua gênese a AP-UpM visa assegurar a participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu no acompanhamento político da cooperação regional, oferecendo um espaço de debate parlamentar sobre desafios transnacionais, entre os quais a migração. A sua criação respondeu ao entendimento de que a cooperação intergovernamental beneficiaria de um fórum parlamentar estável, capaz de estruturar o diálogo político e de acompanhar, em termos deliberativos, as orientações adotadas no quadro euro-mediterrânico (AP-UpM 2008; AP-UpM 2025a).

A Assembleia reúne 280 membros, distribuídos de forma paritária entre os parlamentos da UE e os dos países parceiros do Sul e do Leste do Mediterrâneo. O seu funcionamento assenta em sessões plenárias anuais, apoiadas por um Bureau e por quatro comissões permanentes responsáveis pela elaboração de relatórios e recomendações. Estes textos, aprovados em plenário, não produzem efeitos jurídicos diretos, mas exprimem prioridades políticas partilhadas no contexto parlamentar e exercem influência simbólica sobre agendas nacionais e europeias (AP-UpM 2025b).

No que se refere às migrações, a AP-UpM desenvolveu uma orientação distinta da observada noutras organizações interparlamentares. O debate tende a enquadrar a deslocação de pessoas como resultado de fatores socioeconómicos, demográficos e ambientais de longo prazo, mais do que como questão centrada na segurança imediata. As recomendações insistem na necessidade de enfrentar as causas profundas da migração, com destaque para o emprego, a redução das desigualdades regionais e a inclusão social. O combate ao tráfico de migrantes e ao crime organizado surge integrado numa perspetiva mais ampla de desenvolvimento e cooperação regional, expressa na recomendação aprovada em Estrasburgo em 2019, que aponta para

a necessidade de uma gestão partilhada do fenómeno migratório, com maior cooperação e solidariedade entre os países envolvidos, enfrentando as causas profundas da migração, como a falta de oportunidades de emprego para os jovens, e reforçando os esforços de resgate no mar (Costa 2024: 5).

A centralidade do tema tornou-se visível após 2011, quando a Comissão Política discutiu os efeitos das Primaveras Árabes e da instabilidade subsequente, reconhecendo que a migração era simultaneamente consequência desses processos e desafio para a solidariedade euro-mediterrânica⁽⁷⁾. Desde então, a AP-UpM tem defendido o reforço de canais legais de migração e a partilha de responsabilidades entre Estados, sublinhando os limites de uma gestão concentrada nos países de primeira entrada, como Itália, Espanha, Malta ou Grécia⁽⁸⁾ (AP-UpM 2012).

Esta orientação consolidou-se nos anos seguintes. Em 2018, a sessão plenária de Estrasburgo aprovou uma recomendação que apelava a uma estratégia integrada, combinando controlo das rotas irregulares com políticas de formação e desenvolvimento económico nos países de origem. O documento salientava a ligação entre desemprego jovem, migração irregular e vulnerabilidade face às redes de contrabando e tráfico humano (AP-UpM 2018).

A questão do tráfico tem sido reiteradamente abordada nos debates parlamentares. Recomendações adotadas em 2019 e 2021 alertaram para a crescente complexidade das redes criminosas associadas à migração irregular e para as suas ligações a outras atividades ilícitas. Contudo, ao contrário de leituras centradas sobretudo na vigilância marítima, a AP-UpM privilegiou respostas baseadas na cooperação judicial e na criação de alternativas legais que reduzam a procura de percursos clandestinos (HAPA 2019).

(7) Em 2011, a Comissão Política da AP-UpM aprovou uma recomendação dedicada ao impacto das Primaveras Árabes na região. O documento reconhecia que os fluxos migratórios eram «uma consequência direta da instabilidade política e económica no Sul do Mediterrâneo», sublinhando, ao mesmo tempo, que a pressão sobre os países de primeira entrada não poderia ser enfrentada apenas a nível nacional. O texto apelava a «mecanismos de solidariedade euro-mediterrânica, incluindo a partilha de responsabilidades e maior apoio financeiro e técnico da UE aos Estados mais expostos», enquanto insistia na necessidade de respeitar as obrigações humanitárias decorrentes do direito internacional (AP-UpM 2011).

(8) Ao longo da última década, várias recomendações da AP-UpM referiram que a pressão migratória no Mediterrâneo não pode ser assumida exclusivamente pelos Estados da linha da frente. A Recomendação Política de Estrasburgo (2018) apelava a «garantir canais legais e seguros de migração, reforçando simultaneamente a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades entre todos os Estados da região». Mais recentemente, a plenária de Barcelona (2023) reiterou esta mensagem, afirmando que: «Itália, Espanha, Malta e Grécia suportam um impacto desproporcional dos fluxos migratórios, e a UE deve reforçar os seus mecanismos de apoio, incluindo realocação, assistência financeira e técnica, e uma cooperação reforçada nas operações de busca e salvamento».

Nas recomendações adotadas nos últimos anos, a migração é enquadrada em ligação com as alterações climáticas. Em 2021, uma recomendação da Comissão de Energia, Ambiente e Água identificou o Mediterrâneo como área particularmente exposta a fenómenos como desertificação, escassez hídrica e insegurança alimentar, sublinhando o seu impacto nos padrões de deslocação. O texto defendia políticas conjuntas que articulassem mitigação climática e adaptação, reconhecendo a migração como resposta a contextos de vulnerabilidade ambiental (AP-UpM 2021).

A sessão plenária de Barcelona, em 2023, reforçou esta linha de leitura ao centrar os debates na relação entre juventude, clima e migração. Os relatórios apresentados apontaram o desemprego jovem e a degradação ambiental como fatores persistentes de migração irregular, salientando, em contrapartida, o potencial transformador de políticas de educação, formação e inovação no quadro da cooperação euro-mediterrânica. Ainda que sem medidas concretas, a recomendação final reiterou a ideia de que a migração constitui uma dimensão estrutural da região e que a coesão regional depende da sua gestão inclusiva (AP-UpM 2023).

A dimensão humanitária esteve igualmente presente. Em várias recomendações, a AP-UpM reafirmou a necessidade de respeitar as obrigações internacionais de proteção de refugiados e migrantes, alertando para práticas incompatíveis com os direitos fundamentais, como devoluções sumárias ou a criminalização de operações de resgate. A Comissão dos Direitos das Mulheres acrescentou uma leitura específica sobre a vulnerabilidade das mulheres migrantes e a importância de políticas de integração sensíveis às desigualdades de género (AP-UpM 2022).

No seu conjunto, os documentos aprovados revelam a predominância de uma narrativa centrada na integração social e na cooperação regional. A migração surge como expressão das assimetrias estruturais do espaço euro-mediterrânico e como desafio político a gerir no âmbito do desenvolvimento, do emprego e da dignidade humana. As preocupações de segurança mantêm presença, sobretudo no combate ao tráfico, mas subordinadas a uma lógica preventiva e de longo prazo.

Persistem, ainda assim, divergências entre os parceiros do Norte e do Sul. Enquanto os Estados europeus sublinham a necessidade de regulação dos fluxos, os países do Sul insistem na urgência de maior solidariedade económica e apoio ao desenvolvimento. Estas diferenças refletem-se nos

debates parlamentares, mas são integradas em recomendações conjuntas que permitem manter um espaço político comum.

Na AP-UpM, a migração surge associada a dinâmicas estruturais de desenvolvimento, emprego e cooperação regional, afastando-se de uma perspectiva centrada exclusivamente na segurança imediata ou no controlo dos fluxos. As resoluções adotadas articulam de forma recorrente os movimentos migratórios com desigualdades persistentes entre as duas margens do Mediterrâneo, bem como com desafios demográficos e ambientais. Embora não produzam efeitos jurídicos diretos, estas posições contribuem para estabilizar uma interpretação da migração como questão estrutural da região. É neste contraste com leituras mais centradas na segurança que a comparação com a APM adquire particular relevância.

Migrações no Mediterrâneo: leituras parlamentares em contraste

Após a análise da APM e da AP-UpM, a comparação entre as duas OPI evidencia diferenças consistentes na forma como a migração é politicamente enquadrada no espaço mediterrânico. Apesar de partilharem natureza parlamentar e ausência de poderes vinculativos, as duas assembleias organizam o debate migratório a partir de prioridades distintas.

Na APM, a migração surge sobretudo associada a preocupações de estabilidade regional, segurança marítima e combate ao tráfico de seres humanos. Este enquadramento convive com referências regulares à proteção da vida e às obrigações humanitárias, refletindo a heterogeneidade política dos Estados representados e a centralidade da segurança no mandato da Assembleia.

Na AP-UpM, a migração é predominantemente tratada como expressão de desequilíbrios estruturais persistentes no espaço euro-mediterrânico. As resoluções e recomendações privilegiam ligações com emprego, desigualdades socioeconómicas, alterações climáticas e integração social. O combate ao tráfico mantém presença, mas integrado em propostas de cooperação, desenvolvimento e criação de alternativas legais à migração irregular.

Estas diferenças tornam-se mais nítidas quando observadas de forma comparada, a partir de eixos recorrentes nas orientações adotadas por cada organização.

Tabela 1 – Leituras parlamentares da migração no Mediterrâneo: contraste entre a APM e a AP-UpM.

Eixo analítico	APM	AP-UpM
Registo dominante	Associação entre migração, estabilidade regional e segurança marítima, com referências humanitárias	Leitura da migração como expressão de desequilíbrios socioeconómicos e demográficos
Causas mencionadas	Criminalidade organizada, tráfico de seres humanos, pressão sobre fronteiras e instabilidade regional	Desemprego jovem, desigualdades regionais, alterações climáticas e vulnerabilidades sociais
Tipos de resposta recomendados	Coordenação regional, vigilância marítima, combate ao tráfico, operações de busca e salvamento	Cooperação económica, formação, inclusão social e vias legais de mobilidade
Posicionamento institucional	Visibilidade no sistema multilateral, com estatuto de observador junto da OIM e das Nações Unidas	Integração no contexto político da UpM e articulação estreita com políticas da UE

Consideradas em conjunto, as duas assembleias estruturam o debate parlamentar sobre a migração no Mediterrâneo segundo prioridades distintas. A APM tende a ganhar maior visibilidade em contextos marcados por preocupações de segurança e gestão de situações críticas, enquanto a AP-UpM associa os movimentos migratórios a agendas de desenvolvimento, cooperação regional e inclusão social. Esta diferença não conduz a uma posição comum entre as duas organizações, mas evidencia prioridades distintas na forma como a migração é politicamente enquadrada.

Conclusão

As migrações no Mediterrâneo permanecem no centro das agendas políticas porque concentram questões de soberania, controlo territorial, proteção da vida e cooperação entre Estados com interesses assimétricos. A sua relevância atual decorre menos da novidade dos fluxos do que da forma como são enquadrados em arenas institucionais que hierarquizam problemas e delimitam respostas legítimas.

A análise qualitativa das resoluções, relatórios e recomendações adotados pela APM e pela AP-UpM entre 2010 e 2023 demonstra que as

duas organizações organizam o debate parlamentar regional segundo orientações distintas. Na APM, a migração é recorrentemente associada à estabilidade regional, à segurança marítima e ao combate ao tráfico e ao crime organizado, coexistindo com referências à proteção da vida e às obrigações humanitárias. Na AP-UpM, pelo contrário, é enquadrada sobretudo como expressão de desequilíbrios estruturais entre as margens do Mediterrâneo, articulada com emprego, desigualdades socioeconómicas, juventude e alterações climáticas.

Estas diferenças refletem prioridades institucionais diferenciadas. A APM tende a integrar a migração num horizonte de estabilidade e controlo. A AP-UpM inscreve-a numa perspetiva de desenvolvimento regional e inclusão social.

O enquadramento teórico adotado permite interpretar estas diferenças de forma substantiva. Na APM, as referências recorrentes à estabilidade regional, à vigilância marítima e ao combate a riscos transnacionais colocam a migração em ligação com a preservação da ordem política e da autoridade territorial, o que corresponde à lógica da segurança ontológica enquanto necessidade de continuidade e previsibilidade das comunidades políticas. Na AP-UpM, pelo contrário, a atenção dada às condições socioeconómicas, às desigualdades estruturais e aos impactos ambientais situa a migração no plano da proteção das pessoas e das suas condições de vida, em consonância com o conceito de segurança humana. A vulnerabilidade surge em ambas as OPI, mas assume significados distintos. Na APM, associa-se sobretudo aos perigos das rotas e à ação de redes criminosas. Na AP-UpM, relaciona-se com exclusão social, precariedade económica e fragilidades ambientais persistentes.

Neste contexto, a diplomacia parlamentar não substitui a ação governamental nem produz políticas executivas. O seu contributo reside na organização do debate, na manutenção de canais regulares de diálogo interparlamentar e na circulação de referências políticas que estruturam a forma como a migração é interpretada no espaço euro-mediterrânico. Entre 2010 e 2023, a APM e a AP-UpM consolidaram orientações diferenciadas que ajudam a explicar a persistência de clivagens entre leituras centradas na contenção e leituras orientadas para desenvolvimento e proteção.

As dinâmicas políticas associadas à migração na região não decorrem exclusivamente de decisões governamentais ou de instrumentos jurídicos formais. São igualmente influenciadas por estes fóruns parlamentares

multilaterais, que contribuem para definir prioridades, manter o diálogo entre margens e afirmar categorias normativas através das quais segurança, dignidade e cooperação são articuladas no debate mediterrânico.

Bibliografia

- APM (2006a). *Final Declaration of the 1st Plenary Session, Amman*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2006b). *Charter of the Mediterranean*. Amã: Parliamentary Assembly of the Mediterranean.
- « — » (2010). *Executive Report of the 4th Plenary Session, Rabat*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2011). *Executive Report of the 5th Plenary Session, Palermo*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2014). *Executive Report of the 8th Plenary Session, Marseilles*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2015). *Executive Report of the 9th Plenary Session, Monaco*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2020). *Resolution on Migration, Athens Plenary Session*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2021). *Report on Trafficking in Persons and Smuggling of Migrants*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2022). *Resolution on Migration, Dubai Plenary Session*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2023). *Report on Migration*. Nápoles: PAM Secretariat.
- « — » (2025a). *The Assembly*. Disponível em: <https://pam.int/the-assembly/> (acesso em 28/09/2025).
- « — » (2025b). *Members*. Disponível em: <https://pam.int/members/> (acesso em 28/09/2025).
- APM e OIM (2015). *Resolution granting PAM observer status at the IOM Council*. Genebra: OIM.
- AP-UfM (2008). *Constitution and Rules of Procedure*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2011). *Political Committee Recommendation*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2012). *Political Committee Recommendation on Migration Challenges in the Mediterranean*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2018). *Recommendation adopted at the Plenary Session of Strasbourg*. Estrasburgo: PA-UfM.

- « — » (2021). *Recommendation on Climate Change, Security and Migration*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2022). *Recommendation of the Committee on Women's Rights: Women and Migration in the Euro Mediterranean Region*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2023). *Final Declaration of the 15th Plenary Session, Barcelona*. Estrasburgo: PA-UfM.
- « — » (2025a). *History*. Disponível em: <https://paufm.org/history/> (acesso em 28/09/2025).
- « — » (2025b). *Members*. Disponível em: <https://paufm.org/members/> (acesso em 28/09/2025).
- Boswell, Christina (2002). *Addressing the causes of migratory and refugee movements: The role of the European Union*. Nova Iorque: UNHCR Evaluation and Policy Analysis Unit.
- Cantat, Céline, Péroud, Antoine, Thiollet, Hélène (2023). "Migration as crisis", *American Behavioral Scientist*, 69, 6, 627-649.
- Carling, Jørgen, Collins, Francis L. (2018). "Aspiration, desire and drivers of migration", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44, 6, 909-926.
- Castles, Stephen, Kosack, Godula (1973). *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- « — », de Haas, Hein, Miller, Mark J. (2014). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cofelice, Andrea (2016). "The Parliamentary Assembly of the Mediterranean and Its Contribution to Democracy Promotion and Crisis Management", *The Hague Journal of Diplomacy*, 11, 2, 292-310.
- Conselho da União Europeia (2016). *EU-Turkey Statement, 18 March 2016*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/> (acesso em 27/09/2025).
- Costa, João Xavier (2024). "The Parliamentary Assembly of the Union for the Mediterranean", *Psychology Journal: Research Open*, 6, 1-9.
- Cusumano, Eugenio, Villa, Matteo (2019). "Sea rescue NGOs: A pull factor of irregular migration?", *The International Spectator*, 54, 4, 126-142.
- Cutler, Robert M. (2001). "The Emergence of International Parliamentary Institutions", in Gordon S. Smith, Daniel Wolfish (eds.), *Who Is Afraid of the State?*. Toronto: University of Toronto Press, 201-229.
- Cuttitta, Paolo (2018). *Pushing Migrants Back to Libya, Persecuting Rescue NGOs: The End of the Humanitarian Turn (Part I)*. Disponível em: [205](https://blogs.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-</p></div><div data-bbox=)

- criminology/centreborder-criminologies/blog/2018/04/pushing-migrants (acesso em 27/09/2025).
- Derrida, Jacques (2000). *Of Hospitality*. Stanford: Stanford University Press.
- Fargues, Philippe (2017). *Four decades of cross-Mediterranean undocumented migration to Europe*. Genebra: OIM.
- Geddes, Andrew, Scholten, Peter (2016). *The politics of migration & immigration in Europe*. Londres: SAGE.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press.
- Haas, Hein de (2010). *Migration transitions*. Oxford: International Migration Institute.
- « — » (2021). "A theory of migration: the aspirations-capabilities framework", *Comparative Migration Studies*, 9, 8, 1-35.
- Halperin, Sandra, Heath, Oliver (2020). *Political research: methods and practical skills*. Oxford: Oxford University Press.
- Hobbes, Thomas (1996). *Leviatã*. Lisboa: Edições 70.
- Hudson, Barbara (2018). "Migration in the Mediterranean", *MarSafeLaw Journal*, 4, 26-39.
- Jackson, Patrick T. (2011). *The conduct of inquiry in International Relations*. Londres: Routledge.
- Kant, Immanuel (2006). *À Paz Perpétua*. Lisboa: Edições 70.
- Lee, Everett S. (1966). "A theory of migration", *Demography*, 3, 1, 47-57.
- Léonard, Sarah, Kaunert, Christian (2022). *The securitisation of migration in the European Union*. Manchester: Manchester University Press.
- Malamud, Andrés, Stavridis, Stelios (2011). "Parliaments and parliamentarians as international actors", in Bob Reinalda (ed.), *The Ashgate research companion to non-state actors*. Farnham: Ashgate, 101-115.
- Mitzen, Jennifer (2006). "Ontological security in world politics", *European Journal of International Relations*, 12, 3, 341-370.
- Nye, Joseph S. (2004). *Soft Power*. Londres: PublicAffairs.
- Paris, R. (2001). "Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?", *International Security*, 26, 2, 87-102.
- Peroni, Lourdes, Timmer, Alexandra (2013). "Vulnerable groups", *International Journal of Constitutional Law*, 11, 4, 1056-1085.
- PNUD (1994). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Triandafyllidou, Anna (2018). “A “Refugee Crisis”?”, *Journal of Refugee Studies*, 31, 3, 235-245.
- Weisglas, Frans, Boer, Gertjan de (2007). “Parliamentary Diplomacy”, *The Hague Journal of Diplomacy*, 2, 1, 93-99.

**EL GOBIERNO DE LA MIGRACIÓN: EL ORDEN POLÍTICO
CRIMINAL EN EL DARIÉN COLOMBIANO, 2021-2024**
THE GOVERNMENT OF MIGRATION: THE CRIMINAL
POLITICAL ORDER IN THE COLOMBIAN DARIÉN, 2021–2024

PEDRO PIEDRAHITA-BUSTAMANTE
Tecnológico de Antioquia
pedro.piedrahita@tdea.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-6408-0431>

CARLOS HERNÁN GONZÁLEZ PARIAS
Tecnológico de Antioquia
carlos.gonzalez0@tdea.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-6129-8662>

MARIANA DUQUE DÍEZ
SciencesPo
mariana.duquediez@humanitarianoutcomes.org
<https://orcid.org/0000-0003-2783-0373>

Texto recibido em / Text submitted on: 30/09/2025
Texto aprobado em / Text approved on: 24/03/2026

Resumen

La investigación identifica los mecanismos de gobernanza criminal en el tránsito migratorio a través del Darién colombiano, en la región del Urabá antioqueño y chocono entre 2021 y 2024. Con un diseño cualitativo, método de rastreo de procesos (*process tracing*) y estudio de caso único, se realizaron 18 entrevistas a actores locales, operadores y funcionarios. Teóricamente

https://doi.org/10.14195/2183-8925_44_9

se propone una convergencia entre el nuevo institucionalismo político, la gobernanza criminal y el orden político criminal, para analizar los eslabones causales del proceso que se identifican al abrir la «caja negra»: reglas explícitas, extracción estandarizada; protección y servicios; coordinación de rutas; y legitimidad funcional. Los hallazgos evidencian la configuración de un orden criminal de la migración en esta zona a través del mantenimiento de los cinco eslabones. Se concluye que existe un gobierno criminal de la migración como una institucionalidad paralela que reproduce funciones estatales al tiempo que se legitima de forma alternativa.

Palabras clave

Migración; Gobernanza criminal; Crimen Organizado; Darién; Colombia.

Abstract

This research identifies the mechanisms of criminal governance in migratory transit through the Colombian Darién, specifically in the Urabá region of Antioquia and Chocó, between 2021 and 2024. Using a qualitative design, the process tracing method, and a single-case study, 18 interviews were conducted with local actors, operators, and officials. Theoretically, the study proposes a convergence between political new institutionalism, criminal governance, and criminal political order to analyze the causal links of the process identified when opening the «black box»: explicit rules, standardized extraction, protection and services, route coordination, and functional legitimacy. The findings demonstrate the configuration of a criminal order of migration in this region through the maintenance of these five links. It is concluded that there exists a criminal government of migration as a parallel institutional framework that reproduces state functions while simultaneously legitimizing itself through alternative means.

Keywords

Migration; Criminal governance; Organized crime; Darién; Colombia.

Introducción

La investigación identifica los mecanismos de gobernanza criminal en el tránsito migratorio en el Darién colombiano, específicamente en la región del Urabá antioqueño y chocono, que inciden en la configuración de un orden político criminal asociado a la crisis

migratoria entre 2021 y 2024. Esta región se ha convertido en una zona geopolítica clave donde convergen múltiples dinámicas de poder que desafían las concepciones tradicionales del orden político estatal. Desde 2019 la región ha experimentado la emergencia de lo que la literatura académica denomina gobernanza criminal (Arias 2006, 2017; Duque-Daza 2021; Feldman, Luna 2022) u órdenes crimilegales (Schultze-Kraft 2016, 2021; Schultze-Kraft, Chinchilla, Moriconi 2018), caracterizada por la configuración de sistemas de gobernanza controlados por grupos armados ilegales que han asumido funciones tradicionalmente estatales en la gestión, control y regulación de los flujos migratorios transnacionales.

Este fenómeno se evidencia en la convergencia de crisis migratorias provenientes de diferentes regiones como África, Asia y América Latina, especialmente Venezuela. En la ruta migratoria hacia Norteamérica, que atraviesa el Darién colombiano como paso obligatorio hacia Panamá, surgió un escenario donde grupos armados ilegales desarrollan sistemas de control territorial y regulación poblacional que trascienden las actividades criminales tradicionales para constituirse en una forma alternativa o paralela de orden político que su legitimidad emana de la criminalidad. La figura 1 permite ubicar al lector en la frontera entre Colombia y Panamá, evidenciar los principales puntos de salida en Colombia (Necoclí, Turbo y Acandí), sus conexiones con Estaciones Temporales de Recepción Migratoria (ETRM) en Panamá y los principales flujos marítimos, fluviales y terrestres desde el Darién colombiano.

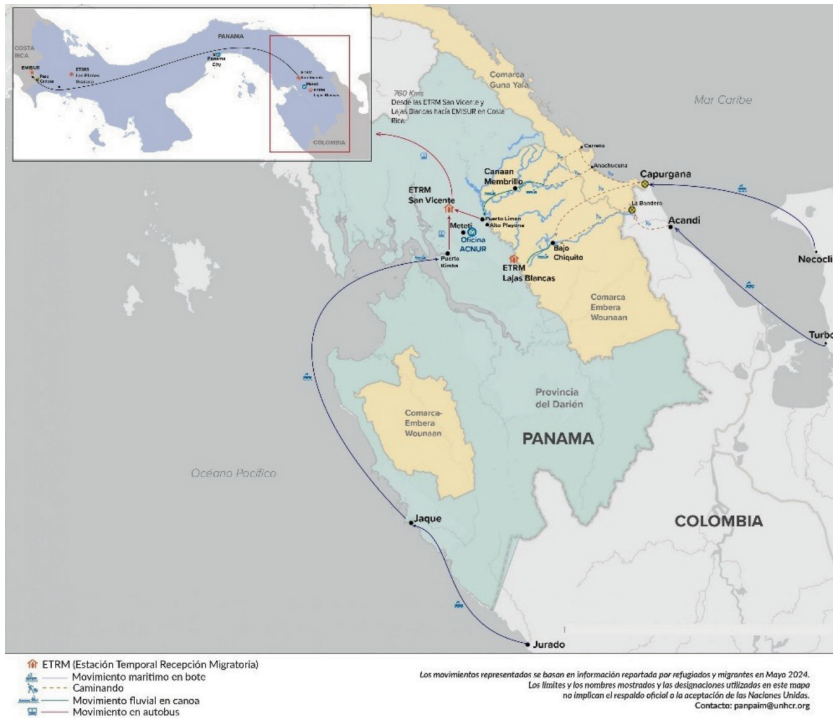


Figura 1– Movimientos migratorios a través de la Selva del Darién (frontera Colombia Panamá), mayo de 2024.
Fuente: Recuperado de Mapa Movimientos Mixtos a través del Darién - Panamá sd.

Este orden político criminal de la migración se desarrolla en una zona donde la capacidad del Estado colombiano es limitada y a veces inexistente. Allí, las Autodefensas Gaitanistas de Colombia (AGC) como se autodenominan, o Clan del Golfo como los referencia el Estado colombiano, desarrollaron un complejo sistema institucional paralelo que facilita actividades ilícitas, crea normas y mecanismos de protección y extracción (Gambetta 2007; Tilly 1992) efectivos que ordenan y regulan el paso migratorio a través de dinámicas por fuera de la autoridad estatal. Las AGC son el grupo armado ilegal con mayor presencia territorial en Colombia. Se originaron en 2008 como producto de las estructuras desmovilizadas las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). No surgieron de un vacío institucional, sino que se insertaron en una

estructura de ilegalidad preexistente y diversificada. Estas condiciones son las que han posibilitado la creación de un orden político criminal de la migración que esta investigación pretende abordar. Las AGC no crearon el corredor migratorio, sino que adaptaron sus capacidades organizativas y coercitivas a una oportunidad económica criminal, generada por el incremento migratorio en estas zonas de tránsito irregular desde 2021.

Esta problemática se inscribe en un contexto que la literatura identifica como: zonas grises de gobernanza (Lessing 2021), espacios de soberanía dividida (Arias 2017), soberanías compartidas (Niño, Guerrero-Sierra, Rivas-Otero 2023) y duopolios de violencia (Skaperdas, Syropoulos 1997) que desafían la visión weberiana de monopolio legítimo de la violencia y plantean interrogantes sobre la naturaleza del orden político que solo se deriva de la legalidad en la relación legal-racional donde la legitimidad depende del cumplimiento del sistema jurídico (Weber 2014).

La configuración de órdenes políticos criminales en contextos migratorios representa un fenómeno relativamente poco explorado en la literatura académica (Achilli 2024, 2024; Cutrona, Rosen, Lindquist 2023). Mientras que los estudios sobre gobernanza criminal hacen énfasis en espacios urbanos periféricos o zonas rurales de producción de cultivos ilícitos, la intersección entre criminalidad organizada, control territorial y gestión migratoria constituye un campo emergente que requiere marcos analíticos específicos. La información periodística sugiere que los grupos armados ilegales han desarrollado capacidades institucionales que van más allá de la extorsión o facilitación del tránsito, estableciendo sistemas de regulación social y económica.

Por ejemplo, un informe de 2019 evidenció cómo las AGC suspendieron el transporte marítimo desde Chocó hacia Panamá luego de un siniestro marítimo, desplazando la migración hacia la selva y exigiendo cobros entre USD 31 a USD 50 por persona o la obligación de cargar de 5 a 10 kg de cocaína si no pagaban (Matta 2019). Un informe evidenció que el flujo migratorio había pasado de 133.000 cruces en 2021 a 151.000 en 2022 (Torrado 2022); y, en 2024 las AGC impuso toques de queda, vigilancia de los puntos de tránsito y sus ganancias criminales anuales se estimaron en más de USD 4,4 mil millones y contaban con más de 9 mil combatientes (Dickinson 2024).

Esta investigación se desarrolló desde un enfoque cualitativo con diseño de rastreo de procesos (Bril-Mascharenhas, Maillet, Pierre-Louis 2017; Collier 2011) y estudio de caso único con variación interna. Se

orientó por dos hipótesis que se pusieron a prueba mediante evidencia inductiva: H_1 : si un grupo armado ilegal controla los nodos logísticos de la migración, emerge un orden político con reglas, extracción y protección que genera cumplimiento entre los actores en tránsito; y, H_2 : la estabilidad del orden político depende de la gobernanza criminal con autoridades formales, las cuales reducen la intervención estatal y aseguran la estabilización de las rutas migratorias. Ambas se sometieron a pruebas diagnósticas propias del rastreo de procesos como paja en el viento, aro, pistola humeante y doblemente decisiva (Collier 2011), y se contrastaron con tres explicaciones rivales: R_1 : la existencia de una oferta informal sin orden; R_2 : la ausencia o vacío estatal como única explicación del fenómeno; y, R_3 : la hospitalidad local e infraestructura como factores explicativos del tránsito organizado. Los datos se obtuvieron de 18 entrevistas (codificadas entre E001 y E018) que permitieron abrir la «caja negra» y reconstruir las secuencias.

La investigación contribuye, primero, en términos teóricos una convergencia analítica entre el nuevo institucionalismo político (March, Olsen 2009; Peters 2003), la gobernanza criminal (Arias 2006, 2017; Lessing 2021) y el orden político criminal (Schultze-Kraft 2016, 2021), aplicada a un fenómeno poco estudiado como lo es la criminalidad organizada en la gestión de flujos migratorios en contextos de baja capacidad estatal. Segundo, en términos empíricos, con evidencia cualitativa novedosa sobre el Darién colombiano, producto del trabajo de campo realizado en tres momentos entre 2021 y 2024. Y, tercero, el aporte metodológico es el de aplicar el rastreo de procesos al fenómeno de gobernanza criminal que constituye una aproximación metodológica inédita para este tipo de objeto de estudio en la literatura latinoamericana.

Referentes teóricos

El sustento teórico se basa en la intersección entre los presupuestos de nuevo institucionalismo político, los desarrollos sobre gobernanza criminal y de orden político criminal. El nuevo institucionalismo (March, Olsen 1983, 2009) ofrece un marco analítico para comprender cómo las instituciones moldean el comportamiento político y social. Peters (2003) define las instituciones como «conjuntos de reglas y rutinas interconectadas que definen las acciones apropiadas en términos

de relaciones entre roles y situaciones» (2003: 38). Esta perspectiva es relevante para el análisis de órdenes políticos criminales, ya que permite examinar cómo los grupos armados ilegales desarrollan sistemas normativos y regulatorios que funcionan como instituciones alternativas/paralelas a las estatales.

Además, este enfoque teórico permite explicar cómo se desarrollan prácticas criminales y desviaciones institucionales (Grubovic 2004) al reconocer que las instituciones son tanto formales como informales. De esta forma, permite analizar cómo en contextos de débil presencia estatal los grupos criminales crean órdenes políticos alternativos. Estos grupos diseñan reglas del juego, mecanismos de coerción y formas de gobernanza que cumplen funciones institucionales, lo que configura sistemas de gobernanza criminal que disputan o complementan la autoridad estatal.

Este comportamiento recuerda que, en los procesos de formación y construcción del Estado, la protección, entendida como la oferta de seguridad y la extracción de recursos para el funcionamiento institucional, son los elementos clave para la creación de un orden político (Gambetta 2007; Tilly 1992). Además, que desde una mirada histórica, el origen de los Estados es el crimen organizado, que luego de procesos de especialización y profesionalización terminaron llamándose instituciones (Tilly 1985). En este sentido, el presente artículo propone un marco de comprensión que combina los presupuestos del nuevo institucionalismo con los desarrollos en torno a la gobernanza criminal y los órdenes políticos criminales.

Gobernanza criminal

La gobernanza criminal surgió como un concepto central en la literatura sobre crimen organizado y control territorial; consiste en «la imposición de reglas o restricciones sobre el comportamiento por parte de una organización criminal» (Lessing 2021: 856) y «la regulación de espacios sociales y actividades económicas (lícitas e ilícitas) a través de instituciones formales e informales, así como la distribución de bienes públicos» (Arias 2017: 4). De acuerdo con Arias (2006) la gobernanza criminal es un orden político híbrido que se mantiene a través de la institucionalización de arreglos formales e informales que generan

armonía en las relaciones civiles, políticas y criminales al tiempo que distribuye lealtades, protección y apoyos políticos electorales. Para Duque-Daza (2021) la gobernanza criminal necesita de coordinación entre élites políticas, actores criminales, sus estructuras y jefes regionales.

Bajo este orden de ideas, es coherente en términos epistemológicos asociar la gobernanza criminal al nuevo institucionalismo, pues al combinar los elementos legales con actores ilegales, evidencia la configuración de una institucionalidad informal (March, Olsen 2009; Peters 2003). En esta investigación, dicha conjunción se comprende en el orden político que regla y mantiene el tránsito de migrantes en el Darién colombiano.

Estas definiciones coinciden en identificar tres características de la gobernanza criminal: 1) capacidad regulatoria, donde los grupos criminales desarrollan sistemas de normas y reglas que regulan el comportamiento social y económico en territorios específicos; 2) provisión de bienes públicos, cuando las organizaciones al margen de la ley asumen funciones estatales como la provisión de seguridad, resolución de conflictos y algunos servicios básicos; y, 3) legitimidad social, ya que la gobernanza criminal requiere cierto grado de aceptación por parte de las poblaciones controladas.

Lessing (2021) identifica dos tipos adicionales para clasificar las formas de gobernanza criminal: 1) la gobernanza predatoria que se caracteriza por la extracción de recursos sin provisión de bienes públicos; y 2) la gobernanza simbiótica, en donde existe un intercambio entre protección y recursos y la gobernanza hegemónica, cuando los grupos criminales asumen funciones cuasi-estatales completas. Por su parte, Varese (2010) identifica dos formas de clasificación de los grupos criminales: mafia territorial como aquellas agrupaciones que controlan territorio y población de manera permanente y mafias de mercado cuando se especializan en actividades económicas específicas.

Finalmente, Arias (2017) propone en el marco de la gobernanza criminal, dos nociones que describen de forma detallada la hibridación entre criminalidad y política, especialmente en contextos de conflicto como es el caso colombiano: 1) las constelaciones de gobernanza, que permiten analizar cómo las actividades armadas territoriales persistentes, reconfiguran el orden político local incluyendo arreglos con los gobiernos; y, 2) los regímenes armados de micro nivel, que son aquellos que se generan por el control armado criminal y transforman las prácticas de

gobernanza (Arias 2017: 2-19). Para el autor, la variación en este tipo de regímenes depende del grado de consolidación armada y la relación con el Estado (que puede ir desde la colaboración hasta la confrontación). Las combinaciones de estas dos dimensiones generan cuatro configuraciones analíticas: 1) desorden criminal; 2) gobernanza dividida; 3) gobernanza colaborativa; y 4) gobernanza escalonada (Arias 2017: 23). Estas, son el marco que permite caracterizar los mecanismos mediante los cuales los actores criminales crean el orden criminal de la migración en el Darién.

Orden político criminal

El concepto de orden político criminal ha sido desarrollado principalmente en el contexto colombiano por Schultze-Kraft (2016, 2021), Schultze-Kraft, Chinchilla, y Moriconi (2018) y Piedrahita y Ponce (2020) quienes parten de la premisa que en ciertos contextos, los grupos armados ilegales no solo ejercen control territorial, sino que desarrollan sistemas políticos alternativos con características institucionales específicas. Para Schultze-Kraft (2016) «las organizaciones criminales son parte de y dan forma a los órdenes políticos» (2016: 34) a través de intercambios e interacciones sociales y políticas orientados a obtener réditos económicos y que también producen legitimidad, favorecimientos jurídicos y un orden político y social.

La literatura identifica cinco características distintivas del orden político criminal: 1) institucionalización de la ilegalidad cuando los grupos criminales desarrollan sistemas normativos estables y predecibles, aunque basados en actividades ilícitas; 2) control territorial efectivo por medio del ejercicio de autoridad sobre territorios específicos, incluyendo el control de fronteras y flujos poblacionales; 3) regulación social, por medio del establecimiento de normas de comportamiento social y resolución de conflictos entre poblaciones civiles; 4) provisión de bienes colectivos y servicios que normalmente corresponden al Estado, como seguridad, infraestructura básica y regulación económica; y, 5) legitimidad alternativa, que consisten en formas de legitimidad basadas en la eficacia, la protección o la provisión de oportunidades económicas.

Hay que aclarar que no todo grupo que extrae recursos mediante violencia produce un orden político. Según Tilly (1985) los órdenes políticos se configuran en la capacidad de sancionar las reglas establecidas,

la regulación de los conflictos entre actores sujetos a su autoridad y en ejercer un monopolio (concentración y acumulación) sobre la violencia en las zonas bajo su control. Para Gambetta (2007) el monopolio se refleja en la protección, lo cual genera un orden político cuando puede ser respaldada por la amenaza creíble de la fuerza frente a quienes la desafíen. Con todo, un orden político criminal emerge cuando se demuestra capacidad de excluir competidores, imponer normas de conducta y gestionar y permitir el acceso a territorios específicos, en este caso las rutas migratorias.

Migración y Gobernanza criminal: intersecciones teóricas

Los grupos criminales desempeñan un papel activo en la gobernanza migratoria, trascendiendo la visión que los considera únicamente como amenazas al orden estatal. En distintos contextos –como Grecia y Libia– estas organizaciones han estado implicadas en el contrabando y la trata de personas, operando incluso dentro de los marcos legales de gobernanza migratoria (Achilli 2024). Su influencia es multifacética: al tiempo que desestabilizan las estructuras estatales, también contribuyen a reproducirlas, actuando como actores integrales en la implementación y cumplimiento de políticas migratorias.

En escenarios fronterizos, su poder se amplía hacia la regulación social y económica, configurando instituciones consideradas legítimas por las comunidades locales (Fisher 2019; Rolandsen 2019). Más allá de proveer bienes ilegales, los grupos del crimen organizado asumen funciones aduaneras y migratorias, controlando rutas, tarifas y condiciones de tránsito (García, Mantilla 2021). Este fenómeno se asocia con la noción de soberanía híbrida (Srivastava 2022), en la que la autoridad estatal se ve cuestionada o complementada por actores no estatales violentos, especialmente en fronteras porosas donde la capacidad estatal es limitada.

Control territorial y regulación poblacional

Las investigaciones sobre gobernanza criminal han identificado los mecanismos por medio de los cuales los grupos armados ilegales ejercen control territorial efectivo: control de infraestructura crítica, regulación de actividades económicas, la provisión de seguridad y la regulación de

población migrante. El control de la infraestructura crítica se presenta al controlar puntos estratégicos como puertos, aeropuertos, carreteras y pasos fronterizos, como el caso de la frontera colombo-venezolana, García y Mantilla (2021) documentan el control de los pasos ilegales denominadas «trochas» por parte de grupos criminales organizados. Por su parte, la regulación económica, se manifiesta por medio del establecimiento de sistemas de tributación informal, control de precios y regulación de actividades comerciales; los grupos criminales establecen tarifas diferenciadas para diferentes tipos de actividades económicas.

Además, proveen seguridad y asumen funciones de policía local, mediando conflictos y proporcionando protección contra otros actores violentos (Cruz 2022; Duarte, De Macedo Braga, Ferreira 2021). Finalmente, por medio de la regulación de poblaciones migrantes, los grupos criminales desarrollan mecanismos como sistemas de tarifas diferenciadas según la nacionalidad, el destino y las características socioeconómicas de los migrantes, la provisión de servicios especializados ofreciendo servicios que van más allá del tránsito; alojamiento, alimentación, documentación falsa y conexiones con redes de empleo en destinos específicos y el control de rutas migratorias por medio de monopolios sobre rutas y eliminación de competidores a través de la violencia (Cutrona, Rosen, Lindquist 2023; Knight, Tribin 2020).

Metodología

Se adoptó un enfoque cualitativo con estudio de caso único (Urabá, región del Darién colombiano) con comparación interna a través de las cadenas logísticas criminales del tránsito migratorio. El método aplicado fue el rastreo de procesos (*process tracing*) (Bril-Mascarenhas, Maillet, Mayaux 2017; Collier 2011), que permite identificar y testear los mecanismos causales en las secuencias empíricas resultantes de la codificación de 18 entrevistas aplicadas en territorio. En términos deductivos, se formularon dos hipótesis de trabajo. H1: si un grupo armado ilegal controla los nodos logísticos de la migración, emerge un orden político con reglas, extracción y protección que genera cumplimiento entre los actores del tránsito; y, H2: la estabilidad de ese orden político depende de la gobernanza criminal con autoridades formales que reducen la intervención estatal y aseguran la estabilización de las rutas migratorias.

A dichas hipótesis se aplicaron cuatro pruebas de inferencia causal (Collier 2011: 824-825): 1) paja en el viento (*straw-in-the-wind*): evidencia que no es condición necesaria ni suficiente para confirmar una hipótesis; su presencia aumenta su plausibilidad, pero no resulta decisiva, y su ausencia solo la debilita marginalmente; 2) aro (*hoop*): constituye una condición necesaria pero no suficiente para la inferencia; la hipótesis debe superarla para seguir siendo considerada válida, por lo que fallarla implica su descarte, aunque superarla no la confirma de forma definitiva; 3) pistola humeante (*smoking-gun*): representa una condición suficiente pero no necesaria; su hallazgo confirma la hipótesis y debilita las explicaciones rivales, mientras que su ausencia no permite descartarla; y, 4) doblemente decisiva (*doubly decisive*): constituye una condición necesaria y suficiente; su cumplimiento confirma la hipótesis y elimina simultáneamente las explicaciones rivales. Y se contrastaron con tres explicaciones rivales: R₁: la existencia de una oferta informal sin orden como transacciones sin reglas ni contraprestación; R₂: la ausencia o vacío del Estado como única explicación del fenómeno; y R₃: los servicios locales e infraestructura como factor explicativo total del tránsito organizado. En la Tabla 1 se establecen las dimensiones, operacionalización y reglas de codificación.

Tabla 1 – Operacionalización de las dimensiones del orden político criminal.

Dimensión	Anclaje teórico	Operacionalización	Codificación
Reglas	Nuevo institucionalismo: reglas y rutinas como instituciones informales (March, Olsen 2009; Peters 2003).	Normas y rutinas que regulan el tránsito y diferencian perfiles de migrantes, con expectativa de cumplimiento y amenaza de sanción.	Repetición en más de casos y consistencia entre fuentes.
Extracción	Fiscalidad informal y gobernanza predatoria / simbiótica (Duque-Daza 2021; Lessing 2021; Tilly 1985, 1992).	Cobros estandarizados vinculados a servicios y paso, con tarifas diferenciadas.	Estructura de cobros estable por tramo y vínculo entre pago y servicio.
Protección	Provisión de bienes públicos no estatales e institucionalización de ilegalidad (Arias 2017; Gambetta 2007; Schultze-Kraft 2016; Tilly 1985).	Provisión de seguridad, resolución de conflictos y protocolos asociados al pago y reglas.	Regularidad en más de 2 casos o relato completo.

Gobernanza criminal	Constelaciones de gobernanza y soberanías divididas (Arias 2006, 2017; Lessing 2021).	Coordinación y control de infraestructura con acomodación a autoridades locales.	Casos consistentes y registro de interacción con institucionalidad.
Legitimidad funcional	Legitimidad alternativa por eficacia o protección (Schultze-Kraft 2016; Weber 2014).	Aceptación y cumplimiento por percepción de beneficio (seguridad, previsibilidad, servicios) en el proceso de tránsito.	Convergencia de percepciones.

Fuente: elaboración propia.

Las entrevistas se realizaron en tres visitas de campo en la subregión del Urabá antioqueño y chocono (agosto-octubre de 2021, noviembre de 2023 e inicios de 2024). Se aplicaron 18 cuestionarios semiestructurados y uno abierto (ver Tabla 2). La selección de los entrevistados respondió a una lógica deliberada de triangulación de perspectivas distribuida en cuatro perfiles: 1) funcionarios institucionales con competencia formal en la zona; 2) actores con conocimiento directo del tránsito; 3) observadores especializados; y, 4) actores con inserción en el ecosistema económico migratorio. La combinación de dichos perfiles permitió el acercamiento al fenómeno criminal dada la dificultad de observarlo directamente desde el actor armado ilegal.

Tabla 2 – Entrevistas cualitativas realizadas.

Código	Perfil del entrevistado	Municipio	Fecha
E001	Funcionario Defensoría del Pueblo Urabá	Urabá	12/08/2021
E002	Poblador local de Capurganá	Acandí	11/08/2021
E003	Fotógrafo de medio internacional	Necoclí/Acandí	17/08/2021
E004	Funcionario ACNUR	Necoclí	04/10/2021
E005	Funcionario Defensoría del Pueblo	Necoclí	07/10/2021
E006	Líder social Necoclí	Necoclí	01/10/2021
E007	Empresario de la zona	Necoclí	05/10/2021
E008	Periodista de investigación (medio internacional)	Acandí	06/10/2021
E009	Funcionario Comisaría de Familia Necoclí	Necoclí	07/10/2021
E010	Personal médico Hospital San Sebastián de Urabá de Necoclí	Necoclí	15/10/2021

E011	Funcionario Cruz Roja Colombia	Necoclí	21/10/2021
E012	Funcionario Migración Colombia (Antioquia y Chocó)	Necoclí	03/11/2023
E013	Funcionario Hospital San Sebastián de Urabá	Necoclí	03/11/2023
E014	Funcionario Oficina de Gestión del Riesgo de Desastres	Necoclí	04/11/2023
E015	Empresario del turismo de Necoclí	Necoclí	04/11/2023
E016	Empresario del turismo Necoclí	Necoclí	15/09/2023
E017	Funcionario ACNUR	Necoclí	03/11/2023
E018	Mochileros (municipio Unguía, Chocó)	Unguía	04/01/2024

Fuente: elaboración propia.

La unidad de análisis fue el orden político criminal asociado a la migración en la región del Urabá, delimitada entre 2021 y 2024. El inicio estuvo marcado por la masificación del tránsito irregular con 133.000 cruces registrados, lo que representa un quiebre cualitativo en las condiciones de operación del grupo armado. Se reconoce que la ausencia de trabajo de campo en 2022 constituye una limitación del diseño, mitigada parcialmente con fuentes periodísticas e informes institucionales del período (Torrado 2022). Además, otra limitación es que la totalidad de las fuentes primarias describen el orden criminal desde una posición externa al mismo, lo que limita la reconstrucción de sus mecanismos internos sin invalidar los hallazgos, dado que el rastreo de procesos infiere mecanismos causales a partir de sus efectos observables (Collier 2011). Los relatos extraídos se acompañan de fotografías del archivo propio de los investigadores capturadas en el trabajo de campo.

Resultados y discusión

El análisis de los resultados se organiza en torno a cinco eslabones causales cuya denominación corresponde a las dimensiones de la Tabla 1. La reconstrucción de los mecanismos evidencia la existencia de reglas explícitas por parte de los grupos armados ilegales que controlan los corredores de migrantes. Aunque las AGC ejercen control territorial en la subregión del Urabá al menos desde 2008, fue entre 2019 y 2021 que convirtieron el corredor del Darién en fuente de ingresos al controlar las

rutas de la migración, adaptando sus estructuras, capacidades y rutas del narcotráfico. De acuerdo con los actores entrevistados, la migración en esta zona fue «ordenada» por las AGC.

En este sentido, se infiere que el orden político criminal de la migración es una reconfiguración de un orden crimilegal (Schultze-Kraft 2021) territorial más amplio, donde la migración se añade a un conjunto de economías ilegales y disposiciones sociales ya instaladas en la región. Este proceso de adaptación criminal es el que se reconstruye en este apartado a través de la identificación de eslabones con el rastreo de procesos.



Figura 2 – Punto de embarco fluvial.
Fuente: archivo propio de investigadores.

Según los actores entrevistados, siempre ha existido inmigración en esta zona, pero antes de 2021 el ingreso al Darién era masivo y desordenado. Esto cambió cuando la «empresa» que es como los lugareños denominan a las AGC, organizó el proceso de tránsito: «la forma en que esto se está manejando actualmente, se está dando de una manera organizada, evitando el descontrol que se presentaba en el pasado (...) ahora como ellos lo están manejando, se ve una especie de orden» (Poblador local de Capurganá 2021). Este tipo organización configura una institución al establecer «reglas y rutinas interconectadas que definen acciones apropiadas» (Peters 2003).



Figura 3 – Zona de camping de migrantes (Necoclí).
Fuente: archivo propio de investigadores.

En este mecanismo de reglas, se evidencia un paquete ofertado a los migrantes que está delimitado con funciones específicas y condiciones de acceso. Dos mochileros⁽¹⁾ describieron que, «los migrantes si compran tres manillas, que es la de la seguridad, la de la salud (...) y también fronteras. Tienen tres fronteras en las que es con guía. Que los llevan guiados» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024). Esto permite evidenciar que: 1) existe un instrumento material (manillas); 2) que cumple una función diferenciada (seguridad, salud, guía); y, 3) que es una regla condicional que depende de una compra previa. Esto es un claro patrón de «reglas y rutinas» que guían los roles y situaciones (March, Olsen 2009; Peters 2003).

(1) Son las personas que ofrecen servicios de carga y transporte de maletas y pertenencias en el Darién. Su servicio depende de su fuerza y resistencia para asumir largas caminatas por la selva y montañas.

En términos de gobernanza criminal estas reglas son evidencia de capacidad regulatoria (Lessing 2021) y definición de estándares de conducta en la zona (Arias 2006, 2017). Según las entrevistas, en el proceso de cruzar el Darién existen funciones específicas en toda la logística: guías, mochileros, seguridad y hasta médicos. Al respecto:

hay un grupo de mochileros y hay un grupo de guías. Como cien guías salen. Guías que no llevan mochilas. Sino que los van ayudando en los pasos feos. Bueno, para eso pagan ellos eso. Y la otra es porque si de pronto se llegan a fracturar pies, les llega a pasar algo, los bajan de allá, por ahí cinco horas en hamaca. Los bajan gratis, porque ellos por eso pagan esas manillas. Es como un seguro. O sea que si yo no tengo esa manilla (...) es difícil. Pero bueno, también no los dejan morir ahí. Hay médicos. Tienen ahí tres puntos de médicos arriba cada cuatro y cinco horas (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024).

Lo anterior evidencia un salto por el aro para H_1 , pues sin la existencia del cobro reglado de los paquetes para el tránsito, no podría sostenerse la existencia de un orden político criminal, pues los relatos de los entrevistados muestran que la extracción de recursos no es aleatoria, sino que hace parte de reglas establecidas. Además, el rol de los guías y la cantidad de éstos, revelan que hay una oferta de un servicio previsto por la regla.

En el eslabón de extracción se evidencia el cobro estandarizado como una condición necesaria para acceder a las rutas. El paquete de las manillas es el instrumento de pago bajo la regla condicional de «para eso pagan ellos eso» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024), vinculando el mecanismo de extracción con el del servicio. Para Lessing (2021) la extracción en la gobernanza criminal es predatoria o simbiótica. Los relatos recopilados dan cuenta de un cobro simbiótico asociado a la prestación del servicio. Al aplicar la prueba del aro se confirma un vínculo entre pago y servicio, sin registrar montos, recibos o planillas. Además, se evidencia que en el campamento más grande de todos los usados para el tránsito: «venden, alquilan, hay wifi, de todo. Por ejemplo, hay unas tablas para poner su camping y le cobran 10 dólares (casi 40 mil pesos). Todo es en dólares, la comida vale 40 mil pesos también, para bañarse son 5 dólares. La comida es más cara, 8 dólares cada comida» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024).



Figura 4 – Oferta de servicios, campamento de tránsito en el Darién.

Fuente: archivo propio de investigadores.

Al indagar por los costos establecidos hacia los locales que hacen parte de la logística respondieron: «nos tiran un poquito más suave, para ellos son 2 dólares menos, 3 dólares menos. Les tiran más suave» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024). Con esto se muestra la existencia de un cobro fijo por tipo de servicio con un sistema dolarizado con tarifas, donde los locales pagan menos. El cobro estandarizado constituye un salto por el aro, porque sin un sistema de extracción reglado no podría sostenerse la hipótesis del orden criminal. La discriminación tarifaria por su parte es paja en el viento, e indica diferenciación, pero no confirma formalización. La lógica de los cobros muestra la existencia de reglas informales que generan expectativas sociales. En términos de gobernanza criminal, muestra la regulación de bienes y servicios, y la institucionalización de cobros para la financiación de la organización criminal.

El tercer eslabón es la oferta de protección y servicios. Al respecto mencionan los actores: «si de pronto se llegan a fracturar pies, les llega a pasar algo, los bajan de allá, por ahí cinco horas en hamaca. Los bajan gratis, porque ellos por eso pagan esas manillas. Es como un seguro» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024). La cita revela

la superación de la prueba del aro para H_1 por la existencia de una condición a cambio del pago de la tarifa, la cual asegura el tránsito del migrante quien, además lo reconoce y acepta. Otro relato complementa cuando se afirma que «hay médicos en la zona cada cuatro a cinco horas» reflejando la provisión de un servicio regularizado. La caracterización de este seguro refleja que los bienes y servicios provistos van más allá del componente coercitivo y confirma, de nuevo, un intercambio simbiótico (Lessing 2021) y la institucionalización de la criminalidad (Schultze-Kraft 2016). No obstante, la evidencia recopilada no permite identificar pruebas materiales diferentes a las manillas, para que H_1 supere totalmente la pistola humeante.

La oferta de servicios de protección reduce el riesgo y aumenta las certezas de lograr el cruce hacia Panamá. Un funcionario de la Defensoría del Pueblo señaló: «en esta ruta, los migrantes se ahorran entre 24 y 32 horas de camino, esto permitió que los migrantes continuaran su tránsito de manera ágil y segura» (Funcionario Defensoría del Pueblo Urabá 2021). Esta cita, expone además una relación con otro eslabón identificado en términos de legitimidad del orden establecido, lo cual suma otra superación de prueba de paja al viento.



Figura 5 – Campamento de tránsito en el Darién.
Fuente: archivo propio de investigadores.

El cuarto eslabón, gobernanza criminal, está asociado con la coordinación y la existencia de una autoridad crimilegal. Un periodista afirmó: «hasta donde se ve, en el lado colombiano están más seguros, yo lo hice por el lado de Acandí, contando con el permiso del grupo y de los coyotes» (Periodista de Investigación –medio internacional– 2021). El testimonio revela paja en el viento y es potencialmente suficiente para superar la prueba del aro, pues confirma que en la zona del Darién existe una autoridad crimilegal, aunque no queda claro su mecanismo interno de funcionamiento. La coordinación se muestra también en cómo los grupos ilegales han centralizado el poder en nodos de salida como el municipio de Necoclí: «en los últimos años se ha perfilado a Necoclí como el punto principal (...) primero, el tema de seguridad, los hurtos eran constantes, segundo, Necoclí es más cercano y en una vía más accesible hacia Capurganá, tercero, ellos pernoctan en el municipio» (Funcionario ACNUR 2021).

En este punto se evidencia una diferencia sustancial respecto a una simple organización económica, pues las AGC tienen un monopolio informal de la violencia y capacidad sancionatoria. Al respecto un entrevistado afirmó:

es como el negocio del tráfico de estupefacientes, hay todo un tema de control hegemónico, hay unas estructuras y unos mandos; quienes lo organizaron pagaron el precio; hace aproximadamente unos seis meses se llevaron a cabo varios asesinatos entre Turbo y Necoclí, eran los que se estaban dedicando a llevar migrantes de manera aislada (Funcionario Defensoría del Pueblo Urabá 2021).

Este fragmento constituye evidencia de pistola humeante para el argumento del orden político, pues el asesinato de quienes operaban fuera del sistema organizado por las AGC es una forma de eliminación de la competencia que reproduce la lógica de formación del Estado descrita por Tilly (1985, 1992) y que demuestra la existencia de un monopolio sobre el tránsito migratorio, sostenido mediante la amenaza creíble y la ejecución efectiva de la violencia.

Además, se identificó la imposición de normas de conducta, que son una forma de regulación de conflicto internos. Uno de los mochileros entrevistados señaló: «no se puede fumar marihuana, no se puede fumar ninguna clase de vicios. No se puede morbosear a las mujeres.

Muchas cosas, no se puede robar, no se puede perder nada de lo que ellos llevan en su bolso» (Mochileros –municipio Unguía, Chocó– 2024). La existencia de estas disposiciones muestra que las AGC no solo extrae recursos, sino que regula el comportamiento de los actores bajo su autoridad, lo cual es un atributo constitutivo del orden político en cualquier tradición teórica.

Un empresario de la zona manifestó que: «Necoclí presenta unas mejores condiciones tanto en la parte de infraestructura de abordaje y de servicios como también de la hospitalidad de los necocliseños y hace que los migrantes que antes se iban por Turbo ahora lo hagan por Necoclí» (Empresario del turismo de Necoclí 2023). Los fragmentos permiten superar la prueba de paja en el viento, al describir un resultado observable, aunque sin prueba directa de la intervención criminal. Sin embargo, al acumularse con la referencia al «permiso» al periodista, se confirma parcialmente H₂ pues la estabilidad de la migración depende de la gobernanza criminal en el uso de la infraestructura portuaria y hasta en asuntos culturales como la hospitalidad. Según Arias (2017) esto muestra una constelación de gobernanza criminal con una variación colaborativa y escalonada.

El quinto eslabón es la legitimidad funcional, donde la población local y los migrantes aceptan y reconocen el poder-autoridad (Weber 2014) en el orden crimilegal: «a pesar de los sobrecostos, se les da un buen trato, la comunidad ha sido muy amable con ellos» (Funcionaria Comisaría de Familia Necoclí 2021); «ellos en Necoclí están en una especie de ‘paraíso’, han sido muy tranquilos y los han tratado muy bien, el problema inicia en esa travesía (...)» (Enfermero del Hospital San Sebastián de Urabá de Necoclí 2021). Además, en términos económicos la migración es vista como una oportunidad: «la economía de Necoclí (...) se ha recuperado gracias a este fenómeno migratorio (...) verás muchas casas de cambio para compra y venta de dólares» (Funcionario Defensoría del Pueblo 2021). En este sentido, un fotógrafo agrega: «en el pueblo los recibe bien, (...) mucha gente convierte su antiguo hogar en un hostel, aquí abundan los hostales ilegales» (Fotógrafo –medio Internacional– 2021). Otro entrevistado manifestó que: «ellos van con unas personas que los cuidan (...) no he escuchado que se presenten casos de robos y abusos sino en Panamá» (Periodista de Investigación –medio internacional– 2021).

Los fragmentos muestran superación de prueba de paja al viento, a través de los beneficios y aceptación de las dinámicas del orden, aunque no confirman mecanismos internos. Son evidencia de legitimidad funcional basada en el desempeño (de las rutas migrantes) y en el cumplimiento y tolerancia de los arreglos ilegales, que implican un beneficio para el migrante que necesita pasar el Darién y para los pobladores locales de los municipios de tránsito.

La fortaleza inferencial del rastreo varía entre eslabones en función del grado de triangulación alcanzado. Los eslabones reglas, cobros y legitimidad funcional están respaldados por múltiples fuentes de perfiles distintos. Mientras que protección y gobernanza criminal cuentan con menos fuentes. Esta asimetría en la densidad probatoria no invalida el análisis, pero advierte que H_1 está sustentada por evidencia convergente y diversificada; mientras que H_2 queda como hipótesis debilitada que requiere mayor trabajo de campo. Al contrastar con las tres explicaciones rivales, pierden fuerza explicativa porque: respecto a R_1 los relatos muestran reglas condicionales, oferta y prestación de servicios de protección que contradicen la idea de una oferta sin orden o episódica; frente a R_2 se halló que la misma logística del orden criminal utiliza la infraestructura portuaria legal, además de vincularse con la población civil; y en R_3 los relatos muestran que la infraestructura y hospitalidad solo son una parte, pues luego los migrantes emprenden la ruta, asegurada por los criminales y que es en Panamá donde aparecen los riesgos.

Se valida entonces H_1 al evidenciar condiciones necesarias, más coherencia en la secuencia y debilitamiento de explicaciones rivales. No obstante, H_2 no pudo ser confirmada con la evidencia disponible, a pesar de que en el cuarto eslabón se hallaron relatos del uso de la infraestructura portuaria legal, pero no son suficientes para sobrepasar las pruebas. Así, la hipótesis al no ser confirmada se debilita.

Con base en los datos analizados, se logra destapar parcialmente la caja negra (ver: Figura 6), pues se satisface H_1 identificando cinco eslabones en el proceso causal, y la evidencia sugiere una estabilización del tránsito por la presencia de instituciones ilegales operadas por los actores criminales. En este sentido, el mecanismo que se logra reconstruir es de orden interno y quedan observaciones pendientes y más trabajo de campo para poner a prueba H_2 .



Figura 6- Caja negra parcialmente descubierta.
Fuente: elaboración propia

El mecanismo observado en el rastreo de procesos, muestra también la utilidad de la propuesta teórica para comprender la emergencia de órdenes crimilegales (Schultze-Kraft 2016), los cuales a través de reglas, rutinas permanentes (March, Olsen 2009; Peters 2003) y mecanismos de gobernanza criminal (Duque-Daza 2021) expresada en las variaciones entre la consolidación armada y la relación con la legalidad (Arias 2017), crean una gobernanza colaborativa y escalonada o una gobernanza simbiótica (Lessing 2021) que combina la imposición normativa con mecanismos de extracción y protección como lo hacen los Estados (Gambetta 2007; Tilly 1985, 1992).

De esta forma, se argumenta la existencia de un orden político criminal de la migración, en el cual los grupos armados ilegales obtienen un beneficio económico y crean instituciones paralelas con reglas, oferta de bienes y servicios, fiscalidad, y legitimidad funcional. Se infiere por lo tanto que el gobierno criminal de la migración es una organización de tipo territorial (Varese 2010) de nivel micro (Arias 2017) que necesita seguir siendo explorada para comprender sus formas de estabilidad en el tiempo.

Conclusiones

La investigación permitió comprender la emergencia de un orden político criminal asociado a la migración en el Darién colombiano, que funciona como un sistema institucional paralelo al Estado y que emana de la aplicación de las lógicas criminales a la necesidad de migración de poblaciones de diferentes lugares del mundo. El hallazgo del trabajo se

articula con la propuesta de conjunción teórica que permitió identificar la configuración de un orden a través de cinco mecanismos.

Las reglas y rutinas explícitas son la base del orden político criminal en el Darién. La asignación de manillas y salidas acompañadas, muestran como las AGC establecen roles diferenciados y condiciones de acceso a las rutas. En la lógica neoinstitucionalista, estas son condiciones para la existencia de una institución informal que, a pesar de ser ilegal, ordenan el proceso migratorio.

La extracción criminal se evidenció en los cobros que se hacen en dólares y las tarifas para cada tipo de servicio de tránsito y su diferenciación para migrantes o locales. Por ejemplo, la compra de un paquete de manillas le garantiza a los migrantes seguridad salud, uso de campamentos, acompañamiento guiado y el servicio de carga de equipaje. Este comportamiento evidencia un modelo de gobernanza simbiótica, donde la extracción se legitima en la provisión de un servicio. Este eslabón causal, es suficiente para descartar explicaciones alternativas como cobros o prácticas esporádicas.

La provisión de protección y servicios que se reflejó en los protocolos de emergencia y seguridad y la asistencia de guías especializados que se asemejan a funciones equivalentes de bienes públicos ofertados por el Estado. Esto en la lógica teórica propuesta, es la institucionalización de la ilegalidad y demuestra que la criminalidad organizada no solo busca obtener réditos, sino crear órdenes seguros que son legitimados en la aceptación y viabilidad del tránsito.

La coordinación de rutas y el control de la infraestructura evidencian la capacidad de las AGC de crear un monopolio regulatorio en la región. Esto se refleja los nodos de embarque como Necoclí y los permisos para ir a ciertos territorios a personas interesadas en conocer más de la crisis migratoria. Este hallazgo muestra constelaciones de gobernanza (Arias 2017) donde la regulación combina la violencia, con acuerdos híbridos entre lo legal e ilegal. Además, el control implícito de las AGC en infraestructura portuaria cuestiona el monopolio del Estado colombiano en esta zona.

Y, la legitimidad funcional es un resultado de la interacción entre orden y caos. Migrantes y pobladores locales, perciben la migración como un beneficio derivado del sistema criminal, que consiste en una variación entre seguridad, reducción de tiempos y dinamización de la economía local. El resultado es la aceptación social y el reforzamiento del orden político criminal. En este sentido, se argumenta que la gobernanza criminal funciona

bajo una legitimidad alternativa, sustentada en la eficacia y capacidad de las AGC para resolver problemas inmediatos en el proceso migratorio.

Los resultados de la investigación permitieron confirmar parcialmente las hipótesis de trabajo mediante la aplicación de pruebas diagnósticas del rastreo de procesos. Se reconoce, no obstante, que la totalidad de la evidencia primaria proviene de actores externos a la organización armada, lo que introduce un límite inferencial claro sobre los mecanismos internos del orden. Aunque esta limitación no invalida los hallazgos, sí confirma la necesidad de investigaciones futuras que puedan incorporar fuentes de otro tipo que permitan profundizar el nivel interno del gobierno criminal de la migración.

Finalmente, esta investigación es una contribución a los estudios sobre gobernanza criminal y órdenes criminales aplicable a fenómenos de migración irregular poco estudiados desde esta perspectiva. Además, los cinco eslabones identificados son una propuesta de cadena causal que puede ser replicada en otros corredores migratorios de América Latina donde grupos criminales controlan el tránsito. Es por esto por lo que el aporte de la investigación es también metodológico y conceptual al evidenciar que el rastreo de procesos con pruebas diagnósticas es un instrumento adecuado para abrir la caja negra de fenómenos de gobernanza criminal en contextos de acceso restringido, que su capacidad analítica puede ser aplicable a otros contextos.

Bibliografía

- Achilli, Luigi (2024). "The missing link: the role of criminal groups in migration governance", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 50, 5045-5066. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2024.2363844>.
- Arias, Enrique Desmond (2006). "The Dynamics of Criminal Governance: Networks and Social Order in Rio de Janeiro", *Journal of Latin American Studies*, 38, 293-325. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/3875501>.
- « — » (2017). *Criminal Enterprises and Governance in Latin America and the Caribbean*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org/core/books/criminal-enterprises-and-governance-in-latin-america-and-the-caribbean/9010435C967FFD890CF1EDF40D99DA47> (acceso em 16/09/2025).

- Bril-Mascarenhas, Tomas, Maillet, Antoine, Mayaux, Pierre-Louis (2017). "Process tracing. Inducción, deducción e inferencial causal", *Revista de Ciencia Política*, 37, 659-684. <https://doi.org/https://doi.org/10.4067/S0718-090X2017000300659>.
- Collier, David (2011). "Understanding Process Tracing", *PS: Political Science & Politics*, 44, 823-830. <https://doi.org/10.1017/S1049096511001429>.
- Cruz, José Miguel (2022). "Police Legitimacy and Hybrid Security Orders in Central America", *Social Forces*, 100, 1833-1855. <https://doi.org/10.1093/sf/soab087>.
- Cutrona, Sebastián A., Rosen, Jonathan D., Lindquist, Katy A. (2023). "Not just money. How organised crime, violence, and insecurity are shaping emigration in Mexico, El Salvador, and Guatemala", *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 47, 255-278. <https://doi.org/10.1080/01924036.2022.2052125>.
- Dickinson, Elizabeth (2024). "How to Talk to Colombia's Largest Criminal Group", *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2024/09/10/opinion/colombia-gaitanista-gulfclan-clandelgolfo-petro.html> (acesso em 29/09/2025).
- Duarte, Rafael, De Macedo Braga, Camila, Ferreira, Marcos Alan S. V. (2021). "Violent Nonstate Actors and the Emergence of Hybrid Governance in South America", *Latin American Research Review*, 56, 36-49. <https://doi.org/10.25222/larr.756>.
- Duque-Daza, Javier (2021). "Gobernanza criminal. Cogobiernos entre políticos y paramilitares en Colombia", *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, enero-abril, 347-380. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2020.241.75094>.
- Empresario del turismo de Necoclí (2023). *Entrevista cualitativa E016*.
- Enfermero del Hospital San Sebastián de Urabá de Necoclí (2021). *Entrevista cualitativa E010*.
- Feldman, Andreas, Luna, Juan (2022). "Gobernanza Criminal y la Crisis de los Estados Latinoamericanos Contemporáneos", *Annual Review of Sociology*, 48, S1-S23.
- Fisher, Jonathan (2019). "AMISOM and the regional construction of a failed state in Somalia", *African Affairs*, 118, 285-306. <https://doi.org/10.1093/afraf/ady040>.
- Fotógrafo medio Internacional (2021). *Entrevista cualitativa E003*.
- Funcionaria Comisaría de Familia Necoclí (2021). *Entrevista cualitativa E009*.

- Funcionario ACNUR (2021). *Entrevista cualitativa E004*.
- Funcionario Defensoría del Pueblo (2021). *Entrevista cualitativa E005*.
- Funcionario Defensoría del Pueblo Urabá (2021). *Entrevista cualitativa E001*.
- Gambetta, Diego (2007). *La mafia siciliana. El negocio de la protección privada*. México: FCE.
- García, Viviana, Mantilla, Jorge (2021). "Contested borders: organized crime, governance, and bordering practices in Colombia-Venezuela borderlands", *Trends in Organized Crime*, 24, 265-281. <https://doi.org/10.1007/s12117-020-09399-3>.
- Grubovic, Ljiljana (2004). "New institutionalism as a new theoretical framework for urban political analysis", *Spatium*, 41-47. <https://doi.org/10.2298/SPAT0411041G>.
- Knight, Brian, Tribin, Ana (2020). *Immigration and Violent Crime: Evidence from the Colombia-Venezuela Border*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. <http://www.nber.org/papers/w27620.pdf> (acceso em 12/09/2024).
- Lessing, Benjamin (2021). "Conceptualizing Criminal Governance", *Perspectives on Politics*, 19, 854-873. <https://doi.org/10.1017/S1537592720001243>.
- Mapa Movimientos Mixtos a través del Darién – Panamá (sd). <https://data.unhcr.org/es/documents/details/110700> (acceso em 30/09/2025).
- March, James G., Olsen, Johan P. (1983). "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life", *American Political Science Review*, 78, 734-749. <https://doi.org/10.2307/1961840>.
- « — » (2009). "Elaborating the "New Institutionalism"", en, Sarah A. Binder, R. A. W. Rhodes, Bert A. Rockman (eds.), *The Oxford Handbook of Political Institutions*, sl: Oxford University Press, 3-20. <https://academic.oup.com/edited-volume/34346/chapter/291395717> (acceso em 29/09/2025).
- Matta, Nelson (2019). *Clan del Golfo tapon a migrantes en el Darién*. <https://www.elcolombiano.com/colombia/clan-del-golfo-tapon-a-migrantes-en-el-darien-LA10238641> (acceso em 29/09/2025).
- Mochileros –municipio Unguía, Chocó– (2024). *Entrevista cualitativa E018*.
- Niño, Cesar, Guerrero-Sierra, Hugo, Rivas-Otero, José (2023). "Soberanías compartidas, gobernanzas criminales y desafíos al modelo de Estado en Colombia", *Revista Científica General José María Córdova*, 21, 887-906. <https://doi.org/10.21830/19006586.1232>.

- Periodista de Investigación –medio internacional– (2021). *Entrevista cualitativa E008*.
- Peters, Guy (2003). *El nuevo institucionalismo*. Barcelona: Gedisa.
- Piedrahita, Pedro, Ponce, Ana (2020). “Entre políticos y criminales: corrupción política en Colombia 2013-2018”, *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 6, 215-234. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18847/1.12.12>.
- Poblador local de Capurganá (2021). *Entrevista cualitativa E002*.
- Rolandsen, Øystein H. (2019). “Trade, peace-building and hybrid governance in the Sudan-South Sudan borderlands”, *Conflict, Security & Development*, 19, 79-97. <https://doi.org/10.1080/14678802.2019.1561628>.
- Schultze-Kraft, Marcus (2016). “Órdenes criminales: repensando el poder político del crimen organizado”, *Íconos: Revista de Ciencias Sociales*, mayo, 25-44. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.17141/iconos.55.2016.1899>.
- « — », Chinchilla, Fernando A., Moriconi, Marcelo (2018). “New perspectives on crime, violence and insecurity in Latin America”, *Crime, Law and Social Change*, 69, 465-473. <https://doi.org/10.1007/s10611-017-9758-3>.
- « — », Alda, Sonia (2021). “Las bases morales y normativas de la “connivencia” entre los órdenes políticos legal e ilegal: una aproximación desde el concepto de la criminalidad”, en *Los actores implicados en la gobernanza criminal en América Latina*. Madrid: Real Instituto Elcano, 51-64. <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/04/actores-implicados-en-gobernanza-criminal-en-america-latina.pdf>
- Skaperdas, Stergios, Syropoulos, Constantinos (1997). “The Distribution of Income in the Presence of Appropriative Activities”, *Economica*, 64, 101-117. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/2554924>.
- Srivastava, Swati (2022). *Hybrid sovereignty in world politics*. Cambridge, United Kingdom ; New York, NY: Cambridge University Press.
- Tilly, Charles (1985). “War Making and State Making as Organized Crime”, en Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, y Theda Skocpol (eds.), *Bringing the State Back In*. sl: Cambridge University Press, 169-191. https://www.cambridge.org/core/product/identifier/CBO9780511628283A015/type/book_part (acceso em 5/12/2024).
- « — » (1992). *Coerción, capital y los Estados europeos, 990-1990*. Madrid: Alianza Editorial.

- Torrado, Santiago (2022). “El Clan del Golfo domina el tráfico de migrantes en el Darién”, *El País América Colombia*. <https://elpais.com/america-colombia/2022-12-13/el-clan-del-golfo-domina-el-trafico-de-migrantes-en-el-darien.html> (acceso em 29/09/2025).
- Varese, Federico (2010). *Organized Crime*. London: Routledge. <https://www.routledge.com/Organized-Crime/Varese/p/book/9780415460743> (acceso em 14/09/2024).
- Weber, Max (2014). *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

**MULHERES CABO-VERDIANAS EM FRANÇA:
PERCURSOS PÓS-COLONIAIS E PROJETOS FAMILIARES
TRANSNACIONAIS⁽¹⁾**
CAPE VERDEAN WOMEN IN FRANCE: POSTCOLONIAL
JOURNEYS AND TRANSNATIONAL FAMILY PROJECTS

SÓNIA FERREIRA
NOVA FCSH, CRIA
sonia.ferreira@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7215-3212>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 25/02/2026

Resumo

Este artigo analisa as trajetórias de vida de mulheres cabo-verdianas residentes em Paris e, a partir destas, discute a presença cabo-verdiana em França nas suas múltiplas e complexas realidades. As três histórias de vida apresentadas permitem examinar a realidade migratória cabo-verdiana na Europa atual e a sua capilaridade construída sobre extensas redes familiares. Simultaneamente, confere visibilidade ao estudo da migração feminina, área histórica e sociologicamente negligenciada, discutindo a configuração da imigração feminina e o lugar das mulheres migrantes na sociedade cabo-verdiana e na diáspora, bem como o lugar das estruturas de parentesco e da organização familiar nestes complexos processos de mobilidade.

(1) Este artigo foi financiado pela FCT, I.P. no âmbito do plano estratégico do CRIA, Centro de Investigação em Antropologia (UID/04038/2025).

Palavras-chave

Migração; género; França; Cabo-Verde; transnacionalismo.

Abstract

This article analyses the life journeys of Cabo Verdean women living in Paris, and, from these, discuss the Cabo Verdean presence in France in its multiple and complex realities. The three life stories presented allow an examination of the Cabo Verdean migratory reality in Europe today, and its capillarity built on extensive family networks. Additionally gives visibility to the, historically and sociologically, neglected female migration field study, discussing the configuration of female immigration and the place of migrant women in Cabo Verdean society and in the diaspora, and the place of kinship structures and family organisation in these complex mobility processes.

Keywords

Migration; gender; France; Cabo Verde; transnationalism.

Como Jan Lucassen, Leo Lucassen e Patrick Manning salientam, «migration is the talk of the town. It is difficult to read a newspaper without stumbling upon the ubiquitous phenomenon of human geographical mobility, its consequences and the reactions it provokes» (Lucassen et al. 2010: 3). Na sociedade cabo-verdiana, que tem vivido fluxos migratórios desde, pelo menos, as rotas transatlânticas do comércio de pessoas escravizadas, a questão da migração tem também sido sempre um fenómeno omnipresente (ib.). Por outras palavras, poucos países no mundo foram tão profundamente moldados pela migração como Cabo Verde (Carling, Batalha 2008: 13).

A população migrante cabo-verdiana, espalhada por 40 países em cinco continentes (Góis 2006: 25), tem sido analisada através de diversas grelhas classificatórias, onde se incluem as categorias de migração forçada/escravatura, migração imperial/colonial e migração laboral, dependendo do contexto histórico em foco. Caracterizar e quantificar estes movimentos migratórios tem-se apresentado como particularmente complexo devido à sua longevidade e extensa dispersão geográfica (Carreira 1982). No entanto, a migração tem desempenhado um papel tão fundamental na história de Cabo Verde que é considerada um

elemento estruturalmente constitutivo da sua sociedade (Andrade 1995), na forma de uma «ideologia migratória» no sentido evocado por Carling e Åkesson (2009).

Em 1975, ano em que Cabo Verde se torna independente, Cardina e Rodrigues referem como a população do arquipélago seria inferior a 300 mil habitantes. Em 2021 já andaria nos 500 mil, no entanto a este valor acresce um milhão de cabo-verdianos e seus descendentes a viver fora do território, um agregado populacional, nacional e transnacional, onde «a dimensão insular, uma secular carência económica e a relativamente pequena dimensão dos territórios fazem com que as redes de cumplicidade, familiaridade e solidariedade sejam estruturantes no arquipélago e também nas distintas diásporas.» (Cardina, Rodrigues 2023: 14).

Em termos de padrões migratórios, Andrade (1995) identifica dois fluxos distintos. O primeiro, designado por «antigo», associado à presença portuguesa na África Ocidental, num período anterior à partilha colonial europeia do continente e que envolve principalmente a migração para a Guiné-Bissau, o Senegal e os Estados Unidos. E um segundo, denominado de «moderno», que surgirá no início do século XX e que se expandirá significativamente após a Segunda Guerra Mundial, compreendendo vários países europeus⁽²⁾. No caso específico da migração que se dirigirá para a Europa, os fluxos iniciais irão concentrar-se maioritariamente em cidades portuárias e regiões piscatórias, como Roterdão (Países Baixos), Antuérpia (Bélgica), Hamburgo (Alemanha) e Gotemburgo (Suécia). Estendendo-se posteriormente a outras partes da Europa, como Portugal, França e Itália, bem como, através do Atlântico, para a Argentina e o Brasil. O Boletim *Migrações*, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2022: 96), relata que, entre 16 de junho de 2016 e 15 de junho de 2021, Portugal (61,9% de um total de 17 961 indivíduos), os Estados Unidos (17,8%) e França (6,6%) continuaram a ser os principais destinos da emigração cabo-verdiana. No entanto, a investigação académica sobre a migração cabo-verdiana em França continua a ser bastante circunscrita (Vieira 1997, 1998; Meintel 2002; Tavares 2018), apesar da presença estabelecida deste grupo no país desde, pelo menos, a década de 60 do séc. XX.

(2) Deve-se notar que, em geral, diferentes ilhas correspondem a diferentes destinos migratórios. Para uma ilustração de como a geografia das conexões transnacionais varia de ilha para ilha, ver Carling 2003.

O presente texto pretende contribuir para a análise dessa migração, apresentando as trajetórias de vida de três mulheres cabo-verdianas residentes em Paris, procurando observar como a migração feminina desafia as múltiplas e complexas realidades dos modelos patriarcais tradicionais, instigando transformações nos papéis de gênero e na organização familiar. As mulheres cabo-verdianas assumem frequentemente, em contexto migratório, o papel de provedoras financeiras, sendo, simultaneamente, as responsabilidades em torno do «cuidado» redistribuídas entre os membros femininos da família alargada, reforçando as estruturas familiares matrifocais. Este fenómeno acentua a relevância da análise da migração na intersecção com as dinâmicas de gênero e na reconfiguração dos papéis familiares em contextos transnacionais.

As três narrativas de vida apresentadas permitem: (a) analisar a dinâmica contemporânea da migração cabo-verdiana na Europa, enfatizando a sua capilaridade através de extensas redes familiares; (b) examinar a migração feminina e o papel das mulheres migrantes cabo-verdianas tanto na sua sociedade de origem como na diáspora; (c) investigar a importância das estruturas de parentesco e da organização familiar na configuração destes complexos processos de mobilidade.

A organização do texto a partir de três exemplos empíricos advém de uma escolha metodológica que pretende privilegiar a «descrição densa» (Geertz 1973) e a profundidade interpretativa, que permite aferir o cruzamento entre estrutura e agência nas diversas camadas de significado que compõem o tecido social. Não procurando fazer destes registos biográficos exemplos que esgotem as modalidades e configurações da migração cabo-verdiana em França, a sua individualidade procura, acima de tudo, proporcionar densidade analítica e uma abordagem metodológica intensiva (Bertaux 1981) a cada biografia apresentada. Neste caso, identificando redes de circulação transnacional, regimes de fronteiras, processos de racialização e economias morais da mobilidade.

A migração cabo-verdiana em França

Para compreender as histórias de vida apresentadas, é necessário perceber o contexto mais vasto em que estas se integram, ou seja, a migração cabo-verdiana na Europa e, de forma mais concreta, em França.

Cabo Verde ocupa um lugar específico na configuração ideológica do império português (Neto 2008). Nomeadamente, o facto de ter sido instrumentalizado como paradigma da colonização multirracial pelo regime ditatorial do Estado Novo e, no âmbito do colonialismo tardio português, configurar uma «utopia luso-tropical», contrariando algumas das interpretações do próprio Gilberto Freyre (Castelo 1999).

Simultaneamente, e contrariamente a outras populações do império africano, os cabo-verdianos não eram classificados pelo regime como indígenas, mas como cidadãos, pois em 1822 foi atribuída a nacionalidade portuguesa a todos os habitantes de Cabo Verde⁽³⁾. No entanto, esta cidadania não era plena, havia desigualdades de acesso, por exemplo, à ocupação de cargos na administração pública, entre os portugueses da metrópole que viviam nas ilhas e a população cabo-verdiana (Amado 2019: 84; Fikes 2009).

Nesse sentido, e estando já presente em território metropolitano desde, pelo menos, a década de 60 do séc. XX, um forte fluxo migratório originário de Cabo Verde – pois existia «uma política colonial de imigração, que facilitava a mobilidade de mão-de-obra de Cabo Verde para a metrópole, incluindo cabo-verdianos que se encontravam nas outras colónias portuguesas» (Carita, Rosendo 1993: 142) – uma parte substancial dessa população, e outra que entrará em Portugal com esse propósito, integrará historicamente o fluxo migratório português para França das décadas de 1960 e 1970⁽⁴⁾. Este, ao ser constituído maioritariamente por uma migração irregular, não permite uma contabilização efetiva do número de indivíduos em mobilidade. Isto, em termos latos, significa que não é possível desagregar dados gerais para obter números de entradas ou, de forma mais específica, tendências por género, faixa etária ou região de origem, sendo que, mesmo após este período inicial, Portugal continuou a ser frequentemente uma plataforma de circulação da imigração cabo-verdiana para a Europa (Góis 2006). Estes novos fluxos, apoiam-se na pré-existência de redes sociais e familiares

(3) Mais tarde, o decreto ministerial de 6 de fevereiro de 1929 cria uma distinção entre os povos colonizados, diferenciando «indígenas» e «não indígenas». A Carta Orgânica do Império Colonial Português (1947) exclui os cabo-verdianos da classificação de «indígenas», juntamente como as populações do Estado da Índia (Goa, Damão e Diu) e de Macau. (Ferraz de Matos 2006: 62-68).

(4) Para uma reflexão sobre o fluxo migratório português para França, entre 1957 e 1974, ver Pereira 2014.

que facilitam ou proporcionam o acolhimento, e interligam-se com os diferentes contextos políticos e jurídicos que têm definido a circulação de migrantes de países terceiros dentro da União Europeia (UE).

Ser detentor de uma nacionalidade europeia permite não só o acesso ao espaço europeu, como a possibilidade de livre circulação no seu interior. A mobilidade dos cidadãos europeus no espaço Schengen é um tema que merece atenção específica, uma vez que o seu cálculo e mapeamento devem ser acompanhados por uma leitura crítica das várias conjunturas legislativas que definem a construção do projeto político europeu e a circulação intraeuropeia dos seus nacionais. Como salientam Ahrens et al. (2016: 1-2), em 2000 estimava-se que cerca de 6 milhões de cidadãos europeus viviam num Estado diferente daquele da sua nacionalidade, um número que 10 anos depois, em 2011, tinha aumentado para 12,8 milhões. Como afirmam os autores, este grupo é composto principalmente por indivíduos nascidos na Europa que viajam para estudar, trabalhar ou aposentar-se. No entanto, cerca de 11,9 milhões de nacionais de países terceiros naturalizados, também se deslocam pela Europa como «novos cidadãos da UE» (Van Hear, Lindley 2007, citados em Ahrens et al. 2016), e pouco se sabe sobre estes, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Os cabo-verdianos com nacionalidade europeia integram estes fluxos⁽⁵⁾.

O projeto JODIA, realizado no CIES/ISCTE em Lisboa, em 2004 (Machado 2009) analisa os processos de migração e remigração de jovens dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com antecedentes de imigração, mostrando que, em 72,6% dos casos, estes jovens afirmam ter familiares noutros países europeus, sendo a França o país mais citado pelos inquiridos (33,9%). E neste âmbito, são os jovens de origem cabo-verdiana os que apresentam a maior percentagem de familiares na Europa, com 87%. Muitos destes jovens afirmam mesmo ter vivido temporariamente no país onde residem esses familiares, o que, como argumenta Fernando Luís Machado (2009), demonstra que os

(5) Numa edição recente da revista *Hommes & Migrations* (nº 1341, 2023), os autores do dossier intitulado “Revisiter les migrations européennes” não só traçam um panorama dos trabalhos recentes sobre esta questão, como salientam a necessidade de continuar a examinar o que tem sido, desde há muito, um «ponto cego» na investigação: a migração intraeuropeia, seja histórica ou contemporânea, e a sua relação com o contexto político, económico e social europeu, bem como com a migração proveniente de países terceiros.

imigrantes dos países PALOP e os seus descendentes se europeizaram verdadeiramente, no que diz respeito à mobilidade.

Fora do contexto lusófono, outro fluxo migratório que deve ser considerado na análise das populações cabo-verdianas em França é o que está associado a processos de remigração a partir do Senegal. O que Vieira (1998: 56) descreve como aqueles que chegam ao «solo europeu por uma rota indireta», como os «cabo-verdianos de Dakar» que trabalhavam para famílias de colonos franceses e, após o processo de descolonização do Senegal, entram em França com os seus empregadores. Igualmente, desde a independência de Cabo Verde em 1975, outros migrantes chegam a França a partir diretamente do arquipélago, muitas vezes para se juntar a redes familiares já estabelecidas em solo europeu.

Sobre esta realidade, os dados estatísticos disponíveis diferem significativamente entre as várias fontes e autores. Como Vieira salienta,

on a beaucoup de difficultés à mesurer ces migrations rendues complexes d'abord par leur dimension multipolaire, ensuite par l'utilisation de passeports différents au moment du départ (portugais, capverdiens, français, sénégalais) et enfin par la nature des réseaux de travail, familiaux ou clandestins (Vieira 1998: 57).

Em França, os dados estatísticos sobre a imigração são frequentemente insuficientes para uma caracterização sociodemográfica aprofundada, agravada pelo facto de algumas populações não terem existência burocrática formal devido a situações sociais complexas ou de irregularidade. No caso da nacionalidade cabo-verdiana, só a partir do recenseamento populacional de 1982 é que esta passou a ser tida em conta nas estatísticas oficiais francesas (Vieira 1998: 57). Esta situação levanta questões cruciais sobre a análise de fontes nos estudos migratórios, assim como sobre os mecanismos de contabilização das populações migrantes e estrangeiras.

Podem encontrar-se assim muitas discrepâncias nos dados. Em 1989, Diehl et al. (1989: 23) estimaram a presença de 15 000 a 17 000 cabo-verdianos em França, a segunda maior «comunidade» cabo-verdiana na Europa, apenas superada pela de Portugal (50 000/55 000)⁽⁶⁾. Em 2002, Meintel referia a existência de 30 000 a 40

(6) Seguida dos Países Baixos (12,000/13,000) e de Itália (7000).

000 cabo-verdianos em França⁽⁷⁾. Os inquéritos TeO1 (2008-2009) e TeO2 (2019-2020) – o inquérito *Trajectoire et origines* – em França não discriminam os dados relativos à população cabo-verdiana e nos recenseamentos do INSEE (França), os cabo-verdianos aparecem na categoria «África, excluindo o Magrebe», «outros países africanos» ou «outras nacionalidades africanas».

Geograficamente, em França, uma vez que a migração é tanto movimento como assentamento (Héran 2016: 8), os cabo-verdianos, tal como outras populações migrantes, concentram-se principalmente nas áreas urbanas e industrializadas da região da Île de France e arredores (Vieira 1998: 60). No entanto, como mencionado acima, não existem estatísticas detalhadas que permitam fornecer dados históricos e sociológicos aprofundados sobre esta população e a sua fixação territorial. Meintel (2002: 36-37) salienta, no entanto, a sua grande mobilidade interna em França (Amiens, Nice), devido à pobreza e às dificuldades de habitação, e salienta que a população cabo-verdiana também se desloca por outras cidades da Europa Ocidental, seguindo oportunidades de emprego e utilizando redes de parentesco e outras relações sociais, assim como a possibilidade de circulação dentro da União Europeia. Menciona ainda o facto de muitos cabo-verdianos em Portugal terem cidadania portuguesa, o que lhes permite circular livremente no espaço Schengen. Segundo estes autores (Meintel 2002; Lesourd 2005), a maior liberdade de circulação no espaço europeu conduz também a uma maior dispersão familiar, com membros da família a viver em diferentes países europeus. Isto, por sua vez, cria uma mobilidade intraeuropeia própria, já mencionada no projeto JODIA, em que a circulação envolve também, para além de fluxos migratórios mais longos ou mais curtos, visitas a familiares em ocasiões especiais, como casamentos e batizados, ações que visam reforçar os laços familiares e de reciprocidade.

(7) Muitas vezes, os autores referem-se à dimensão da presença cabo-verdiana em França sem apresentar estatísticas concretas ou apenas referindo-se a estimativas de outros autores e não diretamente de fontes primárias (Vieira 1998; Meintel 2002). Em 2002, Meintel aponta para um valor entre 30 000 e 40 000 indivíduos, segundo informações fornecidas pelo cônsul cabo-verdiano em Paris e por líderes de associações no país. Alguns dos dados estatísticos analisados pelos investigadores foram recolhidos pelo agora extinto IAPE – Instituto de Apoio à Emigração, em Cabo Verde.

Mulheres cabo-verdianas em França

Se a análise sobre a migração cabo-verdiana em França é bastante circunscrita, o enfoque nas questões de género é praticamente inexistente. Os dados não apresentam informações sobre a feminização do fluxo migratório, o reagrupamento familiar ou o casamento transnacional, para assinalar apenas alguns exemplos.

Neste quadro, e numa perspetiva interseccional, a antropologia levantou questões importantes nas últimas décadas (Donato et al. 2006) sobre como o processo migratório é um fenómeno necessariamente percorrido pelas questões de género. Estas, entendidas como relacionais e situacionais, assumem ainda frequentemente em contexto migratório um carácter transnacional no qual os contextos coloniais são o pano de fundo que define as diferentes «gendered geographies of power» (Mahler, Pessar 2006).

A mudança de foco dos migrantes masculinos – as macro explicações para a imigração frequentemente ligadas à industrialização reforçavam o foco no trabalho masculino, principalmente dos trabalhadores fabris – para a «descoberta» das migrantes femininas complica a visão monolítica da «classe trabalhadora», dando visibilidade a diferentes mercados de trabalho, formas de opressão e agência (Green 2012). A ideia de que os séculos XIX e XX foram a «era da migração masculina em massa», seguida pela «feminização da migração» no século XXI, é questionada, pois as mulheres foram frequentemente os principais envolvidos nesses processos de migração massiva. Nesse sentido, é importante salientar o lugar das mulheres nos movimentos migratórios, não as apresentando apenas como agentes passivas que ladeiam os parceiros masculinos, mas ressaltando as especificidades de alguns padrões de migração feminina e das suas experiências particulares.

O presente texto procura contribuir para estes debates, dialogando com as análises existentes sobre mulheres migrantes cabo-verdianas em Portugal (Challinor 2018), Espanha (Oca 2015) e Itália (Évora 2007; Lobo 2020a; Silva, Jesus 2020), bem como com os dados recolhidos a partir do seu lugar de origem em Cabo Verde (Grassi 2003; Lobo 2007, 2020b), nomeadamente no âmbito do designado «homeland transnationalism» (Åkesson 2008). Além disso, procurará situar as suas conclusões no âmbito de discussões académicas mais amplas sobre a migração africana em França, particularmente através das perspetivas antropológicas oferecidas por Kuczynski e Razy (2009).

A transição dos Estudos da Mulher para os Estudos de Género na década de 1990 revela como a construção social da masculinidade e da feminilidade não é monolítica nem universal, tornando necessário compreender as questões específicas de género no âmbito das experiências migratórias, assim como as relações e identidades de género como realidades matizadas e relacionais, caracterizadas por fronteiras difusas e processos negociados. No caso das migrações cabo-verdianas, como Grassi e Évora salientam na introdução a uma coleção sobre género e migrações no arquipélago,

a inserção da problemática do género no estudo da migração introduz um elemento mais na compreensão das lutas simbólicas que os diferentes participantes da experiência migratória empreendem para estabelecer o monopólio do tipo de capital que o campo migratório produz (2007: 18).

Isto permite uma análise mais complexa da migração cabo-verdiana, tanto em termos gerais como em contextos em que está associada a um fluxo migratório feminizado⁽⁸⁾, em que o género pode servir como uma das estruturas interpretativas da realidade local e transnacional.

Como as autoras acima referidas reafirmam,

a pertinência do género na compreensão da cultura cabo-verdiana prende-se grandemente com a posição que a mulher assume na estrutura familiar daquela sociedade, que lhe atribui a responsabilidade para o sustento e a reprodução do agregado (Grassi, Évora 2007: 13).

Esta forma de estruturar as relações sociais é replicada nos contextos migratórios. Até à década de 1980, a emigração cabo-verdiana era maioritariamente masculina, com exceção da migração para Itália, que era marcadamente feminina (Grassi 2007). O fluxo intenso de mulheres para Itália, que começou na década de 1960, alargou-se posteriormente a Portugal, França e Países Baixos (Grassi 2007: 34), em alguns casos em contexto de reagrupamento familiar. Referindo-se à ilha da Boa Vista – embora também aplicável a outras ilhas –, Lobo observa que «as mulheres partilham do *ethos* da emigração como alguma coisa que é, a um só tempo, natural e necessário» (Lobo 2007: 170), argumentando que

(8) Como é o caso de Nápoles e Roma, em Itália, e Madrid, em Espanha.

homens e mulheres estabelecem uma relação diferente de compromisso com aqueles que ficam e salientando que, embora a migração feminina implique reorganizações no quadro familiar e doméstico, as mulheres nunca perdem a centralidade no seio da família transnacional. Na mesma linha argumentativa, Trovão menciona como as mães cabo-verdianas com quem trabalhou pertencem a uma «long-time labour diaspora supported by transnational family ties that guarantee the circulation of people, goods, values and practices between the country of origin and various diasporic spaces» (Trovão 2016b: 4).

A questão transnacional trespassa a maior parte das questões levantadas por estes autores e Meintel (2002) assinala a profundidade histórica e a longevidade do transnacionalismo cabo-verdiano⁽⁹⁾. Apresentando o exemplo de outros grupos migrantes, como os chineses, argumenta que ambos são precursores ou fundadores *avant la lettre* da mobilidade hoje chamada de transnacional (Basch et al. 1994). Analisando as fases iniciais do transnacionalismo cabo-verdiano, Meintel (2002: 39) argumenta que as novidades que podem hoje ser encontradas são: 1) a diversificação do género, classe, local de origem e destino dos migrantes; 2) a intensificação do contacto entre os locais de partida e de origem, mas também o aumento progressivo do contacto entre os espaços diaspóricos; e 3) o papel desempenhado pela emigração na política interna e externa de Cabo Verde. Simultaneamente, Carling (2017) enfatiza a discussão sobre os lugares como fragmentações do espaço nos processos de mobilidade das famílias cabo-verdianas, embora, acima de tudo, e como assinala Drotbohm (2020), o mais relevante nestes processos seja o questionamento do que «significa família», tanto do ponto de vista dos migrantes, como do ponto de vista normativo e jurídico.

O conceito de diáspora, tal como o de transnacionalismo, surge frequentemente na caracterização da realidade migratória cabo-verdiana, no entanto, tal como o primeiro, apresenta dificuldades operacionais e teóricas na sua adequação e alguns autores sugerem a utilização alternativa do conceito de «comunidades transnacionais» (Góis 2006) para descrever a realidade migratória cabo-verdiana. Como «awkward dance partners» (Faist 2010), diáspora e transnacionalismo são contudo frequentemente

(9) A autora utiliza como material para reflexão empírica a sua investigação em Cabo Verde – nas décadas de 1970 e 1990 – e com migrantes cabo-verdianos nos EUA (Boston-Providence), Canadá (Toronto) e França (Paris) no final da década de 1990 (1996-1999).

utilizados de forma intercambiável, embora reflitam genealogias intelectuais distintas, tanto acadêmica como politicamente. Por vezes, são igualmente apropriados como categorias *emic* pelos próprios migrantes, e assim variadíssimas populações têm utilizado o conceito para defender os seus direitos, organizar os seus movimentos nacionais ou afirmar os seus interesses comuns, para além de quaisquer distâncias geográficas e históricas que possam opor os seus membros. No caso específico das migrações cabo-verdianas, Góis, que estudou o seu estabelecimento em Portugal e nos Países Baixos, considera que o termo mais adequado seria o de «(...) comunidades transnacionais, assentes sobretudo, na sua vertente laboral deslocalizada», consolidadas ao longo do século XX, «dando lugar a uma geografia multipolar que em muito se assemelha a uma rede, com nodosidades de importância historicamente variável» (Góis 2006: 27). O autor enfatiza, assim, a natureza multipolar desta migração, com «nós» que se formam em determinados locais, muitas vezes associados a núcleos familiares alargados, mas que não são necessariamente estáveis ao longo do tempo. Como se verá, estas características são assinaladas pela maioria dos autores que trabalham sobre este grupo migratório e podem ser identificadas nas biografias que este texto apresenta.

Três histórias de vida

Nesta secção pretende-se discutir de forma mais detalhada as biografias de três mulheres migrantes cabo-verdianas, residentes em Paris e cujos trajetos de mobilidade exemplificam a título micro e individual, geografias mais alargadas de poder e a sua inscrição na história pós-colonial europeia.

Das três mulheres que serão mencionadas neste texto⁽¹⁰⁾, uma tem nacionalidade cabo-verdiana (Eugénia), outra tem nacionalidade portuguesa e ascendência cabo-verdiana (o pai e a mãe têm nacionalidade cabo-verdiana) (Fátima) e a terceira tem nacionalidade cabo-verdiana e italiana (Fernanda). Todas as três se identificam como cabo-verdianas. Todas as três são da ilha de Santiago e são mulheres badiu⁽¹¹⁾.

(10) As entrevistas tiveram lugar em Paris (França), entre 2020 e 2022. Para manter o anonimato, foram utilizados pseudónimos para todas as entrevistadas.

(11) Geograficamente, as ilhas do arquipélago de Cabo Verde dividem-se nas ilhas do Barlavento, a norte (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista), e nas ilhas do Sotavento, a sul (Santiago, Brava, Fogo e Maio). As populações destes dois grupos de ilhas

O local de encontro com as três foi uma *épicerie fine* portuguesa em Paris, propriedade de Fátima e onde Eugénia e Fernanda trabalhavam pontualmente. Neste estabelecimento comercial, tanto o nome como a seleção de produtos remetem para o consumo elitista de produtos étnicos portugueses⁽¹²⁾ e, entre os clientes, contam-se residentes do bairro (franceses ou de outras nacionalidades) que procuram descobrir ou voltar a consumir produtos da gastronomia portuguesa (bem como louça e pequenas peças de artesanato), e migrantes portugueses e cabo-verdianos. Os portugueses são, na sua maioria, residentes no bairro; os cabo-verdianos vivem no bairro ou noutros locais, e fazem maioritariamente parte da rede social da proprietária. O primeiro grupo – residentes do bairro (franceses ou de outras nacionalidades) – são clientes no sentido formal do termo; o segundo – migrantes – além de adquirirem bens de consumo, utilizam maioritariamente o espaço como ponto de encontro e de confraternização.

As histórias de vida aí recolhidas permitiram uma análise das estratégias que estas três mulheres migrantes empregavam para se envolverem em grupos ou comunidades de pertença transnacional.

Fernanda nasceu em 1982 em Cabo Verde, onde viveu até aos 24 anos. A sua irmã mais velha emigrou para a Holanda, com o pai, quando esta tinha quatro anos e, de lá, também com ele para os EUA. Fernanda emigrou pela primeira vez aos 24 anos para se juntar a ambos nos EUA, onde trabalhou em duas fábricas. Não gostou do país, onde viveu durante seis meses, e regressou a Cabo Verde. Mais tarde, aos 30 anos, partiu para França. A sua decisão de migrar para a Europa deveu-se, em parte, ao facto

falam dois tipos diferentes de crioulo (ou língua cabo-verdiana): o sampadjudo no Barlavento e o badiu no Sotavento. Esta divisão linguística está também associada a diferenças culturais e a processos de racialização, uma vez que as populações do norte são consideradas «mais brancas» devido a uma ocupação mais «europeia» do território e as do sul «mais negras», devido a uma maior ocupação territorial por populações da África continental. Esta divisão regional também pode ser encontrada nos contextos migratórios. D’Hombres e Pons (2014: 8) mencionam como, em Marselha, esta diferenciação é visível nas redes de pertença e sociabilidade, acompanhada por desvalorizações mútuas entre os grupos.

(12) Nos últimos anos, surgiram vários estabelecimentos similares em Paris, associados ao impulso que a migração francesa para Portugal ganhou, bem como à importância de Portugal como destino turístico para o público francês que, ao regressar, procura produtos que consumiu durante as férias. O projeto “COMPOR - Coisas de Portugal: negociações identitárias e usos de cultura material portuguesa num quadro de migrações transnacionais” (2023, IN2PAST), coordenado por Filomena Silvano (CRIA NOVA FCSH) e no qual a autora é investigadora, analisa estas questões.

de ter herdado a nacionalidade italiana do avô paterno. Partiu sozinha, fixando-se pela primeira vez nos arredores de Paris, em Champigny, e mais tarde na região vinhateira de Champagne-Ardenne. Após um ano, contactou a família que tinha em França e partiu para Paris, onde viveu com uma tia durante quatro anos. Durante esse tempo, trabalhou no serviço de cuidado a idosos e, mais tarde, na *épicerie* portuguesa, cuja proprietária é sua prima (Fátima). Viaja entre França, Cabo Verde, os EUA – onde esteve para o 90.º aniversário da sua avó paterna –, os Países Baixos – onde visita uma irmã – e Portugal – onde atualmente não tem família, pois os parentes que tinha em Portugal emigraram para França há 20 anos.

Eugénia tem uma história diferente para contar. Nasceu em Cabo Verde em 1969. Tem cinco irmãs e dois irmãos. Viveu em Cabo Verde até aos 20 anos, altura em que emigrou para a Holanda para estar com a mãe; em 2004, remigrou da Holanda para França. A mãe tinha emigrado para a Holanda quando Eugénia tinha dois anos e esta ficou em Cabo Verde com a avó materna, não voltando a ver a mãe até aos 15 anos. A mãe emigrou primeiro para Itália e depois para a Holanda, onde casou e teve quatro filhos, tendo-se depois divorciado. Eugénia tem família em Cabo Verde, Portugal, Holanda, França e Luxemburgo.

Fátima nasceu em 1974, em Portugal, de pais cabo-verdianos e tem nacionalidade portuguesa. Possui dois irmãos (um da mesma mãe e pai, o outro – falecido – apenas do pai) e emigrou para França aos 22 anos. A mãe tinha 17 anos quando emigrou para Portugal, percurso que o pai empreenderá também após cumprir o serviço militar. Os pais de Fátima separaram-se quando esta tem 15 anos e a mãe emigra para França, onde dispõe de família e amigos. Os filhos do casal ficaram com o pai durante algum tempo, emigrando posteriormente para França para se juntarem à mãe. Fátima vai de férias a Paris pela primeira vez em 1992 e fixa-se definitivamente em 1996. Resume:

Eu vim com a perspectiva de acabar os meus estudos. (...) Eu vim para cá porque queria ter uma vida melhor. Eu em Portugal nunca fui de férias. (...) A minha mãe mudou-se para cá e eu tive de a seguir, mas não foi uma escolha minha, foi uma escolha dela. No entanto, achei que talvez fosse melhor aqui, por isso concordei em vir.

Esta questão remete para a discussão de Patricia Hill Collins sobre o lugar da família nas discussões sobre interseccionalidade onde destaca,

entre outras, a questão da relação contraditória entre igualdade e hierarquia. Analisando os ideais de família no contexto das populações negras norte-americanas, assinala como o ideal tradicional de família projeta um modelo de igualdade, enquanto na realidade «actual families remain organized around varying patterns of hierarchy» (Collins 1998: 64). Esta questão é relevante para pensar as narrativas onde a família surge sempre, seja como o fator desencadeador do percurso migratório ou o pano de fundo que o enquadra, mas onde relações constantes de troca e reciprocidade estão presentes – «individuals feel that they “owe” something to, and are responsible for, members of their families» (Collins 1998: 71).

No contexto italiano, Clara Silva e Maria de Lourdes Jesus, assinalam a mesma realidade para as jovens que, nos anos 1960 e 1970, vão integrar o fluxo migratório feminizado que caracterizará durante algum tempo, a realidade da migração cabo-verdiana naquele país:

Quem imigrava inicialmente eram mulheres jovens, solteiras e com uma instrução básica, ao mesmo tempo determinadas e com um projeto migratório preciso: melhorar a própria condição de vida e oferecer um apoio económico aos familiares no país de origem (2020: 141).

Ao analisar a diáspora cabo-verdiana, Grassi (2007: 47) refere ainda como o conceito de unidade familiar obedece a normas culturais específicas, uma vez que a categoria «familiares» inclui frequentemente pessoas que não são parentes por consanguinidade ou aliança matrimonial, mas com quem existem obrigações recíprocas criadas no âmbito de redes de apoio em Cabo Verde ou no estrangeiro. Simultaneamente, o contexto cabo-verdiano é etnograficamente próximo do contexto caribenho, não só em termos da configuração dos fluxos migratórios e das práticas transnacionais, como mencionado acima, mas também devido à prevalência de estruturas familiares flexíveis (Smith 1995; Trovão 2014) assim como discursos sobre a criouliização (Vale de Almeida 2007; Cidra 2021). Como Trovão (2016a: 243) salienta, «Cabo Verdean family structures have been simultaneously influenced by a patriarchal family model inspired by Catholic values and a family setting marked by the volatility of marital relations» onde predominam os padrões familiares de co-parentalidade, centralidade da relação mãe-filho e família alargada.

O contexto migratório assiste a uma reprodução destas configurações, tais como a matricentralidade, as famílias monoparentais e a centralidade da família alargada (Trovão 2014), articuladas através de práticas transnacionais frequentemente organizadas e dirigidas por mulheres. Fernanda, por exemplo, tem quatro irmãos do lado da mãe e dois do lado do pai. E a sua família nuclear é composta pelo marido, um cidadão senegalês, e pela filha de 23 anos⁽¹³⁾, que vive em Cabo Verde, à espera de obter a cidadania italiana para poder migrar para França. No que diz respeito ao peso da estrutura familiar, o discurso de Fernanda revela como a memória familiar se organiza em torno da matricentralidade: «A minha mãe ficou sozinha com os filhos, a minha avó ficou sozinha com os filhos porque o meu avô emigrou, foi para o Senegal e só regressou quando a minha mãe tinha 40 anos e a minha filha mais nova tinha 5 meses». As jornadas migratórias dos homens são assim calculadas pela idade dos filhos que deixam para trás, bem como pela idade que esses filhos têm quando regressam – filhos que são deixados aos cuidados das diferentes gerações de mulheres da família. Esta narrativa da hereditariedade feminina inclui um discurso que exalta a natureza épica da monoparentalidade no seio da família alargada, na qual as mulheres ocupam todos os papéis familiares disponíveis – «As mulheres cabo-verdianas são muito corajosas, [e] trabalhadoras; são mães, pais, avós, [tias e] tios, tudo, fazem tudo sozinhas» (Fernanda).

Simultaneamente, o projeto de migração, que é essencialmente económico, integra a retórica da independência económica individual, mas também os canais de ajuda à família alargada de mulheres, cuja figura central é a mãe. Fernanda, por exemplo, menciona como a sua decisão de migrar está ligada ao seu desejo de ajudar materialmente a mãe – «Vou para a Europa, vou trabalhar para “fazer” a casa da minha mãe. Esse era o meu sonho». Lobo, que estuda precisamente o lugar da casa no contexto migratório cabo-verdiano, enfatiza que «a casa é o locus das lembranças e das saudades, é um elo de pertencimento, um lugar de retorno e, por fim, um objetivo; afinal, emigra-se para construir uma casa» (Lobo 2020b: 288)⁽¹⁴⁾. Estas questões inserem-se

(13) Fernanda estava grávida quando se realizou a entrevista e, entretanto, deu à luz uma filha, em França.

(14) Sobre as especificidades da «migração de retorno» cabo-verdiana, ver Carling 2004 e Åkesson 2011. Para o impacto das remessas, ver Åkesson 2009.

nas importantes discussões em ciências sociais sobre a definição de «casa» em contexto migratório e diaspórico, uma «tensão criativa» (Brah 1996: 189) que Sara Ahmed resumirá como «‘homes’ always involve encounters between those who stay, those who arrive and those who leave» (Ahmed 1999: 340), acentuando a centralidade de um «lugar» que Brah designou como a «mythic place of desire in the diasporic imagination» (Brah 1996: 188). As autoras conferem centralidade à «casa» para lá da sua dimensão material, enaltecendo o seu lado simbólico, subjetivo, experiencial e emocional, também referido por Lobo para o contexto cabo-verdiano.

Quando emigrou para a Holanda, a mãe de Eugénia deixou quatro filhos em Cabo Verde, três raparigas e um rapaz. Eugénia era a mais nova de todos. Enquanto vivia na Holanda, a mãe foi levando alguns dos filhos para junto de si, primeiro as filhas e, mais tarde, o filho. As raparigas não têm o mesmo progenitor (e Eugénia tem ainda um irmão e uma irmã do lado paterno) e, embora os pais de todas vivessem em Cabo Verde, as crianças são entregues à avó materna, após a partida da mãe. Quando deixa Cabo Verde para se juntar à mãe e trabalhar na Holanda, Eugénia também já é mãe, de um rapaz que deixa na ilha aos cuidados da avó. Mais tarde, incapaz de estabelecer uma boa relação com a mãe – o que justifica pela longa ausência que marcou a sua relação –, Eugénia reemigra para França, seguindo o conselho de uma cunhada que aí vivia. Num olhar autorreflexivo sobre a sua vida familiar, Eugénia explica como sente que reproduziu o modelo em que foi criada: «Fiz o mesmo que a minha mãe, deixei o meu filho em Cabo Verde (...). Arrependo-me, porque hoje não temos uma boa relação (...) O meu filho também foi criado pela minha avó. Ela criou-me a mim e ao meu filho». Eugénia não só sente que reproduziu o modelo familiar, como também sofre as mesmas repercussões, tendo de gerir uma relação difícil com o filho que cresceu à distância⁽¹⁵⁾. Este relato insere a narrativa biográfica de Eugénia num continuum histórico, que vai ao encontro do que Ahmed refere como algo constitutivo do processo migratório, ou seja, «generational acts of story-telling about prior histories of movement and dislocation» (Ahmed 1999: 342). Nestes estão incluídos não só os indivíduos em mobilidade, mas o que «ficam para trás» e que permanecem membros das redes familiares que se estendem no

(15) O filho irá mais tarde juntar-se a ela em Paris para prosseguir tratamento hospitalar.

tempo e no espaço, integrando frequentemente trajetórias de circulação do «cuidado» que, no entender de Baldassar e Merla (2013: 6), devem permitir teorizar as famílias transnacionais como um formato de família contemporânea em si, assinalando a desvalorização da economia política da migração (idem: 8; Gardner, Grillo 2002), quando se trata do trabalho do «cuidado» prestado entre mulheres.

Os padrões de movimento de mães e filhos – estes últimos criados em diferentes países por outros familiares, geralmente avós, seguindo as diferentes jornadas migratórias dos pais, geralmente mães⁽¹⁶⁾ – criam e desatam, ao mesmo tempo, os «nós» mencionados anteriormente, ou seja, os núcleos mais densos dessas famílias multipolares. Esta circulação capilar – mais densa ou mais lassa na sua frequência, mais intensa ou mais fraca na sua capacidade de manter laços de sociabilidade – alimenta, no entanto, continuamente esta mobilidade intraeuropeia e transcontinental de pessoas e bens.

Fernanda emigra para França com motivações de carácter económico, pois pretendia custear a renovação da casa da sua mãe em Cabo Verde, onde planeava regressar mais tarde para «ganhar a vida» fazendo negócios entre Cabo Verde e outros países, uma atividade económica muito comum e específica das mulheres conhecidas como «rabidantes» (Marques, Santos, Araújo 2001; Grassi 2003). No entanto, depois de regressar grávida de umas férias em Cabo Verde, reavalia a sua situação e decide que prefere que a sua nova filha usufrua dos benefícios de nascer em França. Assim, no novo cenário, planeia trazer a sua outra filha, o marido e a mãe para França, porque sente que agora tem de pensar na filha que vai nascer, à qual quer dar um «futuro melhor». É, portanto, Fernanda quem gere os fluxos migratórios da sua família, sendo uma parte fundamental dessa gestão não só a análise estratégica dos potenciais locais e países de nascimento dos filhos, como a sua capacidade de gerar recursos económicos – remessas de bens e dinheiro que envia para Cabo Verde. No entanto, como Lobo (2007: 178) adverte, esta questão deve ser analisada no seu contexto particular e através de uma compreensão semanticamente ampla do significado destas trocas económicas na vida

(16) Carling também salienta, a partir da sua investigação com famílias cabo-verdianas, que «When a Cape Verdean mother emigrates, it is generally her own, individual decision. It is also she who decides where her children will stay, within the limitations of available options» (Carling 2017: 9).

dos migrantes e das suas famílias, uma vez que as remessas⁽¹⁷⁾ «não são só financeiras, mas incluem também um fluxo de laços emocionais, simbólicos e materiais» que garantem a manutenção da proximidade («relação») entre os familiares, através da solidariedade e da ajuda recíproca. Isto é particularmente relevante no caso das mulheres que deixam os filhos ao cuidado de familiares em Cabo Verde (id.), remetendo a dimensão económica da troca para as trajetórias de circulação do «cuidado» (Baldassar, Merla 2013: 6) já mencionadas anteriormente.

Estas trajetórias assumem também, por vezes, configurações complexas. Meintel (2002: 36) assinala como os percursos migratórios dos cabo-verdianos não são necessariamente diretos de um lugar para outro, envolvendo frequentemente vários lugares, em momentos diferentes, e processos de remigração em cadeia, sequenciais ou de ida e volta. O percurso de Fernanda revela precisamente essa multipolaridade de destinos que acompanham as redes familiares. Em França, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho levaram-na a deslocar-se internamente (Champigny – Champagne-Ardenne – Paris), seja de forma independente, seja ativando redes familiares que, na maioria dos casos, atuam como forças centrípetas que atraem novos membros da família ou aqueles que se deslocam entre vários destinos. Simultaneamente, a nacionalidade italiana deu-lhe acesso ao espaço europeu e a possibilidade de aí circular livremente.

O caso de Eugénia replica parcialmente o de Fernanda, mas o seu processo de remigração ocorreu dentro do espaço europeu (Holanda-França) e Eugénia não tem cidadania europeia. Do seu percurso também se destacam dois aspetos frequentes da migração feminina. Por um lado, a circulação de crianças para se juntarem aos pais, que migram num primeiro momento sem os filhos ou acompanhados apenas por alguns deles; por outro, o facto dessa circulação (ou imobilidade) ser gerida na esfera doméstica, onde as mulheres adultas (mães, avós, tias) desempenham um papel central e organizador.

Por fim, o caso de Eugénia assinala ainda uma situação específica, a da autorização para se deslocar por razões humanitárias, uma vez que

(17) Muitos destes são bens para uso pessoal ou doméstico, enviados por barco em bidões, e podem ser utilizados para consumo pessoal ou comercializados, no que é comumente referido como a «economia do bidon». Sobre este assunto, ver o documentário “Bidon: Nação Ilhéu” (2019) de Celeste Fortes e Edson Silva D – <https://www.youtube.com/watch?v=E01a70l49bw> .

o seu filho mais velho é levado para Portugal ao abrigo de protocolos de cooperação na área da saúde, para receber tratamento médico. Em Portugal, é acolhido por familiares de Eugénia que aí vivem e irá, mais tarde, juntar-se à mãe em França.

A migração por razões humanitárias constitui um campo de análise bastante relevante e que permite contrapor questões em torno da construção sociológica do migrante como «vítima», das políticas regulatórias entre Estados e do papel dos registos pós-coloniais neste âmbito, nomeadamente no quadro das políticas de «ajuda ao desenvolvimento». Mas, no caso em análise, apresenta apenas uma referência residual. O projeto migratório como projeto económico continua a ser o mais enfatizado nos relatos recolhidos. Seja para alcançar condições de vida materialmente mais vantajosas no país de imigração, seja para melhorar a situação pessoal ou familiar no país de origem, adquirindo uma casa, como já mencionado, ou resolvendo dificuldades económicas anteriores. Fátima assinala perentoriamente: «Eu vim para cá porque queria ter uma vida melhor» e descreve como em França, onde começa a trabalhar num restaurante / bar cabo-verdiano em Saint-Denis, o que ganhava dava à mãe para pagar as dívidas que esta ainda possuía em Portugal. Mais tarde, com o ex-companheiro, será co-proprietária de um restaurante «lusófono» em Paris, sendo atualmente proprietária da *épicerie* referida.

O sucesso financeiro destas mulheres, seja no mercado formal ou em atividades informais, confirma a ideia persistente na diáspora (Grassi 2007: 47) de que as mulheres têm mais capacidade do que os homens para gerir negócios e ter sucesso financeiro. Nesse sentido, as mulheres que migram para permitir ou potenciar a reprodução material e simbólica da sua família de origem ocupam uma posição central na organização familiar cabo-verdiana (Grassi 2007: 23). Segundo Grassi, esta é uma das razões pelas quais o «género», como categoria, pode ser um importante quadro interpretativo da sociedade cabo-verdiana e da sua diáspora, particularmente na análise dos «movimentos informais de mercadorias e pessoas organizados em redes transnacionais» (ib.).

Esta relação entre a sociedade de origem e a de destino não se encontra também desligada dos quadros coloniais e pós-coloniais já assinalados. Como refere Hansen, «(...) the vast majority of migration in the world remains heavily 'path-dependent', premised on colonial pathways and historical connections» (2014: 274). O percurso de Fátima está intimamente ligado aos processos de mobilidade colonial e pós-colonial

portuguesa. Os seus pais migraram para Portugal durante o período colonial e, mais tarde, a mãe de Fátima e os seus filhos remigram para França, impulsionados pela existência de redes sociais de acolhimento nesse país. Fátima entra em França como cidadã portuguesa, a única nacionalidade que possui. A sua pertença cabo-verdiana é afetiva e deve-se à ascendência familiar, sendo sustentada através da autoatribuição. Quando adolescente em Portugal, refere como se auto-questionou: «O que é que eu sou na minha identidade pessoal? Não me estava a situar. Os meus pais têm a pátria, mas eu, qual é a minha pátria? Então decidi: não, a minha pátria é a língua portuguesa, como o Fernando Pessoa disse, e mais nada».

A sua âncora na lusofonia não a isenta, no entanto, dos regimes de racialização portugueses que a migração leva consigo. Em França, quando abriu a sua *épicerie*, estas questões surgiram, refere: «Eu até me ri, eu até me ri, sabes porquê? Porque eu disse assim: “Fogo Fátima, tu tens uma grande lata, és pretinha negra e vais-te meter-se numa *épicerie* fina portuguesa”». Na sequência desse processo, começou a assumir uma identidade étnica pública. Numa entrevista a uma publicação portuguesa em França, autodenominou-se «luso-cabo-verdiana» dado que o seu tom de pele a obriga a antecipar as explicações sobre as suas origens étnicas, para além da sua nacionalidade jurídica ou identitária:

Isto é assim, eu nasci em Portugal, eu tenho a minha cultura que é portuguesa. E eu antigamente dizia que era portuguesa, mas agora nas minhas entrevistas digo sempre sou luso-cabo-verdiana. E porque é que eu digo isto? Quando eu fiz este espaço comercial, eu tenho um tom de pele que é diferente dos portugueses, não é igual, o meu tom de pele é escuro, então as pessoas dizem assim: “Não, tu não és 100% portuguesa, tu és de algum lado, tens origens”⁽¹⁸⁾.

Por fim, é importante ainda assinalar como o contexto etnográfico das mulheres cabo-verdianas permite abordagens comparativas com outros grupos de mulheres migrantes lusófonas em França, como pode ser visto no testemunho de uma das entrevistadas de Martine

(18) As questões aqui levantadas sobre os processos e regimes de racialização e sobre como a história de vida de Fátima aborda um conjunto de interrogações complexas sobre etnicidade serão desenvolvidas noutro texto.

Blanchard, na obra *Celles qui partent pour une terre lointane. Récits de femmes capverdiennes em France*: «En dehors des fêtes capverdiennes, je vais parfois à des grandes fêtes d’Africains lusophones où je rencontre des Anglais et des gens de São Tomé et Príncipe» (Blanchard 2017: 133). Esta «sociabilidade lusófona» também se encontra presente no mercado de trabalho, particularmente no que diz respeito aos homens que trabalham na área da construção civil (*Bâtiment et Travaux Public*) (Jounin 2004), mas também nos espaços de lazer (cafés, bares, etc.), nas associações de migrantes, bem como no domínio religioso, particularmente junto das paróquias católicas.

Paralelamente a este universo, deve-se considerar o domínio mais amplo das migrações africanas em França e a sua contribuição para a produção de pensamento crítico na área das ciências sociais. Não apenas sobre as questões que inicialmente foram colocadas pelos académicos e que visavam, sobretudo, as questões da etnicidade associadas à presença de trabalhadores migrantes no contexto da França metropolitana, mas também os processos de reunificação familiar e a feminização dos fluxos migratórios (Kuczynski, Razy 2009). Simultaneamente, as discussões sobre transnacionalismo e diáspora africana em França podem ser criticamente enriquecidas com a análise da experiência múltipla e complexa da presença colonial e pós-colonial cabo-verdiana na Europa nomeadamente, como neste texto se propôs demonstrar, integrando uma perspetiva de género diversificada e interseccional (Barou 2012).

Conclusão

As três biografias apresentadas revelam múltiplos percursos migratórios, construções complexas de pertencimento e identidade, e a existência de redes familiares e sociais alargadas que possibilitam ou reforçam as escolhas e destinos migratórios.

O universo alargado de familiares e laços sociais transnacionais, juntamente com as trajetórias migratórias das suas famílias imediatas, permitiram a estas mulheres empreender a sua própria viagem. Na grande maioria dos casos, iniciando percursos de mobilidade internacional para visitar mães ou irmãos. A matrilinearidade e a matrilocalidade da sociedade cabo-verdiana refletem-se assim na dispersão geográfica da sua diáspora: mulheres que seguem mulheres para ajudar outras mulheres ou os seus

filhos. E, no sentido inverso, procuram apoiar economicamente as suas mães, muitas das quais permanecem em Cabo Verde para criar os netos. Estas redes transnacionais de mulheres devem assim ser estudadas, de forma concreta, nas suas especificidades e configurações próprias, assim como na sua articulação com as mobilidades masculinas – maridos, ex-maridos e pais – com as quais se cruzam.

Por fim, embora este texto se tenha centrado nesta migração feminina em França e na sua relação com o seu Estado nacional de origem – Cabo Verde –, o estudo da migração contemporânea apresenta uma multiplicidade de problemas metodológicos que vão para além desta uni ou bidirecionalidade clássica. Sendo essa questão particularmente evidente quando o foco é colocado no Estado-nação como contexto central para estudos empíricos sobre migração internacional, e na etnicidade como categoria dominante para a investigação empírica que, no caso da migração cabo-verdiana, nos coloca desafios específicos perante uma população que tem, historicamente, um elevado grau de mobilidade e de movimentos transfronteiriços. A necessidade de refinar as ferramentas associadas ao «transnacionalismo metodológico» (Amelina et al. 2013: 20) parece assim evidente quando se estudam populações como as de Cabo Verde, onde coexistem vários modelos de acesso à nacionalidade e à cidadania, com extensas redes de apoio familiar e social nas quais a múltipla travessia de fronteiras é frequentemente constitutiva e estrutural da vida familiar, não de forma unidirecional ou bidirecional, mas sim de forma capilar, através das diferentes redes de pertença.

Bibliografia

- Ahmed, Sara (1999). “Home and away: Narratives of migration and estrangement”, *International Journal of Cultural Studies*, 2, 329-347.
- Ahrens, Jill, Kelly, Melissa, van Liempt, Ilse (2016). “Free movement? The onward migration of EU citizens born in Somalia, Iran and Nigeria Population”, *Space and Place*, 22, 1, 84-98.
- Åkesson, Lisa (2008). “The Resilience of the Cape Verdean Migration Tradition”, in Luís Batalha, Jørgen Carling (eds), *Transnational Archipelago. Perspective on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 269-283.

- « — » (2009). "Remittances and inequality in Cape Verde: the impact of changing family organization", *Global Networks*, 9, 3, 381-398.
- « — » (2011). "Making Migrants Responsible for Development: Cape Verdean Returnees and Northern Migration Policies", *Africa Spectrum*, 46, 1, 61-83.
- Amado, Manuel (2019). *Instauração do Salazarismo em Cabo Verde (1926-1939)*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em História Contemporânea do Séc. XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Amelina, Anna, Faist, Thomas, Nergiz, Devrimsel D. (eds.) (2013). *Methodologies on the Move: The Transnational Turn in Empirical Migration Research, Ethnic and Racial Studies*. London/New York: Routledge.
- Andrade, Elisa (1995). *As ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan.
- Baldassar, Loretta, Merla, Laura (2013). "Introduction. Transnational Family Caregiving Through the Lens of Circulation", in Loretta Baldassar e Laura Merla (eds.), *Transnational Families, Migration and the Circulation of Care. Understanding Mobility and Absence in Family Life*. New York/London: Routledge, 3-24.
- Barou, Jacques (2012). "Les immigrés d'Afrique subsaharienne en Europe : une nouvelle diaspora ?", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 28, 1, 147-167.
- Basch, Linda, Glick Schiller, Nina, Szanton Blanc, Cristina (1994). *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Luxembourg: Gordon and Breach.
- Bertaux, Daniel (ed.) (1981). *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*. Beverly Hills/London: Sage.
- Blanchard, Martine (2017). *Celles qui partent pour une terre lointaine. Récits de femmes capverdiennes em France*. Paris: L'Harmattan.
- Brah, Avtar (1996) [1989]. *Cartographies of diaspora. Contesting identities*. Londres, New York: Routledge.
- Cardina, Miguel, Rodrigues, Inês Nascimento (2023). *O Dispositivo Mnemónico. Uma História da Memória da Luta de Libertação em Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carita, Cristina, Rosendo, Vasco (1993). "Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da Associação Cabo-Verdiana de Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, 135-152.
- Carling, Jørgen (2003). "Cartographies of Cape Verdean transnationalism", *Global Networks*, 3, 4, 533-539.

- « — » (2004). "Emigration, Return and Development in Cape Vert: The impact of closing borders", *Population, Space and Place*, 10, 2, 113-132.
- « — » (2017). "On conjunctures in transnational lives: Linear time, relative mobility and individual experience", in E. Mavroudi, A. Christou, B. Page, (eds.), *Timespace and international migration*. Cheltenham: Edward Elgar, 33-47.
- « — », Åkesson, Lisa (2009). "Mobility at the Heart of a Nation: Patterns and Meanings of Cape Verdean Migration", *International Migration*, 47, 3, 123-155.
- « — », Batalha, Luís (2008). "Cape Verdean Migration and Diaspora", in Luís Batalha, Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspective on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 13-31.
- Carreira, António (1982). *The People of the Cape Verde Islands. Exploitation and Emigration*. London: Ed. C. Hurst & Company.
- Castelo, Cláudia (1999). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Challinor, Elizabeth (2018). "Cross-border citizenship: mothering beyond the boundaries of consanguinity and nationality", *Ethnic and Racial Studies*, 41, 1, 114-131.
- Cidra, Rui (2021). *Funaná, Raça e Masculinidade. Uma Trajetória Colonial e Pós-colonial*. Lisboa: Outro Modo.
- Collins, Patricia Hill (1998). "It's All In the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation", *Hypatia*, 13, 3, 62-82.
- D'Hombres, Marie, Pons, Christophe (2014). *Globe-Trotters du Cap-Vert. Praia-Marseillhe via Lisbonne, Londres, Luxembourg, Brockton, Bissau, Dakar, etc.* Marseille: Éditions Gaussen.
- Diehl, J.-P., Duchemin, P., Fornesi, I., Lesourd, M. (1989). *Cap-Vert – Émigration internationale et transfert des émigrés – Rapport de phase I*. Paris: République du Cap-Vert – Ministère du Plan et de la Coopération – SEDES.
- Donato et al. (2006). "A Glass Half Full? Gender in Migration Studies", *The International Migration Review*, 40, 1, 3-26.
- Drotbohm, Heike (2020). "Care and reunification in a Cape Verdean family: Changing articulations of family and legal ties", *Ethnography*, 21, 1, 48-70.

- Évora, Iolanda (2007). “Minha gente, minha terra – As atribuições sociais do papel de emigrante”, in Marzia Grassi, Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 63-98.
- Faist, Thomas (2010). “Diaspora and transnationalism. What kind of dance partners?”, in Rainer Bauböck, Thomas Faist, *Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 9-34.
- Ferraz de Matos, Patrícia (2006). *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS.
- Fikes, Keshia (2009). *Managing African Portugal. The Citizen-Migrant Distinction*. Durham/Londres: Duke University Press.
- Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books.
- Góis, Pedro (2006). *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. MA dissertation in Sociology, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Ed. ACIME.
- Grassi, Marzia (2003). *Rabidantes. Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: ICS.
- « — » (2007). “Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana”, in Marzia Grassi, Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 23-61.
- « — », Évora, Iolanda (2007). “Introdução”, in Marzia Grassi, Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 13-22.
- Green, Nancy L. (2012). “Changing Paradigms in Migration Studies: From Men to Women to Gender”, *Gender & History*, 24, 3, 782-798.
- Hansen, Thomas Blom (2014). “Migration, religion and post-imperial formations”, *Global Networks*, 14, 3, 273-290.
- Héran, François (2016). *Parlons immigration en 30 questions*. Paris: La documentation Française.
- Jounin, Nicolas (2004). “L’ethnicisation en chantiers. Reconstructions des status par l’éthnique en milieu de travail”, *Revue européenne des migrations internationales*, 20, 3. <https://doi.org/10.4000/remi.2025>
- Kuczynski, Liliane, Razy, Élodie (2009). “Anthropologie et migrations africaines en France : une généalogie des recherches”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 25, 3, 79-100. <http://remi.revues.org/4988>
- Lesourd, Michel (2005). “La diaspora capverdienne et son role dans l’archipel du Cap-Vert”, *Hommes et Migrations*, 1256, Juillet/Août, 52-65.

- Lobo, Andréa de Souza (2007). “Tão longe e tão perto. Emigração feminina e organização familiar: Boa Vista – Cabo Verde”, in Marzia Grassi, Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 169-191.
- « — » (2020a). “The challenges of making family at a distance. Some reflections on migrations and family dynamics in Cape Verde”, *Análise Social*, 237, LV, 840-866.
- « — » (2020b). “Entre a casa e o mundo. Pertencimentos e mobilidades na sociedade Cabo-Verdiana”, *Lusotopie*, 19, 285-313.
- Lucassen, Jan, Lucassen, Leo, Manning, Patrick (2010). “Migration History: Multidisciplinary Approaches”, in Jan Lucassen, Leo Lucassen, Patrick Manning (eds.), *Migration History in World History. Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 3-35.
- Mahler, Sarah, Pessar, Patricia (2006). “Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery toward the Core of Migration Studies”, *The International Migration Review*, 40, 1, 27-63.
- Marques, Margarida, Santos, Rui, Araújo, Fernanda (2001). “Ariadne’s thread: cape verdean women in transnational webs”, *Global Networks*, 1, 3, 283-306.
- Meintel, Deirdre (2002). “Cape Verdean Transnationalism, Old and New”, *Anthropologica*, 44, 1, 25-42.
- Neto, Sérgio (2008) “Insularidade, idiosincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português”, in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta, Julião Soares Sousa (coords.), *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 181-192.
- Oca, Luzia (2015). *Caboverdianas en Burela (1978/2008). Migración, relacións de xénero e intervención social*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Pereira, Victor (2014). *A Ditadura de Salazar e Emigração. O Estado Português e os seus Emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Silva, Clara, Jesus, Maria de Lourdes (2020). *Cabo-Verdianas de Itália. Histórias de vida e de inserção à maneira feminina*. Lisboa: Rosa de Porcelana.
- Smith, Raymond T. (1995). *The Matrifocal Family: Power, Pluralism, and Politics*. London: Routledge.
- Tavares, Marlon (2018). *Les frontières ethniques au sein de la Lusophonie em Île-de-France: Analyse des mécanismes d’attraction et de répulsion dans les modes d’interaction et dans les processus de construction identitaire*

- des Cap-Verdiens et des Portugais en Île-de-France*. Mémoire de Master 2 em Sociologie et Anthropologie: Politique, Culture, Migrations, Université Paris-Diderot Paris VII.
- Trovão, Susana Salvaterra (2014). "Comparing Transnational and Local Influences on Immigrant Transnational Families of African and Asian Origin in Portugal", *Journal of Family Issues*, 1-25.
- « — » (2016a). "Culture, ambivalence, and schismogenesis: Mothering double binds and gendered identities within Cape Verdean and Indian migrant families (Portugal)", *Culture and Psychology*, 22, 2, 232-253.
- « — » (2016b). "Religion and the intergenerational dynamics of citizenship: A comparison between African and Indian migrant families", *European Journal of Women's Studies*, 24, 3, 1-15.
- Vale de Almeida, Miguel (2007). "From Miscegenation to Creole Identity. Portuguese Colonialism, Brazil, Cape Verde", in C. Stewart (ed.), *Creolization: History, Ethnography, Theory*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 108-132.
- Vieira, Francine (1997). *La Diaspora capverdienne et ses pratiques communautaires, le cas de la communauté capverdienne en France*. Bordeaux: Centre d'Étude d'Afrique Noire de l'Institut d'Études Politiques, mémoire de DEA.
- Vieira, Francine (1998). "La "cabovertianidade" entre mythe et réalité. Déconstruction identitaire ou condition minoritaire parmi les migrants capverdiens em Europe?", *Lusotopie*, 5, 55-65.

**ROTAS DA CLASSIFICAÇÃO: PERCEÇÕES DE UMA
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE PROFISSIONAIS DO SEXO
SOBRE O TRÁFICO DE SERES HUMANOS⁽¹⁾**
CLASSIFICATION ROUTES: PERCEPTIONS OF A PORTUGUESE
SEX WORKERS' ORGANIZATION ON HUMAN TRAFFICKING

TOMÁS CHASQUEIRA
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
tomaschasqueira@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-3225-0253>

NÉLSON RAMALHO
Universidade Lusófona, LusoGlobe
nelson.ramalho@ulusofona.pt
<https://orcid.org/0000-0001-9152-750X>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 24/03/2026

Resumo

Historicamente associado à prostituição, o tráfico de seres humanos (TSH) é um conceito contestado. Em vários países, as políticas de combate ao TSH equiparam-no ao trabalho sexual, gerando tensões entre categorias institucionalizadas e as perceções e experiências de profissionais do sexo. Portugal

(1) Este texto corresponde a uma versão revista e recontextualizada de parte da dissertação de mestrado do primeiro autor, orientada pelo segundo, defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa em janeiro de 2025.

distingue-se por não estabelecer essa equivalência, o que permite avaliar se tais tensões persistem em contextos onde as agendas antitráfico e antiprostituição não se sobrepõem. Com base em seis entrevistas semiestruturadas, este artigo analisa a forma como uma organização portuguesa de profissionais do sexo compreende o TSH, contrastando as suas percepções com a definição internacional do fenómeno e o perfil da «vítima ideal» associado. Os resultados indicam que a organização adota uma definição de TSH mais restrita do que a prevista no direito internacional, entendendo que o tráfico ocorre apenas quando existe engano quanto à natureza do trabalho a desempenhar no país de destino de uma migração transnacional.

Palavras-chave

Tráfico de seres humanos; Trabalho sexual; Exploração; Agência; Portugal.

Abstract

Historically linked to prostitution, human trafficking (HT) is a contested concept. In several countries, anti-trafficking policies treat it as equivalent to sex work, generating tensions between institutionalized categories and the perceptions and experiences of sex workers. Portugal is distinctive in not establishing this equivalence, making it possible to assess whether such tensions persist in contexts where anti-trafficking and anti-prostitution agendas do not overlap. Based on six semi-structured interviews, this article examines how a Portuguese sex workers' organization understands HT, contrasting its perceptions with the international definition of the phenomenon and the associated profile of the «ideal victim». The findings suggest that the organization adopts a narrower understanding of HT than that set out in international law, viewing trafficking as occurring only when there is deception about the nature of the work to be performed in the destination country in the context of transnational migration.

Keywords

Human trafficking; Sex work; Exploitation; Agency; Portugal.

Introdução

No debate público contemporâneo, o tráfico de seres humanos (TSH) é frequentemente apresentado como um fenómeno de contornos bem definidos, em torno do qual prevalece um aparente consenso. Na prática, porém, a sua conceptualização constitui um terreno contencioso,

atravessado por intensas disputas políticas e epistemológicas. A evolução do conceito evidencia a persistência de conflitos entre grupos de interesse com agendas próprias, que procuram delimitar o que deve ser reconhecido como tráfico e, conseqüentemente, influenciar as estratégias consideradas adequadas para o combater (Doezema 2010). Contudo, como observam Lowenkron e Sacramento (2017: 124-125), apenas «alguns conseguem que as suas representações sejam institucionalizadas na lei e nas políticas», adquirindo estatuto de verdade normativa e força reguladora, «enquanto outros não».

Uma manifestação particularmente evidente desta dinâmica é a exclusão sistemática das pessoas que exercem prostituição⁽²⁾ – sobretudo das mulheres migrantes – dos espaços institucionais de debate sobre o TSH (Doezema 2010; Ferčíková Konečná 2024). Tal ausência contrasta com a sua hipervisibilidade nos discursos hegemónicos sobre o fenómeno, que as retratam como intrinsecamente vulneráveis à vitimização (Kotiswaran 2021). O espaço político-discursivo que lhes é vedado tem sido ocupado por outros atores, nomeadamente por representantes de correntes feministas abolicionistas que advogam a erradicação total da prostituição, entendida como uma forma inerente de violência contra as mulheres, e defendem o recurso ao aparelho punitivo do Estado para esse feito – razão pela qual são designadas como «feministas carcerárias» (Bernstein 2018). A sua intervenção foi decisiva para que, em 2000, o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* (doravante Protocolo de Palermo) consagrasse uma definição de TSH suficientemente abrangente para potencialmente abarcar todo o espectro da prostituição, diluindo a distinção entre práticas «livres» e «forçadas» (Doezema 2010).

Nas últimas décadas, diversos estudos têm documentado a adoção, em vários países, de políticas que, sob a retórica do combate ao TSH e da proteção das vítimas, acabam por estabelecer uma equivalência direta entre prostituição e exploração sexual, orientando-se para a repressão e eventual erradicação de todas as formas de trabalho sexual (e.g., Agustín 2007; Grupo Davida 2015; Villacampa 2017). Em contextos marcados por essa indistinção, outras investigações registam que as

(2) Neste artigo, os termos *prostituição* e *trabalho sexual* são usados de forma intercambiável.

categorias mobilizadas por profissionais do sexo para interpretar as suas experiências – e as de colegas – frequentemente divergem das categorias oficiais associadas ao TSH (e.g., Piscitelli 2012; Blanchette et al. 2021; Tabuteau-Harrison et al. 2025).

O caso português, no entanto, apresenta contornos mais ambivalentes. A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), organismo estatal responsável pelas políticas relativas à prostituição e ao TSH, «conceptualiza as pessoas que fazem prostituição como vítimas sem exceção e é claramente favorável à erradicação da prostituição» (Oliveira 2017: 206). Ainda assim, em determinados momentos, a mesma CIG tem recusado uma equiparação direta entre trabalho sexual e TSH, não orientando a sua atuação para a repressão do primeiro a pretexto do combate ao segundo (Clemente 2019). Paralelamente, embora a venda de serviços sexuais não constitua crime em Portugal, dispositivos como a criminalização do lenocínio simples⁽³⁾ funcionam como mecanismos indiretos de desincentivo, enquanto os discursos institucionais e sociais continuam a associar o trabalho sexual à marginalidade e à vitimização, limitando o reconhecimento da agência de quem o exerce (Oliveira 2017).

Neste contexto, o presente artigo coloca a seguinte questão: persistem tensões entre categorias éticas (externas) e émicas (nativas) de interpretação do TSH mesmo em contextos onde as agendas antitráfico e antiprostituição não se sobrepõem explicitamente? Para explorar esta questão, analisa-se a forma como o Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo (MTS) – a mais duradoura experiência de auto-organização política de profissionais do sexo de que há registo em Portugal – compreende o fenómeno. As suas perceções são confrontadas com a definição do Protocolo de Palermo e com a figura da «vítima ideal» associada a este crime. A análise baseia-se em seis entrevistas semiestruturadas realizadas a cinco dos seus membros (um dos quais entrevistado em duas ocasiões).

O artigo organiza-se em quatro secções. A primeira, dedicada ao enquadramento teórico, desenvolve-se em três momentos: começa por problematizar os «desalinhamentos» (Menjívar 2023) entre as categorias burocráticas institucionalizadas e a complexidade das experiências que

(3) Artigo 169.º do Código Penal, que pune «quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar» a prostituição de outra pessoa, mesmo com o seu consentimento.

procuram regular; segue-se a análise da definição de TSH consagrada no Protocolo de Palermo e da construção da correspondente «vítima ideal»; por fim, aborda-se o caso português e as suas especificidades. A segunda secção descreve a metodologia adotada. A terceira apresenta e discute os resultados da análise empírica. O artigo conclui com um conjunto de recomendações para políticas públicas.

Desalinhamentos

O combate global ao TSH constitui, em grande medida, um empreendimento de natureza burocrática. Como assinala Faier (2024), a criação e implementação de um regime internacional nesta área exige a coordenação de atores com posições, recursos e interesses distintos – Estados, organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONG) – em torno de categorias e procedimentos comuns. Recuperando a análise de Scott (1998) sobre o modo como os Estados recorrem a categorias padronizadas para tornar a vida social administrável, frequentemente à custa da rasura de saberes situados, Faier (2024) argumenta que esta lógica opera igualmente em planos supranacionais e transnacionais, como o antitráfico. A estandardização gera, deste modo, «formas de ver que são também formas de não ver» (ib.: 14, tradução livre), obscurecendo desde logo as causas estruturais que sustentam o TSH. Menjívar (2023) sintetiza os «desalinhamentos» inerentes a este processo ao notar que «as categorias formalizadas facilitam o trabalho das burocracias, mas não capturam a amplitude das experiências das pessoas» (ib.: 14, tradução livre).

A distinção entre auxílio à imigração ilegal e TSH é, a este respeito, exemplar. Uma mesma viagem pode iniciar-se com um acordo voluntário de facilitação para cruzar uma fronteira e, a qualquer momento, resvalar para dinâmicas de coação e exploração, complicando a distinção entre os dois fenómenos (Serughetti 2018). No entanto, a atribuição de um rótulo em detrimento do outro – «migrante ilegal» *vs.* «vítima de tráfico» – determina a ativação de procedimentos institucionais antagónicos: no primeiro caso, o indivíduo é tratado como um ator criminalmente imputável; no segundo, como um objeto de proteção assistencial. Assente em falsas dicotomias (e.g., «voluntário» *vs.* «forçado») e frequentemente permeada por preconceitos de «raça»/etnia e género, esta «obsessão pela

classificação» (ib.: 18) pode compelir os indivíduos a conformarem-se com um guião institucional de vitimização através de atos «declarativos» e «performativos» (ib.: 25), tornando o acesso a direitos e proteção dependente da sua adequação às expectativas burocráticas.

O Protocolo de Palermo e o excecionalismo do trabalho sexual nas políticas internacionais de combate ao tráfico de seres humanos

As controvérsias que, há mais de duas décadas, envolvem a definição de TSH consagrada no Protocolo de Palermo – pedra angular das políticas globais de combate a este fenómeno – revelam as limitações dos projetos estatais e supraestatais de «legibilidade e simplificação» (Scott 1998) perante a irredutibilidade das experiências que procuram captar. Antes mesmo das negociações do Protocolo, a clareza e a precisão da definição eram apontadas como requisitos essenciais para a eficácia de qualquer instrumento internacional nesta matéria (Sullivan 2003). No entanto, a versão final tem sido criticada precisamente por encerrar ambiguidades que sustentam interpretações concorrentes e usos políticos diferenciados (Piscitelli 2016; Sacramento 2022).

Nos termos do Protocolo (art. 3.º, a), o TSH define-se como

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração.

Uma primeira fonte de indeterminação emana da própria noção de exploração, que o Protocolo se abstém de definir de forma taxativa, estipulando apenas que «deverá incluir, *pelo menos*, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos» (ib., *itálico acrescentado*). A introdução da locução «pelo menos» confere ao conceito um «carácter expansivo» (Piscitelli 2016), outorgando às autoridades uma considerável latitude interpretativa sobre aquilo que pode ser classificado como TSH e

potenciando, assim, a criminalização de práticas que extravasam largamente os exemplos expressamente enumerados.

A indefinição estende-se a outros conceitos essenciais à tipificação do crime, tais como «coação» e «abuso de situação de vulnerabilidade». O resultado, nas palavras de Sacramento (2022: 12-14), é um «buraco negro categorial» que, por um lado, legitima políticas migratórias restritivas a pretexto do combate ao TSH e, por outro, oculta que são essas mesmas restrições que, ao empurrarem migrantes para a clandestinidade, alimentam o fenómeno que se diz pretender erradicar. Deste modo, assegura-se a reprodução de um «exército de invisíveis» (Chiuri et al. 2010): uma reserva de mão de obra em situação irregular, desprotegida e, conseqüentemente, mais facilmente explorável.

Além disso, diversos estudos sugerem que a definição de TSH consagrada no Protocolo de Palermo potencia efeitos repressivos semelhantes sobre os mercados do sexo (e.g., Agustín 2007; Grupo Davida 2015; Villacampa 2017). Esta situação deve-se à imprecisão das expressões «exploração da prostituição de outrem» e «exploração sexual», a qual não é acidental, mas sim o reflexo das profundas divergências que marcaram as negociações do documento (Doezema 2010). Por um lado, alguns Estados e correntes feministas «pró-direitos» defenderam a distinção entre prostituição exercida de forma voluntária e prostituição forçada, limitando o TSH às situações de coação efetiva. Por outro lado, grupos feministas de matriz neoabolicionista lutaram pela consagração do chamado «excecionalismo do trabalho sexual» (Kotiswaran 2021), que isola a prostituição de outras formas de trabalho e a define como inerentemente exploradora e violenta, independentemente das condições em que ocorre ou do consentimento de quem a exerce.

Conseqüentemente, os Estados signatários deparam-se com duas opções divergentes na transposição e aplicação do Protocolo. Podem optar por distinguir entre prostituição «voluntária» e «forçada», utilizando o consentimento como critério diferenciador. Em alternativa, podem enquadrar toda a prostituição como uma forma de TSH, tirando partido da irrelevância jurídica do consentimento sempre que exista recurso a meios coercivos. Esta segunda via é facilitada pelo facto de o Protocolo não especificar «quais os formatos de força e coação (p. ex., física, económica, moral, de género) que devem ser considerados», nem esclarecer se estes devem decorrer «da ação estrita e imediata de uma terceira pessoa e/ou de constrangimentos de natureza mais difusa e estrutural» (Sacramento 2022: 12).

Não obstante a progressiva ampliação dos perfis elegíveis para o estatuto de vítima, a insistência na fórmula «mulheres e crianças», presente desde o título do Protocolo, é o dispositivo retórico que ancora a figura da «vítima ideal» de TSH, infantilizando as mulheres adultas, negando-lhes a capacidade de decidir autonomamente sobre a sua mobilidade e sexualidade e, enfim, cristalizando o arquétipo de uma figura passiva, inocente e desprovida de agência, geralmente imaginada como uma mulher ou rapariga do «Terceiro Mundo» forçada a prostituir-se (Doezema 2010).

A proteção concedida às pessoas sinalizadas como vítimas de tráfico depende não só da sua aproximação a este estereótipo, mas também da sua cooperação ativa na investigação e no processo judicial contra os suspeitos (Brunovskis, Skilbrei 2016). Contudo, mesmo quando estes requisitos são preenchidos, a segurança das «vítimas» a longo prazo permanece incerta. As medidas de assistência são frequentemente restringidas por disposições discricionárias, como a cláusula «nos casos em que se considere apropriado», e a sua aplicação tende a cessar com o encerramento do processo-crime, o que pode culminar na deportação da «vítima».

Importa ainda notar que, apesar da sua génese num quadro de combate ao crime organizado transnacional, a definição adotada não exige a travessia de fronteiras internacionais, admitindo a ocorrência de TSH dentro do território de um único Estado.

Passando do âmbito supranacional para o nacional, coloca-se então a questão de como este quadro normativo, com as suas tensões e paradoxos, opera no contexto português.

O excecionalismo do caso português

Apesar de Portugal ter ratificado o Protocolo de Palermo em 2004⁽⁴⁾, o ordenamento jurídico nacional só passou a contemplar formas de tráfico para além da exploração sexual a partir de 2007⁽⁵⁾. A transposição completa da definição do Protocolo ocorreu em 2013⁽⁶⁾, passando o TSH a ser enquadrado como uma questão situada na interseção entre migração e criminalidade. Desde então, as políticas nacionais de combate ao TSH têm

(4) Decreto do Presidente da República n.º 19/2004.

(5) Lei n.º 59/2007.

(6) Lei n.º 60/2013.

dado prioridade ao desmantelamento de alegadas «redes criminosas», enquanto o apoio concedido às «vítimas» permanece vinculado à sua disposição para colaborar com as autoridades na perseguição dos «traficantes» (Lei n.º 23/2007: art. 190.º, n.º 2).

Neste quadro, Clemente (2019) argumenta que a participação da sociedade civil no campo português de combate ao tráfico está condicionada à aceitação deste paradigma securitário centrado na proteção da integridade do Estado-nação e à não contestação da posição abolicionista da CIG em matéria de prostituição. A mesma autora defende que esta dupla conformidade seria reforçada pela forte dependência das ONG face a mecanismos de financiamento público (id. 2023), o que explicaria por que razão até mesmo coletivos feministas e de mulheres terão anuído à «exclusão do tráfico sexual da ideia [nacional] de tráfico» (id. 2019: s.p.). Este pacto de silêncio permitiria contornar o tabu associado à venda de sexo: ao não equiparar prostituição e tráfico nem promover políticas de repressão do comércio do sexo a pretexto da luta contra o TSH, a CIG asseguraria a sobrevivência do próprio sistema nacional de combate ao tráfico, que de outra forma poderia entrar em colapso devido a estas tensões (id. 2019; 2023).

Vale a pena recordar, neste ponto, que, em 2012, Duarte já assinalava que, apesar da crescente centralidade do tráfico para fins de exploração sexual na agenda política portuguesa, a prostituição permanecia ausente do debate público, sugerindo que a proeminência de um tema pode coexistir, afinal, com a invisibilização do outro.

Daqui decorre que, embora o tráfico para fins de exploração sexual tenha perdido protagonismo relativamente a outras modalidades, como a exploração laboral, tal não significa que deixe de integrar a definição nacional de TSH. A sua menor visibilidade pode, antes, ser interpretada à luz de dois fatores complementares: por um lado, uma relutância institucional, de facto, em abordar abertamente o tema da prostituição (Clemente 2019); por outro, uma realocação estratégica de «recursos para os casos em que mais se justifica a atuação do Estado» (Lowenkron, Sacramento 2017: 131), informada pelas estatísticas oficiais.

Com efeito, entre 2008 e 2023⁽⁷⁾, o Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) confirmou 424 vítimas de tráfico para fins de

(7) A análise de Silva et al. (2013), relativa a 2008-2013, é aqui integrada com dados referentes a 2014-2023.

exploração laboral e apenas 42 de exploração sexual, num universo de 3.248 sinalizações registadas. Embora os casos confirmados demonstrem, regra geral, uma «intensidade baixa e, não raro, residual» (Silva et al. 2013: 180), as sinalizações anuais de presumíveis vítimas de tráfico para fins de exploração sexual têm registado valores que oscilam entre 12 (2023) e 86 (2014), o que sugere que esta modalidade continua a ser objeto de atenção por parte das autoridades. Ainda assim, a baixa taxa de confirmação parece corroborar a tese de que, «no discurso das autoridades, a luta é contra o tráfico; nas práticas policiais e judiciais perseguem-se as imigrantes» (Oliveira 2010: 117).

Apesar da evidência estatística de que o TSH em Portugal se destina principalmente à exploração laboral, os sucessivos Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao TSH continuam a instrumentalizar a figura da «vítima ideal», invocando estimativas globais que posicionam a exploração sexual como a modalidade de tráfico mais prevalente⁽⁸⁾ e reproduzindo discursos sobre a particular vulnerabilidade das mulheres e raparigas a este fenómeno. Algumas campanhas de sensibilização pública seguem o mesmo padrão⁽⁹⁾.

Este quadro ambivalente – onde um imaginário de vitimização centrado nas «mulheres prostituídas» coexiste com a não-equivalência conceptual e operacional entre prostituição e TSH – torna o contexto português um caso particularmente relevante para analisar como as próprias profissionais do sexo, politicamente organizadas, interpretam o fenómeno. Compreender as suas perspetivas é, por isso, essencial para aferir se, e de que forma, persistem tensões entre as categorias institucionalizadas e as experiências vividas, mesmo num contexto de aparente não-confrontação.

Metodologia

Este estudo assenta numa abordagem qualitativa, combinando entrevistas semiestruturadas a membros do MTS, revisão da literatura

(8) A fiabilidade destas estimativas tem sido questionada na literatura, em particular devido à discrepância entre os números avançados por organizações internacionais e os casos oficialmente reconhecidos pelas autoridades nacionais (Weitzer 2014).

(9) Veja-se, por exemplo, a peça de teatro *Mulheres-Tráfico*, coproduzida pela organização neaboliconista MDM – Movimento Democrático de Mulheres e disponível no YouTube da CIG (<https://www.youtube.com/watch?v=ie7Fsh0TRyU>).

e análise documental. Esta última incidu sobre legislação relevante, relatórios estatísticos do OTSH, materiais audiovisuais de campanhas de sensibilização pública e os cinco Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao TSH (2007-2027).

O acesso ao campo foi viabilizado através do contacto com dois membros do MTS, no âmbito de um seminário sobre trabalho sexual realizado em 2023. Estes contactos iniciais facilitaram, por sua vez, o acesso a mais três participantes. A amostragem obedeceu a dois critérios de inclusão: pertença ao MTS e exercício, atual ou passado, de trabalho sexual.

A amostra final inclui cinco participantes, com idades nas casas dos 40 e dos 50 anos: um homem cisgénero (Vítor), duas mulheres cisgénero portuguesas (Vitória e Rafaela) e duas mulheres cisgénero brasileiras (Brisa e Cláudia). Para garantir o anonimato, todas as participantes são identificadas por pseudónimos por si escolhidos⁽¹⁰⁾. Três participantes exerciam trabalho sexual à data da entrevista, ao passo que duas já não se encontravam no ativo.

Entre julho e outubro de 2024, realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas. Vítor foi entrevistado duas vezes, dada a sua elevada implicação nos processos políticos e discursivos do coletivo, o que permitiu aprofundar dimensões interpretativas levantadas nas outras entrevistas e serviu como momento de densificação analítica na fase final do trabalho de campo. A participação foi voluntária e precedida de consentimento informado. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas *verbatim* e, após validação, as gravações foram eliminadas.

A análise dos dados seguiu uma abordagem temática e abduativa (Timmermans, Tavory 2012). Os temas emergiram através de um processo de co-construção entre o enquadramento teórico, a empiria e o posicionamento analítico dos autores, em vez de serem exclusivamente derivados dos dados ou de quadros teóricos pré-estabelecidos. No âmbito da dissertação de mestrado da qual este artigo deriva, foram identificados três eixos analíticos principais. No entanto, a análise que se segue articula-

(10) Dada a composição maioritariamente feminina da amostra e em consonância com a prática do próprio MTS, este artigo adota o feminino genérico ao referir-se às participantes e ao grupo estudado. O MTS (s.d.) declara «utilizar tendencialmente o universal feminino», uma vez que as mulheres constituem «a maioria das pessoas que fazem trabalho sexual», esclarecendo que tal formulação «deve sempre ler-se como incluindo a totalidade de identidades e expressões de género presentes na sociedade em geral e também no Trabalho Sexual».

se em torno das narrativas de Brisa e Cláudia. Esta opção decorre do facto de serem as únicas participantes que experienciaram processos migratórios do chamado «Sul Global» para o «Norte Global» associados ao trabalho sexual. Os seus percursos contêm elementos que, à luz do direito nacional e internacional, poderiam ser facilmente interpretados como indícios de tráfico para fins de exploração sexual. Num contexto em que as mulheres brasileiras tendem a ser socialmente associadas a este fenómeno (Minga 2020), as suas narrativas configuram aquilo que Merton (1987) designou como «materiais estratégicos de pesquisa», abrindo uma via privilegiada para explorar os (des)alinhamentos entre migração, trabalho sexual e as categorias legais e sociais associadas ao TSH.

As entrevistas com as três participantes portuguesas, não partilhando este perfil, não são por isso analiticamente secundárias: confirmam que as perspetivas de Brisa e Cláudia são partilhadas pelo coletivo e, ao mesmo tempo, introduzem elementos que ampliam e complexificam a análise.

Apesar de ter sido possível entrevistar o núcleo central do MTS, o reduzido número de participantes constitui uma limitação que importa reconhecer, pelo menos do ponto de vista de determinadas tradições epistemológicas. Tal resulta, por um lado, de constrangimentos práticos associados ao trabalho de campo e, por outro, da indisponibilidade de membros cuja participação no coletivo é mais intermitente. Esta limitação restringe o potencial de generalização dos resultados, devendo, contudo, ser interpretada à luz do enquadramento epistemológico desta investigação. Em linha com a proposta de Haraway (2009 [1988]), este estudo não procura produzir uma visão totalizante «de cima», mas trabalhar a partir de perspetivas assumidamente parciais, localizadas e corporificadas, que, ainda assim, podem iluminar dinâmicas semelhantes noutros contextos, e que as secções seguintes convocam e discutem.

Resultados

Ainda antes do início formal das entrevistas, Vítor deixou claro que o TSH não representa uma prioridade para o MTS. O coletivo concentra os seus esforços em questões que considera mais prementes: o «apoio mútuo entre pares»; a «intervenção política» pela descriminalização total do trabalho sexual; e a formalização do próprio grupo, neste momento exposto ao risco de criminalização por proxenetismo em virtude do

«limbo legal» que caracteriza o estatuto do trabalho sexual em Portugal. Conquanto enfatize a desejabilidade da participação do MTS nos debates públicos sobre o TSH, dado o «imenso conhecimento» que os seus membros possuem acerca das dinâmicas, por vezes exploradoras, dos mercados do sexo, Vítor considera que tal intervenção assumiria um carácter essencialmente reativo, destinado a demonstrar que nem todas as pessoas que fazem trabalho sexual são vítimas de tráfico.

Apesar desta posição de princípio e do reconhecimento, por parte de Vitória, de que o MTS «não tem bem uma definição de tráfico», os testemunhos recolhidos apontam, ainda assim, para um entendimento do TSH fundamentalmente baseado na ideia de engano relativamente à natureza do trabalho a desempenhar «a jusante» de um processo migratório transnacional, ou seja, no país de destino. Comparada à definição do direito internacional, esta é significativamente mais específica, cabendo agora analisar como emerge das entrevistas.

«Eu vim por via de tráfico»

Foi assim que Brisa descreveu a sua chegada a Portugal. De todas as participantes, foi a única a afirmar ter sido traficada. Cedo se revelou, porém, um claro desalinhamento entre a sua experiência concreta de travessia transatlântica, por um lado, e o entendimento pessoal que tinha do TSH, por outro. Quando questionada sobre o que entendia por tráfico, esclareceu: «O tráfico é a pessoa vir, falam que é um café só para trabalhar, limpar e servir. Chega aqui e não é isso, é a prostituição». Por esta lógica, a sua trajetória não poderia ser classificada como um caso de TSH, dado que partiu do Brasil plenamente consciente do tipo de trabalho que iria desempenhar: «Eu vim sabendo que podia fazer os dois: alternos⁽¹¹⁾ e prostituição. Eu já vim sabendo. E nós poderíamos fazer só alternos ou os dois. Eu, no entanto, optei pelas duas». A sua autoidentificação como traficada parece, assim, refletir a apropriação de uma categoria externa, socialmente instituída, através da qual organiza e dá sentido à sua experiência, como se depreende das suas palavras: «Eu fui... em nenhum momento... eu não fui enganada..., mas falo que fui

(11) Brisa utiliza o termo *alternos* em lugar de *alterne*, prática laboral em bares que consiste em acompanhar clientes com o objetivo de incentivar o consumo de bebidas.

traficada pela forma que... tipo, eu vim consciente, vim, mas a sociedade fala que isso é tráfico e eu estou usando a palavra que a sociedade usa».

Embora soubesse que viria para Portugal trabalhar com sexo e erotismo, Brisa desconhecia algumas das condições que efetivamente a aguardavam. À chegada, os seus documentos foram confiscados e foi mantida, juntamente com outras mulheres, sob confinamento e vigilância. Mesmo após ter saldado a sua dívida, a sua liberdade de circulação não foi imediatamente restituída: «Depois de tudo pago, a gente continuou presa no apartamento. Eles intimidavam... eles falavam para a gente que a polícia ia pegar, que a gente ia presa, que ia ser deportado e chegar no Brasil sem dinheiro nenhum». A libertação do grupo ocorreu apenas quando uma das companheiras de Brisa «falou que ia se jogar lá de cima», levando a que o responsável pela casa autorizasse a saída. Curiosamente, se as ameaças serviam para as manter cativas, foi também uma ameaça que viabilizou a sua libertação.

As ameaças e restrições à liberdade configuram, segundo as disposições legais nacionais e supranacionais sobre o TSH, condições suficientes para enquadrar o caso de Brisa como tráfico, invalidando o consentimento prévio que deu para vir para Portugal exercer trabalho sexual. No entanto, as participantes interpretam estes mecanismos à luz de outras categorias. Cláudia, ao refletir sobre a sua experiência e a das colegas que conheceu ao longo dos anos, distingue entre diferentes graus e formas de abuso:

99,9% de todas as colegas vieram e sofreram algum tipo de abuso ou exploração, mas conhecer mesmo pessoas que foram traficadas, eu não conheço. Há ainda muitas pessoas que são abusadas e, quando eu vim, havia aqui no Norte muitas casas em que as mulheres ficavam presas, não saía para nada, não. A gente fala ainda hoje de pessoas que foram escravizadas: levaram dois, três anos para pagar a passagem que não podiam nem sair na rua.

Rafaela, trabalhadora sexual há mais de 30 anos, recorda situações semelhantes:

Nos fins dos anos 90, a maioria das [...] que vinham sabiam para o que é que vinham, e entrou muita gente em situação irregular. A nível de tráfico, aconteceu... [...] Algumas vieram enganadas. [...] A maioria

sabia para o que vinham, mas havia realmente exploração. Exploração no sentido em que se pagava mais pela passagem, em que era fechada naquela casa até pagar a passagem. Então, uma dívida que seria paga em seis meses era paga num ano e etc.

Atualmente, observa que

[...] acontece mais exploração ao nível de pessoas com dependência. Têm de trabalhar para as drogas serem fornecidas. «Se não vieres trabalhar, não tens». Pronto, há um jogo aqui com estas colegas. «Tens de trabalhar no domingo, tens de...». [...] «Olha, são cinco horas, mas tens de trabalhar mais, se não, não tens a dose, se não, não tens [dinheiro] para a dose».

Ao refletir sobre a sua própria trajetória, Brisa articula uma conceção de exploração assente em retenções e deduções excessivas: «Eu fui explorada e não foi pouco, foi muito, mas muito mesmo! [...] Tudo o que a gente bebia era “meio-meio”. Do quarto era x [para a casa] e x ficava com a gente». Na mesma linha, Rafaela observa que «se [a renda de uma casa] custa 500, são 1000 euros para se poder realizar o trabalho sexual. Ou seja, há toda uma exploração em torno da clandestinidade da profissão até hoje».

Três meses após chegar a Portugal, Brisa regressou ao Brasil para o nascimento do filho. Permaneceu alguns meses no país natal antes de decidir retornar à Europa, restabelecendo contacto com a mesma «quadrilha» que coordenara a sua primeira vinda. Encaminhada inicialmente para Espanha, onde passou cerca de 20 dias, regressou depois à casa que a recebera meses antes no Norte de Portugal. Desta vez, porém, numa posição diferente: «Já me conheciam. E eu adquiri meu respeito», explicou, tendo usufruído de liberdade de circulação desde o início.

O retorno voluntário ao local onde reconhece ter sido explorada constitui um elemento disruptivo que não só compromete a sua classificação inicial como vítima de TSH, como a exclui perentoriamente do modelo que define a «vítima ideal» deste crime. Na realidade, porém, as razões que a levaram a migrar pela primeira vez já a afastavam, desde o início, desse perfil idealizado. Múltiplas e complexas, essas motivações não se reduzem à carência económica extrema, conjugando a vontade de se distanciar da mãe, o desejo de conhecer um país novo, aspirações materiais e, significativamente, a valorização de aspetos específicos do

trabalho que abraçaria: «Com a minha idade, pensei: vou juntar o útil ao agradável. Vou conversar, porque eu gosto de conversar, né? E outra, porque eu vou beber e ainda vou receber para isso».

«Vim sabendo para o que era»

Movida por razões igualmente multifacetadas, que podem ser descritas como hedonistas e um tanto despreocupadas, Cláudia chegou ao Norte de Portugal através de uma casa noturna recomendada por uma amiga: «Eu queria vir para a Europa e tinha ali uma porta aberta, que falasse a língua, que eu entendesse melhor a língua. Naquela altura, eu tinha 20 anos, 22 anos, então vim meio que na brincadeira, não pensei muito e vim na desportiva. [...] Nós naquela altura queríamos era curtir e sair». Já exercendo trabalho sexual no Brasil, partiu plenamente consciente do tipo de trabalho que a esperava do outro lado do Atlântico: «Ninguém me trouxe à força, não vim enganada. Vim sabendo para o que era».

Para custear a passagem, Cláudia aceitou que a casa retivesse 80% dos seus ganhos durante os primeiros 20 dias, pagando adicionalmente uma taxa semanal de 75 euros pelo alojamento, com refeições e lavanderia incluídas. Do ponto de vista jurídico, este arranjo poderia enquadrar-se no artigo 169.º do Código Penal, que tipifica o lenocínio, ou, no limite, no artigo 160.º, relativo ao TSH. Para Cláudia, porém, tratava-se de um acordo justo e equilibrado, no qual as obrigações assumidas eram devidamente compensadas pelos benefícios obtidos: «A casa noturna pela qual eu vim, não tenho nada a dizer deles. De tudo o que eu vi e vivenciei, foram maravilhosos comigo. Cobraram exatamente a passagem. Não paguei um centavo a mais». O pagamento da dívida surge, no seu relato, como o cumprimento de um compromisso livremente assumido e fundado na reciprocidade: «Também foi só por 20 dias. Eu vivi durante três meses na casa deles. Eu comia, eu bebia, tinha a casa deles, né?».

Esta avaliação positiva do acordo não a impede, contudo, de sustentar uma visão mais abrangente e crítica sobre a exploração. Se Brisa a circunscreve a retenções e deduções excessivas, Cláudia propõe uma leitura sistémica: «Somos sempre explorados. Por exemplo, agora, trabalho para outrem. Estou na mesma profissão, mas trabalho por conta de outrem. Continuo sendo explorada, é claro». Vitória desenvolve esta perspetiva, reconhecendo que as experiências migratórias e laborais

não se deixam reduzir a categorias dicotómicas, sublinhando que «as coisas estão um bocadinho mais no meio». Para ela, a coação é inerente ao próprio sistema económico:

O problema é que, dentro do capitalismo, as pessoas não têm autonomia. [...] Temos de ir trabalhar, portanto, a partir daí, é obrigatório nós irmos trabalhar. [...] Portanto, se quisermos falar de coerção, a coerção começa no Estado, não é? [...] As pessoas que estão no trabalho do sexo [...] são forçadas tanto como qualquer outro trabalhador a ter um trabalho.

Se Vitória situa a coação no próprio sistema económico que obriga todos os trabalhadores a vender a sua força de trabalho, Vítor defende que as profissionais do sexo sejam reconhecidas precisamente nessa condição, a de trabalhadoras, e, como tal, enquadradas no regime geral de direitos laborais. Embora seja o único participante a falar em *exploração sexual*, parece fazê-lo apenas num sentido laboral, sem qualquer juízo moral sobre a venda de serviços sexuais:

Nem todos os casos de exploração sexual são casos de tráfico. [As situações de TSH] não são massivamente representativas, são sim as situações de abuso laboral. É nesta perspetiva laboral que queremos ver estas situações tratadas. [...] Se bem que há formas de abuso específicas do sexo que têm de ser previstas. [...] A lei belga faz isso, e eu acho muito bem. Ao mesmo tempo que se reconhece «ok, isto tem de estar abrangido pelas leis laborais, tem de ser igual aos outros», reconhece-se que há uma especificidade, ou um conjunto delas, no trabalho sexual que tem de ser mencionada, tal como acontece noutras profissões.

Na perspetiva dos membros do MTS, contudo, o reforço das proteções laborais não elimina os constrangimentos estruturais que empurram as pessoas para situações de maior vulnerabilidade. As políticas de controlo fronteiriço surgem como um segundo fator estrutural que, ao criminalizar ou dificultar a migração regular, multiplica as oportunidades de exploração. Vitória considera que «estas fronteiras, estas leis, aquilo que fazem é deixar que as pessoas sejam exploradas. Estão a dar liberdade a quem quer explorar, para explorar, e a quem quer traficar, para traficar». Vítor partilha desta avaliação: «O que é que cria esta situação? É a Europa Fortaleza e o controlo de fronteiras agressivo. [...] Não é possível lidar

com fluxos migratórios [...] só do ponto de vista da repressão». Traz à discussão, contudo, um ponto relevante que ressoa com a agência evidente nas trajetórias das migrantes brasileiras entrevistadas: «Há pessoas que vêm sabendo ao que vêm e que, mesmo assim, mesmo nessas condições, acreditam ser a forma mais vantajosa que têm à disposição para conseguirem migrar para a Europa e, eventualmente, chegar a uma situação em que se libertam da sua dívida e se regularizam cá».

Discussão

Retomando a questão central deste artigo, a análise dos resultados demonstra que as categorias mobilizadas pelas profissionais do sexo para interpretar as suas experiências divergem das categorias institucionalizadas de vitimização associadas ao TSH, mesmo em contextos onde esta população não constitui o alvo principal das políticas antitráfico nem o seu trabalho é globalmente equiparado ao tráfico. Com efeito, a partir dos testemunhos recolhidos é possível destringer um sistema conceptual nativo composto por quatro categorias distintas para enquadrar experiências como as de Brisa e Cláudia: 1) o *tráfico*, definido pelo engano quanto à natureza do trabalho a desempenhar, comprometendo o consentimento inicial dado para migrar (em contraste com a definição de Palermo, que admite o tráfico doméstico); 2) a *exploração*, que pressupõe conhecimento prévio da atividade e se concretiza através de mecanismos de apropriação económica; 3) a *escravatura*, uma forma agravada de exploração marcada pela extensão temporal da servidão por dívida e pela supressão do contacto com o exterior; e, por fim, 4) o *abuso*, a categoria mais abrangente, que engloba múltiplas manifestações de violência, incluindo as três já listadas.

Das quatro categorias, a *exploração* emerge como a mais central, sendo entendida em termos eminentemente económicos e laborais, e não sexuais, mesmo quando Vítor emprega a expressão *exploração sexual*. Esta conceptualização não está longe das observações de Piscitelli (2012), que, no seu trabalho junto de profissionais do sexo brasileiras em Espanha, também identifica duas conceções distintas de exploração económica: uma mais ampla, que considera qualquer retenção por terceiros como exploração (a visão de Cláudia), e outra mais restrita, que a circunscreve ao abuso financeiro através de deduções excessivas (a visão de Brisa).

Ao colocar o acento nas condições concretas em que a atividade é exercida, e não na atividade em si, esta leitura filia-se numa tradição crítica que rejeita o postulado de que a prostituição implica necessariamente a «objetificação sexual» de quem a pratica, isto é, a sua redução à condição de coisa ao serviço do prazer alheio, com a consequente destituição da sua humanidade (Blanchette et al. 2021). Contra este excecionalismo, o argumento de que, «com o advento do capitalismo como sistema global e hegemónico, a “objetificação” torna-se um perigo inerente ao trabalho» (ib.: 16) em geral ajuda a compreender por que razão, para muitas pessoas, o trabalho sexual surge como uma alternativa preferível a outras ocupações, não raro consideradas mais penosas ou opressoras, ou como a via mais pragmática para escapar a relações interpessoais violentas (Davies et al. 2025).

Emerge, contudo, uma distinção analiticamente relevante face à etnografia de Piscitelli (2012): enquanto aí as restrições à liberdade – como a retenção de documentos – são tomadas como evidência de TSH, nas narrativas aqui analisadas tais práticas não surgem necessariamente como indícios de tráfico. Podem, antes, funcionar como mecanismos para efetivar, perpetuar e intensificar a exploração económica. Por meio dessas restrições, a parte detentora de maior poder redefine os termos de uma relação laboral (ainda que inicialmente estabelecida por acordo mútuo), transfigurando-a progressivamente numa relação de escravatura, muitas vezes através do prolongamento arbitrário da servidão por dívida.

O recurso ao crédito emerge, também das trajetórias de Cláudia e de Brisa, como uma dimensão estruturante dos projetos migratórios contemporâneos, funcionando como condição de possibilidade da mobilidade face ao endurecimento dos controlos fronteiriços (cf. Chiuri et al. 2010). Como argumentam Vítor e Vitória, em vez de travarem a migração, estas políticas contribuem para a reconfiguração dos percursos disponíveis, tornando-os mais arriscados e onerosos, e levando as pessoas que querem migrar a recorrer a intermediários. Crucialmente, as pessoas que contraem dívidas para financiar projetos migratórios frequentemente percecionam o pagamento dessas dívidas como uma questão de honra, como é evidente no caso de Cláudia. Quando analisados à luz da temporalidade (Davies et al. 2025), os resultados mostram que uma mesma relação de endividamento pode, em momentos distintos, comportar dimensões de exploração e de

empoderamento, sugerindo que não é a dívida em si que configura exploração, mas a manipulação unilateral dos seus termos (cf. Tabuteau-Harrison et al. 2025: 9).

Ora, se a manipulação dos termos da dívida constitui uma forma de exploração, a sua possibilidade é, por sua vez, entendida como politicamente (re)produzida. Como visto, para os membros do MTS, a vulnerabilidade ao TSH e à exploração resulta da conjugação de dois fatores: a insuficiência de proteções sociais e laborais para trabalhadores migrantes – sobretudo na indústria do sexo – e os regimes migratórios restritivos. A observação de Rafaela sobre a inflação do custo da habitação é reveladora de uma das consequências económicas mais imediatas da clandestinidade, seja ela laboral ou migratória, e que Chiuri et al. (2010: 117) descrevem a propósito da migração irregularizada:

[...] a clandestinidade não só implica dificuldades de acesso a um bem ou a um serviço, mas também, nos casos em que o acesso é consentido, o pagamento de um preço muito mais alto em relação ao preço de mercado. O caso clássico é o da procura de casa.

Como já foi estabelecido por investigações prévias e novamente verificado no presente estudo, os constrangimentos estruturais, por mais poderosos e limitantes que sejam, nunca apagam por completo a capacidade de agência das profissionais do sexo (migrantes). Pelo contrário, as narrativas aqui analisadas evidenciam que as fronteiras entre migração, trabalho, exploração e agência não são nítidas nem estanques, mas situam-se, como afirma Vitória, «um bocadinho mais no meio».

Neste terreno ambíguo, mais do que vítimas passivas ou agentes plenamente autónomos, emergem sujeitos que navegam estruturas de constrangimento e oportunidade, reivindicando o direito de definir os termos das suas próprias experiências. Reconhecer esta agência não implica negar a exploração, mas compreender que ambas coexistem em configurações complexas, irreduzíveis a categorias simplificadoras e leituras dicotómicas. Neste sentido, incorporar os saberes situados das pessoas trabalhadoras do sexo na formulação de políticas públicas não é apenas uma questão de justiça epistémica, mas uma condição necessária para combater eficazmente o TSH sem gerar constrangimentos desproporcionados a quem migra, a quem exerce trabalho sexual e a quem migra para o exercer.

Conclusão: implicações para políticas públicas

Apesar da pertinência das reservas levantadas por autoras como Agustín (2007) sobre a utilidade política do conceito de TSH, a verdade é que este continua a estruturar políticas públicas em vários países, incluindo Portugal. Perante esta realidade, algumas organizações de profissionais do sexo têm procurado garantir o seu acesso e intervenção no debate, reivindicando um papel na redefinição das políticas antitráfico, como documenta Blanchette (2022) para o caso brasileiro. É nesta articulação que o conhecimento produzido pelo MTS pode qualificar as respostas institucionais em Portugal. Ao deslocar o foco da moralização da prostituição para a análise das condições de exercício da atividade prostitucional enquanto trabalho, e para o elemento do engano no contexto migratório, este saber coletivo pode operar como um dispositivo de recalibração institucional, com implicações diretas nos critérios de sinalização, nos modelos de assistência e nos mecanismos de participação.

Em primeiro lugar, os dados sugerem a necessidade de uma maior precisão nos critérios de sinalização de TSH. Elementos como irregularidade administrativa, endividamento associado à migração ou inserção no trabalho sexual tendem a funcionar como indicadores automáticos de suspeita. Contudo, as narrativas analisadas mostram que tais fatores não são, por si, suficientes para qualificar uma situação como tráfico. A partir dos critérios mobilizados pelas pessoas entrevistadas, torna-se possível distinguir entre dívida previamente acordada e dívida unilateralmente manipulada, entre retenções financeiras proporcionais e retenções financeiras abusivas, entre irregularidade e coação efetiva. A incorporação destas distinções permitiria recenrar a identificação do TSH em práticas de fraude e engano, reduzindo quer a rotulação excessiva de determinadas situações como tráfico quer a ativação de procedimentos institucionais que, na prática, podem produzir efeitos penalizadores e/ou estigmatizantes.

Em segundo lugar, a análise evidencia os limites de modelos de assistência fortemente condicionados à colaboração penal. A recusa em vestir a pele da «vítima ideal» não equivale à negação da exploração, mas à contestação de uma gramática institucional que exige a performatividade da vulnerabilidade como condição de acesso a direitos. A dissociação entre proteção e colaboração criminal, pelo menos em fases iniciais de acolhimento, poderia favorecer respostas

centradas na proteção de direitos sociais e laborais, mitigando a produção de narrativas vitimizantes e reduzindo o risco de que pessoas em situações de vulnerabilidade e exploração sejam penalizadas por não corresponderem ao modelo esperado de vítima.

Em terceiro e último lugar, os resultados apontam para a importância de integrar organizações de pares na definição e implementação das políticas antitráfico. A possibilidade de envolver as organizações de profissionais do sexo depende, antes de mais, do seu reconhecimento como interlocutoras políticas legítimas, pois, como defende Fraser (2005: 2), a justiça social exige a capacidade de «participar em pé de igualdade com os outros, como membros plenos da comunidade política» (tradução livre). A sua participação em instâncias consultivas e em processos de mediação poderia servir como mecanismo de triagem, aumentando a precisão na identificação de situações de abuso, sejam quais forem, e contribuindo para uma comunicação pública menos ancorada na figura da «vítima ideal» e mais alinhada com os dados empíricos do contexto português.

Para concluir, convém reforçar que estas linhas de recalibração não implicam relativizar a gravidade do TSH, mas sim reforçar a adequação das respostas institucionais. Integrar o conhecimento situado produzido por organizações como o MTS passa por reconhecer que a eficácia das políticas públicas depende não apenas da robustez normativa do enquadramento jurídico, mas também da qualidade da escuta de quem experiencia, quotidianamente, as dinâmicas que essas políticas procuram regular.

Bibliografia

- Agustín, Laura María (2007). *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. Londres: Zed Books.
- Bernstein, Elizabeth (2018). *Brokered Subjects: Sex, Trafficking, and the Politics of Freedom*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Blanchette, Thaddeus Gregory (2022). “A Place at the Table: Sex Workers and Allies in the Redefinition of Brazil’s Anti-Trafficking Law”, *Social Sciences*, 11, 11, 530. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci11110530> (acesso em 17/02/2026).
- «—», da Silva, Ana Paula, Camargo, Gustavo (2021). “‘I will not be Dona Maria’: Rethinking exploitation and objectification in the context of

- work and sex work”, *Social Sciences*, 10, 6, 204. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci10060204> (acesso em 29/09/2025).
- Brunovskis, Anette, Skilbrei, May-Len (2016). “Two Birds with One Stone? Implications of conditional assistance in victim protection and prosecution of traffickers”, *Anti-Trafficking Review*, 6, 13-30. Disponível em: <https://doi.org/10.14197/atr.20121662> (acesso em 16/03/2026).
- Chiuri, Maria Concetta, Ferri, Giovanni, Coniglio, Nicola (2010). *Exército dos Invisíveis: Aspectos Económicos da Imigração Clandestina*. Coimbra: Almedina.
- Clemente, Mara (2019). “O tráfico sexual (já) não é sexy? Atores, definições do problema e políticas no campo português de combate ao tráfico”, *Gazeta de Antropologia*, 35, 1, 2. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/58857> (acesso em 10/03/2025).
- « — » (2023). “Na luta e em luta contra o tráfico: Organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico”, *SOCIOLOGIA ON LINE*, 31, 96-115. Disponível em: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2023.31.6> (último acesso: 10/03/2025).
- Davies, Julio D’Angelo, O’Connell Davidson, Julia, da Silva, Ana Paula (2025). “Making Progress: ‘Sex Trafficking’, Sex Work, Temporality, and Im/mobility”, *Sociological Research Online*, 30, 4, 885-900. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13607804241275268> (acesso em 08/03/2026).
- Doezema, Jo (2010). *Sex Slaves and Discourse Masters: The Construction of Trafficking*. Londres: Zed Books.
- Duarte, Madalena (2012). “Prostitution and Trafficking in Portugal: Legislation, policy, and claims”, *Sexuality Research and Social Policy*, 9, 3, 258-268. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13178-012-0093-2> (acesso em 10/03/2025).
- Faier, Lieba (2024). *The Banality of Good. The UN’s Global Fight against Human Trafficking*. Durham: Duke University Press.
- Ferčíková Konečná, Irena (2024). “Excluded but Fighting: Where Are the Voices of Sex Workers and Their Allies in EU Anti-Trafficking Policymaking?”, *Social Sciences*, 13, 3, 148. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci13030148> (acesso em 16/03/2026).
- Fraser, Nancy (2005). “Reframing Justice in a Globalizing World”, *New Left Review*, 36, 69-88. Disponível em: <https://doi.org/10.64590/ys5> (acesso em 17/02/2026).

- Grupo Davida (2015). "Trafficking as a Floating Signifier: The view from Brazil", *Anti-Trafficking Review*, 4, 161-166. Disponível em: <https://doi.org/10.14197/atr.20121541> (acesso em 11/02/2026).
- Haraway, Donna (2009 [1988]). "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> (acesso em 10/02/2026).
- Kotiswaran, Prabha (2021). "The Sexual Politics of Anti-Trafficking Discourse", *Feminist Legal Studies*, 29, 1, 43-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10691-020-09447-x> (acesso em 19/02/2026).
- Lowenkron, Laura, Sacramento, Octávio (2017). "Tráfico de seres humanos: usos e sentidos da categoria nos contextos português e brasileiro", *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 11, 17, 122-153. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13523> (acesso em 10/02/2025).
- Menjívar, Cecilia (2023). "State Categories, Bureaucracies of Displacement, and Possibilities from the Margins", *American Sociological Review*, 88, 1, 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00031224221145727> (acesso em 06/02/2026).
- Merton, Robert K. (1987). "Three Fragments From a Sociologist's Notebooks: Establishing the Phenomenon, Specified Ignorance, and Strategic Research Materials", *Annual Review of Sociology*, 13, 1-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.000245> (acesso em 07/02/2026).
- Minga, Ester Amaral de Paula (2020). "Trafficking and prostitution of Brazilian women in Portugal: the journalistic discourse between the stereotyping and the victimization", *Brazilian Journalism Research*, 16, 2, 292-319. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v16n2.2020.1168> (acesso em 07/02/2026).
- Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo (MTS) – MTS – Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo [Em linha]. Portugal: MTS, s.d. Disponível em: <https://movimentots.org/> (acesso em 11/03/2026).
- Oliveira, Alexandra (2010). "Violências sobre trabalhadores do sexo ou a reacção social à prostituição de rua", in Manuel Carlos Silva, Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), *Mulheres da vida, mulheres com vida: Prostituição, Estado e políticas*. Braga: Húmus, 107-121.
- «—» (2017). "Prostituição em Portugal. Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue", *Bagoas – Estudos gays: gêneros e*

- sexualidades, 11, 17, 201-224. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13525> (acesso em 10/02/2025).
- Piscitelli, Adriana (2012). "Revisiting notions of sex trafficking and victims", *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 9, 1, 274-310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412012000100010> (acesso em 02/03/2025).
- «—» (2016). "Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais", *Cadernos Pagu*, 47, e16475. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470005> (acesso em 07/03/2025).
- Sacramento, Octávio (2022). "Do Protocolo de Palermo à compaixão-repressão: indefinições, vieses e idealizações da hegemonia antitráfico", *Revista Criminalidad*, 64, 2, 9-22. Disponível em: <https://doi.org/10.47741/17943108.351> (acesso em 16/02/2025).
- Scott, James C. (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press.
- Serughetti, Giorgia (2018). "Smuggled or Trafficked? Refugee or job seeker? Deconstructing rigid classifications by rethinking women's vulnerability", *Anti-Trafficking Review*, 11, 16-35. Disponível em: <https://doi.org/10.14197/atr.201218112> (acesso em 06/02/2026).
- Silva, Manuel Carlos, Ribeiro, Fernando Bessa, Granja, Rafaela (2013). *Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um contributo para a sua delimitação conceptual e aproximação ao contexto português*. Prior Velho: Letras Paralelas.
- Sullivan, Barbara (2003). "Trafficking in Women", *International Feminist Journal of Politics*, 5, 1, 67-91. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461674021000056773> (acesso em 26/09/2025).
- Tabuteau-Harrison, Sophie, Allen-Collinson, Jacquelyn, Mewse, Avril (2025). "Paradoxes in Action: Lived Perspectives of Irregular, Nigerian Sex Workers in Spain", *Journal of Human Trafficking*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23322705.2025.2456417> (acesso em 08/03/2026).
- Timmermans, Stefan, Tavory, Iddo (2012). "Theory Construction in Qualitative Research: From Grounded Theory to Abductive Analysis", *Sociological Theory*, 30, 3, 167-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0735275112457914> (acesso em 20/02/2026).
- Villacampa, Carolina (2017). "Municipal ordinances and street prostitution in Spain", *European Journal on Criminal Policy and Research*, 23, 1, 41-57. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10610-016-9313-2> (acesso em 17/02/2026).

**PERFIL DOS MIGRANTES QUE CHEGAM AO BRASIL E
ENSINO DE PLAC: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**
PROFILE OF MIGRANTS ARRIVING IN BRAZIL AND THE
TEACHING OF PLAC: SOME CONSIDERATIONS

DANIELA FÁTIMA DAL POZZO
Universidade de Caxias do Sul
danieladalpo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2344-5697>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/08/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 10/03/2026

Resumo

O Brasil tem sido casa de muitos migrantes e refugiados. Diante disso, este estudo busca mapear o perfil dos migrantes que chegam ao Brasil e compreender os desafios do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), considerando aspectos que vão além da língua. Trata-se de um estudo teórico, cujo referencial é constituído por teóricos que abordam os processos migratórios no Brasil, como Uebel e Rückert (2017) e Junger da Silva et al. (2023); e por autores que trabalham com o PLAc, como Amado (2013), Bulegon e Soares (2019), Grosso (2010), Pereira (2017) e Sene (2017). A partir da análise, constatou-se que há migrantes e refugiados de diferentes nacionalidades e perfis, e que o PLAc se caracteriza por atender demandas urgentes relacionadas à língua. No entanto, esse ensino envolve outros desafios, como questões sociais e culturais, além das experiências migratórias, das condições emocionais e das situações socioeconômicas, que impactam diretamente os processos de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave

Processos migratórios no Brasil; ensino de língua; português como língua de acolhimento; cidadania; diversidade cultural.

Abstract

Brazil has become home to many migrants and refugees. In light of this, the present study seeks to map the profile of migrants arriving in Brazil and to understand the challenges involved in teaching Portuguese as a Host Language (PHL), taking into account aspects that go beyond language itself. This is a theoretical study grounded in scholars who address migration processes in Brazil, such as Uebel and Rückert (2017) and Junger da Silva et al. (2023), as well as in authors who focus on PHL, including Amado (2013), Bulegon and Soares (2019), Grosso (2010), Pereira (2017), and Sene (2017). The analysis revealed that migrants and refugees in Brazil come from diverse national backgrounds and profiles, and that PHL is characterized by its focus on meeting urgent language-related demands. However, this form of instruction also involves additional challenges, including social and cultural issues, as well as migratory experiences, emotional conditions, and socioeconomic circumstances, all of which directly impact teaching and learning processes.

Keywords

Migratory processes in Brazil; language teaching; Portuguese as a Host Language of Reception; citizenship; cultural diversity.

Introdução

Os processos migratórios são frequentes e ocorrem em todo o mundo. De acordo com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH 2022), eles acontecem por distintas razões, como: perseguições religiosas e/ou políticas, desastres naturais/ambientais, busca de uma vida melhor, guerras, globalização, questões demográficas, xenofobia e discriminação, desigualdades, etc.

O Brasil tem sido a casa de muitos migrantes e refugiados. Muitos desses indivíduos chegam ao país sem saber a Língua Portuguesa, o que acaba dificultando a interação quando não há uma língua em comum, bem como a inserção e a regularização no mercado de trabalho, a solicitação

de auxílio e o próprio exercício da cidadania. A aprendizagem da língua local se torna de extrema importância para que os sujeitos possam lidar com questões burocráticas e do dia a dia, desde interagir com outras pessoas, como fazer compras, ir ao médico, trabalhar, assim como alugar moradia, assinar contratos, etc.

Diante disso, este estudo⁽¹⁾ parte do seguinte objetivo: mapear o perfil dos migrantes que chegam ao Brasil e compreender os desafios do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), considerando aspectos que vão além da língua. Trata-se de um estudo teórico, cujo referencial é constituído por autores que trabalham com o PLAc, como Amado (2013), Bulegon e Soares (2019), Grosso (2010), Pereira (2017) e Sene (2017); e por teóricos que abordam os processos migratórios no Brasil, como Uebel e Rückert (2017) e Junger da Silva et al. (2023).

O fenômeno de migração no Brasil no século XXI

Antes de falar sobre os processos migratórios no Brasil, cabe definir os conceitos de *imigrante*, *migrante* e *refugiado*. De acordo com Zamberlam et al. (2014), *imigrante* diz respeito à pessoa que adentra uma região ou um país com o intuito de residir nesse local. Uma outra perspectiva, considerando a atual configuração geopolítica, «em que os territórios são divididos por fronteiras nacionais, *imigrar* geralmente refere-se à entrada de uma pessoa em um determinado país e sua instalação. Para entrar em um país, porém, essa mesma pessoa teve de sair de outro» (Museu da Imigração do Estado de São Paulo 2019).

No que concerne ao termo *migrante*, de acordo com a definição do verbete presente no *site* do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2019), consta:

Recentemente, houve uma importante mudança de paradigma, acompanhada de uma alteração na forma de uso do termo *migrante*. Nessa nova configuração, ressalta-se o reconhecimento do migrante enquanto sujeito de direitos, não o definindo a partir de se este “sai” ou “entra” de determinado território nacional (*i* ou emigração) ou mesmo se permanece nele. Trata-se, nesse sentido, de enfocar principalmente a

(1) Trata-se de um recorte da tese de doutorado da autora.

migração enquanto fenômeno humano, que necessariamente atravessa os diferentes territórios nacionais, envolvendo diversos atores e processos transnacionais.

Por fim, sobre o termo *refugiado*, no site do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), do *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR 2024), consta que se entende por *refugiado* os indivíduos que deixam tudo para trás com a intenção de buscar proteção e segurança em outro país, uma vez que vivem diante de conflitos armados ou perseguições, desse modo, precisam se refugiar em outro território (Edwards 2022). Consoante Moreira (2010: 111), os refugiados são «um grupo específico dentro das migrações internacionais. Forçados a fugir de seus países de origem em decorrência de conflitos intra ou interestatais, por motivos étnicos, religiosos, políticos, regimes repressivos e outras situações de violência e violações de direitos humanos».

Já Amado (2013: 2) define *refugiado* como

todo aquele que necessita deslocar-se para salvar sua vida ou preservar sua liberdade, não sendo protegido pelo seu governo, ou sendo seu próprio governo o autor da perseguição. Se outros países não o acolhem, poderão estar condenando-o à morte ou a uma vida de sombras, sem direitos e sem sustento.

Diferentemente das pessoas em situação de refúgio, a maioria dos *migrantes* não se deslocam diretamente por conta de perseguições ou ameaças; migram por diversos motivos, como: busca por uma vida melhor, melhores condições de trabalho, educação, ou reunião familiar. Eles continuam tendo proteção do seu governo, enquanto muitos *refugiados* permanecem desamparados (Edwards 2022). Além do mais, é preciso considerar a legislação brasileira, pois, a título de exemplo, ela não prevê concessão de refúgio a vítimas de desastres naturais. No entanto, muitas entidades, como IMDH e Cáritas, acolhem-nos em caráter humanitário.

Os processos migratórios não são atuais. Prova disso é a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, que estabelece normas internacionais para a proteção de refugiados⁽²⁾. No Brasil, é a Lei n.

(2) Consta nos documentos da ObMigra (Junger da Silva et al. 2023: 8) sobre a solicitação de refúgio: «Os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado que ainda não

9.474 (Brasil 2024a) que regulamenta o reconhecimento da condição de refugiado e determina que os refugiados têm direito à carteira de trabalho, à inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), à educação pública e à saúde. Além desses direitos, vale destacar que o conhecimento do idioma local poderá dar-lhes mais segurança, autonomia e independência para que possam atuar socialmente.

De acordo com Amado (2013), os refugiados são advindos de mais de 75 países. Ao chegarem ao Brasil, muitos têm ajuda de instituições parceiras do ACNUR, como o IMDH, em Brasília; o Instituto de Reintegração do Refugiado (ADUS), em São Paulo; bem como de instituições religiosas, tais como a Cáritas, em São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus; e a Missão Paz, em São Paulo. Algumas dessas entidades os acolhem oferecendo moradia, assistência jurídica e auxiliando na busca de emprego, inclusive em outras cidades e estados (Amado 2013).

Muitos até buscam auxílio na Polícia Federal (PF), porém, conforme Amado (2013), esse departamento ainda apresenta dificuldades ao lidar com a diversidade cultural. Em São Paulo, a PF conta com o auxílio de intérpretes para fazer a mediação quando não há o português como língua comum. No entanto, nem sempre o intérprete fala a língua nativa do refugiado, e este nem sempre fala inglês, por exemplo, o que dificulta a interação porque não há uma «língua comum». Ademais, tudo isso vai para além de uma questão linguística, como bem questiona Amado (2013: 5): «Como traduzir para outra língua a dor do refúgio?».

Sobre a complexidade na interação, eis um relato publicado no *El País* (Martín 2014: parag. 7⁽³⁾):

Ela começa o trabalho se sentando no meio de um libanês e um nigeriano que aguardavam em silêncio diante dos funcionários que deviam entrevistá-los para formalizar a petição de asilo. “Vou ficar

tiveram sua solicitação deliberada pelo Conare encontram-se em situação migratória regular em todo o território nacional e, portanto, contam tanto com um protocolo comprovando esta condição quanto com o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Este protocolo tem validade de um ano, sendo este prazo prorrogável por igual período, enquanto durar o processo. Além disso, por meio deste, é possível a inscrição junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), atualmente em sua forma digital».

(3) Para fins de localização, uma vez que o texto não é paginado, a citação se encontra no sétimo parágrafo do artigo.

aqui porque vou ‘traduzir’ vocês ao mesmo tempo”, lhes explica em inglês tentando agilizar a tarefa. Não foi possível, pois a comunicação entre o funcionário e o imigrante não se reduz a preencher um simples questionário. A história que o nigeriano tinha para justificar sua fuga do país era tão brutal que era difícil não ficar cravado assistindo como ele interpretava alguém portando uma balestra (arma de arco e flecha) para explicar como sua mulher e sua filha, com quem vivia em Lagos, foram assassinadas. A entrevista se prolongou por quase uma hora, enquanto a tradutora e o nigeriano choravam juntos.

Feita essa distinção conceitual, vamos à análise dos dados relativos a migrantes e refugiados no Brasil.

Processos migratórios: números e perfil

Os processos migratórios ocorrem em todo o mundo e por diversos motivos. Segundo consta na manchete do *site* brasileiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o «Brasil registra mais de 700 mil migrantes⁽⁴⁾ entre 2010 e 2018» (ARPEN-SP 2019). Dentre esse número, a maioria é proveniente do Haiti, da Colômbia e da Venezuela e são solicitantes de refúgio ou refugiados (Brasil 2019).

Conforme dados do Arpen (2019: parag. 5):

O relatório revela que de 2010 a 2018 foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais. Desse total, destacam-se 395,1 imigrantes de longo termo (cujo tempo de residência é superior a um ano), composto principalmente por pessoas oriundas do hemisfério sul. Ao longo da série, os haitianos figuram como a principal nacionalidade registrada no Brasil e no mercado de trabalho brasileiro.

Uebel e Rückert (2017) alegam que até 2000 não havia registro de haitianos no Brasil, todavia, em 2014, já constavam 20.000 haitianos registrados, muitos dos quais entraram pedindo refúgio.

(4) Entendido como qualquer indivíduo que esteja em mobilidade (Zamberlam et al. 2014).

Quanto às solicitações de refúgio, segundo dados do relatório *Refúgio em Números 2023* (Junger da Silva et al. 2023), o número de solicitações por ano, no Brasil, é o seguinte: em 2018, o total foi de 79.831 pessoas; e, em 2019 o total foi de 82.552; já em 2020, foi de 28.899; em 2021, 29.107; em 2022, 50.355; nos últimos anos, houve uma diminuição das solicitações de refúgio, em parte por conta das fronteiras fechadas devido à covid-19⁽⁵⁾ (Junger da Silva et al. 2023: 11).

Ainda sobre as solicitações, Junger da Silva et al. (2023: 10) afirmam que, «no ano de 2022, o Brasil recebeu 50.3558 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (297.712), totalizaram 348.067 solicitações protocoladas desde o início da última década». Se compararmos os anos 2021 e 2022, este teve um aumento de 21.248 solicitações em comparação àquele, o que tem relação com a superação da covid-19, uma vez que possibilitou a retomada de processos migratórios de forma mais acentuada, inclusive pelos impactos econômicos e sociais gerados por esse vírus (Junger da Silva et al. 2023: 10).

Quanto aos dados referentes a 2023, consta que «o Brasil recebeu 58.628 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (348.067), totalizaram 406.695 solicitações protocoladas desde o início da década anterior» (Junger da Silva et al. 2024: 10). Já no que concerne aos dados mais atuais: «Em 2024, foram registrados 194.331 novos migrantes no Brasil. Os venezuelanos lideraram a lista das principais nacionalidades que solicitam autorização de residência (94.726 pessoas) e refugiados reconhecidos (12.726)» (Brasil 2025).

Analisando os últimos anos de processos migratórios, a figura 1 mostra que os anos 2018 e 2019 foram os que mais tiveram solicitações de refúgio. No entanto, entre 2020 e 2021, por conta da covid-19, houve uma diminuição dos pedidos. O crescimento voltou a ocorrer a partir de 2022, quando a situação já estava mais estável.

(5) De acordo com Brasil (2024a): «A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global». Durante o pico da pandemia, fronteiras foram fechadas, impossibilitando a entrada ou saída de pessoas.

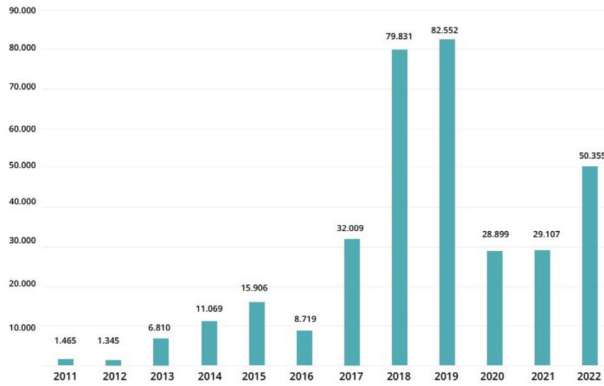


Figura 1 – Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado de 2011 a 2022. Fonte: Junger da Silva et al. 2023: 11.

Já no que concerne às nacionalidades solicitantes de refúgio, a figura 2 apresenta os principais países e o número de solicitações referentes ao ano de 2023, sendo Venezuela, Cuba e Angola os três principais.

Principais Países	Nº de solicitações
Total	58.628
VENEZUELA	29.467
CUBA	11.479
ANGOLA	3.957
VIETNÃ	1.142
COLÔMBIA	1.046
NEPAL	966
ÍNDIA	961
CHINA	818
MARROCOS	487
GUIANA	441
LÍBANO	407
PERU	372
NIGÉRIA	365
BANGLADESH	340
GANÁ	270
SURINAME	270
REPÚBLICA DOMINICANA	264
AFEGANISTÃO	248
CAMARÕES	220
TURQUIA	216
OUTROS	4.892

Figura 2 – Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, no Brasil, em 2023. Fonte: Junger et al. 2024: 12.

Desde a vigência da Lei 9.474/97 (Brasil 2024a), que implantou o Estatuto dos Refugiados, o número de solicitações de refúgios tem aumentado. Com isso, foi preciso a criação de resoluções e novas políticas de acolhimento dessas pessoas. De acordo com Oliveira e Tonhati (2022: 8),

houve um crescente fluxo de entrada pela fronteira Norte do país, e uma importante inserção laboral dos imigrantes nas regiões Sul e Sudeste, assim como teve a necessidade de alterações nas políticas e processos de regulamentações dos imigrantes, como, por exemplo, a criação das Resoluções Normativas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (RNs 27/2018, 97/2012, 126/2017) no âmbito da normatização dos imigrantes haitianos e venezuelanos, posteriormente, a nova Lei de Migração de 2017 (Lei 13.445) e a criação de políticas específicas de acolhimento (Operação acolhida, em Boa Vista-RR) e o processo de interiorização dos imigrantes.

Para os autores, de 2010 a 2021, 298.331 pessoas fizeram a solicitação de refúgio, o que equivale a 100 vezes mais desde os 13 primeiros anos da vigência da Lei 9.474/97 (Oliveira, Tonhati 2022). Dentro desse período, 57.028 pessoas tiveram o pedido de refúgio reconhecido. Ainda, em 2022, foram feitas 258.241 solicitações de refúgio, um aumento de 593,9% em comparação ao período 2009-2015 (Oliveira, Tonhati 2022). Quanto às origens, no período 2016-2021, há «uma maior participação de pessoas latino-americanos, com destaque para os venezuelanos (174.945), haitianos (33.533) e cubanos (11.425), que em conjunto concentraram 85,2% do total de solicitações de refúgio registradas no Brasil entre 2016 e 2021» (Silva 2022: 49).

Já em relação ao número de migrantes, conforme consta no documento *Dados consolidados da imigração no Brasil 2022* (Cavalcanti, Oliveira, Silva 2023), em 2022, houve 243,2 mil registros de autorização de residência, sendo 131,2 mil para homens e 112 mil para mulheres; esse resultado superou os números de registros de autorização que havia antes da pandemia da covid-19; em 2019, tem-se o registro de 181.556 (Cavalcanti, Oliveira, Silva 2023: 10).

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Registro Migratório (NEPO/UNICAMP 2024), os municípios que mais recebem migrantes são Boa Vista (RR), seguida de São Paulo (SP) e Manaus (AM).

Quanto aos dados por unidade federativa, conforme consta no Sistema Nacional de Registro Migratório (NEPO/UNICAMP 2024), São Paulo é o estado que mais recebe migrantes, tendo 743.019 registros, seguido de Roraima (303.811) e do Rio de Janeiro (193.346). Tocantis é a unidade com menor número de registros (2.319).

Sobre o perfil dos migrantes, tem-se que:

Direcionando o olhar para o período 2016-2021, a análise das informações sobre solicitações de refúgio por sexo, segundo os principais países de nacionalidade ou residência habitual (tabelas 2.6 e 2.7), revela que os homens ainda eram predominantes, 57,9%, frente a 42,1% de solicitantes mulheres, o que evidencia que a maior presença das mulheres, observada na seção anterior para o período pós-2010, ganha maior proporção entre os anos de 2016 e 2021. Já quanto à origem desses solicitantes, os venezuelanos apresentaram 63,3% dos homens solicitantes, alcançando 73,5% das mulheres solicitantes de refúgio. Trata-se de um maior equilíbrio na estrutura de distribuição por sexo e país de nacionalidade ou residência habitual, que se estende para os grupos mais representativos de solicitantes de refúgio para o recorte temporal analisado, incluindo, portanto, pessoas com origem no Haiti, Cuba, Angola e China (Junger da Silva et al. 2023: 56).

Entre 2010 e 2015, o perfil de migrantes era majoritariamente masculino; no entanto, nos últimos anos, especificamente a partir de 2015, o público feminino tem crescido «devido a um incremento das migrações dos países do Sul-Global» (Oliveira, Tonhati 2022: 8). Com a feminização das migrações, os autores afirmam que há, também, a chegada de mais crianças (até doze anos) e de jovens (dos 12 aos 18 anos).

Quanto ao perfil desses migrantes, em 2021, os dados contabilizados são de 151.155 migrantes, «sendo 67.772 registros de mulheres, que correspondiam a 44,8% dos imigrantes registrados, e 29.795 crianças (19,7% do total) e 14.555 adolescentes (9,6% do total), ou seja, em 2021 quase 30% dos imigrantes registrados no país tinham menos de 18 anos de idade» (Oliveira, Tonhati 2022: 11).

Ainda nesse período, entre 2016-2021, há a prevalência de homens, sendo 57,8% em comparação às mulheres. No que diz respeito à idade, há semelhanças, havendo a predominância de grupos de «25 a 39 anos», «15 a 24 anos» e «40 a 59 anos», equivalendo a uma concentração de

93,7% de indivíduos reconhecidos como refugiados nesse período (Silva 2022).

No que diz respeito ao trabalho, conforme Hallak Neto e Simões (2022: 106):

O crescimento em números absolutos de cerca de três vezes em termos de ocupações se distribuiu muito mais intensamente justamente nos grupos ocupacionais de menores rendimentos, como os casos dos *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* (426%), *Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca* (697%), e, sobretudo, dos *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, que são classificados em duas categorias na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo a primeira crescido 7 vezes o seu tamanho inicial e a segunda 21 vezes, ao passar de 1,4 mil, em 2011, para 27,9 mil, em 2021. Somadas, as quatro categorias representaram um acréscimo, entre 2011 e 2021, de 106,1 mil trabalhadores ao total, ou seja, quase 85% do incremento total observado no período, correspondente a 125,6 mil.

[...]

grande parte da dinâmica do emprego formal no período foi determinada pelas duas categorias de ocupação definidas como *Trabalhadores na produção de bem se serviços industriais e pela categoria Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*, com especial ênfase para os primeiros. A quase totalidade dos empregos gerados ficaram a cargo das duas nacionalidades haitiana e venezuelana.

Concernente à escolaridade, os autores fazem uma comparação dos trabalhadores migrantes no Brasil entre 2011 e 2021. Até 2011, o perfil dos solicitantes possuía, na maioria das vezes, ensino superior completo, chegando a 51,9%; já em 2021, apenas 21,2% (Hallak Neto, Simões 2022: 103). Em 2021, os migrantes com nível médio completo totalizavam 47,5%, havendo, também, um aumento de trabalhadores com escolaridade abaixo do nível médio, indo de 5,8% em 2011 para 12,3% em 2021 (Hallak Neto, Simões 2022: 103).

Sobre o perfil dos trabalhadores e a escolarização, analisando dados de 2021, conforme consta no *Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021*, organizado por Cavalcanti, Oliveira, Silva (2022: 3), tem-se que:

O perfil dos trabalhadores imigrantes que se beneficiaram das autorizações não se alterou, são predominantemente homens (91,4%), filipinos, chineses e estadunidenses, entre 20 e 49 anos de idade (77,2%), com, no mínimo, nível superior completo (69,8%), inseriram-se em ocupações de nível médio e nas ciências e artes (67,9%) e foram exercer suas atividades laborais nos estados do Rio de Janeiro (49,6%) e São Paulo (29,3%). Em relação à força de trabalho qualificada, 51,4% foi amparada pela RN02 (trabalhadores com vínculos empregatícios), eram em sua maioria chineses (22,5%), 82,3% ocupavam cargos de gestão (dirigentes ou gerentes) e trabalhando no estado de São Paulo (54,3%). Número de autorizações concedidas para fins laborais e de investimentos.

Como visto, o perfil dos migrantes e refugiados é bastante heterogêneo, abrangendo pessoas de diferentes nacionalidades, faixas etárias, pertencimentos linguísticos e trajetórias profissionais. Diante disso, é preciso pensar para além da dimensão estritamente linguística, tornando-se necessário formular políticas públicas de acolhimento que priorizem uma perspectiva social articulada ao perfil desses indivíduos, o que envolve considerar aspectos como: vulnerabilidade econômica, saúde mental, inserção no mercado de trabalho e redes de apoio. Esclarecido acerca do perfil dos migrantes, passa-se a falar sobre *acolhimento*.

Processos migratório e acolhimento: algumas ponderações

Por mais que o Brasil receba diversos migrantes, há muitos problemas, dado que o país não é tão acolhedor assim, o que gera, de acordo com Bulegon e Soares (2019: 651), «relações de poder, nas quais podemos observar, em muitas situações o olhar voltado aos refugiados e às minorias com ódio ou pena». A categoria «refugiado» é relacionada a nacionalidades e classes sociais específicas, ou seja, a grupos específicos, gerando preconceitos e o não acolhimento de todos, apenas de determinados grupos. Sob esse viés, «os países do norte global produzem estrangeiros, já os do sul global, produzem imigrantes e refugiados» (Bulegon, Soares 2019: 642).

Além disso, consoante as autoras, há poucas políticas públicas voltadas ao público migrante ou refugiado, pois «não há, por parte do estado, incentivo para o ensino de português acessível a esse público. Ou

seja, o país está aberto para receber imigrantes, porém, eles devem falar português e devem ser individualmente responsáveis pelo aprendizado» (Bulegon, Soares 2019: 646). Ademais, a primeira lei brasileira de migração – Lei nº 13.445⁽⁶⁾, de 24 de maio de 2017 – foi publicada somente em 2017, embora os processos migratórios ocorram há anos.

Consoante Moreira (2010), é complexo o processo de integração do refugiado na sociedade, pois envolve questões socioeconômicas e culturais. É preciso que ele obtenha moradia, emprego, aprenda a língua, utilize serviços públicos (saúde, educação). Entretanto, apesar de o Brasil se considerar um país acolhedor, Amado (2013) alega que migrantes e refugiados experienciam dificuldades de se inserirem na sociedade por diversos motivos, como pré-conceito, marginalização, discriminação, o que afeta a autoestima dessas pessoas, a vivência delas nesse novo país, bem como a aprendizagem da nova língua. Cabe dizer que nem sempre a sociedade está preparada para acolher migrantes e refugiados, assim como nem sempre sabe acolher as diferenças culturais, o que gera problemas por causa da falta de conhecimento.

O processo migratório envolve muitas problemáticas que nem sempre o país acolhedor sabe lidar com elas. Sob esse viés, Sene (2017: 34) alega que:

A questão relacionada ao trabalho, conforme minhas observações, é a mais presente entre o público-aprendente, que muitas vezes, por inúmeras dificuldades, tais como ser migrante, não ter o domínio da língua do país, não ter redes de contato, não ter como comprovar experiências de trabalho (alguns chegam sem certificados ou documentos que comprovem) e, em alguns casos, por não conseguirem validar os diplomas de ensino superior no Brasil (a validação de diploma no Brasil demanda tempo e dinheiro, o que se torna inacessível para muitos migrantes), se encontram em condições financeiras desfavoráveis.

Uma das maneiras de acolher esse público é pensar o ensino de língua, pois a língua é um dos meios que lhes possibilitará o exercício da cidadania, interagir, ser compreendido e compreender.

(6) Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm (acesso em 27/02/2026).

Por exemplo, conforme afirmam Simões et al. (2019), o número de migrantes que estão emitindo a carteira de trabalho e previdência social tem crescido. Estando num país lusófono, é preciso pensar na interação pela língua, tanto oral quanto escrita, já que eles precisarão ler discursos de todos os tipos, não só em mensagens instantâneas, como *WhatsApp*, como contratos trabalhista, bancários, administrativos. A língua possibilita a inserção de um indivíduo em uma sociedade, por isso a importância de se pensar no oral e no escrito.

O movimento migratório gera tensões, posto que há muitos fatores que influenciam esse processo, como a condição de vulnerabilidade (social, psicológica e econômica), o fato de talvez não quererem estar no novo país, apesar de terem de estar (disso vem a busca por refúgio), o choque cultural (costumes distintos), as dificuldades enfrentadas, como as socioculturais, linguísticas (Sene 2017). Há muitos fatores inter-relacionados no ensino de língua.

Tudo isso vai estar implicado na aprendizagem, de modo explícito ou não. Aprender uma língua em contexto migrante é diferente de aprender em qualquer outro contexto de ensino de segunda língua, por isso a importância do ensino de PLAc (Sene 2017; Pereira 2017).

Dentre as diferenças, um migrante já possui uma língua nativa, está imerso num outro país e, na maioria das vezes, chega sem saber a língua local, sem trabalho, sem dinheiro. É claro que há realidades diferentes, como os que se mudam para o Brasil com emprego garantido ou já sabendo o idioma. Tudo isso se reflete no processo de aprendizagem.

Segundo Pereira (2017), a partir desses processos migratórios, duas conclusões podem ser obtidas. A primeira é que:

Embora o Brasil esteja aberto à entrada dos refugiados e se esforce para agilizar procedimentos, o sistema normativo do país ainda é inadequado para controlar a entrada e a permanência de imigrantes em território nacional. Além disso, não há coordenação eficiente de uma estrutura centralizada para migrações. A segunda conclusão diz respeito à ineficácia das políticas públicas, deixando o imigrante sem acesso a informações fundamentais para sua sobrevivência no país, e a sociedade civil, sem conhecimento das vulnerabilidades desses imigrantes (Pereira 2017: 123).

Bulegon e Soares (2019), partilhando dessas ideias, dizem que não há, por parte do Estado, incentivo acessível para que esses migrantes

aprendam português, ou seja, eles são os próprios responsáveis pelo aprendizado deles. Em muitos casos, quando o governo não se responsabiliza pelo aprendizado, surgem as organizações não governamentais (ONGS) e espaços gratuitos para o ensino de PLAc. Por mais que seja uma atitude muito nobre, na maioria das vezes, pessoas que não são da área ensinam português para esse público, e aqui cabe problematizar as concepções de língua, metodologias, o embasamento por trás da prática docente (de aprendizagem e de ensino), etc.

É preciso pensar na língua, no ensino de língua, na inserção social desses sujeitos, na criação de possibilidades para que exerçam a cidadania, dado que falar sobre ensino de língua, para nativos ou migrantes, é falar sobre cidadania. No artigo 205 da Constituição Federal de 1988 consta: «A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho» (Brasil 2024b).

No que concerne à aprendizagem de uma língua, como o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita, esta é um recurso que permite ao indivíduo inserir-se socialmente, por meio do acesso à cultura letrada. Compreender um discurso, quer oral, quer escrito e interagir em sociedade é um meio de exercer a cidadania e de ter mais autonomia.

Muito precisa ser pensado, repensado e revisto no que diz respeito ao ensino de PLAc. Vale questionar: como promover um ensino que acolha as diferenças? Como criar um espaço que não corrobore para o apagamento das diferenças culturais? O que esse público precisa e quer aprender? Por que eles estão fazendo o curso? Por quais lugares eles transitam e gostariam de transitar? Qual a percepção que eles têm quanto a aprender e por que aprender português? (Bulegon, Soares 2019).

Conforme Pereira (2017: 120):

O Brasil passa a ser chamado de acolhimento e os “acolhidos” precisam desenvolver competências para atenderem às expectativas sociais próprias e da sociedade que os acolheu. Nesse sentido, *o processo de ensino-aprendizagem da língua deve ser pautado por conteúdos que possibilitem o desenvolvimento de competências de modo a fomentar a integração desses recém-chegados, nutrindo o objetivo de torná-los cidadãos desse novo país.*

Como vimos, há muitos fatores a serem considerados na aprendizagem e no ensino de PLAc. Um dos principais meios para promover a inclusão é por meio da língua, que vai além da simples interação, sendo fundamental para a inserção social, acesso a direitos, mercado de trabalho, ou seja, é essencial para o exercício da cidadania.

A *língua de acolhimento* refere-se ao indivíduo que aprende uma segunda língua num contexto migratório ou de refúgio e possui objetivos específicos (Pereira 2017). Conforme a autora: «Eles não podem ser vistos como estudantes ‘comuns’ devido às suas diversas particularidades» (Pereira 2017: 119). É um público diverso, heterogêneo; trata-se de pessoas falantes de línguas diferentes, pertencentes a culturas diversas, que possuem motivações e tensões diferentes daqueles que aprendem um idioma para fazer turismo ou apenas para conhecer (Sene 2017).

Eles precisam aprender a língua em uso, para, assim, terem o aporte linguístico necessário para a interação relacionada aos afazeres da vida cotidiana. No caso do Brasil, que tem como língua oficial o português, chamamos essa subárea de PLAc. Todavia, sabemos que os processos migratórios ocorrem em todo o mundo, logo, há diferentes *línguas de acolhimento*, como é o caso dos migrantes e refugiados que entram na Itália e precisam aprender o italiano como língua de acolhimento.

Sob o ensino de português, Pereira (2017: 121) alega que

a preocupação com o ensino de português passa a ter um complicador: um público ainda mais específico, cuja caracterização vai além dos dados pessoais (gênero, idade e formação), do grupo linguístico a que pertencem e da necessidade de ampliação de seus conhecimentos para atingir determinado nível de proficiência. Essas características englobam uma nova categoria de investigação que diz respeito às condições necessárias para o aprendizado da língua, para além da proficiência: a sobrevivência do refugiado no país que o acolhe.

O público de PLAc não tem os mesmos objetivos de aprendizagem de um turista ou de uma pessoa que precisa aprender português por outros motivos (Bulegon, Soares 2019). O ensino para esse público, muitas vezes, é compreendido como o ensino de língua estrangeira, no entanto, não o é devido ao contexto de imersão e aos processos migratórios (Grosso 2010).

Cabe dizer que

as razões pelas quais o alunado de PLAc busca aprender português são, basicamente, *sobreviver em uma sociedade que não o considera, até o presente momento, que coexiste com outras línguas além do português, que ainda não está preparada para receber falantes de outros idiomas e a busca da inserção no mercado de trabalho, na escola, fazer parte das atividades sociais do país*. Face à relação entre o aprendizado da língua majoritária do Brasil e a migração, faz-se necessário abordar a questão das políticas linguística (Bulegon, Soares 2019: 644).

A expressão *língua de acolhimento* surge em Portugal, principalmente a partir de 2000, devido às migrações vindas de países do leste europeu e dos continentes africanos e asiáticos (Pereira 2017). O processo de migrar impacta diretamente na aprendizagem, dado que, conforme Amado (2013: 8):

As perspectivas individuais sobre a língua-alvo, a sua autoimagem, os planos para o futuro, como a necessidade urgente de aprendizagem para inserção no mercado de trabalho e integração na sociedade, podem criar dificuldades no processo de aprendizagem. A própria tensão do movimento migratório de fuga, somada, muitas vezes, ao afastamento dos laços familiares e linguístico-culturais, também pode contribuir para essa situação.

Ensinar nesse contexto vai muito além de ensinar língua: é acolher o sofrimento do refugiado, vê-lo como humano, com alegrias e tristezas, considerando todo o mundo que esse migrante carrega consigo (Barbosa, São Bernardo 2014).

No que concerne aos cursos voltados para o público de PLAc, não é apenas pensar na capacitação linguística desse aprendiz; deve-se incluir conhecimentos interculturais também (Barbosa, São Bernardo 2014). Ou seja, difere-se das demais subáreas de Português como Língua Estrangeira (PLE), porque tem como objetivo «desenvolver a competência linguístico-comunicativa dos estudantes juntamente com o letramento de práticas socioculturais, a fim de que consigam movimentar-se social e culturalmente na sociedade em que estão vivendo» (Sene 2017: 3).

É por isso que se usa o termo *língua de acolhimento*, que

transcende a perspectiva linguística e cultural e refere-se também ao prisma emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa presente no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento, a julgar pela

situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer nesse lugar (São Bernardo 2016: 65).

De acordo com Di Palma Back e Cortez (2023: 4), o ensino

em condição acolhedora tende a ser algo que não se limita à gramática, para problematizar situações de uso e adequação, respeitando sempre o contexto social [...] para proporcionar a estes alunos um melhor apoio linguístico e integração sociocultural.

As causas que motivam as migrações são variadas, como já abordado. Independentemente do motivo, o migrante precisa agir de forma autônoma no novo contexto em que se insere. Nesse sentido, entender sua origem é importante, pois esse aspecto impacta diretamente o planejamento didático e as práticas de acolhimento, dado que envolve dimensões psicossociais, culturais, éticas, políticas, linguísticas e socioeconômicas.

Silva e Junior Costa (2020) falam que, conforme os dados da pesquisa *Migrantes, Apátridas e Refugiados*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2015, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos migrantes é o idioma, segundo relatos dos próprios migrantes, de instituições civis e da sociedade civil.

Conforme Euzébio (2021: 29), os migrantes,

além de enfrentarem a barreira linguística pelo desconhecimento da língua portuguesa, se deparam também com problemas financeiros, de instrução, de qualificação profissional, de habitação e de saúde, aumentando ainda mais as dificuldades e a competitividade para a sobrevivência. Além disso, *grande parte deles demonstra ter conhecimento limitado da leitura e da escrita na própria língua materna.*

Pensar em ensino de língua de acolhimento é ir além de pensar o ensino de segunda língua: é uma questão emergencial, uma vez que os aprendizes se encontram em um outro país e precisam estar aptos às urgências do cotidiano, como trabalho, saúde, transporte, consumo, relações interpessoais. Por isso que com esse público se trabalha a *língua de acolhimento*, que é: «Orientada para a ação, a língua de acolhimento tem

um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional» (Grosso 2010: 71).

O idioma é uma das principais barreiras justamente porque impossibilita a interação. Como solicitar refúgio se não tenho uma língua em comum com o ouvinte? Isso demonstra que a língua é para a vida. Segundo Grosso (2010), o conceito de *língua de acolhimento* vai além do de língua estrangeira ou de segunda língua, pois o público-alvo a que se destina está imerso numa realidade linguística que é vivida pela primeira vez, em decorrência disso, *o uso da língua volta-se para o saber-fazer*. A autora ainda afirma que essa área é, geralmente, voltada ao público adulto, o qual necessita aprender a nova língua por diferentes necessidades contextuais, associada «muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática» (Grosso 2010: 74).

O ensino de PLE não abarca essas questões relativas ao re(começar) dessas pessoas, bem como os aspectos migratórios. No entanto, a língua de acolhimento tampouco dá conta de tudo. Como dito, há subáreas na grande área do PLE. É preciso ter conhecimento das especificidades de cada subárea em se pensando a atuação do profissional de línguas, dado que cada ensino e aprendizagem requer dinâmicas, processos, abordagem, planejamento, materiais didáticos e avaliações diferentes (Almeida Filho 2013).

Vale dizer, ainda, que, normalmente, as aulas de PLAC são constituídas por pessoas de diferentes nacionalidades, o que torna as trocas muito enriquecedoras; no entanto, essas diferenças também podem causar choques culturais. No que concerne à prática docente, Back e Cortez (2023: 4) alegam como deve ser ao dizerem que:

a atitude do professor em relação ao ensino-aprendizagem com os migrantes durante a prática pedagógica: convergindo, tentando não impor a Língua Portuguesa como a única presente na sala de aula; pelo contrário, *realçar as diferenças e semelhanças entre as línguas e mostrar-lhes que a bagagem linguística que trazem consigo é de fato relevante para o processo de ensino-aprendizagem e para a comunicação num contexto multilíngue, promovendo assim a interação.*

Resumindo, a aprendizagem de português torna-se relevante para os migrantes, porque é «com o estudo da língua portuguesa que o refugiado pode se manifestar e se assegurar efetivamente. O português, mais que uma nova língua, é um elemento de mediação do acolhimento e da construção da liberdade» (Pereira 2017: 126).

É, também, por meio da língua que ele poderá aprender as normas culturais do país acolhedor, assim como expressar sua própria cultura, seus costumes e conhecimentos, inserir-se no mercado de trabalho, participar efetivamente da vida social nesse novo país, saber quais são seus direitos e deveres (Pereira 2017).

Considerações finais

O público migrante que chega ao Brasil é heterogêneo: pessoas de diferentes idades, formações, nacionalidades, grupos linguísticos. É um público que precisa aprender português por uma questão emergencial. Precisam aprender o aporte linguístico necessário para a interação relacionada aos afazeres da vida cotidiana, mas também precisam aprender sobre questões culturais, direitos, deveres.

Além do mais, se considerarmos que há uma tendência nos processos migratórios sul-sul, que é marcada por desigualdade estrutural e subsistência, as políticas públicas, projetos e programas – inclusive de PLAc – precisam considerar, além do ensino de língua e da integração cultural, inserção social e econômica.

Diante disso, o ensino de PLAc ultrapassa o ensino de normas gramaticais. Essa diversidade cultural impõe desafios ao ensino, exigindo práticas pedagógicas que promovam o acolhimento, o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, reconhecendo tanto as tensões que podem emergir por conta da convivência entre pessoas de nacionalidades/culturas distintas, quanto as possibilidades de aprendizagem mútua que esse encontro proporciona.

Além disso, aprender uma língua envolve não apenas saber se comunicar em outro idioma, mas, também, ter a possibilidade de exercer a cidadania, expressar a própria subjetividade e acessar diversos tipos de conhecimento. Saber tudo isso possibilita melhor planejar as aulas para atender às necessidades dos estudantes.

Bibliografia

- Almeida Filho, José Carlos Paes de (2013). *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes Editores.
- Amado, Rosane de Sá (2013). “O ensino de Português como Língua de Acolhimento para refugiados”, *Revista da SIPLA*, 4, 2. Brasília.
- Arpen-SP. (2019). *Ministério da Justiça: Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018*. Registro Civil do Brasil. Brasília. Disponível em: <https://www.arpensp.org.br/index.php/noticia/86327> (acesso em 23/04/2022).
- Barbosa, Lúcia Maria de Assunção, São Bernardo, M. A. (2014). “Português para refugiados: especificidades para acolhimento e inserção”, in D. M. P. Simões, F. J. Q. Figueiredo (orgs.), *Metodologias em/de linguística aplicada para ensino e aprendizagem de línguas*. Campinas: Pontes Editores, 269-278.
- Brasil (2024a). *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm (acesso em 24/04/2024).
- « — » (2024b). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (acesso em 20/07/2025).
- « — » (2025). Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Brasil registra 194,3 mil novos migrantes em 2024*. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil-registra-194-3-mil-novos-migrantes-em-2024> (acesso em 04/08/2025).
- Bulegon, Mariana, Soares, Laura Fontana (2019). “Impactos sociais dos novos fluxos migratórios e políticas linguísticas no Brasil: o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc)”, *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, 23, 3, 638-655.
- Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Tadeu de, Silva, Bianca G. (2022). *Dados consolidados da imigração no Brasil 2021*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/DADOS_CONSOLIDADOS/Dados_Consolidados_2022.pdf (acesso em 24/04/2024).

- « — » (2023). *Dados consolidados da imigração no Brasil 2022*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> (acesso em 24/04/2024).
- Di Palma Back, Angela Cristina, Cortez, Dayane (2023). “Português como Língua de Acolhimento: notas sobre as práticas pedagógicas de um grupo multicultural e multilíngue”, *Letras de Hoje*, 58, 1, e44503. DOI: 10.15448/1984-7726.2023.1.44503. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/44503> (acesso em 03/08/2024).
- Edwards, Adrian (2022). *Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto*. Genebra: ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> (acesso em 24/04/2024).
- Euzebio, Umberto (2021). “Formação docente em português, língua de acolhimento indígena: aspectos e particularidades do ensino para os povos originários do Brasil”, *Revista Inter-Ação*, 46, 2, 793-809. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/65167> (acesso em 24/04/2024).
- Grosso, Maria José dos (2010). “Língua de acolhimento, língua de integração”, *Horizonte de Linguística Aplicada*, 9, 2, 61-77. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/886> (acesso em: 08/10/2020).
- Hallak Neto, João, Simões, André (2022). “A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2011 e 2021”, in L. Cavalcanti, T. Oliveira, B. G. Silva (orgs.), *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais/Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração/Coordenação Geral de Imigração Laboral, 92-114. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> (acesso em 06/02/2023).
- Instituto das Migrações e Direitos Humanos (IMDH) (2022). *Glossário*. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/> (acesso em 13/02/2022).
- Junger da Silva, Gustavo et al. (2023). *Refúgio em números 2023*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov>.

- br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf (acesso em 24/04/2024).
- « — » (2024). *Refúgio em números 2024*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra.
- Martín, Maria (2014). “Sem fluência em idiomas, a PF depende de voluntários para atender refugiados”, *El País*. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/13/politica/1400012407_244755.html (acesso em 26/12/2023).
- Moreira, Julia Bertino (2010). “Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 1, 111-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a06v53n1.pdf> (acesso em 08/10/2020).
- Museu da Imigração do Estado de São Paulo (2019). *Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar?* Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar> (acesso em 12/02/2023).
- Oliveira, Tadeu, Tonhati, Tânia (2022). “Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil”, in L. Cavalcanti, T. Oliveira, B. G. Silva (orgs.), *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais/Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração/Coordenação Geral de Imigração Laboral, 8-35. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf (acesso em 06/02/2023).
- Pereira, Giselda Fernanda (2017). “O Português como Língua de Acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil”, *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, 17, 1, 118-134. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/download/10248/6507> (acesso em 24/06/2023).
- São Bernardo, Mirelle Amaral de (2016). *Português como Língua de Acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

- Sene, Lígia Soares (2017). *Objetivos e materialidades do ensino de Português como Língua de Acolhimento: um estudo de caso*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23980#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20estudo,desenvolvidos%20na%20turma%20de%20iniciantes%20> (acesso em 02/01/2023).
- Simões, André et al. (2019). *Relatório RAIS: a inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_RAIS/Relat%C3%B3rio_RAIS.pdf (acesso em 24/04/2024).
- Silva, Flávia Campos, Júnior Costa, Eric (2020). “O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil”, *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, 19, 1, 125-143. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/24117> (acesso em 08/10/2020).
- Silva, Gustavo Junger da (2022). “Refúgio no Brasil: 25 anos da Lei 9747/1997”, in L. Cavalcanti, T. Oliveira, B. G. Silva (orgs.), *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais/Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração/Coordenação Geral de Imigração Laboral, 36-68. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf (acesso em 15/08/2023).
- Sistema Nacional de Registro Migratório (2024). *Tabulação observatório das Migrações em São Paulo*. Departamento da Polícia Federal; Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil (OBMigra). NEPO/UNICAMP. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/> (acesso em 03/08/2024).
- Uebel, Roberto Rodolfo Georg, Rückert, Aldomar Arnaldo (2017). “Perfil migratório do Estado do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI”, *Revista Signos*, 37, 2, 124-156.

- United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) (2024). *Refugiados*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20fora,direitos%20humanos%20e%20conflitos%20armados> (acesso em 23/04/2024).
- Zamberlam, Jurandir et al. (2014). *Os novos rostos da imigração no Brasil: haitianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Solidus.

**UMA MINUTA DE INSTRUÇÕES ÀS EMBAIXADAS NO
REINADO DE D. JOÃO III: SÍTIOS, EDIFÍCIOS E DEBUXOS**
A DRAFT OF INSTRUCTIONS TO EMBASSIES DURING THE
REIGN OF KING JOHN III: SITES, BUILDINGS AND SKETCHES

ANA ISABEL BUESCU
UNL-CHAM | NOVA-FCSH
aib@fcsn.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5938-8463>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2026

Resumo

O texto que aqui se estuda, inserido num códice revelado e transcrito por Pedro Pinto, não tem data nem destinatário, sugerindo aquele investigador ser uma minuta destinada a uma embaixada de Pedro Mascarenhas a Itália, anterior a 1538. O documento/minuta visa obter informações de carácter jurídico-político, social, eclesiástico, económico, militar, técnico e artístico dos territórios visitados. A comparação com a realidade portuguesa e a utilidade que realidades e/ou soluções pudessem significar para o reino, por analogia ou por contraste, está sempre subjacente num inquérito cujo propósito é o de recolher informação documental, regimental e material, em muitos casos com uma preocupação de quantificação e, até, de registos iconográficos, como sucede nas informações de carácter heráldico. Considerando a natureza e a forma final do documento, este constituiria uma espécie de “regimento” geral ou instruções, como outros que os embaixadores levavam consigo a mando do rei, erigindo-se como um documento de surpreendente alcance e modernidade.

Palavras-chave

Pedro Mascarenhas; Itália; embaixada; Francisco de Holanda; regimento.

Abstract

The subject of this essay is a text from a codex revealed and transcribed by Pedro Pinto, which is neither dated nor has a specific addressee. Pinto suggests that it is a draft for an unspecified embassy of the royal ambassador Pedro Mascarenhas to Italy, before 1538. The document/minute aims to obtain information on the political, social, ecclesiastical, economic, military, technical and artistic aspects of the territories visited. The comparison with the Portuguese reality is always underlying, in a survey whose purpose is to collect concrete, documentary, regimental and material information, and even iconographic records, as is the case of heraldic information. Considering the nature and final form of the document, we believe that it was intended to be a kind of general "regiment", like others that ambassadors carried at the behest of the king, and that it was a document of greater scope and surprising modernity.

Keywords

Pedro Mascarenhas; Italy; embassy; Francisco de Holanda; regiment.

A fonte documental que analisaremos⁽¹⁾ é um manuscrito do códice 2357 da BNP revelado e transcrito por Pedro Pinto, e publicado na revista digital *Fragmenta Historica*, do Centro de Estudos Históricos da UNL em 2015, para o qual Sylvie Deswarte chamou a nossa atenção⁽²⁾. O texto não se encontra datado nem tem um destinatário concreto. Pedro Pinto sugere tratar-se de uma minuta régia destinada a uma embaixada, não especificada, provavelmente de Pedro Mascarenhas a Itália, anterior a 1538. Contudo, da sua análise, ficamos com a convicção de que, tratando-se efectivamente de um documento do reinado de D. João III, o seu escopo e horizontes vão para além de uma embaixada cronológica e geograficamente determinada, para se erigir como um documento de maior alcance.

(1) Texto que tem por base a comunicação apresentada ao Congresso Internacional *Francisco de Holanda (1517/18 /1584): Arte e Teoria no Renascimento Europeu*, Fundação Calouste Gulbenkian e Biblioteca Nacional de Portugal, 22-24 de Novembro de 2018, cujas actas não foram até ao presente publicadas.

(2) A quem expressamos o nosso agradecimento.

Um projecto de Regimento?

Três razões sustentam fundamentalmente esta convicção. Atentemos, em primeiro lugar, na titulação da minuta:

As cousas de que se ha de enformar Meudamente a pessoa que for em cada lugar notauel dos que lhe seram nomeados parece que devem ser diuidios em quatro partes, e de cada hũa delas se deve fazer titullo apartado. Regymto de Justiça Regimento politico, Regimento eclesyastico, e A quarta tudo o que toca Aos edefiçios. (Pinto 2015: 100).

Parece deduzir-se que as instruções que deveriam orientar o agente ou embaixador encarregado de coligir as informações nos lugares a visitar não são redigidas para uma embaixada em concreto, numa data precisa, mas sistematizam um conjunto de elementos de inquérito diferenciados, considerados relevantes no que toca ao exercício da justiça, ao poder político, à organização eclesiástica e ao edificado. Assim, desde início, o documento inscreve-se num patamar geral e normativo, o que não deixa, até pela sua extrema minúcia, de ser notável.

A segunda razão para considerarmos tratar-se de um documento-guião diz respeito a referências internas aos vários regimes políticos dos lugares a visitar. É certo que se fala em repúblicas, príncipes e senhorias, o que sugere a diversidade do mosaico político italiano; mas fala-se também de reinos e de reis, em aspectos que não deixam dúvidas: «[que] çirimonjas vsam no aleuamtar dos Reis e da coroação e auer o Regimento disso [...]». «Como se crjam os filhos segumdos dos Reis [...]». «que ofiçiões [sic] ficam de huû Rey ao outro e quães acabam» (Pinto 2015: 108).

Em ambos os casos não se identificam os territórios, com poucas excepções: Siena, Florença e Génova são evocadas, mas apenas por analogia – trata-se de saber se nas cidades visitadas há «monte de piedade ou monte publico» como sucede naquelas urbes, ou se há instituições em que se «depositem dinheiros», como sucede em Barcelona; a única referência concreta é quando se fala de Nápoles e da Sicília a propósito da criação de éguas e cavalos, questão sobre a qual, aqui sim, se pretendem informações concretas (Pinto 2015: 103). Sendo, como sustentamos, um documento-guião, é natural que os vários sistemas políticos e de governação da Europa da época fossem evocados, procurando cobrir uma realidade muito diversificada, adaptável às várias embaixadas enviadas pelo monarca. Em

todo o caso, aquelas poucas referências fazem compreender que a hipótese de se tratar de uma embaixada a Itália pudesse surgir, aquando da sua publicação, como elemento eventualmente identificador.

Finalmente, em terceiro lugar, se o documento, no seu conjunto, é de grande coerência, não é menos verdade que cada uma das secções é autónoma e incidindo sobre esferas e realidades bem diferenciadas, como é patente na titulação da minuta. Considerando a natureza complexa e a forma final do documento, consideramos ser improvável que fosse concebido para uma embaixada em particular, mas que porventura se destinava a constituir uma espécie de «regimento» ou instruções, como outros que os embaixadores levavam consigo a mando do rei.

Os «olhos do rei»⁽³⁾

Cabe, embora de forma breve, sublinhar como este e outros documentos semelhantes correspondiam a uma preocupação declarada dos governantes em reunirem informação de natureza diversificada, no âmbito do impulso centralizador da administração moderna e necessária à tomada da decisão política. Com maior ou menor rasto na documentação, os monarcas portugueses procuraram aceder a informação relativamente a territórios que, em virtude do processo expansionista, dizia também respeito aos espaços ultramarinos em África e no Oriente. Assim, apontaremos, a título de exemplo, reinando D. João II, o plano que em 1480 acompanharia os documentos para a reforma das muralhas da praça de Ceuta, os quinze desenhos de Safim na posse de António Carneiro (Carita 1999: 48), as pinturas do Chafariz d'El Rey, e da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa, que permitiram ao monarca tomar decisões sobre as obras em curso (Cid 2007: 368 e 359).

Com D. Manuel, essas referências são mais numerosas, de que destacamos "pinturas feitas pelo natural" que Duarte Pacheco Pereira, entre 1505 e 1508, diz explicitamente incluir no *Esmeraldo de Situ Orbis*, destinadas a descrever os principais portos e acidentes da costa africana, o plano da Alfândega de Safim, o desenho da torre de Cananor (Índia)... E ainda os encargos que D. Manuel confiou em 1507 a Duarte de Armas «grande pintor», no Norte de África, com a missão de debuxar as entradas

(3) Jorge Manuel Flores (2001).

dos rios e a situação da terra de Larache, Salé e Azamor (Góis 1953, II, cap. XXVII: 91), e em 1509, na raia do Reino, de que subsistiu o *Livro das Fortalezas*, a que se seguiram muitos outros, sobretudo nos territórios do império, como D. João de Castro e os seus extraordinários *Roteiros* no Oriente. A encomenda de desenhos e debuxos de cidades, ruas, edifícios, fortalezas, em suma, a apreensão e o conhecimento de territórios, realidades naturais e construídas através do recurso à cultura visual eram um instrumento crucial da governação de que também se serviu D. João III, como plenamente comprova o documento que estudamos.

A diplomacia e os seus agentes

Também se torna relevante, a este respeito, e dada a particularidade do documento, considerar a acção da diplomacia nos alvares dos tempos modernos. O século XVI constituiu uma época de afirmação e de aperfeiçoamento dos mecanismos diplomáticos como instrumento de acção política no concerto das nações, e a configuração de verdadeiros «sistemas de informação» (Pérez 2010)⁽⁴⁾. Uma das mais importantes alterações foi a generalização da figura do embaixador permanente. Convivendo com esta nova figura da diplomacia, continuavam a coexistir os embaixadores temporários, investidos de uma determinada missão por ordem régia, mais ou menos demorada, mas que, depois de cumprida, regressavam ao reino. Agora, para além destes, passava a existir o embaixador permanente, um pouco como os conhecemos hoje.

O segundo grande mecanismo da prática diplomática foi a utilização cada vez mais frequente da cifra na correspondência diplomática, já conhecida há muito, mas aperfeiçoada e difundindo-se pela generalidade das chancelarias. No caso português, foi com D. Manuel que as embaixadas permanentes na Cúria tiveram início, com o embaixador João Faria, regressado a Portugal em 30 de Agosto de 1514 (*Corpo Diplomático Portuguez* (=CDP), I, 1862: 267), ao qual se seguiu D. Miguel da Silva, filho do conde de Portalegre, segundo representante permanente do rei

(4) Como a recente historiografia tem demonstrado, em que destacamos ainda os trabalhos de Lucien Bély, em particular *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle*, Paris: PUF, 2008 ou entre nós de Pedro Cardim, e para épocas posteriores, de Ana Leal de Faria.

de Portugal junto do papado desde inícios de 1515 (Deswarte 1989). Não deixa de ser significativo observar as duas realidades evocadas relativas à afirmação da diplomacia na Época Moderna através da embaixada de D. Miguel da Silva: segundo representante permanente da Coroa junto da Santa Sé, foi com a sua embaixada que teve início o uso da cifra na correspondência diplomática portuguesa, sendo que a primeira carta da chancelaria que a utiliza foi uma carta que endereçou a D. Manuel, de 11 de Novembro de 1516 (Cruz, Lázaro 2004).

Com D. João III, subido ao trono no final de 1521, as missões de carácter extraordinário, de que encarregava figuras da mais alta confiança e em geral oriundas da nobreza, mantiveram-se ao longo do seu reinado. Tal sucedeu, mal ascendeu ao trono, com Luís da Silveira, seu guardador. Embaixador extraordinário do novo monarca junto do imperador, para onde partiu em Setembro de 1522, com uma faustosa embaixada, como procurador do rei, Luís da Silveira ia encarregado de confirmar as pazes entre Portugal e Castela e era ainda portador de amplos poderes e de instruções precisas para dar continuidade ao projecto de casamento da infanta D. Isabel com Carlos V; ou com António de Ataíde, o maior valido e homem de confiança de D. João III, que o rei fez conde de Castanheira, embaixador régio em Espanha e em França em várias ocasiões.

Mas as embaixadas permanentes, que com D. Manuel se restringiam à Cúria, passaram com D. João III a contemplar outras entidades políticas, com destaque para a Espanha de Carlos V, e ainda para a França de Francisco I. No caso da Espanha, que se desdobrava geográfica e politicamente pelo Sacro-Império, a itinerância imperial obrigava os embaixadores permanentes a seguirem o imperador. Esse caso é flagrante com Lourenço Pires de Távora (c. 1500-1573), «tão nobre e especial fidalgo», nas palavras de D. João de Castro, ao lado de quem Távora participou, em 1546, no cerco de Diu.

Lourenço Pires de Távora⁽⁵⁾

Tendo servido na praça de Arzila ainda muito jovem, Távora foi enviado por D. João III a Marrocos, em 1541, naquela que constituiu

(5) A figura e acção de Lourenço Pires de Távora foram sobretudo estudadas por Maria Leonor García da Cruz (1989 e 2006).

a sua primeira missão diplomática, na difícil conjuntura que levaria ao abandono de muitas praças africanas (Cruz 1997). Em Junho de 1548, Lourenço Pires de Távora, a quem o monarca reconhecia grande habilidade diplomática, foi enviado pelo rei a residir na corte do imperador, então na Alemanha, a quem Távora conhecia pessoalmente pois participara na campanha da conquista de Tunes, em 1535. Até 1552, Távora residiu na itinerante corte imperial, acompanhando sempre Carlos V nas suas deslocações entre a Alemanha, os Países-Baixos e a Espanha, e realizando ainda outras missões de grande delicadeza política, com destaque para a embaixada a Inglaterra em 1553, após a subida ao trono da católica Maria Tudor.

Távora partiu como embaixador régio, com o intuito de averiguar o estado do reino de Inglaterra, nomeadamente em termos religiosos, e de encetar negociações para o casamento do infante D. Luís com Maria Tudor, que ascendeu ao trono inglês após a morte de Eduardo VI, único filho varão de Henrique VIII, em 6 de Julho de 1553 (*ANTT, PT/TT/CF*, nº 53: 1-14). Contudo, a morte de Eduardo VI teve outras repercussões, motivando uma radical mudança de intenções por parte do imperador Carlos V: o contrato de casamento quase concluído da infanta D. Maria, irmã de D. João III, com Filipe das Astúrias, foi anulado; o projecto do casamento de D. Luís em Inglaterra também; e o futuro Filipe II casou com Maria Tudor, tornando-se, até à morte desta, em 1558, rei consorte de Inglaterra. Este desenlace provocou grande tensão diplomática entre Portugal e Espanha, e foi sentido como uma humilhação na corte portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao falhado casamento de D. Maria com Filipe das Astúrias (Buescu 2007: 309-310).

O último capítulo da actividade diplomática de Távora foi como embaixador em Roma, nomeado pela regente D. Catarina, entre 1559 e 1562, substituindo D. Afonso de Lencastre, que residira na Cúria cerca de 9 anos (Santos 1735, Liv. I, cap IV: 39), incumbido de questões de grande sensibilidade para a Coroa portuguesa. Das instruções dadas por D. Catarina, destacavam-se a oficialização da obediência do novo rei, D. Sebastião, à Santa Sé; mas eram outras as verdadeiramente importantes, com a Inquisição no horizonte: em primeiro lugar, o Tribunal do Santo Ofício solicitava a revogação do breve, ainda expedido pelo papa Paulo III, determinando a proibição do anonimato das denúncias feitas a cristãos-novos; em segundo, solicitava-se a restituição da dignidade de Legado *a latere* ao cardeal infante D. Henrique, que o Papa Júlio II

lhe concedera e que o papa Paulo IV suspendera mal fora eleito. Távora chegou a Roma em Junho de 1559, estando o papa Paulo IV já muito doente, morrendo em 18 de Agosto; foi portanto em cenário de conclave que Távora iniciou a sua missão diplomática⁽⁶⁾.

Regressando ao documento, indiscutivelmente joanino, é verosímil considerarmos a hipótese que tal minuta poderia acompanhar quer embaixadores extraordinários quer embaixadores residentes. Um destes poderá ter sido, precisamente, Lourenço Pires de Távora, que acompanhou Carlos V em tantas deslocações, e cuja correspondência com Portugal se torna particularmente abundante em 1550, ano que as negociações do casamento da princesa D. Joana, filha de Carlos V e de Isabel de Portugal, com D. João, filho de D. João III e de D. Catarina, herdeiro do trono, entraram na sua fase final. Infelizmente, não temos conhecimento documental de registos, descrições ou desenhos/debuxos de outras terras europeias que se compaginem com a minuciosa arquitectura do nosso inquérito.

Pedro Mascarenhas

Retomemos agora a hipótese de Pedro Pinto sobre a possibilidade de se tratar de uma minuta para uma embaixada de Pedro Mascarenhas. Sendo que consideramos tratar-se de um documento que não visava uma embaixada particular, torna-se pertinente, para além de Lourenço Pires de Távora, considerar as deambulações europeias de Mascarenhas ao serviço de D. João III, que bem poderiam ser uma ocasião adequada à obtenção de informações sobre «As cousas de que se há de enformar Meudamente a pessoa que for em cada lugar notauel dos que lhe seram nomeados...».

Pedro Mascarenhas (c.1484-1555) foi uma figura relevante da corte joanina. Foi capitão de Malaca em 1524-25, conduziu a grande armada que levou a infanta D. Beatriz para Sabóia em 1521, participou ao lado de Carlos V na tomada de Tunes em 1535, e viria a ser o 6º e breve vice-rei da Índia, de 1554 à sua morte, ocorrida em 1555 (Vila-Santa 2009). Do seu *cursus honorum* estava ausente a língua latina. Em carta a D. João III de 10 de Setembro de 1539, este hábil diplomata referia-se às dificuldades por vezes sentidas nos

(6) O conclave elegeu em 25 de Dezembro Pio IV (Médici, ramo secundário 1499 – papa 25/12/1559-1565).

negócios com a Cúria, tendo de mandar trasladar cartas para italiano para apresentar ao papa porque, como escrevia com singeleza ao rei, «eu nam tenho outra lymgoajem senam a purtugesa [sic]» (CDP, IV, 1870: 112).

O seu serviço à Coroa iniciou-se ainda durante o reinado de D. Manuel. Em 1516, aquando da constituição da casa do futuro D. João III, surge como seu estribeiro-mor, e em 1521 foi escolhido pelo *Venturoso* para general das naus e galés da armada que levou a jovem infanta-duquesa D. Beatriz para Sabóia. Durante o reinado de D. João III manteve a confiança régia e elevado estatuto na casa real, traduzido na sua condição de membro do Conselho régio. Aquando da entrada da princesa D. Joana em Lisboa em 1552, Mascarenhas era mordomo-mor de D. João, príncipe de Portugal, herdeiro do trono, único sobrevivente dos filhos de D. João III e de D. Catarina. Desempenhou também várias missões diplomáticas, foi representante de D. João III junto do imperador Carlos V entre 1531 e 1533 e embaixador em Roma, entre 1538 e 1541, período durante o qual testemunhou a relação de Francisco de Holanda com Miguel Ângelo, como o próprio Holanda deixou escrito nos *Diálogos de Pintura*.

A embaixada de 1531-1533 junto de Carlos V

Vejamos a sua condição de embaixador residente junto de Carlos V. Sob o ponto de vista cerimonial, o ponto alto desta embaixada foram as festas e banquetes oferecidos, poucos dias antes do Natal de 1531, por Pedro Mascarenhas na sua residência em Bruxelas para celebrar o nascimento do infante D. Manuel (†1537), quinto filho de D. João III e D. Catarina. Nos dois dias seguintes à festa e banquete oferecidos pelo imperador no palácio de Coudenberg pelo nascimento do sobrinho, tiveram lugar no palácio do embaixador magníficas celebrações em que estiveram presentes, além do próprio Carlos V, a sua irmã Maria de Hungria e dois sobrinhos, bem como cerca de cinquenta portugueses, entre os quais Damião de Góis. Coroando estes três dias de festa, foi representado o desaparecido auto vicentino *Jubileu de Amores*, provavelmente a primeira representação teatral portuguesa fora do reino (Cardeira 2005: 3) e que tanta tinta faria correr⁽⁷⁾. Estas festas foram

(7) «Provavelmente por interferência da censura inquisitorial o texto perdeu-se, embora registos e documentos atestem a sua existência. A *Copilaçam* de 1562 já não o

fixadas em versos áulicos latinos pelo humanista André de Resende no *Genethliacon*, obra publicada em Bolonha no início de 1533, no contexto das celebrações pelo nascimento do infante português (Buescu, Ornellas, Castro 2022).

Mas o sedentarismo bruxelense em breve terminou. Em plena crise religiosa e perante um novo alarme sobre o perigo otomano, de que os embaixadores portugueses davam conta a D. João III⁽⁸⁾, o imperador empreendeu, no início de 1532, uma viagem para participar na Dieta de Ratisbona (Regensburg), presidida pelo seu irmão Fernando I. A comitiva imperial que Pedro Mascarenhas e André de Resende integraram deixou Bruxelas a 17 de Janeiro de 1532, com paragem em Colónia (25-27 / 1) e passagem por Bona, Andernach, Koblenz, Mogúncia e Spira, chegando a comitiva a Ratisbona a 28 de Fevereiro, onde permaneceu cerca de cinco meses. Terminada a Dieta, a 2 de Setembro o imperador partiu com o irmão para Viena, onde este permaneceu. Um mês depois, em 4 de Outubro, Carlos V seguiu para Itália, percorrendo territórios e cidades como Veneza, Mântua e Bolonha, onde chegou a 13 de Dezembro e se entrevistou com o papa Clemente VII. Permaneceu nesta cidade até final de Fevereiro de 1533, partindo então para Génova onde se manteve até 9 de Abril, para embarcar e empreender a viagem de regresso a Espanha. Uma galera de Andrea Doria conduziu em doze dias o imperador para o Rossilhão, chegando finalmente por terra a Barcelona, onde reencontrou a imperatriz Isabel⁽⁹⁾.

Ora Pedro Mascarenhas, na sua qualidade de embaixador, e a sua comitiva, em que se incluía André de Resende, integraram o séquito imperial em todo este périplo de mais de um ano, acompanhando Carlos V provavelmente até Barcelona. O certo é que Resende em 1 de Outubro de 1533 estava já em Évora, ao serviço do infante cardeal D. Afonso (Vasconcelos 1949: 38). Também neste caso é verosímil

integra» (Cardeira 2005: 3). Proibido no *Rol dos Livros defesos* impresso em 1551, o seu rasto perdeu-se por completo ainda no século XVI. Carolina Michaëlis de Vasconcelos publica, em tradução portuguesa e no original italiano, parte da indignada carta, de 26 de Dezembro de 1531, do cardeal-núncio Alejandro – que assistiu à representação do *Jubileu de Amores* no palácio do embaixador português – ao papa Clemente VII (Vasconcelos 1949: 13-15).

(8) Carta de Brás Neto, embaixador em Roma, a D. João III, de 6 de Julho de 1532, publicada in *CDP*, II, 1865: 402-404.

(9) *Biographie Nationale de Belgique*, III, P. 2, Bruxelles, H. Thyri, Imprimeur-éditeur, 1872, www.academieroyale.be L. P. Gachard, 587-590. Col. 588-592, itinerário da viagem imperial para Ratisbona.

considerar a possibilidade, dado ser uma viagem com paragens por vezes prolongadas, que a realização de serviços para o rei estivesse entre as incumbências do embaixador e este ordenasse a recolha de informação de diversa ordem – política, eclesiástica, jurídica – bem como a realização de desenhos e debuxos de sítios e monumentos, tal como consta da minuta que analisamos, embora não conheçamos quem os pudesse executar – ao contrário do que aconteceria com a sua embaixada de 1538 a Roma, quando Francisco de Holanda integrou a comitiva do embaixador. O facto é que foi em Bolonha, dada a permanência da comitiva imperial na cidade durante quase três meses, que André de Resende dispôs de tempo suficiente para publicar em Janeiro de 1533 o *Genethliacon*, que dedicou a D. João III⁽¹⁰⁾.

O documento/minuta é muito amplo nos seus objectivos e de extrema minúcia nos elementos a recolher, visando a obtenção, diríamos exaustiva, de informações de carácter tão diverso como o jurídico-político, social, eclesiástico, económico, militar, técnico e artístico. A dimensão de comparação com a realidade portuguesa, e da utilidade que realidades e/ou soluções possam significar para o reino, por analogia ou por contraste, está sempre subjacente, num inquérito cujo propósito é o de recolher informação concreta, documental, regimental e material, em muitos casos com uma preocupação de quantificação.

Por exemplo, «saber os fisycos que há, e se ha y Alguû maior que tenha caregou de examjnar os outros, e as mezinhas dos boticairos e ho modo que se njso teem e se ha Regymento traze lo»; «[que] Çirjmonjas vsam no aleuamtar dos Reis e da coroação e aver ho Regimento diso». E a propósito de pesos e medidas: averiguar «ho afinar dos pesos e medidas e A que tempos se afinam e que ofiçiães diso há, se sam Conformes aos destes Reinos» (Pinto 2015: 108), e até o pedido de registos iconográficos, como sucede nas informações de carácter heráldico a obter: «saber as devisas e armas de cada logar, e origem que teueram, e trazer tudo pimtado» (Pinto 2015: 106); ou, ainda, no que diz respeito a usos e costumes dos diferentes povos: «que trajo vsa cada terra, asy homens como molheres e traze los debuxados» (Pinto 2015: 112).

(10) Apesar de o rosto da obra ostentar a data de 1532, o que deu origem a alguma polémica. O problema foi alvo da restituição crítica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1949: 34), que comprovou ser 1533 a data da edição, em casa de Ioannes Baptista Phael.

«Edefiços e sytios dos lugares»

Entremos agora na temática que nos propomos explorar. O respectivo apartado intitula-se «Edefiços e sytios dos lugares». Tal como acontece com todas as outras matérias, também aqui se pretende alcançar um retrato o mais minucioso possível das realidades a observar. Pelo teor do que é solicitado se depreende o grau e diversidade de saberes técnicos e artísticos que os seus agentes tinham forçosamente de possuir para cumprir e responder satisfatoriamente aos pedidos formulados. De forma preliminar, pretende-se informação precisa «de cada prouimçia e Reino» (Pinto 2015: 104), procurando-se em primeiro lugar obter uma visão quase cartográfica da geografia dos lugares, desde o relevo aos rios, sua navegabilidade, intervenção humana no curso dos seus leitos e respectivos custos, cidades e lugares que banham, a abundância dos «pescados», os lagos «notaueis [que] há na tal terra e seus nomes».

Cidades

Depois, as cidades, começando pela própria inserção geográfica – «como está asentada se em chão se em costa», se é banhada por rio e inquirindo sobre as estruturas defensivas que possui, nomeadamente fortalezas, homens de guerra, artilharia e outras munições, informações de cariz militar que encontramos também no inquérito sobre o regimento político, o que diz bem da sua importância central para o poder e a governança. Na mesma linha estão as informações sobre a segurança das cidades: por um lado, presta-se grande atenção ao traçado das muralhas das cidades muralhadas: «de cada çidade que he çercada de muro ver A maneira do tal muro, grossura da parede e Altura dela, e asy quamto espaço Core em Roda toda a tal çerca». Por outro, «em cada Çidade das que estam fortificadas [...] com toryões cavas ver a maneyra dos taes torões e espaço d amtre huú e outro e como loga (?) artelharja de hû Ao outro pera seguramça do muro e çidade» (Pinto 2015: 113).

Entrando na cidade, o inquérito visa a recolha de informações precisas do traçado das ruas, do abastecimento de água e do conjunto dos edifícios mais notáveis. Os elementos comuns das informações a registar são as dimensões e medidas, bem como desenhos. Assim, de todas as cidades visitadas, havia que coligir informações sobre

a organização da malha urbana, através do registo de todas as ruas principais, a «maneira de que estão edificadas» e «trazer as medidas de largeza, e lomjura e nomes de Cada hũa».

Edifícios

O inquérito dá uma grande atenção ao edificado. Deveriam registar-se e identificar-se todos os edifícios notáveis da cidade, fossem arsenais, templos e mosteiros, hospitais, palácios do príncipe ou da senhoria, ou das casas «de pessoas particulares que sejam excelemtes»; e de todos eles, bem como de «algumas frontarias de casas notaveis, posto que as taes casas em si demtro ho nam sejam», deveriam ser executados os respectivos «debuxos». No caso de templos, mosteiros e hospitais, além dos desenhos, era ainda requerido o registo das respectivas dimensões; e no que respeita aos hospitais, além destas, o «stylo» da construção.

Lugar central dos espaços urbanos, as principais praças das cidades mereciam também a atenção no itinerário deste inquérito. Desta forma, deveriam ser arroladas e descritas «as praças primçipaes de taes cidades de que grandeza são e os edifícios que têm em seu redor» (Pinto 2015: 114). Finalmente, deveria inquirir-se sobre técnicas de construção e sobre os materiais mais utilizados em cada cidade, se a cal, a pedra ou o tijolo, e as causas dessa maior ou menor utilização de cada um deles. Mas também a pintura e a escultura mereciam atenção, solicitando-se os «debuxos de quãesquer pinturas exçelemtes que ouuer nos taes logares, e asy de qualquer emaginarja que seja de mão de Alguû exçelemte mestre Amtiguo ou moderno» (Ib.).

Abastecimento de água

O abastecimento de água no espaço urbano era naturalmente e sempre uma matéria sensível, sobre a qual se pediam informações pormenorizadas. Deveria averiguar-se, em cada um dos aglomerados urbanos, «de que agoa bebe o pouo» – se de fontes nascidas na cidade, se água do rio ou se, tratando-se de água encanada, «de quam lomge veem os canos, e per que maneyra de edefícios»; há ainda a preocupação de apurar, o número e a feição de fontes, chafarizes e canos para consumo

público e para limpeza das ruas. No caso das cidades e lugares com falta de água, pretende-se saber, no caso de se usarem cisternas, «A maneira em que se edificam as taes Çisternas, e de que materja» (Pinto 2015: 113).

Portos de mar

Se o inquérito é minucioso sobre as cidades banhadas por rios, sobre a sua navegabilidade e intervenções sobre os cursos de água, um interesse muito particular é conferido às cidades com porto de mar. O teor pormenorizado e o carácter técnico do tipo de informações que deveriam recolher-se sobre estas cidades e seus portos é compreensível se tivermos em conta a sua utilidade para um monarca cuja capital era, como Lisboa, uma cidade marítima e comercial. Assim, pretendiam conhecer-se vários aspectos ligados, por exemplo, à construção naval, aos locais e casas onde se construía galés e outros navios, e de que forma estes eram lançados ao mar; informações detalhadas sobre a produção de cordoaria e enxárcias⁽¹¹⁾, e em que casas e de que dimensão eram fabricadas.

Quanto aos portos, dos de mar deveriam trazer-se a dimensão e os desenhos da sua situação geográfica, bem como o tipo de navios que neles entravam; quanto aos portos «cerrados», a grande questão era a da limpeza dos fundos, pedindo-se que se averiguasse das técnicas empregues e dos custos dessa operação; também os cais são objecto de atenção: pretende averiguar-se como são construídos, as suas dimensões e a «ordem em que se edifica dentro no mar», recordando, numa analogia flagrante, o cais entrando rio adentro do grande baluarte com que D. Manuel dotou o paço da Ribeira. Com ameias, bombardeiras e cobertura em terraço, o baluarte manuelino rematava, a sul, já nas águas do Tejo, o conjunto edificado, e a sua construção decorreu entre 1508 e 1511, destinado a conferir ao paço régio, «eminentemente civilista e mercantil» (Carita, Cardoso 2015: 61), uma componente de teor militar, que «física e simbolicamente se acrescentava à já complexa composição do(s) edifício(s): Casa da Índia, Mina e Guiné, Armazém, Paço propriamente dito, e agora Baluarte». Sujeito, no final do reinado

(11) Conjunto de cabos fixos que prendem os mastros e os mastaréus da gávea às mesas de guarnição situadas nas amuradas dos navios.

manuelino, a um programa decorativo, nomeadamente o revestimento exterior a azulejos, e também nos seus interiores, seria mais tarde demolido (Senos 2002: 51-56, 62, 92-94, 162-164).

D. João III e a arquitectura

Esta secção da minuta, de grande modernidade pelo seu carácter complexo, contornos e alcance, como todas as outras, espelha um dos interesses intelectuais mais marcantes de D. João III. Se o rei era um monarca «desmúsico» – para empregar um termo de Francisco de Holanda – sabemos do seu declarado interesse pela arquitectura. O prestígio do processo arquitectónico, indissoluvelmente ligado ao poder, encontrou em D. João III um rei atento, conhecedor e até interventor. Os testemunhos desse interesse do rei multiplicaram-se sobretudo a partir de finais dos anos trinta e quarenta. Em 1541 e 1542 foi por duas vezes editada por ordem régia em Lisboa, por Luís Rodrigues, impressor do rei, a obra de Diego de Sagredo, capelão-mor da rainha Juana a Louca (†1555), *Medidas del Romano*. Originalmente publicada em 1526, no auge da arquitectura plateresca, esta obra constituiu o primeiro tratado europeu sobre a arquitectura vitruviana publicada em língua vulgar, de grande influência na arquitectura do Renascimento (Vilela 1982: 20-21).

Embora não tenhamos infelizmente conhecimento do inventário integral da livraria régia no tempo de D. João III, é forçoso considerar que nela se encontravam outras obras de arquitectura, até, por analogia, com a sua presença numa grande livraria do reino da época: a livraria do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I (†1563). Nesta existiam dois exemplares das *Medidas del Romano*, uma delas em castelhano, certamente numa das edições ordenadas pelo rei (Buescu 2016: 161-162) e outra em francês, bem como, em latim, o *De Re Aedificatoria* de Alberti, as *Adnotationes ad Vitruvium* do arquitecto Guglielmo Filandro, o *Extraordinario Libro d'Architettura* de Sebastiano Serlio⁽¹²⁾, uma edição da *Divina Proportione* [...] *Prospectiua pictura scultura architectura musica e altri mathematice* de Frei Luca Pacioli (†1517), e a edição corrigida do *De Architectura* de

(12) Certamente a edição veneziana de 1558, com o título *Extraordinario Libro d'architettura*, de que existe um exemplar na BA, 35-XV-32.

Vitrúvio por Fr. Giocondo da Verona (†1515)⁽¹³⁾; em italiano, existiam na livraria ducal os *Quattro Primi Libri di Architettura...* de Pietro Cataneo (†c.1574)⁽¹⁴⁾, e de Giacomo de Lanteri (†?), *Due Dialoghi [...] del modo di Disegnare le Piante delle Fortezze secondo Euclide...* sobre arquitectura militar, obra publicada em 1557. Finalmente, em língua alemã, uma obra de arquitectura «vitruviana» publicada em Nuremberga em 1547 (Buescu 2016: 197), da autoria de Walther Hermann Ryff, que pela primeira vez editou na Alemanha o *De Architectura* de Vitrúvio em latim, em 1543 e 1547, e no ano seguinte a respectiva tradução alemã, com o título *Vitruvius Teutsch*, tornando-se um dos maiores divulgadores da nova arquitectura «ao romano» na Alemanha. Ryff esteve em contacto com Pedro Nunes, também ele tradutor de Vitrúvio, a quem aliás se refere na “Dedicatória” da sua tradução de 1548 (Moreira 2010: 61).

Desde finais do século XV, a grande tratadística arquitectónica ganhava uma crescente difusão na Península Ibérica. Em 1495, apenas 10 anos após a sua primeira edição impressa, o livreiro alemão Juan Rix de Chur, estabelecido em Valencia, deixava entre os seus bens dois exemplares do tratado *De Re Aedificatoria* (1452) de Alberti (†1472), dedicado ao papa Nicolau V (†1455), no que constitui a primeira referência a esta obra em todo o Renascimento espanhol. A riquíssima colecção de Fernando de Aragão (†1550), duque de Calábria, incluía um manuscrito do escultor, arquitecto e engenheiro florentino Antonio Filarete (†c.1469) e três cópias da obra *De Architectura* de Vitrúvio (†c.25 a. C) (Gómez-Ferrer Lozano 1994: 126).

Voltando a D. João III, o monarca encomendou ainda a Pedro Nunes a tradução do tratado de Vitrúvio, descoberto por Poggio (†1459) no mosteiro de St. Gall no início do século XV, no que constituiu a primeira tradução do texto para qualquer língua vulgar, com excepção do italiano (Moreira 2010: 51); e a André de Resende, já na década de cinquenta, a tradução do tratado *De Re Aedificatoria* de Alberti, que de facto se sabe Resende ter realizado. De ambas se perderam infelizmente os manuscritos. A obra de Alberti terá sido, em todo o caso, conhecida tardiamente em Portugal. No século XV, o silêncio sobre Alberti em

(13) A primeira edição desta obra é de Veneza, 1511, dedicada ao papa Júlio II. A segunda, mais importante, foi impressa em Florença em 1513 e contém 136 desenhos xilográficos. Não sabemos qual delas integrava a livraria de D. Teodósio.

(14) Edição *princeps* Veneza, 1554. Há uma edição acrescentada de 4 livros, de 1567, pelo que é seguro afirmar ser a edição de 1554 a presente na livraria.

Portugal foi absoluto, apesar da abertura de D. João II ao humanismo florentino, situação que veio a alterar-se durante o reinado de D. João III. Esta última tradução aconteceu talvez, como sugere Rafael Moreira, sob o influxo do matemático e humanista Francisco de Melo (†1536), que estudara em Paris, e que terá descoberto o tratado de Alberti através da edição parisiense de Geoffroy Tory, publicada em 1512 (Moreira 2014: 31).

Pode, no entanto, também dar-se o caso de ter sido o próprio Holanda, que havia pouco tempo regressara de Roma, a trazer o tratado de Alberti, entre os seus muitos desenhos, apontamentos e livros ⁽¹⁵⁾; e dadas as relações de amizade de Holanda com Resende, o grande artista ter-lho facultado para realizar a tradução solicitada por D. João III; outra possibilidade é a de ter sido o arquitecto portuense e cavaleiro da casa do cardeal-infante D. Henrique, Gonçalo Baião, que adquirira em 1534 em Roma um exemplar desta edição, e dada a sua proximidade ao monarca, a tê-lo facultado para realização da tradução para português. Este exemplar conserva-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto, existindo ainda um exemplar da edição *princeps* na BNP (Moreira 2014: 33). Mas trata-se apenas de uma conjectura e de uma possibilidade. Ainda de acordo com Moreira, a primeira referência impressa conhecida ao tratado de Alberti é de João de Barros, no tratado *Ropica Pnefina*, redigido em 1530-31 (Moreira 1995: 51), contemporaneamente ao sempre tão atento e cortesão Garcia de Resende, que se lhe refere na *Miscelânea*, lado a lado com Miguel Ângelo e Rafael (Moreira 2014: 32).

A difusão e a preocupação em editar no país os tratados mais prestigiados da arte «ao romano» tinham, para lá do manifesto interesse do monarca, o objectivo de familiarizar os arquitectos portugueses com a arte e as proporções renascentistas (Abreu 2011). Em 1547, D. João III mandou edificar, a meio caminho entre a vila e o Convento de Cristo, em Tomar, a pequena igreja de N^a Senhora da Conceição, da autoria do arquitecto João de Castilho. A ousadia e singularidade da concepção arquitectónica deste edifício, pequeno templo *in antis*, «panteão de príncipe humanista como não existe outro fora de Itália», devem ser vistas, de acordo com Rafael Moreira, no quadro da viragem ideológica que preside às opções artísticas no reinado joanino, sob o signo do primado declarado das fontes e das formas clássicas, e que o rei teria

(15) *Sob a chama da candeia. Francisco de Holanda e os seus livros*. Exposição comissariada por Sylvie Deswarte, BNP, 15 de Novembro de 2018 a Fevereiro de 2019.

concebido como panteão pessoal (Moreira 1981)⁽¹⁶⁾. Ao observar que, no caso de Holanda, não fora a viagem a Itália a desencadear o seu fascínio pelos Antigos, Vilela escreve:

Embora anteriormente tenham surgido várias obras nascidas da nova “Ideia” ou por ela parcialmente informadas, obras que encontrariam eco apenas em alguns espíritos isolados, por volta de 1540 a estética renascentista de inspiração italiana é oficialmente adoptada por acção de D. João III. (Vilela 1982: 12).

Mas para além da tratadística, à semelhança do que acontecia com o duque de Bragança, que na sua notável livraria possuía vários tratados de arquitectura, bem como um apreciável número de desenhos e debuxos, nomeadamente romanos (Buescu 2016: 31-32), D. João III mostrava um especial empenho em conhecer pela imagem os edifícios notáveis. Francisco de Holanda partira para Itália por determinação de D. João III com essa incumbência expressa, no final de 1537. Anos mais tarde, em 1547, o arquitecto Gonçalo Baião depois de regressar de mais uma viagem a Roma, avistou-se em Almeirim com D. João III, a quem terá mostrado o seu álbum de desenhos. A pedido do monarca, executou uma pormenorizada maquete do Coliseu com dois metros de diâmetro, sendo generosamente pago por D. João III:

Quanto as cousas que eu disse a V. A. que vyra em Italia e em outras partes, nomeãdolhe algúas que eu entendency podellas fazer em sua perfeçam dellas, dey huû apontamento a V. A. em Almeyrim e me disse que folgaria de as ver; que lhe fezese o Culuseu de Roma em huû modello pequeno, o qual eu faço em grandura de trinta palmos de roda e tenho muita parte delle feito e vae em sua perfeçam e asy as outras cousas que jaa forã todas acabadas se a obra do Culuseu nã fora em sy tamanha feita de cousas muy pequenas que sã necessárias para se ver bem e entender.

Pelo teor deste passo, Baião terá ainda executado modelos de menor dimensão de outros edifícios para o rei⁽¹⁷⁾. Um outro pedido régio de

(16) Tese retomada em Moreira 2023: 351-364.

(17) ANTT, CC, I, mc. 79, doc. 82, carta de Gonçalo Baião do Porto para D. João III, de 15 de Setembro de 1547, publicada por Sousa Viterbo 1899: 92-95.

idêntico significado ocorreu quando D. João de Castro era vice-rei da Índia. O monarca solicitou-lhe então o envio do debuxo das principais fortalezas portuguesas no Oriente (Matos 1988: 519). E em 1550, o soberano agradecia ao cardeal Niccolò Gaddi († 1552) o envio de um projecto de palácio, «pela afeição que tenho à ciência da architectura». Por sua vez, em carta a D. João III de 1 de Setembro desse mesmo ano, o cardeal manifestava a sua satisfação por lhe ter

statto caro il modelo del palazzo, ch'io lei mandai [...] che cosi doverá ancora mettere in esecutione, come cosa chie secondo il parer delli principal architetti d'Italia riuscirá senza pari, il piu bello, et meglio inteso che sai stato mà (CDP, VI, 1884: 412).

Sylvie Deswarte nota que, muito provavelmente, um dos primeiros desenhos de um palácio romano – neste caso do Palazzo dei Tribunali – a chegar à corte portuguesa, cerca de um quarto de século antes do desenho enviado por Gaddi, se deveu à iniciativa de D. Miguel da Silva quando, em 1524, o título de cardeal de S. Brás (S. Biagio) foi concedido a D. Afonso, irmão de D. João III. A mesma autora considera que, com toda a probabilidade, este projecto «romano» esteve na base da decisão de D. João III em mandar edificar, em 1556, o paço de Xabregas, que permaneceu inacabado, e que, em 1571, Holanda exortava D. Sebastião a terminar (Deswarte 2000: 263). Todas estas iniciativas evidenciam uma estreita relação com o teor das informações requeridas pelo monarca tal como se mostram nesta minuta por ele ordenada. Apesar disso, D. João III acabou por intervir em Lisboa menos vincadamente sob o ponto de vista arquitectónico e urbanístico do que D. Manuel, como foi estudado por Hélder Carita (1999), e como testemunha o «apelo» à monumentalização da cidade por Francisco de Holanda ao jovem D. Sebastião em 1571 na *Fábrica que falece à cidade de Lisboa*.

No que respeita ainda a D. Manuel, ao contrário do seu antecessor D. João II, o monarca mostrou-se menos sensível aos modelos culturais renascentistas que se difundiam, privilegiando os modelos artísticos do tardo-gótico. A obra de Francesco Albertini, *Septem Mirabilia Orbi set Urbis Romae et Florentiae Civitatis*, publicada em Roma, em 1510, que lhe foi dedicada, bem como o entusiasmo do seu embaixador D. Miguel da Silva pelo humanismo e formas culturais do Renascimento, não parecem ter tido grande impacto nas opções estéticas e arquitectónicas do monarca português (Deswarte 2000: 251-260).

Pedro Mascarenhas e Francisco de Holanda

O embaixador Pedro Mascarenhas conheceu bem e privou em Itália com Francisco de Holanda, partindo ambos para Itália no final de 1537, Mascarenhas como embaixador junto da Cúria, o jovem moço de câmara do cardeal D. Afonso «para ver Itália e trazer-lhe [a D. João III] muitos desenhos de cousas notáveis d'ella», integrado na comitiva do embaixador. Mascarenhas recebeu as credenciais e instruções como embaixador, e partiu para Roma em 29 de Dezembro de 1537⁽¹⁸⁾.

O facto de Holanda seguir na comitiva do embaixador tem sido pouco notado, afirmando alguns que teria partido na mesma época, o que não é o mesmo. Sabe-se que Francisco de Holanda viu Carlos V em Barcelona; por muito prestígio de que gozasse já então este talentoso jovem de 20 anos, tal só é verosímil estando integrado na comitiva oficial do embaixador Pedro Mascarenhas que, ele sim, conhecia o imperador, pois assistira em 1530 à sua coroação em Bolonha, residira na sua corte entre 1531 e 1533, e participara, em 1535, na vitoriosa expedição de Tunes, em que tomou parte também o infante D. Luís à revelia de D. João III. Mascarenhas teve certamente algum papel na inserção e ambientação de Holanda à cidade. Várias são, aliás, as referências de Holanda ao embaixador na segunda parte do tratado *Da Pintura Antigua*, que sugerem uma relação de proximidade, e de como Holanda «orbitava» na esfera de influência do embaixador, cumprindo até algumas tarefas nesse âmbito (Holanda 1984a: 24, 69).

Ora, como vimos, toda esta quarta parte da minuta relativa aos sítios e lugares tem uma finalidade bem precisa: reproduzir, através da medição e do desenho, não só aspectos relativos aos espaços urbanos (ruas, praças), como todos os edifícios mais notáveis, de várias tipologias, de cada cidade visitada. Não só é inevitável deduzir que essas viagens de levantamento arquitectónico tinham forçosamente de contar com a presença de quem dominasse a arte do desenho; mas a própria dimensão e complexidade desse levantamento implicavam que só poderia ser feito por um virtuoso na «arte ou ciência» do desenho (Holanda 1984: 11), para utilizar expressão de Holanda, que pudesse reproduzir fielmente os edifícios, para contento do seu rei.

(18) «Crença que levou Dom Pedro Mascarenhas, que foy por Embayxador ao papa». A data de 29 de Dezembro é não a data das cartas de crença mas a da partida do embaixador português. *CDP*, III, 1868: 412-428.

Sabendo nós que Holanda não só conheceu Roma como viajou pela Itália, de que é conhecido o itinerário, com o intuito de fixar pelo desenho muitas « cousas notáveis d'ella », o que efectivamente fez no celebrado *Livro das Antigualhas*, conservado na Biblioteca do Mosteiro de São Lourenço do Escorial, não deixa de ser verosímil pensar que as instruções de D. João III constantes desta minuta, na parte que dizia respeito « a tudo quanto toca aos edifícios », tivessem Francisco de Holanda como protagonista e agente da incumbência régia aquando da sua estadia em Itália. Como o próprio artista escrevia em 1571 dirigindo-se a D. Sebastião, « Assim por o que esta arte ou ciência [do desenho] me coube, como por ter visto com meus olhos, e medido e desenhado com minhas mãos, as melhores forças e fábricas, que há na Europa [...] » (Holanda 1984: 11). Fica a hipótese, como tantas outras interrogações acerca desta grande figura do Renascimento português e europeu.

Concluindo. Não conhecemos, de forma positiva e documentada, qualquer rasto, eco ou resposta a esta amplíssima, minuciosa agenda de instruções, em muitos aspectos de natureza técnica e artística; seria importante conseguir averiguar a concepção e autoria de um tão complexo inquérito, que seguramente terá tido o contributo de vários indivíduos dos círculos cultos da corte de D. João III. Apesar do seu intuito declarado, este documento, na forma em que chegou até nós, não terá servido de guião à recolha de informação a qualquer agente ou embaixador de D. João III em terras europeias, sendo que não se conhece qualquer rasto documental que o pudesse sustentar. Mas mesmo que assim tenha sido, esta minuta não deixa de constituir, pela sua concepção, natureza, minúcia e alcance, um documento notável e de grande modernidade e de carácter eminentemente *político* – ou seja, que procura encontrar, noutras geografias, paisagens e realidades políticas e sociais, com um carácter exaustivo, um retrato tanto quanto possível fiel das realidades relativas à governança e à *polis*, em todas as suas declinações.

Bibliografia

Abreu, Susana Matos (2011). *Teoria e Crítica na raiz do arquitecto de matriz vitruviana em Portugal: 1521-1527. A questão das origens entre o desígnio e a matéria*. Dissertação de doutoramento em História de Arte Portuguesa, Porto, FLUP.

- ANTT, PT/TT/CF. *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 53. *Papeis da Embaxada de Ingallaterra, e da jornada de Castella, sobre a yda da Iffta Dona Maria, com outros vários todos do tempo do senhor Lourenço Pires de Távora*, fols. 1-14.
- Biographie Nationale de Belgique*, III, P. 2, Bruxelles: H. Thyri, Imprimeur-éditeur, 1872 www.academieroyale.be
- Buescu, Ana Isabel (2007). *Catarina de Áustria (1507-1578), Infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- « — » (2016). *A Livraria Renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: BNP.
- « — », Castro, Inês de Ornellas e (2022). “Das festas em Bruxelas no *Genethliacon*: “nouo instruitur miroque paratu” [servido com novo e admirável aparato]”, in Paula Barata Dias, Wanessa Asfora, Carmen Soares, Allen Grieco (coords.), *Das Culturas da Alimentação ao Culto dos Alimentos*, I. Série Diaita Scripta & Realia. Estudos monográficos ISSN: 2183-6523. Coimbra: Imprensa da Universidade, 135-161.
- Cardeira, Esperança (2005). *Jubileu*. Lisboa: Quimera, 1993, e-book
- Carita, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- « — » (texto) e Cardoso, Homem (fotografia) (2015). *A Casa senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Alfragide: Leya.
- Cid, Pedro de Aboim Inglez (2007). *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri/IHA da FCSH – UNL.
- Corpo Diplomatico Portuguez (=CDP)* (1862, 1865, 1868, 1870, 1884). Publ. por Luís Augusto Rebelo da Silva, Lisboa: Academia Real das Ciências, I, II, III, IV, VI.
- Cruz, Maria Augusta Lima Cruz, Lázaro, António Manuel (2004). “A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 601-620
- Cruz, María Leonor García da (1989). *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*. 2 vols.. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- « — » (1997). “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, *Mare Liberum*, 13, 123-199, e 14, 117-198.
- « — » (2006). “Lourenço Pires de Távora, militar, diplomata e conselheiro de Estado na Índia e Marrocos”, in Guilherme Pereira Neves, Georgina S. Santos, Ronaldo Vainfas (orgs.), *Retratos do Império, Trajectórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 357-373, <http://hdl.handle.net/10451/3817>
- Deswarte, Sylvie (1989). *Il 'Perfetto Cortegiano'. D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni.
- « — » (2000). “Portuguese and the Palazzo dei Tribunali”, in Kate Lowe (ed.), *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 249-264.
- Flores, Jorge Manuel (2001). *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP.
- Góis, Damião de (1953). *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte II. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Gómez-Ferrer Lozano, Mercedes (1994). “El inventario de bienes del pintor Miguel de Uruenya. La biblioteca de un artista en la Valencia del siglo XVI”, *Ars Longa*, 4, 125-131.
- Pérez, Béatrice (2010). *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement en Espagne à l'Époque Moderne*. Paris: Presses Universitaires de la Sorbonne.
- Holanda, Francisco de (1984). *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- « — » (1984a). *Diálogos em Roma*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, Luís de (1988). “O ensino na corte durante a dinastia de Avis”, in *O Humanismo Português 1500-1600*. Primeiro Simpósio Nacional. Lisboa: Academia das Ciências, 499-592.
- Moreira, Rafael (1981). “A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Março, 1, 93-100.
- « — » (1995). “D. João de Castro e Vitruvius”, in *Tapeçarias de D. João de Castro. Exposição e Catálogo*. Lisboa: CNCDP, 51 -56.

- « — » (2010). “A mais antiga tradução europeia de Vitruvius. Pedro Nunes em 1537-1541”, in Rafael Moreira, Ana Duarte Rodrigues (coord.), *Tratados de Arte em Portugal/ Art Treatises in Portugal*. Lisboa: Scribe, 51-61.
- « — » (2014). *Alberti et Francisco de Melo. Renaissance Cartographique et Architecturale au Portugal*, sep. de *Société Internationale Léon Battista Alberti ALBERTIANA*, XVII, Florença.
- « — » (2023). *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, Pedro (2015). “Minuta de Instruções régias para uma embaixada a Itália”, *Fragmenta Historica. História, Paleografia e Diplomática*, Revista do CEH da UNL, 3, 99-114.
- Santos, Fr. Manuel dos (1735). *História Sebastica*. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- Senos, Nuno (2002). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1949). “Gil Vicente em Bruxelas”, *Notas Vicentinas. Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente*. Lisboa: ed. da Revista *Ocidente*, 9-83.
- Vila-Santa, Nuno (2009). “D. Pedro Mascarenhas”. <https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/d-pedro-mascarenhas-1484-1555>
- Vilela, José Stichini (1982). *Francisco de Holanda. Vida, pensamento e obra*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Viterbo, Francisco de Sousa (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa.

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]

**O RETRATO DO SÁBIO PRÍNCIPE, D. JOSÉ (1714-1777),
POR GIORGIO DOMENICO DUPRÀ
THE PORTRAIT OF THE WISE PRINCE, DOM JOSÉ
(1714–1777), BY GIORGIO DOMENICO DUPRÀ⁽¹⁾**

DIOGO LEMOS

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura,

Faculdade de Letras

diogolem1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2985-0119>

Texto recebido em / Text submitted on: 01/10/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 17/03/2026

Resumo

O retrato de um jovem trajado de negro, pintado por Giorgio Domenico Duprà (1689-1770) em 1726, foi adquirido pela Universidade de Coimbra em 2023 e constitui o ponto de partida do presente estudo. Com base na análise de fontes documentais e de repertórios iconográficos análogos e coevos, propõe-se, primeiramente, a identificação do retratado: o príncipe D. José (1714-1777).

Esta proposta confere à obra uma absoluta singularidade, ao representar o príncipe num traje sóbrio, desprovido de insígnias ou de

(1) A realização deste trabalho contou com o financiamento de fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto 2021.05859.BD.

outros atributos a si habitualmente associados. Opção que contrasta com a definição coeva dos elementos iconográficos geralmente incluídos nos seus retratos, levanta diversas questões que constituem igualmente objeto de análise.

Assim, o presente ensaio propõe ainda a interpretação dos elementos que compõem o traje do jovem, passíveis de serem compreendidos à luz do traje académico e da sua relação simbólica com o contexto de erudição promovido por D. João V nas primeiras décadas do seu reinado. Por fim, enquadrar-se-á percurso e circulação da obra, bem como a identificação de alguns dos seus proprietários mais recentes, entre os quais o rei D. Manuel II (1889-1932) e Hubert Guerrand-Hermès (1940-2015).

Palavras-chave

Retratística; D. José I (1714-1777); Giorgio Domenico Duprà; Universidade de Coimbra; Traje académico.

Abstract

The portrait of a young man dressed in black, painted by Giorgio Domenico Duprà (1689-1770) in 1726, was acquired by the University of Coimbra in 2023 and constitutes the starting point for the present study. Based on the analysis of documentary sources and comparable contemporary iconographic repertoires, the article first proposes the identification of the sitter as Prince José (1714-1777).

This proposal confers a remarkable singularity on the work, as the prince is depicted in sober attire and without insignia or other attributes usually associated with his representation. Such an option contrasts with the contemporary definition of the iconographic elements generally included in his portraits and raises several questions that are also addressed in the study.

The essay further proposes an interpretation of the elements that compose the figure's attire, which may be understood in light of the academic dress and its symbolic relationship with the culture of erudition promoted by King João V in the first decades of his reign. Finally, the article examines the painting's provenance, identifying some of its most recent owners, including King Manuel II (1889-1932) and Hubert Guerrand-Hermès (1940-2015).

Keywords

Portraiture; D. José I (1714-1777); Giorgio Domenico Duprà; University of Coimbra; Academic attire.

Introdução



Figura 1 – Giorgio Domenico Duprà, retrato do príncipe D. José, 1726, Universidade de Coimbra⁽²⁾.

(2) A obra foi restaurada pela Princípios Válidos – Arte e Restauro, Unipessoal LDA.

Adquirido pela Universidade de Coimbra, o «retrato de um jovem» – assim identificado pela leiloeira Sotheby's – foi à praça em Paris, a 14 de dezembro de 2023. Integrando a coleção privada de Hubert Guerrand-Hermès, um dos herdeiros do fundador da célebre marca homónima, a pintura foi leiloadada com outras peças excepcionais, como uma cadeira proveniente do *boudoir* da rainha Maria Antonieta (1755-1793), arrematada por 2.589.000 euros, ou, ainda, outras obras referenciais do período Barroco e diversos *clássicos* contemporâneos.

O valor patrimonial e simbólico desta obra é particularmente significativo – espelhando a profunda relação que estabelece com Portugal e, em especial, com Coimbra. Desde logo, porque o reverso da tela se apresenta datado (1726) e assinado por Giorgio Domenico Duprà; marca assinalável e pouco habitual nas obras executadas pelo «pintor de retratos de sua Majestade Portuguesa [D. João V]» (Saldanha 1994: 242), e a quem é imputável a autoria do retrato da Biblioteca Joanina. Não menos marcante, é o facto de ter pertencido ao último rei de Portugal, D. Manuel II, antes de ser incorporado na coleção de Hubert Guerrand-Hermès, como adiante constataremos.

A hipótese de o retratado ser o Príncipe do Brasil D. José – circunstância que amplifica a relevância da obra –, foi primeiramente avançada por António Filipe Pimentel (2008: 144) e sustenta-se, desde logo, no confronto deste retrato com outros executados por Duprà. São disto exemplo o do Palácio Real de Madrid (1725), o da Sala dos Duques do Palácio Ducal de Vila Viçosa (1727-1729) ou ainda o belíssimo (e inédito) retrato desenhado a carvão, incluso em *Proposição do Quinto Império Universal*⁽³⁾, de Filipe José da Gama, ilustre membro da Academia Real de História Portuguesa e da Academia dos Arcades de Roma.

(3) A obra é ilustrada com um interessante ciclo de desenhos, atribuíveis a Domenico Duprà, e terá sido redigida por volta de 1728. ANTT, Casa de Cadaval, n.º 30.



Figura 2 – Domenico Duprà (atribuído), retrato do Príncipe D. José, [s.d.], incluído em *Proposição do Quinto Império Universal*, de Filipe José da Gama.

Estas obras, que reproduzem o modelo tipificado da efígie do jovem príncipe, espelham os esforços de D. João V para uniformizar e disseminar a imagem das *reais pessoas*. Contudo, o traje e até as feições que D. José exhibe no retrato adquirido pela Universidade de Coimbra distinguem-se dos que ostenta noutros retratos, convocando algumas dúvidas.

Apresentando uma iconografia singular no panorama da retratística portuguesa, e rara no contexto da arte europeia da Idade Moderna (sobretudo século XVIII), o príncipe é retratado com um sóbrio traje negro e sem as habituais insígnias distintivas da sua condição: o dossel e bufete, o manto de arminhos, o bastão de comando, a couraça metalizada ou indumentária de tecidos ricos, debruados a pedras e materiais preciosos. No rosto, destaca-se a vivacidade da carnação, de suave tonalidade salmão, densa e uniforme. Em contraste, noutros retratos de aparato, de que é exemplo o retrato do Palácio de Vila Viçosa ou o enviado para a corte espanhola, o semblante do príncipe surge candidamente empoado, deixando entrever apenas o ténue rubor das faces, que lhe confere uma aparência mais distinta e cuidada – aspeto igualmente patente nas sobrancelhas, penteadas e mais afinadas. Mantêm-se, contudo (e naturalmente), as feições estruturais: o nariz alongado, de ponta ligeiramente pronunciada, os lábios carnudos, bem como o desenho dos olhos e a configuração discreta do queixo. Um tratamento cosmético que contribuía, enfim, para uma sutil idealização do retratado, atenuando a perceção imediata da sua fisionomia natural. No que concerne ao traje, a ausência dos atributos presentes nos retratos de aparato conhecidos contraria, aliás, as recomendações dos membros da Real Academia de História⁽⁴⁾, incumbidos por D. João V, sensivelmente um ano antes de Duprà executar esta obra, de definir o programa iconográfico dos retratos do Príncipe do Brasil, destinados a ser enviados para outras cortes, em particular, a de Castela (Carvalho 1962: 226-8; Pimentel 2008: 143-144; Flor, Flor 2018: 100-102).

O objetivo era claro: apresentar – ou corporizar – a imagem do príncipe nas cortes estrangeiras. Os pareceres exarados pelos académicos da Real Academia – que, embora nem sempre alinhados, concordavam na necessidade de equiparar o traje («vestido de corte») e as insígnias do príncipe (coroa, cetro, bastão, etc.) à dos seus congéneres – inscrevem-se, como se sabe, no contexto da preparação do duplo consórcio dos príncipes peninsulares. Um verdadeiro *negócio político*, assim descrito pelo Conde de Tarouca, que sedimentaria os laços entre Portugal e Espanha, mantendo o país na *rota de visibilidade* das potências católicas. Os olhos das principais cortes europeias estavam, portanto,

(4) Dos nobres e funcionários do Estado mais próximos de D. João V (Carvalho 1962: 226-8; Flor, Flor 2018: 99-100).

postos no príncipe herdeiro de Portugal, ele próprio um instrumento político de manutenção da soberania do reino português face a Castela.

Ora, no caso da obra em análise, os atributos mais identificativos da condição principesca de D. José estão ausentes. Nos planos secundários da composição, dispensam-se os tecidos ricos que em tantos outros retratos dão forma aos dosséis, cortinas e panos de bufete com os quais muitos príncipes se fazem acompanhar – cumprindo, desta forma, com os rígidos protocolos de exibição dos *reais corpos*⁽⁵⁾. As insígnias, anulam-se; as joias, descartam-se. E o traje é, sem dúvida, muito mais sóbrio – ou modesto, se quisermos – quando comparado com os vestidos garridos e debruados a metais preciosos que D. José ostenta em todos os seus outros retratos conhecidos. Estas peças da indumentária foram encomendadas ao longo da década de 1720 e 1730 a célebres alfaiates estrangeiros, em particular, franceses (Lemos 2023: 63). Graças à preservação de um importante livro de registo de encomendas de D. João V, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é possível conhecer com impressionante detalhe a grande variedade de trajes encomendados na década de 1720 para D. José: desde os «vestidos de campanha» (menos dispendiosos), passando pelos «vestidos de corte», até aos «vestidos de cerimónia» (mais custosos)⁽⁶⁾. Muitos destes foram encomendados em 1726 e recebidos em 1727. Embora constituíssem o traje quotidiano do príncipe e fossem, portanto, menos esplendorosos do que os «vestidos de cerimónia», os «vestidos de corte» (ou até os «vestidos de campanha») variavam na qualidade dos tecidos de base – «estofe», «camelão», «gros de Naples», «veludo», «tafetá» – e destacavam-se pela variedade e vivacidade dos padrões e cores – «cor de pérola», «azul», «verde-mar»,

(5) No período da instauração da dinastia brigantina, Pedro Vieira da Silva, Secretário de Estado de D. João IV, redigiu o *Regimento da Casa do Príncipe do Brasil*. Este pró-forma, matricial para a construção da imagem dos varões primeiros na linha de sucessão, regulamentava, naturalmente – e pela primeira vez –, a forma como o Príncipe do Brasil (no caso, D. Teodósio) deveria apresentar-se em público. O articulado do regimento tem implicações diretas na pose que o príncipe deveria adotar. Entre várias determinações, estipulava-se que «Quando S.A. [Príncipe do Brasil] falar a algumas pessoas o fará encostado ao bufete que há debaixo do dossel e à mão direita afastado uma vara da parede» (Ironi 2014: 505). Esta diretiva em particular corporiza-se em vários retratos dos Príncipes do Brasil e Duques de Bragança, de que são exemplo os retratos da Sala dos Duques do Palácio de Vila Viçosa.

(6) Para além de mais ricos, eram compostos por mais peças de indumentária como capas, chapéus, espadins com feitiços específicos e cocar de plumas. Vejam-se todos estes vestidos em ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Livro 706.

«cor de ágata», «café», «cor de cereja» entre outros – e pela riqueza dos bordados a «fio de prata», «fio de ouro», «nos canhões» e aplicações como «franja de ouro» e «laços para ombro»⁽⁷⁾.

A descrição minuciosa destes «vestidos» e dos acessórios que compunham o figurino – como lenços («gravatas»), «jabots» e «fourchetas» de renda – exemplificam bem o arquétipo do traje cortesão da época, cuja estrutura básica se encontrava detalhadamente estabelecida nas pragmáticas (re) homologadas por D. João V. Estas normas eram acompanhadas de estampas que ilustravam os diversos elementos que o compunham, nomeadamente colete, casaca com algibeiras, calções, meias e sapatos com fivelas.



Figura 3 – «Clem.r Bifes» [?], Traje de corte segundo a pragmática de 1698, 1698.

(7) ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Livro 706.

Ora, na encomenda referida não consta, contudo, qualquer traje negro para o príncipe D. José. Isto não implica, naturalmente, a inclusão no guarda-roupa do príncipe de tons mais escuros, como o negro. Na verdade, a associação do traje negro ao príncipe D. José pode ser assegurada através do testemunho de Carl Tersmedens (1715-1797). Este «cavalheiro sueco» sobrinho do embaixador da Suécia, assim apresentado à corte portuguesa, visitou Lisboa em 1734. Durante a sua estadia, e mais particularmente a propósito do encontro arranjado com D. João V, Tersmedens (1919: 175) registou no seu diário de bordo que D. José estava «vestido de preto, tal como toda a corte». O traje negro era, aliás, recorrentemente utilizado no quotidiano cortesão, realidade atestada pelo sueco – o que não implicava o uso recorrente de cores garridas e metais preciosos noutros momentos de sociabilidade cortesã (Silva 2011: 116, 195-197).

Ainda que marcada pela predominância da sobriedade negra, a indumentária diária ou de aparição pública não deixava de conservar o carácter distintivo do vestuário cortesão. Com efeito, estes vestidos negros distinguiam-se não só pelo feitio e pelo tecido rico – caracteristicamente seda (lavrada, adamascada, brocada, etc.), pormenor referido por Tersmedens –, como também pelos adornos. Assim, sobre essa base têxtil, acrescentavam-se passamanarias, como fios metálicos, botões e outros elementos em pedraria e metais mais ou menos preciosos (embora com algumas restrições)⁽⁸⁾, bem como os indispensáveis lenços

(8) Em 1708 foram publicadas pragmáticas que não permitiam a ostentação de certos materiais preciosos (como o ouro ou prata). Contudo, como se sabe, existiu uma certa permissividade, já que são conhecidos, não só, inúmeros relatos de trajes que não coincidem cabalmente com o estipulado nestas provisões, como também evidências que provam que o próprio Estado permitiu e promoveu manufaturas na corte cujos trajes fabricados divergiam no estipulado (Silva 2011: 195-197). Para o presente caso de estudo, vejam-se alguns relatos de Tersmedens (1919: 173): «As damas da corte, entre as quais eu já conhecia várias, estavam todas em *robes de cour* pretos, as caudas forradas de tafetá cor-de-rosa, todas muito adornadas com brilhantes [relato do dia em que encontrou a corte trajada de negro]»; «Estava posta uma mesa elegante para 20 pessoas, mas não esperámos muito até que o Duque e a sua comitiva, em cinco carruagens, chegassem [...] Todas as damas estavam vestidas com magníficos trajes de amazonas com ouro e prata e nas suas cores favoritas; os cavalheiros igualmente, em uniforme de viagem» (Tersmedens 1919: 204). «[tecidos para Tersmedens:] um droguet francês brochado, cor de pérola, para um dos fatos, com forro de tafetá cor-de-rosa; e um tecido vermelho de prata para o colete, com botões de fio de prata; para o segundo fato, um tecido igual, azul-celeste, com forro branco; e um colete branco bordado com uma videira de ouro e flores, ao qual pertenciam botões de fio de ouro; e depois gros de Naples preto para dois pares de calções» (Tersmedens 1919: 154).

(«gravatas»), jabots e frouchetes de renda. A estes elementos podiam ainda somar-se insígnias distintivas, cujo impacto visual se sobrepunha ao da monocromia dominante, como certas bandas honoríficas – de que é aliás exemplo D. Manuel José de Castro Noronha de Sousa Ataíde (1699-1742), terceiro Marquês de Cascais, que, a propósito de uma visita quotidiana, é descrito por Tersmedens (1919: 166) como um «cavalheiro que usava um grande cordão vermelho de uma ordem e era muito gentil e educado». Desta forma, os «fidalgos» distinguíam-se claramente das figuras dos «criados», que, segundo o «cavalheiro sueco», «embora todos devidamente [e igualmente] trajados em seda preta, com capas curtas e longas perucas espanholas [...] não chamavam à atenção» (Tersmedens 1919: 175). Para além destes, Tersmedens descreve também o traje quotidiano das mulheres de «classe média»:

Sucede muitas vezes encontrar mulheres que, nas suas casas, usam trajes de amazona, sobretudo as de classe média, cujo traje é composto por uma curta túnica preta e por um casaco de amazona mais ou menos guarnecido com galões, conforme os recursos de cada uma (Tersmedens 1919: 267).

No dia em que é apresentado ao rei de Portugal – que estava «vestido à francesa, com um traje azul-celeste bordado a ouro e uma condecoração soberbamente brilhante ao peito» (Tersmedens 1919: 175) – o estrangeiro recebeu um novo «vestido de corte», confeccionado por um alfaiate ao seu serviço. No seu diário, regista, com efeito, que lhe foi entregue nessa manhã «uma casaca longa de tecido de seda preta e um uniforme [adornado com] galões» que, diz-nos, «o iluminavam um pouco mais»⁽⁹⁾.

Ora, o sóbrio traje que D. José ostenta no retrato adquirido pela Universidade de Coimbra – ainda que negro – aparece completamente desprovido de adornos, passamanes ou pedraria, para além de não apresentar o brilho característico dos acetinados (que Duprà representa de forma perceptível, ainda que não eximamente, noutras obras, como no retrato da princesa D. Maria Bárbara, executado em 1725). Acresce

(9) Sublinhe-se que, à data da sua estada em Lisboa, não se conhece qualquer registo que aponte para um contexto de luto ou análogo que justifique a predominância da cor negra.

ainda o facto de, visualmente, os elementos do traje do príncipe não corresponderem às peças-padrão do vestuário cortesão – como a casaca com algibeiras –, elementos basilares do traje quotidiano, aliás regulamentados, como vimos. Surpreende, por isso, a ausência do mais ínfimo ornamento – seja franja, galão ou até mesmo botões vistosos –, um detalhe aparentemente marginal, mas revelador, dado que nem mesmo a «classe média» abdicava por completo desse grau mínimo de ornamentação, como vimos. É também significativa a ausência de «gravatas» ou «jabots» de renda – presentes, afinal, em todos os retratos conhecidos de figuras da corte (excetuando-se os de eclesiásticos, académicos e figuras letradas da máquina do Estado, como veremos).

Desta forma, arriscamos afirmar que a pintura não se destinou a ser enviada para as cortes estrangeiras, o que poderá igualmente justificar a assinatura aporuguesada que Domenico Duprà inscreveu no reverso da tela – «Domingos Duprà o pintou». Importa, portanto, questionar: a quem se destinaria este peculiar retrato do príncipe, cuja envolvência e indumentária contrastam, de forma tão evidente, com todas as suas restantes representações conhecidas? Vejamos.

«Para decentemente aparecer no meio dos outros, carece para seu adorno, em quanto Estudante; cabeção, volta, camiza, batina, meias, çapatos, e fivelas»

D. José ostenta um traje negro, mais precisamente uma loba-abatina⁽¹⁰⁾ e um cabeção⁽¹¹⁾, cerrados pelo colar ou volta branca⁽¹²⁾. Sobrepostos, pendem ainda os (quase impercetíveis) cordões cingidos ao pescoço. Embora se aproxime inequivocamente de certos uniformes clericais (Santos, Silva 2012: 201), a escolha da indumentária não pretende

(10) «Em 1718 divulgou-se entre os estudantes a moda da Loba-Abatina que diferia da antiga devido à peculiaridade de a Beca exterior conter mangas incorporadas. Quando sobreposta sobre a Sotaina, com as suas duas fiadas de botõezinhos em carcela fingida, e estando esta vaidosamente cintada com faixa pendente, fazia belo efeito» (Santos, Silva 2012: 203).

(11) «Parte superior da vestidura, que cinge o pescoço» (Bluteau 1712, Vol. II: 10).

(12) «Tira de panno, que cinge o pescoço». (Bluteau 1721, Vol. VIII: 571). Este uniforme «corresponde com ínfimas diferenças de pormenor de mangas, de cor e de chapelaria, aos uniformes dos estudantes clérigos do Colégio dos Gregos, Colégio da Saúde e Colégio de S. Mateus da cidade de Roma» (Santos, Silva 2012: 203).

apresentar o príncipe como um sujeito professo, vinculado a ordens religiosas e, conseqüentemente, a votos incompatíveis com os deveres dinásticos, como o de celibato. Na verdade, o traje exibido relaciona-se, mais particularmente, com o universo acadêmico. Os diferentes elementos que o compõem – essenciais a todos aqueles que aspirassem a ser «estudantes de bem» – surgem, aliás, referenciados na célebre *Macarronea Latino-Portuguesa* [quarta edição, 1792]:

Todo o Cidadão, que se condecora com o titulo de homem de bem, para decentemente apparecer no meio dos outros, carece para seu adorno [...] em quanto Estudante, de Verão, [...] = cabeção, volta, camisa, batina, meias, çapatos, e fivelas: e de Inverno de nove, porque entraõ calções, e collete, que de Verão são inteiramente desnecessários (Ferrão 1791: 347).

Importa sublinhar que este traje não constituía uma escolha, mas um requisito formal para todos os que desejassem ser matriculados e reconhecidos como estudantes. Desempenhava, por isso, uma função marcadamente identificadora da condição formativa e acadêmica – realidade sublinhada por Rafael Bluteau (1638-1734) em 1721 e por frei João Pacheco (1677-1747) em 1741.

Hoje nas Universidades chamamos Matricula o livro ou catahlogo, em que se assentão os nomes, dos que ficaõ incorporados na Jurisdicção da Universidade, & gozarão os privilégios della. O secretário do Conselho he o que faz o livro da Matricula; escreve o nome de cada Estudante [...] & não assenta nenhum, que não venha em pessoa, & com hábito de Estudante (Bluteau 1721, Tomo V: 369; Pacheco 1741, Tomo III: 214).

Como se adivinha, nem todos podiam trajar desta forma. As pragmáticas estipuladas no reinado de D. Pedro II – muitas das quais prolongadas nos reinados sucessores, em particular as que regulavam o uso do hábito talar ou abatina – estabeleciam de modo inequívoco quem tinha autorização para o uso destas vestes. No reinado de D. João V, a pragmática publicada a 6 de maio de 1708 (a que já aludimos) reforçou a proibição do uso de vestes talares – ou batinas talares, se quisermos – por indivíduos que não pertencessem a grupos especificamente autorizados:

Hei por prohibidos todos os vestidos compridos, como já estavam na Pragmatica do anno de 1677⁽¹³⁾, exceptuando as pessoas dos Desembargadores, que vestem com Béca, e os Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, ou Evora, com tanto que não tragão caudas (Freitas 1819: 352).

Anos depois, já no reinado de D. Maria I, esta distinção normativa seria igualmente sublinhada com grande clareza por D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira (1786: 173-174).

vestidos pretos talares... He o vestido próprio dos Ecclesiasticos, e Magistrados, e os devem levar principalmente no exercicio das funcções. Fóra dellas sería para desejar; mas não parece de rigorosa obrigação. O Magistrado pôde andar á cortezã, e o Ecclesiastico à Romana, trazendo sempre a volta, ou cabeção, com tanto que nunca entrem assim nas Igrejas, e funcções de cerimonia, e diante dos seus Prelados, e Superiores. Tambem os vestidos talares pretos são permitidos aos Estudantes de Coimbra, e Evora; além destes, que tenho dito, ninguém mais os pôde trazer * Pragmatica de 6 de Maio de 1708.

Trajar «à abatina» revelava-se, portanto, um ato socialmente marcado, adequado a contextos específicos – mesmo fora do reino. Para além de constituir o hábito de certos «eclesiásticos», a batina permitia também identificar – afinal intrinsecamente⁽¹⁴⁾ – todos aqueles que pretendiam ser associados ao contexto de erudição ou formação.

(13) «Nenhuma pessoa de qualquer condição, estado e preeminência, por maior que seja, se poderá vestir de comprido, excepto os Clerigos de Ordens Sacras, ou Beneficiados, que notoriamente sejam conhecidos por taes; os Desembargadores e os Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra e Evora; com declaração, que nenhum trará cousa alguma na roupeta, ou capa, que de todo prohibido» (Freitas 1819: 81).

(14) Refere César Egasse du Boulay (1610-1678), segundo António Ribeiro Sanches (1699-1783), «Que as Universidades são Corpos Ecclesiasticos [...] Que os mesmos Estudantes, não somente gozaõ das imunidades dos Clerigos, mas que andam vestidos do mesmo vestido. Que os grãos de Bacharel, e de Doutor são dados pelo Cancellario que he o Legado do Bispo; porque os Bispos são considerados os Juizes ordinários das Universidades. Que aquellas insginas, quando se doutorarão os Estudantes, de habito, talar, capello, livro, anel, e beijo da paz, forão instituídas, como se o Doutoramento entrasse no Estado sacerdotal, ainda que seja leygo, tomando o grão de Doutor em Leis ou em Medicina» (Sanches 1922: 62). A adesão da Universidade de Coimbra à *Bula Unigenitus*,

O sujeito ficaria, assim (pelo menos aparentemente), revestido de disciplina e sobriedade intelectual, sugerindo não só humildade de espírito, mas também um horizonte de estudos ordenados. O traje era, portanto, um elemento (desejavelmente) distintivo.

Exemplo disto são os vários relatos existentes na Gazeta de Lisboa de personalidades que, em certos momentos, se apresentam «vestidos à Abatina, em habito talar», permitindo assim o reconhecimento simultâneo de uma dimensão clerical e/ou formativa-acadêmica, bem como da sobriedade moral do indivíduo e da sua adequação a contextos de ostentação moral – e não material –, como sucedia, por exemplo, em audiências solenes na cúria romana.

Entre outros casos, destaque-se o do príncipe Augusto Jorge de Baden-Baden (1706-1771), inicialmente destinado à carreira eclesiástica e enviado, em 1726, para estudar Teologia em Siena e Roma – percurso que só seria interrompido mais tarde, quando a morte do irmão primogénito o obrigou a reassumir o lugar na linha sucessória. Em audiência com o Papa, a 17 de julho de 1727, o relato da Gazeta de Lisboa explicita:

A 17 [o Papa] deu audiência ao Cardial Petra, e ao Principe Augusto de Baden [que então tinha 17 anos], que lhe fallou vestido à Abatina, em habito talar, acompanhado do Mestre da Camara ou Cardeal Cienfuegos, e ultimamente assistio na Congregação do Santo Officio (Gazeta de Lisboa, julho de 1727: 283).

Outra notícia digna de nota na Gazeta de Lisboa é a que descreve o fausto das celebrações das casas reais europeias, onde a teatralização pública dos papéis sociais permite observar, de forma particularmente clara, o modo como certos trajes funcionavam como marcadores de identidade simbólica. Exemplo expressivo é o «magnificante» espetáculo de Carnaval oferecido pelos czares russos, no qual as figuras da família imperial surgem investidas em personagens sociais diversas – e onde os «abatidados» surgem igualmente como um estereótipo facilmente reconhecível:

em 1717, evidencia precisamente a sua natureza e dependência eclesiástica, como aliás também sublinha Ribeiro Sanches.

Rússia, Moscovo 26. de Fevereiro

Deram sim nesta Corte os divertimentos do Carnaval, cuja magnificencia parece exceder os mais dilatados espaços da imaginação [...] nos quaes entravão as pessoas reais & as de maior distinção deste Imperio,

[...numa] grande maquina se movia tirada por dezasseis cavallos; hia nella o Emperador em habito de marinhyero, fazendo a figura de Capitão de nao.

[...] huma grande barca dourada, & guarnecida de vidraças crystallinas, na qual hia a Emperatriz, vestida ao modo de saloya de Frisia.

[...] Outra barca, em que hia o Principe de Menzikof, com toda a sua comitiva, vestidos à Abatina (Gazeta de Lisboa, abril de 1722: 137).

Particularmente relevantes são ainda os relatos que associam, inequivocamente, o uso da «abatina» ao universo do conhecimento e dos cursos universitários. Este cenário emerge com clareza em certos relatos de festividades portuguesas, como a «relação da procissão, e passo» realizada em Braga a 24 de junho de 1753, onde, num dos carros alegóricos, surgia «Hyppocrates [com] loba de batina: capello, e borla de Medico, óculos de conserva, na mão esquerda hum livro, e na direita hum paõ [...] e] ao seu lado esquerdo Galeno vestido da mesma sorte, na esquerda hum livro, na direita hum caliz de vidro» (Marques 1753: 6-7). Noutro carro, figuravam também «S. Cosme, e S. Damiaõ ambos vestidos com batina curta de seda, volta, e chicaras, muito lustrosos» (Marques 1753: 11).

Para além destes relatos, existem outros exemplos na imaginária devocional da Idade Moderna, em Portugal e no Brasil, de santos cujas vidas ou milagres se associavam à produção de saber, ao estudo e à formação – sendo, portanto, representados com os atributos do «hábito de estudante». Não raras vezes trajadas «à abatina», estas figuras não dispensam ainda várias outras insígnias universitárias, como a borla e o capelo, os característicos chapéus «de alguidar» e barrete de cantos⁽¹⁵⁾ ou ainda a característica capa traçada ao braço.

(15) «Na centúria de Setecentos os estudantes abandonam as antigas coberturas de cabeça, adoptando um gorro comprido, não conformista, semelhante ao trazido por pescadores e camponeses» (Santos, Silva 2012: 201-203).



Figura 4 – Autor desconhecido, São Cosme e São Damião com atributos do traje académico, 1700-1735, Altar Mor da Igreja da Misericórdia da Bahia (Museu da Misericórdia – Santa Casa da Bahia), fotografia cedida por Osvaldina Cezar.

De facto, do plano sagrado ao plano profano, vários são os exemplos de personalidades que não prescindem destes mesmos formulários. São ainda disso exemplo algumas figuras notáveis da corte portuguesa, associadas não só ao estudo, mas também à produção de saber estruturante de base universitária – que moldava consciências, ordenava a vida espiritual e jurídica, ou sustentava a ciência médica –, retratadas «à abatina».



Figura 5 – Hendrik de Leth, retrato de Francisco de Pina de Melo (1695-1773) com 28 anos, exibindo o traje académico (matriculado na Universidade em 1723), 1726, BNP.



Figura 6 – Guillaume François Debrie, retrato de D. Manuel de Almeida de Carvalho, 1737, BNP.

Ora, os trajes negros que Tersmedens observou na corte não devem corresponder, na sua maioria, a abatinas – se assim fosse, não só divergiriam das determinações pragmáticas em vigor, como teriam sido, muito provavelmente, assinalados de forma explícita pelo «cavaleiro sueco». Importa, contudo, ressaltar todas as figuras que, de modo deliberado, adotavam a batina para sublinhar a sua vinculação à esfera eclesiástica ou ao universo da erudição e, por extensão, dos letrados da máquina do Estado.

Por isso, poder-se-á afirmar com segurança que os elementos do traje do príncipe se associam a este universo de formação/erudição. Esta identificação cumpre-se (ainda e mais particularmente) através da inclusão de dois pequenos – mas importantes – pormenores. Desde logo,

a postura corporal do príncipe: uma evidente prefiguração da célebre pose estudantil, reproduzida e tipificada em diversas representações do académico coimbrão, amplamente difundidas a partir do século XVIII, nas quais este surge trajando «abatina» e mantéu talar (capa).



Figura 7 – João Macphail (desenho), estudante de Coimbra, 1844, Arquivo Municipal de Coimbra.

a toga, este gesto seria interpretado como a expressão visível de uma oratória exímia e modelar, tornando-se, aliás, um arquétipo gestual associado à «temperança, moderação e autocontrolo» que, afinal, deveriam marcar (ou ilustrar) a arte da oratória da elite letrada (Meyer 1995: 45-63; Fredal 2006: 167). A pose de D. José ecoa esta dimensão (como veremos).

A prescrição de movimentos contidos junto ao peito é também reiterada por Quintiliano (c.35-95), em *Institutio Oratoria*, onde se estipula que gestos realizados nessa zona do corpo exprimem modéstia e ponderação por parte de quem pretendia ser «mestre da arte do gesto». De entre outras poses a adotar, Quintiliano recomenda:

No palco, jovens e velhos, soldados e mulheres casadas andam com passos moderados [...]. Os mestres da arte do gesto não permitem que a mão se eleve acima do nível dos olhos ou desça abaixo do peito; considera-se um grave defeito levantá-la até ao topo da cabeça ou baixá-la até à parte inferior do abdómen (Quintiliano; Butler, 1920-22, XI, 3: 112) [...]. É igualmente um gesto muito apropriado ao discurso modesto, quando a mão, com os quatro dedos ligeiramente curvados, é trazida para junto do corpo, não muito longe do queixo ou do peito (Quintiliano; Butler, 1920-22, XI, 3: 97). [...] Tocar o peito com as pontas dos dedos curvadas para dentro é um gesto que nos assenta (Quintiliano; Butler, 1920-22, XI, 3: 124).

Mais relevante ainda para o caso de estudo: o gesto do polegar estendido e dos quatro dedos suavemente recolhidos (e ocultos) ao peito constituirá matéria curricular efetiva nos ambientes académicos e eclesiásticos ibéricos. Em *Ecclesiasticae Rhetoricae* (1576) – um verdadeiro manual técnico destinado à formação de pregadores, dedicado aliás à Universidade de Évora⁽¹⁶⁾ – Frei Luís de Granada (1504-1588) prescreve de forma inequívoca o gesto da mão ao peito, com polegar destacado e dedos parcialmente recolhidos (evocativos de Ésquines).

(16) «A *Rhetorica Ecclesiastica* sai à luz em 1576, dedicada à Universidade de Évora e apresenta-se como um manual eminentemente técnico e de instrução pedagógica aos futuros pregadores. Este tratado, publicado por Antonius Riberius, acolhe a preceptística retórica clássica, rentabiliza-a e adapta-a às necessidades do púlpito, definindo o perfil desejável de qualquer orador cristão, à luz da eloquência de Cícero e Quintiliano» (Martins 2017: 262). «Ao exclusivismo da obra de Cipriano Soares, então predominante nos colégios jesuíticos, juntar-se-á [justamente] a *Ecclesiasticae Rhetoricae* de Frei Luís de Granada» (Oliveira 2019: 51)

Aprobamos aquella disposición de mano y dedos con que se juntan el pulgar y los dos dedos siguientes [...] postura de dedos que sirve para casi todo lo que decimos. [...] A veces también separado el pulgar, se unen bien los cuatro restantes cuando o arrimamos la mano al pecho, o también cuando, desechando algo, la retiramos de él (Granada 1576: 312)

O objetivo era claro: difundir a preceptística retórica clássica, adaptando-a às exigências do púlpito cristão, e definir, em simultâneo, o perfil desejável do orador à luz da eloquência de Cícero e Quintiliano, assegurando a continuidade da tradição retórica – e das suas práticas gestuais – nos meios académicos e clericais portugueses⁽¹⁷⁾. Por outras palavras: este gesto corporiza, de forma particularmente eloquente, o ensino da retórica – uma das artes liberais fundamentais e competência indispensável para o percurso académico – tornando-se, assim, um verdadeiro signo de erudição e formação.

A sistematização desta tradição surge também em *Chirologia e Chironomia* (1644-45) de John Bulwer (1606-1656), enquadrando os gestos acautelados pela retórica clássica. Citando frequentemente Quintiliano, o autor prescreve, justamente, posturas de contenção e modéstia junto ao peito, evocando as práticas jesuíticas e as recomendações de autores como Frei Luís de Granada. Não por acaso – e uma vez mais – o gesto do polegar estendido e dedos recolhidos é taxativamente referido: «The tumble erect, the other Fingers gently bent in, is a convenient composition of the Hand for an *exordium*, and to lead to the forming of the other actions of the Hand; oft used by our modern Chironomers» (Bulwer 1644-45: 70).

No século XVIII, a difusão da cultura de civilidade⁽¹⁸⁾, onde se inscreve o célebre *Rudiments of Genteel Behavior* (1737) de François Nivelon,

(17) O ensino da Retórica nos colégios não era puramente teórico; na verdade, era bastante performático. Nas regras XV.32 e XVII.2–3, insistia-se no treino da voz, da entoação e do gesto; nas *declamations*, ora privadas, ora públicas, os estudantes praticavam a *actio* através de exercícios que implicavam gestos normativos de modéstia e compostura. A regra XIX permitia ao professor propor pequenas ações dramáticas ou diálogos representativos, reforçando a ligação entre oratória e teatralidade, já definida por Séneca e Quintiliano. A maior cisão religiosa da Europa e o ambiente de intensa controvérsia exigiam a gravidade do discurso de magistrados, sábios, teólogos e pregadores. Os jesuítas abraçaram a missão de formar pregadores capazes de persuadir e instruir, conciliando fontes pagãs e cristãs e adaptando a tradição clássica à pregação cristã (Miranda 2012: 118-121).

(18) Note-se que existem casos de cronologias anteriores que recuperam este gesto. Contudo, existe uma notável apropriação após o século XVIII.

contribuiu para generalizar o gesto da mão dentro da casaca. Neste verdadeiro manual de etiqueta, colocar «the right hand to place itself in the Waistcoat easy and genteel» considerava-se, justamente, uma marca de moderação e «boas maneiras». Contudo, a sua significância técnico-retórica original diluiu-se, transformando o gesto num símbolo mais amplo de contenção e autocontrolo masculinos – qualidades associadas à compostura e a um (suposto) equilíbrio emocional esperados do homem «polido». O gesto converte-se numa convenção social, afastando-se gradualmente de uma expressão explícita de eloquência e erudição académica, própria da retórica, o que explica a abundância de retratos de figuras masculinas em que a mão inteira surge discreta (e inteiramente) entre os botões abertos da casaca, sem que o polegar fique visível.

Contudo, o retrato do príncipe D. José não participa desta diluição. Duprà não oculta totalmente a mão do príncipe, deixando o polegar visível e discretamente articulado segundo as determinações do ensino da retórica. Este detalhe, demasiado específico para ser casual – ainda mais considerando que o príncipe ostenta diversos atributos do traje estudantil –, surge, portanto, carregado do seu sentido erudito, funcionando como um sinal de formação, conhecimento e disciplina retórica. Mais do que um gesto de civilidade, declara a interiorização da eloquência: o domínio do corpo e da palavra, que, afinal, eram ensinados. É precisamente esta especificidade – e a intenção deliberada que a sustenta – que leva Duprà a recorrer à tradição gestual que remonta Ésquines, afastando-se, com efeito, da gestualidade mais ampla e enérgica associada a Demóstenes, frequentemente convocada nos retratos de aparato das reais pessoas (Cruz 2019: 191-192). O retrato de D. José da Sala dos Duques do Palácio de Vila Viçosa, pintado entre 1727 e 1729, torna particularmente evidente esta outra dimensão do gesto. Aqui, o braço do príncipe eleva-se com maior amplitude, produzindo um gesto expansivo que reforça a sua presença e autoridade. Esta amplificação gestual, que contrasta com a contenção observada no retrato universitário, inscreve-se plenamente na lógica dos retratos de aparato, onde a expressão corporal assume um papel central na enunciação do estatuto. Em Vila Viçosa, D. José é, assim, representado de forma inequívoca como o príncipe herdeiro, condição sublinhada não apenas pela amplitude da gestualidade, mas também pelo traje e pelas insígnias que ostenta.

Para além da mão colocada entre os botões abertos da batina, note-se que, no retrato adquirido pela Universidade de Coimbra, o príncipe ostenta também o «manteu talar»: a capa negra. Este atributo, que pende dos ombros

do príncipe e se enrola em torno do seu antebraço de forma a evidenciar a sua natureza talar – privilégio exclusivo dos estudantes e de outras figuras letradas do funcionalismo estatal – surge igualmente disposto da mesma forma no retrato do reitor Francisco Carneiro de Figueiroa (1662-1744), da Sala do Exame Privado da Universidade de Coimbra, pintado por volta de 1754, onde este também aparece com traje academizante⁽¹⁹⁾. Terá o retrato de Duprà, pintado em 1726, inspirado – e definido – a iconografia dos retratos dos académicos posteriores, concebida, afinal, à imagem deste?



Figura 9 – João Pedro Binheti, Retrato do Reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, c. 1754, Sala do Exame Privado, fotografia de Paulo Amaral.

(19) «Este Traje usado nas Faculdades também era extensivo aos Lentes, ressaltando-se apenas o pormenor de a Sotaina dos Mestres chegar ao calcanhar, enquanto a do estudante chegava à meia perna» (Nunes 1991, vol.3).

Contudo, e ainda que a associação do príncipe D. José ao universo do conhecimento seja evidente, não podemos ignorar a presença de outros dois acessórios da indumentária que o distinguem de outros retratos de acadêmicos. São eles os longos canhões das mangas e os punhos de renda⁽²⁰⁾. Estes dois elementos do traje do príncipe – afinal *real pessoa* – distinguem-no dos que «consigo» partilhariam o percurso de formação acadêmica, num cenário necessariamente idílico e fantasioso, uma vez que não se tem conhecimento de que D. José tenha frequentado as Faculdades da Universidade, o Real Colégio das Artes, onde o traje em apreço também era obrigatório (Santos, Silva 2012: 201-202) ou outras estruturas de ensino análogas.

Realce-se, aliás, que estes «acrescentos» são cuidadosamente empregues de modo a não contrariar as disposições estatutárias da Universidade: um conjunto de normas que regulamentava (entre outros) o modo de trajar dos estudantes. De entre estas, destacam-se as restrições no uso de «seda alguma» (a não ser como forro de alguns adereços) e cores como o «amarelo, vermelho e encarnado, laranja e verde» (Estatutos 1654, liv. III., tit. III: 139), para além da proibição do porte de armas, transgressão que condenou vários estudantes, ao longo dos séculos, a multas pecuniárias e penas disciplinares, contempladas, aliás, nos mesmos estatutos.

Respeitando as capitulações estatutárias vigentes – que, afinal, conferiam a «liberdade para trazer debaixo da batina coletes e camisas» (Nunes 1991: 405-406), e não proibiam expressamente os punhos de renda e as mangas em canhão – o príncipe consubstancia a sua dignidade, sem que para tal faça uso das insígnias da sua condição (bastão de comando, manto de arminhos, pedras preciosas, etc.). A observância dos Estatutos – que determinava que os estudantes só podiam usar «collares [voltas] chãos sem feitio de rendas qualquer, nem bicos, nem trancinhas, nem de outras guarnições semelhantes» (Estatutos 1654, liv. III., tit. III: 139) – parece ser, aliás, o motivo que justifica a omissão do lenço / «gravata» (ou ainda do «jabot») de renda que surge(m) atado(s) ao pescoço do príncipe em todos os seus outros retratos conhecidos, pormenor que, recorde-se, era indispensável ao traje cortesão. A sua omissão é, portanto, deliberada.

Ora, o esquema compositivo e atributos presentes no retrato de D. José permitem, com efeito, associar o Príncipe do Brasil ao contexto académico.

(20) Ainda que existam alguns retratos de acadêmicos onde se observam alguns adornos nos punhos das camisas, e mangas mais ou menos estilizadas.

Assim, a exposição deste retrato nos circuitos da comunidade académica reveste-se (e ter-se-á possivelmente revestido) de toda a pertinência.

«O Senhor Rey Dom José, que Santa Gloria haja, tinha bastante inteligência»

Como se poderá justificar, enfim, a pintura de um retrato do príncipe ostentando os atributos do «hábito de estudante»? Esta questão está ainda por responder cabalmente, necessitando de investimentos futuros. Como quer que possa ser, este retrato assume-se como um fragmento do tempo que corporiza o robustecimento da dimensão cultural e erudita da família real portuguesa, promovido por D. João V, especialmente na década de 1720 (e aí poderá residir a resposta). Neste período, os investimentos empreendidos no campo da ciência – que contava então com recentes avanços no domínio da astronomia e em particular da determinação rigorosa do tempo, necessária ao cálculo das longitudes –, serviam as ambições de conquista e defesa territorial da coroa, num contexto em que a delimitação fronteiriça do império se revelava da maior importância (Furtado 2013). Este ambiente de verdadeira revolução científica e intelectual marcava, aliás, o quotidiano dos circuitos régios, contaminando o príncipe D. José que, conforme descrições coevas, revelava especial interesse pelo estudo da astronomia, estimulado e guiado por académicos de renome como Manuel Pimentel (1650-1719) ou o jesuíta Giovanni Battista Carbone (1694-1750).

Apesar de a questão da educação do Príncipe do Brasil ser ainda algo nebulosa, é possível reconstruir a imagem que a propaganda régia quis transmitir sobre esta questão – uma imagem encomiástica que nem sempre refletia a realidade. Nestes panegíricos, torna-se evidente a tentativa de ressaltar a dimensão erudita de D. José, apresentada como uma característica de um príncipe singularmente sobredotado. Realça D. António Caetano de Sousa (1647-1759), escritor, bibliógrafo e genealogista, membro da Academia Real da História Portuguesa:

Entrou o Príncipe de tenros annos a applicar-se à língua Latina, em que o instruiu o Padre Antonio Stieff, da Companhia, Confessor da Rainha sua mãe, Religioso douto, e muy versado nas Humanidades: a viveza do espirito do Príncipe, e a singular comprehensão, começaram

antecipadamente a mostrar o sublime talento, com que a natureza o dotara; e assim sendo curto emprego para tão larga esfera huma só applicação, ao mesmo tempo entrou em outros estudos, tomando lições de Geografia, e Nautica, que lhe explicava Manoel Pimentel, Fidalgo da Casa Real, Cosmografo môr do Reyno [...]. Não contava o Principe cinco annos, quando ainda no de 1718 principiou a empregar nestas fadigas o tempo, que requeria outros exercícios próprios a tão tenra idade. Era tanta a attenção, que dava às lições, que com facilidade comprehendia, o que se lhe explicava; porque o gosto, com que desejava saber, o incitava adiantar-se, que parecia intentar antecipadamente examinar de huma só vez o Globo Celeste, e o Terrestre, de sorte que sendo grande a erudição do Mestre, era ainda mais admirável o sublime espirito do Discipulo (Sousa 1741, Tomo VIII: 340)

Seguindo o seu encómio, D. António Caetano de Sousa vai tão longe em afirmar que a erudição do príncipe D. José superava até a de muitos funcionários do Estado:

[...] Entrou por diversas partes da Mathematica com tão admirável comprehensão, que soube Arithmetica tão perfeitamente, e com tanta exacção, que não he facil achar nos Tribunaes muitos Officiaes da Fazenda, que o compitão, e ninguém que o iguale na Geometria de Euclides, e na pratica (Sousa 1741, Tomo VIII: 342)

O interesse do príncipe pela matemática era, aliás, incentivado por D. João V, a quem oferecia curiosos instrumentos científicos (matemáticos, astronómicos, etc.); verdadeiras obras de arte encomendadas às cortes estrangeiras (Mandroux-França, Préaud 2003: 92). Poucos meses após a sua morte, esta dimensão que alia saber, colecionismo e arte era, aliás, sublinhada pelo guarda-joias, João António Pinto da Silva, que em correspondência com D. Vicente de Sousa Coutinho recordava:

[...] temos aqui infinitas Maquinas destas, e alguns bens decentes, e distintos; porque como o Senhor Rey Dom José, que Santa Gloria haja, tinha bastante intelligência desta parte da Mathematica, deixou huma grande coleção delles⁽²¹⁾.

(21) ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, liv. 67, [TIF 31].

A mesma retórica foi, uma vez mais – mas agora em registo de encómio – instrumentalizada para uma oração fúnebre em homenagem a D. José, onde se sublinha «O Sabio Rei instruído, como era, na Historia da Nação, além da erudição immensa, [... detinha ainda] conhecimento das Mathematicas, e Sciencias mais sublimes» (Sampaio 1781: 30).

Quanto à aprendizagem das «línguas», diz-nos D. António Caetano de Sousa:

Fezse Senhor das línguas Italiana, Franceza, e Hespanhola, aproveitando-se da lição dos melhores livros, que nestas línguas se achão, assim Politicos, como da Historia Profana, Ecclesiastica, e Mathematicas Militares de Fortificações, offensa de Praças, aquartelamento de Exercicios, fórmas de batalha, e todas as sortes de manejos de esquadroens, em que fundamentalmente he muy destro, e igualmente na Geografia, Nautica, Artilharia, Estatica, Mecanina, Gnomonica, e usos de instrumentos Mathematicos, de que se serve, com pasmosa destreza (Sousa 1741, Tomo VIII: 342-343).

É justamente neste trecho do encómio que se deteta a amplificação da realidade – própria do género. Na verdade, o jovem príncipe não dominava a língua francesa, como bem notou Nuno Gonçalo Monteiro (2025: 26). Em 1732, numa carta de D. Mariana Vitória para os pais, reis de Espanha, confessa: «Disse ao meu Príncipe o que Vossa Majestade me ordenou. Ele diz que vos agradece muito a honra que vós pretendíeis fazer-lhe de lhe escrever com confiança, mas que ele não conhece suficientemente bem o francês para poder entender tudo e vos responder».

Em 1732, o príncipe contava com 18 anos. Era já um adulto e a sua fase de formação estrutural – de que nos dá conta D. António Caetano de Sousa – tinha já sido sedimentada. Na década de 1720, Merveilleux terá questionado diretamente D. José sobre o motivo da sua não fluência em francês, o qual terá respondido: «Minha mãe não quer». Este afastamento da língua franca da época poderá, segundo os biógrafos da rainha D. Maria Ana, fazer parte de uma estratégia para manter o príncipe «longe da influência diplomática francesa»: isto num período em que decorriam «no sangue da rainha gerações de conflitos com Paris, quer com o seu pai Leopold, quer com os seus irmãos Joseph e Karl, já sem esquecer o saque das terras dos Neuburg» (Sena-Lino 2024: 393). Como quer que

possa ser, «o francês era a língua franca da época, a que se usava na actividade diplomática e, também, aquela que se usou na publicação de alguns dos escritos mais marcantes da cultura europeia setecentista» (Monteiro 2025: 27). É, portanto, pertinente questionar o contexto da suposta desenvolta erudição do príncipe a que aludem os encómios – problemática que ganha força se tivermos ainda em conta os relatos de embaixadores franceses que comentavam que D. José, já rei, respondia aos seus discursos em português (e não em francês, como se esperaria).

Como quer que seja, é inequívoco que se dedicou especial atenção à fabricação da imagem do *Sábio Príncipe*, a par com a do próprio rei que, verdadeiramente, se instruíu cultural, científica e politicamente (Sena-Lino 2024: 324-327) – uma construção que, de facto, ganhou corpo, mesmo fora do estrito e privado quotidiano cortesão, e de que é exemplo a célebre obra *Pinto Renascido* (1732) de Tomás Pinto Brandão; obra literária que alcançou grande êxito na década de 1730 (Oliveira 2020: 154-167), em particular as décimas panegíricas dedicadas ao Príncipe do Brasil, «Tendo noticia o Author, que o Serenissimo Principe o Senhor D. Joseph dizia, que queria ler versos de Thomaz Pinto, estando ainda na tenra idade de seis anos» (Brandão 1732: 124).

É precisamente essa dimensão de *sapiência* – mais ou menos fabricada; mas útil para dissipar eventuais falências neste domínio – que o retrato adquirido pela Universidade também espelha.

Conclusão: uma proveniência por apurar

Se não restam dúvidas de que o retrato de D. João V foi encomendado a Domenico Duprà para ser exibido nos domínios universitários – na Biblioteca Joanina –, o mesmo não sucede, porém, com o retrato de D. José. Na verdade, não se conhece qualquer evidência documental que esclareça a sua proveniência originária nem que permita associá-lo cabalmente à Universidade.

O contexto de circulação da obra mais recuado que se conseguiu apurar, com recurso a fontes coevas, remonta ao século XX, e relaciona-se com D. Manuel II (1889-1932). Para o efeito, partiu-se da indicação de António Filipe Pimentel, que em 2008 assinalou tratar-se de uma obra da «coleção de D. Manuel II e exposto, em anos recentes, no mercado antiquário de Lisboa» (Pimentel 2008: 144).

Ora, durante o exílio, o rei deposto estabelece-se em Fulwell Park (Twickenham, Londres), levando consigo inúmeros bens herdados dos seus antepassados, e que anteriormente guarneciam os Palácios Reais. À data da sua morte (1932) foi realizado um inventário dos bens móveis existentes nesta residência⁽²²⁾, no qual consta o retrato de um «boy in velvet dress with lace cuffs. Oil painting in gilt frame, glazed», exibido no «Organ Room»⁽²³⁾. A correspondência desta entrada do inventário – que denuncia o desconhecimento da identidade da personagem retratada por parte do inventariante (como aliás sucede com outras peças) – com o retrato adquirido pela Universidade atesta-se através de uma fotografia coeva deste mesmo espaço, onde se observa claramente o retrato do príncipe exposto numa das paredes.



Figura 10 – Sala do Orgão, Fulwell Park, Fundo Domitília de Carvalho. PT-FCB-MBCB-BDMIII-RES-MS-0046-ADQ, imagem cedida pela Fundação da Casa de Bragança.

Posteriormente, muitos dos bens de D. Manuel II acabam por ser vendidos em hasta pública por familiares próximos de Augusta Vitória

(22) Agradeço a Hugo Xavier, Conservador do Palácio Nacional de Queluz, a partilha da localização do inventário.

(23) AHFCB, Inventory and Valuation of furniture and effects silver, pictures, etc., at Fulwell Park, Twickenham, fl. 23.

de Hohenzollern-Sigmaringen (1890-1966), sua mulher e herdeira (e de quem não houve descendência), em particular pelo príncipe Alberto de Hohenzollern (n. 1956), neto do seu irmão e beneficiário do testamento. Nas décadas seguintes, muitas das peças herdadas são colocadas no mercado de arte, como o célebre leilão da Sotheby's, «Property from the Collections of King Manuel II of Portugal» realizado em Genebra em maio de 1991 ou ainda o leilão «El-Rei D. Manuel II», pela Palácio do Correio Velho, em novembro de 1992. O retrato de D. José integrava inequivocamente o espólio do príncipe Alberto, conforme prova o selo apostado no reverso da tela – «Albrecht Prinz v. Hohenzollern Munchof Nr. 166»⁽²⁴⁾.

Na viragem do século, António Filipe Pimentel notou, como já se referiu, que o retrato foi exibido «no mercado antiquário de Lisboa» (Pimentel 2008: 144). A sua integração na coleção de Hubert Guerrand-Hermès – que incluía ainda outras peças excecionais, de que são exemplo as duas terrinas de prata marcadas com o brasão de família dos Duques de Cadaval, executadas por Jacques-Pierre Marteau em 1759-1760, vendidas no leilão da Sothebys – ocorre neste contexto e ganha especial sentido através da ligação que Hubert estabelece com D. Rosalinda Álvares Pereira de Melo (n. 1936), sua mulher, filha de D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 10º Duque de Cadaval⁽²⁵⁾.

Mas uma dúvida subsiste: integrava o retrato de Duprà as antigas coleções das pessoas reais, herdadas por D. Manuel? Esta questão necessita de investimentos futuros, sobretudo porque não se conseguiu apurar a sua inclusão nos arrolamentos dos Palácios Reais, executados após instauração da República. Do mesmo modo, há ainda que ter presente que o contexto de proveniência dos bens móveis das coleções reais, em particular os existentes no Palácio das Necessidades e no Palácio da Ajuda, ao tempo da instauração da República (muitos destes herdados por D. Manuel), é extremamente complexo. De ofertas aos monarcas a aquisições a título pessoal, diversas foram as vias de integração destas peças nas coleções da coroa, para além das heranças que remontam à criação do Estado da Casa Real de Bragança, no século XVII. Existem

(24) Selo este também presente em várias peças das coleções nacionais, arrematadas em leilões e provenientes do espólio de D. Manuel, herdado por D. Augusta Vitória.

(25) Agradeço a Hugo Xavier, Conservador do Palácio Nacional de Queluz a chamada de atenção para estas peças e o interesse pelo tema.

casos, por exemplo, de bens móveis incorporados nas coleções reais na sequência da desamortização das mais variadas instituições, como o «cálix grande de fuste dourado que pertenceu ao extinto convento de Ceiça, do distrito de Coimbra» ou ainda o «cálix de fuste dourado que pertenceu ao Convento de Cristo»⁽²⁶⁾.

A proveniência originária da obra é, portanto, uma outra questão que fica para apurar (também por razões de economia de texto), e que deixa perfeitamente inequívoco que muito ainda há por desvendar sobre o retrato do *Sábio Príncipe*.

Fontes documentais

Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança (AHFCB).
Inventory and Valuation of furniture and effects silver, pictures, etc.,
at Fulwell Park, Twickenham,

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Casa de Cadaval, n.º 30.
«—». Ministério dos Negócios Estrangeiros, liv. 67, correspondência do
guarda-jóias, João António Pinto da Silva com D. Vicente de Sousa
Coutinho sobre encomendas para a Corte, 29 de setembro de 1777
[TIF 31].

Gazeta de Lisboa, Rússia, abril de 1722.

«—», Roma, julho de 1727.

Bibliografia

Bluteau, Rafael (1712). *Vocabulário Portuguez e latino [...]*. Coimbra:
Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

«—» (1721). *Vocabulário Portuguez e latino [...]*. Lisboa: Oficina de Pascoal
da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Brandão, Tomás Pinto (1732). *Pinto renascido, empennado e desempennado:
primeiro voo [...]*. Lisboa: Oficina da Música.

Butler, Harlod Edgeworth (1920-1922). *The Institutio Oratoria of Quintilian*.
London: Harvard University Press / Cambridge.

(26) ANTT, Inventário judicial do Palácio Nacional das Necessidades, PT/PNA/
DGFP/0001-001/0007/00001, volume 7, fls. 2543v-2544.

- Carvalho, Armindo Ayres de (1960-62). *D. João V e a Arte do seu tempo*. Lisboa: edição do autor.
- Cruz, Lécio (2019). *Preceitos para uma Arte Edificante: pintura e gravura na corte josefina através da obra de António Joaquim Padrão (c. 1730-1771)*. Tese de doutoramento em História da Arte, Universidade de Lisboa
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1654). Coimbra: Officina de Thomé Carvalho, impressor da Universidade.
- Ferrão, António Duarte (pseud.) (1791). *Macarronea Latino-Portuguesa. Quer dizer: Apontado de versos macarrónicos Latino-Portuguezes, que alguns Poetas de bom-humor deitiláráo do alambique da cachimonia para defterro da melancolia [...]*. Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Flor, Susana, Flor, Pedro (2018). *Retratos do Paço Ducal de Vila Viçosa (séculos XVI-XIX)*. Bragança: Fundação da Casa de Bragança.
- Fredal, James (2006). *Rhetorical Action in Ancient Athens. Persuasive Artistry from Solon to Demosthenes*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Freitas, Joaquim Inácio de (1819). *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- Furtado, Júnia Ferreira (2013). *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht.
- Lemos, Diogo (2023). “«Da Conformidade dos que a ElRey Christianissimo servirem»: uma viagem pelas encomendas de mobiliário francês de D. João V”, *ARTisON*, 14, 51-67.
- Mandroux-França, Marie-Thérèse, Préaud, Maxime (2003). *La collection d'estampes du Roi Jean V de Portugal: une relecture des notes manuscrites de Pierre-Jean Mariette*. Paris: Éditions du C.N.R.S.
- Marques, Veríssimo (1753). *Relaçãõ da Procissão, e passo, que se faz na sempre Augusta, Nobre, muito Antiga, e Leal Cidade de Braga*. Coimbra: no Real Collegio da Companhia de Jesus.
- Martins, Ana Isabel (2017). “Frei Luís de Granada: um clássico renascentista com projecção na modernidade – o seu contributo para o sentido universal do Humano”, in Nair de Nazaré Castro Soares, Cláudia Teixeira (eds.), *Legado Clássico no Renascimento e a sua Receção – contributos para a renovação do espaço cultural europeu*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 257-278
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2025). *D. José - Na Sombra do Marquês de Pombal*. Lisboa: Temas e Debates.

- Nunes, António (1991). “Subsídio para o estudo genético-evolutivo do Hábito Talar na Universidade de Coimbra”, in *Universidade(s) – História, Memória, Perspectivas*. Coimbra: Comissão organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1-25.
- Oliveira, Ana Lúcia (2019). “O império da eloquência e a relevância dos estudos retóricos no Brasil e em Portugal”, in José Luís Robim (coord.), *Razão nas Letras: a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 45-57.
- Oliveira, Phelipe Fernandes (2020). “O livro de Tomás Pinto Brandão: algumas condições para a produção e circulação da sátira em Portugal no século XVIII”, *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, 3, 154-167.
- Pacheco, João (1741). *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas, politicas, e naturaes, sagradas, e profanas*. Lisboa: Na Officina augustiniana.
- Pimentel, António Filipe (2008). “Os Pintores de D. João V e a Invenção do Retrato de Corte”, *Revista do Instituto de História da Arte*, 5, 133-151.
- Saldanha, Nuno (coord.) (1994). *Joanni V Magnifico*. Lisboa: IPPAR.
- Sampaio, António de (1781). *Oração fúnebre que nas exéquias do Muito Alto, e Muito Poderoso, Fidelissimo Senhor D. José I Rei de Portugal, e dos Algarves [...]*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica
- Sanches, António Nunes Ribeiro (1922). *Cartas sobre a educação da mocidade*. Ed. revista e prefácio de Maximiano de Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Santos, Fernando Seabra, Silva, João Gabriel (coord.) (2012). *De Coimbra Universidade alta e Sofia (textos gerais)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Sena-Lino, Pedro (2024). *El-Rei Eclipse. Biografia de D. João V*. Lisboa: Contraponto Editores.
- Silva, Maria Beatriz (2011). *D. João V* (6ª edição). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Siqueira, João de Nossa Senhora da Porta (1786). *Escola de Política [...]*. Porto: Na officina de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Sousa, António Caetano de (1741). *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa [...]*. Tomo VI. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- Tersmedens, Carl (1919). *Memoarer*. Estocolmo: Wahlstrom & Widstrand.
- Troni, Joana Leandro Pinheiro de Almeida (2014). *A casa real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*. Tese de doutoramento em História Moderna, Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/10712> (acesso em 29-09-2025).

**«O PARTO DO HOMEM NOVO»: A CULTURA INTELECTUAL
BRASILEIRA DA REVOLUÇÃO ESTUDANTIL À FUNDAÇÃO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1968-1979)**
**«THE BIRTH OF THE NEW MAN»: BRAZILIAN INTELLECTUAL
CULTURE FROM THE STUDENT REVOLUTION TO THE
FOUNDING OF THE WORKERS' PARTY (1968-1979)**

LUÍS FRANCISCO MUNARO
Universidade Federal de Roraima, UFRR
luis.munaro@ufrr.br
<https://orcid.org/0000-0003-4089-6537>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 24/03/2026

Resumo

O artigo investiga a formação de uma cultura intelectual revolucionária no Brasil entre 1968 e 1979, período marcado pela tensão entre a ditadura militar e a emergência de uma geração influenciada pelo marxismo ocidental, pelo existencialismo e pela contracultura. A partir da análise do ambiente intelectual que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores, passando pela influente obra de Paulo Freire, o estudo examina como ideias, livros e redes acadêmicas atuaram como dispositivos de transformação cultural e política. Argumenta-se que, mais do que uma simples radicalização ideológica, consolidou-se nesse período uma nova epistemologia no interior das universidades brasileiras, em particular a Universidade de São Paulo, caracterizada pela centralidade da práxis, pela crítica à neutralidade científica e pela crença na formação de um «homem novo». Ao articular história das ideias, sociologia dos intelectuais e

análise do campo universitário, o artigo demonstra que a cultura intelectual forjada nos anos 1960 e 1970 moldou decisivamente o imaginário político das décadas subsequentes.

Palavras-chave

Geração de 1968; cultura intelectual; marxismo ocidental; Paulo Freire; Partido dos Trabalhadores.

Abstract

This article investigates the formation of a revolutionary intellectual culture in Brazil between 1968 and 1979, a period marked by tension between the military dictatorship and the emergence of a generation influenced by Western Marxism, existentialism, and the counterculture. Through an analysis of the intellectual environment that culminated in the founding of the Workers' Party, with particular attention to the influential work of Paulo Freire, the study examines how ideas, books, and academic networks functioned as instruments of cultural and political transformation. It argues that, rather than representing a mere ideological radicalization, this period witnessed the consolidation of a new epistemology within Brazilian universities, especially at the University of São Paulo, characterized by the centrality of praxis, a critique of scientific neutrality, and a belief in the formation of a "new man." By combining the history of ideas, the sociology of intellectuals, and an analysis of the university field, the article demonstrates that the intellectual culture forged in the 1960s and 1970s decisively shaped the political imagination of subsequent decades.

Keywords

Generation of 1968; intellectual culture; Western Marxism; Paulo Freire; Worker's party.

O fascínio pelos anos 1960 deriva do cruzamento de dois movimentos simultâneos: de um lado, a forte crença na capacidade transformadora das ideias e das formulações teóricas, de outro, a expectativa de reformas sociais profundas que prometiam inaugurar um novo horizonte histórico, sintetizado na noção de formação de um «homem novo». No Brasil, esse clima cultural se assentava numa contradição aparentemente insolúvel, já que a dispersão das ideias iconoclastas associadas a uma cultura juvenil de experimentação e ruptura se chocava com o regime militar instalado

em 1964, que também reivindicava um projeto de transformação nacional. Militares sexagenários buscaram, inclusive, apropriar-se de parte do vocabulário reformista e revolucionário em circulação, o que teve consequências paradoxais no campo das ideias políticas.

Um primeiro olhar para o problema escancara o caráter firmemente vinculado à ideia de novidade da geração de 1960. Os jovens que se apresentaram como vanguarda se intitulavam anti-imperialistas, socialistas ou existencialistas, evocavam a ruptura necessária para a renovação social num ocidente envelhecido pela chaga do colonialismo. Os eventos de Maio de 1968 colocaram o pensamento transgressivo no epicentro de todo um conjunto de transformações culturais que caminhavam desde a rejeição ao imperialismo à experimentação das subculturas, de modos de vida menos impregnados de capitalismo, além da rejeição à dominação eurocêntrica sobre os marginalizados do mundo.

No Brasil, esse movimento assumiu contornos particulares, articulando referências teóricas e práticas alternativas. Entre elas, destacam-se a recepção das experiências associadas a Mao Tse Tung e a construção da utopia comunista agrária na China; o foquismo de Régis Debray inspirado pelas guerrilhas de Che Guevara e Fidel Castro; a circulação de correntes orientalistas e a contestação de padrões morais tradicionais, inclusive no campo da sexualidade. Nesse conjunto heterogêneo, a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, funcionou como um divisor de gerações, condensando o impulso de ruptura geracional que atravessava o campo intelectual, mesmo que a obra tenha sido publicada inicialmente no Chile em 1968 e somente em 1974 tenha ganhado a sua primeira versão brasileira.

Ao mesmo tempo, o marxismo de matriz leninista começou a ceder espaço a formulações de caráter mais cultural e crítico, deslocando o foco da tomada imediata do poder do Estado para a transformação da consciência e das instituições. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perdeu centralidade como polo de atração cultural e passou a ser visto também como parte das engrenagens burocráticas que urgia descolonizar. Num primeiro momento, parte dessa energia convergiu para a guerrilha urbana; posteriormente, diante do fracasso das armas, deslocou-se para a disputa de ideias e para a ocupação de espaços no interior da sociedade civil e do campo universitário.

No contexto de golpe civil-militar e da Guerra Fria, em que a retórica da ameaça comunista era repetida insistentemente por setores civis e

militares, se coloca o pano de fundo intelectual que este trabalho busca investigar. Seu objetivo é fornecer uma abordagem exploratória do panorama intelectual brasileiro, com particular foco no núcleo formado em São Paulo, especialmente na Universidade de São Paulo, onde se consolidou um novo pensamento que exerceu influência significativa sobre a vida política nacional. Essa transformação intelectual está alicerçada, por um lado, na neofilia, o anseio pela novidade e, por outro, numa rejeição ao passado estruturada num poderoso sentimento de ruptura geracional.

Essa história das ideias e dos livros tem caráter *exploratório*, com elementos ensaísticos, privilegiando autores como Paulo Freire em razão de ilustrarem tendências intelectuais do período, o que não implica desconsiderar a relevância de outros nomes igualmente significativos como Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes. A escolha de Paulo Freire se justifica, nesse sentido, pelo fato de que a sua obra condensa, de forma expressiva, o horizonte intelectual de sua época, articulando não apenas uma proposta pedagógica, mas uma concepção de conhecimento vinculado à práxis e à transformação social. Embora sua atuação institucional na Universidade de São Paulo tenha ocorrido sobretudo a partir de 1980, o trajeto de suas ideias permite iluminar um movimento mais amplo de renovação geracional que encontrou na USP um de seus principais polos de difusão.

Assim, o artigo investiga como uma cultura intelectual forjada no interior da geração de 1968, atravessada pelo marxismo ocidental e pelo existencialismo, contribuiu para a reconfiguração tanto do campo universitário paulista quanto para a fundação do Partido dos Trabalhadores, tendo em Paulo Freire uma figura-síntese do processo. O Partido dos Trabalhadores, na sugestão do artigo, coroa a entrada dos intelectuais na política ao longo dos anos 1970, o que é perceptível pelo amálgama das principais correntes de esquerda em seu interior. Nesse sentido, o problema que orienta este estudo pode ser resumido da seguinte forma: em que medida a cultura intelectual forjada na geração de 1968, especialmente no campo universitário paulista, produziu não apenas uma mudança ideológica, mas uma reconfiguração epistemológica que culminou na institucionalização política representada pela fundação do PT, ele mesmo um partido paulista?

Do ponto de vista teórico-metodológico, este artigo busca inserção na história das ideias e na sociologia dos intelectuais. Seu objetivo não

é reconstituir exaustivamente a recepção das obras analisadas, mas identificar e interpretar os núcleos conceituais que alimentaram uma determinada cultura intelectual no Brasil entre 1968 e 1979. As fontes utilizadas são majoritariamente bibliográficas e documentais, podendo ser referidas como obras primárias de referência intelectual, sobretudo livros publicados no período ou que exerceram influência direta sobre ele (caso dos textos de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Herbert Marcuse, Antonio Gramsci, entre outros). Essas obras são tratadas como intervenções intelectuais, isto é, como ações discursivas que participaram da formação do imaginário político-cultural. Além disso, há o recurso a memórias, depoimentos e reconstruções historiográficas que se apresentam significativas, incluindo relatos de protagonistas, ensaios interpretativos e obras de história política e cultural (como estudos sobre 1968, a ditadura militar, o novo sindicalismo e a fundação do Partido dos Trabalhadores).

O artigo inicia com a descrição das ações intelectuais como aqui são compreendidas: os intelectuais são considerados um grupo social orientado por determinados fins, propenso a desenvolver formas específicas de solidariedade e a atuar, coletiva ou individualmente, em torno de pautas públicas. Seus principais produtos, sobretudo os livros, são entendidos como modalidades de ação que intervêm, ainda que de maneira nem sempre mensurável, na formação cultural de uma sociedade. Ao conjunto dessas práticas, linguagens e representações denomina-se «cultura intelectual». A segunda seção oferece um panorama das obras e correntes que tiveram impacto significativo na geração de 1968, com o objetivo de traçar as matrizes teóricas que moldaram seu horizonte intelectual. Por último, a seção final analisa como esse conjunto de ideias consolidou um sentimento de ruptura com o passado, geralmente expresso em termos de revolução, e como se traduziu em ações concretas de reorganização da vida social e política. Essa dinâmica é examinada com base no processo de formação do principal partido de esquerda do país, o Partido dos Trabalhadores, e nas ideias de seu intelectual mais proeminente, Paulo Freire.

Da cultura intelectual

Antes de examinar o ambiente intelectual brasileiro entre 1968 e 1979 há que esclarecer o sentido em que são empregados conceitos

como intelectual e cultura intelectual. Ao invés de concernir apenas a indivíduos dotados de elevada capacidade pensante ou mesmo prestígio acadêmico, o termo intelectual diz respeito a um grupo social específico, inserido em redes institucionais e disputas simbólicas, e cuja atuação incide diretamente sobre a produção e circulação de ideias. Compreender tal grupo como participante de um campo relativamente autônomo e o seu modo de intervenção social é um passo fundamental para analisar como as formulações teóricas ultrapassaram a abstração e se tornaram historicamente influentes.

Para evitar entrar no território da polêmica alusiva à questão normativa do que «deve ser um intelectual», busca-se por uma definição simplificada segundo a qual os intelectuais são um grupo social que cria e manipula linguagens e, através da criação das linguagens, opera a construção do imaginário coletivo. Como sugere Jean François Sirinelli (1986), o intelectual utiliza sua posição e prestígio para influenciar o debate público e impactar a sociedade em temas que ultrapassam sua especialidade, estando a sua atuação e trajetória relacionada com os grandes movimentos históricos.

Para Raymon Aron, os intelectuais são figuras públicas que, atuando na esfera cultural ou acadêmica, se dedicam a interpretar, criticar e influenciar o curso da sociedade (Aron 1980). Aron critica o papel ungido que o intelectual veio a desenvolver no curso da modernidade, ao assumir a função de guia da sociedade corrompida pelas trevas e em direção a um futuro idealmente imaginado na forma de utopia.

Outro historiador, Eric Voegelin, sugere os intelectuais modernos se engajaram na ideia de uma utopia política que assumiu, ao mesmo tempo, a condição de etapa final da história (2017). Para o autor, a ideia de uma mudança dramática da sociedade numa ou noutra direção foi definitivamente incorporada pela vida intelectual moderna. De fato, ao longo do século XX, a posição gradualista e experimentalista, na qual se estribava o pensamento conservador, se tornou cada vez menos atraente para as elites intelectuais. Pode-se sugerir que a entrada dos intelectuais no debate público extravasou a busca por leituras mais capazes de despertar atenção pública, ainda que muitas vezes menos realistas, ao mesmo tempo em que a burocratização da vida intelectual nas universidades solidificou um discurso autocentrado. Isso pode ser visto ao longo da segunda metade do século XX, quando a própria realidade deu lugar ao texto e tornou-se inacessível, restando apenas le

discours e la *jouissance*. Esta mundivisão teve um impacto significativo sobre a intelectualidade brasileira, objeto de nosso estudo.

A linha de interesse deste artigo também está no interior daquilo que Bourdieu chamou campo intelectual, o campo no qual os indivíduos estão em constante competição pela produção de capital simbólico, que inclui reconhecimento, prestígio e legitimidade intelectual. Campo dentro do qual se desenvolve uma cultura particular, a cultura intelectual. As posições ocupadas pelos agentes no campo dependem de dois tipos principais de capital, «o capital cultural, que se refere ao conhecimento, educação e habilidades acadêmicas, e o capital social, que envolve as redes de relações e influência» (Bourdieu 2004). Além da autonomia do campo e mesmo da dinâmica própria de funcionamento das ideias, essas estão dadas em condições históricas específicas, o que significa pensá-las de forma cuidadosa a partir das condições daquilo que foi dito e mesmo daquilo que poderia ser dito num determinado contexto (Skinner 1969).

O estudo dos intelectuais na história torna perceptíveis vários níveis de ação intelectual, desde aquelas que possuem caráter mais profundo até aquelas mais explosivas e superficiais. Isso pode ser percebido pelo grau de duração das ideias num tecido cultural ou social. Na famosa distinção elaborada por Antonio Gramsci, em seu escrito sobre «os intelectuais e a organização da cultura», os intelectuais com maior grau de consciência sobre as mudanças em curso e, portanto, com maior capacidade de ações de longo prazo, comporiam um «estrato coesivo», em oposição ao «estrato de homens comuns» que, apesar de serem dotados de capacidade de ação intelectual, não seriam capazes de enxergar mudanças em perspectiva histórica. No meio do caminho estaria o «estrato intermediário» que faria a ligação entre as ideias mais esotéricas produzidas por uma elite intelectual e o estrato dos homens comuns (Gramsci 1982). É no primeiro estrato, o dos intelectuais criadores de linguagens, que está centrado este artigo.

Esse esquema torna a questão da ação intelectual mais fácil de ser percebida: escritores que se reúnem em torno de uma ideologia com características muito esotéricas e de difícil apreensão desenvolvem um senso de identidade própria, e suas construções teóricas se esparramam para outras camadas da sociedade através desses estratos intermediários que poderiam ser identificados com publicistas, jornalistas, dramaturgos, atores, intérpretes de todo o tipo que possuem maior visibilidade pública. Estes funcionam como difusores de slogans que podem se

transformar numa cultura política, uma vulgata acessível a um número maior de indivíduos. Assim, o fato de um conjunto de ideias ser de difícil decodificação não quer dizer que a sua influência seja pequena, mas sim apenas muito mais difusa. Para exemplificar, qualquer um que tentasse a leitura de Giorgy Lukacs teria dificuldade em aceitar a ideia de que a sua obra se tornou um dos conjuntos de textos mais influentes da literatura política ocidental.

Essas noções sobre o intelectual e sua participação no debate público permitirão que entendamos o papel assumido por uma categoria relativamente restrita nos anos 1960 e 1970, durante o período do regime militar no Brasil, quando as fundações de um novo pensamento político foram construídas. Nesse contexto, entraram em cena intelectuais de estrato mais profundo como Florestan Fernandes e Paulo Freire, que viriam a se tornar extremamente influentes sobre o debate público brasileiro e, sobretudo, nos meios universitários, que são os meios formadores das novas gerações de profissionais. Dada a limitação de espaço, nossa atenção se concentrará em Paulo Freire como uma espécie de «divisor de águas» e «texto-síntese» da intelectualidade nacional e na fundação do Partido dos Trabalhadores (1979-1980) como o meio de entrada na política de uma grande quantidade de intelectuais desejosos de participar do debate público ao longo dos anos 1970 (Munaro 2024).

A geração de 1968

Tendo esboçado o conceito de «cultura intelectual», torna-se possível investigar o momento histórico em que essa cultura adquiriu direcionamento. A geração de 1968 não deve ser entendida apenas como um conjunto de mobilizações estudantis, mas como um ponto de virada no imaginário político e nas referências teóricas de parcela significativa da juventude universitária brasileira, em particular a paulista. Nesta seção do artigo, intenta-se reconstruir, de forma limitada, parte do repertório de leituras, autores e debates que configuraram esse horizonte de expectativas, identificando parte dos elementos que permitiram a passagem da contestação à formulação de propostas políticas mais densas.

A geração de 1968 foi marcada pela centralidade do livro e do debate teórico. O estudo clássico de Zuenir Ventura sobre o «ano que não acabou» registra, entre os *best sellers* do ano, nomes como Marx, Mao,

Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer e Marcuse. Esses indicadores de leitura referem-se sobretudo aos principais centros de consumo editorial da época, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Se o Rio de Janeiro foi o centro simbólico da política nacional até os anos 1950, São Paulo tornou-se, nas décadas seguintes, o principal espaço de reorganização do campo intelectual brasileiro.

A importância de Marx, Mao e Marcuse é identificada num grande número de memórias escritas por opositores de esquerda – muito embora com peso variável – como Jacob Gorender (1987), Celso Lungaretti (2005), Marco Antonio Tavares Coelho, Leandro Konder (2008), Ricardo de Azevedo (2020) e Paulo Cannabrava Filho (2003). Marx, Mao e Marcuse formariam os «3 emes» pelos quais lutavam os revolucionários estudantis franceses. As referências do «marxismo ocidental» foram complementadas pelas obras de teor existencial de James Joyce, Herman Hesse e Norman Mailer. Joyce inaugurou as técnicas de experimentação narrativa, sobretudo em *Ulysses*, enquanto Herman Hesse se transformou num dos símbolos da contracultura e Mailer produziu textos em que o indivíduo se contrapunha à sociedade de massa. À lista de Ventura, há que acrescentar *Quarup*, de Antonio Callado que, embora publicado em 1967, descreveu a transição de um jovem padre para o universo comunista, antecipando na ficção os traços da teologia da libertação que remoldariam a religiosidade brasileira ao longo da década seguinte. Em todas estas obras, há uma rejeição visceral ao conforto burguês ou à vida gregária da sociedade capitalista.

Outra contribuição decisiva à difusão do pensamento marxista no Brasil partiu da editora Civilização Brasileira que, sob o comando de Enio Silveira, produziu edições integrais d’*O Capital* em língua portuguesa, além da trilogia sobre *Trotsky* de Isaac Deutscher que tornou o trotskismo popular entre estudantes brasileiros e setores intelectualizados. Também as ideias do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, que «iniciava a autópsia do racionalismo colonialista francês» ao analisar os traumas psíquicos e políticos do colonialismo, contribuíram de maneira expressiva para a formação de um imaginário anti-imperialista (Gaspari 2014, vol. 1: 251). Posteriormente, tais formulações ofereceriam fundamentos importantes para aquilo que hoje se convencionou chamar de «pensamento decolonial».

Neste ponto, é importante ressaltar que os indivíduos recorrem às obras, à cultura intelectual, buscando respostas para as angústias do seu

tempo. E estas obras, na condição elas mesmas de ações, encaminham os indivíduos numa ou noutra direção, movem-nos muitas vezes inflamando-os, dotando-os de expectativa por transformações sociais dramáticas. Se, para exemplificar, Marcuse já figurava nas listas de mais vendidos em detrimento de Antonio Gramsci, isso se dava pela ênfase libertária na revolução sexual fornecida pelo primeiro, mais ao gosto dos jovens de cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro. A superioridade da recepção de Marcuse diante de Gramsci, como sugerem intelectuais como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, ambos futuros integrantes do Partido dos Trabalhadores, se justificou por ser o primeiro um autor que propunha soluções imediatas que soavam mais musicais, davam mais ênfase para o sexo libertador e para a contracultura, ao invés do laborioso e disciplinado trabalho de infiltração cultural e formação de conselhos operários do segundo (Ventura 2018: 57).

Marcuse teve três livros que permaneceram entre os mais vendidos de 1968: *Eros e Civilização*, *Ideologia da Sociedade Industrial* e *Materialismo histórico e existência* (Ventura 2018: 68). O primeiro deles se tornou o mais importante. Apesar da linguagem prolixa, a ideia central da revolução de Marcuse é bastante simples: fracassado o comunismo pela via da revolta do proletariado, que se tornou demasiado dócil aos interesses capitalistas, a revolução deveria explorar rotas alternativas e remoldar o consciente do «homem unidimensional». Estas rotas alternativas deveriam percorrer os elementos marginalizados do sistema capitalista mundial, desde minorias raciais, estudantes contestadores, indivíduos considerados desajustados, até mesmo aqueles criminosos.

Tratava-se de um pensamento orientado para a ação, no qual a elaboração teórica vinha acompanhada de uma dimensão formativa que envolve a crítica à interiorização da dominação e a desconstrução (para utilizar outra palavra que se tornaria popular) da racionalidade. Com ele dialogou de perto a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, publicada em 1968 no Chile. Se para Marcuse o fracasso do socialismo ocorre pela «interiorização da dominação repressiva», que é aceita pelos indivíduos devido à repressão das pulsões de vida (Eros) (Marcuse 1981), para Freire, «o fracasso está no fato de que os oprimidos reproduzem as atitudes dos opressores ao alcançar o poder, pois têm medo da liberdade» (1970).

Ao longo dos anos 1960 também foram publicadas importantes obras de Florestan Fernandes como *Educação e Sociedade no Brasil* (1966) e *A*

Revolução Burguesa no Brasil (1966), ambas baseadas na crítica marxista do capitalismo. Florestan Fernandes foi o maior intelectual brasileiro nos anos 1960 pela dimensão de sua influência e sua capacidade de atuar sobre o horizonte de consciência de várias gerações de brasileiros. Sua paternidade intelectual sobre os cursos de ciências sociais no Brasil é atestada não apenas pelo predomínio das suas ideias sobre dependência e imperialismo, mas também por preferências intelectuais explícitas dos docentes universitários que o relatam como a maior influência sobre sua própria formação (Rodrigues 2019). A constatação de que Florestan foi o mais importante intelectual por si só explica pouca coisa: havia um pano de fundo existencial nos anos 1960 que fornecia indícios de uma transição mais profunda. A mentalidade se tornava, por um lado, iconoclasta, queria romper com o peso do passado e, por outro, montar uma nova sociedade revolucionária, para isso construindo também um novo conhecimento. Em outras palavras, ela ansiava pelo «novo».

No contexto mais específico da «aventura cintilante da guerrilha» entre os anos 1968 e 1970, os escritos de Mao, Che e Debray tiveram o papel de cartilhas que funcionavam como convites para ação, papel que seria desempenhado, embora em grau menor, pelo *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* escrito por Carlos Marighella em 1969. Apesar de ser um pequeno opúsculo de cinquenta páginas, o Manual foi um sucesso extraordinário, tornou-se o texto político brasileiro mais citado na literatura internacional da época e deu a Marighella, nas décadas seguintes, a qualificação de ideólogo, teórico, patrono da guerrilha urbana e estrategista do terror (Gaspari 2014, vol. 2: 922).

Ainda que houvesse um convite constante à prática revolucionária, seja pelo sexo ou pelas armas, havia também, entre os jovens estudantes, uma grande curiosidade pelas ideias teóricas. Na *Revista Civilização Brasileira*, polo da intelectualidade de esquerda nos anos 1960, inúmeros debates foram travados entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária. A editora liderada por Enio Silveira publicou, em 1968, *Georg Lukács: Marxismo e Teoria da Literatura*, de Carlos Nelson Coutinho, além das obras de Nelson Werneck Sodré (ao longo da década de 1960): *Fundamentos da Economia Marxista*, *Fundamentos da Estética Marxista*, *Fundamentos do Materialismo Histórico* e *Fundamentos do Materialismo dialético*.

Com o avanço dos anos 1970, significativos pelo esmagamento da guerrilha e do Partido Comunista, tanto a ortodoxia soviética quanto os exemplos de Ho Chi Minh e Che Guevara foram substituídos por

outras linguagens táticas e estratégicas. A ditadura do proletariado de Lenin foi substituída pela «guerra de posição» de Antonio Gramsci. O marxismo político que buscava o poder do Estado foi substituído por uma nova forma de marxismo que objetivava a transformação das instituições e do senso comum. Um enorme leque de autores entrou nesse debate e reeducou gerações de intelectuais. Marco Antonio Perruso realizou importante tese doutoral sobre a produção intelectual brasileira, em especial a paulistana, nesse período. Para o autor, referindo-se aos anos 1970, que são caracterizados pelo endurecimento (1969-1973) e afrouxamento da ditadura (1974-1979),

os novos posicionamentos da esquerda, que tinham também uma marca geracional, bebiam de diversas fontes e interagiam com diversas vertentes de pensamento contestador: Trotsky; o grupo Oposição Operária, na União Soviética; o Gramsci dos Conselhos Operários (e não o Gramsci do 'bloco histórico' e do 'arco de alianças'); o marxismo conselheirista de Pannekoek; Rosa Luxemburgo e a defesa do 'espontaneísmo'; Marcuse; Merleau-Ponty; o grupo Socialismo ou Barbárie de Castoriadis e Lefort; Guy Debord e os situacionistas; o pós-marxismo e o pós-estruturalismo de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari (Perruso 2008: 42).

Essa síntese permite visualizar o estabelecimento de uma nova cultura de esquerda no ambiente universitário e, nesse sentido, merece ser desenvolvida com mais detalhes, dada a sua importância para a constituição de uma cultura intelectual paulista com projeção nacional. A Oposição Operária se tornou célebre enfrentando o crescimento do poder de Stalin na União Soviética, defendia a liberdade de debate entre as várias tendências comunistas, a autogestão operária em contraposição à tendência de burocratização numa linha crítica similar à que desenvolveu Leon Trotski (1879-1940). Apesar das disputas intermináveis entre as facções trotskistas e outros estratos comunistas, as suas ideias vingaram no Brasil alimentando pequenos grupos que mais tarde seriam incorporados pelo Partido dos Trabalhadores na forma de tendências como Convergência Socialista e Democracia Socialista.

O que Perruso identifica como o Antonio Gramsci (1891-1937) dos «conselhos» operários sugeria um desvio das formas tradicionais de organização sindicais, buscando se pautar pela autogestão da classe trabalhadora e não pela negociação com o «Estado burguês» (Gramsci

1919). Estes conselhos funcionariam como escolas de formação política para os trabalhadores e se desenvolveriam em paralelo ao Estado, abrindo uma disputa real pelo controle da sociedade, elementos que viriam a inspirar o novo sindicalismo dos anos 1970, principal força fecundante do Partido dos Trabalhadores e de onde saiu a sua maior liderança, Luís Inácio Lula da Silva. É nesta mesma direção que devem ser interpretados os escritos de Anton Pannekoek (1873-1960) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), para os quais os trabalhadores deveriam buscar vinculações *autônomas* e não depender de uma liderança centralizada ou de uma elite partidária (Mendonça, Oliveira 2007). Além disso, sugeriam que o impulso para a revolução se desenvolveria através das próprias lutas e experiências dos trabalhadores, o que viria a ser entendido, nas Ciências Sociais brasileiras, como uma fenomenologia. Nestes estudos, que se multiplicaram exponencialmente nos anos 1970, buscava-se deixar de lado o «dirigismo» e mergulhar na vida do trabalhador, ao mesmo tempo que se fornecia assessoramento aos órgãos operários.

No que diz respeito a Herbert Marcuse (1898-1979) e Merleau Ponty (1908-1961), o primeiro vinculado à Escola de Frankfurt e o segundo à fenomenologia, apesar de linhas de raciocínio bastante distintas, compartilhavam a crítica à sociedade de consumo, além de defenderem a experiência para a formação de uma imagem do mundo: se o segundo escorou as suas ideias numa fenomenologia, o primeiro sugeria uma «sensibilidade radical» através da qual se poderia despertar a consciência crítica e revolucionária. Marcuse, como vimos, apresentava uma visão radicalmente revolucionária da sociedade, em que o impulso de morte, Tanatos, apenas seria vencido pelo potencial erótico, Eros, «a energia criativa e vital dos seres humanos» dotada do potencial revolucionário. Por isso, Marcuse fez a sua controversa escolha pelo lumpemproletariado em detrimento do proletariado domesticado, em opção que seria endossada mais tarde pela liderança do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad (1998). Também devem ser consideradas as inúmeras contribuições do pensador da Escola de Frankfurt Eric Fromm para o pensamento da revolução estudantil, sobretudo no que concerne à ideia de «orientação necrofílica» das sociedades burguesas, o que permite compreender o uso contínuo da oposição biofilia e necrofilia pelo intelectual Paulo Freire (1978, 1987).

Os teóricos Cornelius Castoriadis (1922-1997), Claude Lefort (1924-2010) e Guy Debord (1931-1994) mantiveram os elementos de crítica

ao conformismo nas sociedades modernas, apresentando um ideário de autonomia que se refletiu na famosa «pedagogia da autonomia» de Paulo Freire (Freire 1996). Segundo esse ideário, a emancipação humana só seria possível se as pessoas criassem e transformassem suas próprias instituições sociais. Isso serviu de pressuposto para as noções referentes a uma «democracia radical», a crença na ação direta dos trabalhadores e na necessidade de transformações culturais profundas para que a sociedade emancipada fosse possível. Embora os autores mencionados tivessem partido do marxismo, a ideia de que a história estaria calcada em «leis inexoráveis» não cabia em sua forma libertária de perceber a sociedade humana, ao mesmo tempo que a ortodoxia soviética criava, sobretudo no mundo europeu, um estigma sobre a herança marxista (Costa 2024; Damasceno 2018).

Além dos autores supramencionados, cabe um necessário aparte para o existencialismo de Jean Paul Sartre, para o qual o indivíduo humano, em seu processo de autoconstrução, deve manifestar liberdade absoluta mesmo em situações de opressão ou dificuldade. Esse pensamento libertário possui relação conflituosa com o marxismo, uma vez que este não admite espaço para o «voluntarismo» individual. Se o existencialismo enfatiza a liberdade radical e individual, o marxismo, especialmente em suas formas mais deterministas, dá primazia às condições históricas e econômicas que limitam a ação humana (Kolakowski 2022). Sartre absorveu o marxismo sobretudo através da ideia de que os indivíduos são agentes livres dentro das estruturas históricas e sociais, sendo moldados pelas condições materiais e sociais que devem trabalhar para romper. Isso poderia ser visto, em seu tempo, nos vários movimentos de descolonização.

Mais tarde, a entrada em cena de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, como observado por Marco Antonio Perruso, marcou um deslocamento decisivo no interior da intelectualidade universitária paulistana, com repercussões no Brasil inteiro, contribuindo para a consolidação de um horizonte teórico frequentemente associado ao pós-estruturalismo. Suas obras aprofundaram a crítica às pretensões universalistas da ciência e às bases epistemológicas da modernidade, deslocando o foco para as relações entre saber, poder e linguagem. Embora essas formulações tenham começado a circular ainda nos anos 1970, sua incorporação sistemática no debate acadêmico brasileiro tornou-se mais visível a partir das décadas de 1980 e 1990.

O parto do homem novo

Se a seção anterior buscou reconstruir parte do repertório intelectual da geração de 1968, esta desloca o enfoque para os desdobramentos históricos da cultura de ruptura e neofilia. O que interessa aqui é compreender como um conjunto heterogêneo de ideias provenientes do marxismo ocidental, do existencialismo, da teologia da libertação e das novas linguagens críticas, foi cada vez mais transformado em novas formas de organização e projetos políticos. A fundação do Partido dos Trabalhadores constitui, nesse sentido, um momento privilegiado que permite perceber a condensação desse processo, já que representa a passagem da contestação à institucionalização.

Os elementos literários assimilados pela geração de 1968 desempenharam papel relevante na preparação de uma cultura política que orientaria a transição ao longo dos anos 1970. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionadas pela teologia da libertação, o novo sindicalismo e os novos movimentos sociais emergentes articularam-se em torno de gramática política com fisionomia latino-americana, centrada na crítica à herança colonizatória e às formas contemporâneas de dependência. O resultado foi uma síntese brasileira, na qual circulação de ideias e experiências históricas nacionais se combinaram na formulação de novos projetos políticos.

As ideias construídas pelos intelectuais atuantes na Universidade de São Paulo (USP) e que viriam a fazer parte do Partido dos Trabalhadores são uma forma de enxergar parte desse processo e constituem uma etapa de estudo exploratório necessária para a compreensão da intelectualidade brasileira contemporânea. Estes intelectuais ofereceram a sua consciência para aglutinar as Comunidades Eclesiais de Base, movimentos sociais, novo sindicalismo e grupos trotskistas remanescentes, pautando-se pela urgência de «ir ao povo». Eles nutriam uma inclinação para a ruptura com o passado, ao mesmo tempo em que criticavam o legado populista do Partido Comunista. Tinham em média 28 anos em 1968 e 39 anos quando da fundação do PT e condensavam a vontade de interagir e se identificar com o povo, o que os fazia ir para os movimentos sociais, buscando *novas* formas de verbalizar as experiências dos *de baixo*, o que, na avaliação de Marco Antonio Perruso, «só era possível a partir de um reconhecimento radical por parte do campo intelectual novo que se forjava, da legitimidade teórica e analítica das experiências populares»

(2008: 114). Noutra ocasião, fundamentamos a importância do PT como um espaço comunicativo fundamental que ilustrou o espírito de transformação dos anos 1970, apresentando também uma síntese de seus principais intelectuais fundadores e seus quadros etários (Munaro 2024).

No contexto da busca pelo novo, o marxismo se fragmentou num repertório cultural bem mais amplo e difuso que buscava encontrar o povo em sua luta contra a opressão na sociedade burguesa. As memórias da oposição de esquerda no período costumam enfatizar o caráter onipresente da política e do marxismo como chave interpretativa do mundo. Vera da Silva Telles, socióloga vinculada à USP, sugere sobre o ambiente de militância política nos anos 1960 e 1970 que «a entrada em alguma forma de participação política era algo quase inescapável» (apud Perruso 2008: 140). Comentando sobre o mesmo clima intelectual que envolvia a busca pelos movimentos populares e a adoção de novas formas de marxismo, o também sociólogo da USP José Alvaro Moisés lembra que «o marxismo aparecia como uma disciplina no programa das ciências sociais e ao mesmo tempo era um objeto de controvérsia e de debate muito intenso». E ainda que «Gramsci foi uma influência extremamente importante nesse momento em que eu começava já a desenvolver uma visão crítica do marxismo. A leitura gramsciana foi que me levou a questionar mais profundamente o próprio marxismo» (apud Perruso 2008: 152-3). O também futuro integrante do Partido dos Trabalhadores Ricardo de Azevedo, ao longo dos anos 1970 em exílio na Europa, lembra que as leituras do período levavam à conclusão «de que o caminho para a revolução no mundo ocidental, do qual a América Latina faz parte, talvez como sua porção mais atrasada, passa por Gramsci» (Azevedo 2020: 165-6). Gramsci surgiu, neste contexto, como um oriente para o ingresso da esquerda na disputa institucional.

A pressão do regime militar acabou reunindo a igreja progressista aos movimentos populares, principalmente através das CEBs, mas envolvendo também altos prelados. Causas como a reforma agrária aproximaram os clérigos de esquerda da intelectualidade marxista, convertendo muitos ao marxismo por meio da «teologia da libertação». A repressão ao clero não teve, como resposta, um conflito aberto, mas a adoção da oposição cultural ao governo. Segundo Scott Maiwearing, «o resultado disso foi que, nos anos 1970, a Igreja católica brasileira virou, provavelmente, a mais progressista do mundo, e a Teologia da Libertação se tornou a maior contribuição latino-americana ao pensamento católico»

(apud Barros 2022: 13). Outro dos elementos que permitem identificar a guinada da igreja para a esquerda foi o famoso Movimento do Custo de Vida (MCV), típico movimento social dos anos 1970 que seria um dos fermentos para a formação do Partido dos Trabalhadores e que encarnava a insatisfação dos setores civis com a crise econômica do governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Havia, portanto, condições sociais críticas agravadas pela crise econômica de 1973 que tornaram possível colocar em prática algumas das ideias que começaram a ser gestadas nos anos 1960. As ideias existiam, mas ganharam a sociedade quando repercutiram as demandas de indivíduos concretos, quer dizer, caminharam na direção do povo. O aumento da insatisfação contra o regime militar favoreceu os grupos de oposição armados de livros e não mais de fuzis. O papel de representante da «sociedade civil» foi assumido pelo Partido dos Trabalhadores e, em seu interior, a intelectualidade marxista na condição do que se definiu, ao início, como estrato coesivo (Munaro 2024). É no estrato coesivo que reside o horizonte de consciência necessário para projetos de poder de longo prazo (importa lembrar que o PT governa o Brasil desde 2002, com intervalo entre 2015 e 2022).

Alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros, quase todos de estrato marxista (com a exceção mais nítida de Sérgio Buarque de Holanda), tomaram assento na construção de um partido popular que deveria aglutinar as demandas da sociedade civil em torno de uma «nova hegemonia», um intelectual coletivo na formulação de Antonio Gramsci⁽¹⁾. Se o Partido dos Trabalhadores ilustra essa canalização da energia política, intelectual e mesmo social, a obra de Paulo Freire consegue ilustrar a reunião de todos estes elementos dispersos numa só filosofia.

O pai da *pedagogia do oprimido* é considerado o intelectual mais importante do Partido dos Trabalhadores, não necessariamente pelo seu papel na fundação do Partido, mas pelo alcance de suas ideias (Haddad 2022). A questão que se coloca é como Paulo Freire repercutiu o clima intelectual dos anos 1960 e 1970 transformando-o num pensamento «libertador» que ajudaria a transformar a fisionomia da intelectualidade

(1) O intelectual coletivo diz respeito à «organização ou grupo que desempenha a função de produzir, articular e difundir ideias que orientem e legitimem os interesses de uma classe social, especialmente no contexto das disputas por hegemonia. Em vez de ser uma figura solitária, o intelectual, nesse caso, é entendido como parte de um organismo mais amplo, como um partido político, sindicato ou movimento social» (1985).

brasileira. A obra *Pedagogia do Oprimido*, muito embora revista mais tarde pelo autor, contém os principais elementos da cultura intelectual que, nos anos 1970, ganharam um espaço crescente. Ela consiste de uma crítica marxista ao processo educacional nas sociedades ocidentais e contém um apelo «biofílico» à transformação da humanidade. Se, por um lado, incorpora o marxismo e o existencialismo como linguagem contracultural, por outro adota uma *pedagogia*, a ideia de *conduzir, ensinar* ou, no caso, *produzir autonomia* (Freire 1996). A pedagogia, assim, é um convite à ação, à *práxis*, que na linguagem marxista é a síntese entre teoria e prática, onde o conhecimento da realidade (teoria) é aplicado de maneira ativa para transformá-la. Portanto, a ideia de uma pedagogia tradicional, em que o estudante é conduzido à verdade científica, não pode existir de forma independente de um propósito político, que é a revolução biofílica. A própria verdade não se desprende das condições sócio-históricas em que um discurso está inserido, sempre sendo um dispositivo do poder (como se chamaria mais tarde) e só sendo alcançada na ação revolucionária. O conhecimento só pode existir conquanto seja parte da transformação em direção a uma situação em que não haja opressor e oprimido, quer dizer, não haja classes sociais, caso contrário, trata-se de uma falsa consciência. Essa é uma ruptura epistemológica com relação à noção de uma ciência e de um conhecimento neutros, sob a roupagem de uma nova pedagogia.

Paulo Freire reuniu os principais elementos disponíveis na cultura de esquerda em sua época: o marxismo ocidental e a noção marxista de *práxis*, a teologia da libertação e o humanismo cristão do Concílio Vaticano II, o existencialismo de Jean Paul Sartre e Heidegger (mas também Karl Jaspers), a visão pedagógica como crítica radical, a fenomenologia e a literatura sobre movimentos sociais. Essas vozes convergiram na formulação de uma pedagogia revolucionária comprometida com a emancipação social, tornando Paulo Freire uma das figuras mais importantes não apenas da pedagogia crítica, mas de um fenômeno difuso a que se poderia chamar «cultura intelectual brasileira».

O objetivo central da pedagogia de Paulo Freire é a demolição do sistema cultural para a criação de um «homem novo» purgado da herança colonizatória e da opressão das classes sociais. Inspirado pela cultura intelectual de seu tempo, Freire acreditava no poder das ideias para impulsionar os «videntes» a se libertarem da condição do trabalho alienante, da divisão do trabalho e da conseqüente formação de classes

sociais. Sua frase «quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor» se tornou, muito embora nem sempre compreendida no contexto marxista em que foi proferida, axiomática. O capital cultural herdado precisaria ser objeto de crítica radical, visando sua desconstrução e substituição pelos saberes dialéticos da sociedade emancipada. A promessa do «humanismo radical» remete à superação das hierarquias, o que começa na sala de aula, com as crianças ou adultos em processo de alfabetização, por meio da substituição da educação bancária em que o professor detém conhecimentos que «deposita» nos alunos. O projeto pedagógico freiriano não alcança necessariamente um fim e, portanto, é um processo ininterrupto, uma «revolução cultural permanente» (Freire 1985: 86).

Voltando-se para o papel da Igreja, a base que forneceu capilaridade ao Partido dos Trabalhadores, Freire sugere que esta não deveria ser um convite à estabilidade, ou provedora de uma zona de conforto ao fiel, mas sim um impulso à revolução da mesma forma que as escolas. Num fragmento de uma obra menor que sintetiza, por um lado, o apelo juvenil e revolucionário e, por outro, o convite à luta contra o capitalismo e o imperialismo, Freire sugere que a Igreja não tem mais «condições de responder aos anseios de uma juventude inquieta, utópica e biófila que já não suporta falar uma linguagem medieval». A juventude da América Latina «sabe muito bem que o problema fundamental não é a ‘preguiça do povo’, a sua ‘inferioridade’ ou a sua ‘falta de educação’, mas sim o Imperialismo, não como abstração ou slogan, mas como uma realidade tangível, como presença invasora e destruidora» (Freire 1978: 21). A libertação do imperialismo e do colonialismo permitiria o surgimento de um homem novo: «A libertação, por isto, é um *parto*. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um *homem novo* que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos» (1987: 23, grifos nossos).

Considerações

Ao término da reflexão deste artigo, é possível constatar que, com sua truculência e hostilidade à cultura intelectual, a *ditadura civil militar empurrou a intelectualidade para a oposição esquerdista que assumiu o marxismo como uma linguagem de contestação*. Além disso, o percurso aqui delineado

permite sustentar que a geração de 1968, longe de representar apenas um momento de radicalização estudantil, constituiu um ponto de inflexão na história intelectual do Brasil. Entre 1968 e 1979 consolidou-se, sobretudo no interior da Universidade de São Paulo, uma cultura intelectual marcada pela centralidade da práxis, pela crítica à neutralidade científica e pela crença na transformação histórica conduzida por sujeitos coletivos que teve impactos duradouros no tecido cultural brasileiro.

Além disso, importa constatar que durante o regime militar houve o deslocamento do eixo intelectual brasileiro do Rio de Janeiro para São Paulo, quando a Universidade de São Paulo (USP) se tornou a maior protagonista da formação de intelectuais nacionais firmando-se como principal polo nacional de pesquisa até hoje. Nesse contexto, estão os indícios de uma nova cultura intelectual que acabou, de forma paradigmática, se expandindo pelo Brasil com o processo de formação de novos doutores.

Por fim, sugeriu-se que a fundação do Partido dos Trabalhadores representou a tradução institucional desse processo, não tendo significado apenas a criação de um novo partido, mas a conversão de capital simbólico acumulado no campo universitário em política organizada. Foi nesse movimento que Paulo Freire surgiu como figura-síntese, não apenas por sua pedagogia, mas por ter condensado uma nova concepção de conhecimento como intervenção histórica. A cultura intelectual forjada nos anos 1960 e 1970 reconfigurou o horizonte epistemológico e político do país, moldando de forma duradoura o imaginário das décadas subsequentes.

Bibliografia

- Aron, Raymond (1980). *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Azevedo, Ricardo (2020). *Por um triz. Memórias de um militante da AP*. São Paulo: Terra redonda.
- Barros, Celso Rocha (2022). *PT. Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre (2004). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Freire, Paulo (1978). *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*. São Paulo: Edições Base.

- « — » (1987). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- « — » (1996). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gaspari, Elio (2014). *Coleção Ditadura* (5 vols) (recurso digital). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Gramsci, Antonio (1919). “Democracia operária”. Disponível em: <https://11nq.com/VuEaY> (acesso em novembro de 2024).
- « — » (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira.
- Haddad, Sérgio (2022). *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavia.
- Kolakowski, Leszek (2022). *Principais linhagens do marxismo*. 3 volumes. São Paulo: Vide Editorial.
- Marcuse, Herbert (1981). *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mendonça, José Carlos, Oliveira, Taiguara Belo (2007). “Organização política na concepção dos comunistas de conselhos”, *Revista Enfrentamento*, 3, 11-16.
- Perruso, Marco Antonio (2008). *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese (Doutorado), UFRJ.
- Rodrigues, L. S. (2019). “Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os “intérpretes do Brasil””, *Estudos Históricos*, 32, 67, 500-529. <https://s11nk.com/5vpIq> (acesso em 17/12/2024).
- Sirinelli, Jean François (1986). “Le hazard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels”, *Vingtième Siècle Revue d’Histoire*, 97-108. Paris: Sciences Po University Press.
- Ventura, Zuenir (2018). *1968: O Ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Voegelin, Eric (2017). *História das ideias políticas*. Volume 8. São Paulo: É realizações.

**GENEALOGIA E ORIGINALIDADE DO PROGRAMA⁽¹⁾ DE
INTERVENÇÃO MUSICAL DE JOSÉ AFONSO: DA MÚSICA
LIGEIRA À MÚSICA POPULAR**
**GENEALOGY AND ORIGINALITY OF JOSÉ AFONSO'S
MUSICAL INTERVENTION PROGRAMME: FROM LIGHT
MUSIC TO POPULAR MUSIC**

CÉSAR RODRÍGUEZ CAMPOS
NOVA FCSH, Centro de Estudos em Música (CESEM)
cesarguez@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6573-5196>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/05/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 25/02/2026

Resumo

Este estudo analisa o programa de intervenção musical de José Afonso (1929-1987) na sociedade portuguesa entre 1969 e a Revolução dos Cravos. O artigo examina as raízes ideológicas do seu projeto e o diálogo crítico com o neorealismo, em particular com Fernando Lopes-Graça. Afonso partiu do folclore rural como expressão identitária e instrumento pedagógico, mas reformulou essa herança ao

(1) Ao longo do texto, o termo «programa» é utilizado na sua aceção corrente na teoria das artes, enquanto conjunto articulado de princípios, diagnósticos e objetivos que orientam práticas e estratégias destinadas a intervir e a transformar um determinado campo artístico-cultural (Rancière 2000: 26). O ideário de José Afonso seria programático no sentido de possuir uma finalidade transformadora no plano do sensível e, por extensão, no plano político.

integrar elementos da música urbana e popular. Defendeu que a música ligeira só se tornaria verdadeiramente popular se expressasse experiências coletivas, valores solidários e formas de vida partilhadas, sendo apropriada pelas classes populares para além da lógica comercial. O seu objetivo foi elevar a literacia cultural e combater a «contaminação estética» do Estado Novo, usando a música como meio de transformação ética, estética e social.

Palavras-chave

José Afonso; Canção de Intervenção; música popular; neorealismo; Lopes-Graça.

Abstract

This study examines José Afonso's (1929–1987) musical intervention program in Portuguese society between 1969 and the Carnation Revolution. It explores the ideological roots of his project and its critical dialogue with neorealist cultural theory, particularly Fernando Lopes-Graça. Afonso initially drew on rural folklore as a source of collective identity and pedagogy, but later redefined this framework by incorporating urban and popular music. He argued that light music could only become genuinely popular if it conveyed shared social experiences, collective values, and everyday forms of life, and if it was appropriated by the people beyond purely commercial mechanisms. His aim was to raise cultural literacy and resist the "aesthetic contamination" promoted by the Estado Novo, promoting music as an instrument of ethical, aesthetic, and social transformation.

Keywords

José Afonso; Protest Song; popular music; neorealism; Lopes-Graça.

Introdução

A consolidação da chamada Canção de Intervenção no final do Estado Novo constitui um fenómeno cultural relevante na história contemporânea portuguesa. Longe de configurar um bloco estilístico homogéneo, o movimento agregou práticas musicais diversas, unidas por um horizonte político comum e por uma partilha geracional de inquietações estéticas. Como tem sublinhado Maria de São José Côrte-Real, a própria designação apresenta dificuldades conceptuais, na medida em que não corresponde a um género formalmente delimitado, mas a

uma categoria historiográfica que abrange experiências heterogêneas, nem sempre coincidentes do ponto de vista musical ou performativo (Côrte-Real 1996: 141-142).

Neste quadro plural, a obra de José Afonso (Aveiro, 2 de agosto de 1929 – Setúbal, 23 de fevereiro de 1987) ocupa posição central. A sua produção tornou-se emblemática da resistência cultural ao regime, mas a leitura do seu percurso não pode limitar-se à análise das suas práticas compositivas ou interpretativas. Entre 1969 e 1974, as suas declarações na imprensa delinearão um conjunto coerente de posições sobre música popular, tradição, gosto e função social da arte que permite falar – com as devidas reservas metodológicas – num programa de intervenção musical.

A utilização desta expressão exige, contudo, clarificação prévia. O termo «programa» não designa um manifesto formalmente sistematizado nem uma autodefinição explícita do cantor. Trata-se antes de uma categoria analítica reconstruída *a posteriori*, destinada a identificar um conjunto articulado de princípios, diagnósticos e objetivos que orientam práticas e estratégias destinadas a intervir e a transformar um determinado campo artístico-cultural (Rancière 2000: 26). A sua legitimidade assenta no princípio, formulado por Carl Dahlhaus, segundo o qual a historiografia musical reconstrói nexos de sentido a partir da articulação entre práticas, ideias e contexto histórico (Dahlhaus 1983: 20-24). Assim entendida, funciona como operador heurístico.

A abordagem aqui proposta inspira-se, além disso, na metodologia genealógica tal como formulada por Michel Foucault. A genealogia não procura uma origem fundacional, mas visa desmontar a ilusão de continuidade e remontar o curso histórico para identificar as condições de possibilidade de determinados discursos e práticas (Foucault 1979: 19-23). Visamos, portanto, traçar um mapa das continuidades, mas também dos deslocamentos e sedimentações que tornam inteligível o tecido discursivo reapropriado e transformado por José Afonso. Neste sentido o «programa de intervenção musical de José Afonso» é tratado como ponto de condensação de debates anteriores sobre cultura popular, tradição e função social da música.

Entre esses debates, assume particular relevância o programa cultural associado à revista *Vértice* que, ao longo das décadas de 1940 e 1950, articulou uma série de diretrizes e prescrições que, no âmbito da música erudita, encontram principalmente o seu assento nos artigos de Fernando Lopes-Graça. Nestes textos refletem-se as principais preocupações que

figuram no catálogo dos setores de vanguarda musical da intelectualidade comunista europeia, focadas na necessidade de promover uma educação do gosto popular e remeter para a tradição folclórica a partir de uma perspectiva nacionalista⁽²⁾.

O programa afonsino emerge, então, como reconfiguração específica de problemas anteriores, ajustado à biografia do artista e às novas condições mediáticas e geracionais da década de 1970.

A problemática da música popular conheceu, entretanto, evolução significativa ao longo da década de 1960. A expansão do mercado discográfico, a crescente centralidade dos meios de comunicação e a reorganização do consumo musical urbano constituem traços estruturais deste período (Castelo-Branco 2008: 22-23). No mesmo contexto, o gosto geracional foi redefinido na direção da procura de novas referências musicais associadas à modernidade (Nery 2004: 241).

A posição de José Afonso neste debate revela singularidade. Recusando tanto o essencialismo folclorista quanto a rejeição indiscriminada das expressões urbanas, procurou efetuar transformações internas no campo da música popular, explorando os próprios mecanismos de difusão massiva como instrumentos de educação do gosto e de reconstrução comunitária (Afonso 1973: 37). O presente estudo incide sobre um corpus delimitado segundo critérios cronológicos e temáticos, concentrando-se no período 1969-1974, fase de maior densidade programática. É nesta perspectiva que assenta a nossa opção metodológica preferencial pelas fontes primárias teóricas, jornalísticas e bibliográficas, às quais se anexa uma entrevista relevante, articulando três níveis de leitura: conceptual (reconstrução das categorias centrais do discurso), contextual (inserção no debate cultural da época) e musical (análise de exemplos significativos). A triangulação entre fontes visa evitar inferências baseadas em testemunhos isolados.

Através desta abordagem, procurar-se-á demonstrar que o chamado «programa de intervenção musical» de José Afonso não constitui aplicação direta de um modelo nacional-popular nem simples herança de Fernando Lopes-Graça, mas reformulação própria de um conjunto de debates sobre gosto, tradição, cultura de massas e função social da arte. É nesta tensão entre herança crítica e inovação estética que se situa a originalidade do seu percurso.

(2) Este projeto de intervenção cultural é revisto em detalhe em Neves 2011.

O Congresso de Praga e o horizonte nacional-popular

Entre 20 e 29 de maio de 1948, realizou-se em Praga o *Segundo Congresso de Compositores e Críticos Musicais Progressistas*, momento decisivo na consolidação das diretrizes culturais associadas ao realismo socialista no espaço musical europeu. O congresso decorreu poucos meses após a publicação do conhecido como Decreto Zhdanov, que estabeleceu orientações rígidas contra o formalismo modernista, acusado de elitismo e afastamento das necessidades musicais do povo (“Muradeli’s Opera” 1948: s.p.).

Ao congresso assistiu a elite da composição europeia de filiação progressista, incluindo criadores que partilhavam as opções condenadas e perseguidas por Zhdanov. Este facto evidenciou as contradições entre a necessidade de compromisso social e político do compositor e a crescente autonomia da arte de vanguarda, mas reafirmou a centralidade da função social da música e da educação cultural das massas (Carroll 2006: 37). Jaromír Havlík sublinha, igualmente, que o congresso insistiu na necessidade de orientar os compositores para a valorização das respetivas tradições nacionais para garantir a eficácia da arte na luta pela sociedade socialista (Havlík 2007: 45).

A representação de Portugal no congresso esteve a cargo de Fernando Lopes-Graça, cujas ideias em matéria de composição se opunham radicalmente às doutrinas oficiais soviéticas. No entanto, as suas posições sobre intervenção cultural, expressas desde os anos 40, coincidiam plenamente com as causas que as conclusões do congresso apontavam como responsáveis pela degradação do gosto musical popular, que era necessário combater. Estas causas incluíam a implantação em larga escala de uma música comercial «insípida, corrompida e padronizada», sem outro valor que a sua condição de mercadoria. A valorização do nacional opunha-se aos produtos do imperialismo cultural norte-americano (Carroll 2006: 38).

Já em 1941, Lopes-Graça atacava aquilo que chamava «miseráveis e insípidas contrafacções da música popular» (Lopes-Graça 1941: 73), mas a sua participação no evento parece ter reforçado as suas convicções de tal forma que regressou a Portugal com o manifesto (Cascardo 2010: 62)⁽³⁾.

(3) Teresa Cascardo confirma que Lopes-Graça subscreveu integralmente as teses do manifesto e que a sua participação no congresso o fortaleceu muito teoricamente, firmando

Um ano depois, publicou na revista *Vértice* um artigo no qual desenvolvia amplamente o repúdio à música ligeira que já tinha esboçado em 1947, na mesma publicação (Lopes-Graça 1947 in Branco Weffort org. 2006: 43-53; id. 1949 in 1953: 37-40). Em ambos os textos, o inimigo comum era identificado com os considerados subprodutos do *American Way of Life*, uma análise perfeitamente alinhada com os postulados do congresso.

No que respeita ao programa pedagógico, Lopes-Graça insistia que a educação estética do povo deveria ser realizada através da criação de uma linguagem musical nacional, que apenas poderia encontrar inspiração nas fontes tradicionais. A verdadeira música popular residia exclusivamente nas manifestações musicais do folclore, em contraste com as paródias adulteradas do popular, que ele depreciativamente chamava «cançonetas» (Lopes-Graça 1947: 47)⁽⁴⁾.

A defesa da tradição nacional como antídoto à música comercial padronizada, bem como a insistência na educação do gosto popular, articulam-se com as diretrizes debatidas em Praga e com a reflexão cultural desenvolvida no espaço neorrealista português. A revista *Vértice* era o laboratório onde tomavam forma as preocupações intelectuais deste movimento, articulando, ao longo de mais de duas décadas, uma política de redefinição e implementação cultural de carácter nacional-popular, o que José Neves denomina como «projeto de massificação da cultura». Em síntese, procuram-se instrumentos de ação a partir do reconhecimento da possibilidade de as massas serem educadas culturalmente. Nesse sentido, a recuperação das produções expressivas da vida campesina será um dos meios privilegiados para se defender do cosmopolitismo estrangeiro e para a construção de uma cultura popular autenticamente nacional.

Neste enquadramento argumentativo, a vontade de colaborar na educação do gosto musical das pessoas comuns constitui um poderoso fio condutor da prática artística e do pensamento de José Afonso ao longo de toda a sua carreira. O músico insistirá continuamente na necessidade de «definir um novo gosto» (Afonso 1969: 8), enfatizando a ligação indissolúvel entre as vertentes pedagógica e estética do seu projeto

as suas posições sobre a missão ético-humanística da música. O compositor possuía uma versão inglesa das conclusões e a autora assume que ele levou o manifesto para Portugal.

(4) Salwa El-Shawan Castelo-Branco sublinha o facto de Lopes-Graça englobar numa única rede semântica os significantes «música popular», «folclórica», «rural»; ou «rústica», estabelecendo, na prática, uma identidade significativa intercambiável entre todos estes domínios (Castelo-Branco 2008: 23).

musical: «A minha presença assumiu aspetos docentes, pedagógicos. Utilizo a canção como utilizava a palavra, quando era professor. Pretendo, por um lado, como cantor, contribuir para que se altere um pouco o gosto musical» (Afonso 1972: 40).

É neste quadro que se configura o léxico crítico que viria a marcar o debate subsequente sobre música popular em Portugal. Pedagogia e massificação da cultura, autenticidade versus contrafação, tradição versus mercantilização, educação do gosto versus alienação estética. A herança deste horizonte nacional-popular constitui o ponto de partida indispensável para compreender as reformulações posteriores operadas por José Afonso. Na secção seguinte analisaremos as inflexões que a reformulação afonsina introduz como deslocamento interno a esse horizonte herdado.

A conceção da música popular e a reformulação das posições herdadas

As divergências entre José Afonso e Fernando Lopes-Graça estabelecem-se, em última instância, a partir da própria definição do que se entende por «música popular». De forma quase inamovível, Lopes-Graça considera apenas uma música popular possível: a música tradicional rural, que adorna com adjetivos como verdadeira, autêntica ou pura. Em contraste, exclui taxativamente da música popular a música urbana, que apenas serve para adulterar e corromper o lamentável panorama da música ligeira em Portugal (Lopes-Graça 1953: 39-40).

Esta posição é desenvolvida com particular veemência na segunda edição de *A Canção Popular Portuguesa*, publicada em 1973, onde o compositor acrescenta à enumeração dos géneros condenados uma referência explícita àquilo que então começava a ser designado como «nova canção portuguesa»:

A canção urbana é pobre e incharacterística, banal e incolor, sem força sugestiva nem originalidade de contornos. Ou o execrando fado, produto de corrupção da sensibilidade artística e moral, quando não indústria organizada e altamente lucrativa... ou é a banal copla revisteira, a insulsa marcha bairrista, a desengraçada cançoneta radiofónica e até o que hoje para aí se rotula, um tanto equívocadamente, de “nova canção portuguesa” (Lopes-Graça 1953 b: 12. Em cursiva o acréscimo da edição de 1973: 15).

A inclusão desta última expressão é particularmente reveladora. Em 1953, nada no horizonte musical fazia prever a irrupção de um movimento de contestação musical como o liderado por José Afonso a partir de 1962. Em 1973, por outro lado, o movimento dos baladeiros já estava firmemente estabelecido no panorama da canção política em Portugal, enquanto o cantautor se tinha tornado numa figura de referência incontestável como porta-estandarte de uma nova forma, qualitativa e ideologicamente diferente, de abordar a música ligeira.

Mário Correia aponta que é a partir dos álbuns inovadores lançados em 1971 que se começa a falar de *nova canção portuguesa* (Correia 1984: 29), o que justifica a contrariedade de Lopes-Graça com a pretensão do movimento de representar uma alternativa válida à canção urbana comercial. Por outro lado, segundo o testemunho de José Mário Branco, Lopes-Graça não reconheceu o valor artístico de José Afonso senão muito tardiamente, enquadrando previamente a sua produção nas canções ligeiras que detestava (Branco 2018: 39’).

É necessário estabelecer, no entanto, uma *nuance* importante. A rigidez da oposição entre tradição autêntica e música urbana não é absolutamente estanque. Em 1969, Lopes-Graça deixara a porta aberta, ainda que de forma indireta, à possibilidade de favorecer um tipo de música ligeira distinta, que articulasse, no reencontro com formas tradicionais ou históricas, a sua qualidade musical. Tal é evidente no texto assinado por Michel Giacometti, mas elaborado em parceria com Lopes-Graça, localizado no interior da capa de Seis Cantigas de Amigo, de José Mário Branco. Aí se formula uma definição de música popular como música que, não sendo clássica nem folclórica, dá voz aos problemas da coletividade (Andrade et al. 2021: 234). Paradoxalmente, isto poderia servir para enquadrar a maior parte das canções de José Afonso.

As próprias declarações de Afonso no final da década de 1960 revelam proximidade inicial com o horizonte nacional-popular. Em 1969 afirma: «Não creio que uma geração de cantores populares possa subsistir sem uma força que os impulse, sem uma raiz genuína, originada na nossa tradição rural» (Afonso 1969: 8). A coincidência conceptual com Lopes-Graça é evidente: ambos partilham a convicção de que a regeneração do panorama musical português exige recurso a uma base tradicional que funcione como antídoto às importações estrangeiras e às formas degradadas da música comercial.

Contudo, é no modo de abordar essa herança que se introduz deslocamento decisivo. Enquanto Lopes-Graça identifica a música popular essencialmente com a tradição rural e considera a música urbana parte integrante do problema da «contaminação estética» (Lopes-Graça 1953: 41-42), Afonso reconhece que é precisamente no espaço urbano e mediático que se formam os públicos contemporâneos.

Em entrevista de 1970, assume explicitamente a intenção de intervir no interior da música ligeira:

De resto, as minhas canções são predominantemente líricas [...], reproduzem um meio, mas colaboram (ou procuram colaborar) na sua reconstituição [...]. Até à data, nunca se pusera em questão a função da música ligeira. A partir da altura em que surgiram os primeiros cantores do novo movimento, as pessoas começaram a perguntar se estariam perante a “via” certa da canção nacional (Afonso 1970: 8).

A divergência deixa, assim, de ser meramente estética para se tornar estratégica. Onde Lopes-Graça via necessidade de purificação e regresso à autenticidade rural, Afonso identifica a possibilidade de transformação interna do próprio meio comercial.

A expressão mais clara desta inflexão surge em 1973:

A música ligeira é uma música comercial que tenta, através de determinado tipo de meios – a rádio, a televisão – e com determinado aparelho por trás, criar um determinado público. A música popular é uma música que tem determinados antecedentes coletivos, nas tradições das pessoas, nas formas de vida das pessoas, e que não necessita desse tipo de coação, desse tipo de imposição. A tradicional música popular, que será, vá lá, de origem rural, já não é popular em nossos dias. Pode suceder que uma música ligeira se imponha, seja assimilada pelas pessoas, que vá ao encontro de determinado tipo de vivência das pessoas (Afonso 1973: 37).

Esta reformulação articula-se ainda com a posição singular de Afonso no debate sobre o fado. Num contexto em que setores significativos da oposição cultural promoviam a rejeição quase automática do género, identificado como o regime (Nery 2004: 241), Afonso distingue entre o componente político e o valor estético recusando condenação indiscriminada: «Não tenho nada contra o fado. [...] Se se entende que

determinadas formas musicais são anti-educativas, vamos combatê-las, mas em todas as frentes. O que se deve criticar é que a um nível superior se tenha dado prioridade a esse tipo de música» (Afonso 1971: 32).

A divergência face a Lopes-Graça não deve, portanto, ser lida como antagonismo pessoal nem como simples rutura. Partindo do horizonte nacional-popular comum ao neorrealismo, José Afonso adapta-o às transformações do campo cultural da década de 1970. Ao aceitar a música urbana como espaço legítimo de intervenção e ao propor a possibilidade de transformação interna da música ligeira, amplia os limites do projeto herdado e expõe as suas tensões internas.

A indústria fonográfica como mediação

Entre o pós-guerra e o início da década de 1970, o campo musical português transformou-se profundamente, quer pela intensificação dos meios de difusão sonora, quer pela circulação de novas linguagens populares. Neste contexto, o papel da indústria fonográfica na consolidação do programa de intervenção musical de José Afonso deve ser entendido como uma mediação estrutural. A expansão do mercado discográfico nas décadas de 1960 e 1970, associada ao fortalecimento de editoras, estúdios e redes de distribuição, transformou profundamente as condições de produção e circulação da música em Portugal (Castelo-Branco 2008: 22-23; Castelo-Branco, Cidra 2010: 875).

Se nos debates em torno da cultura popular herdados do neorrealismo, a música comercial surgia frequentemente como espaço de alienação e mercantilização, as ideias e a prática de Afonso revelam uma viragem de 360 graus: é precisamente no interior desse circuito que procura intervir. A gravação em estúdio, a conceção do disco como objeto autónomo e a utilização de recursos técnicos – montagem, sobreposição de pistas, efeitos sonoros – tornam-se parte integrante da construção estética e política da obra.

Hugo Castro demonstrou como, no final do Estado Novo, a indústria discográfica funcionou simultaneamente como espaço de controlo e como plataforma de circulação de repertórios politicamente marcados (Castro 2012: 14-18). O caso de Afonso ilustra esta ambivalência: longe de representar simples submissão à lógica mercantil, a inserção no circuito mercantil permitiu ampliação de público e difusão de conteúdos críticos.

Simultaneamente, no entanto, Afonso está plenamente consciente de que pisa um terreno minado ao assumir que não apenas as suas canções, mas ele próprio, se transformaram num produto mercantil. Ele teme, inclusive, estar num beco sem saída. De forma implícita, reconhece os problemas e contradições que Adorno apontava, na pretensão da arte engajada de realizar qualquer tipo de crítica ao sistema: a própria crítica transforma-se em mercadoria, e a arte alinha-se com aquilo que diz denunciar:

As pessoas que ouvem as canções utilizam-nas como salvaguarda das suas próprias consciências, transferem os seus problemas e responsabilidades para o cantor, que se limita, como cantor de «music-hall», a ser um bem de consumo. Com a agravante de que um cantor integrado num meio profissional de «music-hall», além de ser um bem de consumo, transforma-se num álibi de consciências (Afonso 1970: 4).

Assim como reconhece a dificuldade de um meio como o disco – cuja aquisição e audição requerem certo poder de compra – alcançar verdadeiramente os setores das classes desfavorecidas, que ele considera como sendo o verdadeiro *povo*:

É uma contradição (a falta de comunicação direta) que excede as possibilidades e os objetivos em que um tipo se movimenta. Quer dizer, são coisas que são imputáveis à forma como o disco circula, aos processos materiais que estão na base dessa circulação, do preço do disco, de quem compra o disco, etc. (Afonso 1973: 36).

A indústria fonográfica constitui, portanto, condição material de possibilidade da intervenção, mediação histórica necessária na tentativa de transformar a música ligeira, ao tempo que estabelece condicionantes que dificultam a consecução desse objetivo.

Traduções musicais do programa: três momentos exemplares

Se o programa de intervenção musical de José Afonso se define, em plano discursivo, pela reformulação da noção de música popular, pela intenção de modificar o gosto das camadas populares e pela tentativa

de transformar a música ligeira em veículo de experiência coletiva, é no plano sonoro que esse programa pode ser verificado. Os exemplos que seguem não pretendem oferecer análise musicológica exaustiva, mas destacar, de forma sintética, a função que determinadas opções composicionais e produtivas desempenham na tradução concreta das diferentes fases do programa.

Metodologia etnográfica e restituição consciente do folclore

“Deus te Salve Rosa”⁽⁵⁾

Num primeiro momento, a sua adesão a uma metodologia etnográfica de investigação e recuperação do folclore como fonte do material tradicional das suas canções aproxima-se claramente do horizonte definido por Lopes-Graça e Michel Giacometti. Em 1969 declara «Prefiro cantar canções do folclore a partir de uma recolha tão conscienciosa e documentada quanto possível e só esporadicamente tentarei musicar um ou outro poema» (Afonso 1969: 5). Trata-se inequivocamente de valorizar o trabalho rigoroso de recolha, catalogação e divulgação da música tradicional rural portuguesa.

Segundo o testemunho de Arnaldo Trindade, produtor dos discos do período, «uma boa parte do folclore foi buscá-lo ao Giacometti: o Zeca quis conhecê-lo e aprendeu muito com ele» (Bonifácio 2017). Maria Inês Nogueira demonstra que, entre os temas gravados, “Deus te Salve, Rosa” apresenta dependência direta da versão publicada no volume II da Antologia da Música Regional Portuguesa (Nogueira 2009: 87-89).

Neste caso específico, a estilização consiste numa transposição relativamente literal da linha melódica tradicional, mantendo o perfil modal e a estrutura estrófica original. A intervenção autoral manifesta-se sobretudo no enquadramento vocal e harmónico, que preserva o carácter modal do tema.

(5) Faixa 06 do LP *Contos Velhos, Rumos Novos* (1969). Orfeu STAT 004.



Figura 1 – Compassos iniciais de “Deus te Salve Rosa”. Imagem retirada de *José Afonso, todas as canções* 2021.

Transformação do gosto e abertura a sonoridades extra-europeias

Senhor Arcanjo (1971)⁽⁶⁾

A abertura de *Cantigas de Maio* com Senhor Arcanjo assinala um deslocamento significativo relativamente ao momento anterior. No plano textual, Octávio Fonseca interpreta o poema como denúncia cifrada do ativismo de setores da Igreja Católica no contexto dos movimentos independentistas, sublinhando a densidade simbólica e a ambiguidade metafórica do texto (Fonseca 2021: 254-255). O afastamento da estética neorrealista estabelece-se na direção do surrealismo e revela uma distância definitiva relativamente às rígidas prescrições formais com as quais o realismo socialista pretendia canalizar a forma e o conteúdo da produção musical de intenção crítica (Vale 1954: 466-484). Esta tomada de posição é acompanhada por uma transformação igualmente relevante no plano musical.

Andrade, Branco e Castro esclarecem que a base rítmica da faixa resulta da adaptação de um padrão indiano de Michel Delaporte, ajustado à base harmónica elaborada por José Afonso e Carlos Correia

(6) Faixa 01 do LP *Cantigas de Maio* (1971). Orfeu STAT 009.

à viola e adaptado num instrumentário percussivo proveniente de contextos africanos (Andrade et al. 2021: 245).

Esta informação permite documentar a introdução no universo sonoro de Afonso de elementos claramente extra-europeus. A melodia, de caráter modal, articula-se com uma célula rítmica que rompe com os moldes hegemónicos da canção ligeira portuguesa da época, criando tensão entre tradição modal e pulsação percussiva não convencional.

A introdução do tema inclui ainda gravação de conversa entre músicos no estúdio e uma falsa partida deliberadamente mantida por José Mário Branco, por considerar que revelava a dinâmica colaborativa do trabalho e a dimensão processual da produção (Andrade et al. 2021: 245). O estúdio deixa, assim, de ser espaço neutro para se tornar elemento performativo integrado na própria obra.

Neste exemplo, a transformação do gosto opera-se na exposição do público a novas combinações tímbricas e rítmicas, modificando os parâmetros dominantes da escuta.

The image shows a musical score for the song "Senhor arcanjo". It consists of three staves. The first staff is a treble clef with a key signature of one sharp (F#) and a 6/8 time signature. It starts with a tempo marking of quarter note = 124. The melody is composed of eighth and sixteenth notes. The second staff continues the melody and includes the lyrics "Se-nhor ar-". The third staff shows the harmonic structure with chords: D, D/C, GMaj/B, and D/A. Below the chords are the lyrics: "can - jo Va - mos jan - tar Ca - em os an - jos Num al - gui - dar Hi - ber - nam".

Figura 2 – Base rítmica inicial de “Senhor arcanjo”. Imagem retirada de José Afonso, *todas as canções* 2021.

Sonoplastia, montagem e conceção pop do estúdio

Rio Largo de Profundis (1973)⁽⁷⁾

Com *Venham Mais Cinco* (1973), o processo atinge um grau mais complexo de elaboração. “Rio Largo de Profundis”, faixa de abertura do álbum, é precedida pela justaposição da litania «A Garrafa Vazia, de Manuel Maria», criando sequência cenográfica que ultrapassa a lógica da canção isolada. A onomatopeia inicial – convite a beber – e o som de descorchar de uma garrafa introduzem imediatamente dimensão teatral e convivial.

Os manuscritos de José Mário Branco no *Arquivo Musical José Mário Branco* (Branco 1973) documentam a inclusão de violinos «tipo western», evidenciando conceção consciente da montagem sonora enquanto construção dramática (Andrade et al. 2021: 245). A justaposição de materiais, a exploração de efeitos e a densificação progressiva da textura instrumental conferem ao início do álbum carácter de sequência encadeada.

Importa sublinhar que o próprio José Mário Branco reconhece a influência dos Beatles na conceção dos arranjos e da produção sonora (Andrade et al. 2021: 229). Desta forma, Branco aparece como mediador imprescindível na abertura aos elementos pop evidenciada numa entrevista a José Afonso em 1970: «Paralelamente, preocupar-se-á com a sua obra e tentará libertar-se dos vícios que afirma afetarem as canções que compõe. Para tanto, propõe-se retirar da música “pop” os elementos necessários» (Afonso 1970: 6).

Do ponto de vista programático, este exemplo revela fase em que a intervenção passa a explorar plenamente os recursos da cultura de estúdio no intento de ampliar os horizontes do gosto popular. A música ligeira é assumida como meio tecnológico e comercial, mas reconfigurada enquanto espaço de experimentação estética e de criação de ambientes comunitários simulados. A dimensão performativa e ambiental reforça a ideia de que a canção pode funcionar como lugar de experiência partilhada.

(7) Faixa 01 do LP *Venham Mais Cinco* (1973). Orfeu STAT 017.

The image shows a musical score for a song. The top staff is the vocal line in G major, starting with the lyrics "A gar-ra - fa va - zi - a de Ma-nuel Ma - ri - a". The bottom two staves are the guitar accompaniment. The first staff has a tempo marking of ♩ = 120 and a key signature of one sharp (F#). The second staff continues the guitar accompaniment. The third staff shows a key change to G major and includes a double bar line with first and second endings. The lyrics "Ri - o" are written below the final measure of the third staff.

Figura 3 – Transição de “A garrafa vazia...” para “Rio Largo de Profundis”. Imagem retirada de José Afonso, *todas as canções* 2021.

Da música ligeira à música popular: a «dimensão vivida»

Temos comprovado que o ponto de inflexão decisivo do programa de intervenção musical de José Afonso reside na reformulação conceptual da própria distinção entre música ligeira e música popular presente nos escritos de Lopes-Graça. É neste contexto que a leitura proposta por Mário Vieira de Carvalho se revela particularmente fecunda, ao recuperar, no interior do pensamento de Lopes-Graça, a noção de uma «dimensão vivida» da música popular que ultrapassa a mera referência formal à tradição (Vieira de Carvalho 2012: 161-164).

Segundo Vieira de Carvalho, a concepção «graçiana» da música popular não se reduz a um inventário de formas rurais enquanto base de uma linguagem musical nacional renovada, mas pressupõe uma integração orgânica da música nas práticas sociais e na experiência quotidiana das comunidades. A música popular, neste sentido, não é apenas repertório; é expressão funcional de um modo de vida. O problema histórico colocado pela modernidade urbana reside precisamente na perda dessa integração espontânea, substituída por formas mediatizadas e mercantilizadas que tendem a produzir públicos passivos ou «massas inertes» (Vieira de Carvalho 2012: 162).

É neste ponto que a reformulação executada por José Afonso adquire pleno alcance. De forma cada vez mais assertiva, as declarações de Afonso insistem na consideração da necessidade de criar uma música popular nova que assumisse o papel de vínculo e veículo de valores coletivos, função anteriormente desempenhada pela tradição musical rural. Devido à perda desses valores na sociedade contemporânea, o folclore já não podia cumprir essas funções. Como afirma em 1973:

A música ligeira é uma música comercial que tenta, através de determinado tipo de meios – a rádio, a televisão – e com determinado aparelho por trás, criar um determinado público. A música popular é uma música que tem determinados antecedentes coletivos, nas tradições das pessoas, nas formas de vida das pessoas, e que não necessita desse tipo de coação, desse tipo de imposição. A tradicional música popular, que será, vá lá, de origem rural, já não é popular em nossos dias. Pode suceder que uma música ligeira se imponha, seja assimilada pelas pessoas, que vá ao encontro de determinado tipo de vivência das pessoas (Afonso 1973: 37).

A passagem é fundamental porque desloca o critério definidor da música popular: já não é a origem rural que garante autenticidade, mas a capacidade de integração nas formas de vida contemporâneas. A condição essencial para transformar a música ligeira – definida em termos de produção tecnológica e difusão comercial – em verdadeira música popular é recuperar essa dimensão vivida de que falava Vieira de Carvalho na visão do folclore de Lopes-Graça.

Esta posição reconhece implicitamente o papel renovador e transformador de cantores como Adriano Correia de Oliveira ou Manuel Freire, que pavimentaram o caminho da canção propriamente «de protesto, demonstrando que a música urbana podia assumir qualidade poética e compromisso político» (cf. Afonso 1973: 37; Correia 1984: 29). O caso de Francisco Fanhais é verdadeiramente especial, porquanto, pela sua condição de padre comprometido musical e politicamente, experimentava sensibilidade particular pelos temas de justiça social e ligação entre canção e vida: «É preciso que a canção “morda” na vida das pessoas: eis a condição para que as pessoas a amem» (Fanhais 1969). Este compromisso surge, assim, em sintonia com as ideias de José Afonso, com quem desenvolveu uma profunda amizade.

A «dimensão vivida» deixa de ser, de facto, atributo exclusivo do passado rural e passa a constituir característica normativa de uma música urbana transformada. A música popular não é definida pela sua forma externa, mas pela sua capacidade de criar vínculos, de expressar experiências partilhadas e de ser apropriada pelos sujeitos num contexto social de cooperação e melhora das relações humanas. A missão cívico-pedagógica que Afonso propõe faz da música um instrumento de transformação ética através de vias essencialmente estéticas. «Combater a poluição musical e contribuir para melhorar o bom gosto do povo. Criar uma esfera afetiva mobilizadora que ajude a melhorar as relações humanas» (Afonso 1972 b: 29).

Desde esta perspetiva, o programa afonsino não representa simples rutura com o nacional-popular de Lopes-Graça, mas tentativa de atualização das suas premissas num campo cultural distinto. A música ligeira, longe de ser condenada como espaço de deterioração irredimível do gosto, converte-se em campo de disputa simbólica. A transformação da música ligeira em música popular realiza-se precisamente através da incorporação da noção de «dimensão vivida» enquanto critério de autenticidade social.

Conclusões

A reconstrução genealógica aqui proposta permite compreender o programa de intervenção musical de José Afonso, não como sistema fechado ou manifesto formalmente enunciado, mas como tecido discursivo que atravessa diferentes fases de elaboração e reformulação. Longe de constituir aplicação linear de um ideário pré-existente, esse programa emerge como reconfiguração singular de um campo crítico herdado, atravessado por tensões entre tradição, pedagogia cultural, cultura de massas e intervenção política.

A análise do horizonte nacional-popular associado a Fernando Lopes-Graça mostrou que a defesa da tradição rural como fundamento da autenticidade musical se articulava com projeto mais amplo de educação do gosto e de combate à mercantilização. A genealogia permite situar José Afonso nesse campo sem reduzir o seu pensamento e obra a simples prolongamento ou rutura abrupta. Se partilha inicialmente a valorização da tradição enquanto «raiz genuína» (Afonso 1969: 8), a sua intervenção

desloca progressivamente o centro de gravidade do problema: já não se trata apenas de preservar a autenticidade rural, mas de enfrentar as condições históricas da música urbana e mediatizada.

A divergência com Lopes-Graça não assume, assim, caráter de antagonismo pessoal consciente, dado que não existe documentação precisa sobre as suas relações pessoais, embora a análise detalhada das reflexões e depoimentos de ambos possa sugerir a leitura dos textos do compositor erudito por parte de José Afonso. Onde Lopes-Graça via necessidade de limpeza do campo musical e exclusão das formas urbanas consideradas degradadas (Lopes-Graça 1953: 39-42), Afonso identifica possibilidade de transformação interna da música ligeira. O reconhecimento de que a música tradicional rural «já não é popular em nossos dias» (Afonso 1973: 37) constitui ponto fulcral dessa reformulação.

Os exemplos musicais analisados confirmam que esta transformação não é meramente retórica. Em “Deus te Salve Rosa”, a restituição etnográfica e a adesão consciente às metodologias de recolha evidenciam uma fase de legitimação pela tradição. Em “Senhor Arcanjo” a introdução de padrões rítmicos extra-europeus, bem como a incorporação de elementos performativos de estúdio, mostram alargamento do espaço sonoro e ampliação dos parâmetros do gosto. Em “Rio Largo de Profundis”, a exploração dos recursos da montagem, da sonoplastia e da conceção pop do estúdio revela apropriação da cultura tecnológica e comercial para fins de subversão estética.

O fio condutor destas fases reside na tentativa de transformar a música ligeira – definida comercial e tecnologicamente – em verdadeira música popular. Essa transformação realiza-se sublinhando a necessidade de que as novas formas de cultura popular incorporem aquilo que era, no folclore, uma característica exclusiva: a manifestação de uma experiência vivida e partilhável. A música popular não se define apenas pela sua origem formal, mas pela sua integração nas formas de vida e pela capacidade de expressar experiências coletivas. Ao deslocar esse critério do mundo rural para o contexto urbano mediatizado, Afonso atualiza as premissas do nacional-popular sem as repetir mecanicamente.

A indústria fonográfica, neste quadro, surge como condição material de possibilidade que facilita tecnologicamente a difusão massiva das abordagens programáticas, porém estabelecendo limites concretos às mesmas, no sentido de promover discriminações sociais por causa da sua própria lógica económica e mercantil.

A originalidade do percurso afonsino não consiste, portanto, na negação da tradição nem na adoção acrítica da cultura de massas, mas na articulação dinâmica entre ambas. O seu programa deve ser entendido como processo em movimento, tecido discursivo que atravessa fases de continuidade, apropriação, evolução e rutura e que responde a transformações culturais de fundo no campo musical português entre finais da década de 1960 e o início da década de 1970.

Podemos concluir que José Afonso desenvolveu até às últimas consequências as implicações subjacentes às suas declarações iniciais de 1969 e, ao levar ao limite a contradição produzida pela tentativa de aplicar ao campo da música ligeira o projeto nacional-popular, a corda foi, de certa forma, quebrada e, na sua fratura, libertou novas possibilidades expressivas para além dos caminhos de partida.

Entendemos que a nossa abordagem permite, em suma, evitar duas simplificações simétricas: a narrativa de continuidade linear com Lopes-Graça e a leitura de rutura absoluta. O que se observa é uma reconfiguração estratégica de problemas herdados, orientada para a criação de uma música que, partindo dos meios da música ligeira, pudesse recuperar função mobilizadora, crítica e comunitária. Ao empreender a reabilitação da música ligeira, o programa de José Afonso decide utilizar esse meio pelo seu potencial de transformação estética e política. Porém, identifica a dificuldade em ultrapassar o fosso entre a intenção vanguardista inicial e as condições impostas pelo mercado. Nesse equilíbrio instável entre herança e inovação, aproveitamento das potencialidades emancipadoras dos novos meios de difusão massiva e comprovação dos seus limites é que reside a especificidade do programa de intervenção cultural de José Afonso.

Bibliografia

- Afonso, José (1 junho, 1969). Entrevistado por José Armando Carvalho, *Comércio de Funchal*, 5, 8.
- « — » (26 dezembro, 1970). Entrevistado por Daniel Ricardo, Carlos Cárceles Monteiro, Fernando Ricardo, *Cena Sete/A Capital*, 3-9.
- « — » (10 dezembro, 1971). “Não quero ser vedeta”. Entrevistado por Alexandre Manuel, *Flama* 1240, 27-32.

- « — » (1972). “Zeca Afonso – Só quero ter o meu tamanho real”, Entrevista, *Vida Mundial*, 1749, 36-41.
- « — » (28 outubro, 1972 b). “José Afonso: um homem em carne viva”. Entrevistado por Lurdes Féria, *Rádio & Televisão*, 26-29.
- « — » (1973) “Os ossos do ofício”. Entrevistado por António Pedro Vasconcelos, Eduardo Guerra Carneiro, James Anhanguera, *Cinéfilo*, 8, 33-39.
- « — » (2010). *José Afonso: todas as canções*. Transcrições de Guilhermino Monteiro, João Lóio, José Mário Branco, Octávio Fonseca. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Andrade, Ricardo, Branco, António, Castro, Hugo (2021). “Do lado da gente que vive de frente, José Mário Branco por terras de França”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, 8, 2, 211-262.
- Bonifácio, João (2017). “José Afonso – além do mito”. *Blitz*. <http://blitz.sapo.pt/principal/update/2017-10-28-Jose-Afonso-Alem-do-mito>, acedido em 7 de outubro 2017.
- Branco, José Mário. *Instrumentação da canção Rio Largo de Profundis de José Afonso*. Arquivo Musical José Mário Branco. <https://arquivojosemariobranco.fcsh.unl.pt/content/instrumentação-da-canção-rio-largo-de-profundis-de-josé-afonso>, acedido em 15 de fevereiro, 2026.
- « — » (2 junho, 2018). Entrevistado, na sua casa, por César Rodríguez. Lisboa.
- Carroll, Mark (2006). “Articles of War. The Prague Manifesto and the Progressistes”, in *Music and Ideology in Cold War Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 37-49.
- Cascudo, Teresa (2010). “A configuração do Modernismo em Portugal através da obra de Fernando Lopes-Graça”, in *Fernando Lopes-Graça*. Lisboa: Atelier de Composição, 29-64.
- Castelo-Branco, Salwa El-Shawan (2008). “A categorização da música em Portugal: política, discursos, performance e investigação”, *Etno-Folk. Revista Galega de Etnomusicoloxía*, 12, 13-29.
- « — », Cidra, Rui, Moreira, Pedro (2010). “Música ligeira”, in Salwa El-Shawan Castelo-Branco (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 872-875.
- Castro, José Hugo Pires (2012). *Discos na luta: a canção de protesto na produção fonográfica em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Nova FCSH.

- Correia, Mário (1984). *Música popular portuguesa – um ponto de partida*. Coimbra: MC/Centelha.
- Côrte-Real, Maria de São José (1996). “Sons de Abril: Estilos Musicais e Movimentos de Intervenção Político-Cultural na Revolução de 1974”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, 6, 141-171.
- Dahlhaus, Carl (1983). *Foundations of Music History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fanhais, Francisco (28 julho 1969). “Padre Fanhais: uma voz que assume uma responsabilidade”, *Diário de Lisboa*.
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Havlík, Jaromir (2007). “The Prague Manifesto After (Almost) Sixty Years”, *Czech Music Quarterly*, 2, 42-51. <https://www.czechmusicquarterly.com/wp-content/uploads/2018/08/Czech-Music-Quarterly-2007-2.pdf>, acessado em 7 de fevereiro 2024.
- José Afonso. *Todas as Canções* (2021). Partituras Letras Cifras. Transcrições musicais, prefácio, notas e índices de Guilhermino Monteiro, João Lóio, José Mário Branco, Octávio Fonseca. Lisboa: AJA.
- Lopes-Graça, Fernando (1941). “Sobre o conceito de ‘Música Portuguesa’”, *Seara Nova*, 740, 56-58; 741, 73-75; 742, 88-91.
- « — » (1947). “Sobre o conceito de popular na música”, in Alexandro Branco Weffort (org.) (2006), *A canção popular portuguesa em Fernando Lopes-Graça*. Lisboa: Caminho, 45-53.
- « — » (1953). “Valor estético e significação nacional da canção popular portuguesa”, in *A canção popular portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 37-40 [Orig. (1949), *Vértice* 69].
- « — » (1953 b). “Folclore autêntico e contrafacção folclórica”, in *A canção popular portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 9-26.
- « — » (1973). “Folclore autêntico e contrafacção folclórica”, in *A canção popular portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 11-28.
- Nery, Rui Vieira (2004). *Para uma história do Fado*. Lisboa: Corda Seca / Público.
- Muradeli’s Opera: The Great Friendship (February 10, 1948). Decision of the Central Committee C.P.S.U. (B.) <https://revolutionarydemocracy.org/rdv12n2/muradeli.html>, acessado em 21 de fevereiro 2024.
- Neves, José (2011). *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Lisboa: Tinta da China.
- Rancière, Jacques (2000). *Le partage du sensible. Esthétique et politique*. Paris: La fabrique.

- Vale, António (1954). "Cinco notas sobre forma e conteúdo", *Vértice* 131-132, 466-484.
- Vieira de Carvalho, Mário (2012). "Buscar a identidade na alteridade: Lopes-Graça e o conceito de 'povo' na música tradicional", *Nova Síntese*, 7, 157-166.

**DOCUMENTÁRIO, VERDADE E MEMÓRIA: A OCUPAÇÃO DO
TEMPO EM *SONHOS DE UMA REVOLUÇÃO* (PEDRO NEVES, 2023)**
DOCUMENTARY, TRUTH AND MEMORY: THE OCCUPATION OF
TIME IN *DREAMS OF A REVOLUTION* (PEDRO NEVES, 2023)

TIAGO VIEIRA DA SILVA

ESAP, Centro de Estudos Arnaldo Araújo | UMinho, Centro de Estudos de Comuni-
cação e Sociedade

tiagocamposvieira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1917-7642>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/07/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2026

Resumo

De que forma pode o cinema participar ativamente da disputa da memória? A partir da curta-metragem *Sonhos de uma Revolução* (2023) de Pedro Neves, propomo-nos pensar o cinema, em particular, o documentário, como veículo de (contra)discursos sobre a realidade. Interrogando o legado do colonialismo português a partir dos romances *O Mapeador de Ausências* (2022) de Mia Couto e *O Museu da Revolução* (2021) de João Paulo Borges Coelho, Pedro Neves debruça-se sobre as histórias esquecidas, assinalando o papel da linguagem cinematográfica na enunciação das suas inquietações sobre o peso do passado. Refletindo sobre a ambiguidade inerente às tentativas de classificação do documentário enquanto sistema narrativo, o artigo ilumina a complexidade deste exercício à luz da relação entre cinema e *verdade*. Por fim, a análise de *Sonhos de uma Revolução* retoma esta discussão, sinalizando o papel do cinema documentário na interpeleção crítica da memória coletiva.

Palavras-chave

Cinema; documentário; verdade; colonialismo; memória.

Abstract

How can cinema actively participate in the disputes over memory? Focusing on the short film *Dreams of a Revolution* (2023), directed by Pedro Neves, we propose to think about cinema and, more specifically, documentary, as a vehicle for (counter)discourses about reality. Through the novels *The Tuner of Silences* (2022) by Mia Couto and *O Museu da Revolução* (2021) by João Paulo Borges Coelho, Pedro Neves questions the weight of Portuguese colonialism in the present, highlighting the role of filmic language in this process. From the discussion on the categorization of documentary as a genre, this article illuminates the complexity of this exercise in light of the relationship between cinema and the idea of *truth*. Finally, the analysis of *Dreams of a Revolution* re-updates this discussion, highlighting the role of cinema (more specifically, of documentary) in the critical interpellation of collective memory.

Keywords

Cinema; documentary; truth; colonialism; memory.

Introdução

Numa primeira abordagem à curta-metragem *Sonhos de uma Revolução* (2023) de Pedro Neves, proponho-me centrar no apelo sensorial do filme, aquele que inaugurou a minha relação com o universo diegético – mais concretamente, na sua pulsão simultaneamente perscrutadora e hermética, na intrincada polifonia que anima as imagens e no compromisso com o poder das histórias que ficam por contar.

Na obra de Pedro Neves, as imagens, os sons e a narração em *off* configuram um espaço no qual o espectador detém um papel imprescindível. Evoquemos, a este propósito, as palavras de Robert Musil a propósito da «imaginação passiva de espaços não preenchidos» (2008 [1930]: 64), premissa fundamental para glosar a criação de Pedro Neves em diálogo com as obras *O Mapeador de Ausências* (2022) de Mia Couto e *O Museu da Revolução* (2021) de João Paulo Borges Coelho. As passagens de ambos os romances, repristinando o poder das histórias, o anonimato enquanto «insondável território onde, paradoxalmente,

abundam as revelações» (Vieira da Silva 2023: 32), jamais se tornam redundantes, ao contrário do que possa parecer.

Nunca é redundante o questionamento (ainda que possa resultar inconclusivo ou frustrante) das histórias cujos protagonistas foram sentenciados ao esquecimento, assim como as suas memórias. Compete-nos, nesta investigação, interrogar o papel do cinema na tentativa de solução desta inquietação a partir do estudo de caso de *Sonhos de uma Revolução*. Neste sentido, desenvolveremos uma revisão da historiografia das teorizações sobre o filme documentário, partindo do contexto cinematográfico nacional e, posteriormente, debruçando-nos sobre a problemática relativa à defesa do género enquanto *representação direta do real*. Interessa-nos o questionamento de que esta noção foi alvo, remetendo para as questões do dispositivo e da enunciação, para o progressivo esbatimento de fronteiras entre os procedimentos do cinema de ficção e as convenções tradicionalmente associadas ao documentário e, por fim, para a natureza dos discursos fílmicos sobre a realidade filmada.

Sendo amplamente citada a associação de Pedro Neves ao cinema documentário, mormente na tradição da função social do género (que já vem desde a Escola Documentarista Britânica de John Grierson) com filmes como, por exemplo, *Os Esquecidos* (2009), parece-nos que a proposta de *Sonhos de uma Revolução*, por sua vez, se furta a sistematizações inequívocas. A sua linguagem molda-se à embaraçada trajetória das imagens, a par da narração em *off* – neste filme, como já referimos, o cinema não é peça de solução dos enigmas lançados pelos romances, pois nesse caso sairia diminuído. Por outras palavras, a narração em *off* não serve os propósitos do modo expositivo do documentário, isto é, na sua «estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética» (Nichols 2010: 142). As passagens dos romances de Couto e Coelho, por sua vez, reforçam a dimensão enigmática das imagens, no seu fluxo onírico, mas jamais nebuloso.

As imagens cedem a um curso desagregado, encontrando nas lacunas do tempo o pretexto para subsistirem através da imaginação. Ao afirmar que o tempo vazio era a herança da doença, Liana Campos (de *O Mapeador de Ausências*) endereça-se ao peso do não-vivido; e a sede das histórias (individuais) é o que orienta a tentativa de reparação de um passado (coletivo). As personagens dos romances que inspiram *Sonhos de uma Revolução* procuram as histórias tão-só, sem jamais confundirem esse fito com a procura da virtude pessoal. Pedro Neves debruça-se sobre essas

personagens (anónimas), sem se importar com as suas falhas ou virtudes; apenas com as suas distintas versões do passado, de que maneira é que as mesmas chocam ou se correspondem, auxiliando a reconstrução da História, jamais um processo definitivo.

Deste modo, e retomando um dos enunciados inicialmente referidos, *Sonhos de uma Revolução* evidencia a vontade de Pedro Neves em dialogar com a memória da resistência ao colonialismo português. As referências aos romances de Couto e Borges visam acomodar a pluralidade de histórias, desde o acidentado percurso na estrada para Inhaminga aos discursos de Samora Machel. No final, persistem os hiatos como continuidade de um exercício nunca encerrado: o desvendar e escutar as histórias, motor de um projeto que se cumpre na incompletude.

As histórias nos interstícios da História: cinema documentário, memória e poder

O cinema documentário e a (des)construção da nação

Em 1971, o filme *Deixem-me ao menos subir às palmeiras...*, de Joaquim Lopes Barbosa, foi censurado face à sua proposta demasiado audaz para o contexto de um Império moribundo, que pelejava por manter viva a mitologia pátria e civilizacional. Dez anos volvidos desde o início da Guerra Colonial Portuguesa iniciada pelo governo de António de Oliveira Salazar, a obra de Lopes Barbosa, adaptada do conto *Dina*⁽¹⁾ de Luís Bernardo Honwana, expunha a brutalidade do colonialismo português, temática ausente do cinema nacional até à revolução de 25 de Abril de 1974 (Seabra 2001; Pereira 2019) – exceto quando evocada a ode heroica ao Império, como verificamos nas atualidades cinematográficas ou nos filmes de ficção *Feitiço do Império* (1940) de António Lopes Ribeiro e *Chaimite* (1953) de Jorge Brum do Canto; mais tarde, a maior parte dos cineastas do Novo Cinema Português só muito veladamente mencionará esse tópico (*Mudar de Vida*, 1966, de Paulo Rocha).

Deixem-me ao menos subir às palmeiras... (assim como *Catembe*, 1965, de Faria de Almeida, fortemente amputado pela censura e posteriormente

(1) Conto integrado na obra *Nós Matamos o Cão Tinhoso*, publicada em 1964.

censurado) pressionava diretamente essa esconsa ferida; o filme de Lopes Barbosa, aliás, endereçava-se diretamente ao povo moçambicano oprimido, «exortando à revolta» (Pereira 2022: 29) e elevando, também através da experimentação fílmica, a luta dos agentes invisíveis, não obstante inconformados com a História. Tal como afirma Lopes Barbosa, em entrevista a Ana Cristina Pereira

Aqueles grandes planos, aquele preto e branco contrastado, tem muito a ver com o cinema soviético, a montagem também... e depois o cinema americano está lá... e também está cinema português, porque aquela sequência da violação da Maria, feita em fotografias... eu vi aquilo no Belarmino do Fernando Lopes (Pereira 2022: 34).

Não obstante *Deixem-me ao menos subir às palmeiras...* incorporar estratégias narrativas do filme de ficção, sobressai uma evidente dimensão documental que se corresponde com a inquietação enunciada por Bill Nichols (2010) a propósito do documentário enquanto género, mais concretamente o problema da representação das pessoas como vítimas ou agentes. Ao glosar este problema, Nichols começa por se referir aos documentaristas britânicos da década de 1930, considerando que os mesmos preteriam a visão do operário como agente de mudança ativo e determinado a favor de uma visão paternalista e estereotipada. Ou seja, mesmo quando não havia um compromisso com a ilustração dos discursos encomiásticos do Estado-nação, o problema da representação não era solucionado – daí Bill Nichols (2010) começar por situar a sua investigação num plano ético.

Tal como noutros cinemas europeus, também o cinema português refletiu esses esforços de construção da nação. Segundo Maria do Carmo Piçarra (2013: 15), «[a] realidade impunha-se à câmara e esta quedava-se, sem capacidade de elaborar sobre aquilo em que o olho, mediado pela lente, assentava». Carla Ribeiro (2024) afirma, por sua vez que, entre as décadas de 1920 e 1930, Portugal tentou repercutir as dinâmicas cinematográficas de vários países europeus no contexto pré-guerra – isto é, «de um lado, filmes com grande apelo comercial, que pudessem ter sucesso em vários mercados europeus; do outro, um cinema nacional(ista), servindo como instrumento de propaganda, cultural e política, dos Estados-nação» (Ribeiro 2024: 51). A autora adianta que, subsequentemente, o cinema português enveredou por uma deriva nacionalista, não obstante os esforços de um número reduzido de

realizadores, como António Lopes Ribeiro, por um cinema de projeção internacional (Ribeiro 2024).

A instauração do Estado Novo em 1933 justifica a defesa dessa deriva nacionalista e, com efeito, em 1937, a Missão Cinegráfica às Colónias de África é criada pelo Ministério das Colónias, «visando a produção de filmes de propaganda que traduzissem o esforço colonizador e o nível de desenvolvimento alcançado nas colónias» (Piçarra 2016: 68). É nesse contexto que são realizados vários documentários ao longo da década de 1940, tais como *Guiné, berço do império* (1940), *Aspectos de Moçambique e S. Tomé e Príncipe* (1941), *Angola, uma nova Lusitânia* (1944), *Gentes que nós civilizámos* (1944), *As ilhas crioulas de Cabo Verde* (1945) ou *Guiné portuguesa* (1946) (Piçarra 2016).

Inovações no campo do documentário em Portugal já haviam sido testemunhadas em finais da década de 1920, nomeadamente com as obras de Leitão de Barros (*Nazaré, Praia de Pescadores*, 1929, *Lisboa, Crónica Anedótica*, 1930) e de Manoel de Oliveira (*Douro, Faina Fluvial*, 1931); mais tarde, e ainda antes do Novo Cinema Português, as obras de António Campos (*A Almadraba Atuneira*, 1961), Fernando Lopes (*As Pedras e o Tempo*, 1961) ou até mesmo de Manuel Guimarães (*O Desterrado – Vida e Obra de Soares dos Reis*, 1949) apresentavam propostas pioneiras no campo do documentário português, que seriam prosseguidas e ampliadas ao longo da década de 1960 por autores que romperam fronteiras entre sistemas e códigos narrativos – tais como Fernando Lopes (*Belarmino*, 1964), Manoel de Oliveira (*Acto da Primavera*, 1963) ou Faria de Almeida (*Catembe*, 1965).

Iniciámos a reflexão com o filme *Deixem-me ao Menos Subir às Palmeiras...* de Joaquim Lopes Barbosa por considerarmos que o mesmo se constituía um relevante ponto de partida para encetar a discussão teórica em torno de um dos aspetos centrais deste artigo: o papel do cinema enquanto território de ação no campo da disputa da memória. Importa assinalar que a Somar Filmes, entidade produtora de *Deixem-me ao menos subir às palmeiras...*, se encontrava associada à produção de atualidades e documentários sintonizados com o discurso do regime. Foi nesse contexto que Lopes Barbosa, sigilosamente, pôde realizar um filme anticolonial, fingindo, durante a rodagem, que as imagens captadas se destinavam a integrar um projeto de propaganda colonial⁽²⁾.

(2) As rodagens, todavia, não deixaram de ser marcadas por alguns constrangimentos que podem ser lidos com mais detalhe na entrevista concedida por Lopes Barbosa a Ana Cristina Pereira no livro *Abrir os Gomos do Tempo: Conversas sobre cinema em Moçambique* (2022).

Porém, nas palavras do próprio, o produtor do filme, Courinha Ramos, desconhecendo os propósitos do filme, «não estava a ver que o negro que eu estava a filmar passou a ter outro enquadramento na paisagem» (Pereira 2022: 35).

Esse diferente «enquadramento na paisagem» (Pereira 2022: 35) constitui-se como premissa fundamental para a problemática proposta. Como previamente referido, encontramos no filme de Lopes Barbosa um diálogo permanente entre características quer do documentário quer da ficção; contudo, sabendo o contexto de rotação do filme, é surpreendente perceber como é que Lopes Barbosa se serviu dos recursos de uma empresa associada a atualidades e documentários de propaganda para desvirtuar esse mesmo discurso institucional. Tornando a parafrasear Maria do Carmo Piçarra (2013), a câmara já não se quedava face à realidade que se impunha; o olhar do criador, afrontando o discurso hegemónico, tinha algo a dizer sobre o mundo que filmava.

Se, durante a primeira metade do século XX, vários dos países com maior produção cinematográfica eram também potências coloniais, compreende-se que o imaginário projetasse narrativas estereotipadas sobre o *Outro*. Assim, o documentário viu-se contaminado simultaneamente pela narrativa colonial e pela falsificação (Barnouw 1993). Ou seja, as pessoas africanas (os «nativos», como eram designados) eram filmados através da lente benevolente e fetichista do colonizador, que enfatizava mais «os rituais, os costumes, as danças, os desfiles»⁽³⁾ (Barnouw 1993: 23) do que a sua dimensão humana.

A revolução do olhar sobre estes corpos só ocorreu quando os mesmos tomaram o seu lugar de enunciação, subvertendo os discursos dominantes que até então haviam desvirtuado os seus imaginários. O cinema foi assim usado como instrumento ativo de luta contra as políticas imperiais e expansionistas, sobretudo a partir de finais do século XX, com o *Tercer Cine*, movimento que teve repercussão na designada América Latina e em vários países africanos. No contexto africano, segundo Jean-Marie Teno, «a primeira vaga de cineastas africanos apropriou-se do cinema a fim de registar as lutas sociais e políticas dos primeiros anos da independência» (2016: 939), desafiando o discurso colonial e oferecendo

(3) Esta e subsequentes traduções para português de obras citadas são da minha responsabilidade.

ao público africano representações que promoviam a dignidade e a esperança num projeto de futuro.

Essas *novas imagens* sobre o mundo trabalhavam sobre o imaginário que queriam ver desmontado, procurando impugnar uma ideia de autenticidade de que esses criadores passados se haviam arrogado. Os novos criadores lutavam pelo seu lugar enquanto agentes da História, aspirando a inscrever a sua versão do mundo ao arrepio do olhar hegemónico que vigorava. O cinema, todavia, não é um palimpsesto, o que significa que todas as imagens acabam por subsistir, a despeito das outras imagens que surgem para as contestar – podendo, inclusive, continuar a influenciar as percepções sobre a *realidade*.

Em Portugal, com a deposição do Estado Novo a 25 de Abril de 1974, o cinema nacional pôde reorientar-se à luz de novos caminhos, já não mais agrilhoados pela censura. Porém, de que forma é que o peso do passado colonial assomou no imaginário cinematográfico? A propósito da Guerra Colonial, diz-nos Paulo Cunha que, nos anos que sucederam à revolução, o cinema caminhou «desconfiado e lentamente, ao contrário do que acontecera ao cinema americano em relação ao Vietname» (2003: 199) o que, ainda nas suas palavras, impulsionou um exorcismo coletivo e consistente da guerra. O silêncio marcou fortemente o cinema português após a revolução de Abril, num período «de instabilidade política e emocional onde a sociedade tentou fugir aos fantasmas do passado acreditando num futuro que se queria de esperança e passava, necessariamente, por uma viragem estratégica à Europa e um conseqüente abandono de África» (Cunha 2003: 200-201).

Por sua vez, Ana Cristina Pereira (2019), não obstante assumir que a dimensão traumática deste acontecimento promoveu um silenciamento no seio da sociedade portuguesa, considera que a Guerra Colonial é um tema fundador no cinema português após a revolução de Abril (a autora foca-se na ficção quando faz esta afirmação). Pereira, todavia, não limita o seu *corpus* de filmes às reconstituições da guerra, incluindo também o contexto subsequente, isto é, as obras que abordavam diretamente «a culpa, o transtorno de personalidade e o “stress pós-traumático” (...) [.] aspetos presentes transversalmente nos filmes sobre a Guerra Colonial» (Pereira 2019: 153).

No campo do documentário, importa assinalar as propostas estéticas e narrativas que incidem sobre a memória da resistência ao colonialismo, desde o designado cinema militante entre 1974-1976 (*Que Farei eu com Esta*

Espada, 1974, João César Monteiro, e *Deus, Pátria, Autoridade*, 1976, de Rui Simões), passando pela década de 1980 (*Acto dos Feitos da Guiné*, 1980, de José de Matos-Cruz) até ao cinema contemporâneo (*48*, 2010, de Susana de Sousa Dias). Também estes filmes trabalham sobre a imagem da *nação* veiculada durante o Estado Novo, interrogando a sua repercussão até ao presente no designado inconsciente coletivo.

Assim, se «a nação partilha com o cinema a necessidade de projeção de modo a poder existir» (Piçarra 2016: 43), interessa desvelar as outras existências que foram suprimidas face a tão austera quimera; e uma das formas mais eficazes de afirmação das existências marginais é justamente através das histórias que as tornaram possíveis – é nas histórias que reside essa autenticidade do ser, a sua mais profunda e diáfana relação com o mundo. Procuraremos encontrar a relevância do documentário nesta premissa e, sobretudo, pensar a obra *Sonhos de uma Revolução* de Pedro Neves enquanto exercício fílmico que encontra nessas histórias um sentido universal.

Cinema documentário e verdade

Sobre o documentário paira permanentemente o ónus da verdade, no sentido em que, nas palavras de Louise Spencer e Vinicius Navarro (2011), o espectador espera destes filmes algum tipo de conhecimento sobre a realidade filmada – mesmo apesar dos esforços de vários cineastas que, aliados ao desenvolvimento tecnológico, procuraram romper com determinadas convenções associadas ao cinema documentário, sobretudo no princípio da segunda metade do século XX.

Segundo Spencer e Navarro (2011), não só existem diferentes formas de apresentar a verdade sobre determinado acontecimento, como também vigora, em parte, a crença de que a verdade sobre o mundo jamais poderá vir a ser alcançada. E, ainda que não nos interesse debruçarmo-nos especificamente sobre a verdade enquanto problema filosófico, interessa-nos pensar o ato criativo na busca da(s) verdade(s) sobre o mundo. E cada uma dessas verdades justifica-se e encontra o seu sentido na história que a perfilha, porquanto os desejos de existência se reconhecem.

Retomando uma das questões previamente enunciadas, e que concerne à noção de verdade no filme documentário, interessa interrogar os propósitos de Pedro Neves na feitura deste filme. Qual é o sentido de

Sonhos de uma Revolução? Procuraria o cineasta uma *verdade* e, se sim, que verdade seria esta? Quando um filme nos desconcerta por apresentar propostas que o espectador encara como *verdades*, a pergunta impõe-se. Então, resta-nos procurar (não é apenas no documentário que podemos obter conhecimento sobre o mundo, mas também na ficção, como notam Spencer e Navarro, 2011) estratégias para legitimar, não a *verdade* que se apresenta diante dos nossos olhos, mas a *forma* como a mesma se apresenta.

Deste modo, a verdade enquanto problema filosófico infiltrou-se na evolução das teorizações sobre o documentário. Como enunciou Jonathan Kahana (2016: 2), «qualquer meio que vise ser “útil” – aspirando não apenas ao critério intelectual de verdade, mas também à novidade, à instrução social, à convicção moral ou ação política, originalidade etnológica –, transita entre fases de relevância e de obsolescência».

Talvez por este motivo, Bill Nichols tenha procurado solucionar a questão afirmando que «todos os filmes são documentários» (2010: 26), dividindo-os entre os documentários de satisfação de desejos (ficção) e os documentários de representação social (não-ficção). Porém, como adianta Manuela Penafria, apesar de o documentário ser utilizado como sinónimo de não-ficção, «nem todos os filmes de não-ficção são documentários, ou seja, a utilização do termo não-ficção deve servir, não para designar o documentário, mas para incluí-lo num conceito lato e flexível que reconhece diferentes formas de fazer filmes» (1999: 21).

Deste modo, ilustrando a impossibilidade de o documentário ser reduzido a um verbete, estes autores interessam-se particularmente pela própria ambiguidade inerente às permanentes (re)formulações deste conceito, sempre sob a sombra das porosas fronteiras entre géneros e/ou sistemas narrativos (Kahana 2016). Como adianta Jonathan Kahana (2016: 2), «estas fronteiras entre o documentário e outras práticas de não-ficção⁽⁴⁾ são muitas vezes consideradas demasiado prosaicas, instrumentais ou efémeras para ter um lugar na tradição documental», sendo esse o caso, por exemplo, do filme promocional, da propaganda de Estado (ou revolucionária), as atualidades, os *travelogues*, o filme-diário e o filme caseiro (Kahana 2016).

Com efeito, e segundo Paul Rotha (1951), aquilo que nós viríamos a chamar documentário não apareceu como um método cinematográfico

(4) E podemos incluir também a ficção.

distintivo em nenhum momento da História do cinema, tendo, ao invés, evoluído gradualmente, «em parte como resultado de esforços amadores, em parte como fruto de fins propagandísticos, em parte como estética» (Rotha 1951: 75). Daí a relevância, como começamos por referir, de pensar a questão da verdade como problema epistemológico (Kahana 2016), isto é, «não aquilo que aprendemos com os documentários, mas como o aprendemos» (2016: 6). O autor prossegue (2016: 6)

o que torna um documentário fiável ou verdadeiro enquanto relato ou defesa de eventos, pessoas, ideias do passado ou do presente? Como é que um filme complementa (ou compete com) outras formas de observar, refletir sobre e explicar a História, a sociedade, a natureza, a cultura ou a psicologia?

Como afirma Paul Rotha (1951), o cinema, tendo sido amplamente utilizado como forma de influenciar a opinião pública a aceitar determinadas crenças políticas, não o fez só através da propaganda; assim, «além da propaganda política, há muitos outros aspetos dos assuntos nacionais e relações públicas que recorrem ao cinema para efeitos de divulgação, de forma a construir simpatia e compreensão mútua entre o povo e o trabalho dos serviços públicos» (1951: 61).

Assim, nas palavras de Viola Shafik (2023: 13), «dada a capacidade de o documentário sugerir veracidade, o passado acaba por servir outras necessidades e fins», quer no plano da intervenção que tem no horizonte a mudança, quer no uso da retórica nacionalista para persuadir o público. Ainda segundo Shafik, é necessário atentar «à fissura passível de abrir entre intenção declarada (confiabilidade ou subjetividade) e motivação dissimulada (manipulação de factos e opiniões sob o pretexto da subjetividade)» (2023: 13).

Como descortinar essas intenções? Aquando da escrita de *De Caligari a Hitler*, Siegfried Kracauer (1966 [1947]) considerava que os filmes refletiam a mentalidade única da nação de uma forma mais capaz do que qualquer outra prática artística, porquanto nunca eram produto de um único indivíduo, dirigindo-se e apelando a uma multidão anónima. Assim, mesmo quando os filmes apresentavam motivos aos quais eram sensíveis apenas uma parte da população, o que sobressaía era o desiderato de cristalizar uma série de narrativas, imagens e símbolos a partir dos quais o imaginário nacional se consolidava (Kracauer 1966).

A este propósito, Sherry Ortner evoca o debate em torno da legitimidade que os cineastas possuem para incorporar a sua perspetiva política no discurso fílmico. Incidindo nos filmes produzidos pela produtora *Brave New Films*, a autora explora a «dimensão deveras política» (2023: 6) dos mesmos, procurando traçar um paralelo com a longa linhagem de um «cinema engajado» (Waugh 1984 apud Ortner 2023) que se iniciou na década de 1920 e que é primordialmente representada pelos documentários (Ortner 2023). Desde os contributos de Dziga Vertov (Escola Soviética) ou de John Grierson (Escola Documentarista Britânica) entre as décadas de 1920 e 1930, Ortner ilumina as várias práticas⁽⁵⁾ do cinema politicamente (e socialmente) comprometido até ao presente, antecipando um capítulo onde se proporá analisar algumas tendências do documentário contemporâneo com compromisso político e social⁽⁶⁾.

A reflexão de Ortner obriga-nos a aprofundar as distinções entre cinema de propaganda, cinema político e ativismo, visto que estes conceitos carecem de ser problematizados à luz da sua historicidade (contextos sociopolíticos) e da sua função discursiva (hegemonia e dissidência): isto é, ora o filme enquanto reflexo dos esforços da nação em reforçar a sua legitimidade e o seu poder, ora o filme enquanto voz dissidente que reclama mundivisões alternativas a discursos dominantes. O cinema foi veículo da propaganda, mas também da intervenção política na sua feição militante e revolucionária (Combs, Combs 1994; Pereira 2019; Cunha 2021; Ortner 2023).

Bibliografia mais recente tem incidido no campo dos estudos da imagem em movimento enquanto espaço para pensar a disputa da memória, visto que «as leituras do passado através dos discursos audiovisuais têm aumentado, reclamando a necessidade de analisar um

(5) A autora prossegue, considerando que a «prática cinematográfica radical das décadas de 1920 e 1930 foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial, priorizando-se os documentários que enalteciam os esforços de guerra e da nação» (2023: 8, minha tradução). Porém, descreve outras tendências cinematográficas comprometidas a nível político e social, como o *Free Cinema* no Reino Unido, o *Tercer Cine* na América Latina e nalguns países africanos ou os cineastas norte-americanos que, entre as décadas de 1950 e 1960, responderam à turbulência política da época, marcada pelo crescimento dos movimentos antirracistas, pela forte oposição à Guerra do Vietname ou os movimentos feministas.

(6) Segundo a autora, «o trabalho mais recente sobre documentário e ativismo integrará capítulos subsequentes, incluindo os trabalhos desenvolvidos no âmbito da *Visible Evidence* (...) e uma nova vaga de estudos sobre o impacto da internet no ativismo documental» (2023: 8, minha tradução).

contexto impregnado de representações visuais da história» (Macedo et al. 2023: 2). A nosso ver, a deriva política e social de um cinema que desafia representações hegemônicas da nação possui, historicamente, um compromisso com a urgência de releituras da memória histórica, como verificamos já desde o *Tercer Cine*⁽⁷⁾. No contexto português contemporâneo, cineastas como Susana de Sousa Dias, Catarina Mourão ou Catarina Alves Costa têm utilizado o documentário como modo de interpelar a História, propondo novas leituras sobre o passado a partir das experiências de agentes históricos distintos, muitas vezes invisibilizados.

Todavia, importa assinalar que os filmes que propõem leituras orientadas para desafiar representações hegemônicas da nação configuram um fenómeno que urge ser analisado, «tanto nas práticas de regimes autoritários (...), quanto em democracia», como referem Cabecinhas e Pereira (2014: 106). É neste âmbito que se torna relevante pensar *Sonhos de uma Revolução*, mais concretamente à luz da disputa permanente entre discursos que vêm marcando o contexto português atual – por um lado, o peso do passado colonial herdado da mitologia estadonovista (Seabra 2001; Piçarra 2016; Pereira 2019), por outro, a arena onde a resistência se inscreve simultaneamente enquanto discurso artístico, social e político.

Entre arquivo e encenação: estratégias do documentário contemporâneo em *Sonhos de uma Revolução* (2023)

Li em algum lado que a eficiência da mentira diz mais da ingenuidade do enganado do que da arte do mentiroso.

Mia Couto in *O Mapeador de Ausências* (2022: 186)

No princípio, a câmara capta o percurso acidentado pela estrada para Inhaminga, que alberga o eco das balas caladas há muito; o trajeto ininterrupto através desse trilho, flanqueado de ervas e de trevas,

(7) No âmbito do *Tercer Cine*, obras como *La hora de los hornos* (Fernando Solanas e Octavio Getino, 1968) e *La batalla de Chile* (Patricio Guzmán, 1975-1979) propõem leituras históricas e político-económicas da Argentina e do Chile à luz das continuidades entre colonialismo e neocolonialismo, denunciando os mecanismos contemporâneos de dependência e dominação.

é o de uma jornada que principiou antes de o filme iniciar – efeito sugerido pela dimensão errante da câmara que perscruta os lugares dos quais tomamos conhecimento n’*O Mapeador de Ausências*, de Mia Couto. As imagens afiguram-se como pedaços de um tempo circular, que tergiversa na sua reconstituição de um passado a partir das vozes que se viram apagadas ao longo da História.

É repetidamente evocada a queda do Império, numa constante vigilância da sua luz remanescente, como enuncia uma das personagens, encarando a câmara: «É o Império aquela luz que se apaga ou apenas um vaga-lume?». Subsequentemente, a voz de Samora Machel impõe-se, reclamando um fio condutor que hesita em estabelecer-se no seio das imagens noturnas iniciais. Pois não é durante o escuro da noite que «as palavras perdem o dono» (Couto 2022: 252) e «o céu se ajoelha para entrar nos nossos sonhos» (2022: 292)?

É quando surgem as imagens de arquivo – que mostram os esforços das lutas dos movimentos de libertação e o discurso de Samora Machel – que o filme parece reclamar a identificação com um género: o documentário. Verificámos, nos capítulos anteriores, diversas estratégias de mapeamento da linguagem do cinema documentário, ainda que jamais negando a ambiguidade inerente a essas mesmas tentativas de sistematização. Todavia, não cremos que Pedro Neves se socorra deliberadamente de determinados preceitos a fim de conseguir inscrever o seu filme numa categorização específica. A nosso ver, ao longo da sua obra, Pedro Neves tem alinhado o dispositivo documental com uma leitura política do imaginário⁽⁸⁾, posição que procuraremos justificar e explorar ao longo do presente capítulo.

Em *Sonhos de uma Revolução*, essa leitura política passa pela reivindicação de um regime de *verdade*, não obstante ser fundamental reiterarmos a defesa de Kahana (2016) de que aquilo que nos deve interessar não é a *verdade* em si, mas os meios através dos quais essa *verdade* é comunicada ao espectador. Com efeito, no diálogo entre as imagens registadas e selecionadas por Pedro Neves, aquilo que sobressai não é uma verdade panfletária, mas uma noção de verdade que procura

(8) No cinema de Pedro Neves, esta dimensão política manifesta-se na atenção a contextos de pobreza e exclusão social, como se observa em *Os Esquecidos* (2008) e *Desencontros* (2010), bem como em *Acima das Nossas Possibilidades* (2014), filme que incide sobre as consequências sociais da austeridade em Portugal.

funcionar como homenagem aos agentes históricos que nela creram, mas cujo testemunho acabou apagado. Prevalece, deste modo, o desafio de recolher os vestígios da resistência a partir da invisibilidade – daí o realizador ter-se debruçado sobre os romances de Mia Couto e João Paulo Borges Coelho, recolhendo os diálogos que, a seu ver, melhor ilustravam este fenómeno. Deste modo, a verdade interessa enquanto processo, e não como fim.

No romance *O Mapeador de Ausências*, de Mia Couto, os diversos personagens enunciam, cada um, a sua verdade, tornando-se agentes de uma arqueologia do passado. É esse exercício que Pedro Neves traduz através da imagem fílmica, servindo-se do documentário enquanto género poroso, que absorve o potencial de diferentes faculdades de expressão: vejamos os espaços, vazios ou habitados por indivíduos que encenam os seus diálogos ritualísticos ou prosaicos; e, concomitantemente, as imagens de arquivo, que se afirmam enquanto espaço que possibilita a interlocução entre passado e presente. Se, no entender de Spence e Navarro (2011: 23), podemos reconhecer o documentário a partir de «técnicas e processos convencionais (...), códigos específicos, entendimentos e expectativas partilhadas por uma comunidade específica – os criadores e espectadores de filmes e vídeos de não-ficção», é também verdade que a diversidade de filmes do género nos mostra que a hibridéz é um traço indelével da designada estética do filme documentário.

Quando estes mesmos autores falam de «encenação da verdade» (2011: 25), referem estratégias como a recriação ou reconstituição, que, nas suas palavras, não são sinónimas de falsificação, «sendo, por vezes, processos legítimos na representação não-ficcional» (2011: 26). Os autores falam ainda do papel do som, não só através do comentário em *off* ou de entrevistas, mas também do som direto, que pode «preservar traços aurais do mundo fenomenológico», levando-nos «a crer naquilo que ouvimos face à capacidade de o microfone captar o som tal como o mesmo se ouve na vida real» (2011: 15). Como afirma Sklar (2016: 730), a flexibilidade do equipamento reconfigurou a prática do cinema documentário, visto que «já não era necessária a narração em *off*, trabalho de som em pós-produção ou reconstituições quando a câmara podia ser parte da ação, quando cada som podia ser diretamente gravado».

Com efeito, encontramos em *Sonhos de uma Revolução* uma fusão de técnicas, nomeadamente: as personagens que encenam os seus

movimentos diante da câmara, a narração em *off*, o som direto e as imagens de arquivo. Todavia, a narração em *off* não funciona como comentário sobre a ação, nem a encenação das personagens opera como reconstituição de um determinado evento. A mobilização destas técnicas situa o filme numa zona liminar do documentário contemporâneo, na medida em que a experiência do real se vê mediada por procedimentos de composição performativa e por uma montagem de natureza sensorial, centrada no ritmo, na textura sonora e na duração – aproximando-o, deste modo, de um campo mais amplo de cinema de não-ficção, no interior do qual o documentário se configura como uma forma possível (Penafria 1999).

Deste modo, como verificámos no enquadramento teórico, as potencialidades do cinema documentário devem ser pensadas a partir da sua condição de género que vem progressivamente abolindo as fronteiras entre códigos específicos. Esta reatualização da própria linguagem reflete a mutável relação do documentário com a questão da *verdade* que até hoje persiste como uma problemática por lacrar. A verdade é atingida através da observação (pretensamente objetiva) ou da investigação sobre determinada realidade, a fim de a comunicar ao espectador?

Recordemo-nos de que a obsessão dos documentaristas em capturar a designada realidade, tendência que foi teorizada e cunhada pelo *cinema vérité* e pelo cinema direto no princípio da segunda metade do século XX (Barnouw 1993), «celebrava a observação ao invés da investigação» (1993: 330). Simultaneamente, o desenvolvimento tecnológico, como as pequenas câmaras de 16mm, os *portapacks* e o som portátil, permitiu atingir esse grau de imediatismo e autenticidade no cinema documentário (Sklar 2016).

Com efeito, esta «técnica de cinema direto e não intrusivo foi particularmente importante para os realizadores etnográficos, em cujos filmes o narrador – em particular uma ‘autoridade’ que interpretava a vida ‘nativa’ – era um espelho do olhar colonialista, que condicionava a experiência do espectador» (Barnouw 1993: 331), como verificamos, por exemplo, nos filmes de Jean Rouch (Diawara, Diakhaté 2011). Por outro lado, o cinema direto e a docuficção⁽⁹⁾, nas palavras de Diawara e

(9) Utiliza-se aqui o termo *docuficção* no sentido mobilizado por Diawara e Diakhaté (2011), para designar práticas que articulam procedimentos documentais com estratégias de encenação e construção narrativa. Neste contexto, o termo é convocado sobretudo para

Diakhaté, são também «os primeiros géneros utilizados pelos cineastas africanos desejosos de encontrar uma identidade africana» (2011: 92).

Ou seja, a rutura com as convencionais premissas do documentário passava igualmente por uma rutura com a equivocada ideia da autenticidade do olhar que pousava sobre determinados espaços e comunidades. Ao incorporar tanto o abandono de técnicas e de métodos como a reatualização dos mesmos, o filme documentário exige que «o *documento visual*, longe de ser um espelho ou um artefacto a ser interpretado pelo académico, [contenha] em si uma interpretação» (Sklar 2016: 728). Aí reside, segundo o autor, o grande desafio metodológico, porquanto o que nos deve interessar, primordialmente, é o «produto cultural e as estratégias estéticas e motivos sociais do seu criador» (Sklar 2016: 728).

As estratégias estéticas e motivos sociais de *Sonhos de uma Revolução* configuram a verdade procurada pelo cineasta, consolidando o seu gesto político. Deste modo, ao propormo-nos glosar a interpretação de *Sonhos de uma Revolução* sobre os espaços filmados, aflora a interrogação: como resistir ao apagamento? Consciente da acuidade dessa pergunta, Pedro Neves ventila o presente com o ímpeto das histórias esquecidas, enfrentando a História e a sua obliteração seletiva, encabeçando uma proposta de reparação que emprega como trunfo a interpelação crítica do passado.

Crendo que o cinema é móbil privilegiado na disputa da memória, Pedro Neves reivindica o seu posicionamento inconformado face à História; e a resistência ao colonialismo português, presente nos romances *O Mapeador de Ausências* e *O Museu da Revolução*, norteia o rastreamento dos espaços representados ao longo do filme. A este propósito, os discursos de Samora Machel não se afiguram redundantes, apesar da clareza da sua mensagem, que contrasta com a hermeticidade das imagens: porém, são as suas palavras que, juntamente com a narração em *off*, encaminham o espectador através desse fluxo que se assemelha ao sonho, restaurando a memória através da evocação da resistência coletiva ao apagamento.

Chegando ao cinquentenário da revolução de 25 de Abril de 1974, testemunhámos em Portugal, tal como noutros países do mundo, a

sublinhar a porosidade entre regimes de representação e as formas através das quais o cinema pode inscrever a experiência histórica e social.

proliferação de discursos nacionalistas e de exclusão – consequência da contínua negligência das *outras histórias* capazes de desafiar retóricas hegemônicas. Seja o pescador que atravessa o rio, as crianças que fitam um ponto indistinguível, as luzes que oscilam na paisagem crepuscular, os crocodilos que surgem à superfície da água – todas essas imagens carregam significado, pois são o clamor de um passado que não se resigna com o esquecimento.

No contexto nacional, *Sonhos de uma Revolução* alinha-se com uma inquietude transversal ao documentário português contemporâneo, que encontra na memória o horizonte de interpelação contínua do imaginário nacional (Macedo 2016; Pereira 2019; Macedo et al. 2023). A bibliografia que nos auxilia a compreender o modo como a construção imaginária do Estado Novo se traduziu através da produção cinematográfica centrada na questão colonial (Seabra 2001; Cunha 2003; Piçarra 2016) verificou-se particularmente útil na discussão teórica deste artigo, promovendo a afinidade com um regime visual que nos facilitou a análise do filme de Pedro Neves. Por outras palavras, *Sonhos de uma Revolução* ancora-se na inquietação face ao passado colonial e, a partir daí, constrói o seu apelo ao presente.

«Quando desenterramos o passado, encontramos um futuro morto» (00:08:06-00:08:12), diz uma das personagens do filme. Essa afirmação, não obstante o seu aparente pessimismo, hospeda uma promessa de reparação. Ao escavar esse passado, Pedro Neves reenquadra os espaços sob as evocações dos romances, sob os discursos de Samora Machel e sob o eco das histórias que pelem por ser descortinadas. No final, as imagens de arquivo projetadas nas raízes das árvores ilustram o conagraçamento entre passado e presente, reclamando a continuidade da revolução – o clamor repetido de Samora Machel, «A luta continua!», ao qual se juntam outras vozes resistentes, não se esgota no respetivo momento histórico: é antes a demanda perene que inscreve o destino dos povos.

Considerações Finais

Se, enquanto representação de mundos que procuravam erigir uma visão una da ideia de nação, o cinema teve um papel determinante na manipulação das massas (Combs, Combs 1994), interessa-nos deslocar esse gesto político para novas propostas de criação. *Sonhos de uma*

Revolução reivindica esse espaço, permitindo-nos reconhecer as marcas de várias tradições do cinema documentário e sustentar uma leitura que não se esgote na temática, mas que identifique formas de subversão também ao nível formal.

Ao configurar um terreno fértil para o desenvolvimento de investigações no campo das representações sociais e dos estudos da memória, o cinema reafirma a relevância do seu papel enquanto objeto de estudo, evidenciando a permeabilidade da academia a uma «vasta gama de evidências não tradicionais», como nota Sklar (2016: 726). É neste contexto que o autor inclui, entre essas evidências, a imagem em movimento, sublinhando que têm vindo a ser feitas «reivindicações sobre o que esses materiais podem revelar sobre a cultura que os produziu» (Sklar 2016: 726), transformando o próprio campo de visão dos investigadores.

Em 2024, Portugal viu-se marcado por um período de debate sobre as reparações históricas pelo colonialismo e pela escravatura após as declarações do presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa proferidas durante um jantar com correspondentes estrangeiros⁽¹⁰⁾. A agitação provocada por estas declarações estimulou um debate que, mantendo-se até então em espaços relativamente restritos, acabou por ser deslocado para a praça pública, «consequência (...) da “pressão de grupos activistas” e da pressão internacional» (Rodrigues 2024: s/p). Num destes debates, que decorreu no contexto do programa *É ou Não É*, transmitido pela RTP1 a 7 de maio de 2024, a investigadora Ana Cristina Pereira/Kitty Furtado considerou que, por sua vez, «um dos lugares de reparação tem sido a arte», sinalizando a importância deste território na contestação de discursos e, por sua vez, na veiculação de contradiscursos através de suportes e meios diversos.

O cinema não prescinde do seu papel nesse processo, porém, é necessário atentar à bibliografia que se vem debruçando sobre a expansão desse fenómeno através de suportes emergentes. As representações sociais, «sistemas de representação que guiam a nossa relação com o mundo (...) são construídas, preservadas e transformadas» (Macedo et al. 2023: 1), o que nos alerta para novas e irrefreáveis formas de

(10) Marcelo Rebelo de Sousa, citado pela agência Reuters: «Temos de pagar os custos. Há ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Há bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos reparar isto».

veiculação de discursos de exclusão. Destaque-se, a este propósito, os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito dos estudos da imagem em movimento, e que enfatizam o papel do cinema como veículo de compreensão das dinâmicas sociais, históricas e culturais, assim como veículo de contradiscursos que aspiram a um projeto coletivo de reparação do passado.

Neste contexto, interessa transferir definitivamente este debate (tão premente na investigação académica) para o espaço público, tornando-o uma inquietação irrevogável na contínua construção de um sentido de comunidade.

Bibliografia

- Barnouw, Erik (1993). *Documentary. A history of the non-fiction film*. Oxford: Oxford University Press.
- Bethencourt, Francisco, Figueiredo, Isabela, Furtado, Kitty et al. (2024). *É possível reparar os erros do nosso passado?* RTP 1. Retirado de <https://www.rtp.pt/play/p12767/e767534/e-ou-nao-e-o-grande-debate>
- Cabecinhas, Rosa, Pereira, Ana Cristina (2014). “Alteridade e Ficção: Representações ‘raciais’ no Cinema Pós-Colonial em Portugal e em Moçambique”, in Zara Pinto-Coelho, Nelson Zagalo (eds.), *Comunicação e Cultura. III Jornadas Doutorais, Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 105-122.
- Coelho, João Paulo Borges (2021). *O Museu da Revolução*. Lisboa: Caminho.
- Combs, James, Combs, Sara T. (1994). *Film Propaganda and American Politics: An Analysis and Filmography*. London: Routledge.
- Couto, Mia (2022). *O Mapeador de Ausências*. Lisboa: Caminho.
- Cunha, Paulo (2003). “Guerra colonial e colonialismo no cinema português”, *Estudos do século XX - colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*, 3, 185-208.
- « — » (2021). “Terceiro Cine ou a descolonização do cinema”, in Nelson Araújo (ed.), *História do Cinema. Dos Primórdios ao Cinema Contemporâneo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 129-156.
- Diawara, Manthia, Diakhaté, Lydie (2011). *Cinemas Africanos. Novas formas estéticas e políticas*. Lisboa: Sextante Editora.

- Kahana, Jonathan (2016). "Editor's General Introduction", in Jonathan Kahana (ed.), *The Documentary Film Reader*. Oxford: Oxford University Press.
- Kracauer, Siegfried (1966). *From Caligari to Hitler. A Psychological History of the German Film*. Princeton: Princeton University Press.
- Macedo, Isabel (2016). *A literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Macedo, Isabel, Lins, Luiza, Vieira da Silva, Tiago, Cabecinhas, Rosa (2023). "Exploring images of otherness through cinema. Analysis of counter-visualities in Portuguese films". *Papers on Social Representations*, 32, 2, 1.1-1.27.
- Musil, Robert (2008 [1930]). *O Homem sem Qualidades*. Volume I. Lisboa: D. Quixote.
- Nichols, Bill (2010). *Introdução ao Documentário*. Campinas: Papirus Editora.
- Ortner, Serry B. (2023). *Screening Social Justice. Brave New Films and Documentary Activism*. Durham: Duke University Press.
- Penafria, Manuela (1999). *O Filme Documentário: História, Identidade, Tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Pereira, Ana Cristina (2019). *Alteridade e identidade na ficção cinematográfica em Portugal e em Moçambique*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- « — » (2022). "Filmar Para Exortar à Revolta Conversa com Lopes Barbosa", in Ana Cristina Pereira, Rossa Cabecinhas (eds.), *Abrir os gomos do tempo: conversas sobre cinema em Moçambique*. Braga: UMinho Editora.
- Piçarra, Maria do Carmo (2013). "Cinema Império: o «fado tropical» na propaganda", in Maria do Carmo Piçarra, Jorge António (eds.), *Angola, o Nascimento de uma Nação. Vol. I – O Cinema do Império*. Lisboa: Guerra & Paz Editores.
- « — » (2016). *Azuis Ultramarinos. Propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo*. Lisboa: Edições 70.
- Ribeiro, Carla (2024). "Um Cinema Nacional de Projecção Internacional: António Lopes Ribeiro nas décadas de 1930 e 1940", *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*, 11, 1, 50-80.
- Rodrigues, António (1 de maio de 2024). "Não 'fica bem' a Portugal estar 'cada vez mais isolado' no 'discurso negacionista'", *Jornal Público*.

- Rotha, Paul (1951). *Documentary Film*. London: Faber & Faber Ltd.
- Seabra, Jorge (2001). *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa: 1945-1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Shafik, Viola (2023). *Resistance, Dissidence, Revolution. Documentary Film Esthetics in the Middle East and North Africa*. London: Routledge.
- Sklar, Robert (2016). "Documentary. Artifice in the service of truth", in Jonathan Kahana (ed.), *The Documentary Film Reader*. Oxford: Oxford University Press, 726-730.
- Spence, Louise, Navarro, Vinicius (2011). *Crafting Truth: Documentary Form and Meaning*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Teno, Jean-Marie (2016). "Writing on Walls. The Future of African Documentary Cinema", in Jonathan Kahana (ed.), *The Documentary Film Reader*. Oxford: Oxford University Press, 726-730.
- Vieira da Silva, Tiago (2023). "Sonhos e ausências: que projetos para a memória?", in *Caderno MICAR 2023. Memória contra o colonialismo – do silêncio à reparação. Contributos para a 10.ª Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista*. Lisboa: SOS Racismo.

RECENSÕES CRÍTICAS

Bardon, Adrian (2020). *The Truth About Denial: Bias and Self-Deception in Science, Politics, and Religion*. New York: Oxford University Press, 352 p., ISBN: 9780190062279

Science denial has emerged as a critical area of scholarly concern, evidenced by a growing corpus of academic literature that interrogates its cognitive, ideological, and sociopolitical underpinnings. Adrian Bardon's *The Truth About Denial: Bias and Self-Deception in Science, Politics, and Religion* exemplifies this trend, providing a seminal synthesis of epistemic, psychological, and political frameworks to elucidate the mechanisms underlying the rejection of empirically validated knowledge. Bardon's analysis situates denialism—manifested in climate skepticism, ideological economic doctrines, and religious extremism—within the broader phenomenon of identity-protective cognition, wherein epistemic norms are systematically subordinated to the preservation of entrenched ideological narratives and group affiliations. This framework posits that denialist practices arise not merely from informational deficits but from the interaction of motivated reasoning, affective polarization, and the sociocognitive imperative to maintain alignment with identity-defining belief systems.

The conceptual framework of Bardon's analysis is anchored in a synthesis of Quinean epistemology, which situates beliefs within interconnected webs of ideological commitment, and dual-process cognitive theory, which distinguishes affectively driven intuitive reasoning from deliberative analytical cognition. Bardon extends these foundations through the term of «motivated reasoning», defined as habitual cognitive practices that privilege identity congruence over truth-apt belief formation (p. 31). This framework challenges positivist assumptions about the corrigibility of false beliefs, arguing instead that denialism emerges when empirical evidence threatens the coherence of self-conceptualization or group belonging. The implications

for science communication are profound: Bardon's analysis suggests that fact-centric communication models are inherently inadequate to address denialism's roots in moral and existential anxiety (p. 111-112).

The book's tripartite structure systematically deconstructs denialism's psychological, institutional, and discursive dimensions. The initial section (chapter 1) establishes a theoretical foundation by analyzing confirmation bias, cognitive dissonance, and the «backfire effect» as mechanisms of belief preservation. Here, Bardon draws extensively on Kahneman's (2011) dual-process theory to illustrate how intuitive reasoning dominates in contexts where beliefs are entangled with identity. The second section applies this framework to case studies in climate science (chapter 2), economic policy (chapter 3), and religious fundamentalism (chapter 4). Of note is Bardon's analysis of climate denialism, which serves as a paradigmatic example of institutionalized doubt production, wherein corporate actors exploit cognitive biases to legitimize anti-scientific positions—a process he likens to the tobacco industry's historical deployment of «merchants of doubt» (Oreskes, Conway 2010). The final section proposes depolarizing local mitigation discussions as a normative framework for science communication, advocating for empathic dialogue that acknowledges the moral narratives underlying denialist positions while systematically dismantling their factual inaccuracies (p. 317).

While theoretically incisive, Bardon's work exhibits several limitations in its empirical and methodological scope. The U.S.-centric focus of its case studies—particularly the analyses of fossil fuel lobbying and evangelical opposition to evolutionary biology—constrains its applicability to global contexts where denialism operates through distinct sociocultural logics. For instance, vaccine hesitancy in Europe or AIDS denialism in South Africa might reveal alternative mechanisms of identity-protective cognition unaddressed by Bardon's framework. Furthermore, the proposed strategy of empathic and locally centered dialogue, while philosophically coherent, lacks operational specificity compared to empirically validated rebuttal frameworks such as technique rebuttal (McIntyre 2021). This theoretical-prescriptive gap is compounded by the book's limited engagement with digital media ecosystems, which play a pivotal role in the algorithmic amplification of denialist content.

Bardon's work makes three principal contributions to science communication scholarship. First, it bridges critical philosophy of science with empirical psychology, challenging the field to move beyond deficit-model assumptions regarding public misunderstanding (p. 102). Second, he sheds light on the moral dimensions of science denial, complementing Kahan's (2017) cultural cognition thesis while adding a normative dimension often absent in descriptive social science approaches. Third, it underscores the need for communication strategies that address both the cognitive

and affective drivers of denialism (p. 299). However, the book's focus on individual and institutional cognition risks obscuring the structural reforms required to combat systemic misinformation, such as regulatory interventions targeting algorithmic amplification or transnational disinformation networks.

The Truth About Denial is a relevant piece of work for scholars of science communication, political epistemology, and Science and Technology Studies (STS). Its theoretical rigor makes it particularly valuable for graduate seminars interrogating the intersection of cognitive psychology and science policy. Bardon accurately analyzes our current polarized climate, emphasizing the risk to productive public discourse. As he warns, «an atmosphere of ideological polarization and divisive rhetoric is not a good atmosphere for achieving good public policy outcomes» (p. 112), a sentiment that underscores the urgency of addressing this challenge. Practitioners seeking prescriptive guidance may find the concluding chapter's recommendations less immediately actionable than technique-focused frameworks like Schmid and Betsch's (2019) empirically tested rebuttal strategies. Nevertheless, Bardon's conceptual contributions provide a critical foundation for designing communication initiatives that address both the epistemic and existential dimensions of science denial, marking a significant advance in the field's capacity to navigate the «post-truth» epistemic landscape.

References

- Kahan, Dan. M. (2017). "Misconceptions, misinformation, and the logic of identity-protective cognition", *Cultural Cognition Project Working Paper*, 164, 1-9.
- Kahneman, Daniel (2011). *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- McIntyre, Lee (2021). *How to Talk to a Science Denier*. Cambridge: MIT Press.
- Oreskes, Naomi, Conway, Erik. M. (2010). *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. New York: Bloomsbury Press.
- Schmid, Philipp, Betsch, Cornelia (2019). "Effective strategies for rebutting science denialism in public discussions", *Nature Human Behaviour*, 3, 9, 931-939.

LAIDA ARBIZU AGUIRRE
University of the Basque Country (UPV/EHU)
laida.arbizu@ehu.eus
<https://orcid.org/0009-0001-3139-4597>

Miranda, Álvaro de, Braga, Teófilo (eds.) (2024). *A família Miranda e os Açores, Resistência e multiculturalismo*. Ponta Delgada: *Letras Lavadas*, 228 p., ISBN 978-989-735-516-5

Na já numerosa literatura memorialista sobre a resistência e luta pela democracia durante o Estado Novo, este livro é inovador no seu objecto e veio ocupar um espaço até agora vazio. Creio que não existe nenhuma outra obra sobre uma família e a sua relação conjunta com a resistência ao Estado Novo, ainda que naturalmente existam outras famílias com similar envolvimento, como tem sido transmitido em programas televisivos. A junção do multiculturalismo e anticolonialismo à resistência democrática torna este caso mais invulgar. A história da família Miranda decorreu entre Ponta Delgada, Goa, Lisboa e Londres. O livro divide-se em duas partes: a primeira parte compreende um conjunto de textos escritos por Álvaro de Miranda e, além do capítulo acerca da história da família, inclui outros dois, um acerca da sua relação com os Açores e um terceiro em que analisa a sua atividade política e sindical em Inglaterra. A segunda parte agrupa em capítulos separados, textos da autoria dos outros três membros da família, Lúcio de Miranda, o pai de Álvaro, Sacuntala de Miranda, sua irmã e Fédora de Miranda, sua mãe, precedidos por breves mas úteis introduções de Teófilo Braga, coorganizador do livro. Analisar cada um dos textos não seria nem adequado nem possível. Optei por uma perspetiva sintética em torno dos dois temas centrais: resistência e multiculturalismo, abrangendo o conjunto da família e neles destacando o percurso de cada um.

A questão de Goa desempenhou um papel central no percurso de vida da família Miranda. A conjuntura política em Portugal a seguir à libertação de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 esteve na origem de uma profunda fractura na vida da família Miranda. Face a este acontecimento, um golpe grave para a construção imperial portuguesa, o Estado Novo promove em todo o

país, manifestações de repúdio pela chamada «ocupação» destes pequenos enclaves do Estado Português da Índia, e naturalmente também em Ponta Delgada e no próprio liceu onde Lúcio de Miranda era um prestigiado e amado professor de matemática. Sentindo-se pressionado diretamente para manifestar a sua concordância com a política colonial do governo, Lúcio de Miranda escreveu uma carta de demissão e partiu para Londres em 1955. O seu projecto era juntar-se aos *Freedom Fighters* em Bombaim, o que não foi possível por falta de apoio da *Goa League* e outras entidades. Lúcio de Miranda veio a ser convidado para o cargo de ministro de educação aquando da constituição de um governo autónomo de Goa, integrado na União Indiana. Já era então professor de matemática numa escola pública em Londres. Não ousou submeter a família a nova mudança de vida.

Lúcio

A atitude de Lúcio de Miranda, o pai de Álvaro de Miranda, goês pertencente à elite católica, tem raízes anteriores e profundas. Lúcio era desde longa data partidário da independência da Índia e um democrata. Apoiara a candidatura de Norton de Matos pela oposição democrática à candidatura à presidência da República em 1949. Tinha uma formação cultural portuguesa, europeia e indiana. Em Coimbra, onde estudara, conheceu outros goeses e terá constituído com eles um pequeno grupo político, defensor da independência. Em 1936, colocado em Ponta Delgada como professor de matemática, editou um livro intitulado *A Índia e os indianos*, com as biografias de Gandhi, Rabindranath Tagore e Buda. Pertence ao capítulo sobre Tagore um dos seus textos publicados no livro. Deu um nome indiano à sua filha, o que era raro entre a elite católica. A estadia entre 1938 e 1942 em Goa, onde tinha pensado instalar-se, coincide com o renascimento do movimento de independência goês, que fora fundado em 1928 por Tristão da Bragança e Cunha, como relata Gaitondé. Nas suas memórias, Sacuntala de Miranda recorda as animadas conversas entre o pai e seus irmãos acerca da evolução na Índia e o seu sentimento nacionalista, nesses anos. De seu pai, Sacuntala de Miranda herdaria o gosto pela cultura indiana, que a marcou e até à sua filha, que deu igualmente um nome indiano à sua filha, neta da Sacuntala. Ambos, pai e filha, escreveram estudos sobre Goa, incluídos neste livro.

Escritos em conjunturas diferentes, o estudo de Lúcio em 1960, foi publicado no boletim da *Goa League*, o de Sacuntala, um inédito, terá resultado da sua estadia em Goa, em 1990, em período sabático, com o apoio da Fundação Oriente, como refere nas *Raízes*, o 2º volume das suas memórias. São ambos interessantes e completam-se. A Lúcio, escrevendo um ano antes

da integração de Goa e outros territórios na União Indiana, interessou sobretudo mostrar que esta região era parte integrante da Índia seja do ponto geográfico, do ponto demográfico e cultural. Apenas uma minoria falava e escrevia em português e havia muito mais alunos nas escolas inglesas de Goa ligadas a Bombaim do que nas escolas portuguesas. A religião católica era igualmente minoritária. Todas estas afirmações são acompanhadas de dados estatísticos oficiais. Salienta também a difícil relação entre o Estado central de Portugal e a elite goesa ao longo do tempo, como o atesta o facto de várias tentativas de nomear governadores pertencentes à elite goesa hindu esbarrarem sempre na violenta e imediata rejeição pela elite católica.

Sacuntala de Miranda

Cerca de três décadas mais tarde, o estudo de Sacuntala de Miranda debruça-se essencialmente sobre a história da resistência ao Estado Novo em Goa, com referências aos breves períodos de liberdade, como durante a 1ª República. Sublinha, tal como Lúcio, a influência indiana nas escolas inglesas, onde os professores eram hindus. Surpreendente é a sua nota final sobre a existência de dois deputados goeses na Assembleia Nacional Portuguesa após a integração de Goa na União Indiana e a permanência nos manuais de geografia do mapa da Índia portuguesa até ao fim do Estado Novo. A função decisiva da ligação entre os movimentos de libertação goês e africanos, que aqui destaca, é também geralmente desconhecida. Aliás, nos últimos tempos, pode dizer-se que a questão de Goa no seu conjunto tem sido esquecida. Ora, o caso de Goa, com o desfecho dramático para o exército português, desempenhou um papel relevante nas forças armadas envolvidas nas guerras em África. Foi o destino que rejeitaram.

Sacuntala de Miranda foi a primeira pessoa da família que conheci. A sua vida ficou espartilhada entre Lisboa, Londres e Argel. Ouvi falar dela antes de a conhecer, creio que estaria retida nos Açores, após a sua prisão no aeroporto de Lisboa por ter ido esperar, com muitas outras pessoas, Maria Lamas, regressada de um Congresso pela Paz em Helsínquia. No meio dos estudantes democráticos, ela aparecia como uma heroína, exactamente o contrário do que aconteceu em Ponta Delgada onde ela foi vista, segundo nos conta num texto que está neste livro, como «uma vergonha para a família». A imagem negativa difundida acerca das pessoas que ousavam de forma clara enfrentar a política do Estado Novo é referida várias vezes neste livro. Foi o caso também do Lúcio de Miranda, cuja partida dos Açores foi ali vista como um abandono, ou de Fédora Miranda depois da campanha de eleitoral de 1969. No continente sucedia exactamente o mesmo.

Conheci a Sacuntala desde a nossa juventude até ao fim da sua vida. Quando eu a conheci, eu era calouira e ela finalista do curso de Histórico-Filosóficas da Faculdade Letras, pertencia ao MUD juvenil, a que também vim a aderir, e encontramos-nos várias vezes nomeadamente na comissão da juventude da campanha presidencial de Humberto Delgado. Nas suas *Memórias de um peão* deixou-nos um testemunho da sua atividade política até ao 25 de Abril, entre Lisboa, Londres e Argel. Este livro foi uma pedrada no charco, porventura o primeiro livro de memórias de uma resistente democrática, escrito primorosamente como sempre fazia. Tinha uma grande facilidade de escrita. Os seus manuscritos, com uma letra bonita e legível, raramente tinham correções. Este primeiro volume das suas memórias, bem merecia ser reeditado, juntamente com o segundo volume de edição póstuma.

A sua vida sofreu um grande corte em 1960, quando decidiu ir para Londres para se reunir à família. Sentia-se cercada ideologicamente no Liceu onde ensinava em Lisboa. A situação dos pais já estava estabilizada e o seu irmão também já se tinha reunido a eles. A sua estadia em Londres transformou-se em exílio quando o governo português lhe negou a renovação do passaporte, o que a conduziu a solicitar e a obter o estatuto de refugiada política. Creio que foi o único membro da família a perder a nacionalidade portuguesa e tornar-se apátrida. Viria a recuperar a nacionalidade em 1969, com a abertura marcelista, quando tentou reinstalar-se sem sucesso em Lisboa. Apenas regressaria após o 25 de Abril. Saberia aproveitar este longo exílio, de 1960 a 1974, para tirar o curso de sociologia e viria a ensinar na Universidade Essex.

Retomara, entretanto, sua atividade política contra o Estado Novo, reunindo-se a outros portugueses exilados, no GPDI, em que o seu pai e seu irmão Álvaro, muito mais novo, já participavam. A sua dedicação à resistência anti-salazarista levou-a até Argel onde lhe parecia poder ter uma intervenção mais significativa. Depressa se desiludiu e regressou a Londres. A sua atividade política daí em diante vai orientar-se em vários sentidos complementares e sempre acompanhada por Álvaro de Miranda. Com alguns membros do GPDI e outros intelectuais que entretanto chegaram a Londres, envolveram-se ambos na constituição da Liga do Ensino e da Cultura portuguesa, similar à que já existia em Paris, vocacionada para a ajuda aos emigrantes que, entretanto, tinham começado a afluir em quantidade a Londres. Reconhecendo os limites desta acção, Sacuntala e Álvaro, juntamente com outros portugueses exilados, reorientaram o seu esforço para conseguir a sindicalização dos trabalhadores.

Após o 25 de Abril, continuaria a ter atividade política, mas entretanto ingressa na Universidade Nova de Lisboa, como professora e isso deu-lhe a possibilidade de retomar o trabalho de historiadora. Escreveu vários

livros, cada um deles um marco nas temáticas abordadas e que abrangem o desenvolvimento económico, o ciclo da laranja, a emigração, os motins populares, «os alevantes» nos Açores, entre outros temas. Esperemos que em breve a reedição dos seus principais trabalhos venha a ser viável.

Álvaro de Miranda

A iniciação política de Álvaro fora precoce, a sua primeira intervenção política ocorreu ainda nos Açores, quando aos 15 anos distribuiu folhetos da candidatura presidencial de Humberto Delgado, campanha dirigida em Ponta Delgada por António Borges Coutinho. Pouco depois, ainda em 1958, partiu para Londres a fim de reunir-se aos pais. Ali completou o ensino secundário e concluiu uma licenciatura em Física e ingressou na carreira universitária. Constituiu na Universidade onde lecionava, um Departamento de Estudos de Inovação, dedicado ao estudo da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Escreveria alguns textos sobre o tema, de que não nos fala aqui. Álvaro de Miranda fala aliás pouco acerca dos seus escritos sobre vários assuntos, que teria sido interessante conhecer. Um curto curriculum de cada membro da família, com a indicação das suas principais publicações teria sido muito útil.

Álvaro é um luso-britânico, que permaneceu ligado a Portugal e redescobriu os Açores nos últimos anos. A sua formação política e cultural inicial deve-se em larga medida a seu pai, a António Borges Coutinho e a Sacuntala, sua irmã, em particular quando ela se reuniu à família em 1960. Naturalmente veio a singrar o próprio caminho, que descreve no seu texto neste livro intitulado “Antifascismo, anticolonialismo e sindicalismo em Inglaterra na década de 70”. Este texto é uma importante contribuição para a história do exílio português em Inglaterra, menos conhecido que o exílio português em França.

Álvaro de Miranda acompanhou desde muito novo o seu pai na participação no grupo de portugueses democratas em Inglaterra já mencionado. A questão colonial, cada vez mais premente, levou à colaboração do GPDI com movimentos contra o colonialismo português, a *Goa League*, orientação que caracterizou também o *Portuguese Students Committee* a que esteve ligado, e que colaborou com o *Committee for Freedom of Moçambique Angola and Guiné*. Dessa acção conjunta contra o Estado Novo e o colonialismo viria a resultar um comício com 1500 pessoas de apoio a Amílcar Cabral na visita a Londres a convite do CFMAG em 1971 e a grande manifestação contra Marcelo Caetano em Londres, que envolveu os sindicatos ingleses e elementos do Partido Trabalhista, cuja organização descreve com pormenor.

Notável foi o trabalho de sindicalização levado a cabo junto dos trabalhadores emigrantes da hotelaria, da restauração e hospitais. Não sendo possível a constituição de um sindicato apenas de portugueses, foi constituído o *International Workers Branch*, reunindo também espanhóis, turcos e outras nacionalidades. Foi graças ao trabalho «incansável» de Álvaro, como nos conta Sacuntala de Miranda nas suas memórias, atrasando a sua carreira universitária durante vários anos e tendo sido até preso num incidente durante uma greve, que a sindicalização dos trabalhadores estrangeiros foi possível e também a sua legalização, em particular no caso dos turcos.

Após o 25 de Abril, Álvaro de Miranda juntamente com um grupo de amigos, continuará a luta política, publicando um boletim inglês, *Our Common Struggle*, destinado a esclarecer a opinião pública inglesa acerca da revolução portuguesa. *A luta comum* foi a versão portuguesa dirigida aos emigrantes, a que nos anos seguintes se dedicaram. Este ano, Álvaro de Miranda juntamente com alguns portugueses, incentivou a celebração dos 50 anos e organizou uma excelente exposição numa biblioteca londrina de um bairro onde vivem portugueses.

Resistência nos Açores: Fédora de Miranda

Fédora de Miranda foi o membro da família que participou mais ativamente na resistência nos Açores. Dotada de uma forte personalidade, decidida e generosa, apoiando a atividade política dos outros membros da família, foi um alicerce fundamental, providenciando o seu sustento de forma dura durante a doença de Lúcio e após a sua dramática morte em 1962. Quando se proporcionou o regresso a Ponta Delgada em 1969, Fédora de Miranda teve pela primeira vez na sua vida, aos 59 anos, a oportunidade de se envolver a fundo na campanha eleitoral, em que de novo António Borges Coutinho, candidato a deputado, teria um papel central. Uma vez terminada a campanha, escreveu uma carta aos filhos, a pedido destes, descrevendo a sua experiência nesta campanha. Esta carta é um precioso documento histórico, pela descrição da evolução da campanha feita em pormenor. Ilustra com rigor as condições difíceis da oposição: desde a relutância das pessoas face ao risco de ser candidato à recusa encontrada no aluguer de salas. E face a tudo isso, retrata o entusiasmo e a dedicação extraordinária de uma minoria de militantes democratas, a inventividade nos métodos de propaganda e como, com poucos meios, se promoveu o despertar do entusiasmo na população e obtendo o sucesso dos comícios. A descrição da distribuição dos votos, por toda a ilha indo às aldeias mais

remotas, como o processo de reprodução de 30 mil nomes e suas moradas em 48 horas, relata-nos um feito notável. É um testemunho concreto do processo de recenseamento e da existência de boletins de voto por lista, obrigando a um imenso trabalho da sua distribuição individualizada, hoje difícil de imaginar. Era um método destorcedor do segredo de voto e da sua liberdade. Apesar de tudo isso, nestas eleições, a votação na oposição democrática em Ponta Delgada ficou em segundo lugar a nível nacional, logo a seguir a Setúbal, sendo de 22%.

Pela sua atividade política e pela palavra escrita, Lúcio, Sacuntala e Álvaro de Miranda fizeram naturalmente a ponte entre a resistência política e o multiculturalismo, de forma mais dramática no caso de Lúcio e de Sacuntala de Miranda. Só num momento único da sua vida, Fédora pode expressar publicamente a solidariedade implícita que desde sempre tivera em relação às causas defendidas pelos outros membros da família, que sempre acompanhou sem desfalecimento. Álvaro, mais novo, beneficiou de maior estabilidade e não viveu no Portugal salazarista. O seu combate decorreu num país democrático.

Ao escrever e organizar este livro sobre a história da família Miranda, Álvaro contribui para a melhor compreensão de dois universos: a sociedade do Estado novo e o universo dos exilados e emigrantes na Inglaterra. Trata-se de uma leitura indispensável, que se faz com gosto. Nos 50 anos da revolução de Abril, autor e editor escolheram um tempo certo para publicar a história desta família. Como escreveu Álvaro: «O progresso cultural é feito através da interacção de culturas. Não há culturas nacionais puras. Esta ilusão e a aspiração ao regresso ao passado, poderá trazer-nos de novo o fascismo, se não tivermos o cuidado de oferecer resistência».

MIRIAM HALPERN PEREIRA
Historiadora. Professora catedrática emérita
CIES | ISCTE-IUL

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]

Paulo, Heloísa (2024). *Os Exilados de Salazar*. Lisboa: Âncora Editora, 384 p., ISBN: 978-972-78-0954-7

O livro em apreço, intitulado *Os Exilados de Salazar*, insere-se na já ampla historiografia portuguesa produzida sobre o exílio da oposição durante o longo período do autodenominado Estado Novo. Além de uma introdução e de uma conclusão, a obra encontra-se dividida em cinco capítulos, nos quais a autora explora as várias dinâmicas, sociabilidades e conflitos que marcaram o exílio português durante o governo de Salazar, entre os inícios da década de 1930 e os finais da década de 1960. Heloísa Paulo é doutorada pela Universidade de Coimbra e uma das responsáveis pela criação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). É colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), da Universidade do Porto, e conta com uma numerosa produção bibliográfica sobre o salazarismo, a oposição e o exílio.

A obra, que constitui «um tributo aos que lutaram» (p. 17), inicia-se com uma breve nota explicativa, onde a autora apresenta as motivações e o contexto que levaram ao produto final, assim como os agradecimentos que sempre subjazem em publicações desta natureza. Na introdução, Heloísa Paulo traça uma pequena contextualização, elucidando o leitor sobre o panorama político de Portugal durante o salazarismo, caracterizado como «um verdadeiro “período das trevas”» (p. 19), além de esclarecer sobre os arquivos e as fontes, «cartas, panfletos, livros, diários pessoais, periódicos, imagens, manifestos, registos e processos criminais e entrevistas» (p. 26), que serviram de base à sua investigação e os objetivos que nortearam a feitura do livro, que a autora entende ser um ponto de partida para novas análises do fenómeno do exílio. No primeiro capítulo, *Exilados e emigrantes: exílio, sobrevivência e luta política*, são abordados quatro pontos essenciais que devem ser tidos em linha de conta quando se analisa a temática do exílio: conceitos,

destinos, sobrevivência e vigilância. No segundo capítulo, *O outro lado de uma colônia, republicanismo e tradição democrática*, a autora recua até aos finais do século XIX para caracterizar os exilados que se encontravam no Brasil nos primeiros anos do salazarismo, com destaque para os republicanos que deixaram Portugal após a revolta de janeiro de 1891 e os republicanos que se exilaram na sequência do reviravolta durante a Ditadura Militar.

O terceiro capítulo, *Da esperança de 1945 ao impacto da Guerra Fria*, aborda a presença dos exilados portugueses no Brasil nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, numa altura em que havia a esperança de que a derrota dos países do Eixo pudesse precipitar a queda do salazarismo. Heloísa Paulo demonstra-nos que o enfraquecimento do caráter ditatorial do regime de Vargas favoreceu a oposição portuguesa exilada, que também beneficiou do apoio político e do auxílio económico dos opositores brasileiros. Por outro lado, este período ficou também marcado por uma maior disputa pela representatividade no seio da oposição exilada no Brasil, um campo onde os comunistas vinham a ganhar destaque. O quarto capítulo, *Os anos cinquenta e sessenta: o reordenamento das prioridades: eleições, colonialismo, apoios e associações*, permite conhecer de forma mais detalhada uma dimensão transversal a todos os momentos de exílio, a divisão entre os exilados. Neste momento, o debate anticolonialista entre os antissalazaristas constituía um importante fator de discórdia, assim como as muitas divergências políticas existentes no seio dos vários comités e das várias associações criados no exílio, o que dificultava alcançar a união necessária para tornar a luta contra o salazarismo mais eficaz. Heloísa Paulo aborda também as várias redes de apoios de que os exilados gozavam no Brasil, destacando partidos políticos, sindicatos e jornalistas e escritores, o que facilitava a publicação de artigos de teor antissalazarista em revistas e jornais brasileiros de grande circulação.

O quinto e último capítulo, *À procura da unidade: Delgado, Galvão e a oposição brasileira no quadro da reorganização internacional da oposição*, explora, precisamente, a busca pela unidade entre os exilados entre os finais da década de 1950 e os inícios do decénio seguinte, motivada pela chegada ao Brasil de duas importantes figuras da oposição a Salazar: Humberto Delgado e Henrique Galvão. No entanto, como nos conta Heloísa Paulo, estas presenças no território brasileiro apenas serviram para incrementar as cisões já existentes entre os exilados, dificultando a eficácia do planeamento e da concretização de revoltas contra o regime salazarista. A autora demonstra que o exílio destas personalidades, em especial de Delgado, esteve na origem na criação de vários organismos de apoio, onde também se espelharam os muitos conflitos que então grassavam. Além das lutas internas, que dificultavam uma ação concertada contra o salazarismo, os exilados passaram a enfrentar, a partir da segunda metade dos anos

1960, uma maior oposição e repressão no Brasil, fruto da radicalização da ditadura militar.

Na conclusão, que intitula *À guisa de conclusão. A difícil tarefa da oposição exilada: combater o fascismo e manter as regras democráticas*, Heloísa Paulo retoma alguns dos debates que marcaram este estudo, nomeadamente uma comparação entre exilado e emigrante, no que toca às diferenças e às semelhanças, ambos «portadores de uma mesma “identidade nacional”» (p. 316). Da mesma forma, a autora recupera a questão do nacionalismo republicano, já abordada no segundo capítulo, refletindo sobre a partilha de ideias entre este e o salazarismo, de que é exemplo a defesa das colónias. No final, Heloísa Paulo presenteia-nos com a apresentação de mais de cem biografias, mais ou menos extensas, que permitem conhecer com algum pormenor muitos dos protagonistas do exílio antissalazarista no Brasil.

O livro que aqui tratamos constitui um interessante contributo para estudar o exílio antissalazarista ao longo de cerca de quatro décadas. Detetámos, no entanto, pequenos lapsos, que em nada comprometem a importância da obra no panorama dos estudos sobre o exílio português do século XX. Verifica-se, por exemplo, quando aborda as redes de apoios aos exilados, referindo num dos subtítulos do quarto capítulo o auxílio dos estudantes brasileiros, questão que depois não desenvolve. No primeiro contacto que tivemos com o livro, o título levou-nos a considerar que se tratava de uma obra que abarcava o exílio antissalazarista nas suas várias geografias, ficando-se, no entanto, pelo Brasil. Neste sentido, não seria mais explícito intitular a obra de *Os exilados de Salazar no Brasil?* Uma sugestão de investigação futura que poderá servir de complemento ao estudo aqui apresentado: explorar a dimensão feminina do exílio, já que o livro aborda, sobretudo, a vertente masculina. No essencial, a obra de Heloísa Paulo, que resgata percursos individuais e histórias coletivas, permite conhecer, nas suas várias facetas, as vivências no exílio de muitos antissalazaristas que se viram obrigados a deixar Portugal com destino ao Brasil. Uma experiência marcada por algumas conquistas, mas também por vários dissabores, em que, não obstante o alargamento das redes de contactos, as divergências político-ideológicas entre os exilados sobressaíram e impediram a união em torno de uma causa comum, a luta contra o salazarismo.

FÁBIO ALEXANDRE FÁRIA
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES – Iscte
Fabio_Faria@iscte-iul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3803-0374>

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Submissão de artigos e resenhas

Os artigos e as resenhas propostos para publicação devem ser originais e seguir as normas de redação para autores adotadas pela revista. Serão objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão anónima de, pelo menos, dois pares. Todo o processo seguirá o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais)

Deverão ser submetidos através da plataforma Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) com explicitação dos seguintes dados:

- nome do autor;
- afiliação académica;
- ORCID do autor
- endereço electrónico;

Materiais em formato não digital serão enviados para:

Revista de História das Ideias - GAPCI
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publicação de artigos

2.1. Apresentação e extensão do texto

Admitem-se artigos escritos em português, inglês, francês, espanhol e italiano. A sua extensão não deverá exceder os 50 000 caracteres com espaços no total, compreendidos resumo, notas, bibliografia, etc.

No início do artigo, constarão:

- a) título, na língua em que o artigo é escrito e em inglês, alinhado ao centro ou justificado, a negrito, e tipo de letra Arial Bold com o tamanho de 14 pontos;
- b) Nome do autor, endereço de correio eletrónico, ORCID e instituição a que pertence (no caso de o autor pertencer a várias instituições, podem ser referidas duas delas) em parágrafos sucessivos;
- c) Resumo, até 150 palavras, em Arial tamanho 10 pt, escrito na língua em que o artigo é escrito e em inglês, ou, caso o artigo seja escrito em inglês, numa outra língua admitida pela revista;
- d) Lista de cinco palavras-chave em inglês e na língua utilizada no resumo.
- e) No final do artigo, constará uma bibliografia limitada aos títulos citados.
- f) As notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais, e a matéria essencial ficará contida no próprio texto. A chamada surge antes do sinal de pontuação

2.2. Formatação do texto

Deve ser formatado em Microsoft Office Word, tamanho A4 com margens superior e inferior a 22 mm e laterais a 24 mm, alinhamento do texto justificado, início de parágrafo a 5 mm e espaçamento entre as linhas de 16.36 pontos, tipo de letra Arial, com o tamanho de 10 pontos e numeração de páginas e de notas sequencial.

Os subtítulos, sem qualquer numeração, serão formatados em Arial Bold, tamanho 9,5 pt, alinhamento à esquerda.

Não haverá sublinhados, nem outros negritos além dos títulos.

As citações serão feitas entre aspas portuguesas (« »), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, com o tamanho de letra de 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada.

As notas de rodapé deverão ser apresentadas em Arial, tamanho de 8 pontos, espaçamento de 10 pontos, alinhamento justificado e numeração seguida.

Todas as hiperligações deverão ser removidas.

Gráficos, tabelas, mapas e eventuais ilustrações serão executados em Ilustrador e gravados no seu formato nativo (extensão.ai <http://xn--extenso-2wa.ai>). Os gráficos também poderão ser executados em Excel, desde que os mesmos sejam gravados como imagem em formato TIFF. Para fotografias, requer-se o modo CMYK, em formato TIFF e com 300 dpi de resolução e a dimensão de 16x23cm.

Cada item será remetido em ficheiro autónomo com indicação, no texto, do local onde deve ser inserido.

Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para publicação de imagens sujeitas a direitos de autor.

2.3. Organização da bibliografia final

Na bibliografia final, sempre que o mesmo autor é citado mais do que uma vez, em vez do nome deve figurar « – ».

Monografias:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livradores.

Artigos:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

Os itens são ordenados alfabeticamente pelo apelido do autor, sem maiúsculas nem versaletes, respeitando o nome com que o autor se apresenta. Será evitada a numeração romana.

Páginas e sítios em linha devem, tanto quanto possível, conter as indicações bibliográficas de autor, título e data. É imprescindível a indicação do URL e da última data de acesso.

2. 4. Citação abreviada

A indicação de um passo ou de uma obra será feita de forma abreviada preferencialmente no texto segundo o modelo autor e data (apelido do autor data: página). Por exemplo (Anúnciação 2003: 25).

Serão usadas as abreviaturas: id., et al., ed., eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc., cf., v., in (reservado a obras coletivas), apud, s.d., s.l, s.n., s.p.

3. Publicação de resenões

A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia. As resenões não devem exceder os 8 000 caracteres com espaos.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1. Submission of articles and critical reviews

The articles and reviews submitted for publication must be original works and follow the editorial standards adopted by the journal. Texts will undergo a rigorous peer-review, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The whole process is carried out in accordance with the Code of Ethics. Best Practices Guide for editors of journals of the University of Coimbra (Editorial policies)

All submitted papers must be submitted at Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) and include the following data:

- author's name;
- academic affiliation;
- author's ORCID
- email address.

Printed texts should be sent to:

GAPCI - Revista de História das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publication of articles

2.1. Text format and length

Articles can be written in Portuguese, English, French, Spanish and Italian. Texts must not exceed a maximum of 50 000 characters with spaces, including abstract, footnotes, bibliography, etc.

The beginning of the article must include:

i) a title, both in English and in the language of the article (14-point Arial Bold, centered or justified);

ii) the author's name, email address, ORCID and institutional affiliation (if the author is affiliated with several institutions, two of them can be mentioned) in successive paragraphs;

iii) an abstract with a maximum of 150 words (10-point Arial) both in English and in the language in the article. If the article is in English, the abstract shall also be written in any of the other languages accepted by the journal;

iv) a list of five keywords in English and in the language of the abstract.

The end of article must include a bibliography limited to the quoted works;

Footnotes must be brief and shall be used just for explanations or occasional comments. The core subject must be included in the body of the text. Footnote callouts must be inserted before punctuation marks.

2.2. Text Formatting

The text must be formatted using Microsoft Word, in the A4 size and according to the following page settings: 22 mm top and bottom margins, 24 mm left and right margins, 10-point Arial, justified, 16.36 line-spacing, 5 mm first line indentation. Pages and notes shall be numbered sequentially.

Subtitles shall have no numbers and must be left-aligned and formatted in Arial Bold, size 9.5.

Apart from titles, no other text should be underlined or in bold.

Quotes must be presented between Latin quotation marks (« »), except if they exceed three lines. In this case, they should be separated from the text by one space and written in a 9-point font, followed by an abbreviated reference to the quoted work.

Footnotes must be formatted in 8-point Arial, justified with 10-point line spacing, and shall be numbered sequentially.

All hyperlinks must be removed.

Graphics, tables, maps and illustrations must be created in Adobe Illustrator and saved in its native format (.ai extension <http://xn--extenso-2wa.ai>). Graphics can also be created in Microsoft Excel, as long as they are saved as pictures in the TIFF format. Photographs must be saved in the CMYK mode and TIFF format, and have a 300 dpi resolution and a size of 16x23cm.

Each item shall be sent in a separate file and the text must mention where it should be inserted.

It is the author's responsibility to obtain permission to publish images subject to copyright laws.

2.3. Organization of the final bibliography

In the final bibliography, whenever the same author is mentioned more than once, their name should be replaced with << - >>

Monographs:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livradores.

Articles:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

The items must be alphabetically sorted by the author's surname, without caps or small caps, observing the name by which the author is known. Roman numerals should be avoided.

Whenever possible, webpages and sites should include the author's bibliographical information, title and date. It is essential to indicate the URL and the date of last access.

2.4. Abbreviated quotes

References to a passage or a work must be made in abbreviated form, preferably within the text, following the author and date model (name of the author date: page). For example: (Anunciação 2003: 25).

The following abbreviations shall be used: id, et al., eds, eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc, cf., v., in (for collective works only), apud, wd., wp., wn.

3. Publication of critical reviews

The reviewed work must be identified according to the model used in the bibliography.

Critical reviews must not exceed 8000 characters with spaces.



ISSN: 0870-0958